

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 82 QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS
Nºs 100 a 129/2015 009
2 – ATA DA 89ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE JUNHO DE 2015 019
2.1 – ABERTURA 019
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 019
2.2.1 – Oradores
SENADOR *VALDIR RAUPP* – Satisfação pela realização da 4ª edição da Rondônia Rural Show; e outro assunto. 021
2.2.2 – Expediente encaminhado à publicação .....
2.2.2.1 – Pareceres
Nº 257/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 30/2015 024
Nº 258/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 31/2015 035
Nº 259/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 32/2015 039
Nº 260/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 33/2015 043
Nº 261/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 34/2015 048
2.2.2.2 – Requerimentos
Nº 626/2015, de autoria do Senador Romário, de informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores 052
Nº 627/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382/2011 053
Nº 628/2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, de informações ao Ministro de Estado dos Transportes 054
Nº 629/2015, de autoria do Senador José Pimentel, de tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 13/2013 e do Projeto de Lei do Senado nº 122/2014 054
Nº 630/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de adiamento da discussão para reexame, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 274/2008 054
Nº 631/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 268/2011 055
Nº 632/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 494/2008 056
Nº 633/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 601/2011 057
Nº 634/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60/2012 058
Nº 635/2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279/2012 059
Nº 636/2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279/2012 059
Nº 638/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 190/2007 059
Nº 639/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazzioitin, de informações ao Ministro de Estado da Educação 059
Nº 640/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 060
Nº 641/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação 061
Nº 642/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social. 062

2.2.2.3 – Mensagens da Presidente da República

Nº 6/2015-CN (nº 181/2015, na origem), encaminhando o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, referente ao exercício de 2014. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria* **(vide item 3.1)** 062

Nº 35/2015 (nº 184/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar 063

Nº 36/2015 (nº 185/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque 153

Nº 37/2015 (nº 186/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia 190

Nº 38/2015 (nº 187/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra 257

Nº 39/2015 (nº 188/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia 317

Nº 40/2015 (nº 189/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras 442

Nº 41/2015 (nº 190/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos 478

Nº 42/2015 (nº 191/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana 496

2.2.2.4 – Término do prazo

Término do prazo de vigência, ontem, das Medidas Provisórias nºs 666/2014 e 667/2015 532

2.2.2.5 – Comunicações

Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 670/2015 **(Ofício nº 208/2015)**. *Será feita a substituição solicitada* 532

Do Senador Roberto Requião, relatando participação de S. Exª na "Reunion de la Mesa Directiva Ampliada y del Grupo de Migraciones", no período de 13 a 18 de maio último **(Ofício nº 62/2015)** 532

2.2.2.6 – Projetos de Lei do Senado

Nº 329/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *concede isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, suas partes e acessórios, e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder, à importação desses produtos, isenção da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação)* 532

Nº 330/2015, de autoria do Senador Raimundo Lira, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil* 534

Nº 331/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que *acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil* 536

Nº 332/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo* 538

Nº 333/2015, de autoria do Senador José Serra, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE).* 542

2.2.2.7 – Comunicações

Do Senador Magno Malta, justificando a não participação de S. Exª no Fórum Parlamentar do Brics, nos termos do Requerimento nº 625/2015 **(Memorando nº 34/2015)** 557

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015 **(Ofício nº 117/2015**). *Será feita a substituição solicitada* 557

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015 **(Ofício nº 118/2015).** *Serão feitas as substituições solicitadas* 557

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais **(Ofício nº 120/2015).** *Designação do Senador Cássio Cunha Lima para compor, como suplente, a referida Comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição* 557

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais **(Ofício nº 38/2015).** *Designação do Senador Wilder Morais para compor, como titular, a referida Comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição*..... 557

Dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Antonio Anastasia, relatando a participação de S. Exªs na Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, em 15 e 16 de maio último..... 558

2.2.2.8 – Propostas de Emenda à Constituição

Nº 67/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Donizeti Nogueira, que *altera o Art. 229 da Constituição Federal para vincular a assistência paternal a filhos maiores portadores de necessidades especiais e dos filhos maiores aos irmãos portadores de necessidade especiais.*..... 558

Nº 68/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Donizeti Nogueira, que *altera o art. 159 da Constituição Federal para introduzir compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios em razão da desoneração de ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados e nas aquisições destinadas ao ativo permanente.*..... 564

2.2.2.9 – Adendo à proposição

Recebimento de adendo ao Requerimento nº 550/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores. *Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Requerimento nº 550/2015* 578

2.2.3 – Oradores (continuação)

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Comentários sobre o Plano Safra 2015/2016; e outros assuntos..... 578

SENADOR *TELMÁRIO MOTA* – Lamento pela má gestão da saúde pública no Estado de Roraima. 581

SENADORA *FÁTIMA BEZERRA* – Manifestação contrária à redução da maioridade penal..... 582

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Registro do transcurso, em 28 de maio, do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional pela Redução da Morte Materna; e outro assunto. 585

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Alegria pela sanção de norma que regulamenta direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos; e outro assunto..... 587

2.2.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 625/2015, de autoria do Senador Magno Malta. **Aprovado**..... 604

2.2.5 – Oradores (continuação)

SENADOR *MAGNO MALTA* – Defesa da proposta de S. Exª que retira a inimputabilidade penal dos menores de idade que cometerem crimes hediondos e prevê, com a decisão condenatória transitada em julgado, o encaminhamento do menor a centros de ressocialização destinados à formação de atletas de alto rendimento; e outros assuntos..... 604

SENADORA *ROSE DE FREITAS* – Defesa da sanção de projeto de lei de conversão que flexibiliza o fator previdenciário; e outros assuntos. 610

SENADOR *EDUARDO AMORIM* – Críticas ao suposto descaso do Governo do Estado de Sergipe com as reivindicações dos professores da rede estadual de ensino; e outros assuntos. 614

SENADOR *RAIMUNDO LIRA* – Defesa de projeto de lei de autoria de S. Exª que permite o investimento estrangeiro na aviação civil brasileira, com o objetivo de proporcionar uma maior concorrência no setor aéreo; e outro assunto..... 616

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Expectativa com a visita a ser realizada na próxima semana ao Estado de Rondônia pelo Embaixador da China no Brasil e por empresários chineses. 618

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 1

Substitutivo da Câmara nº 9/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 517/2011 (nº 7.169/2014, naquela Casa), do Senador Ricardo Ferraço, que *dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.* **Aprovado**, após **Parecer nº 262/2015-PLEN**, proferido pelo Senador José Pimentel, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e **Requerimento nº 637/2015**. À sanção..... 619

2.3.2 – Comunicação

De diversas Lideranças no Senado Federal, de indicação de membros para integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar 641

2.3.3 – Eleição dos membros do Senado Federal para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar 641

2.3.4 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 629/2015, de autoria do Senador José Pimentel, de tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 13/2013 e do Projeto de Lei do Senado nº 122/2014. **Aprovado** 642

2.3.5 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 630/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de adiamento da discussão para reexame, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Emenda da Câmara nº 3/2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 274/2008. **Aprovado** 642

2.3.6 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 631/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, de adiamento da discussão para reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 268/2011. **Aprovado** 642

2.3.7 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 632/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 494/2008. **Aprovado** 642

2.3.8 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 633/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, de adiamento da discussão para reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 601/2011. **Aprovado** 642

2.3.9 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 634/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, de adiamento da discussão para reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 60/2012. **Aprovado** 643

2.3.10 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 635/2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, de adiamento da discussão para reexame, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Projeto de Lei do Senado nº 279/2012. **Aprovado** 643

2.3.11 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 636/2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, de adiamento da discussão para reexame, pela Comissão de Assuntos Sociais, do Projeto de Lei do Senado nº 279/2012. **Aprovado** 643

2.3.12 – Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2014, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.* **Transcorrida a primeira sessão de discussão em primeiro turno**, **com leitura das Emendas nºs 3 e 4/2015-PLEN** 649

2.3.13 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 638/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de adiamento da discussão para reexame do Projeto de Lei do Senado nº 190/2007 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado** 654

2.3.14 – Questão de ordem

Suscitada pela Senadora Ana Amélia e respondida pela Presidência 654

2.3.15 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 257/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 30/2015 (nº 124/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO FRADE RODRIGUES para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. **Aprovado** (votação nominal) 656

2.3.16 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 258/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 31/2015 (nº 125/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOÃO PAULO RESENDE para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. **Aprovado** (votação nominal) 659

2.3.17 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 244/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 26/2015 (nº 132/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO DE ASSIS LOBO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Aprovado** (votação nominal) 662

2.3.18 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 259/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 32/2015 (nº 126/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO

BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. 665

2.3.19 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Ronaldo Caiado, a ser respondida oportunamente 665

2.3.20 – Item extrapauta (continuação)

Parecer nº 259/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 32/2015 (nº 126/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. **Aprovado** (votação nominal) 665

2.3.21 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 260/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 33/2015 (nº 127/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. **Aprovado** (votação nominal) 670

2.3.22 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 261/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 34/2015 (nº 128/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. **Aprovado** (votação nominal) 674

2.3.23 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 550/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores, de Moção de Solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do Centenário da Campanha de extermínio de sua população, nos seguintes termos: inserção em ata de voto de solidariedade e apresentação de solidariedade à Embaixada da Armênia, além de dar conhecimento à Presidência da República e ao Ministério das Relações Exteriores. **Aprovado** .. 678

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Oradores

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Encaminhamento de artigo de autoria do Senador José Serra, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado "Nenhum genocídio deve ser esquecido". 679

SENADOR *RONALDO CAIADO*, como Líder – Críticas ao Partido dos Trabalhadores e às suas estratégias de campanha. 683

SENADOR *PAULO PAIM* – Agradecimentos ao Exército Brasileiro pela cessão de alojamento a estudantes de Pelotas-RS; e outros assuntos 686

SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES*, como Líder – Insatisfação com a empresa francesa Total, principal exploradora de petróleo e gás na costa oceânica do Amapá, em função da instalação da sua base de operações no Estado do Pará. 691

SENADORA *GLEISI HOFFMANN* – Satisfação com o lançamento do Plano Safra para os anos de 2015 e 2016. 694

SENADOR *DOUGLAS CINTRA* – Registro do transcurso, em 5 de junho, do Dia Mundial do Meio Ambiente; e outro assunto. 697

SENADORA *FÁTIMA BEZERRA* – Registro da participação de S. Exª no seminário "Nordeste, 60 anos depois: Mudanças e Permanências"; e outros assuntos 698

2.4.2 – Ofício do Ministério Público da União

Nº S/72/2015 (nº 6/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público 704

2.4.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ANTÔNIO ANASTASIA* – Defesa de uma participação mais efetiva do Governo Federal na segurança pública 719

SENADORA *ÂNGELA PORTELA* – Destaque à importância da sanção presidencial à regulamentação da emenda constitucional que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos. 719

2.5 – ENCERRAMENTO 720

3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – MENSAGEM Nº 6/2015-CN

Encaminha Relatório Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 721

Bancadas dos Partidos 722

Por ordem alfabética 723

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 724

6 – LIDERANÇAS 725

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 727
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 737
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 747
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 747
CAS – Comissão de Assuntos Sociais 753
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 755
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 759
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 764
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 770
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 775
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 777
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 783
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 788
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 791
CSF – Comissão Senado do Futuro 793
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 794
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 795
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 796
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015) 798
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 799
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 801
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 803
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 805
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 807
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 809
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 810
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 811
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 812

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 814
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 818
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 820
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 821
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 823
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 824
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015) 827
12 – CONSELHOS E ÓRGÃO
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN) 829
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 832
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 834

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE RADIODIFUSÃO DE LUCENA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucena, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 396, de 12 de setembro de 2011, que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Radiodifusão de Lucena para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucena, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 101, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO MASCATE – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.061, de 8 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Sítio Mascate – AMSM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CATOLEENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 210, de 24 de março de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Catoleense Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARIA ALVES LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 534, de 16 de junho de 2010, que outorga autorização à Fundação Maria Alves Lima para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 915, de 18 de novembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 2001, a permissão outorgada à FM Sudoeste Radiodifusora Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL, CULTURAL E COMUNITÁRIO DE ORATÓRIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 54, de 16 de janeiro de 2004, que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO NOVA SIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 169, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Nova Sião para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 406, de 12 de setembro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de julho de 2010, a permissão outorgada à Rádio Emboabas de Minas Gerais Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA PLENITUDE DE UBERLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 419, de 4 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística Plenitude de Uberlândia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FLORESTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 123, de 2 de março de 2012, que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Florestal para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA POPULAR E COMUNICAÇÃO DE PERIQUITO – ASCOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Periquito, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 177, de 23 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura Popular e Comunicação de Periquito – ASCOPE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Periquito, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 111, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão à RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Setubinha, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010, que outorga permissão à Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Setubinha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE VOLTA REDONDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação de Apoio e Defesa do Meio Ambiente de Volta Redonda para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.149, de 23 de novembro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a permissão outorgada à Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, a partir da publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 239, de 30 de abril de 2012, que outorga permissão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE NOVO – ACOTAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 932, de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Tanque Novo – ACOTAN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 301, de 1º de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de junho de 2010, a permissão outorgada à Rádio e TV Maira Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PAIAIÁ COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saúde, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 372, de 17 de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Paiaiá Comunicação Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saúde, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 118, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO MAXI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 75, de 29 de março de 2011, que outorga permissão à Rádio Rio Maxi Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 119, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011, que outorga permissão à Terra FM Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 351, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 121, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO BOAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaueira, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 398, de 12 de setembro de 2011, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Boas Novas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaueira, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSOESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 3 de fevereiro de 2012, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de maio de 2011, a permissão outorgada à Rádio Transoeste Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO CIDADE SUL DE SANTA ROSA DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 146, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Cidade Sul de Santa Rosa do Sul – SC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 124, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 148, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural São Lourenço para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 125, DE 2015

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VILA JAGUARY para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Fundação Vila Jaguary, para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2015

Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO BRASIL LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Televisão Brasil Limitada para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO CANOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.173, de 24 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Canoas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ARTUR NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 341, de 17 de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Artur Nogueira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE CARDOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 552, de 27 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cardoso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Ata da 89ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 2 de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Douglas Cintra, Telmário Mota, da Srª Fátima Bezerra, do Sr. Paulo Paim, e das Srªs Marta Suplicy e Gleisi Hoffmann

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 7 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

89ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período: 02/06/2015 07:00:00 até 02/06/2015 21:09:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PSD	DF	Hélio José	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PPS	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PSDB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	
DEM	SE	Maria do C Alves	X	X
-	SP	Marta Suplicy	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffe	X	X

Emissão 03/06/2015 09:46:46

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

89ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período: 02/06/2015 07:00:00 até 02/06/2015 21:09:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	
PR	TO	Vicentinho Alves	X	
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Morais	X	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 64 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Para começar, a primeira a fazer uso da palavra é a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria apenas pedir a inscrição para fazer a primeira comunicação inadiável.

Obrigada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, igualmente também gostaria de solicitar a inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – A Mesa acata.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, da mesma forma, faço uma solicitação para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Para a Senadora Ângela, eu acato em dobro!

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Telmário, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, é com satisfação que venho a esta tribuna comunicar a V. Exªs a realização da quarta feira de agronegócios, a Rondônia Rural Show, que ocorreu no período de 27 a 30 do mês de maio, no Município de Ji-Paraná.

Trata-se do maior evento dessa natureza de toda a Região Norte, com a participação de agricultores, de empresários do setor e de investidores estrangeiros, além de estudantes, técnicos agrícolas e demais segmentos com interesse na atividade do campo.

A feira Rondônia Rural Show, embora tenha sido lançada há apenas quatro anos, vem crescendo a cada edição, e a expectativa deste ano não foi diferente.

O evento foi precedido de uma ampla campanha de divulgação que começou em Porto Velho, com um coquetel de lançamento no Palácio das Artes, no nosso teatro. Além da capital, outros Municípios também promoveram eventos para a divulgação da feira, entre os quais Vilhena, Rolim de Moura, Cerejeiras e Colorado.

É interessante observar, Sr. Presidente, que, inicialmente, a Rondônia Rural Show tinha o foco na agricultura familiar. Entretanto, a exposição, promovida pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), ganhou grandes proporções. Hoje, sem descurar do pequeno agricultor, desperta o interesse também dos grandes investidores de todo o agronegócio. Não só de Rondônia, mas de todo o Brasil.

Ao buscar a difusão de novas tecnologias para a produção agropecuária, a Seagri também tem como objetivo simultâneo melhorar as condições de vida do homem do campo e promover o desenvolvimento social e econômico do Estado.

A cidade de Ji-Paraná foi escolhida para abrigar a feira, por situar-se no centro geográfico de Rondônia, facilitando o acesso dos participantes e a logística necessária à realização do evento.

O sucesso da feira pode ser comprovado pelo número de expositores e de visitantes, bem como pelo volume de negócios realizados. Neste ano, a feira promoveu um impacto positivo com investimentos da ordem de mais de R$700 milhões, com trabalho temporário para mais de 290 trabalhadores engajados na logística e preparação, garantia de emprego e faturamento para 100 expositores comerciais, garantia de renda e divulgação de produtos para expositores da agroindústria e do artesanato, viabilidade mercadológica regional e nacional para 340 bandeiras comerciais, transferência de conhecimento e tecnologias sustentáveis para 4.000 produtores rurais, fortalecimento da economia local com a realização de vendas diretas no valor de R$18 milhões e fortalecimento da vocação natural para a produção agropecuária sustentável em Rondônia.

Hoje, Rondônia vende seus produtos para 33 países. O principal produto da pauta é a carne bovina, e as 23 empresas frigoríficas, com capacidade de abate de 3.500 reses por dia, trabalham, todas elas, com certificação sanitária para exportação. Dessa forma, a exposição viabiliza entendimentos comerciais e de exportação.

Lá, foram vários Embaixadores e Ministros, como o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias; o Ministro da Pesca, Helder Barbaho; e tantas outras autoridades nacionais.

Além de promover o incremento da atividade produtiva, o Governo do Estado investe também na qualidade de vida dos agricultores e na promoção da sustentabilidade. Esses compromissos foram recentemente destacados pelo Governador Confúcio Moura, idealizador dessa feira, ao dizer que o Estado de Rondônia, hoje, está cada vez mais aparelhado para produzir mais e melhor.

De fato, Srªs e Srs. Senadores, os índices de produtividade têm crescido a cada ano. A soja, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do IBGE, gerou, em Rondônia, uma receita de R$601

milhões no ano passado e está crescendo a cada ano, enquanto o café teve também uma forte participação de R$285 milhões, e devemos chegar, nos próximos anos, a mais de 4 milhões de toneladas, índice esse que tivemos quando fui Governador do Estado de Rondônia.

Por sua vez, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revelou um aumento de 20% da área plantada de soja e uma produtividade de 3.180kg por hectare, superando a média nacional, que é de 2.854kg por hectare.

A produção de café em Rondônia também apresenta alta produtividade, como destaca o Secretário da Agricultura, Evandro Padovani. Rondônia é o quinto maior produtor de café no País, e a safra colhida, no ano passado, foi 9,18% superior à de 2013.

Além de obterem melhores resultados, os produtores são conscientizados para preservar a flora e a fauna e, especialmente, para proteger as fontes de água.

Somos também, Sr. Presidente, o terceiro maior produtor de cacau do Brasil, apenas atrás do Estado da Bahia e do Estado do Pará.

Todas essas conquistas, Sr. Presidente, resultam de um planejamento que busca unir qualidade de vida, produtividade e sustentabilidade, e a feira Rondônia Rural Show tem sido um instrumento de grande importância para alcançar esse objetivo, com a difusão de novas tecnologias e a criação de oportunidades de negócios.

Portanto, é com alegria que trago a este plenário as informações referentes à quarta edição da Rondônia Rural Show e é com orgulho que parabenizo os promotores do evento, os participantes e toda a população rondoniense.

Tenho certeza de que, quando eu celebrar a próxima edição dessa feira, pelo que significou a deste ano e as anteriores, apresentarei números ainda mais significativos e louváveis, porque é esse exatamente o passo de Rondônia, acelerado rumo ao futuro.

Sr. Presidente, Rondônia é um Estado jovem, mas essa feira, a Rondônia Rural Show, já é a nona feira nacional. A nona feira nacional de agronegócio!

Acho que a Senadora Ana Amélia esteve na passada. Não pôde estar nesta, mas esteve na anterior e pôde ver. A cada ano, Senadora Ana Amélia, essa feira tem exponencialmente crescido. Deve chegar próximo a um bilhão. Começou com 180, passou para trezentos e poucos, 540 na terceira, e a quarta deve passar de R$800 milhões de investimentos do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, da Caixa Econômica Federal, das cooperativas de crédito, do Santander e do Bradesco. Pela primeira vez, dois bancos privados entraram na feira para ajudar a financiar.

Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Valdir Raupp, o relato que V. Exª faz do desempenho da agropecuária do seu Estado, Rondônia, numa feira que a cada ano mostra seu dinamismo, sua capacidade, seu protagonismo no processo produtivo, levando o desenvolvimento, além dos aspectos sociais e econômicos, dá sustentabilidade. Rondônia está na Região Amazônica e tem uma preocupação com essa área. Quero lhe dizer também que tenho convicção de que a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, só não estava lá porque estava participando da Assembleia Mundial de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal, em Paris, da qual fizeram parte alguns Senadores, como o Senador Anastasia, o Senador Lasier Martins e eu, que tivemos a honra de integrar a comitiva da Ministra. Ela estava defendendo exatamente a inclusão do seu Estado, Rondônia, do Distrito Federal e de Tocantins como zonas livres de aftosa, com vacinação, para efeito de ampliação do mercado externo para a carne bovina brasileira. Mais um ganho para o seu Estado, já que essa era uma preocupação da Ministra na defesa desse interesse. Então, eu queria cumprimentá-lo pelo relato que fez, para dizer que essa é a parte boa da economia brasileira, que está apresentando resultados positivos e que precisa ser estimulada, como fizeram hoje a Ministra Kátia Abreu e a Presidente da República, ao lançar o Plano Safra 2015/2016, que será o tema do meu pronunciamento nesta tribuna, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, V. Exª.

Muito bem lembrado por V. Exª. Hoje, às 11h da manhã, no Palácio do Planalto, houve o lançamento, pela nossa Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, e pela Presidente da República, Dilma Rousseff, entre tantas outras autoridades, do Plano Safra 2015/2016, que terá mais de R$87 bilhões de investimentos.

Eu sempre falo, Presidente Telmário, que o Brasil é o País dos 200: são mais de 200 milhões de habitantes, mais de 200 milhões de cabeças de gado, e estamos produzindo mais de 200 milhões de toneladas de grãos. E, certamente, com mais de 200 bilhões também de investimento em todas as áreas: na agricultura, na pecuária e no abastecimento.

Para encerrar, eu queria falar, acabei me esquecendo, de uma área muito importante que a Rondônia Rural Show divulgou: a piscicultura. Lá, esteve o Ministro da Pesca. Muita produção de peixe: muita produção de

tambaqui, muita produção de pintado, muita produção de pirarucu, muita produção de diversas variedades, além da pesca artesanal. Há mais 10 mil pescadores no Estado de Rondônia. A área da piscicultura, da aquicultura e da pesca está crescendo exponencialmente no Estado de Rondônia.

Quero dizer que estamos em um Estado novo, como já falei, altamente produtor e em um centro de logística muito importante. Nós vamos receber, em breve, uma ferrovia de dimensões continentais, a ferrovia que vai rasgar do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, passando por Mato Grosso e Rondônia – a região alta, a região da soja –, para levar, em um primeiro momento, a soja do Mato Grosso e sul de Rondônia até Porto Velho.

Nos próximos dias 7 e 8, o Senador Acir Gurgacz – e eu devo estar presente também – estará promovendo uma caravana com empresários e o embaixador chinês, saindo de Porto Velho, passando pelas cidades da BR-364, em Rondônia, até Vilhena, indo até Lucas do Rio Verde, onde será o traçado mais importante dessa ferrovia para Rondônia, saindo de Mato Grosso até a cidade de Porto Velho, e depois, em um segundo momento, levando até o Estado do Acre, até o Oceano Pacífico.

Rondônia, além de ser um Estado altamente produtor, vai ter também uma boa logística de transporte, com a nossa BR-364 – se Deus quiser, futuramente, restaurada e duplicada, em uma concessão futura –; com a nossa ferrovia, que vai passar por Porto Velho; e o nosso Rio Madeira, que é a nossa estrada pronta, a hidrovia do Madeira, hoje exporta milhões de toneladas de grãos de Porto Velho para outros países do mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Raupp, quero, primeiro, parabenizar Rondônia por esse evento. Rondônia, Amapá, Roraima e Tocantins quase nasceram juntos, esses quatro Estados.

Roraima é um lugar, talvez, até melhor do que Rondônia, estrategicamente, porque nós fazemos fronteira com a Guiana Inglesa e com a Venezuela. A Venezuela, hoje, tem 30 milhões de habitantes e não produz absolutamente quase nada, a título de qualquer coisa, nem mesmo alimentação. Para se ter ideia, o grão, hoje, vai da Nicarágua; o leite vai do Equador; a carne vai do Brasil, não vai de Roraima.

Mas, no tripé Rondônia, Amazonas e Roraima, podemos cair nesses países caribenhos na produção de peixe, oferecendo peixe. Em Roraima, em 2013, foram 16 mil toneladas. Hoje temos ali 600 proprietários de criatórios de peixe já cadastrados e mais mil catalogados. Acho que esses três Estados do extremo norte, numa parceria, podem vir a abastecer grande parte da América Central, encaminhando para o Pacífico, porque já há uma logística de estrada muito grande.

Parabéns a V. Exª, parabéns ao Estado de Rondônia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que honra esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Antes, porém, a Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECERES

PARECER Nº 257, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 30, de 2015, que s*ubmete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, em substituição ao Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.*

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Reguffe sobre a Mensagem nº 30 de 2015, opina pela **APROVAÇÃO** da escolha do Senhor **EDUARDO FRADE RODRIGUES** para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGENS (SF) Nºs 30, 31, 32, 33 e 34, de 2015

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 02/06/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR: SEN. REGUFFE

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. José Pimentel (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Paulo Rocha (PT)
Lindbergh Farias (PT)	3. Donizeti Nogueira (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Reguffe (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Telmário Mota (PDT)	6. Jorge Viana (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Gladson Cameli (PP)
Ciro Nogueira (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Raimundo Lira (PMDB)	3. José Maranhão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Jader Barbalho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	7. Rose de Freitas (PMDB)
VAGO	8. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. José Serra (PSDB)
Wilder Morais (DEM)	2. Ataídes Oliveira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Dalirio Beber (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	4. Ronaldo Caiado (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	5. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Lídice da Mata (PSB)
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Elmano Férrer (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	3. Blairo Maggi (PR)

RELATÓRIO

Relator: Senador **REGUFFE**

I – PRELIMINAR – Breves considerações sobre o papel e a atuação do Cade no Brasil.

Antes de adentrar na análise do nome submetido pela Mensagem n.º 30, de 2015, é de suma importância discutirmos o papel e a atuação do Cade na defesa da concorrência na economia brasileira, na proteção da economia popular e

na repressão ao abuso do poder econômico, além da efetividade dos instrumentos legais de combate à nefasta prática do Cartel no Brasil.

Nossa Ordem Constitucional Econômica está fundada, nos termos do art. 170 de nossa Carta Magna, na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, observados os ditames da justiça social, observados os princípios da soberania econômica nacional, da propriedade privada e de sua função social, da livre concorrência, da defesa do consumidor, da defesa do meio ambiente, da redução das desigualdades regionais e sociais, da busca do pleno emprego e do tratamento favorecido das pequenas empresas.

Neste tema, merece destaque o §4º do art. 170 da Constituição da República, que preconiza: *"a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros".*

Este diploma legal é a Lei n.º 12.259, de 30 de novembro de 2011, que estrutura Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, alterando profundamente a Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, que até então disciplinava a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, permanecendo ainda em vigor seus artigos 86 e 87.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, nos moldes delineados pela lei de regência, tem o escopo de promover a competição econômica, por meio de ações de caráter administrativo, educativo, preventivo e repressivo em

relação às condutas de agentes econômicos que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência no Brasil.

Dispositivo de fundamental importância reveste-se o art. 31 da lei de defesa da concorrência, que dispõe: *"esta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal."*

Andou bem a legislação ao definir, de maneira bastante ampla, a competência do CADE para analisar, instruir e julgar operações que tenham como partes as pessoas definidas no artigo 31 retrocitado, quando constituem, nos termos do art. 36, *"infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados"*.

Perceba-se que a legislação estabelece a responsabilidade objetiva dos agentes econômicos nas infrações contra a ordem econômica, ou seja, independentemente de culpa, que tenham ou não produzido efeitos como: limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços; aumentar arbitrariamente os lucros; e exercer de forma abusiva posição dominante.

Outrossim, o art. 32 estabelece expressamente a responsabilidade solidária da empresa, de seus dirigentes ou administradores, por infrações à ordem econômica constitucionalmente definida e legalmente disciplinada.

Entretanto, indaga-se: como tem sido a atuação do Cade desde a aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ainda no ano de 2001, até hoje? O órgão tem desempenhado a contento a nobre missão de proteger a concorrência no Brasil, tutelar a economia popular, reprimir o abuso do pode econômico e punir as empresas e agentes econômicos que atentam contra tais postulados econômicos e constitucionais, cujo mais prejudicado, em última análise, é o cidadão e consumidor deste país?

Infelizmente, não podemos deixar de citar a polêmica fusão entre o Carrefour e o Pão de Açúcar, com recursos públicos da monta de R$ 4,5 bilhões que seriam aportados pelo BNDES, a fim de que a operação fosse concretizada. Felizmente a fusão não foi realizada, os recursos públicos do BNDES não foram levianamente destinados a esta finalidade, e o CADE não teve a oportunidade de se manifestar. Tal fusão foi ensaiada em junho de 2011.

Mas logo em seguida, precisamente em 13 de julho de 2011, o Cade aprovou a fusão entre Sadia e Perdigão, dando origem à maior empresa produtora de alimentos processados do país. Segundo constatação do Conselheiro Carlos Ragazzo, único voto contrário à fusão nos autos do processo Ato de Concentração n.º 08012.004423/2009-18, a tendência dos consumidores da Perdigão é migrar para produtos da Sadia quando não encontram seus preferidos nas gôndolas. Por isso, a competitividade não estaria garantida no setor, o que cria um "cenário

extremamente danoso", com prejuízos para a população e especialmente para as classes C e D.

No voto-vista do Conselheiro Ricardo Machado Ruiz nos autos do processo, são preocupantes as afirmações então relatadas:

> "Como ressaltado no voto do Conselheiro-Relator, trata-se da união das duas principais empresas do País na indústria de alimentos refrigerados, consolidada em maio de 2009. As duas firmas, Sadia e Perdigão, em conjunto, respondem por mais de 50% das vendas de praticamente todos os principais mercados de alimentos processados, chegando-se, em alguns casos, a patamares superiores a 80%.
>
> (...)
>
> Não obstante os elevados graus de concentração, a fusão cria uma empresa que detém as duas marcas líderes absolutas, com grande fidelidade por parte dos consumidores. Também há a concentração de outras marcas, algumas de combate: Batavo e Confiança, ambas da Perdigão, e Rezende, Wilson e Excelsior e Só Frango, todas da Sadia, além de outras marcas focadas em nichos específicos. Essas marcas secundárias possuem papel relevante no sentido de dificultar a entrada e o crescimento de empresas rivais.
>
> (...)
>
> Essas considerações gerais mostram a dificuldade em se entrar e se desenvolver nesse setor. O tamanho da Sadia e da Perdigão, mesmo

> separadas, aliado à série de vantagens competitivas aqui explicadas de forma sucinta, é um empecilho a novas entradas bem como uma efetiva rivalidade por parte de terceiros."

Pois bem, mesmo diante dos grandes riscos à concorrência, além dos grandes riscos aos consumidores brasileiros, a fusão entre Sadia e Perdigão foi chancelada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Outra realidade que merece atenção especial das autoridades antitruste são os planos de saúde privados no Brasil, serviços que têm a sua regulação e fiscalização a cargo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Trata-se de possíveis infrações de ordem econômica em que podem estar incorrendo as empresas atuantes nesse setor. Tal raciocínio e fundamento reclamam atuação do CADE em relação às empresas atuantes em demais setores regulados pelo Estado, por meio das agências reguladoras, como é o caso da Anatel, ANP, dentre outras.

De outro giro, desperta-nos preocupação o parecer AGU/LA-01/2001, aprovado pelo Presidente da República, que veta ao CADE analisar atos de concentração e possíveis infrações à ordem econômica por agentes econômicos do setor financeiro; segundo este parecer, tal competência seria privativa do Banco Central do Brasil.

Entendo estarmos diante de competência compartilhada do Cade, em conjunto com o Bacen, para julgar os atos de concentração no setor bancário. No que tange aos crimes contra a economia popular, a prática do Cartel e a repressão ao abuso do poder econômico, praticados por bancos e instituições financeiras, a

competência legal, sem sombra de dúvidas, é do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Neste momento, em que o Governo Federal toma a corajosa atitude de aumentar de 15% para 20% a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, tal controvérsia volta ao debate. Isto porque, surgem vozes no sentido de que os Bancos não irão arcar com o prejuízo, mas repassar imediatamente tais custos aos brasileiros. Isso é inadmissível!

Tal manobra por parte de bancos, seguradoras e instituições financeiras em geral deve ser duramente combatida pelo Banco Central do Brasil, em conjunto com o Cade, órgão de proteção da economia popular e de repressão ao abuso do poder econômico.

Portanto, reafirmo nosso firme posicionamento em defesa das competências do Cade para a análise, instrução e julgamento de infrações econômicas porventura perpretadas por bancos e instituições financeiras contra os consumidores e contribuintes brasileiros.

II – RELATÓRIO

A Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 30, de 2015 (Mensagem nº 124, de 2015, da Presidência da República), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, conforme o disposto no art. 52, inciso

III, alínea "f", da Constituição Federal, e no art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Registra-se que, neste particular, o indicado apresentou documentação que atendeu todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

A Lei nº 12.529, de 2011, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O referido art. 12 dispõe que Superintendente-Geral do CADE será escolhido dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico, e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

O Sr. Eduardo Frade Rodrigues é brasileiro, natural da cidade de Brasília, no Distrito Federal, graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2006) e em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2007), fez o curso de formação para a Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública (2007), tem especialização em Defesa da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas (2010) e é Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília.

É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desde 2006, e exerceu vários cargos no CADE, desde 2007, tendo assumido a função de Superintendente-Adjunto do Conselho em 2012. Atualmente, é Superintendente-Geral interino da instituição.

O indicado tem também uma carreira acadêmica. É professor convidado da Pós-Graduação de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio). Tem publicações sobre regulação e defesa da concorrência em revistas especializadas, além de participação como palestrante em inúmeros congressos e seminários.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para o cargo de Superintendente-Geral do CADE.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente

Senador REGUFFE, Relator

PARECER
Nº 258, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 31 de 2015, que *submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor JOÃO PAULO RESENDE para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Alessandro Serafim Octavianni Luis.*

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Douglas Cintra (Relator *ad hoc*) sobre a Mensagem nº 31 de 2015, opina pela APROVAÇÃO da escolha do Senhor **JOÃO PAULO RESENDE** para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 22 votos favoráveis, 1 contrário(s) e NENHUMA ABSTENÇÃO.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGENS (SF) Nºs 30, 31, 32, 33 e 34, de 2015

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 02/06/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR: SEN. DOUGLAS CINTRA - RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. José Pimentel (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Paulo Rocha (PT)
Lindbergh Farias (PT)	3. Donizeti Nogueira (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Reguffe (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Telmário Mota (PDT)	6. Jorge Viana (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Gladson Cameli (PP)
Ciro Nogueira (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Raimundo Lira (PMDB)	3. José Maranhão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Jader Barbalho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	7. Rose de Freitas (PMDB)
VAGO	8. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. José Serra (PSDB)
Wilder Morais (DEM)	2. Ataídes Oliveira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Dalirio Beber (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	4. Ronaldo Caiado (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	5. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Lídice da Mata (PSB)
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Elmano Férrer (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	3. Blairo Maggi (PR)

RELATÓRIO

RELATOR: Senador LINDBERGH FARIAS
RELATOR *Ad Hoc*: Senador **DOUGLAS CINTRA**

A Senhora Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 31, de 2015 (Mensagem nº 125, de 2015, da Presidência da República), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOÃO PAULO DE RESENDE, para o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional.

No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Registra-se que, neste particular, o indicado apresentou documentação que atendeu a todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

A Lei nº 12.529, de 2011, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O referido art. 6º dispõe que o Tribunal Administrativo tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico, e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

O Sr. João Paulo de Resende é brasileiro, graduado em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, e possui Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. É também doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Proferiu palestras e publicou trabalhos acadêmicos relacionados à intervenção do Estado na economia e ao funcionamento dos mercados regulados. É Professor de Economia da Regulação na Escola Nacional de Administração Publica – ENAP e foi professor do Curso de Especialização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Pertence aos quadros da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 2006, admitido por concurso público, e exerceu vários cargos na Administração Pública Brasileira, tais como Assessor Econômico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Assessor Econômico do Ministério de Minas e Energia e Conselheiro no Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística – EPL. Entre 2012 e março de 2015, exerceu a relevante função de Diretor da Unidade de Concessões e Parcerias Público-Privadas da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao longo dessa trajetória profissional, atuou diretamente na regulação econômica de diversos setores da economia brasileira, mais notadamente na área de infraestrutura, dentre eles os setores de petróleo e gás, energia elétrica, mineração, portos, aeroportos e aviação civil, rodovias e ferrovias. Essa abrangente experiência será de grande valia para as decisões do tribunal do CADE, tendo em vista a quantidade de casos recentes de infraestrutura regulada submetidos à análise do órgão.

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica, intelectual e acadêmica do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. JOÃO PAULO DE RESENDE para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE.

Sala da Comissão,

Senador Delcídio do Amaral, Presidente
Senador Douglas Cintra, Relator "ad hoc"

PARECER
Nº 259, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 32, de 2015, que s*ubmete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor PAULO BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Ricardo Machado Ruiz.*

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Valdir Raupp sobre a Mensagem nº 32 de 2015, opina pela **APROVAÇÃO** da escolha do Senhor **PAULO BURNIER DA SILVEIRA** para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGENS (SF) Nºs 30, 31, 32, 33 e 34, de 2015

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 02/06/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR: SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. José Pimentel (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Paulo Rocha (PT)
Lindbergh Farias (PT)	3. Donizeti Nogueira (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Reguffe (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Telmário Mota (PDT)	6. Jorge Viana (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Gladson Cameli (PP)
Ciro Nogueira (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Raimundo Lira (PMDB)	3. José Maranhão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Jader Barbalho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	7. Rose de Freitas (PMDB)
VAGO	8. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. José Serra (PSDB)
Wilder Morais (DEM)	2. Ataídes Oliveira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Dalirio Beber (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	4. Ronaldo Caiado (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	5. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Lídice da Mata (PSB)
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Elmano Férrer (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	3. Blairo Maggi (PR)

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

A Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 32, de 2015 (Mensagem nº 126, de 2015, da Presidência da República), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO BURNIER DA SILVEIRA, para o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Registra-se que, neste particular, o indicado apresentou documentação que atendeu todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

A Lei nº 12.529, de 2011, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O referido art. 6º dispõe que o Tribunal Administrativo tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico, e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

O Sr. Paulo Burnier da Silveira é brasileiro, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), possui Mestrado pela Universidade Católica Portuguesa, quando desenvolveu a dissertação sobre "Controle das Operações de Concentração: a experiência européia e as perspectivas para o Mercosul," e Doutorado pela Universidade de Paris, com tese sobre defesa da concorrência. Possui diversos trabalhos acadêmicos sobre direito comercial, defesa da concorrência e concentração econômica.

Exerceu advocacia privada no Brasil e na França e atuou como Assessor Internacional do CADE, onde adquiriu larga experiência na coordenação do controle das fusões internacionais analisadas simultaneamente pelo CADE e por órgãos internacionais homólogos. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, na área de Direito Comercial e Concorrencial, tendo sido aprovado em 1º lugar no concurso público.

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica, intelectual e acadêmica do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Doutor PAULO BURNIER DA SILVEIRA para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente

Senador VALDIR RAUPP, Relator

PARECER Nº 260, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 33, de 2015, que *submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Eduardo Pontual Ribeiro.*

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho sobre a Mensagem nº 33 de 2015, opina pela **APROVAÇÃO** da escolha do Senhor **ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO** para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGENS (SF) Nºs 30, 31, 32, 33 e 34, de 2015

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 02/06/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR: SEN. FERNANDO BEZERRA COELHO

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. José Pimentel (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Paulo Rocha (PT)
Lindbergh Farias (PT)	3. Donizeti Nogueira (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Reguffe (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Telmário Mota (PDT)	6. Jorge Viana (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Gladson Cameli (PP)
Ciro Nogueira (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Raimundo Lira (PMDB)	3. José Maranhão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Jader Barbalho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	7. Rose de Freitas (PMDB)
VAGO	8. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. José Serra (PSDB)
Wilder Morais (DEM)	2. Ataídes Oliveira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Dalírio Beber (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	4. Ronaldo Caiado (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	5. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Lídice da Mata (PSB)
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Elmano Férrer (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	3. Blairo Maggi (PR)

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 33, de 2015, submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa à Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, quando determinado em lei. É o que determina a Lei nº 12.529, de 2011, para os membros do Cade.

Nos termos do disposto no art. 99, incisos V e VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir opinião sobre a escolha de autoridades. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 2011, que estabelece requisitos mínimos para a composição do Cade, os Conselheiros serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo nasceu no Distrito Federal, em 1976. Sua formação acadêmica é bastante completa. É bacharel em Economia pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB). Possui especialização em Direito Disciplinar na Administração Pública pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrado em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

No campo profissional, foi servidor do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entre 2004 e 2006, ocupando o cargo de Técnico Judiciário. Em seguida, passou a exercer o cargo de Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União (CGU), onde assumiu a função de assessor do Corregedor Geral da União entre 2009 e 2010, e de chefe de gabinete entre 2011 e 2012. Entre 2012 e 2013, passou ao cargo de Secretário Executivo do Ministério das Cidades, exercendo atividades correlatas à definição de diretrizes e implementação de ações da área de competência do Ministério.

No mesmo período em que esteve trabalhando no Ministério das Cidades, acumulou as funções de presidente do conselho de administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), oportunidade em que decidia questões relativas a políticas e diretrizes das empresas. Foi também membro do comitê de investimento do Fundo de Investimento do FGTS e membro suplente do conselho curador do FGTS à mesma época, quando participava de decisões sobre aporte de recursos em projetos de infraestrutura no País. Em 2014, passou a ser Assessor Parlamentar do Senado Federal, junto à Terceira Secretaria.

Na área acadêmica, exerce atividades de docência desde 2007. Foi professor da Escola de Administração Fazendária (Esaf) até 2012, onde ministrou cursos de Processo Administrativo Disciplinar, Responsabilidade Administrativa e Sindicância Patrimonial. Entre 2011 e 2015, foi professor de Direito Econômico e de Direito Administrativo do Curso de Pós-Graduação da Atame Pós-Graduação e Cursos, em Brasília. Em 2015, lecionou Direito Econômico na Escola de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

As funções e as atividades desempenhadas pelo indicado, na Administração Pública e no magistério, e sua sólida formação acadêmica, evidenciadas em seu currículo, revelam seu elevado nível de qualificação, o que deixa esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Cade.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, Relator

PARECER Nº 261, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 34, de 2015, que *submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição à Senhora Ana de Oliveira Frazão.*

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Álvaro Dias sobre a Mensagem nº 34 de 2015, opina pela **APROVAÇÃO** da escolha da Senhora **CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT** para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

MENSAGENS (SF) Nºs 30, 31, 32, 33 e 34, de 2015

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 02/06/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: [illegible]

RELATOR: SEN. ALVARO DIAS

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. José Pimentel (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Paulo Rocha (PT)
Lindbergh Farias (PT)	3. Donizeti Nogueira (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Reguffe (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Telmário Mota (PDT)	6. Jorge Viana (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Gladson Cameli (PP)
Ciro Nogueira (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Raimundo Lira (PMDB)	3. José Maranhão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Jader Barbalho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	7. Rose de Freitas (PMDB)
VAGO	8. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. José Serra (PSDB)
Wilder Morais (DEM)	2. Ataídes Oliveira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Dalirio Beber (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	4. Ronaldo Caiado (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	5. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Lídice da Mata (PSB)
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Elmano Férrer (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	3. Blairo Maggi (PR)

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

A Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 34, de 2015 (nº 128, de 2015, na origem), em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de quatro anos, em substituição à Senhora Ana de Oliveira Frazão.

Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Por sua vez, a Lei nº 12.529, de 2011, em seu art. 6º, define que o Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, **depois de aprovados pelo Senado Federal**.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 99, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, também por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal. Registra-se que, neste particular, a indicada apresentou documentação que atendeu todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

Ademais, nos termos do art. 383 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato. Nesse sentido, O *curriculum vitae* anexo à Mensagem em análise relata a formação acadêmica e a experiência profissional da Senhora Cristiane Schmidt.

Quanto à sua formação acadêmica, saliente-se que a indicada tem mestrado e doutorado em economia pela EPGE/FGV-Rio. Especializou-se em defesa da concorrência e regulação econômica. Sua tese de doutorado foi composta por três artigos microeconométricos no tema "defesa da concorrência", tendo recebido importantes premiações do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac) e da Scae/FGV. Foi, ainda, *visiting scholar* na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, cumpre-nos destacar a vasta publicação acadêmica da indicada, como, por exemplo: "Concorrência no Brasil: e agora?", em coautoria com Elizabeth Farina e Claudio Considera, no livro "Propostas para o governo 2015/2018", organizado por Fabio Giambiagi e Claudio Porto (Elsevier, 2013), Capitulo 20; "How the relationship between crossed elasticity and income on demand price elasticity can help antitrust analyses in the definition of the relevant market and on the possibility of exercising market power", Doc. 6/SEAE/MF, February, 2001; "Concentration Index", Doc13/SEAE/MF, March, 2002 (with Marcos Lima); "Commerce and Competition" – Doc14/SEAE/MF, April, 2002 (with Isabel Ramos and Marcos Lima); e "Defense of Competition in Mercosur", Revista Abamec, August, 2002.

Por fim, no tocante à sua experiência profissional, vale ressaltar que a Senhora Cristiane Schmidt foi Secretária-adjunta na área de defesa pela concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, onde, entre outras atribuições, contribuiu ativamente na elaboração de guias de análise concorrencial (horizontal e vertical) e de comportamentos predatórios, além de auxiliar na elaboração de marcos regulatórios e legais, a exemplo do então Projeto que viria a ser a nova lei da defesa da concorrência (Lei nº 12.529, de 2011). Também foi gerente geral de assuntos corporativos da Embratel, onde atuou como economista chefe do jurídico-regulatório nos casos relacionados à concorrência e regulação. Já foi, ainda, diretora-adjunta da agência de desenvolvimento local (LRA) de Porto Rico; diretora do departamento econômico da Companhia de Comércio e Exportação de Porto Rico, quando atuou em negociações comerciais junto ao CAFTA e ao NAFTA; gerente de execução estratégica para o *board* da maior empresa de cimento da América Central (Cementos Progreso - Guatemala), onde auxiliava em decisões estratégicas acerca da entrada em novos mercados e na identificação de práticas desleais adotadas pelos concorrentes; e economista do Ibrel/FGV, tendo atuado em projetos estratégicos na África e na Republica Dominicana.

Atualmente, é economista do Itaú Asset e parecerista da Revista de Direito Administrativo (RDA) da FGV, participante do *Liberty Fund* e professora e coordenadora de cursos de MBAs da FGV e da Universidade de Manchester.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação que resultará de voto secreto, limitamo-nos a este relatório, acreditando termos fornecido às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores integrantes da CAE elementos suficientes para decidir sobre a indicação da Senhora Cristiane Schmidt para o cargo de Conselheira do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente

Senador ALVARO DIAS, Relator

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, requeiro sejam **PEDIDAS INFORMAÇÕES** ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Embaixador Mauro Vieira,** sobre a concessão de passaportes diplomáticos ao Sr. Ricardo Terra Teixeira, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e a seus dependentes, assim como justificativas para a concessão dos mesmos.

Justificação

É de conhecimento pela mídia que o Sr. Ricardo Terra Teixeira, ex-presidente da Confederação Brasileira do Futebol (CBF), e dependentes possuem passaporte diplomático da República Federativa do Brasil.

Segundo o Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, que *dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP)*, determina no art. 6º de seu Anexo que:

> Art. 6º Conceder-se-á passaporte diplomático:
> I – ao Presidente da República, ao Vice-Presidente e aos ex-Presidentes da República;
> II – aos Ministros de Estado, aos ocupantes de cargos de natureza especial e aos titulares de Secretarias vinculadas à Presidência da República;
> III – aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal;
> IV – aos funcionários da Carreira de Diplomata, em atividade e aposentados, de Oficial de Chancelaria e aos Vice-Cônsules em exercício;
> V – aos correios diplomáticos;
> VI – aos adidos credenciados pelo Ministério das Relações Exteriores;
> VII – aos militares a serviço em missões da Organização das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, a critério do Ministério das Relações Exteriores;
> VIII – aos chefes de missões diplomáticas especiais e aos chefes de delegações em reuniões de caráter diplomático, desde que designados por decreto;
> IX – aos membros do Congresso Nacional;
> X – aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União;
> XI – ao Procurador-Geral da República e aos Subprocuradores-Gerais do Ministério Público Federal; e
> XII – aos juízes brasileiros em Tribunais Internacionais Judiciais ou Tribunais Internacionais Arbitrais

Observa-se, pois, que os mesmos não se enquadram no rol de possíveis beneficiários do passaporte diplomático.

Pelas razões expostas, apresento este Requerimento.

Sala das Sessões, – Senador **Romário.**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 627, DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 382/2011, que *dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto trata de matéria que possui aspectos econômicos, razão pela qual se insere no âmbito de competência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2015.

Senador Douglas Cintra
(PTB - PE)

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 628, DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor **Ministro dos Transportes,** informações sobre as obras inacabadas sob a responsabilidade do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no país, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que (i) foram iniciadas, mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como aquelas que, (ii) embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que (iii) não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho.

Nestes termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos:

1 – Unidade da Federação onde a obra está localizada;
2 – data de início da obra;
3 – data da paralisação da obra;
4 – tipo da obra;
5 – valores já pagos em função da obra; e
6 – motivo da paralisação da obra.

Justificação

Em 14/4/2015, a CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal aprovou o RMA nº 6, de 2015, de minha autoria, criando a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas – CMAOBRAS.

As informações ora solicitadas ao Ministério dos Transportes serão de enorme valia para o direcionamento dos trabalhos da citada Subcomissão, que deverá se debruçar sobre o gravíssimo problema das obras inacabadas no país, financiadas com recursos federais.

Solicito, portanto, o apoio de meus pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, de junho de 2015. – Senador **Ataídes Oliveira.**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO N° 629, DE 2015

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, de de 2015. – Senador **José Pimentel.**

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2015

Solicita o adiamento de discussão e a remessa para reexame, à Comissão de Serviços de Infraestrutura, da EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 3 de 2014, que "*Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas***".**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 279, II, do Regimento Interno, o adiamento de discussão e a remessa para reexame, à **Comissão de Serviços de Infraestrutura**, da **EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 3 de 2014**, que "*Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas*".

Justificação

No decorrer da tramitação do ECD 3/2014, de autoria do Senador Lobão Filho, que "*Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais*

hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas", o artigo 26 da lei 9.427/1996 foi alterado pela Lei 13.097, de 19 de janeiro de 2015, oriunda da MP 656/2014.

A alteração se deu no tocante ao aumento de 1.000 kW para 3.000 kW da potência máxima hidráulica, alteração esta que não é objeto do referido projeto. Entretanto, em virtude desta modificação recente, a ECD 3/2014 que encontra-se no plenário do Senado Federal para apreciação poderia se tornar prejudicada, pois caso seja aprovada, como está, derrubaria todo o esforço feito pelos agentes do Setor Elétrico na aprovação da Lei 13.097/2015.

Diante disso, e para que também não se perca o trabalho desenvolvido durante sete anos neste projeto, solicitamos que a ECD 3/2014 retorne a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, para que seja feito o adequado reexame no texto, conforme previsto na Lei 13.097/2015.

Sala das Sessões. – Senador **Delcídio do Amaral,** PT / MS.

(À publicação)

REQUERIMENTO
Nº 631, DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, o Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2011, seja reexaminado pela **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.

Senador **Cássio Cunha Lima**

Líder do PSDB

(À Publicação)

REQUERIMENTO
Nº 632, DE 2015

Requeiro, nos termos do inciso III, do art. 279, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento, por 30 dias úteis, da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2008, que "Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e transferência de dados informáticos mantidos por fornecedores de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação de crimes praticados contra crianças e adolescentes, e dá outras providências".

Sala das Sessões, em de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Líder do Governo no Senado

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 633, DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, o Projeto de Lei do Senado nº 601, de 2011, seja reexaminado pela **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.

Senador Cássio Cunha Lima

Líder do PSDB

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 634, DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, seja reexaminado pela **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.

Senador **Cássio Cunha Lima**

Líder do PSDB

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 635, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, o reexame do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada", pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Justificação

A matéria foi apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e de Assuntos Sociais – CAS, tendo sido aprovados pareceres favoráveis em ambas comissões permanentes.

No prazo regimental, foi interposto o Recurso nº 10, de 2013, para que o projeto fosse apreciado pelo Plenário da Casa. Em seguida, foi aprovado requerimento solicitando exame da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, onde foi apresentado parecer pela rejeição do projeto, devidamente aprovado pelos senadores membros daquela comissão.

A fim de dirimir dúvidas quanto ao mérito da matéria, e objetivando a melhor análise do assunto, é que solicitamos que o presente projeto possa ser reavaliado pela comissão citada no presente requerimento.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2015. – Senador **Garibaldi Alves Filho.**

REQUERIMENTO Nº 636, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, o reexame do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada", pela Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Justificação

A matéria foi apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e de Assuntos Sociais – CAS, tendo sido aprovados pareceres favoráveis em ambas comissões permanentes.

No prazo regimental, foi interposto o Recurso nº 10, de 2013, para que o projeto fosse apreciado pelo Plenário da Casa. Em seguida, foi aprovado requerimento solicitando exame da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, onde foi apresentado parecer pela rejeição do projeto, devidamente aprovado pelos senadores membros daquela comissão.

A fim de dirimir dúvidas quanto ao mérito da matéria, e objetivando a melhor análise do assunto, é que solicitamos que o presente projeto possa ser reavaliado pela comissão citada no presente requerimento.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2015. – Senador **Garibaldi Alves Filho.**

REQUERIMENTO Nº 638, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, o adiamento da discussão para reexame do **Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2007**, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena" pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Justificação

A matéria foi aprovada pela comissão em outubro de 2010 e após o prazo de interposição de recurso, ficou pronta para Plenário. Por diversas sessões o projeto permaneceu na pauta sem que se conseguisse quórum suficiente para sua deliberação.

Finda a 54ª Legislatura, nos termos do art.332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014, o projeto foi arquivado. Tendo em vista seu desarquivamento e o tempo decorrido desde sua aprovação, solicitamos o reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ para adequações necessárias à luz de novas proposições já convertidas em lei que abordam o mesmo tema.

Sala das Sessões, de junho de 2015. – Senador **Delcídio Do Amaral, Lider do Governo no Senado.**

(À publicação)

REQUERIMENTO Nº 639, DE 2015

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações, a serem solicitadas ao Ministro da Educação, no âmbito da Coor-

denação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sobre o possível recebimento de verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDTC, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI para financiamento do Programa Federal Ciência Sem Fronteiras:

1 – O Programa Federal Ciência Sem Fronteiras, vinculado à CAPES recebeu, no período de 2003 a 2014, qualquer transferência de valores oriundo do FNDTC?
2 – Caso afirmativo, qual o montante total e anual transferido? Qual órgão era competente para autorizar essa transferência? E porque essa transferência ocorreu?
3 – Quais são os meios de financiamento do Programa Federal Ciência Sem Fronteiras? Qual a origem dos recursos que financiam esse programa?
4 – A CAPES em algum momento do período entre 2003 e 2014 recebeu recursos advindos do Fundo CT-Amazônia para ser destinado ao Programa Federal Ciência Sem Fronteiras?
5 – Caso afirmativo, qual o montante total e anual recebido? Qual órgão era competente para autorizar essa transferência? E porque essa transferência ocorreu?
6 – Quantos e quais discentes, docentes ou outros candidatos que preencham os requisitos do Programa Federal Ciência Sem Fronteiras são oriundos dos estados componentes da Amazônia Ocidental e foram beneficiados anualmente? A quais áreas do ensino e curso de graduação cada beneficiado está vinculado?

Justificação

Recentemente foram divulgadas notícias nos principais meios de comunicação locais de que os recursos arrecadados em decorrência da Lei de Informática para incentivo/investimento em P&D na Amazônia Ocidental teria sido desviado de sua função precípua e legal para ser destinado ao programa Ciência Sem Fronteiras.

Segundo o que foi denunciado, cerca de R$ 992,2 milhões do fundo de incentivo ao P&D, que são administrados pela SUFRAMA, que deveria ser gerido pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA tiveram como destino o Programa Ciência Sem Fronteiras, gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a qual é vinculada ao Ministério da Educação.

Portanto, torna-se essencial questionar e analisar qual o uso e destino de verbas públicas essenciais para o incentivo de P&D, principalmente, na região da Amazônia Ocidental.

Sala das Sessões, de junho de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/Amazonas.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 640, DE 2015

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações, a serem solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, no âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, sobre o recolhimento e destinação das verbas pagas pelas empresas da Zona Franca de Manaus e que são advindas da Lei de Informática e que compõe o Fundo para Incentivo da P&D na Amazônia Ocidental:

1 – Qual órgão ou setor é responsável por administrar os recursos recolhidos a título de incentivo/investimento em P&D na Amazônia Ocidental? A que entidade pública é vinculado o dito órgão?

2 – Qual o fundo de destino desse montante total recolhido das empresas? Qual o objetivo desse fundo? E qual a legislação que o regula?

3 – Qual o montante recolhido, ano a ano, no período de 2002 a 2014, a título de incentivo ao P&D das empresas que atuam na Zona Franca de Manaus?

4 – O incentivo/investimento em P&D na Amazônia Ocidental, nos termos do que determina a Lei de Informática, tem origem em recursos arrecadados de empresas instaladas somente na Zona Franca de Manaus?

5 – Em caso negativo, quais as origens e fundos que têm por competência o incentivo/investimento em P&D na Amazônia Ocidental?

6 – Quantas e quais empresas da Zona Franca de Manaus têm o dever de destinar 5% de seu faturamento bruto?

7 – Quais projetos na Amazônia Ocidental receberam verbas para inventivo/investimento em P&D, no período de 2002 a 2014?

8 – Os recursos arrecadados a que se destinam ao inventivo/investimento em P&D são utilizados ano a ano, no período de 2002 a 2014, são totalmente utilizados/investidos?

Justificação

Recentemente foram divulgadas notícias nos principais meios de comunicação locais de que os recursos arrecadados em decorrência da Lei de Informática para incentivo/investimento em P&D na Amazônia Ocidental teria sido desviado de sua função precípua e legal para ser destinado ao programa Ciência Sem Fronteiras.

Segundo o que foi denunciado, cerca de R$ 992,2 milhões do fundo de incentivo ao P&D, que são administrados pela SUFRAMA, que deveria ser gerido pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA tiveram como destino o Programa Ciência Sem Fronteiras, gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a qual é vinculada ao Ministério da Educação.

Portanto, torna-se essencial questionar e analisar qual o uso e destino de verbas públicas essenciais para o incentivo de P&D, principalmente, na região da Amazônia Ocidental.

Sala das Sessões, de junho de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/Amazonas.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 641, DE 2015

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações, a serem solicitadas ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, sobre o possível repasse de verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDTC para financiamento do Programa Federal Ciência Sem Fronteiras vinculado ao CAPES e, por conseguinte, ao Ministério da Educação:

1 – O FNDTC realizou qualquer transferência de valores para o Programa Federal Ciência Sem Fronteiras, vinculado a CAPES no período de 2003 a 2014?

2 – Caso afirmativo, qual o montante total e anual transferido? Qual órgão era competente para autorizar essa transferência? E porque essa transferência ocorreu?

3 – Quais são os fundos setoriais que compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDTC, qual o objetivo de cada um?

4 – Qual o montante anual, no período de 2003 a 2014, recolhido a cada fundo setorial componente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDTC?

5 – Quais os projetos incentivados pelo Fundo CT-Amazônia? Quantos e quais são os pesquisadores beneficiados?

6 – Qual a localização do desenvolvimento de cada projeto incentivado pelo Fundo CT-Amazônia?

7 – A CAPES em algum momento do período entre 2003 e 2014 recebeu recursos advindos do Fundo setorial CT-Amazônia para ser destinado ao Programa Federal Ciência Sem Fronteiras?

8 – Caso afirmativo, qual o montante total e anual recebido? Qual órgão era competente para autorizar essa transferência? E porque essa transferência ocorreu?

Justificação

Recentemente foram divulgadas notícias nos principais meios de comunicação locais de que os recursos arrecadados em decorrência da Lei de Informática para incentivo/investimento em P&D na Amazônia Ocidental teria sido desviado de sua função precípua e legal para ser destinado ao programa Ciência Sem Fronteiras.

Segundo o que foi denunciado, cerca de R$ 992,2 milhões do fundo de incentivo ao P&D, que são administrados pela SUFRAMA, que deveria ser gerido pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA tiveram como destino o Programa Ciência Sem Fronteiras, gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a qual é vinculada ao Ministério da Educação.

Portanto, torna-se essencial questionar e analisar qual o uso e destino de verbas públicas essenciais para o incentivo de P&D, principalmente, na região da Amazônia Ocidental.

Sala das Sessões, de junho de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/Amazonas.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 642, DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo

Sr. Ministro de Desenvolvimento Social, para que este providencie, **no estrito prazo constitucional (sob pena da responsabilização criminal)**, as seguintes informações acompanhadas dos documentos comprobatórios:

– o valor não repassado aos municípios quanto ao programa de controle da Bolsa Família, discriminando por estado e por município no atual exercício financeiro;
– os motivos para que não esteja ocorrendo tais repasses com a lista das autoridades responsáveis por tal ato, bem como as providências tomadas para a responsabilização dos mesmos.

Justificação

O descalabro e descontrole deste governo acontece de maneira generalizada. Cada vez mais se percebe que existe um caos administrativo e financeiro o que gera "apagão" nas diversas áreas de atuação governamental. Agora, a imprensa denuncia que, um dos chamados programas de maior propaganda deste (des)governo, o Bolsa-Família está sofrendo com atrasos sistemáticos de repasses. Tal fato, além de prejudicar o sistema com a perda de sua confiabilidade, também acaba onerando os municípios.

Sabe-se que muitas prefeituras e Estados em todo o país ainda não receberam em 2015 nenhum centavo para a gestão da Bolsa-Família. Pior, tais atrasos estão "comprometendo a checagem de dados como a frequência de crianças nas escolas e atualizações cadastrais."

Os programas de acompanhamento nunca tinham sofrido atrasos dessa ordem. Em algumas prefeituras, funcionários foram desligados e serviços, cancelados. O próprio Ministério do Desenvolvimento Social reconhece os atrasos e diz que a situação deve se normalizar quando receber repasses do Tesouro Nacional. Entretanto, prefeituras reclamam que, com a exigência de mais fiscalização neste ano, o trabalho aumentou e os recursos se tornaram mais escassos.

Destarte, a fim de esclarecer a ação das autoridades em relação aos fatos supracitados, buscamos saber, dentro de minha prerrogativa Constitucional, quais as ações do Ministério da Desenvolvimento Social em relação aos fatos destacados.

Portanto, o Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois garantirão que se impeça que o governo aja de acordo com seus interesses nada transparentes, desprezando os interesses da população.

Sala da Sessão, – Senador **Ronaldo Caiado,** Democratas/GO.

(À Mesa, para decisão.)

MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Mensagem nº 6 de 2015-CN: Mensagem nº 181, da Presidente da República, que encaminha o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014. **(Vide item 3.1 do Sumário)**

Calendário de tramitação (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):
Leitura: 2/6/2015
Até 7/6 prazo para publicação da matéria;
Até 22/6 prazo para apresentação de relatório e projeto de decreto legislativo;
Até 29/6 prazo para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo; e
Até 6/7 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em suplemento ao Diário do Senado Federal e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

MENSAGEM Nº 35, DE 2015

(Nº 184/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Os méritos do Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

09001.001680/2015-63

EM nº 00193/2015 MRE

Brasília, 6 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES*
CPF.: 342.835.101-06
ID.: 7630 MRE

1963	Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1986	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
2001	Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR
2007	CAE - IRBr, Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro.
Cargos:	
1987	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1988-90	Secretaria de Controle Interno, assessor
1990-92	Presidência da República, Oficial de Gabinete
1992-95	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1995-96	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
1996-2000	Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
2000-03	Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
2003-06	Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto
2006-09	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2009-11	Presidência da República, Assessor Especial
2011-12	Presidência da República, Porta-Voz
2012-	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial
2013	III Diálogo Político-Estratégico Brasil-Canadá, Chefe de delegação
2013	Comissão Mista da Indústria de Defesa, Representante do Itamaraty
2013	X Diálogo Político-Estratégico Brasil-EUA, Chefe de delegação
2013	IV Diálogo Estratégico Brasil-França, Chefe de Delegação
2014	IX Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-americano, Chefe de delegação
Condecorações:	
1990	Medalha Santos Dumont, Brasil
1990	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1991	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
1998	Ordre du Mérite, França, Cavaleiro

2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2013	Medalha da Vitória, Brasil
Publicação:	
2011	Política Externa e Mídia, in Politica Externa,v 20, número 2

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

Moçambique





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Moçambique

GENTÍLICO	moçambicano
CAPITAL	Maputo
ÁREA	799.380 km²
POPULAÇÃO	25,8 milhões
IDIOMAS	português (oficial), emakhuwa (26,1%), xichangana (11,3%), entre outros.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	católicos (28,4%), protestantes (27,7%), muçulmanos (17,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia da República; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	PR Filipe Jacinto Nyusi (desde jan/2015)
CHEFE DE GOVERNO	PM Carlos Agostinho do Rosário (desde jan/2015)
CHANCELER	Oldemiro Balói (desde mar/2008)
PIB	US$ 16,590 bilhões (2014, FMI)
PIB PPP	US$ 29,757 bilhões (2014, FMI)
PIB *per capita*	US$ 626 (2014, FMI)
PIB PPP *per capita*	US$ 1.123 (2014, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (estimado, 2014); 7,4% (2013); 7,1% (2012); 7,4% (2011); 7,1% (2010)
IDH (2013)	0,327 (185º entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	50,7 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO	56,1% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	22,5% (PNUD, relatório de 2013)
UNIDADE MONETÁRIA	Metical
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Manuel Tomás Lubisse (desde jan/2013)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Cerca de 3.500 cidadãos brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	**35.228**	**27.300**	**32.389**	**110.240**	**42.380**	**85.277**	**146.459**	**148.561**	**74.068**
Exportações	35.212	27.300	32.387	108.118	40.377	81.183	122.309	123.852	63.861
Importações	16	0	2	2.122	2.002	4.094	24.150	24.709	10.207
Saldo	**35.196**	**27.300**	**32.385**	**105.995**	**38.375**	**77.089**	**98.159**	**99.143**	53.654

Informação elaborada em 05/03/2015, pelo TS João Marcelo Costa Melo, revisada pelo Conselheiro Pedro Escosteguy Cardoso.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Filipe Jacinto Nyusi

Presidente da República



Nascido em 9/2/1959, na província de Cabo Delgado, Filipe Jacinto Nyusi formou-se em Engenharia Mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e Administração (Universidade de Manchester, Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, havendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995.

Foi presidente (1993-2002) do Clube Ferroviário de Nampula, time da primeira divisão do futebol moçambicano. Exerceu ainda a função de leitor na Universidade de Pedagogia de Nampula, ademais de ser membro do Comitê Nacional dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, organização dedicada à preservação e ao estudo da memória da luta anticolonial moçambicana.

Foi indicado para Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza- candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais de outubro.

Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015.

Carlos Agostinho do Rosário

Primeiro-Ministro



Nasceu em 26/10/1954, na cidade de Maxixe, província de Inhambane. É filho de Agostinho Juisse e Rosa Sechene. Graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (Maputo), possui Mestrado em Economia aplicada na área de Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural (Universidade de Londres).

Até o momento de sua designação para Primeiro-Ministro, ocupava o cargo de Embaixador de Moçambique na Indonésia, Timor-Leste, Malásia, Tailândia e Cingapura. Anteriormente, foi Embaixador na Índia, Ministro da Agricultura e Governador da Província da Zambézia.

Tomou posse em janeiro de 2015.

Oldemiro Balói

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação



Nasceu em 9/4/1955, em Maputo. É cristão membro da igreja presbiteriana.

É graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e Mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres. Personalidade de grande destaque no cenário político moçambicano, foi Ministro da Indústria, Comércio e Turismo; Vice-Ministro da Cooperação; Coordenador da Comissão Nacional do Programa de Emergência; e Diretor do Gabinete de Cooperação dos Programas de Importação.

A partir de 2003, exerceu a função de Administrador Executivo do Banco Internacional de Moçambique. Cumulativamente, foi Presidente da SADC Banking Association e Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Assumiu a Pasta dos Negócios Estrangeiros em 2008 e foi reconduzido ao cargo em janeiro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 15 de novembro de 1975, mesmo ano de sua proclamação. Em 1976, foi criada a Embaixada do Brasil em Maputo. Em 1980, o Chanceler Saraiva Guerreiro visitou Moçambique e, em 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília.

A partir de 2000, iniciou-se uma série de visitas de alto nível, que intensificaram o relacionamento entre os dois países. O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Moçambique três vezes (2003, 2008 e 2010). Foram realizadas visitas presidenciais moçambicanas ao Brasil em 2001, 2004 (Joaquim Chissano), 2007 e 2009 (Armando Guebuza).

Mais recentemente, os Chanceleres dos dois países encontraram-se em jun/11, por ocasião da vinda ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Oldemiro Balói. Em out/11, a Presidenta Dilma Rousseff realizou visita oficial a Maputo e participou das cerimônias de celebração dos 25 anos de falecimento de Samora Machel (um dos grandes líderes na luta pela independência moçambicana).

Em abr/12, o então Primeiro-Ministro moçambicano Aires Ali veio ao Brasil, acompanhado de comitiva integrada pelo Ministro do Turismo e os Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação, da Administração Estatal e da Agricultura.

Por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (jul/2012), o Vice-Presidente Michel Temer realizou visita a Maputo. Além de participar de encontros no âmbito da CPLP, Temer ocupou-se de intensa agenda bilateral, que incluiu cerimônia de finalização das obras e lançamento da fase de operação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos.

Em 2013, a Presidenta Dilma Rousseff encontrou-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos BRICS, que teve lugar em Durban. No mesmo ano, o então Chanceler Antonio Patriota manteve encontro com o Ministro Oldemiro Balói em Maputo, à margem de Cúpula Ministerial da CPLP.

Em agosto de 2014, Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realizou visita ao Brasil. Conforme o próprio Nyusi, sua visita cumpria o papel de apresentar sua candidatura às autoridades políticas brasileiras e de trazer mensagem de confiança aos parceiros políticos e empresariais, afirmando que não haveria alterações na ideologia e agenda política do país. Durante os encontros que manteve, afirmou que priorizaria o desenvolvimento econômico, como forma de reduzir a pobreza e promover o bem-estar da população. Disse, nesse contexto, que especial enfoque seria dado à agricultura, setor que acredita ser capaz de gerar elevado número de empregos. Para tanto, desejaria o fortalecimento do vínculo com o Brasil no sentido da mecanização e absorção de novas tecnologias pelo campo, como forma de aumentar a produtividade agrícola moçambicana e, em consequência, a produção de mais alimentos para a população.

Cooperação

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da ABC, cobrindo áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e incluindo algumas das iniciativas de cooperação de maior vulto já lançadas pelo Brasil. A cooperação bilateral envolve projetos estruturantes tais como o "Projeto da Universidade Aberta em Moçambique" e a "Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos". Além de diversos outros projetos nas áreas de saúde e educação, a pauta bilateral conta, também, com projetos relacionados ao desenvolvimento urbano; à constituição de sistema de previdência social no país; à implantação de centro de formação profissional; à implementação de sistema de arquivos históricos e à formação de magistrados.

No âmbito dos **projetos regionais**, cabe citar programa regional de fortalecimento do setor algodoeiro em Moçambique e Malauí, ação desenvolvida com recursos originários da resolução do contencioso Brasil/EUA na Organização Mundial do Comércio.

Na pauta **trilateral** com organismos multilaterais, cabe destaque ao projeto de apoio ao desenvolvimento do programa nacional de alimentação escolar do país, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Com o PMA e FAO, entre 2011 e 2014 o Brasil contribuiu para a implementação, em Moçambique, de plano piloto do projeto "PAA África - Purchase from Africans for Africa". O objetivo é promover programas de compras locais de alimentos para cooperação alimentar por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados, com o engajamento da sociedade civil, dos Governos e das Nações Unidas. Trata-se de compromisso assumido em 2010 durante o Diálogo Brasil - África.

As ações trilaterais com países desenvolvidos, sob a coordenação da ABC, incluem iniciativas conjuntas com os governos da Alemanha, dos Estados Unidos, da Itália e do Japão.

Com a Alemanha, destacam-se projetos de apoio ao fortalecimento do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) e da gestão de risco de calamidades. Com a Itália, projeto conjunto prevê ações de regularização e urbanização integrada no bairro de Chamanculo "C", em Maputo. A ABC coordena igualmente a execução de dois projetos em parceria com o governo dos EUA, um dos quais apoia o Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique. O outro projeto conjunto, executado pela EMBRAPA, tem por objetivo fortalecer as capacidades estratégicas de produção e distribuição de produtos agroalimentares em Moçambique. Cabe registar que, no final de 2014, foi encerrado projeto conjunto com os EUA de apoio ao desenvolvimento da Plataforma para a Inovação Agropecuária, orientado ao sistema nacional de pesquisa moçambicana. O ProSavana, desenvolvido em conjunto com o Governo japonês, visa a contribuir para o desenvolvimento agrícola e rural na região do Corredor de Nacala.

Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos - Inaugurada em jul/2012, quando da visita do Sr. Vice-Presidente a Maputo (IX Cúpula da CPLP),

a fábrica reveste-se de especial relevância política para o Governo brasileiro. Beneficia-se da transferência de tecnologia de Farmanguinhos e da capacitação técnica fornecida pela ABC. O Governo brasileiro já investiu US$ 12 milhões no projeto, e a Vale Moçambique US$ 4,25 milhões.

UAB MOÇAMBIQUE - EM 2010, FORAM IMPLANTADOS TRÊS POLOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE. AS AULAS DOS QUATRO PRIMEIROS CURSOS DE GRADUAÇÃO (PEDAGOGIA, MATEMÁTICA, BIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) COMEÇARAM EM MARÇO DE 2011, NAS CIDADES DE MAPUTO, BEIRA E LICHINGA, ATENDENDO A CERCA DE 600 ESTUDANTES. SÃO PARCEIRAS DO PROJETO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E A UNILAB. EM 2013, ACORDOU-SE A EXPANSÃO DO PROGRAMA COM A CRIAÇÃO DE SEIS NOVOS POLOS.

ProSavana - Inspirado no PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o ProSavana é resultado de parceria entre os Governos brasileiro, moçambicano e japonês, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do Corredor de Nacala, implantando-se, na região, agricultura competitiva, socialmente inclusiva e ambientalmente responsável. O programa está alicerçado em três projetos. O ProSAVANA-PI está voltado para o fortalecimento da capacidade de pesquisa e de difusão de soluções tecnológicas disponibilizadas nos Centros Zonais de Investigação Agrária Nordeste e Noroeste. O ProSAVANA – Plano Diretor visa à elaboração de estudos para formulação de um plano diretor orientado ao desenvolvimento da agricultura que contribua para o desenvolvimento econômico e social através da promoção de investimentos em sistemas produtivos sustentáveis e da redução da pobreza no Corredor de Nacala. O ProSAVANA-Extensão tem o objetivo de incrementar a capacidade das instituições moçambicanas de extensão rural.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) - O PEC-G oferece vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia. Entre 2005 e 2015, 116 estudantes moçambicanos fizeram uso do programa. O PEC-PG oferece bolsas de estudo para estrangeiros de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) oferecidos no Sistema Educacional Brasileiro. Entre os países africanos

participantes do PEC-PG, Moçambique submete o maior número de candidaturas. Desde 2005, 260 moçambicanos foram contemplados.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira em Moçambique cresceu sensivelmente, nos últimos anos, especificamente como resultado da intensificação das atividades das empresas brasileiras instaladas naquele país. Os brasileiros são hoje cerca de 3500 pessoas, a grande maioria cadastrada na Embaixada. Estimando-se casos de brasileiros não cadastrados, residentes em locais distantes e sem qualquer contato com o Posto, esse número pode chegar a cerca de 5 mil. Os maiores núcleos de brasileiros em Moçambique encontram-se na capital Maputo, em Tete (em torno da mineração da Vale, em Moatize), e, mais recentemente, em Nacala (em função das obras no Aeroporto de Nacala, executadas pela Odebrecht). Trata-se de uma comunidade diversa, em termos de formação acadêmica, perfil profissional, tipo de atividade exercida, poder aquisitivo e identidades sociais, regionais e religiosas. Em consequência do crescimento e da dimensão da comunidade brasileira instalada, temporária ou permanentemente, em Moçambique, é intensa a atividade no setor consular da Embaixada em Maputo.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Moçambique é um tradicional e importante beneficiário do sistema brasileiro de créditos oficiais às exportações. Atualmente, há quatro projetos em Moçambique com financiamento oficial brasileiro aprovado: Aeroporto de Nacala; Transportes Públicos Maputo-Matola - BRT; Zona Franca Industrial de Nacala; e Barragem de Moamba Major. O Programa Mais Alimentos Internacional também conta com financiamento oficial brasileiro aprovado.

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) ao Governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) até 1992, quando se assinou Acordo de Paz.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; a crescente liberdade de expressão, religiosa e de associação; e o satisfatório desempenho da economia moçambicana

consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Apesar desse cenário positivo, permaneciam desentendimentos entre a FRELIMO e a RENAMO (maior partido de oposição) em torno de temas considerados sensíveis por esta: reintegração de oficiais desmobilizados do exército, despartidarização do aparelho estatal e reforma da Comissão Nacional de Eleições. Com o objetivo de forçar o Governo de Moçambique a abrir negociação sobre os referidos temas, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, aquartelou-se, em out/2012, em antiga base militar do partido, no Distrito de Gorongosa, Província de Sofala.

Em dez/2012, o Governo aceitou instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, formando-se comissão de alto nível, chefiada pelo Ministro da Agricultura. As reuniões, porém, vinham sucessivamente terminando em impasse. As divergências acabaram ganhando contornos belicosos, tendo a RENAMO adotado estratégia de ataques pontuais a estradas e postos policiais. Os enfrentamentos atingiram seu ápice em out/2013. Em resposta a ataques da RENAMO, forças governamentais cercaram e tomaram a base daquele partido na Gorongosa.

Interrompido desde então, as partes retomaram, em jan/2014, o diálogo político. Em mar/2014, chegou-se a acordo sobre legislação eleitoral, que amplia a Comissão Nacional de Eleições e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (de modo que suas direções sejam compostas por integrantes da FRELIMO, RENAMO e MDM). Em ago/14, Governo e RENAMO concluíram três instrumentos com vistas a pôr termo às diferenças entre as partes e conduzir à cessação das hostilidades (memorando de entendimento, garantias de implementação dos consensos alcançados e termos de referência dos observadores internacionais). Os Chefes das Delegações para as negociações – José Pacheco (Governo) e Saimone Macuaine (RENAMO) – assinaram, em 24/8, declaração de cessação de hostilidades militares, o que abriu caminho para a implementação dos instrumentos consensuados, ratificados em set/2014.

Em out/2014, realizaram-se as eleições presidenciais e legislativas em Moçambique. O candidato da FRELIMO (partido governista), o ex-Ministro da Defesa Filipe Nyusi sagrou-se vencedor com 57% dos votos. Afonso Dhlakama, candidato do principal partido opositor (RENAMO), foi o segundo com 37%. O novo presidente tomou posse em janeiro de 2015. Oldemiro Baloi continua como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, cargo que ocupa desde 2008.

Os resultados foram contestados pela RENAMO, e Dhlakama iniciou périplo pelas províncias do centro-norte do país para convencer a população local da ocorrência de fraudes eleitorais e propor a formação de um "governo de gestão" de forma a garantir que o país "não seja governado por aqueles que roubaram votos ou aqueles que se beneficiaram de votos roubados". Anunciou, ainda, que os deputados eleitos do partido (89 ao todo) não tomariam posse.

O cenário politicamente adverso, porém, foi revertido já em fevereiro, tendo o PR Filipe Nyusi se avistado por duas vezes com Dhlakama. A realização das duas reuniões é considerada vitória política do Presidente Nyusi. Vinte e três dias após tomar posse e prometer, em seu discurso inaugural, orientar-se pelo diálogo e pela inclusão, Nyusi logrou não apenas que Dhlakama interrompesse seu périplo pelo norte de Moçambique e se deslocasse a Maputo para encontrá-lo, mas, também, que o Presidente da RENAMO anunciasse, ao contrário do que havia afirmado nos últimos dias, que os deputados do partido tomariam posse (o que, de fato, ocorreu naquele mesmo mês).

Registre-se, por fim, que, apesar do anterior cenário de enfrentamentos pontuais entre o Governo e a RENAMO, sempre se considerou remota a possibilidade de retorno à guerra civil em Moçambique. Ademais, a expectativa é a de que o país não venha a conhecer maiores turbulências políticas ou econômicas proximamente. Por um lado, a vitória da FRELIMO nas eleições de outubro permite inferir que não haverá mudanças institucionais profundas no futuro próximo. Por outro lado, o crescimento do PIB do país, em torno de 7% desde 2008, deverá manter-se no mesmo patamar pelos próximos anos, o que certamente ajuda a manter o cenário de estabilidade.

Poder legislativo

A Assembleia da República (unicameral), conta com 250 parlamentares, eleitos por mandatos de 5 anos, em eleições diretas realizadas concomitantemente com as eleições presidenciais (as próximas serão em 2019).

POLÍTICA EXTERNA

No âmbito regional, Moçambique se projeta pelo apoio que prestou à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e contra o *apartheid* sul-africano, bem como por sua experiência em reconstrução pós-conflito.

Destaca-se, entre os objetivos da política externa moçambicana, o estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação de um Programa de Governo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As mais importantes iniciativas em política externa estão, assim, voltadas para a promoção de investimentos e a manutenção das ajudas diretas que permitam ao Estado moçambicano manter o equilíbrio orçamentário e os investimentos sociais. São também buscadas formas de favorecer a transferência de tecnologias, a capacitação e a formação especializada de quadros.

África

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, a dependência econômica

acentuada de Moçambique em relação a seu vizinho determinou a elevação da África do Sul a principal parceiro de Moçambique no contexto africano.

O Zimbábue é parceiro e aliado histórico de Moçambique. A estabilidade política e desenvolvimento do vizinho interessa a Maputo. Dificuldades econômicas no país vizinho em anos recentes provocaram a redução da utilização do corredor da Beira, por onde são escoadas as exportações zimbabuanas, provocando perda de receitas para Moçambique.

À semelhança do Zimbábue, o Maláui também depende de Moçambique para o escoamento de seu comércio exterior, fazendo da questão fronteiriça e do acesso ao oceano via portos moçambicanos tema central da relação bilateral. Nesse contexto, a conexão ferroviária do Corredor de Nacala (projeto do qual a VALE participa como sócia majoritária) representa contribuição importante para a integração entre os dois países. O projeto prevê a construção de ferrovia ligando as minas de carvão de Moatize, no norte de Moçambique, ao Porto de Nacala, naquele país, passando pelo território do Maláui.

Países desenvolvidos

Os principais parceiros internacionais de Moçambique estão agrupados nos chamados Parceiros de Apoio Programático (PAP), ou G-19, responsáveis pelo apoio direto ao orçamento moçambicano. Integram o grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Comissão Europeia. Estados Unidos, Japão, FMI e PNUD são observadores.

Estados Unidos e Japão, embora não façam parte do G-19 (não praticam doações orçamentárias diretas), estão entre os principais provedores de cooperação a Moçambique. Os EUA são o maior colaborador individual de Moçambique. Já o montante da doação japonesa rivaliza com o orçamento de cooperação dos principais membros do G-19.

CPLP

Moçambique é membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A organização é tratada com prioridade pelo Governo moçambicano e sempre citada como critério de preferência de Moçambique em apoios a candidaturas brasileiras em foros internacionais. O Embaixador moçambicano Murade Isaac Miguigy Murargy assumiu a função de Secretário-Executivo da CPLP em set/2012. Murargy era, até o momento de sua eleição para o referido cargo, Embaixador de Moçambique em Brasília.

SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral é a organização regional de maior importância para Moçambique. O país exerceu a presidência

rotativa da SADC entre 2012 e 2013 e participa ativamente do encaminhamento das questões regionais na Organização. O ex-Presidente Joaquim Chissano cumpriu, recentemente, a função de mediador da Organização para Madagascar, na etapa final da longa crise política (2009-2014) naquele país, encerrada com o retorno à normalidade constitucional em 2014.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a economia moçambicana registrou crescimento sustentado. No triênio 2011-2013, as taxas de crescimento foram superiores a 7% a.a. Dados do FMI mostram que, em 2014, o país cresceu 8,3%, tendo o PIB nominal atingido US$ 16,590 bilhões. O PIB *per capita* ainda é considerado baixo, limitando-se a US$ 626. A última estimativa do FMI mostra que o país continuará crescendo em ritmo acelerado no biênio 2015-2016, em torno de 8,2% a.a. A economia é fortemente baseada em recursos minerais, cuja exploração é estimulada por meio de vultosos fluxos de investimentos estrangeiros. A recente aprovação de cinco leis que criaram um novo marco regulatório para os setores de mineração e petrolífero deverá contribuir para sustentar as significativas taxas de expansão no médio e longo prazo.

Moçambique é hoje considerado, do ponto-de-vista econômico, país relativamente estável, apesar da vulnerabilidade que há nos setores de alimentos e emprego. Essas vulnerabilidades atingem de forma mais aguda as camadas empobrecidas das periferias urbanas, em condição de insegurança alimentar, desemprego e exclusão social.

O principal desafio econômico tem sido, portanto, o de disseminar a toda a sociedade os benefícios do alto crescimento econômico havido nas últimas décadas. A necessidade de inclusão e de políticas que redistribuam a riqueza, em particular aquela gerada por projetos extrativistas em curso no país – responsáveis pelas taxas excepcionais de crescimento – tem sido apontada como ponto fundamental para o desenvolvimento sustentável do país e a estabilidade social.

Moçambique tem sido importante destino de investimentos. Fortes investimentos externos, sobretudo no setor de mineração, contribuíram para contrabalançar os efeitos adversos da crise internacional, dinâmica que tende a manter-se em função das recentes descobertas de grandes reservas de gás natural no Norte do país, na bacia do rio Rovuma.

Há importante oportunidade para investimentos brasileiros no setor de produção e transmissão de energia. Moçambique está entre os países de maior potencial energético da África. Ainda assim, calcula-se que apenas 22% da população moçambicana tenha acesso a energia elétrica e, dos 128 distritos do país, 22 ainda não são servidos de energia elétrica. Fontes de energia não-renováveis e renováveis, juntas, podem chegar a um potencial de 18.000 MW.

O país tem o segundo maior potencial de produção de energia hidrelétrica da região austral do continente africano e conta com vastas reservas de carvão e promissoras reservas de gás natural. Moçambique tem, também, grande potencial inexplorado de energia renovável (eólica, solar e biomassa).

Entre os setores da indústria em que se estima ter havido maior crescimento em 2014 e que, portanto, poderão significar oportunidade para investimentos brasileiros, estão: fabricação de cimento (11,9%); fabricação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos (10,9%); indústrias alimentares e de bebidas (9,8%); indústria do tabaco (8,9%); fabricação de mobiliário e outras indústrias transformadoras (7,9%); indústria metalúrgica de base (3,3%); fabricação de produtos químicos (1,1%); fabricação de artigos de borracha e material plástico (0,9%); fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (0,6%); edição, impressão e reprodução (0,4%); fabricação de papel, cartão e seus artigos (0,2%); fabricação de têxteis (0,1%); indústria de vestuário (0,1%); e fabricação de calçados (0,1%).

A produção de alimentos e bebidas foi influenciada pelo aumento do beneficiamento de cereais e da produção de óleos, de produtos de pastelaria e de alimentos para animais. Previa-se, também, em 2014, investimentos para a implantação de novas fábricas de processamento de arroz, de algodão e de milho e para a produção de óleo de soja, de cerveja e de refrigerantes.

Há ainda grandes oportunidades no setor de infraestrutura e logística em Moçambique. O país é escoadouro natural da produção mineral e agrícola da África meridional, tanto por conta de seus rios, que fluem no sentido interior-litoral, quanto pela existência de "portos naturais" na costa moçambicana (Maputo, Beira e Nacala). De acordo com avaliações recentes sobre as perspectivas de crescimento econômico da África Austral, o potencial esgotamento da capacidade portuária da África do Sul (Durban, o maior "hub" marítimo do Oceano Índico, é porto urbano, com sérias limitações à sua expansão) torna Moçambique a alternativa estratégica vital da região. Nesse sentido, projetos de infraestrutura que potencializem as vantagens logísticas naturais do território moçambicano podem ser considerados altamente atrativos.

Comércio

Entre 2004 e 2013, as exportações de bens de Moçambique registraram expansão de 168%, passando de US$ 1,504 bilhão para US$ 4,024 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2014, as vendas externas cresceram 9,1% sobre a base homóloga de 2013, atingindo US$ 3,260 bilhões. Os principais mercados de destino das exportações, no acumulado até setembro de 2014, foram: Países Baixos (25,1% do total); África do Sul (19,2%); Cingapura (9,1%); Índia (8,5%); China (5,3%); Reino Unido (3,7%); Zimbábue (2,9%). O Brasil foi o 15º destino, com margem de 1,1% no total. Em relação à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais produtos da pauta moçambicana, no acumulado até setembro de 2014: alumínio (28,3% do total); combustíveis e lubrificantes (27,8%); produtos diversos da indústria química (12,2%); tabaco e sucedâneos (4,9%); minérios (4,1%); madeira (2,8%); algodão (2,4%); frutas (2,3%); açúcar (2,0%).

Ao longo dos dez anos compreendidos entre 2004 e 2013, as importações cresceram 396% passando de US$ 2,035 bilhões, no primeiro ano da série histórica, para o nível de US$ 10,099 bilhões em 2013. No acumulado de janeiro a setembro

de 2014, os principais fornecedores de Moçambique foram: África do Sul (31,2% de participação); Bareine (7,7%); China (7,3%); Países Baixos (6,8%); Portugal (4,7%); Emirados Árabes (4,5%); Índia (3,1%). O Brasil ocupou a 16ª posição, com margem de 1,0% no total adquirido por Moçambique. Ainda com relação ao acumulado de 2014, foram os seguintes os principais produtos da importação global do país: combustíveis e lubrificantes (18,1% do total); máquinas e aparelhos mecânicos (14,0%); veículos e autopeças (9,7%); máquinas e instrumentos elétricos (7,9%); alumínio (7,2%); cereais (4,6%); obras de ferro fundido, ferro ou aço (4,4%).

A balança comercial de Moçambique é estruturalmente deficitária. Nessas condições, em 2013, o déficit em transações comerciais de bens sofreu deterioração, atingindo o valor de US$ 6,075 bilhões. No acumulado até setembro de 2014, as importações excederam as exportações mais uma vez e, assim, o déficit moçambicano foi de US$ 3,132 bilhões.

Comércio exterior bilateral

De 2005 a 2014, o **comércio bilateral entre o Brasil e Moçambique** cresceu 162%, evoluindo de US$ 28,3 milhões, para US$ 74,1 milhões. Em 2014, o intercâmbio registrou, todavia, forte retração de 50,1% em comparação a 2013. No período analisado, as trocas comerciais refletiram basicamente os valores das exportações, uma vez que as importações brasileiras originárias de Moçambique tiveram pouca representatividade. Os resultados da balança comercial entre os dois países são, portanto, tradicionalmente favoráveis ao Brasil, e, no último triênio os superávits foram de US$ 98,1 milhões (2012); US$ 99,1 milhões (2013); e US$ 53,6 milhões (2014). O superávit em 2014 foi, contudo, 45,9% inferior ao apurado no ano anterior. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as trocas somaram US$ 21,3 milhões, uma expansão de 141,6% em relação a igual período de 2014.

Entre 2005 e 2014 as **exportações** brasileiras para Moçambique cresceram 126%, evoluindo de US$ 28,2 milhões, em 2005, para US$ 63,9 milhões, em 2014. Em 2014, todavia, as vendas experimentaram forte retração de 48,4%, em comparação ao ano anterior, que pode ser explicada pela descontinuidade nos embarques de locomotivas e de trigo em grão. No primeiro bimestre de 2015 as exportações cresceram 200,2% em relação ao mesmo período de 2014. Os principais produtos exportados no ano de 2014 foram: *(i)* carnes de frango (valor de US$ 11,5 milhões, equivalentes a 18,0% do total); *(ii)* talas de junção de ferro e aço (valor de US$ 5,4 milhões; ou 9,1%); *(iii)* transformadores de potência superior a 650 kva (valor de US$ 3,1 milhões; ou 4,8%); *(iv)* material fixo para vias férreas (valor de US$ 2,7 milhões; ou 4,3%); *(v)* farinhas, pós ou "pellets" de carnes, impróprios para alimentação humana (valor de US$ 2,4 milhões; ou 3,8%).

Entre 2005 e 2008 as **importações** brasileiras originárias de Moçambique mostraram-se muito discretas, não ultrapassando o patamar de US$ 20 mil. De 2009 a 2014, entretanto, as compras cresceram 381,0%, passando de US$ 2,1 milhões, no ano de 2009, para US$ 10,2 milhões em 2014. Os melhores

desempenhos das importações ocorreram nos anos de 2012 e 2013, quando alcançaram o valor de US$ 24,2 milhões, e de US$ 24,7 milhões, respectivamente. Em 2014 as compras decresceram 58,7% em relação ao ano anterior em decorrência do recuo nas aquisições de carvão mineral/hulha betuminosa. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as importações sofreram forte retração de 67,7% em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Os principais produtos importados em 2014 foram: *(i)* carvão mineral/hulha betuminosa (valor de US$ 8,3 milhões; equivalentes a 80,9% do total); *(ii)* tabaco não manufaturado do tipo "Burley" (valor de US$ 1,9 milhões; ou 18,8%); *(iii)* pedras preciosas/semipreciosas, em bruto, serradas (valor de US$ 32,0 mil; ou 0,3% do total).

O **cruzamento estatístico** entre a pauta exportadora brasileira e importadora de Moçambique em 2013 (fonte: *TradeMap/UNCTAD, últimos dados anuais disponíveis),* identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local são os seguintes: *(i)* alumínio em forma bruta; *(ii)* veículos para transporte de mercadorias; *(iii)* arroz; *(iv)* medicamentos; *v)* telefones celulares; *(vi)* tratores rodoviários; *(vii)* óleo de dendê; *(viii)* construções de ferro ou aço; *(ix)* óleo de soja em bruto; *(x)* partes para guindastes, bulldozers e máquinas niveladoras.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e tende a continuar crescendo. As principais empresas brasileiras atuantes em Moçambique são: Vale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Fidens e Eletrobrás.

Dentre os projetos, destaca-se o da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (na região de Tete, no centro-oeste de Moçambique). A CAMARGO CORRÊA, a ELETROBRAS e a estatal moçambicana EDM (Eletricidade de Moçambique) formaram o consórcio HMNK para construir e operar a hidrelétrica de Mphanda Nkuwa.

Vale – presente em Moçambique desde 2004. O foco principal de seus investimentos no país gira em torno da exploração de uma das maiores reservas carboníferas do mundo (Moatize), cujo investimento total (incluindo projetos de infraestrutura no âmbito do Corredor de Nacala - ferrovia ligando Moatize ao Porto da vila de Nacala-a-Velha), chegará a cerca de US$ 10 bilhões nos próximos anos.

Camargo Corrêa – tem interesse na construção da usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa. Após a aquisição da CIMENTOS DE PORTUGAL, passou a controlar a CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE e a CIMENTOS DE NACALA, dominando o mercado moçambicano de cimento. A empresa é também parceira da Vale no projeto de desenvolvimento do Corredor de Nacala.

Odebrecht – responsável pelo projeto de conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional – inaugurado em dez/2014 –e por obras de

infraestrutura urbana na Zona Franca de Nacala. Deverá construir, ainda, 30 km de linhas viárias de alta velocidade ("Bus Rapid Transit - BRT"), que passarão pelas cidades de Maputo, Matola, Boane e Marracuene. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize.

Andrade Gutierrez e Fidens – Consórcio formado pelas duas empresas brasileiras construirá a represa de Moamba Major. O Grupo Andrade Gutierrez, por intermédio da construtora portuguesa Zagope, também é responsável por obras de rodovias em Moçambique.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1962	Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975	Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único. Samora Machel é o Presidente da República.
1976	A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977	A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.
1980	Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984	O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986	PR Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989	A FRELIMO abandona o marxismo.
1990	O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992	PR Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhaklama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994	Chissano é reeleito.
1995	Moçambique se torna membro da *Commonwealth*.

Dez/99	Chissano derrota Dhaklama nas eleições presidenciais.
Jun/02	Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05	Guebuza vence Afonso Dhlakhama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06	Banco Mundial cancela a maioria da dívida de Moçambique.
Fev/07	PR Hu Jintao visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09	Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Out/12	O líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, aquartela-se em antiga base militar do partido
Dez/2012	Governo aceita instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, porém diálogo esbarra em impasses.
Out/2013	Enfrentamentos entre a RENAMO e o governo atingem seu ápice.
Jan/2014	Retomada do diálogo político entre governo e RENAMO.
Ago/2014	Governo e RENAMO assinam declaração de cessação de hostilidades.
Out/2014	Realizam-se eleições presidenciais e legislativas em Moçambique.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76	Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
Jun/80	Visita do Ministro Saraiva Guerreiro a cinco países africanos, incluindo Moçambique.
Jan/98	Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00	Visita oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
Jun/01	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul,

	em Assunção.
Ago/02	Visita do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).
Mar/03	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Nov/03	Visita oficial do ex-Presidente Lula a Maputo. Assinado o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US$ 280 milhões.
Mar/05	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Set/07	Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/08	Visita do ex-Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09	Visita do PR Guebuza ao Brasil.
Dez/09	Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US$ 300 milhões.
Jun/10	V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10	Visita do ex-PR Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11	Visita da PR Dilma Rousseff a Maputo.
Abr/12	Visita do PM Aires Ali ao Brasil.
Jul/12	Visita do VPR Michel Temer a Maputo, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
Mar/2013	Presidenta Dilma Rousseff encontra-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos BRICS, em Durban.
Ago/2014	Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realiza visita ao Brasil.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

TÍTULO	EM VIGOR DESDE
Comunicado à Imprensa sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas.	14/11/1975
Acordo Geral de Cooperação	15/09/1981
Acordo de Cooperação Cultural	01/06/1989
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas.	31/08/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação	27/06/2014

ATOS BILATERAIS AINDA NÃO EM VIGOR

TÍTULO	ASSINADO EM	NOTA BRASILEIRA DE RATIFIAÇÃO
Protocolo Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Campo da Meteorologia	01/06/1989	15/08/1990
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	01/06/1989	20/12/1990
Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	01/06/1989	13/12/1990
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	01/06/1989	13/12/1990
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária	05/11/2003	11/10/2007
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	06/07/2007	20/10/2009
Acordo de Extradição	06/07/2007	15/01/2010
Acordo para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África	04/09/2008	13/05/2014
Acordo Entre o Governo da República Federativa	26/03/2009	28/10/2011

do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique	17/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Socioeconômicos de Moçambique

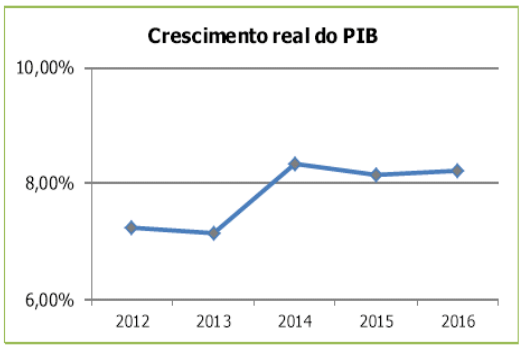
Indicador	2012	2013	2014(1)	2015(1)	2016(1)
Crescimento real (%)	7,25%	7,15%	8,34%	8,16%	8,23%
PIB nominal (US$ bilhões)	14,29	15,31	16,59	18,60	20,68
PIB nominal "per capita" (US$)	567	593	626	686	744
PIB PPP (US$ bilhões)	24,84	27,01	29,76	32,78	36,15
PIB PPP "per capita" (US$)	986	1.046	1.123	1.209	1.300
População (milhões de habitantes)	25,20	25,83	26,49	27,12	27,81
Inflação (%)	2,18%	2,96%	6,00%	5,60%	5,60%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-6,48	-6,05	-8,04	-8,97	-9,30
Dívida externa (US$ bilhões)	4,88	6,89	8,22	8,97	10,70
Câmbio (MT / US$)	29,80	30,10	33,60	34,05	34,64

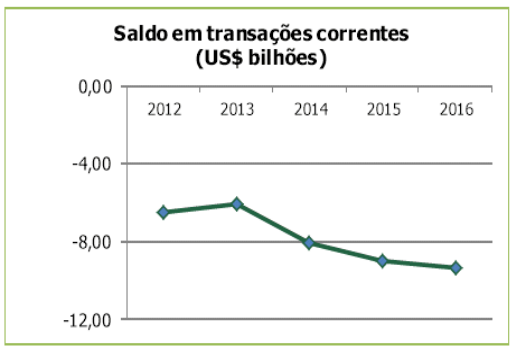
Origem do PIB (2013 estimativa)

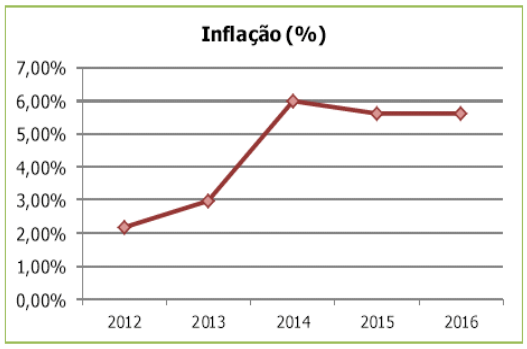
Agricultura	28,7%
Indústria	24,9%
Serviços	46,4%

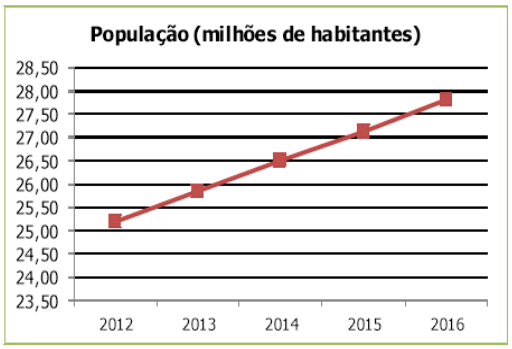
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.









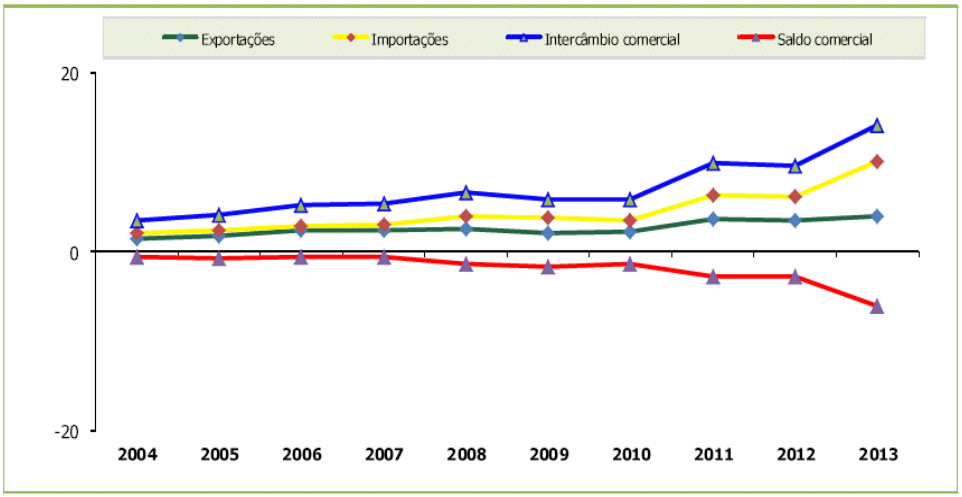
Evolução do Comércio Exterior de Moçambique
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1,50	44,1%	2,03	16,1%	3,54	26,5%	-0,53
2005	1,75	16,1%	2,41	18,4%	4,15	17,4%	-0,66
2006	2,38	36,4%	2,87	19,1%	5,25	26,4%	-0,49
2007	2,41	1,3%	3,05	6,3%	5,46	4,0%	-0,64
2008	2,65	10,0%	4,01	31,4%	6,66	22,0%	-1,35
2009	2,15	-19,1%	3,76	-6,1%	5,91	-11,3%	-1,62
2010	2,24	49,2%	3,56	75,2%	5,81	64,1%	-1,32
2011	3,60	60,7%	6,31	76,9%	9,91	70,6%	-2,70
2012	3,47	-3,7%	6,18	-2,0%	9,65	-2,7%	-2,71
2013	4,02	16,0%	10,10	63,5%	14,12	46,4%	-6,08
2014(jan-set)(1)	3,26	9,1%	6,39	-15,8%	9,7	-7,9%	-3,13
Var. % 2004-2013	**167,6%**	**--**	**396,4%**	**--**	**299,1%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

(n.c.) Dado não calculado.



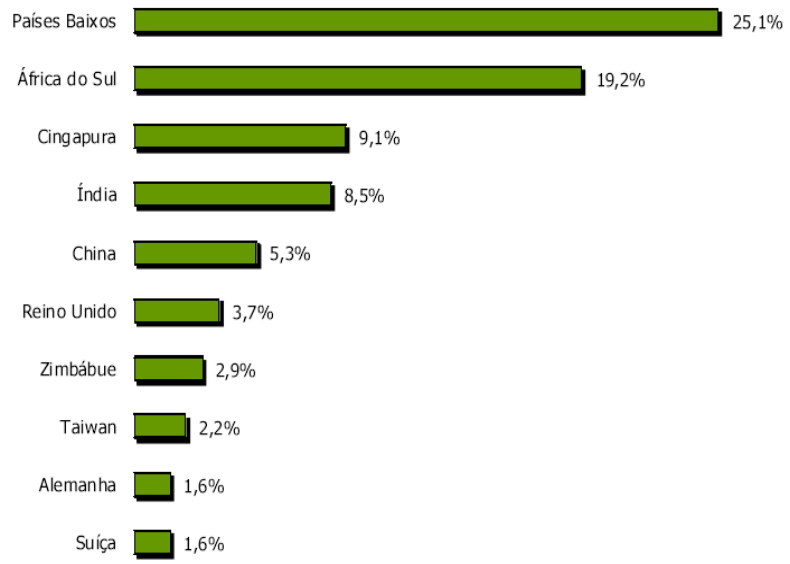
Direção das Exportações de Moçambique
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)(1)	Part.% no total
Países Baixos	819	25,1%
África do Sul	627	19,2%
Cingapura	297	9,1%
Índia	276	8,5%
China	172	5,3%
Reino Unido	120	3,7%
Zimbábue	96	2,9%
Taiwan	73	2,2%
Alemanha	51	1,6%
Suíça	51	1,6%
...		
Brasil (15ª posição)	***37***	***1,1%***
Subtotal	**2.619**	**80,3%**
Outros países	**641**	**19,7%**
Total	**3.260**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais destinos das exportações



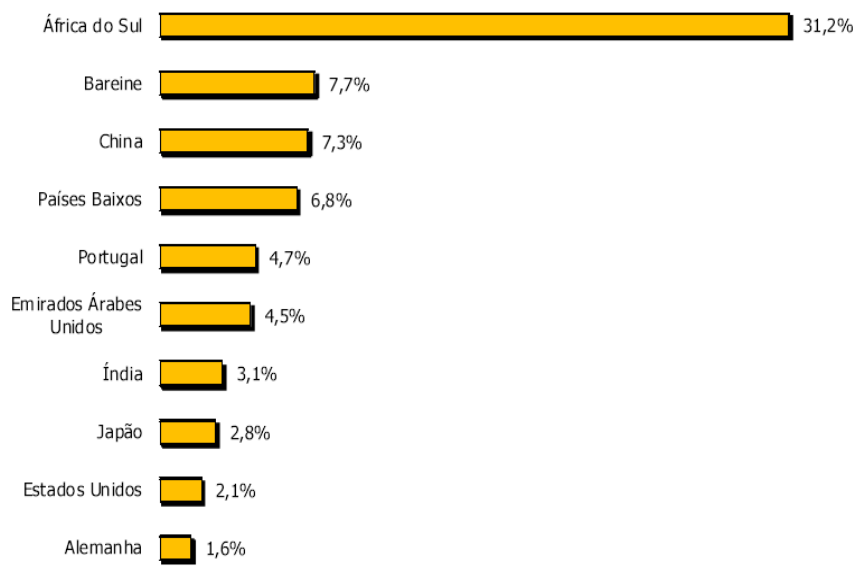
Origem das Importações de Moçambique
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)[1]	Part.% no total
África do Sul	2.164	31,2%
Bareine	533	7,7%
China	509	7,3%
Países Baixos	472	6,8%
Portugal	329	4,7%
Emirados Árabes Unidos	313	4,5%
Índia	216	3,1%
Japão	193	2,8%
Estados Unidos	143	2,1%
Alemanha	108	1,6%
...		
Brasil (16ª posição)	***70***	***1,0%***
Subtotal	**5.050**	**72,9%**
Outros países	**1.882**	**27,1%**
Total	**6.932**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Moçambique
US$ milhões

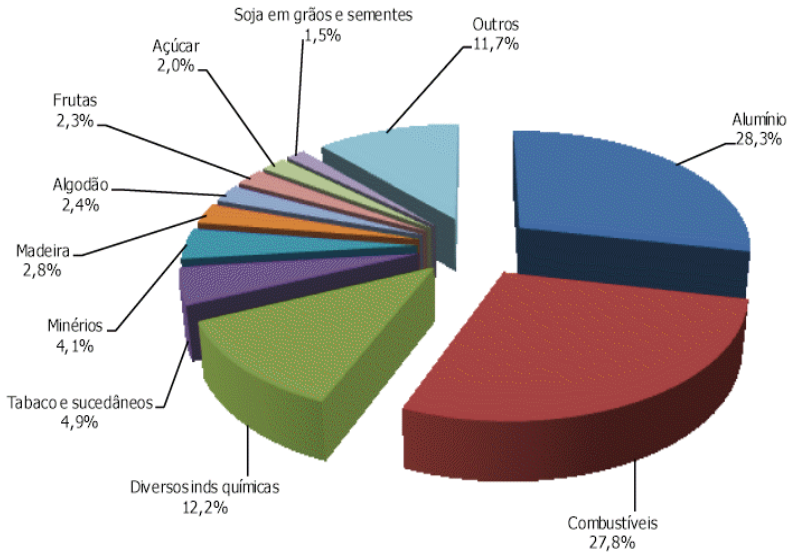
Descrição	2014 (jan-set)[1]	Part.% no total
Alumínio	922	28,3%
Combustíveis	907	27,8%
Diversos inds químicas	396	12,2%
Tabaco e sucedâneos	160	4,9%
Minérios	135	4,1%
Madeira	91	2,8%
Algodão	78	2,4%
Frutas	74	2,3%
Açúcar	66	2,0%
Soja em grãos e sementes	50	1,5%
Subtotal	**2.879**	**88,3%**
Outros	**380**	**11,7%**
Total	**3.259**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



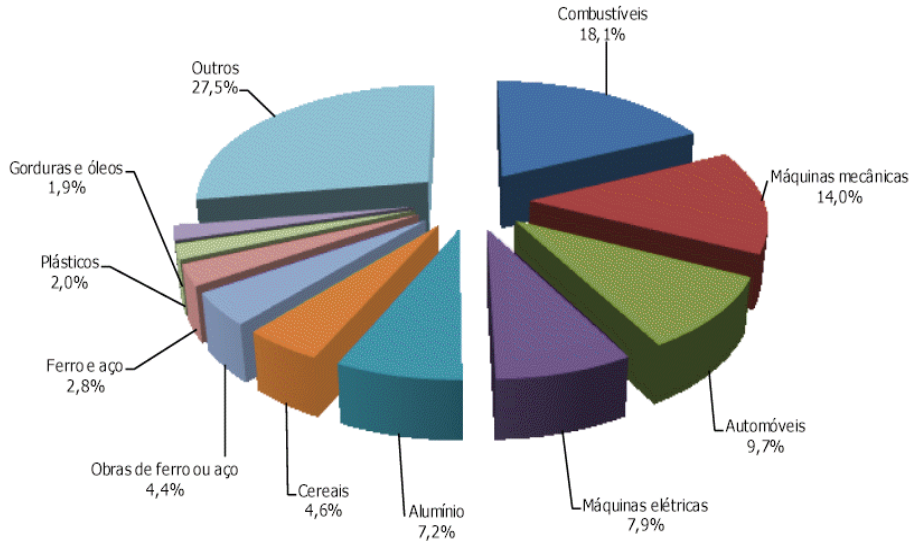
Composição das importações de Moçambique
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)(1)	Part.% no total
Combustíveis	1.159	18,1%
Máquinas mecânicas	892	14,0%
Automóveis	622	9,7%
Máquinas elétricas	504	7,9%
Alumínio	460	7,2%
Cereais	293	4,6%
Obras de ferro ou aço	279	4,4%
Ferro e aço	179	2,8%
Plásticos	126	2,0%
Gorduras e óleos	123	1,9%
Subtotal	**4.637**	**72,5%**
Outros	**1.755**	**27,5%**
Total	**6.392**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

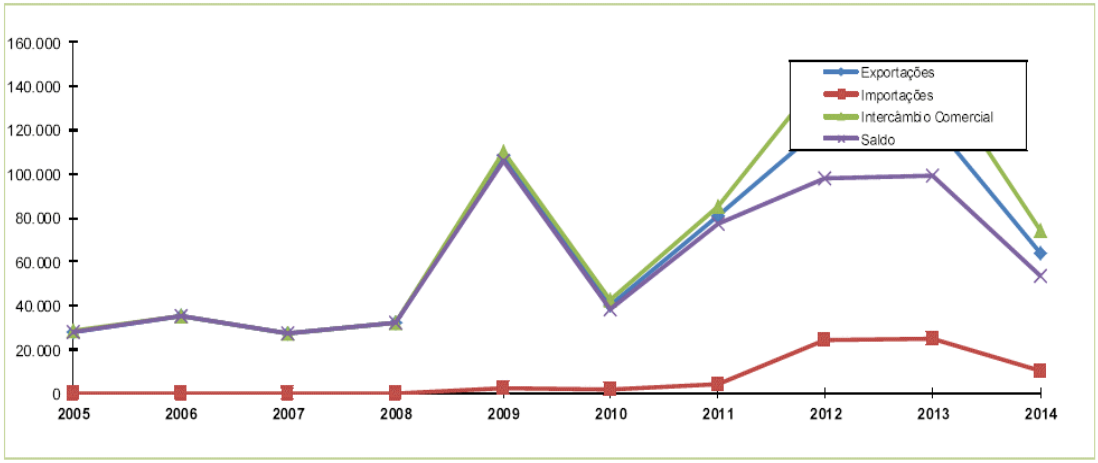
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Moçambique
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	28.245	21,2%	***0,02%***	20	41,2%	***0,00%***	28.266	21,2%	***0,01%***	28.225
2006	35.212	24,7%	***0,03%***	16	-21,3%	***0,00%***	35.228	24,6%	***0,02%***	35.196
2007	27.300	-22,5%	***0,02%***	0	-99,8%	***0,00%***	27.300	-22,5%	***0,01%***	27.300
2008	32.387	18,6%	***0,02%***	2	(+)	***0,00%***	32.389	18,6%	***0,01%***	32.385
2009	108.118	233,8%	***0,07%***	2.122	(+)	***0,00%***	110.241	240,4%	***0,04%***	105.996
2010	40.378	-62,7%	***0,02%***	2.003	-5,7%	***0,00%***	42.380	-61,6%	***0,01%***	38.375
2011	81.184	101,1%	***0,03%***	4.094	104,5%	***0,04%***	85.278	101,2%	***0,02%***	77.089
2012	122.309	50,7%	***0,05%***	24.150	489,8%	***0,01%***	146.460	71,7%	***0,03%***	98.159
2013	123.852	1,3%	***0,05%***	24.709	2,3%	***0,01%***	148.561	1,4%	***0,03%***	99.143
2014	63.861	-48,4%	***0,03%***	10.207	-58,7%	***0,00%***	74.068	-50,1%	***0,02%***	53.654
2015 (jan-fev)	20.641	200,2%	**0,08%**	623	-67,7%	**0,00%**	21.264	141,6%	**0,04%**	20.019
Var. % 2005-2014	**126,1%**		**--**	**50149,0%**		**--**	**162,0%**		**--**	**n.c.**

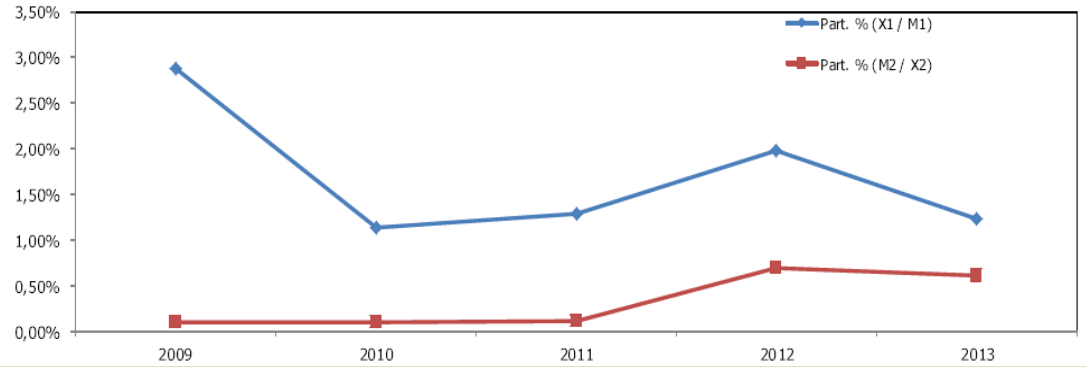
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado.



Part. % do Brasil no Comércio de Moçambique
US$ mil

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Moçambique (X1)	108.118	40.378	81.184	122.309	123.852	**14,6%**
Importações totais de Moçambique (M1)	3.764.207	3.564.230	6.305.647	6.177.210	10.099.147	**168,3%**
Part. % (X1 / M1)	**2,87%**	**1,13%**	**1,29%**	**1,98%**	**1,23%**	**-57,3%**
Importações do Brasil originárias de Moçambique (M2)	2.122	2.003	4.094	24.150	24.709	**1064,1%**
Exportações totais de Moçambique (X2)	2.147.169	2.243.069	3.604.118	3.469.852	4.023.719	**87,4%**
Part. % (M2 / X2)	**0,10%**	**0,09%**	**0,11%**	**0,70%**	**0,61%**	**521,2%**

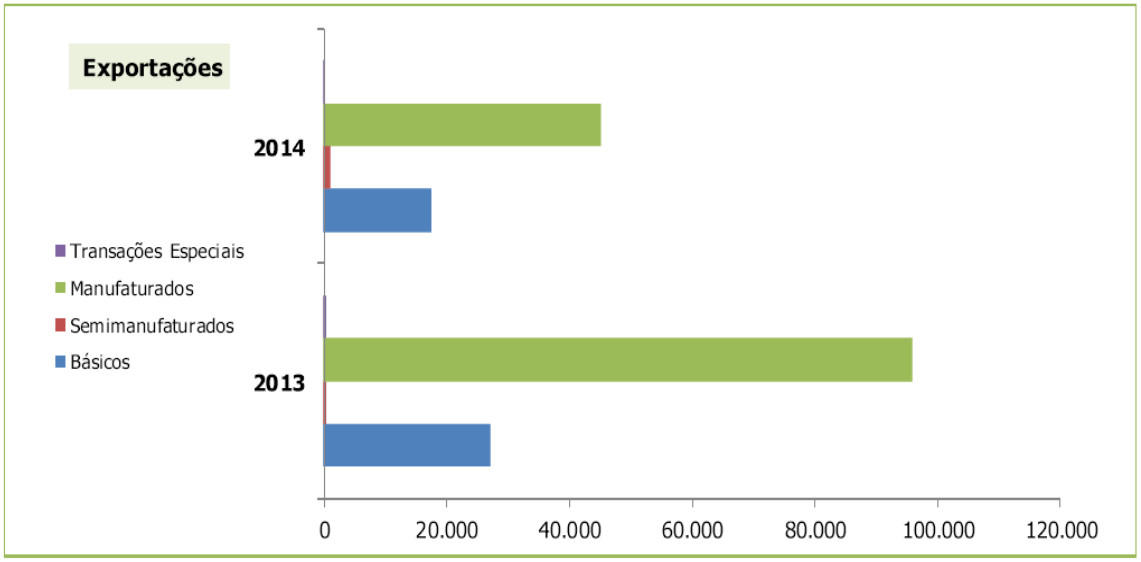
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

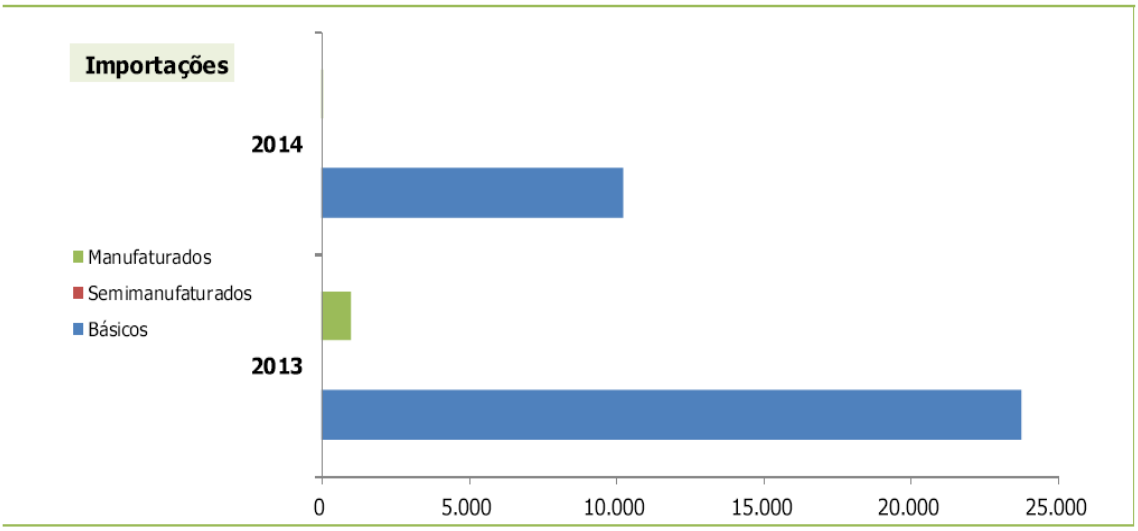


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





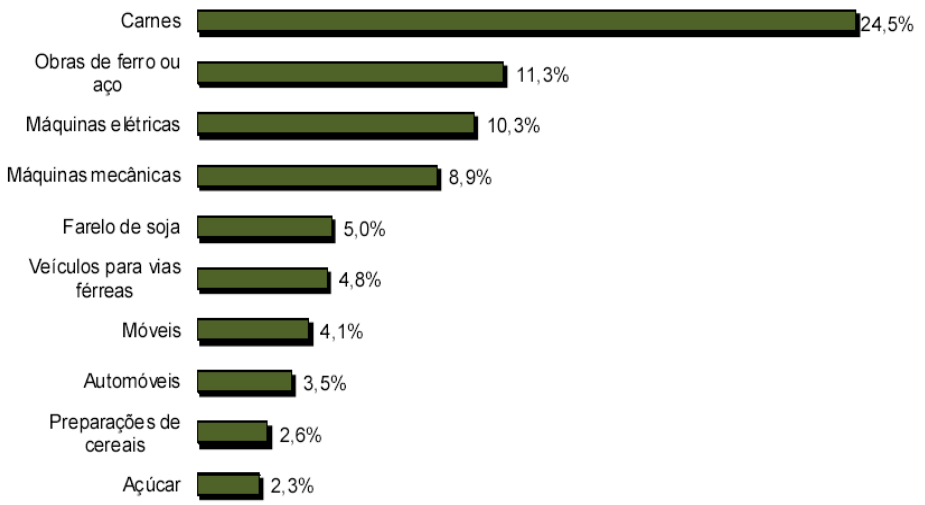
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Composição das exportações brasileiras para Moçambique
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	11.140	9,1%	14.895	12,0%	15.615	24,5%
Obras de ferro ou aço	949	0,8%	9.379	7,6%	7.241	11,3%
Máquinas elétricas	3.000	2,5%	7.471	6,0%	6.549	10,3%
Máquinas mecânicas	5.979	4,9%	10.350	8,4%	5.673	8,9%
Farelo de soja	2.634	2,2%	3.058	2,5%	3.171	5,0%
Veículos para vias férreas	721	0,6%	35.550	28,7%	3.070	4,8%
Móveis	8.147	6,7%	3.019	2,4%	2.634	4,1%
Automóveis	5.537	4,5%	3.804	3,1%	2.230	3,5%
Preparações de cereais	3.657	3,0%	1.787	1,4%	1.660	2,6%
Açúcar	485	0,4%	1.006	0,8%	1.464	2,3%
Subtotal	**42.249**	**34,5%**	**90.319**	**72,9%**	**49.307**	**77,2%**
Outros produtos	**80.060**	**65,5%**	**33.533**	**27,1%**	**14.554**	**22,8%**
Total	**122.309**	**100,0%**	**123.852**	**100,0%**	**63.861**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

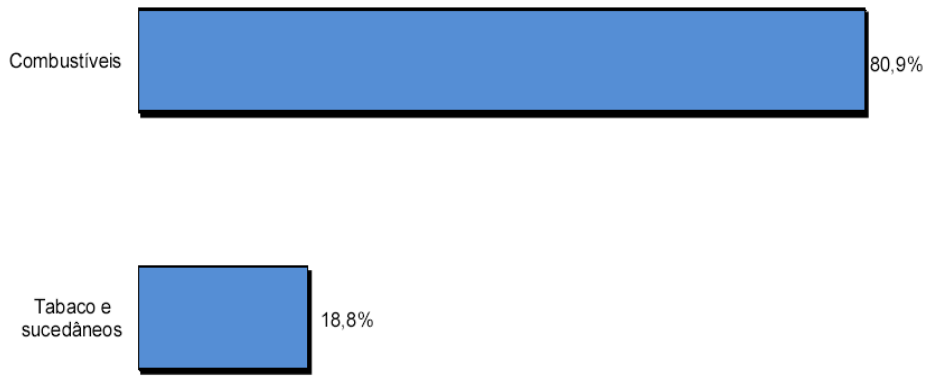


Composição das importações brasileiras originárias do Moçambique
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	21.262	88,0%	23.667	95,8%	8.255	80,9%
Tabaco e sucedâneos	1.902	7,9%	19	0,1%	1.919	18,8%
Subtotal	**23.164**	**95,9%**	**23.686**	**95,9%**	**10.174**	**99,7%**
Outros produtos	**986**	**4,1%**	**1.023**	**4,1%**	**33**	**0,3%**
Total	**24.150**	**100,0%**	**24.709**	**100,0%**	**10.207**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

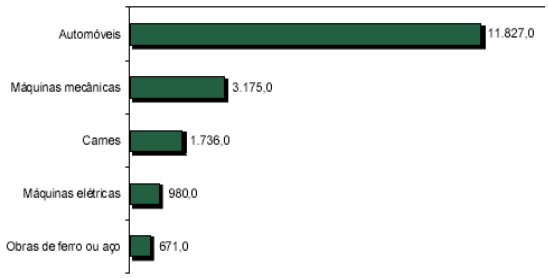
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

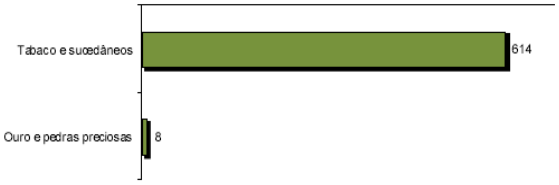
DESCRIÇÃO	2014 (jan-fev)	Part. % no total	2015 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Automóveis	111	1,6%	11.827	57,3%
Máquinas mecânicas	1.715	24,9%	3.175	15,4%
Carnes	467	6,8%	1.736	8,4%
Máquinas elétricas	1.794	26,1%	980	4,7%
Obras de ferro ou aço	111	1,6%	671	3,3%
Subtotal	**4.198**	**61,1%**	**18.389**	**89,1%**
Outros produtos	**2.677**	**38,9%**	**2.252**	**10,9%**
Total	**6.875**	**100,0%**	**20.641**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

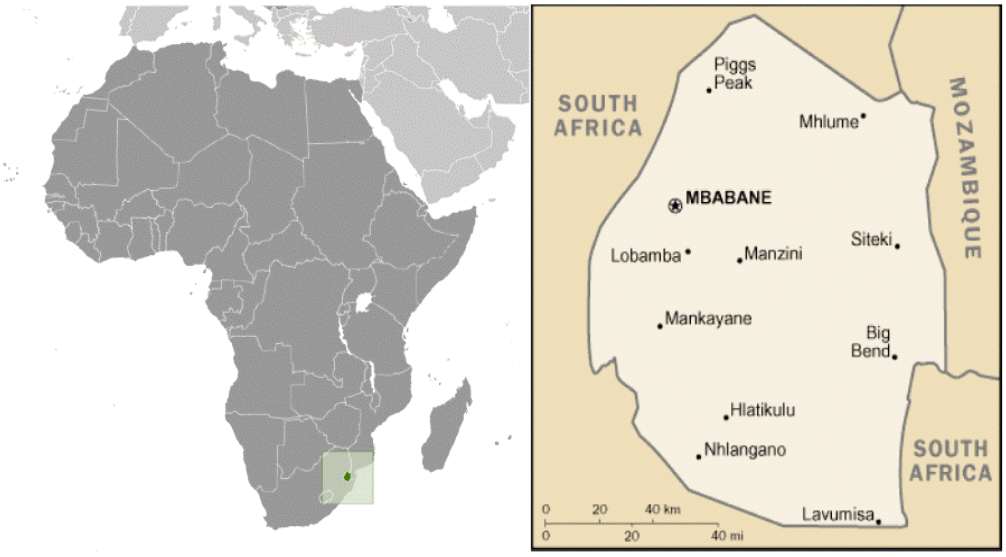
Importações				
Tabaco e sucedâneos	1.919	99,6%	614	98,6%
Ouro e pedras preciosas	7	0,4%	8,2	1,3%
Subtotal	**1.926**	**100,0%**	**622**	**99,9%**
Outros produtos	**1**	**0,0%**	**0**	**0,1%**
Total	**1.926,6**	**100,0%**	**623**	**100,0%**

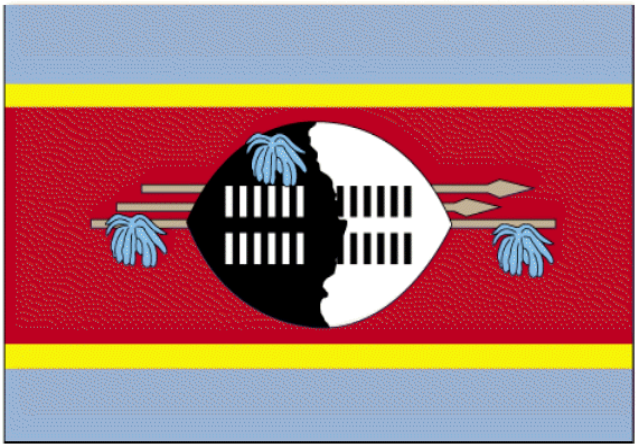


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

SUAZILÂNDIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE SUAZILÂNDIA	
NOME OFICIAL:	Reino da Suazilândia
GENTÍLICO:	suázi
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.364 km^2
POPULAÇÃO (2013, BM):	1,25 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e suázi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Sionismo cristão (40%); catolicismo (20%); islamismo (10%); outras (30%, incluindo anglicanismo, *baha'i*, metodista, mórmon, judaísmo).
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia absoluta
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Barnabas Sibusiso Dlamini (desde 4 de novembro de 2008)
CHANCELER:	Mgwagwa Gamedze (desde 4 de novembro de 2013)
PIB:	US$ 3,842 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PPP:	US$ 8,672 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB *PER CAPITA*:	US$ 3.475 (2014, FMI Est.)
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 7.843 (2014, FMI Est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,1% (2014); 2,7% (2013); 1,8% (2012); -0,6% (2011)
IDH (2013):	0,530 (148ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	49,0 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	87,8% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	28,2% (PNUD, relatório de 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Abednego Ntshangase (Embaixador residente em Washington – cumulativamente com Brasília)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há cidadãos brasileiros registrados

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUAZILÂNDIA (US$ mil, FOB – fonte: MDIC)									
Brasil → Suazilândia	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	**549**	**970**	**2.233**	**2.434**	**22.749**	**20.994**	**4.386**	**1.895**	**885**
Exportações	317	545	2.055	873	2.988	3.604	695	1.362	526
Importações	232	424	178	1.560	19.761	17.390	3.691	532	358
Saldo	85	120	1.877	-687	-16.773	-13.786	-2.995	830	167

Informação elaborada em 5 de março de 2015, pelo TS João Marcelo Costa Melo. Revisada pelo Conselheiro Pedro Escosteguy Cardoso.

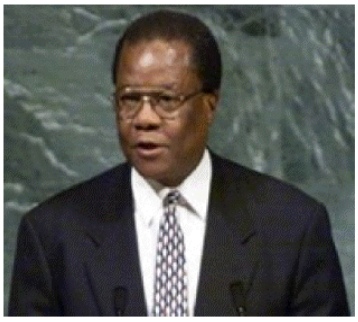
PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Mswati III



Nascido **Makhosetive** ("Rei das Nações") em 19 de abril de 1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25 de abril de 1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos. Possui 15 esposas.

SIBUSISO BARNABAS DLAMINI
PRIMEIRO MINISTRO



Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Nomeado novamente Primeiro-Ministro em 2008, foi reconduzido ao cargo em 2008.

CHIEF MGWAGWA GAMEDZE
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



Ex-Ministro da Justiça e de Assuntos Constitucionais e Ex-Ministro do Interior, assumiu a chancelaria em 4 de novembro de 2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

No contexto da cooperação humanitária internacional, em 2012 o Brasil realizou doação de mil toneladas de arroz, com valor estimado em US$ 470 mil. Esta ação decorreu do fato de a Suazilândia ser um país em situação de insegurança alimentar e nutricional, beneficiado por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), que estão previstas na Lei 12.429, sancionada em 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos.

Em junho de 2014, a Embaixadora do Brasil em Maputo apresentou suas cartas credenciais ao Rei Mswati III. Na ocasião, o Rei Mswati III manifestou interesse em estabelecer cooperação com o Brasil nos setores de turismo e esportes, tendo mencionado a possibilidade de treinamento de técnicos de futebol suázis no Brasil.

Cooperação Técnica

Embora haja possibilidade de cooperação em diversas áreas, nenhum projeto está ainda em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia foi assinado em 25/01/2008 e encontra-se em processo de ratificação. O Governo da Suazilândia tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de saúde, educação e agricultura – os quais, eventualmente, poderiam vir a ser objeto de projetos de cooperação desenvolvidos sob o abrigo do aludido Acordo.

Na área de saúde, há interesse suázi especialmente em projetos de combate ao HIV/AIDS, que contemplem tanto aquisição e produção de medicamentos anti-retrovirais quanto capacitação em gestão, elaboração de

políticas públicas e formação de funcionários. A esse respeito, missão de técnicos brasileiros foi enviada a Mbabane em fevereiro de 2006 com o objetivo de verificar as possibilidades de cooperação na área, mas a iniciativa não teve desdobramentos. Em julho de 2011, o Governo suázi solicitou novamente visitas oficiais para marcar o início das discussões sobre cooperação técnica com o Governo Brasileiro para o combate ao HIV/AIDS, por meio da Fundação Oswaldo Cruz. Em outubro de 2011, foi realizada missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por ocasião de visita a outros países vizinhos, porém não houve continuidade.

Biocombustíveis

A Suazilândia pretende instituir mistura de 10% de etanol da gasolina em nível nacional, após ter concluído com êxito projeto piloto envolvendo o Governo e a Real Corporação de Açúcar da Suazilândia (RSSC). A medida visaria a diminuir a dependência do país de importação de combustível da África do Sul e a reduzir emissões de CO2 de combustíveis fósseis.

A pedido do Ministério dos Recursos Naturais e Energia do Reino da Suazilândia, está prevista a realização de visita de estudos ao Brasil sobre produção e mistura de etanol, no próximo mês de junho. O objetivo da missão é conhecer a experiência brasileira no processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e em aspectos comerciais relativos a biocombustíveis. Interessariam à missão encontros com órgãos governamentais e também do setor privado, incluindo, se possível, visitas de campo a produtores. A agenda para a missão incluirá encontros com instituições governamentais e visitas a usinas produtoras de biocombustíveis.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, baniu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III – aos 18 anos de idade -, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "tinkhundla system", 55 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 55 distritos administrativos ("tinkhundla"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 55 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país, composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Após longo processo de negociação, foi promulgada, em 2006, a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da SADC considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental da bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio presidencial. Uma das vítimas era membro da People´s United Democratic Movement (PUDEMO), a outra da

Swaziland Solidarity Network (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o Governo Suázi aprovou legislação antiterror, o Swaziland Suppression of Terrorism Act (SSTA), que dá ao Governo o poder de deter, por até sete dias, em regime incomunicável, ou de expulsar do país sem julgamento, pessoas suspeitas de terrorismo.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos.

Essa significativa renovação na Assembleia Nacional pode ser em parte explicada pela situação econômica da Suazilândia. A redução das receitas provenientes da União Aduaneira da África Austral (SACU) – em particular entre 2009 e 2012 – e das exportações de açúcar provocaram desemprego (em torno de 40%, em 2013), desaceleração econômica e déficits orçamentários anuais na faixa de 8% do PIB.

A despeito da renovação na composição da Assembleia Nacional, a oposição tem se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suázi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino da Suazilândia possui relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (a Suazilândia é um dos três países africanos a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não possuindo o país qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Cuba).

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional da Suazilândia, graças à forte dependência da economia suázi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suázis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suázi, uma vez que a Suazilândia adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand). Politicamente, a África do Sul tem manifestado preocupação com a estabilidade do vizinho, em face de crescentes contestações ao sistema político, tendo condicionado empréstimo concedido em 2011 – em momento de grave crise fiscal provocada pela redução das receitas provenientes da SACU – ao compromisso suázi com a ampliação do diálogo com a oposição e com a promoção gradual de abertura política do país.

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano possui programas de apoio às pequenas e médias

empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

O momento atual, no entanto, aponta para uma inflexão. Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do "US African Growth and Opportunity Act" (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos. Embora o parlamento suázi tenha atualizado legislação laboral do país, em novembro de 2014, a ausência de avanços no campo dos direitos humanos levou à suspensão da Suazilândia do AGOA a partir de janeiro de 2015.

Taiwan

O Reino da Suazilândia é um dos 23 países a manterem relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, o qual vinha buscando aproveitar-se do benefício que a Suazilândia disfrutava no âmbito do AGOA. Esses investimentos atingiram seu ápice em 2002, quando as empresas taiwanesas chegaram a empregar mais de 35 mil pessoas. Nesse contexto, a suspensão da Suazilândia do AGOA já começa a se fazer sentir, tendo a empresa taiwanesa de têxteis Tex Ray (a maior do país) anunciado, no final de 2014, decisão de demitir 5750 de seus 6000 funcionários.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que a Suazilândia permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a sua união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpre ainda mencionar que, em 2010, o Reino da Suazilândia manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. O Governo da Suazilândia, porém, não deu continuidade ao processo de negociação.

ECONOMIA

Panorama Econômico

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

Devido à paridade do lilangeni ao rand sul-africano, a livre movimentação de fundos no âmbito da Área Monetária Comum (CMA) implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a RAS.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 – 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Nos últimos três anos, a economia do Reino da Suazilândia cresceu em ritmo lento nos últimos três anos. Em 2014, os dados do FMI mostram que a Suazilândia alcançou crescimento de 2,1%, índice que elevou o PIB nominal do país ao nível de US$ 3,842 bilhões e o PIB *per capita* a US$ 3,475 mil. Entre os pilares da economia estão agricultura e a indústria agroalimentar. O setor agrícola, que abriga 70% da força de trabalho, carece, porém, de ganhos de competitividade e de escala. Na visão do FMI, o Reino deverá continuar mantendo taxas positivas de expansão. O crescimento projetado para o atual biênio 2015-2016 é de cerca de 2% a.a. Avanços mais substantivos nos marcos regulatórios e reformas estruturais são esperados, de modo a criar condições mais adequadas para o crescimento econômico sustentado.

Agricultura

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real da Suzilândia é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de -0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013 e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA, hoje comprometido pela suspensão da Suazilândia do programa.

Comércio Bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, entre 2005 e 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia cresceu 12,4% de US$ 788 mil, para US$ 885 mil. Mesmo diante desse crescimento, em 2014, as trocas registraram forte retração de 53,3% em comparação com o ano de 2013. O recuo do comércio em 2014 deveu-se, principalmente, pela diminuição das exportações brasileiras para esse mercado (-61,4%). Em 2010, 2011 e 2012, o Brasil experimentou os piores déficits com a Suazilândia: US$ 16,8 milhões; US$ 13,8 milhões; e US$ 2,9 milhões, respectivamente. De outra perspectiva, os superávits foram de US$ 831 mil (2013); e de US$ 168 mil (2014). De janeiro a fevereiro de 2015 não foram registradas exportações brasileiras e, por conseguinte, o intercâmbio se limitou ao valor das importações. Assim, a corrente de comércio limitou-se a US$ 19,0 mil, com uma diminuição de 91,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro bimestre deste ano, o déficit brasileiro com o país foi de US$ 19 mil, ante o superávit de US$ 143 mil, ocorrido no mesmo bimestre do ano de 2014.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para a Suazilândia cresceram 10,8% de US$ 475,0 mil, em 2005, para US$ 527,0 mil em 2014. Em 2014, as vendas registraram retração de 61,4%, em relação ao ano de 2013. Esse recuo pode ser explicado, basicamente, pela descontinuidade nas vendas de motocompressores herméticos para frigoríficos (valor em 2013 foi de US$ 579,0 mil). Entre janeiro e fevereiro de 2015, não houve registro de exportações. Os principais produtos exportados em 2014 foram: *(i)* ácidos fosfóricos (valor de US$ 437,0 mil, equivalentes a 82,9% do total); *(ii)* calçados (US$ 44,0 mil; ou 8,4%); *(iii)* instrumentos para controle da temperatura (US$ 23,0 mil; ou 4,4%); *(iv)* ladrilhos de cerâmica (US$ 21,0 mil; ou 3,9%); e *(v)* semeadores-adubadores (US$ 5,0 mil; ou 0,9% do total).

Ainda segundo dados do AliceWeb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias da Suazilândia cresceram 14,9%, de US$ 312,0 mil, em 2005, para US$ 359,0 mil, em 2014. As compras tiveram seu melhor desempenho nos anos de 2010 (US$ 19,8 milhões); 2011 (US$ 17,4 milhões); e 2012 (US$ 3,7 milhões). A esse respeito, tem-se como causa da elevação as compras de processadores, controladores e circuitos integrados digitais naqueles anos. Em 2014, as importações decresceram 32,6% em relação a 2013, tendo em vista a descontinuidade nas aquisições de partes e acessórios para bancos de ensaio, e de dispositivos para banheiros ou cozinhas. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as importações se limitaram a US$ 19,0 mil, uma retração de 57,4% comparativamente a igual período do ano anterior. Os principais produtos adquiridos em 2014 foram: *i)* máquinas-ferramentas para trabalhar madeira e cortiça (valor de US$ 201,0 mil, equivalentes a 55,9% do total); *ii)* açúcar (US$ 124,0 mil; ou 34,5%); *iii)* partes e acessórios para instrumentos de análise (US$ 10,0 mil; ou 2,8%); e *iv)* instrumentos e aparelhos para medida/controle de nível (US$ 8,0 mil; ou 2,2%); *(v)* cristais piezoelétricos montados (US$ 6,0 mil; ou 1,7%).

O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2010, é um instrumento que, quando em vigor, deverá contribuir para o incremento das trocas comerciais entre Brasil e Suazilândia.

Investimentos

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros diretos na Suazilândia, tampouco de capitais oriundos da Suazilândia no Brasil. Em junho de 2015, o Ministério dos Recursos Naturais e Energia da Suazilândia pretende realizar missão ao Brasil, para conhecer a experiência brasileira no processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e em aspectos comerciais relativos a biocombustíveis, uma vez que pretende instituir mistura de 10% de etanol na gasolina em nível nacional. Ao ser informado pela Embaixadora brasileira em Maputo (posto cumulativo com a Suazilândia) da referida missão, o Rei Mswati III reagiu com entusiasmo, e afirmou que terá presente a ida da missão e seus resultados. Na ocasião, o Rei formulou votos por maior presença, cooperação e investimentos brasileiros em seu país.

Cronologia Histórica

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suazi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Governo britânico. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.
2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares

Cronologia das Relações Bilaterais

1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia,

	com residência em Maputo, Moçambique.
1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Aprovado pelo Senado Federal em fevereiro de 2010. Ainda não está em vigor (em processo de ratificação).

Dados Econômico-Comerciais

Tabela 1:

Evolução do Comércio Exterior da Suazilândia[1]
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	808	34,8%	191	4275,8%	999	65,5%	616
2005	858	6,3%	171	-10,9%	1.029	3,0%	688
2006	963	12,2%	178	4,5%	1.141	10,9%	785
2007	936	-2,8%	201	13,0%	1.138	-0,3%	735
2008	1.074	14,7%	307	52,2%	1.381	21,3%	767
2009	906	-15,7%	280	-8,7%	1.185	-14,1%	626
2010	1.923	138,1%	2.200	1048,7%	4.123	312,6%	-276
2011	1.843	-4,2%	1.922	-12,6%	3.765	-8,7%	-79
2012	2.093	13,6%	2.199	14,4%	4.293	14,0%	-106
2013[2]	2.112	0,9%	1.713	-22,1%	3.824	-10,9%	399
Var. % 2005-2014	**161,4%**	**--**	**794%**	**--**	**956%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 02/03/2015.
(n.c.) Dado não calculado.

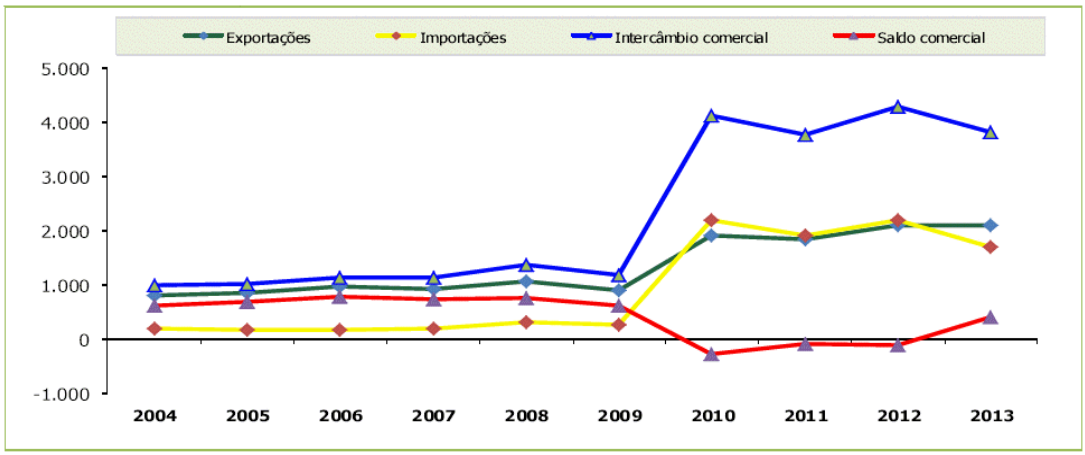


Tabela 2:

Direção das Exportações da Suazilândia[1]
US$ milhões

Descrição	2013[2]	Part.% no total
África do Sul	1.166	55,2%
China	115	5,4%
Itália	77	3,6%
Estados Unidos	62	2,9%
Espanha	54	2,6%
Portugal	47	2,2%
Moçambique	40	1,9%
Tanzânia	38	1,8%
Paquistão	36	1,7%
Coreia do Sul	33	1,6%
...		
Brasil (60ª posição)	***0,5***	***0,03%***
Subtotal	**1.669**	**79,0%**
Outros países	**443**	**21,0%**
Total	**2.112**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais destinos das exportações

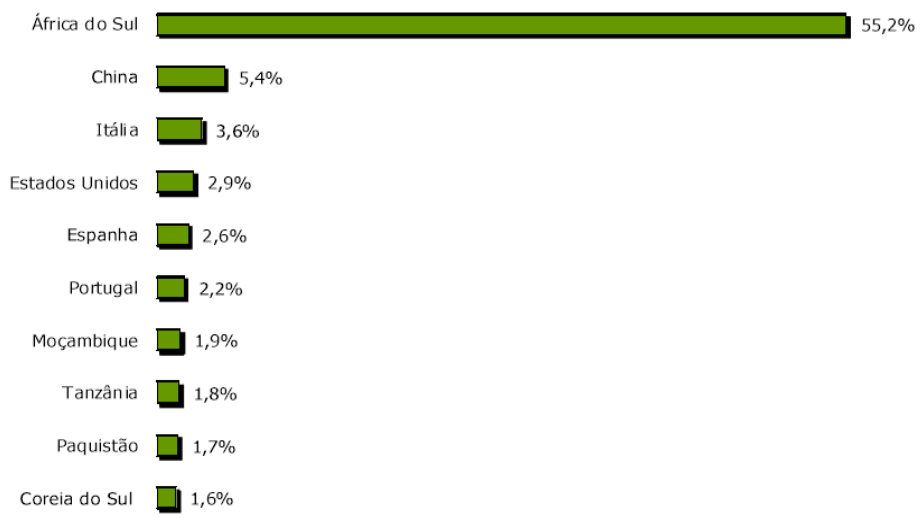


Tabela 3:

Origem das Importações da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2013(2)	Part.% no total
África do Sul	1.516	88,5%
Índia	27	1,6%
China	25	1,5%
Estados Unidos	23	1,3%
Tailândia	13	0,8%
Alemanha	10	0,6%
Taiwan	8	0,5%
Egito	8	0,5%
Colômbia	7	0,4%
Japão	6	0,4%
...		
Brasil (31ª posição)	***1***	***0,1%***
Subtotal	**1.644**	**96,0%**
Outros países	**69**	**4,0%**
Total	**1.713**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais origens das importações

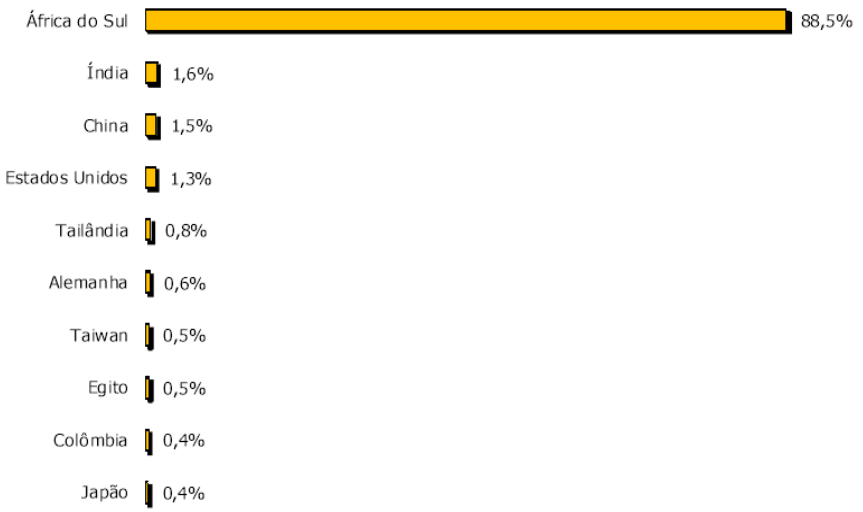


Tabela 4:

Composição das exportações da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2013(2)	Part.% no total
Óleos essenciais	493	23,3%
Açúcar	466	22,1%
Diversos inds químicas	212	10,0%
Minérios	115	5,4%
Vestuário exceto de malha	93	4,4%
Máquinas mecânicas	72	3,4%
Vestuário de malha	70	3,3%
Madeira	62	2,9%
Combustíveis	60	2,8%
Químicos orgânicos	56	2,7%
Subtotal	**1.699**	**80,4%**
Outros	**413**	**19,6%**
Total	**2.112**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais grupos de produtos exportados

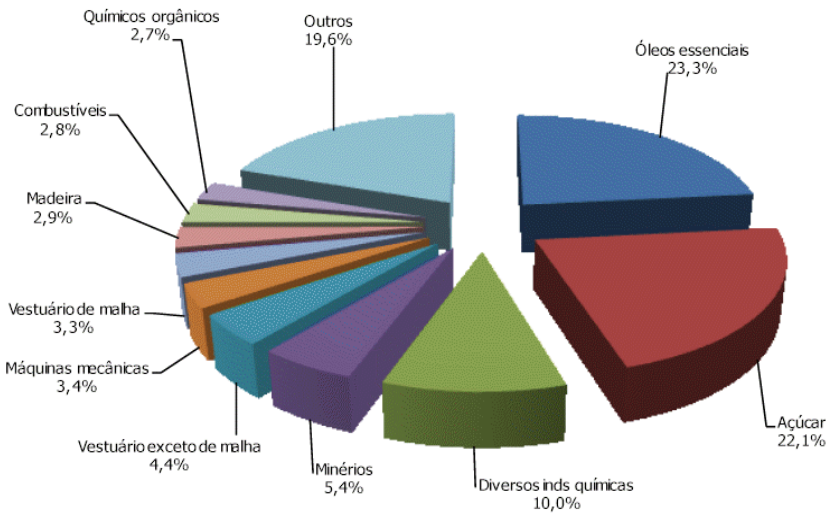


Tabela 5:

Composição das importações da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2013(2)	Part.% no total
Combustíveis	317	18,5%
Automóveis	135	7,9%
Máquinas mecânicas	112	6,5%
Plásticos	76	4,4%
Máquinas elétricas	74	4,3%
Óleos essenciais	59	3,4%
Cereais	53	3,1%
Obras de ferro ou aço	45	2,6%
Papel	44	2,6%
Farmacêuticos	35	2,0%
Subtotal	**950**	**55,5%**
Outros	**763**	**44,5%**
Total	**1.713**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais grupos de produtos importados

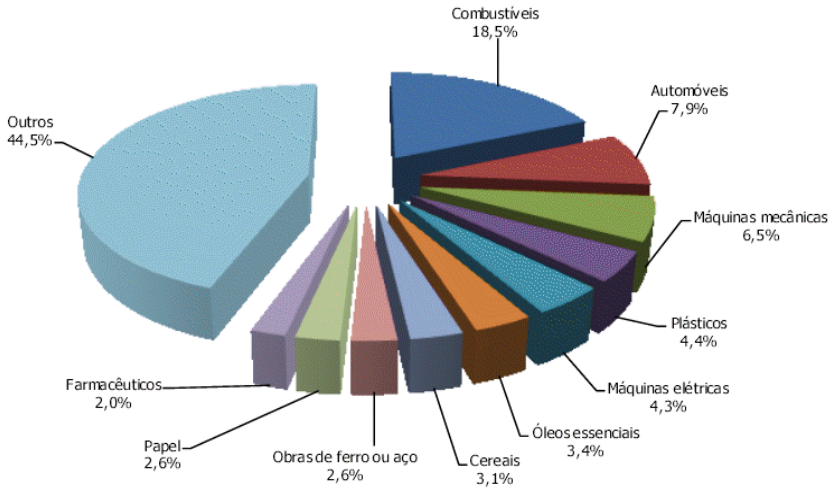


Tabela 6:

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Suazilândia
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	475	-76,9%	*0,00%*	312	7,9%	*0,00%*	788	-66,4%	*0,00%*	163
2006	317	-33,2%	*0,00%*	232	-25,6%	*0,00%*	550	-30,2%	*0,00%*	85
2007	546	72,0%	*0,00%*	425	82,9%	*0,00%*	970	76,6%	*0,00%*	121
2008	2.055	276,7%	*0,00%*	178	-58,1%	*0,00%*	2.234	130,2%	*0,00%*	1.877
2009	874	-57,5%	*0,00%*	1.561	776,0%	*0,00%*	2.434	9,0%	*0,00%*	-687
2010	2.988	242,0%	*0,00%*	19.762	(+)	*0,01%*	22.750	834,6%	*0,01%*	-16.774
2011	3.604	20,6%	*0,00%*	17.390	-12,0%	*0,00%*	20.994	-7,7%	*0,00%*	-13.786
2012	695	-80,7%	*0,00%*	3.691	-78,8%	*0,00%*	4.387	-79,1%	*0,00%*	-2.996
2013	1.363	96,0%	*0,00%*	532	-85,6%	*0,00%*	1.895	-56,8%	*0,00%*	831
2014	527	-61,4%	*0,00%*	359	-32,6%	*0,00%*	885	-53,3%	*0,00%*	168
2015 (jan-fev)	0	#####	0,00%	19	-57,4%	0,00%	19	-91,7%	0,00%	-19
Var. % 2005-2014	**10,8%**		**--**	**14,9%**		**--**	**12,4%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, combase emdados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado.

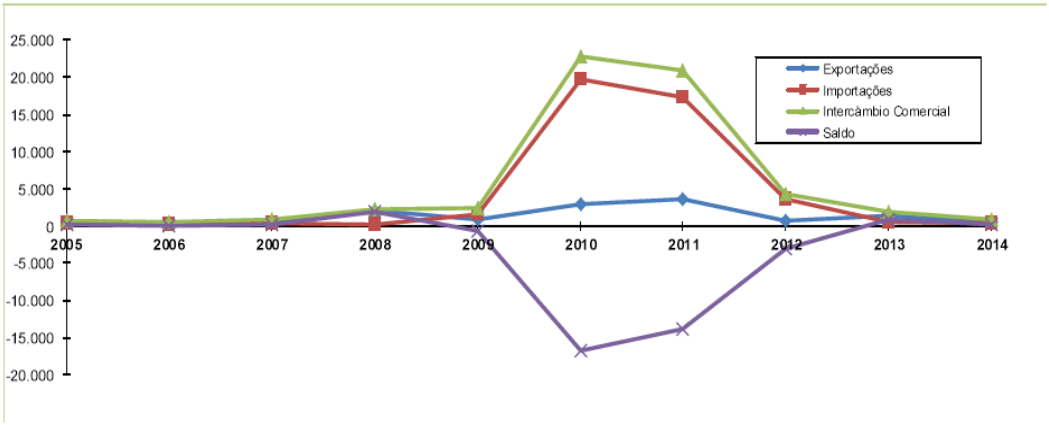


Tabela 7:

Part. % do Brasil no Comércio da Suazilândia
US$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Suazilândia (X1)	0,9	3,0	3,6	0,7	1,4	**56,0%**
Importações totais da Suazilândia (M1)	280	2.200	1.922	2.199	1.713	**511,9%**
Part. % (X1 / M1)	**0,31%**	**0,14%**	**0,19%**	**0,03%**	**0,08%**	**-74,5%**
Importações do Brasil originárias da Suazilândia (M2	1,6	19,8	17,4	3,7	0,5	**-65,9%**
Exportações totais da Suazilândia (X2)	906	1.923	1.843	2.093	2.112	**133,2%**
Part. % (M2 / X2)	**0,17%**	**1,03%**	**0,94%**	**0,18%**	**0,03%**	**-85,4%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

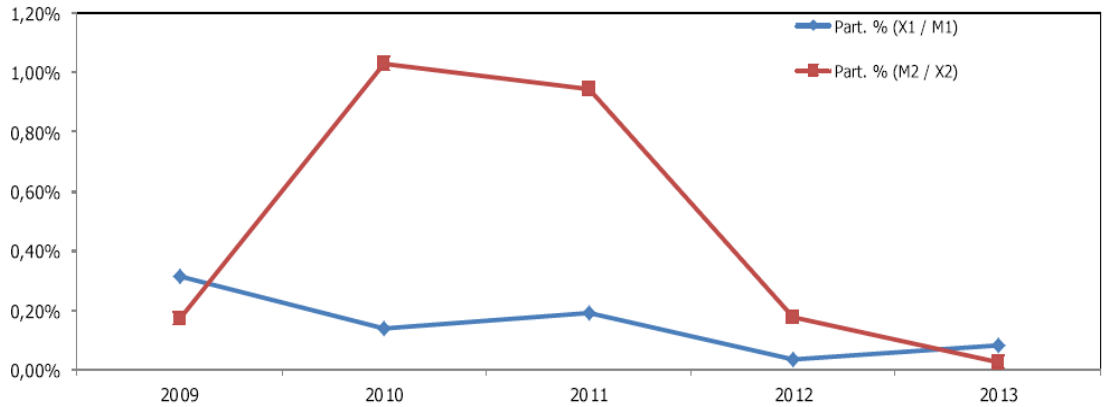
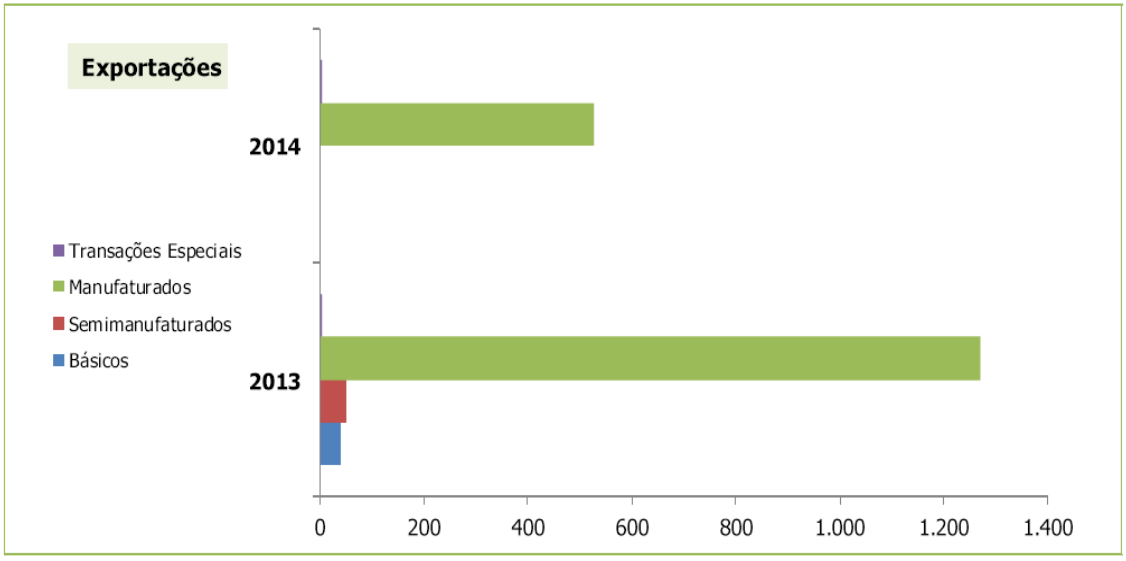


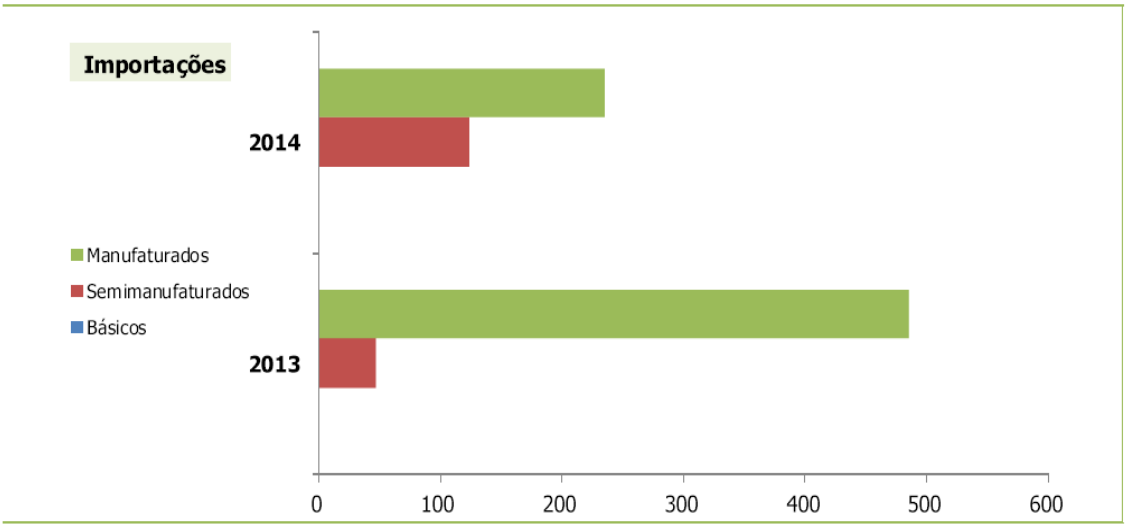
Tabela 8:

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 9:

Composição das exportações brasileiras para a Suazilândia
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	62	8,9%	520	38,2%	437	83,0%
Calçados	26	3,7%	28	2,1%	39	7,4%
Instrumentos de precisão	16	2,3%	23	1,7%	23	4,4%
Cerâmicos	14	2,0%	41	3,0%	21	4,0%
Máquinas mecânicas	329	47,3%	596	43,7%	5	0,9%
Subtotal	**447**	**64,3%**	**1.208**	**88,6%**	**525**	**99,7%**
Outros produtos	**248**	**35,7%**	**155**	**11,4%**	**2**	**0,3%**
Total	**695**	**100,0%**	**1.363**	**100,0%**	**527**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

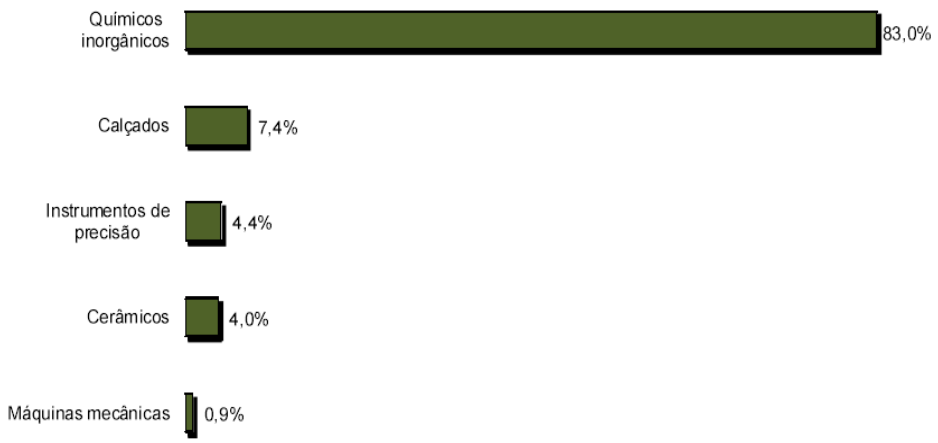


Tabela 10:

Composição das importações brasileiras originárias da Suazilândia
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	230	6,2%	172	32,3%	202	56,3%
Açúcar	0	0,0%	47	8,8%	124	34,6%
Instrumentos de precisão	20	0,5%	196	36,8%	23	6,4%
Máquinas elétricas	3.410	92,4%	67	12,6%	7	2,0%
Subtotal	**3.660**	**99,2%**	**482**	**90,6%**	**356**	**99,2%**
Outros produtos	**31**	**0,8%**	**50**	**9,4%**	**3**	**0,8%**
Total	**3.691**	**100,0%**	**532**	**100,0%**	**359**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

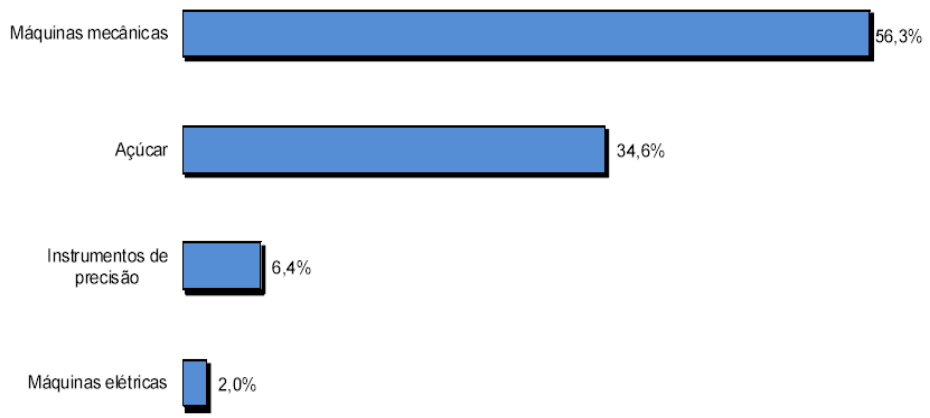


Tabela 11:

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2014 (jan-fev)	Part. % no total	2015 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Químicos inorgânicos	183	97,5%	0	0,0%
Instrumentos de precisão	5	2,4%	0	0,0%
Subtotal	**188**	**99,9%**	**0**	**0,0%**
Outros produtos	**0**	**0,1%**	**0**	**0,0%**
Total	**188**	**100,0%**	**0**	**0,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	11,3	59,0%
Instrumentos de precisão	18,6	41,2%	7,9	40,9%
Subtotal	**18,6**	**41,2%**	**19,2**	**99,9%**
Outros produtos	**26,5**	**58,8%**	**0,0**	**0,1%**
Total	**45,1**	**100,0%**	**19,2**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 12: Cruzamento da pauta exportadora do Brasil com as importações da Suazilândia

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a demanda importadora da Suazilândia - 2013 - em US$ mil

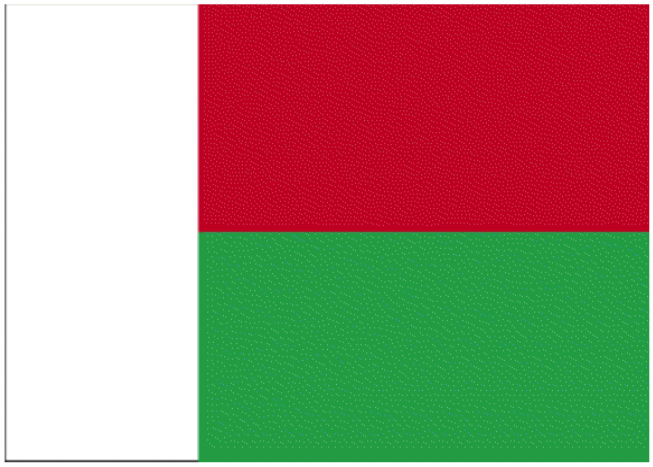
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Suazilândia	Importações totais da Suazilândia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% das exportações brasileiras para a Suazilândia no total das importações da Suazilândia
Total Geral			**1.363**	**1.712.698**	**242.178.054**	**1.711.335**	**0,1%**
1º	870421	Automóveis, caminhões e autopeças	0	55.805	4.923.708	55.805	**0,0%**
2º	330210	Substâncias odoríferas para as indústrias alimentícias ou de bebidas	0	31.605	37.962	31.605	**0,0%**
3º	300490	Medicamentos	0	23.020	562.106	23.020	**0,0%**
4º	100590	Milho em grão	0	20.966	6.250.565	20.966	**0,0%**
5º	401120	Pneus novos de borracha para automóveis e ônibus ou caminhões	0	19.306	925.067	19.306	**0,0%**
6º	100630	Arroz	0	13.316	188.732	13.316	**0,0%**
7º	490199	Livros, brochuras e impressos semelhantes	0	10.870	17.444	10.870	**0,0%**
8º	880330	Partes de aviões ou helicópteros	0	9.486	430.540	9.486	**0,0%**
9º	390210	Polipropileno	0	9.485	325.993	9.485	**0,0%**
10º	170410	Gomas de mascar, sem cacau	0	8.382	30.374	8.382	**0,0%**

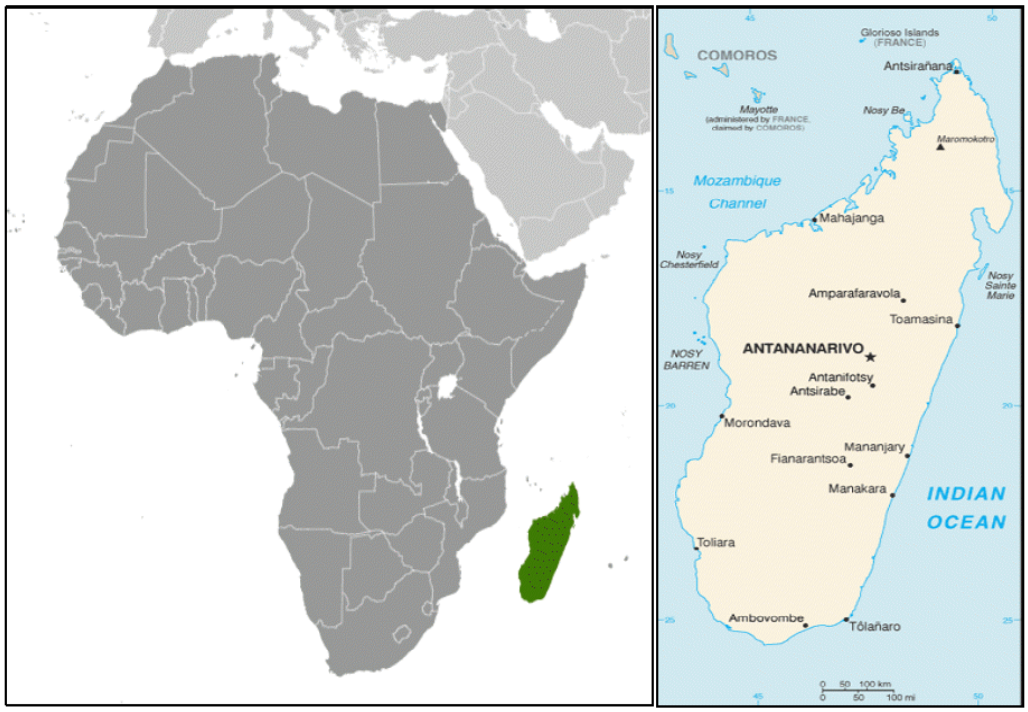
Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(*) Exclusive petróleo e derivados, por razões específicas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

MADAGASCAR





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE MADAGASCAR	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km^2
POPULAÇÃO (2013, BM):	22,9 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais (52%); cristianismo (41%); islamismo (7%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, constituído pela Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), com 151 assentos e membros eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos; e pelo Senado (Sénat), com 33 assentos, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, com mandatos de seis anos. O Senado está previsto na Constituição de 2010, porém ainda não foi aprovada legislação regulamentando a sua criação.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Hery Rajaonarimampianina (desde 24 de janeiro de 2014)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Jean Ravelonarivo (desde 14 de janeiro de 2015)
CHANCELER:	Arisoa Lala Razafitrimo (desde 2 de fevereiro de 2015)
PIB:	US$ 11,188 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PPP:	US$ 33,642 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB *PER CAPITA*:	US$ 475,3 (2014, FMI Est.)
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 1.429 (2014, FMI Est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3,0% (2014); 2,3% (2013); 2,5% (2012); 1,5% (2011)
IDH (2013):	0,498 (155ª posição entre 184 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,7 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	64,5% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	8,6% (PNUD, relatório de 2013) 3,8% (Instituto Nacional de Estatística de Madagascar, 2010)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary malgaxe
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Senhora Velotiana Raobelina (Encarregada de Negócios, residente em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há cidadãos brasileiros registrados

Informação elaborada em 27 de fevereiro pelo TS João Marcelo Costa Melo. Revisada por Pedro Escosteguy

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MADAGASCAR (US$ mil, FOB) – fonte: MDIC									
Brasil → Madagascar	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	6.793	9.438	24.419	21.363	28.156	22.902	35.252	19.189	24.621
Exportações	6.548	9.234	24.074	21.186	27.954	21.901	33.129	18.240	23.970

Cardoso.

Importações	244	204	345	176	202	1.001	2.122	949	651
Saldo	6.303	9.030	23.729	21.009	27.751	20.900	31.006	17.290	23.319

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hery RAJAONARIMAMPIANINA

Presidente



Nascido em 6 de novembro de 1958, Hery Rajaonarimampianina tem origem modesta. Nasceu e passou sua infância e juventude no vilarejo de Antsofi-nondry, na comuna de Sabotsy Namehana, situada 15 km ao norte da capital Antananarivo. Em 1982 concluiu mestrado em administração na Universidade de Antananarivo. Mudou-se para o Canadá, onde seguiu seus estudos e obteve diploma de pós-graduação (DEA) em Contabilidade no ano de 1986. Em 1991 retornou a Madagascar e passou a trabalhar como contador. Em Antananarivo, tornou-se diretor de estudos do National Institute for Business Administration and Accounting Science (INSCAE) e Professor-Assistente na Universidade de Antananarivo. Em 1995, fundou a empresa de contabilidade Auditeurs Associes – C.G.A, em Antananarivo, contando com 50 associados e prestando serviços para empresas nacionais e internacionais do setor privado. Em 2009, Rajaonarimampianina assume o cargo de Ministro das Finanças e do Orçamento do governo do ex-presidente Andry Rajoelina, que havia chegado ao poder naquele ano mediante golpe de Estado. Sem apoio da comunidade internacional, em razão da ilegitimidade do governo malgaxe, e em um ambiente econômico global desfavorável, Rajaonarimampianina logrou conter a inflação e manter a estabilidade do Ariary malgaxe, a moeda nacional. Em 2013, com o apoio do então presidente Rajoelina, ele estrutura a coalizão política Hery Vaovao hoan'i Madagasikara (Novas Forças para Madagascar) e concorre à presidência juntamente com outros 32 concorrentes. Ele vence as eleições no segundo turno, com 53,5% dos votos e toma posse em 25 de janeiro de 2014, para um mandato de cinco anos.

Jean RAVELONARIVO

Primeiro-Ministro



Nascido em 17 de abril de 1959, na comuna de Berevo, a oeste da capital, Jean Ravelonarivo é General de Brigada Aérea desde 1º de fevereiro de 2014. Estudou aviação na escola superior de pilotagem de Kirovograd, na antiga União Soviética, onde aprendeu o idioma russo. De volta a Madagascar, concluiu mestrado em Direito Privado na Universidade de Antananarivo e, posteriormente, obteve o diploma do Terceiro Ciclo em Relações Internacionais no Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos, em Paris. Entre os anos de 1997 e 2002, durante o mandato do ex-presidente Didier Ratsiraka, foi Diretor Geral da Sociedade de Equipamentos Imobiliários de Madagascar (SEIMad), empresa criada pelo estado malgaxe em 1964 com o propósito de construir moradias de baixo custo. Posteriormente, abriu sua própria companhia imobiliária, a J.J. Jean Ravelonarivo é também membro ativo do Rotary Club, onde conheceu o atual presidente e tornou-se seu amigo pessoal.

Béatrice Jeanine ATALLAH

Chanceler



Antes de assumir o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Madagascar, Béatrice Jeanine Atallah exerceu a função de Presidenta da Comissão Eleitoral Nacional Independente para a Transição (CENIT), que foi responsável por conduzir as eleições presidenciais e legislativas realizadas em 2013, as primeiras após o golpe de Estado de 2009. Béatrice Atallah foi durante 13 anos magistrada da Corte de Apelação do Tribunal de Antananarivo. Entre os anos de 2002 e 2009, fez parte do Conselho Nacional Eleitoral, pelo qual participou de missões de observação de processos eleitorais em diversos países africanos. Desempenhou ainda a função de Encarregada de Missão junto ao Ministério das Finanças e do

Orçamento durante a gestão do então Ministro e hoje Presidente Hery Rajaonarimampianina. Ela possui certificado de estudos Diplomáticos Superiores pelo Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos de Madagascar (CEDS).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo.

O Embaixador Antonio J. M. de Souza e Silva apresentou as cartas credenciais em Antananarivo, em 16 de julho de 2008. Na ocasião, o Presidente malgaxe solicitou envio de missão técnica brasileira a seu país, voltada para a cooperação agrícola.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participaram de curso de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Durante a crise política vivida por Madagascar entre 2009 e 2013 (ver a seção de política interna), o Brasil, em sintonia com a posição da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), não reconheceu o Governo resultante do golpe de estado de 2009. Dessa forma, missão da ABC que esteve prevista para ocorrer em 2009 não se concretizou. Em setembro de 2009, durante a 64ª Assembleia Geral da ONU, o Brasil, como membro do Comitê de Credenciais, votou contra a realização de discurso do Presidente *de facto*, Andry Rajoelina, no Debate Geral, o que suscitou agradecimentos por parte da liderança da diáspora malgaxe nos EUA.

Com a realização de eleições no final de 2013 e a inauguração de um Governo legítimo e internacionalmente reconhecido em 2014, as relações bilaterais foram normalizadas. Em fevereiro deste ano, o Governo malgaxe manifestou interesse em enviar missão do Ministério da Educação ao Brasil com vistas a manter contatos no Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, de maneira a avançar na formulação de uma política nacional de alimentação escolar.

Assuntos Consulares

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII d.C,. Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo oposicionista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o prefeito da capital como vencedor. Em julho de 2002, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o Governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma "Autoridade Nacional de Transição" (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo Governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da SADC e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores - os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um "Mapa do Caminho", pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana. Nas eleições legislativas, o partido de Rajoelina, Miaraka Amin i Prezida Andry Rajoelina (MAPAR), ganhou 49 assentos; o Movimento Ravalomanana, do ex-Presidente deposto, ganhou 20 assentos; e os restantes assentos ficaram distribuídos entre independentes (25), o partido Vondrona Politika (13 assentos) e 25 outros pequenos partidos. Embora os resultados tenham sido contestados por Ravalomanana, as diversas missões internacionais de observação eleitoral (SADC, União Africana, União Europeia) coincidiram na avaliação de que as eleições foram livres, justas e pacíficas. Com o retorno à ordem constitucional, foram retiradas as suspensões que impediam a participação de Madagascar na União Africana e na SADC.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Em março de 2015, Ravalomanana permanecia em detenção domiciliar.

Outro ponto diz respeito à insatisfação do Presidente Rajoelina, que apoiara a candidatura de Rajaonarimampianina em 2013, com a independência assumida pelo seu ex-aliado (e antigo Ministro da Fazenda). Em 2014, Rajoelina frustrou-se ao ser alijado do processo de escolha do Primeiro-Ministro Roger Kolo. Em janeiro de 2015, Rajoelina decidiu contestar judicialmente a nomeação do novo Primeiro-Ministro Jean Ravelonarivo, alegando contradição com o artigo 54 da constituição, que determina que o Primeiro-Ministro seja designado pelo grupo majoritário no Parlamento. Ambos os ex-aliados reivindicam a maioria parlamentar: Rajoelina aponta para coalização de 80 parlamentares construída nos últimos meses; o Presidente, para a Plataforma para a Maioria Presidencial, composta por 112 parlamentares.

Madagascar conta com uma Assembleia Nacional , composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos. A constituição de 2010 prevê também um Senado (33 assentos, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, com mandatos de seis anos), mas ainda não foi aprovada legislação regulamentando a criação do Senado.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro,

tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

A política externa do governo do Presidente Marc Ravalomanana buscou reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país chegou a ser um dos maiores recipiendários da "Millenium Challenge Account"). Procurou, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se oficialmente o 14º membro pleno da SADC.

O advento da crise política em 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a 5 anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014 e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no "African Growth and Opportunity Act" (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômico-Comercial

A crise política vivida entre 2009 e o final de 2013 restringiu o crescimento econômico do país, que chegou a exibir índice negativo em 2010 (-0,4%). O crescimento de 3% em 2014 reflete o início de uma recuperação após o retorno à normalidade política.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. Os principais produtos agrícolas são arroz e café, seguidos por outras culturas menos relevantes: cana-de-açúcar, mandioca e banana. A produção de arroz no período de 2013 a 2014 foi muito prejudicada pela incidência de pragas, cujo combate vem sendo objeto de apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O país é dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política, no início de 2009, cerca da metade das receitas governamentais

provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado. Espera-se que a restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA, impulsione as exportações de têxteis.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica e, tendo mantido patamares expressivos mesmo ao longo da crise política iniciada em 2009, poderá beneficiar-se de uma recuperação econômica na Europa.

Na indústria de mineração merecem destaque as reservas de níquel, titânio e cobalto. A Mina Ambavoty de níquel refinado e de cobalto, projeto da ordem de US$ 6,3 bilhões, iniciou recentemente suas operações e deverá tornar-se um dos maiores projetos mundiais no setor ao atingir sua capacidade máxima.

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos onshore e offshore, esforço prejudicado, no entanto, pela instabilidade política e incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos. No momento, o grupo austríaco OMV e a norte-americana ExxonMobil desenvolvem atividades de exploração, ao passo que a Madagascar Oil encontra-se em estágio mais avançado, pretendendo iniciar a primeira fase de produção comercial já em 2015.

Comércio

As exportações malgaxes de bens mostraram evolução favorável na última década, considerando que passaram de US$ 836 milhões em 2005, para o patamar de US$ 2,158 bilhões em 2014. Em termos relativos, a expansão observada no período foi de 158%. Os principais destinos para as exportações globais de Madagascar, em 2014, foram: França (22,8% do total); Estados Unidos (8,4%); Bélgica (6,6%); Países Baixos (6,5%); Coreia do Sul (6,3%); China (4,5%); Alemanha (4,4%); África do Sul (4,4%). O Brasil foi o 57º destino para a oferta exportável do país, com participação de 0,03%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global de Madagascar, em 2014: níquel e manufaturas (27,2% do total); artigos de vestuário (20,5%); café e chá (11,5%); pescados (5,1%); minérios (4,5%); obras de metais comuns (4,0%); combustíveis e lubrificantes (3,8%); preparações de carne (2,2%); algodão (2,1%).

No que concerne às importações, Madagascar comprou do mundo, em 2005, US$ 1,686 bilhão. Em 2014, o patamar elevou-se para US$ 3,240 bilhões, um crescimento relativo de 92%. Os principais supridores das importações

malgaxes, em 2014, foram: Emirados Árabes Unidos (17,8% de participação); China (15,5%); Índia (6,2%); França (6,1%); África do Sul (4,6%); Paquistão (4,1%); Bareine (3,7%). O Brasil, com 1,0% de participação, foi o 21º fornecedor de bens para Madagascar. Os principais grupos de produtos da importação global do país, em 2014, foram: combustíveis e lubrificantes (22,3% do total geral); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (7,5%); veículos e autopeças (5,3%); cereais (5,2%); máquinas e instrumentos elétricos (4,7%); cimento (4,7%); lã (3,9%); produtos farmacêuticos (3,1%); manufaturas de plástico (3,1%); ferro fundido, ferro ou aço (2,6%).

Vale ressaltar que a balança comercial do país é tradicionalmente deficitária. Nessas condições, em 2014, o déficit de Madagascar em suas transações comerciais de bens somou US$ 1,082 bilhão, com redução de 13,2% em relação a 2012.

Relações Comerciais Bilaterais

De 2005 a 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e Madagascar cresceu 94%, evoluindo de US$ 12,7 milhões, para US$ 24,6 milhões. Em 2014, o intercâmbio registrou novo aumento de 28,3% em comparação com 2013. O crescimento do comércio entre os dois países, em 2014, deu-se, principalmente, pelo aumento das exportações, uma vez que as importações brasileiras originárias de Madagascar têm pouca representatividade no total das trocas comerciais entre os dois países. O saldo comercial é, portanto, tradicionalmente favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram: US$ 31,0 milhões (2012); US$ 17,3 milhões (2013); e US$ 23,3 milhões (2014). Em 2014, o superávit com Madagascar foi 34,8% superior àquele apurado em 2013.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para Madagascar cresceram 91%, de US$ 12,6 milhões em 2005, para US$ 23,9 milhões em 2014. Vale notar que, no último ano da série, quando as vendas registraram crescimento de 31,4% em relação ao ano anterior, essa dinâmica pode ser explicada, principalmente, pelo crescimento das vendas de açúcar (valor de US$ 20,1 milhões; incremento de 37,7%), principal produto exportado pelo Brasil para o parceiro africano em 2014 (valor de US$ 20,3 milhões; equivalentes a 84,7% do total). Além do açúcar, as vendas brasileiras para Madagascar em 2014 foram marcadas pelos seguintes produtos: farelo de soja (valor de US$ 763 mil; ou 3,2%); pneus novos de borracha (valor de US$ 321 mil; ou 1,3%); caramelos, confeitos, dropes, pastilhas e produtos semelhantes sem cacau (valor de US$ 295 mil; ou 1,2%); e tratores (valor de US$ 286 mil; ou 1,2% do montante total). No primeiro bimestre

de 2015, as exportações retraíram-se em 38,6% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No que se refere às importações, de 2005 a 2014 as compras brasileiras originárias de Madagascar apresentaram crescimento de 356%, evoluindo de US$ 143,0 mil, em 2005, para US$ 651,0 mil, em 2014. Em 2014, todavia, as importações brasileiras registraram uma queda de 31,4% em relação ao ano anterior. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, à queda nas aquisições de níquel e suas obras. Entre janeiro e fevereiro de 2015, as importações cresceram 700,0% (valor de US$ 424 mil) motivadas pelas aquisições de ferro fundido, ferro e aço. Os principais produtos importados do parceiro africano pelo Brasil em 2014 foram: *(i)* vestuário e seus acessórios (valor de US$ 422,1 mil; equivalentes a 64,8% do total); *(ii)* produtos químicos orgânicos (valor de US$ 65,0 mil; ou 9,9%); *(iii)* óleos essenciais e resinoides (valor de US$ 43,0 mil; ou 6,6%); *(iv)* pedras preciosas, exceto diamantes (valor de US$ 36,0 mil; ou 5,5%); *(v)* obras de couro (valor de US$ 33,0 mil; ou 5,1% do montante total adquirido).

A partir do cruzamento estatístico entre as pautas exportadora brasileira e importadora malgaxe, em 2014, é possível identificar oportunidades para as exportações brasileiras em diversos segmentos do setor produtivo nacional. Com base no Sistema Harmonizado (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, são os seguintes: *(i)* arroz; *(ii)* medicamentos; *(iii)* açúcar; *(iv)* automóveis para transporte de mercadorias; *(v)* barras de ferro ou aço, laminadas; (*vi)* óleo de dendê; *(vii)* torneiras e válvulas para canalizações; *(viii)* massas alimentícias, não cozidas; *(ix)* óleo de soja em bruto; *(x)* preparações alimentícias para animais.

Investimentos Brasileiros

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Maio de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Tabela 1

Evolução do Comércio Exterior de Madagascar
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	0,84	-80,9%	1,69	-61,5%	2,52	-81,6%	-0,85
2006	1,01	20,6%	1,76	4,4%	2,77	9,8%	-0,75
2007	1,34	33,2%	2,45	38,9%	3,79	36,9%	-1,10
2008	1,67	24,1%	3,85	57,5%	5,52	45,6%	-2,18
2009	1,10	-34,3%	3,16	-18,0%	4,26	-22,9%	-2,06
2010	1,08	-1,3%	2,55	-19,4%	3,63	-14,7%	-1,46
2011	1,47	76,0%	2,96	75,4%	4,43	75,6%	-1,49
2012	1,22	-16,8%	2,66	-10,1%	3,88	-12,3%	-1,43
2013	1,84	50,1%	3,09	16,0%	4,92	26,8%	-1,25
2014	2,16	17,4%	3,24	5,0%	5,40	9,6%	-1,08
Var. % 2004-2013	**158,2%**	**--**	**92,2%**	**--**	**114,1%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(n.c.) Dado não calculado.

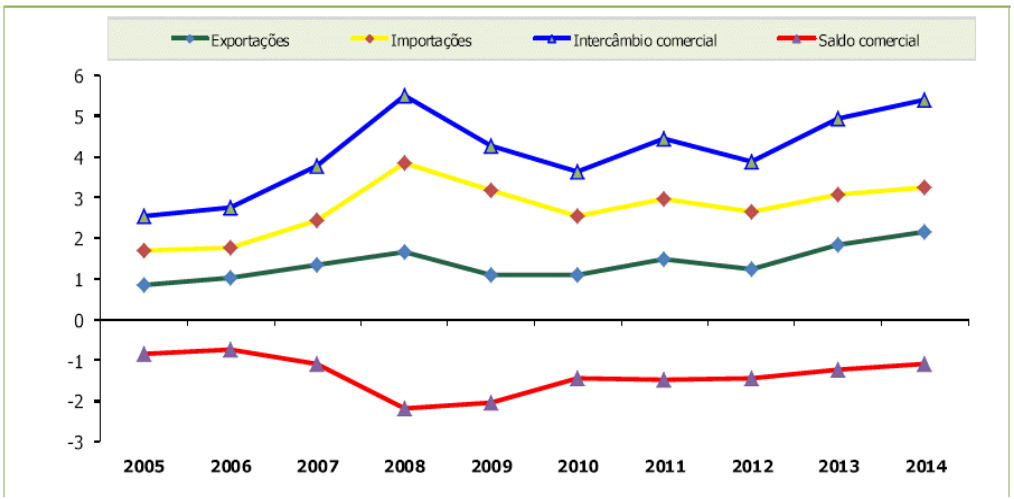


Tabela 2

Direção das Exportações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2014**	**Part.% no total**
França	491	22,8%
Estados Unidos	182	8,4%
Bélgica	142	6,6%
Países Baixos	141	6,5%
Coreia do Sul	136	6,3%
China	98	4,5%
Alemanha	96	4,4%
África do Sul	95	4,4%
Canadá	69	3,2%
Índia	66	3,1%
...		
Brasil (57ª posição)	***1***	***0,03%***
Subtotal	**1.517**	**70,3%**
Outros países	**641**	**29,7%**
Total	**2.158**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais destinos das exportações

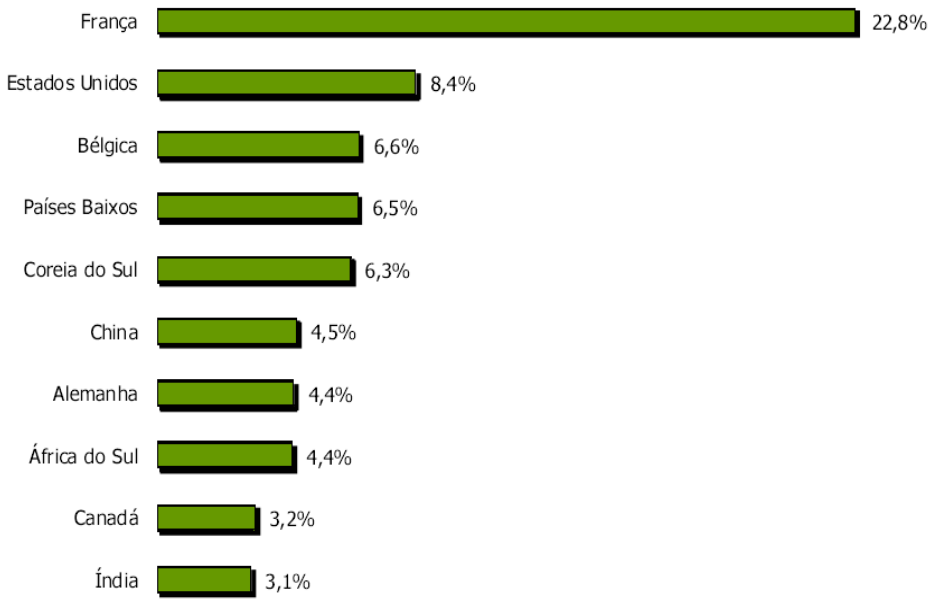


Tabela 3

Origem das Importações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2014**	**Part.% no total**
Emirados Árabes Unidos	576	17,8%
China	502	15,5%
Índia	202	6,2%
França	198	6,1%
África do Sul	150	4,6%
Paquistão	132	4,1%
Bareine	121	3,7%
Maurício	108	3,3%
Estados Unidos	104	3,2%
Alemanha	90	2,8%
...		
Brasil (21ª posição)	***33***	***1,0%***
Subtotal	**2.216**	**68,4%**
Outros países	**1.024**	**31,6%**
Total	**3.240**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais origens das importações

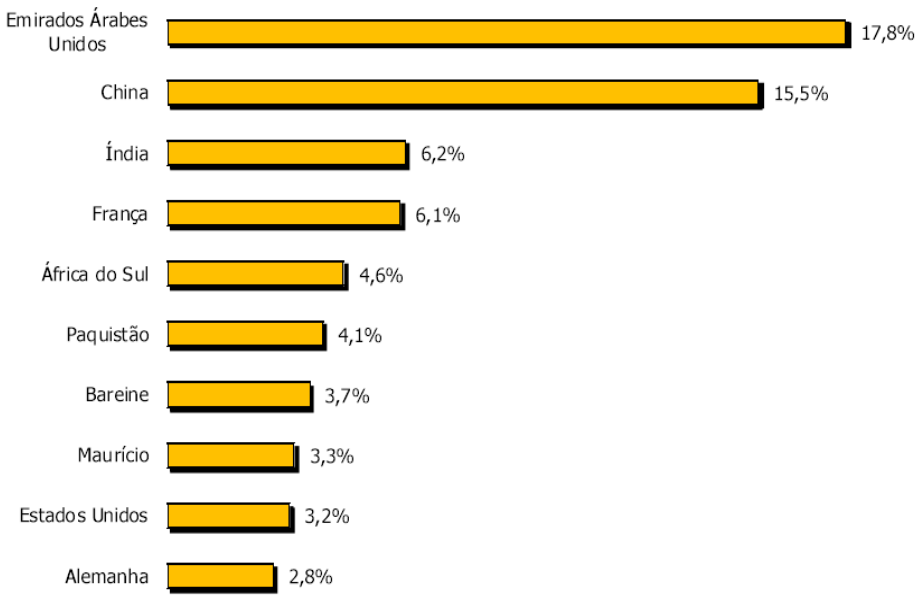


Tabela 4

Composição das exportações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2014**	**Part.% no total**
Níquel	586	27,2%
Café	248	11,5%
Vestuário exceto de malha	238	11,0%
Vestuário de malha	206	9,5%
Pescados	109	5,1%
Minérios	98	4,5%
Obras de metais comuns	86	4,0%
Combustíveis	81	3,8%
Preparações de carnes	48	2,2%
Algodão	45	2,1%
Subtotal	**1.745**	**80,9%**
Outros	**413**	**19,1%**
Total	**2.158**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

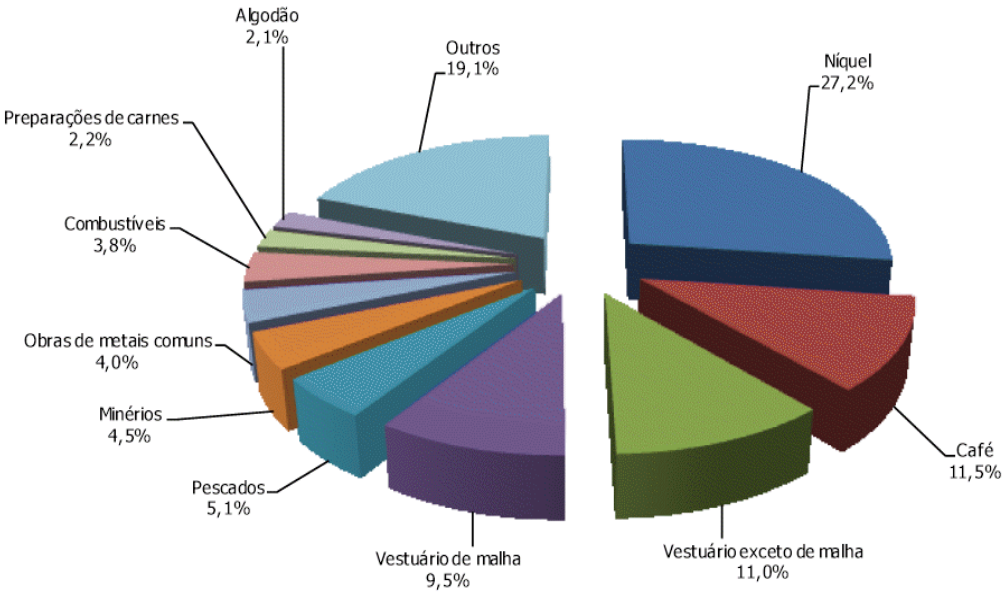


Tabela 5

Composição das importações de Madagascar US$ milhões		
Descrição	**2014**	**Part.% no total**
Combustíveis	721	22,3%
Máquinas mecânicas	243	7,5%
Automóveis	171	5,3%
Cereais	167	5,2%
Máquinas elétricas	151	4,7%
Sal, enxofre, terras, cimento	151	4,7%
Lã	126	3,9%
Farmacêuticos	102	3,1%
Plásticos	100	3,1%
Ferro e aço	84	2,6%
Subtotal	**2.016**	**62,2%**
Outros	**1.224**	**37,8%**
Total	**3.240**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos importados

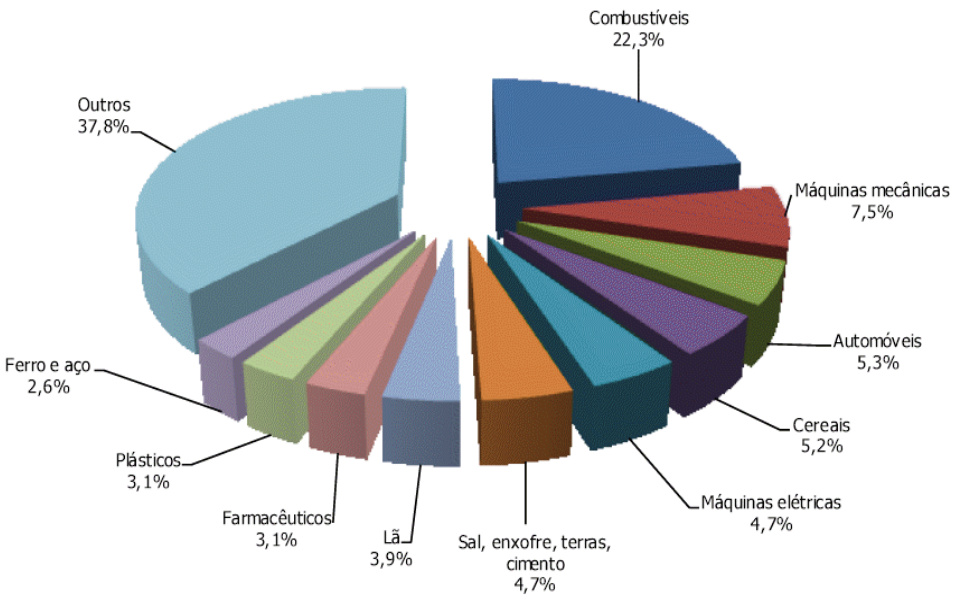


Tabela 6

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Madagascar
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	12.583	0,5%	***0,01%***	143	-32,6%	***0,00%***	12.726	-0,1%	***0,01%***	12.440
2006	6.548	-48,0%	***0,00%***	245	71,3%	***0,00%***	6.793	-46,6%	***0,00%***	6.304
2007	9.235	41,0%	***0,01%***	204	-16,5%	***0,00%***	9.439	38,9%	***0,00%***	9.030
2008	24.074	160,7%	***0,01%***	345	69,1%	***0,00%***	24.420	158,7%	***0,01%***	23.729
2009	21.187	-12,0%	***0,01%***	177	-48,7%	***0,00%***	21.364	-12,5%	***0,01%***	21.010
2010	27.954	31,9%	***0,01%***	203	14,4%	***0,00%***	28.157	31,8%	***0,01%***	27.752
2011	21.901	-21,7%	***0,01%***	1.001	394,4%	***0,01%***	22.903	-18,7%	***0,00%***	20.900
2012	33.130	51,3%	***0,01%***	2.123	112,0%	***0,00%***	35.253	53,9%	***0,01%***	31.007
2013	18.240	-44,9%	***0,01%***	949	-55,3%	***0,00%***	19.190	-45,6%	***0,00%***	17.291
2014	23.970	31,4%	***0,01%***	651	-31,4%	***0,00%***	24.622	28,3%	***0,01%***	23.319
2015 (jan-fev)	2.356	-38,6%	**0,01%**	424	700,8%	**0,00%**	2.780	-28,5%	**0,00%**	1.931
Var. % 2005-2014	**90,5%**		**--**	**356,0%**		**--**	**93,5%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado.

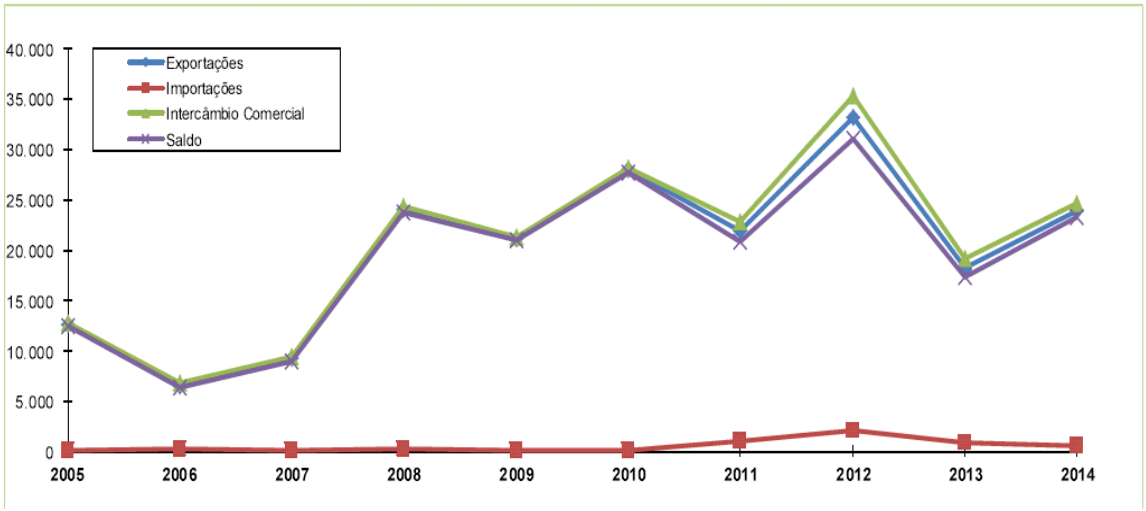


Tabela 7

Part. % do Brasil no Comércio de Madagascar US$ mil						
Descrição	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Var. % 2010/2014**
Exportações do Brasil para Madagascar (X1)	28,0	21,9	33,1	18,2	24,0	**-14,3%**
Importações totais de Madagascar (M1)	2.957	2.659	3.085	3.240	2.158	**-27,0%**
Part. % (X1 / M1)	**0,95%**	**0,82%**	**1,07%**	**0,56%**	**1,11%**	**17,5%**
Importações do Brasil originárias de Madagascar (M2)	0,2	1,0	2,1	0,9	0,7	**221,5%**
Exportações totais de Madagascar (X2)	1.472	1.225	1.838	2.158	3.240	**120,2%**
Part. % (M2 / X2)	**0,01%**	**0,08%**	**0,12%**	**0,04%**	**0,02%**	**46,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

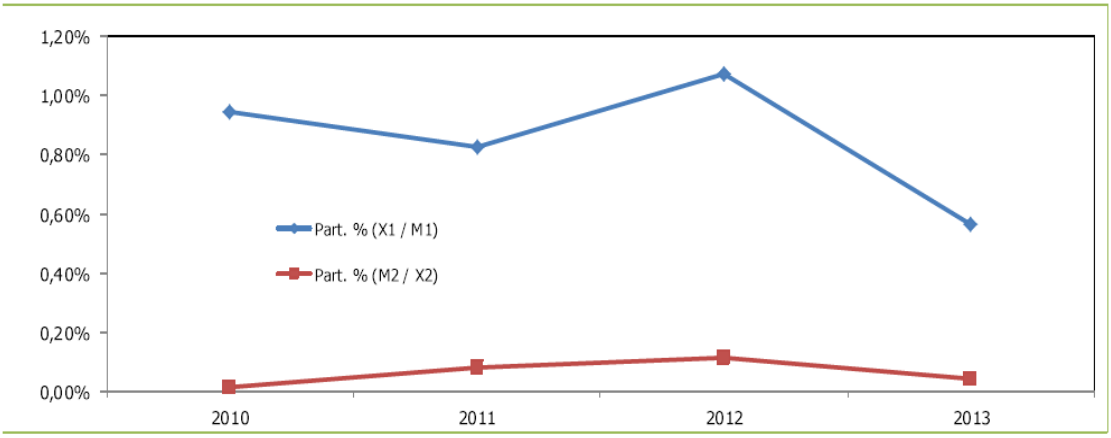
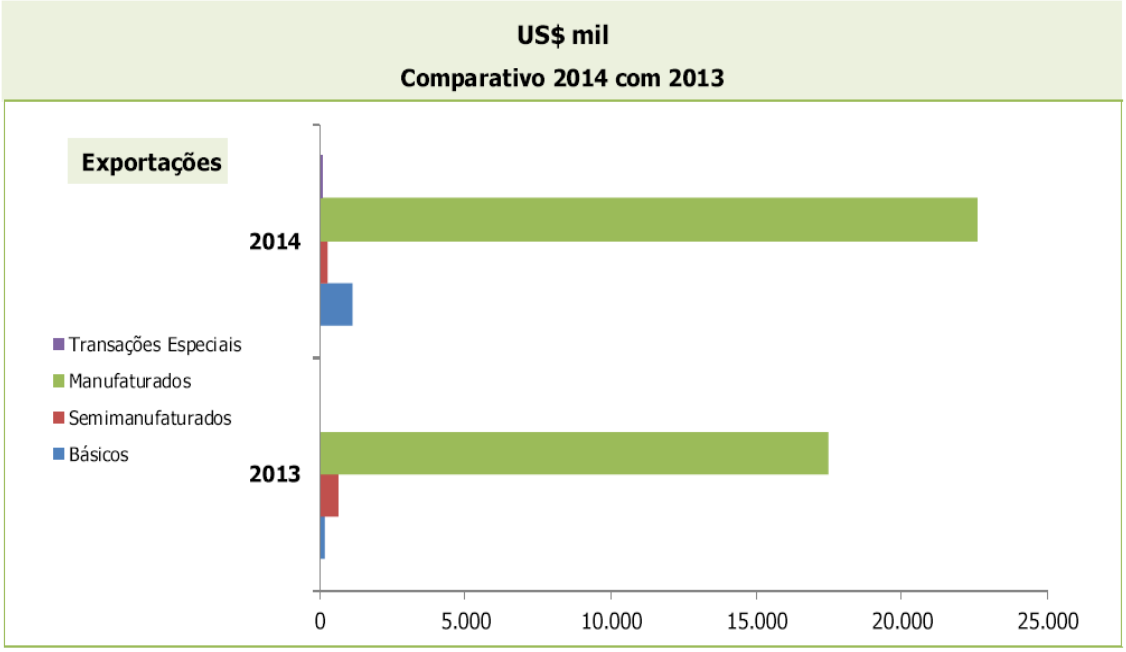
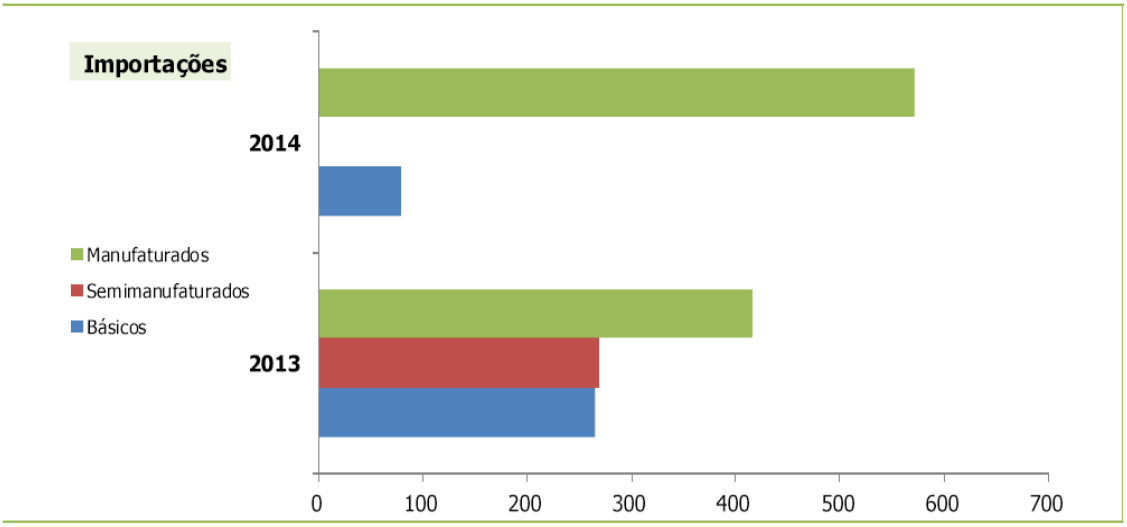


Tabela 8





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 9

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	24.737	74,7%	15.814	86,7%	20.730	86,5%
Farelo de soja	0	0,0%	32	0,2%	889	3,7%
Borracha	362	1,1%	595	3,3%	568	2,4%
Cerâmicos	75	0,2%	85	0,5%	391	1,6%
Automóveis	414	1,2%	217	1,2%	295	1,2%
Subtotal	**25.588**	**77,2%**	**16.743**	**91,8%**	**22.873**	**95,4%**
Outros produtos	**7.542**	**22,8%**	**1.497**	**8,2%**	**1.097**	**4,6%**
Total	**33.130**	**100,0%**	**18.240**	**100,0%**	**23.970**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Tabela 10

Descrição	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Vestuário exceto de malha	149	7,0%	117	12,3%	290	44,5%
Vestuário de malha	48	2,3%	78	8,2%	133	20,4%
Químicos orgânicos	0	0,0%	129	13,6%	65	10,0%
Óleos essenciais	25	1,2%	27	2,8%	43	6,6%
Ouro e pedras preciosas	26	1,2%	23	2,4%	36	5,5%
Obras de couro	0	0,0%	1	0,1%	33	5,1%
Café	500	23,6%	199	21,0%	22	3,4%
Soja em grãos	10	0,5%	20	2,1%	15	2,3%
Matérias para entrançar	10	0,5%	8	0,8%	7	1,1%
Tecidos especiais	11	0,5%	1	0,1%	6	0,9%
Subtotal	**779**	**36,7%**	**603**	**63,5%**	**650**	**99,8%**
Outros produtos	**1.344**	**63,3%**	**346**	**36,5%**	**1**	**0,2%**
Total	**2.123**	**100,0%**	**949**	**100,0%**	**651**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

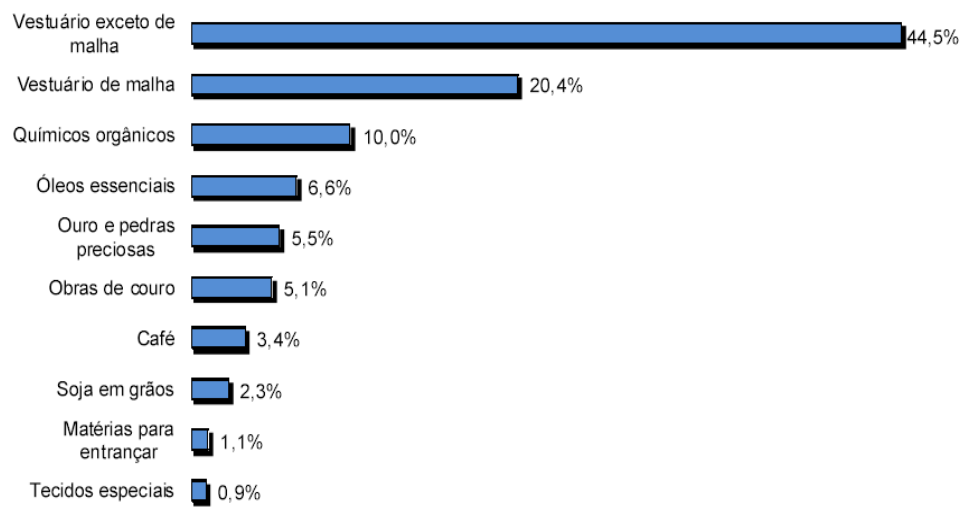
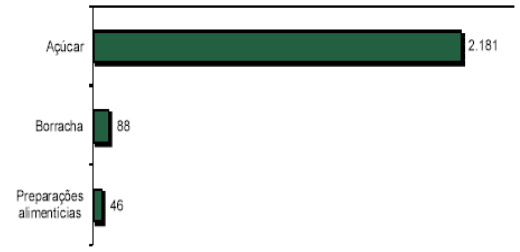


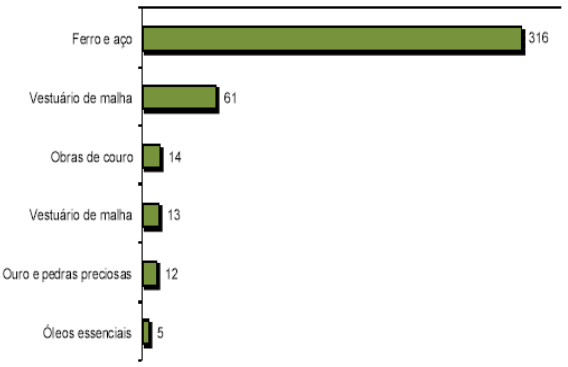
Tabela 11

Açúcar	3.696	96,4%	2.181	92,6%
Borracha	0	0,0%	88	3,7%
Preparações alimentícias	0	0,0%	46	2,0%
Subtotal	**3.696**	**96,4%**	**2.315**	**98,3%**
Outros produtos	**138**	**3,6%**	**41**	**1,7%**
Total	**3.834**	**100,0%**	**2.356**	**100,0%**



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Ferro e aço	0	0,0%	316	74,5%
Vestuário de malha	12	22,6%	61	14,4%
Obras de couro	0	0,0%	14	3,3%
Vestuário de malha	13	24,5%	13	3,1%
Ouro e pedras preciosas	1	1,9%	12	2,8%
Óleos essenciais	7	13,2%	5	1,2%
Subtotal	**33**	**62,3%**	**421**	**99,2%**
Outros produtos	**20**	**37,7%**	**3**	**0,8%**
Total	**53**	**100,0%**	**424**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Aviso nº 228 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 36,

DE 2015

(Nº 185/2015, NA ORIGEM)

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Os méritos do Senhor Miguel Júnior França Chaves de Magalhães que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

00001.001720/2015-77

EM nº 00198/2015 MRE

Brasília, 8 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES*
CPF.: 329.917.707-91
ID.: 7955 MRE

1955	Filho de Miguel Mesquita Magalhães e Zeneide França Chaves de Magalhães, nasce em 11 de abril, em Fortaleza/CE
Dados Acadêmicos:	
1974	Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, Brasília/DF
1979	CPCD - IRBr
1984	CAD - IRBr
1985	Mestrado em Administração de Negócios pela University of California, Los Angeles Campus/EUA
2003	CAE - IRBr, Céus Abertos: Políticas de Transporte Aéreo Internacional no Brasil, E.U.A. e U.E.
Cargos:	
1980	Terceiro-Secretário
1983	Segundo-Secretário
1989	Primeiro-Secretário, por merecimento
1996	Conselheiro, por merecimento
2004	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial
Funções:	
1975	Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro de Estado, assessor
1980-82	Divisão Consular, assistente
1981	Embaixada em Dar-es-Salaam, Terceiro=Secretário em missão transitória
1982-85	Consulado-Geral em Los Angeles, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1985	Divisão de Política Comercial, assistente
1986	Departamento Econômico, assessor
1988	Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, assessor
1988-90	Departamento de Administração, assessor
1990	Presidência da República, Diretor-Adjunto de Administração
1991-92	Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário
1992-95	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário
1995-97	Gabinete do Ministro de Estado, assessor e Subchefe de Gabinete
1997-2000	Embaixada em Madri, Conselheiro
2000-02	Embaixada em La Paz, Conselheiro
2003-06	Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral Adjunto
2006-10	Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral Adjunto
2010-13	Embaixada em Basseterre, Embaixador

2013-14	Agência Nacional do Petróleo, Rio de Janeiro, Superintendente de Comunicação Social, Relações Institucionais e Internacionais
2014	Embaixada em Castries, Encarregado de Negócios, a.i.
2014-15	Embaixada em Kingstown, Encarregado de Negócios, a.i.

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão do Oriente Médio II

IRAQUE



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE O IRAQUE

NOME OFICIAL:	República do Iraque
CAPITAL:	Bagdá
ÁREA:	437.072 km²
POPULAÇÃO (2014):	35,7 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe e curdo (oficiais em nível nacional), além de línguas regionais, como o turcomeno e o siríaco
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo xiita (65%); islamismo sunita (27%); cristianismo (2%); outras (6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista, com legislativo unicameral ("Conselho de Representantes" ou Majlis al Shura)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente da República Fuad Masum (curdo). Eleito e empossado no cargo em 24 de julho de 2014.
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Haider al Abadi (xiita). Nomeado em 11 de agosto de 2014.
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Ibrahim al Jaafari (xiita). Nomeado em 8 de setembro de 2014.
PIB NOMINAL (2014, EIU):	US$ 232,3 bilhões
PIB PPP	US$ 494,4 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2014)	US$ 6.507
PIB PPP "per capita":	US$ 13.849
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	6% (2010); 10% (2011); 10% (2012); 4% (2013); -2,6% (2014, est.)
IDH:	0,642 (120ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA:	69,4 anos
ALFABETIZAÇÃO:	78,5% da população
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	8% (ONU)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar iraquiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Adel Mustafa Kamil Al-Kurdi. Apresentou cartas credenciais em 31/10/2013
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	40 a 50 habitantes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRAQUE (fonte: MDIC)									
Brasil → Iraque	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	729	362	1.292	968	1.026	1.298	1.250	972	1.267
Exportações	153	90	106	250	287	400	288	280	226
Importações	576	271	1.186	718	738	898	962	691	1.041
Saldo	-423	-181	-1.079	-468	-450	-497	-674	-410	-814

Informação elaborada pela Divisão de Oriente Médio II (DOM II) do Ministério das Relações Exteriores, em abril de 2015.

PERFIS BIOGRÁFICOS



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FUAD MASUM

Muhammad Fuad Masum nasceu em 1938, em Koya, no Curdistão iraquiano. Curdo sunita, militou na juventude no Partido Comunista Iraquiano. No ano de 1964, afiliou-se ao Partido Democrático do Curdistão (KDP), tendo permanecido em suas fileiras até o ano de 1975, quando participou da fundação da União Patriótica do Curdistão (PUK), agremiação a que pertence até hoje.

Iniciou, em 1958, estudos de Direito na Universidade de Bagdá, tendo concluído o curso pela Universidade Al-Azhar, do Cairo. Nesta última, também concluiu seu PHD em Filosofia Islâmica, no ano de 1975.

Em 1992, foi eleito para a posição de Primeiro-Ministro no Governo Regional do Curdistão, que ocupou até abril de 1993.

Em 2003, após a queda do regime baathista no Iraque, Masum foi designado pela PUK para integrar a delegação curda no comitê redator da nova constituição iraquiana, promulgada em 2005.

Em 2010, foi eleito para o Parlamento iraquiano, onde liderou a coalizão de partidos curdos.

Em 24 de julho de 2014, foi eleito, por 211 votos, Presidente da República pelo Parlamento iraquiano, em substituição a Jalal Talabani, também integrante da PUK.

PRIMEIRO-MINISTRO
HAIDER AL ABADI



Nasceu em 1952 em Bagdá. Formou-se em engenharia elétrica pela Universidade de Bagdá (1975) e concluiu seu doutorado em 1980 na Universidade de Manchester (Reino Unido), onde se encontrava na condição de exilado voluntário, durante o governo de Saddam Hussein, o qual executou dois dos irmãos de al Abadi.

Durante o exílio, além de trabalhar como engenheiro, atuou na militância política, tendo ingressado na liderança executiva do partido islamista "Dawa" (xiita) em 1979.

Após a derrocada do regime baathista em Bagdá, em 2003, foi nomeado Ministro das Comunicações pelo Conselho temporário de Governo do Iraque. Elegeu-se deputado nacional em 2005, tendo presidido o comitê de Assuntos Econômicos do Parlamento iraquiano. Foi reeleito mais duas vezes para o Legislativo.

Foi nomeado Primeiro-Ministro do Iraque em 11 de agosto de 2014 pelo presidente Fuad Masum.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
IBRAHIM AL ESHAIKER AL JAAFARI



Ibrahim al Jaafari nasceu na cidade de Karbala em 25 de março de 1947. Formou-se em medicina na Universidade de Mossul. É muçulmano xiita.

Entrou para o partido islamista "Dawa" em 1968. Sua participação mais expressiva na agremiação se deu nos anos seguintes a sua formatura, em 1974, principalmente no movimento que visava derrubar o governo baathista. Em represália, foi forçado a se exilar, em 1979, no Irã, onde se tornou o representante do partido "Dawa" no Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque, agremiação composta por vários movimentos no exterior que se opunham a Saddam Hussein. Em 1989 mudou-se para Londres, onde chefiou a representação do partido "Dawa" no Reino Unido.

Após a derrubada de Saddam Hussein do poder em 2003, Jaafari retorna ao Iraque para assumir o cargo de porta-voz do "Dawa". Integrou o Governo Interino Iraquiano, em 2004, como um dos dois Vice-Presidentes da República.

Após as eleições de janeiro de 2005, que deram à coalizão da Aliança Iraquiana Unida grande expressividade no parlamento, Jaafari foi nomeado Primeiro-Ministro em 7 de abril daquele ano. Foi substituído por Nuri al Maliki em maio de 2006, que além de Primeiro-Ministro, sucedeu Jaafari como Secretário-Geral do Partido "Dawa" no ano seguinte.

Em maio de 2008 Jaafari criou um novo partido chamado Movimento da Reforma Nacional. Em agosto de ano seguinte, líderes políticos xiitas anunciaram a formação da coalizão da Aliança Nacional Iraquiana, da qual o partido de Jaafari se tornou membro.

Ele foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Primeiro-Ministro Haider al Abadi em 8 de setembro de 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Iraque estabeleceram relações diplomáticas em 5 de julho de 1939, data da celebração do primeiro acordo entre os dois países, um convênio comercial. A criação da Embaixada brasileira junto ao Governo iraquiano deu-se em 16 de janeiro de 1968, por decreto presidencial, funcionando tal missão a partir de Damasco, em regime de cumulatividade. O Iraque acreditou, em 1971, seu primeiro Embaixador residente no Brasil. A Embaixada residente em Bagdá iniciou operações em 1972.

Nas décadas de 1970 e 1980, Brasil e Iraque mantiveram intenso relacionamento bilateral, decorrente tanto da complementaridade entre as duas economias como de fortes convergências diplomáticas entre ambos os Governos. Graças a tais sinergias, o Brasil conseguiu assegurar amplo fluxo de importações de petróleo iraquiano mesmo após os países árabes terem imposto embargo nas exportações de petróleo a países ocidentais, em 1973, na esteira do conflito israelo-árabe daquele ano ("Guerra do Yom Kippur").

Tal processo de intensificação de relações bilaterais sofreu interrupção abrupta com a invasão do Kuaite pelo Iraque, em meados de 1990. A imposição de rígido regime de sanções pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU) acarretou, na prática, o término da parceria econômica entre o Brasil e o Iraque, pois decisões multilaterais implicaram o rompimento imediato de todos os contratos de empresas brasileiras com o Governo iraquiano. Embora as relações diplomáticas bilaterais não houvessem sido rompidas, a Embaixada em Bagdá foi esvaziada de pessoal diplomático em janeiro de 1991 e os consideráveis vínculos econômicos e comerciais existentes entre os dois países foram em muito reduzidos.

No final da década de 1990, o Brasil assumiu a presidência de três painéis na ONU referentes a situações litigiosas entre o Iraque e o Kuaite, decorrentes da invasão de 1990.

Em 2003, o Brasil não apoiou a invasão do Iraque por tropas da coalizão por não estar amparada em resolução do CSNU. Essa posição não se deveu a qualquer simpatia pelo regime baathista iraquiano, mas, sim, ao estrito respeito da legalidade internacional.

Em 1º de agosto de 2004, o Governo brasileiro criou um Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à Embaixada do Brasil em Amã (Jordânia), como parte do processo de reativação gradual dos vínculos econômicos com o Iraque. Dando continuidade a esse processo, Brasília designou, em janeiro de 2006, novo embaixador como seu representante junto ao Governo iraquiano, com residência temporária em Amã. Em 2011, foi reativado o mecanismo de comissão mista bilateral, após intervalo de 22 anos. Em 1º de março de 2012, foi reaberta a Embaixada brasileira residente na capital iraquiana.

Assuntos consulares

O número de brasileiros vivendo no Iraque é estimado entre 40 a 50 pessoas. Não há registro de nenhum cidadão brasileiro preso no Iraque.

POLÍTICA INTERNA

Nos termos da Constituição promulgada em 2005, o Iraque adotou, como sistema de Governo, o de uma república parlamentar, federativa e representativa. A Chefia de Estado cabe a um Presidente da República, escolhido pelo Conselho de Representantes (equivalente, no Brasil, à Câmara dos Deputados). Tal Conselho é integrado por 328 deputados e representa, em modalidade unicameral, o Poder Legislativo. A Chefia de Governo compete a um Primeiro-Ministro, normalmente o líder da coalizão vencedora nos pleitos eleitorais nacionais que têm lugar a cada quatro anos.

Tem-se repetido, desde a primeira eleição nacional (realizada em 2006) após a invasão, em 2003, do Iraque por forças de EUA, Reino Unido, Austrália e Polônia, fórmula de distribuição do poder em que, na prática, a Presidência da República acaba por ser atribuída a cidadão da etnia curda; a Chefia de Governo a Primeiro-Ministro de confissão islâmica xiita e a Presidência do Conselho de Representantes a indivíduo adepto do sunismo islâmico.

O jovem regime democrático-parlamentar iraquiano tem sido submetido a duros desafios, em especial os de caráter securitário, em seu processo de consolidação institucional. O atual estádio da violência política no país teve sua origem imediata no processo de desmantelamento do aparelho baathista de segurança pública, na esteira da invasão do país em 2003. A partir de então, diversos fenômenos paralelos e simultâneos (resistência contra a presença estrangeira; conflitos étnicos e sectários; criminalidade pura e simples; ação de grupos terroristas de motivações transfronteiriças, etc.) convergiram para criar o caráter multifacético que a violência assumiu em algumas porções do território iraquiano. Não obstante isso, segmentos importantes da classe política do país perseveraram no projeto de soerguimento democrático-institucional da república iraquiana, com o resultado de três eleições gerais (2006, 2010, 2014) realizadas a duras penas.

Nas eleições gerais de 30 de abril de 2014, a coligação "Estado de Direito", liderada pelo partido xiita "Dawa", do então Primeiro-Ministro Nouri al Maliki, conseguiu obter 92 cadeiras no Parlamento. A perspectiva de permanência do referido político à frente do gabinete despertou forte descontentamento entre algumas tribos sunitas, em especial na província de Anbar, o que acabou por facilitar o ingresso em território iraquiano, em

princípios de 2014, de facção extremista sunita em ação na Síria e então intitulada ISIL, hoje autointitulada "estado islâmico".

Com a conjuntura política fragilizada e o vácuo de poder criado no período entre a realização das eleições e a lenta definição sobre a formação do novo gabinete, as forças do "estado islâmico" conduziram uma surpreendente ação de grande porte e atacaram diversas cidades de maioria sunita. O ápice dessa ação foi a tomada de Mossul, a segunda maior cidade iraquiana, em 10 de junho de 2014, o que rendeu ao grupo não só farta quantidade de equipamentos militares, inclusive centenas de tanques e veículos blindados, mas também o equivalente a USD 450 milhões em barras de ouro e em dólares, montante que estava depositado em filial do Banco Central iraquiano. O ataque contou com o apoio, velado ou aberto, de setores expressivos da população sunita, sobretudo em redutos de ex-baathistas, residentes na região.

Em 24 de julho de 2014, o Parlamento iraquiano elegeu Fuad Massoum, da coalizão Aliança Curda, para o cargo de Presidente da República do Iraque. Em 14 de agosto seguinte, o novo Chefe de Estado convidou o parlamentar Haider al Abadi para assumir o cargo de Primeiro-Ministro, com a tarefa de conduzir processo de reconciliação política nacional, em especial entre os segmentos sunitas e xiitas da população, que, se levado a bom termo, em muito poderá contribuir para reduzir a atividade de grupos extremistas em território iraquiano.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a assunção do Governo Transitório, em 7 de abril de 2005, a política externa do Iraque tem-se pautado pela normalização do diálogo com vários países vizinhos, em muito abalada pelo período de sanções multilaterais vigentes contra Bagdá (1990-2014).

O Governo iraquiano conseguiu grande vitória na diplomacia multilateral em 2014, quando logrou encerrar o regime de sanções imposto pela ONU, vigente desde 1990 e que impunha restrições à plena inserção do Iraque no cenário internacional. Contribuíram muito para tal êxito a normalização das relações do novo governo iraquiano com o Kuaite, após negociações que se arrastaram por décadas e que se relacionavam ao equacionamento da dívida de guerra de Bagdá para com a Casa dos al Sabah e com a questão do esclarecimento sobre o destino dos cidadãos e bens kuaitianos desaparecidos durante a guerra de 1990-91.

A normalização do diálogo político do Iraque com outros países na vizinhança no Oriente Médio, se bem sucedida, poderá desempenhar papel seminal na estabilização político-securitária do Iraque, pois tenderá a reduzir a ingerência que agentes estrangeiros exercem em favor de seus aliados na política interna do Iraque, em muito prejudicial ao equilíbrio do mosaico étnico-político do país mesopotâmico.

Desde setembro de 2014, o esforço de guerra iraquiano contra o autointitulado "estado islâmico" (EI) tem sido apoiado, nos planos diplomático e militar, pela ação de coalizão internacional, integrada por aproximadamente sessenta países, contra o dito grupo extremista. As principais ações empreendidas pela coalizão em suporte do Iraque tem sido a cessão de material militar a Bagdá e a realização de bombardeios aéreos contra alvos do EI em território iraquiano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após turbulento período vivenciado pelo Iraque durante a guerra no país, de 2003 a 2011, o Governo iraquiano iniciou processo de atração de investimentos, com vistas, principalmente, a reconstruir a infraestrutura destruída pelas guerras externas e conflitos internos e reduzir o acentuado déficit habitacional do país. As recentes incursões do estado islâmico no território do Iraque têm, no entanto, prejudicado tal esforço.

A partir de 2011, houve expressivo aumento no fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) para o Iraque. Assim, após registrar o ingresso de US$ 1,4 bilhão em 2010, o país recebeu US$ 2,0 bilhões, em 2011, US$ 2,4 bilhões, em 2012, e US$ 2,8 bilhões em 2013. Entretanto, com o início do conflito com o estado islâmico, as perspectivas para o ingresso de novos recursos tornaram-se incertas.

Entre os principais países investidores no Iraque, destacam-se, por estoque investido no país, Estados Unidos, China e Turquia. O principal destino desses investimentos é o setor energético.

Não obstante isso, a redução nos preços internacionais do barril do petróleo, verificada a partir do segundo semestre de 2014, impactará fortemente no orçamento e na capacidade de dispêndio do Governo iraquiano ao longo de 2015, dado o caráter macrocefálico que as exportações de hidrocarbonetos representam para a economia iraquiana como um todo, em especial para o setor de balanço de pagamentos.

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS

Entre as oportunidades de investimento no Iraque, destacam-se aquelas relacionadas ao setor do petróleo (o país possui 143 bilhões de barris de petróleo em reservas comprovadas). A região do Curdistão, nesse sentido, apresenta-se como principal porta de entrada dos investimentos, contando igualmente com infraestrutura para o setor, incluindo oleoduto que transporta o produto até o Mediterrâneo via Turquia. Grandes empresas petrolíferas estão presentes na região curda.

Na área de infraestrutura, existem oportunidades em trabalhos de reconstrução, transportes (rodoviário e ferroviário), habitação e infraestrutura social (saneamento).

PERFIL DOS INVESTIMENTOS

Além da existência do conflito armado com o grupo terrorista autodenominado "estado islâmico", a existência de dívida soberana do Governo iraquiano junto ao Brasil, oriunda de inadimplência iraquiana quanto aos grandes contratos com empresas brasileiras dos anos 80, também dificulta a entrada de

investimentos nacionais no Iraque. A negociação, que se tem estendido por vários anos, é complexa por envolver diversos participantes (Secretaria do Tesouro, Banco do Brasil, Petrobras, empresas privadas) e por estar indiretamente vinculada a negociações já entabuladas pelo Governo iraquiano com membros do Clube de Paris, foro que não é integrado pelo Brasil.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que o setor de infraestrutura, que oferece as principais oportunidades de investimentos, é caracterizado por operações que envolvem financiamentos oficiais, devido aos altos valores envolvidos.

DADOS DE INVESTIMENTOS

O Banco Central não possui registro de investimentos diretos brasileiros no Iraque. Quanto a investimentos diretos iraquianos no Brasil, o Banco Central registra ingresso de US$ 90 mil, em 2009.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1533	Solimão I anexa o território da Mesopotâmia (atual Iraque) ao Império Otomano.
1914 (5 de novembro)	O Reino Unido declara guerra ao Império Otomano.
1917 (11 de março)	Tropas do Reino Unido ocupam Bagdá, durante a campanha da Mesopotâmia na 1ª Guerra Mundial.
1920 (Abril)	Na Conferência de Paz de San Remo das Forças Aliadas, a Grã-Bretanha recebeu o mandato da Liga das Nações sobre a Palestina, a Transjordânia e a Mesopotâmia (renomeada Iraque, um território criado a partir da junção das províncias otomanas de Baçorá, Bagdá e Mossul)
1920 (Junho)	Grande Revolução do Iraque – rebelião contra o domínio britânico.
1921	Faisal, filho de Hussein Bin Ali, o Xerife de Meca, é coroado primeiro rei do Iraque, sob protetorado britânico.
1925 (16 de dezembro)	A Liga das Nações define a fronteira entre a Turquia e o Iraque, colocando a região de Mossul no Iraque.
1932 (3 de outubro)	O Iraque torna-se um Estado independente sob a monarquia de Faisal I.
1933 (08 de setembro)	Morre Faisal. Seu filho, Ghazi, o sucede.
1939 (4 de abril)	Em uma viagem à Suíça, Ghazi morre em consequência de um acidente misterioso. Seu meio-irmão serve como regente do trono até o Rei Faisal II completar maioridade.
1941 (1º de abril)	Rashid Ali toma o poder através de um golpe militar e começa uma campanha contra a influência britânica no Iraque.
1941 (2 maio - 31 maio)	Guerra entre o Reino Unido e o Iraque. O Reino Unido intervêm derrubando o governo de Rashid Ali e recolocando o regente pró-britânico, Príncipe Abd al-Llah, no poder.
1941-1945	Sob intervenção britânica, o país é ocupado pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial.
1948	Iraque participa da guerra contra Israel junto à Liga Árabe, formada ao término da Segunda Guerra Mundial.
1953 (2 de maio)	Ao completar maioridade, Faisal II se torna rei do Iraque.
1956 (1 de dezembro)	Rei Faisal II do Iraque declara a lei marcial e suspende o parlamento.
1955 (24 de fevereiro)	Iraque, Turquia, Grã-Bretanha, Paquistão e Irã assinaram um tratado prometendo cooperação econômica e militar. Este acordo foi tecnicamente chamado Organização do Tratado Central, mas tornou-se mais popularmente conhecido como "Pacto de Bagdá".
1958 (14 de julho)	A monarquia é derrubada por um golpe militar liderado pelo

	brigadeiro Abd-al-Karim Qasim e o coronel Abd-al-Salam Arif Col Muhammad. O Iraque é transformando em república.
1959 (24 de março)	Abd-al-Karim anunciou que seu país se retirava do Pacto de Bagdá.
1961 (Setembro)	Abd-al-Karim Qassim rejeitou os esforços para estabelecer a autonomia política para os curdos no norte do Iraque e lançou grande campanha militar contra eles.
1963 (8 de fevereiro)	O primeiro-ministro Qasim é derrubado em um golpe do Partido Socialista Árabe Baath (PSAB), liderado por Muhammad Arif Abd-al-Salam. Abd-al-Salam Arif torna-se presidente.
1963 (18 de novembro)	O governo baathista é derrubado por Arif e um grupo de oficiais.
1966 (16 de abril)	Depois da morte de Arif em um acidente de helicóptero em 13 de abril, seu irmão mais velho, Maj-Gen Abd-al-Rahman Muhammad Arif, o sucede como presidente.
1966 (26 de junho)	Primeiro-Ministro iraquiano Abd al-Rahman al-Bazzaz aceitou um cessar-fogo com os curdos do norte do Iraque, pondo fim a um conflito de seis anos.
1968 (17 de julho)	Um golpe de Estado liderado pelo Partido Socialista Árabe Baath expulsa Arif. O general Ahmad Hasan al-Bakr torna-se presidente e Saddam Hussein foi nomeado vice-presidente.
1970 (11 de março)	Governo Central e Mullah Mustafa Barzani, líder do Partido Democrático do Curdistão (KDP), assinam um acordo de paz.
1972	Iraque nacionaliza a *Iraq Petroleum Company* (IPC).
1974	Iraque concede autonomia limitada à região curda.
1979 (16 de julho)	Al-Bakr renuncia por motivos de saúde e Saddam Hussein o sucede como presidente.
1980-1988	Guerra entre Irã e Iraque.
1981 (7 de junho)	Israel ataca um centro de pesquisa nuclear iraquiano em Tuwaythah, perto de Bagdá.
1988 (16 de março)	O Iraque é acusado de ter usado armas químicas contra a cidade curda de Halabjah. (Operação Al Anfal)
1990 (2 de agosto)	O Iraque invade o Kuaite, provocando o que se torna conhecida como a primeira Guerra do Golfo. As forças de coalizão norte-americanas obrigam o Iraque a se retirar do território kuaitiano em fevereiro de 1991.
1991 (abril)	Um plano para estabelecer um refúgio seguro das Nações Unidas no norte do Iraque para proteger os curdos é aprovado em uma reunião da União Europeia. Em 10 de abril, os EUA ordenam ao Iraque a por fim a todas as atividades militares na área.
1993 (27 de junho)	Em retaliação a uma tentativa de assassinato contra o ex-

	presidente americano George Bush, os Estados Unidos lançam ataques aéreos contra bases do serviço secreto do Iraque
1994 (10 de novembro)	Assembleia Nacional Iraquiana reconhece as fronteiras do Kuaite e a sua independência.
1995 (14 de abril)	Resolução 986 do Conselho de Segurança das Nações Unidas permite a retomada parcial das exportações de petróleo do Iraque para comprar alimentos e remédios (o programa "Petróleo por Alimentos").
1995 (outubro)	Saddam Hussein ganha um referendo que lhe permite permanecer presidente por mais sete anos.
1998 (outubro)	O Iraque encerra a cooperação com a Comissão Especial das Nações Unidas para Supervisionar a Destruição de Armas de Destruição em Massa do Iraque (UNSCOM). Em dezembro, após funcionários da ONU serem evacuados de Bagdá, os EUA e o Reino Unido lançam uma campanha de bombardeios, "Operação Raposa do Deserto", para destruir os programas de armas nucleares, químicas e biológicas do Iraque.
2000 (outubro)	Iraque retoma voos domésticos de passageiros, os primeiros desde a Guerra do Golfo, em 1991.
2000 (novembro)	O Iraque rejeita novas propostas de inspeções de armas.
2001	Foram criados acordos de livre comércio da zona com os países vizinhos. Reinauguração da ligação ferroviária com a Turquia em maio, pela primeira vez desde 1981.
2001 (fevereiro)	Reino Unido e EUA realizam ataques aéreos para tentar desativar rede de defesa aérea do Iraque.
2002 (11-15 fevereiro)	Pela primeira vez desde 1992, o Iraque recebe um especialista em direitos humanos da ONU. Durante os anos anteriores, a comunidade internacional documentou e relatou graves abusos de direitos humanos no Iraque, incluindo execuções sumárias, prisões arbitrárias, tortura sistemática, coerção por meio de represálias contra membros da família e discriminação em massa sobre o acesso aos alimentos e cuidados de saúde.
2002 (29 de janeiro)	Durante um discurso do Estado da União, o presidente George Bush lista Iraque, Irã, Coreia do Norte e Síria como parte de um "Eixo do Mal".
2002 (novembro)	Retorno de inspetores de armas da ONU ao Iraque.
2003 (março)	Em 17 de março, o embaixador do Reino Unido na ONU diz que o processo diplomático no Iraque terminou e o Presidente Bush dá a Saddam Hussein 48 horas para deixar o Iraque ou enfrentar a guerra. No dia 20, mísseis americanos bombardeiam alvos em Bagdá e tropas terrestres americanas e britânicas entram no Iraque.
2003 (9 de abril)	Forças dos EUA tomam Bagdá.

2003 (maio)	Conselho de Segurança da ONU apoia a administração norte-americana no Iraque e EUA abolem o Partido iraquiano Baath e instituições do antigo regime.
2003 (14 de dezembro)	Saddam Hussein é capturado em Tikrit.
2004 (2 de março)	Mais de 180 pessoas foram mortas por explosões em templos xiitas em Bagdá e Karbala no festival xiita de Ashura.
2004 (julho)	Os Estados Unidos entregam a soberania ao governo interino chefiado pelo primeiro-ministro Iyad Allawi.
2005 (30 de janeiro)	Cerca de 8 milhões de pessoas vão votar nas eleições para uma Assembleia Nacional de Transição. A Aliança Iraquiana Unida Xiita obtém a maioria dos assentos. Partidos curdos seguem em segundo lugar.
2005 (abril)	Em meio à escalada de violência, o parlamento seleciona líder curdo Jalal Talabani como presidente. Ibrahim Jaafari, um xiita, é nomeado como primeiro-ministro.
2005 (junho)	Massoud Barzani é empossado como presidente regional do Curdistão iraquiano.
2005 (agosto)	Projeto de Constituição aprovado por representantes xiitas e curdos.
2005 (outubro)	Os eleitores aprovam uma nova Constituição, que visa criar uma democracia islâmica federal.
2005 (dezembro)	Os iraquianos votam para o primeiro governo e parlamento desde a invasão liderada pelos EUA.
2006 (janeiro)	Aliança Iraquiana Unida Xiita emerge como o vencedor das eleições de dezembro, mas não consegue ganhar uma maioria absoluta.
2006 (22 de abril)	Recém-reeleito Presidente Talabani pede compromisso ao candidato xiita Nouri al-Maliki para formar um novo governo, pondo fim a meses de impasse.
2006 (7 de junho)	O líder da Al-Qaeda no Iraque, Abu Musab al-Zarqawi, foi morto em um ataque aéreo.
2006 (dezembro)	Saddam Hussein é executado por crimes contra a humanidade.
2007 (janeiro)	O Presidente dos EUA, George Bush, anuncia uma nova estratégia no Iraque, milhares de tropas americanas foram enviadas para reforçar a segurança em Bagdá.
2007 (agosto)	O principal bloco político sunita no Iraque, a Frente do Acordo Iraquiano, retira-se do armário depois de uma disputa sobre a partilha do poder.
2008 (março)	Visita, sem precedentes, do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Iraque.
2008 (novembro)	Parlamento aprova pacto de segurança com os Estados Unidos em que todas as tropas americanas sairiam do país até o final de

	2011.
2009 (fevereiro)	O bloco político liderado pelo primeiro-ministro Nouri al-Maliki pontua grandes vitórias nas eleições provinciais.
2009 (junho)	As tropas dos EUA se retiram das vilas e cidades iraquianas, seis anos depois da invasão, entregando formalmente funções de segurança para novas forças iraquianas.
2010 (março)	Nas eleições parlamentares, nenhuma coalizão ganha votos suficientes para uma maioria no parlamento.
2010 (novembro)	O Parlamento se reúne novamente após um longo atraso, renomeia Jalal Talabani como presidente e Nouri al-Maliki como primeiro-ministro.
2010 (dezembro)	O Parlamento aprova um novo governo, incluindo todas as principais facções, acabando com nove meses de impasse após as eleições inconclusivas.
2011 (16 de dezembro)	As últimas tropas norte-americanas deixam o território iraquiano, em cumprimento ao acordo firmado com o Iraque.
2013 (20 de abril)	Realizam-se eleições regionais em 12 das 18 províncias do Iraque, para composição dos Conselhos Administrativos locais.
2014 (28-30 de abril)	Realizam-se eleições parlamentares gerais para o Conselho de Representantes do Iraque
2014 (janeiro)	Militantes do grupo terrorista autodenominado "estado islâmico no Iraque e na Síria" invadem Ramadi e Faluja
2014 (10 de junho)	Militantes do grupo terrorista "estado islâmico no Iraque e na Síria" tomam a cidade de Mossul, no norte do Iraque.
2014 (26 de junho)	O líder do grupo terrorista "estado islâmico no Iraque e na Síria", Abu Baker Al-Baghdadi é declarado califa e muda o autoproclamado nome da organização terrorista para "estado islâmico".
2014 (24 de julho)	Fuad Masoum é eleito Presidente da República pelo Parlamento iraquiano, sendo imediatamente empossado no cargo.
2014 (11 de agosto)	Haider Al-Abadi é nomeado Primeiro-Ministro do Iraque
2014 (agosto)	Os Estados Unidos formam coalizão internacional, da qual participam alguns países árabes, para lutar contra o "estado islâmico".
2014 (dezembro)	O Governo central e o Governo da Região Autônoma do Curdistão assinam acordo histórico sobre a exportação e divisa de receitas advindas do petróleo explorado no norte do país

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1925 (16 de dezembro)	O Conselho da Liga das Nações decide incorporar a antiga província otomana de Mossul (atual Curdistão iraquiano) ao Mandato do Iraque sob a condição de que o Reino Unido consiga concluir novo acordo estendendo o Mandato por 25 anos, ou que o Iraque fosse admitido como membro da Liga das Nações, o que acontecesse primeiro. Afrânio de Mello Franco representou o Brasil na ocasião.
1939 (julho)	É assinado, em 5 de julho, o primeiro acordo comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino do Iraque. Trata-se de aplicação de tratamento recíproco de nação mais favorecida para a importação de produtos naturais ou manufaturados iraquianos e brasileiros (acordo expirado em junho de 1977).
1967 (dezembro)	Em 1º de dezembro, foram estabelecidas oficialmente as relações diplomáticas entre Brasil e Iraque.
1968 (janeiro)	Pelo decreto 62.123 de 16 de janeiro, a embaixada brasileira em Damasco passou a acumular a função de representação não residente junto à Bagdá.
1971	O Iraque acreditou seu primeiro embaixador residente no Brasil.
1971 (11 de maio)	Foi assinado, em Bagdá, Acordo de Cooperação Comercial entre o Brasil e o Iraque. (acordo expirou em 6 de julho de 1977)
1972	Início do funcionamento da missão diplomática residente em Bagdá.
1977 (maio)	Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica. (acordo expirou em 1992)
1977 (agosto)	Missões negociadoras a Bagdá para tratar do projeto de construção da Ferrovia Baghdad-Al Kashat.
1978	Assinatura de contrato para construção dos hotéis Novo Hotel em Bagdá e Baçorá pela Esusa Construtora; primeiros contratos de fornecimento de veículos Passat e VW.
1978 (outubro)	Missão do Ministro da Indústria e Comércio do Brasil acompanhado pelo Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty a Bagdá; assinatura do contrato de Construção da Ferrovia Baghdad-Al Kashat pela Construtora Mendes Júnior, no valor de US$ 1,2 milhão.
1979 (14-18 maio)	O Vice-Presidente do Iraque, Taha Ma'rouf, visita Brasília e, em jantar oferecido a ele, discursa junto ao Vice-Presidente brasileiro, Aureliano Chaves. Em 18 de maio, ao final da visita do Vice-Presidente iraquiano, é divulgado um comunicado conjunto Brasil-Iraque.
1979 (setembro)	1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Bagdá.
1981	Assinatura do contrato de construção da rodovia Express-Way nº 1 pela Mendes Júnior.

1981 (agosto)	Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, realizada em Brasília.
1982	Configura-se o início das questões das pendências comerciais envolvendo custos de guerra reivindicados pela Mendes Júnior ao cliente do projeto da Ferrovia; estabelecimento do Banco Iraquiano-Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro.
1982 (março)	Assinatura do Programa Executivo de Cooperação Cultural, Científica e Educacional.
1982 (junho)	Visita de Missão do Ministério da Indústria e Recursos Minerais do Iraque ao Brasil.
1982 (setembro)	Missão do Embaixador Paulo Tarso de Lima a Bagdá, portador de carta do Presidente Figueiredo ao Presidente do Iraque, Saddam Hussein.
1982 (novembro)	3ª Reunião da Comissão Mista, realizada em Bagdá.
1984 (janeiro)	4ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, realizada em Brasília.
1984 (maio)	Assinatura da Ata do Acordo final estipulando o pagamento dos sobrecustos ocasionados pela guerra na construção do Projeto de Ferrovia, totalizando ID 15,3 milhões e ID 20 milhões como adiantamento especial bloqueado como débito da M. Júnior; O Governo Iraquiano concede à M. Júnior os contratos IM e 2M/Nassiriyah, do projeto de Drenagem (sifão) a cargo do Ministério da Irrigação; Acordo assinado por Latif Al-Mujti, Prefeito de Bagdá, e Murillo Mendes Júnior, em 15 de maio.
1985 (novembro)	5ª Reunião da Comista Brasil-Iraque, realizada em Bagdá.
1987 (abril e maio)	Sexta Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, realizada em Brasília; ata da 6ª Comissão Mista Brasil assinada, em Brasília, por Roberto de Abreu Sodré, Ministro das Relações Exteriores e Hassan Ali, Membro do Comando Revolucionário.
1987 (dezembro)	Missão do Ministro do Comércio do Iraque ao Brasil, Sr. Mohammed Saleh; assinatura do Protocolo de Cooperação Comercial.
1988 (janeiro e abril)	Missões técnicas brasileiras negociam pendências comerciais com o Iraque.
1988 (dezembro)	7ª Reunião da Comista Brasil-Iraque em Bagdá.
1991	Durante a Guerra do Golfo, o Governo brasileiro acatou determinação da ONU que exigia que todos os seus nacionais – pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque, o que acarretou a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas. Em 12 de janeiro, a embaixada brasileira em Bagdá foi esvaziada de seu pessoal diplomático.

1994 (05 de dezembro)	O então Chanceler iraquiano, Mohammed Said al Sahaf, visita Brasília, oportunidade em que é recebido pelo então Ministro Celso Amorim. Na pauta, a revisão do regime de sanções do Conselho de Segurança da ONU contra o Iraque, na esteira da Guerra do Golfo.
2001 (19 de fevereiro)	Encerramento do regime de liquidação ordinária do Banco Brasileiro-Iraquiano.
2001 (04 de abril)	O último embaixador do regime de Saddam Hussein no Brasil, Ahmed Ibrahim Jassim al Azzawi, apresenta cartas credenciais ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso.
2003 (20 de março)	Brasil emite pronunciamento, pelo qual lamenta o início da ação armada no Iraque e o recurso à força sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2004 (1º de agosto)	O Governo brasileiro criou um Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à Embaixada em Amã, como parte do processo de reativação gradual de sua Embaixada em Bagdá.
2005 (maio)	Delegação iraquiana, chefiada pelo presidente Jalal Talabani, participa em Brasília da I Cúpula ASPA.
2006 (15 de agosto)	Passou a funcionar oficialmente em Amã, capital da Jordânia, a nova sede provisória da Embaixada do Brasil junto ao Governo iraquiano, em substituição ao "Núcleo Iraque" junto a Brasemb Amã.
2006 (23 de dezembro)	O Embaixador Bernardo de Azevedo Brito apresenta credenciais ao Presidente Jalal Talabani, em Bagdá.
2007 (Março)	Visita do ex-Primeiro-Ministro iraquiano, Ibrahim Al-Jaafari, ao Brasil.
2007 (3 de maio)	O Embaixador do Brasil em Bagdá, Bernardo Brito, chefiou a delegação brasileira na Conferência para lançamento oficial do "International Compact with Iraq", realizada em Sharm el-Sheikh no Egito.
2008 (16 a 18 de janeiro)	Visita do Senador Eduardo Suplicy ao Iraque, onde se encontrou com o Presidente do Parlamento e com os líderes do Partido Dawa.
2008 (29 de maio)	O Embaixador Ruy Nogueira participou, como chefe da delegação brasileira, da II Conferência do "International Compact with Iraq", realizada em Estocolmo.
2008 (17 de junho)	Visita do Ministro do Comércio do Iraque, Abdel Falah al-Sudani, ao Brasil.
2009 (06 a 10 de abril)	Visita do Ministro do Planejamento do Iraque, Ali Ghalib Baban, ao Brasil.
2009 (29 de junho a 04 de julho)	Visita do Ministro da Indústria do Iraque, Sr. Fawzi Hariri, a São Paulo.
2010 (24/06)	O novo Embaixador iraquiano em Brasília, Baker Fattah Hussen, assume suas funções.

2011 (26/09)	Encontro entre o então Chanceler Antonio Patriota e o Chanceler Hoshyar Zebari em Nova York, à margem da 66ª Assembleia Geral da ONU
2011 (25/10)	Encontro da VIII Comissão Mista Brasil-Iraque em Brasília. A delegação iraquiana foi chefiada por seu então Vice-Chanceler, Embaixador Labeed Abbawi.
2012	Reabertura da Embaixada residente em Bagdá, depois de 21 anos de esvaziamento de seu pessoal diplomático (01 de março).
2012	Realização de jogo de futebol amistoso entre o Brasil e o Iraque, em Malmö (Suécia), com vitória do Brasil por 6x0 (11 de outubro)
2012	Realização da IX Comissão Mista Brasil-Iraque em Bagdá (16 e 17 de dezembro).
2013	Visita a Brasília de missão da Alta Comissão Eleitoral Independente do Iraque a Brasília, a fim de explorar a possibilidade de cooperação entre Brasil e Iraque em matéria de voto eletrônico (28-29 de janeiro). A comitiva manteve reunião de trabalho no Tribunal Superior Eleitoral.
2013	O Embaixador Baker Fattah Hussen encerra sua missão no Brasil (28/04).
2013	O novo Embaixador iraquiano, Adel Mustafa Kamil al Kurdi, chega a Brasília (24/07).
2013	O novo Embaixador iraquiano, Adel Mustafa Kamil al Kurdi, apresenta cartas credenciais à Senhora Presidenta da República (31/10).
2013	Realiza sua primeira reunião, em Brasília, o Grupo de Trabalho do COMACE/SEAIN sobre Créditos do Iraque (05/11).
2014	Em 20 de junho, o Embaixador do Brasil no Iraque, Ánuar Nahes, encerra sua missão junto ao Governo iraquiano.
2014	Em 5 de novembro, reunião, em Brasília, entre delegações técnicas brasileira e iraquiana para tratar da avaliação dos montantes da dívida bilateral termina de forma inconclusiva.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR ENTRE BRASIL E IRAQUE

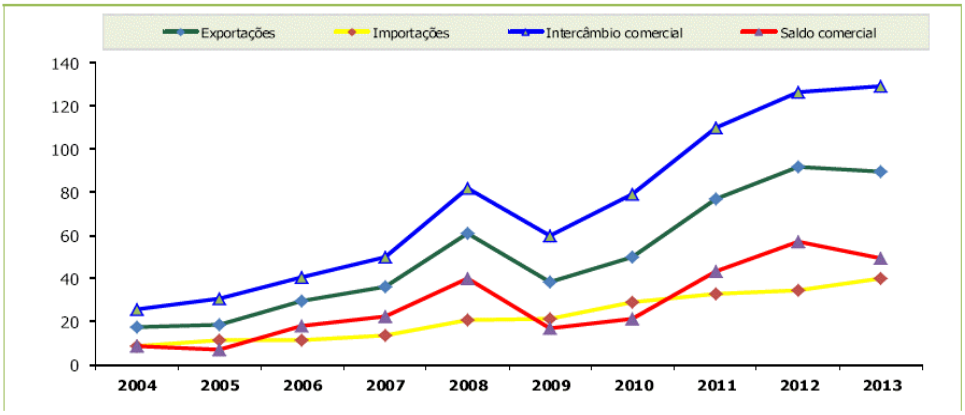
Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	25/03/1982	26/10/1983	Vigente
Acordo pondo em vigor o Memorando de Entendimentos entre Autoridades Aeronáuticas do Brasil-Iraque, de 15 de maio de 1979	06/12/1979	26/12/1979	Vigente
Acordo sobre Transporte Aéreo	21/01/1977	24/08/1977	Vigente

Dados econômico-comerciais

Evolução do Comércio Exterior do Iraque(1)
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	17,25	90,9%	8,58	81,5%	25,82	87,7%	8,67
2005	18,79	8,9%	11,67	36,0%	30,46	17,9%	7,13
2006	29,33	56,1%	11,50	-1,4%	40,83	34,1%	17,83
2007	36,30	23,8%	13,76	19,6%	50,06	22,6%	22,54
2008	60,75	67,4%	20,78	51,1%	81,54	62,9%	39,97
2009	38,32	-36,9%	21,61	4,0%	59,93	-26,5%	16,71
2010	50,09	190,4%	28,91	237,1%	79,00	205,9%	21,18
2011	76,56	52,8%	33,10	14,5%	109,66	38,8%	43,46
2012	91,56	19,6%	34,78	5,1%	126,34	15,2%	56,79
2013(2)	89,25	-2,5%	39,80	14,5%	129,05	2,1%	49,44
Var. % 2004-2013	**417,4%**		**364,1%**		**399,7%**		**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 03/03/2015.
(n.c.) Dado não calculado.



Direção das Exportações do Iraque[1]
US$ bilhões

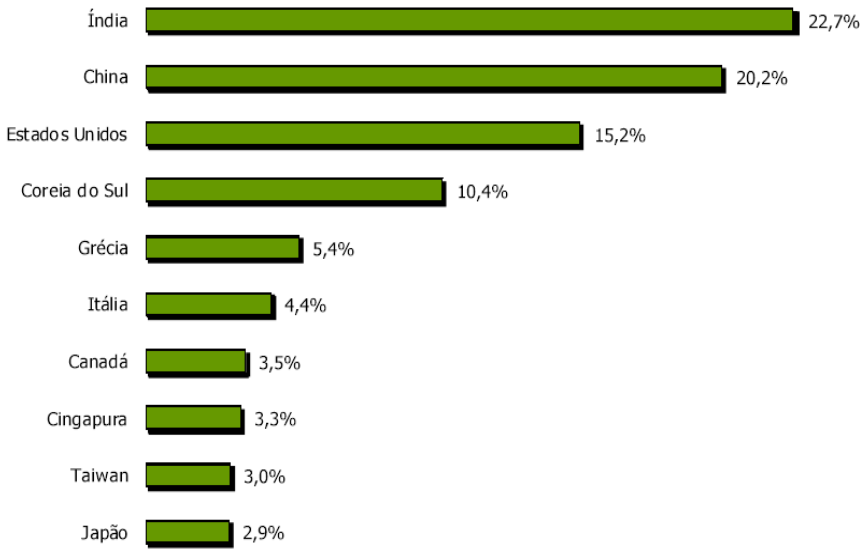
Descrição	2013[2]	Part.% no total
Índia	20,23	22,7%
China	17,99	20,2%
Estados Unidos	13,54	15,2%
Coreia do Sul	9,26	10,4%
Grécia	4,79	5,4%
Itália	3,92	4,4%
Canadá	3,12	3,5%
Cingapura	2,97	3,3%
Taiwan	2,63	3,0%
Japão	2,60	2,9%
...		
Brasil (15ª posição)	***0,59***	***0,7%***
Subtotal	**81,63**	**91,5%**
Outros países	**7,61**	**8,5%**
Total	**89,25**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 03/03/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações do Iraque[1]
US$ bilhões

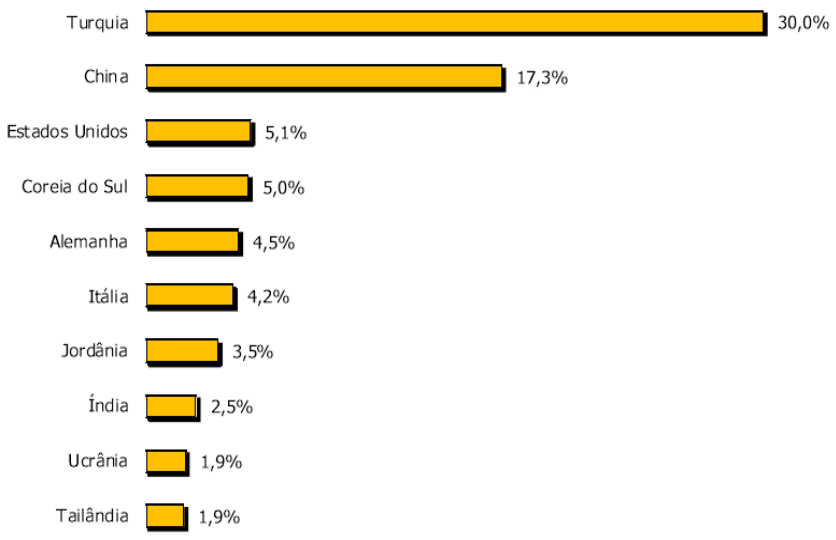
Descrição	2013[2]	Part.% no total
Turquia	11,95	30,0%
China	6,89	17,3%
Estados Unidos	2,03	5,1%
Coreia do Sul	1,97	5,0%
Alemanha	1,79	4,5%
Itália	1,69	4,2%
Jordânia	1,39	3,5%
Índia	0,98	2,5%
Ucrânia	0,77	1,9%
Tailândia	0,74	1,9%
...		
Brasil (23ª posição)	***0,28***	***0,7%***
Subtotal	**30,48**	**76,6%**
Outros países	**9,33**	**23,4%**
Total	**39,80**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 03/03/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações do Iraque[1]
US$ bilhões

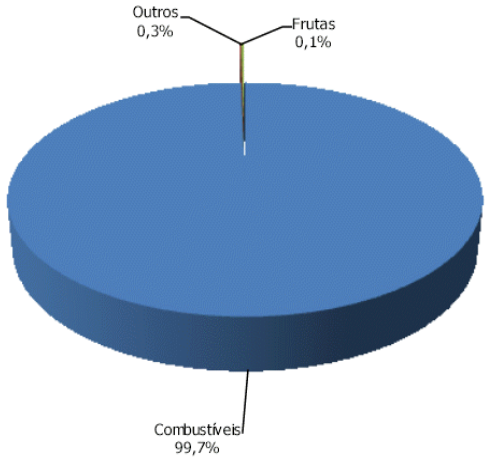
Descrição	2013[2]	Part.% no total
Combustíveis	88,96	99,7%
Frutas	0,06	0,1%
Subtotal	**89,02**	**99,7%**
Outros	**0,23**	**0,3%**
Total	**89,25**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 03/03/2015.

Principais grupos de produtos exportados



Composição das importações do Iraque[1]
US$ bilhões

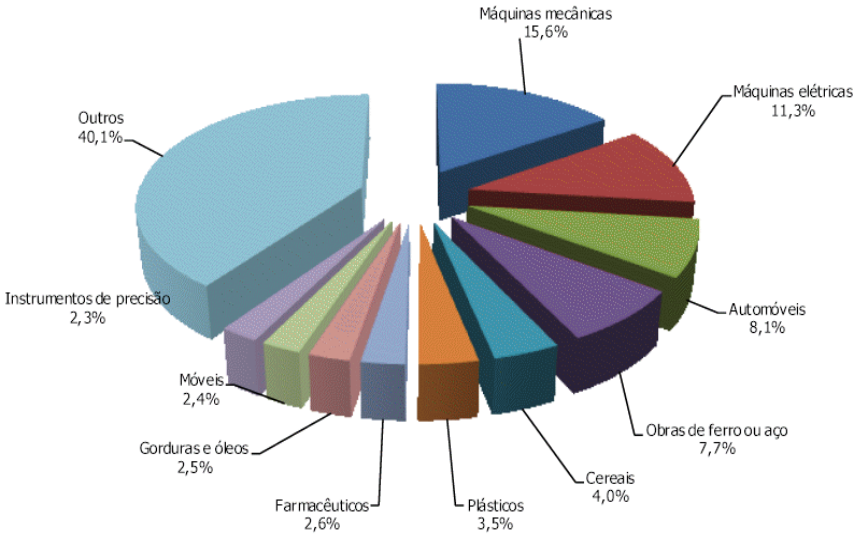
Descrição	2013[2]	Part.% no total
Máquinas mecânicas	6,19	15,6%
Máquinas elétricas	4,50	11,3%
Automóveis	3,21	8,1%
Obras de ferro ou aço	3,08	7,7%
Cereais	1,58	4,0%
Plásticos	1,40	3,5%
Farmacêuticos	1,03	2,6%
Gorduras e óleos	0,99	2,5%
Móveis	0,94	2,4%
Instrumentos de precisão	0,93	2,3%
Subtotal	**23,85**	**59,9%**
Outros	**15,95**	**40,1%**
Total	**39,80**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 03/03/2015.

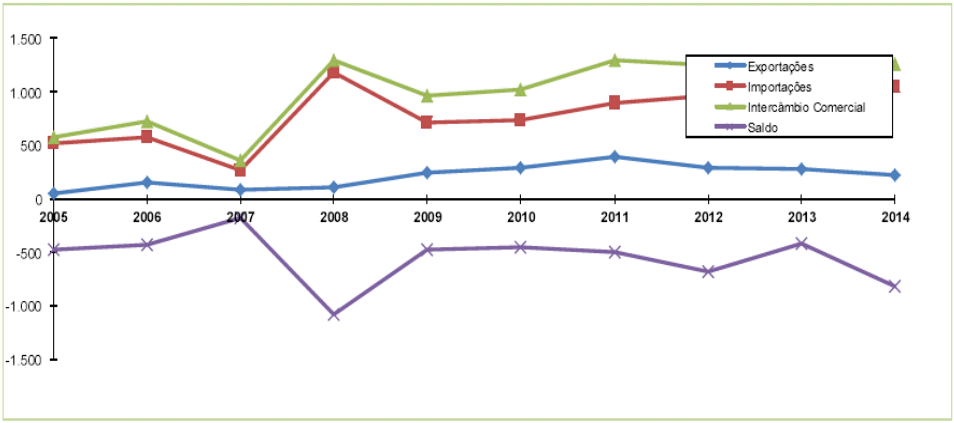
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Iraque
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	50	-18,8%	***0,04%***	523	9,8%	***0,71%***	573	6,5%	***0,30%***	-473
2006	153	206,0%	***0,11%***	576	10,3%	***0,63%***	729	27,4%	***0,32%***	-423
2007	90	-41,1%	***0,06%***	272	-52,8%	***0,23%***	362	-50,3%	***0,13%***	-182
2008	107	18,3%	***0,05%***	1.186	336,2%	***0,69%***	1.293	257,1%	***0,39%***	-1.080
2009	250	134,7%	***0,16%***	718	-39,4%	***0,56%***	969	-25,1%	***0,35%***	-468
2010	288	15,0%	***0,14%***	739	2,8%	***0,41%***	1.027	6,0%	***0,27%***	-451
2011	400	39,1%	***0,16%***	898	21,6%	***0,18%***	1.299	26,5%	***0,27%***	-498
2012	288	-28,1%	***0,12%***	962	7,1%	***0,43%***	1.250	-3,7%	***0,27%***	-674
2013	281	-2,5%	***0,12%***	692	-28,1%	***0,30%***	973	-22,2%	***0,20%***	-411
2014	227	-19,3%	***0,10%***	1.041	50,5%	***0,45%***	1.268	30,3%	***0,28%***	-815
2015 (jan)	17	21,4%	**0,12%**	0,0001	#####	**0,00%**	17	-91,4%	**0,06%**	17
Var. % 2005-2014	**353,0%**		**--**	**99,2%**		**--**	**121,4%**		**--**	**n.c.**

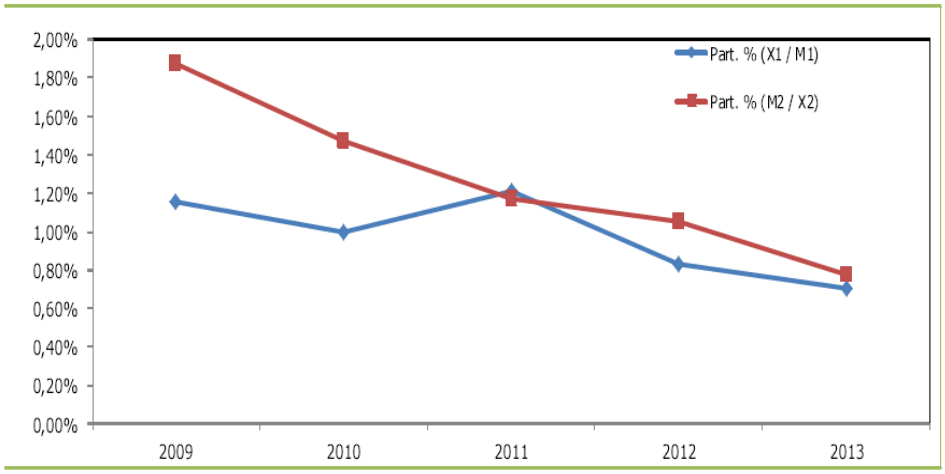
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.
(n.c.) Dado não calculado.



Part. % do Brasil no Comércio do Iraque
US$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para o Iraque (X1)	250	288	400	288	281	12,2%
Importações totais do Iraque (M1)	21.615	28.909	33.101	34.775	39.804	84,2%
Part. % (X1 / M1)	**1,16%**	**1,00%**	**1,21%**	**0,83%**	**0,71%**	**-39,1%**
Importações do Brasil originárias do Iraque (M2)	718	739	898	962	692	-3,7%
Exportações totais do Iraque (X2)	38.320	50.093	76.559	91.563	89.247	132,9%
Part. % (M2 / X2)	**1,87%**	**1,47%**	**1,17%**	**1,05%**	**0,78%**	**-58,7%**

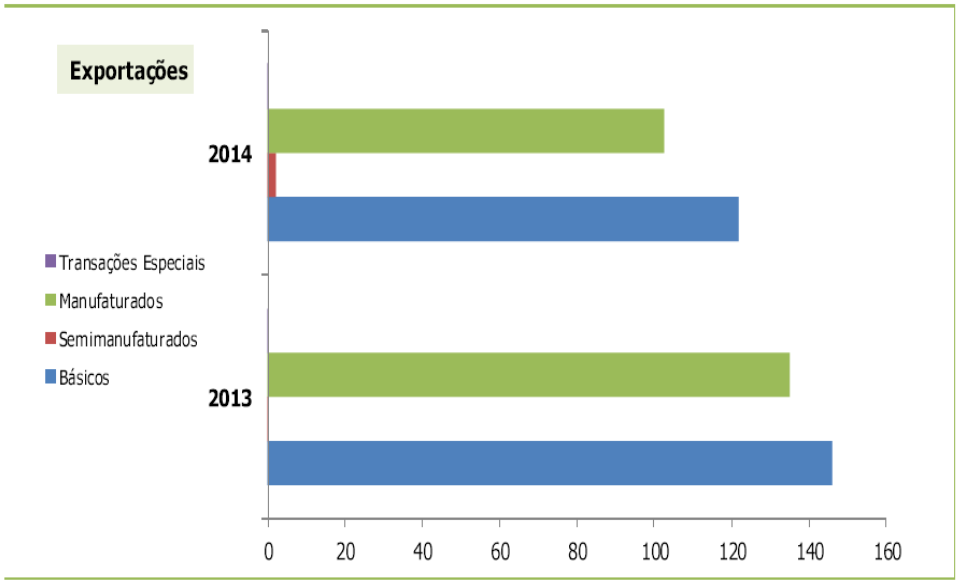
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, combase emdados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

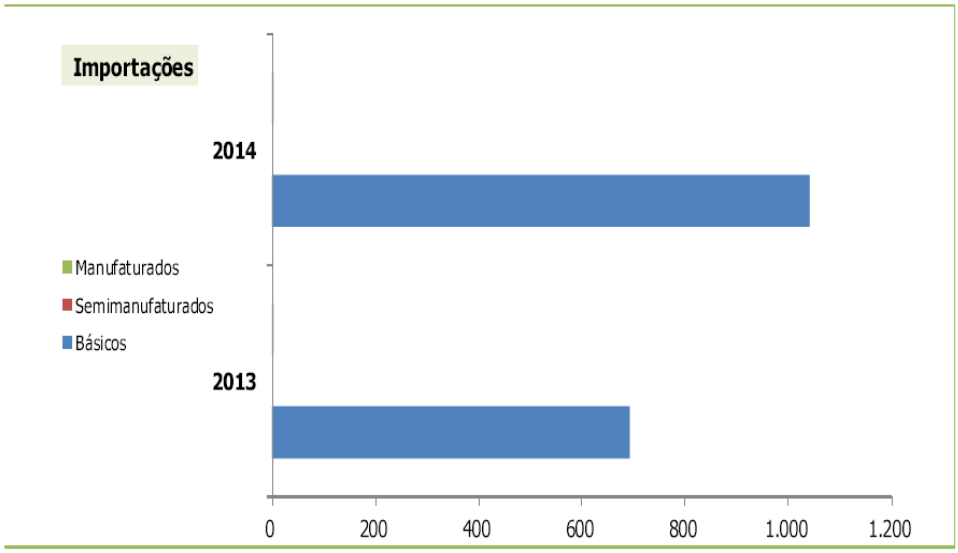


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ milhões

Comparativo 2014 com 2013





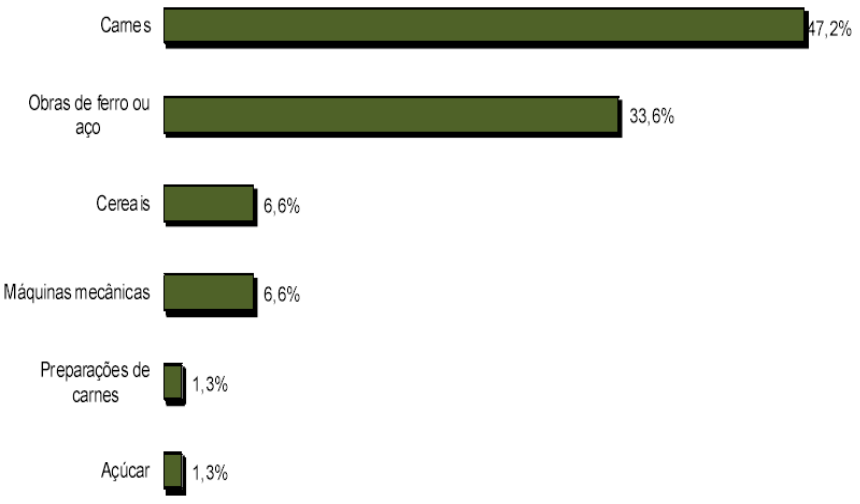
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Composição das exportações brasileiras para o Iraque
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	204	70,8%	146	52,0%	107	47,2%
Obras de ferro ou aço	5	1,7%	64	22,8%	76	33,6%
Cereais	16	5,6%	0	0,0%	15	6,6%
Máquinas mecânicas	8	2,8%	5	1,8%	15	6,6%
Preparações de carnes	11	3,8%	3	1,1%	3	1,3%
Açúcar	37	12,8%	56	19,9%	3	1,3%
Subtotal	**281**	**97,5%**	**274**	**97,6%**	**219**	**96,7%**
Outros produtos	**7**	**2,5%**	**7**	**2,4%**	**8**	**3,3%**
Total	**288**	**100,0%**	**281**	**100,0%**	**227**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição das importações brasileiras originárias do Iraque
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	962	100,0%	691	99,9%	1.041	100,0%
Subtotal	**962**	**100,0%**	**691**	**99,9%**	**1.041**	**100,0%**
Outros produtos	**0**	**0,0%**	**1**	**0,1%**	**0**	**0,0%**
Total	**962**	**100,0%**	**692**	**100,0%**	**1.041**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

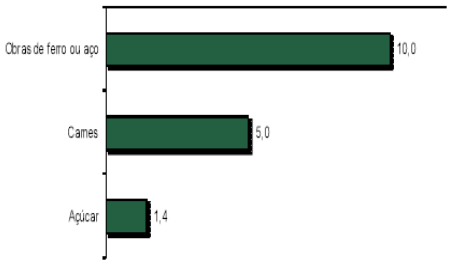
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2014 (jan)	Part. % no total	2015 (jan)	Part. % no total
Exportações				
Obras de ferro ou aço	9	65,6%	10	58,7%
Carnes	3	21,4%	5	29,4%
Açúcar	0	0,0%	1	8,2%
Subtotal	**12**	**87,0%**	**16**	**96,3%**
Outros produtos	**2**	**13,0%**	**1**	**3,7%**
Total	**14**	**100,0%**	**17**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Automóveis	0,0	0,0%	0,0001	100,0%
Subtotal	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**100,0%**
Outros produtos	**183,5**	**100,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**183,5**	**100,0%**	**0,0001**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Fevereiro 2015.

Aviso nº 229 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 37,

DE 2015

(Nº 186/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Os méritos do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

SUPAR

00001.001724/2015-55

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Ivan Antônio Alves
Brasília-DF 08/05/15 18:57

EM nº 00199/2015 MRE

Brasília, 8 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS*
CPF.: 092.368.137-04
ID.: 8554 MRE

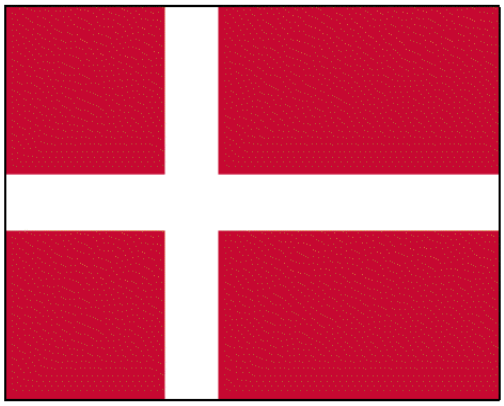
1950	Filho de Antonio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos, nasce em 29 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1971	CPCD - IRBr
1972	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1988	CAE - IRBR, A Política Brasileira de Informática e suas repercussões no plano externo
Cargos:	
1973	Terceiro-Secretário
1976	Segundo-Secretário, por merecimento
1979	Primeiro-Secretário, por merecimento
1985	Conselheiro, por merecimento
1992	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
1999	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
2014	Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1973-76	Divisão de Política Comercial, assistente
1976-79	Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
1979-83	Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1983-85	Divisão de Política Comercial, assistente e Chefe, substituto
1984	Departamento Econômico, assessor
1985	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
1986-93	Divisão da Europa II, Chefe
1986	COLESTE, Secretário Executivo
1990-93	Departamento da Europa, Chefe, substituto
1991	X Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Chefe de delegação
1993	Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro e Representante Alterno do Brasil junto à FAO
1993	Grupo Latino-americano da FAO, Presidente
1995-99	Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
1998	Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (OMC), Presidente
1999	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Chefe do Gabinete
1999-2002	Ministério da Agricultura e Abastecimento, Assessor Especial
2002-03	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral
2003-08	Delegação Permanente em Genebra, Embaixador, Representante Alterno do Brasil
2003-08	Conferência de Desarmamento, Genebra, Embaixador, Representante do Brasil
2004	UNCTAD, Conferência Negociadora do novo Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais, Presidente
2005	10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura, Chefe da delegação
2006	Desarmamento, Convenção sobre Certas Armas Convencionais, Coordenador para o tema Minas anti-veículos
2006	94ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, Chefe Alterno da delegação
2006	95ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, Chefe Alterno da delegação e Coordenador do Grupo Governamental do Conselho de Administração da OIT
/2007	Membro (segundo mandato) do Conselho de Administração do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR)

2007	Conferência de Desarmamento, Coordenador para o tema Garantias Negativas de Segurança
2007	96ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Vice-Presidente Governamental
2008-13	Embaixada em Moscou, Embaixador
2008-13	Embaixador junto aos Governos da Belarus, Geórgia e Uzbequistão, não residente
2013-	Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
Condecorações:	
1973	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, Medalha de Prata
1973	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Ouro
1979	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1987	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
1991	Ordem do Mérito, Itália, Comendador
2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2006	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil, Grã-Cruz
2008	Medalha do Pacificador, Brasil
2013	Medalha da Ordem da Amizade, Rússia
2013	Medalha Mérito Tamandaré
2014	Légion d'Honneur, França - Comendador
Publicação:	
1998	Sistema Multilateral de Comércio: 50 anos, in Política Externa vol. 7, nº 2, setembro-novembro 1998, Paz e Terra

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

DINAMARCA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Dinamarca
CAPITAL	Copenhague
ÁREA	Dinamarca (parte continental europeia): 43.094 km²; Groenlândia: 2.166.086 km² Ilhas Féroe: 1.399 km²
POPULAÇÃO	Dinamarca (parte continental europeia): 5.659.715 habitantes Groenlândia: 56.370 habitantes Ilhas Féroe: 49.709 habitantes
IDIOMAS	Dinamarquês, feroês, groenlandês e alemão. O inglês é a segunda língua predominante.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional
LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Folketinget*)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Margrethe II (desde 14 de janeiro de 1972)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (desde outubro de 2011, Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Martin Lidegaard (Partido Social Liberal)
PIB NOMINAL	US$ 347,20 bilhões (2014)
PIB PPP	US$ 248,68 bilhões (2014)
PIB NOMINAL *PER CAPITA*	US$ 61.885 (2014)
PIB PPP *PER CAPITA*	US$ 44.325 (2014)
VARIAÇÃO DO PIB	1,5 (2014); 0,4% (2013); -0,4% (2012); 1,1% (2011); 1,4% (2010); -5,2% (2009)
ÍNDICE DE DESENV. HUMANO (IDH)	0,9 (10ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,39 anos (2014)
ALFABETIZAÇÃO	99% (2012)
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa dinamarquesa
EMBAIXADOR NO BRASIL	Kim Højlund Christensen
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	3 mil (2014)

Intercâmbio comercial Brasil-Dinamarca									
	2006	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	487,4	636,8	777,0	609,0	911,8	1.140,9	1.168,6	1.377,6	1.354,0
Exportações	219,9	279,5	320,3	257,8	367,7	408,1	446,6	472,0	516,5
Importações	267,5	357,3	456,7	351,2	544,1	732,8	721,9	905,6	837,5
Saldo	-47,6	-77,8	-136,4	-93,4	-176,4	-324,7	-275,3	-433,6	-321,1

Fonte: MDIC. valores em US$ milhões (FOB).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Margrethe II
Rainha da Dinamarca



A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, datando, em sucessão ininterrupta, do século X. A família real da Dinamarca pertence à Casa de Gluecksborg, inaugurada por Christian IX (1863-1906).

Margrethe Alexandrine Thorhildur Ingrid, a Rainha Margrethe II, nasceu em 16 de abril de 1940, em Amalienborg, filha do Rei Frederik IX da Dinamarca e da Rainha Ingrid. Seu aniversário é a data nacional da Dinamarca.

Com a morte de seu pai, em 14 de janeiro de 1972, tornou-se Rainha da Dinamarca. Comandante Suprema das Forças Armadas Dinamarquesas, integra o Conselho de Estado desde 1958. Juntamente com o Parlamento, a Rainha é também a autoridade máxima da Igreja Luterana de seu país.

A Rainha Margrethe II estudou Filosofia na Universidade de Copenhague, Arqueologia na Universidade de Cambridge e Ciências Políticas na Universidade de Aarhus, na Sorbonne e na "London School of Economics".

Antes de seu casamento (1967), visitou o Brasil, em 1966. Como Rainha da Dinamarca, realizou visita de Estado ao Brasil em 1999, ocasião em que viajou a Brasília, Foz do Iguaçu, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Helle Thorning-Schmidt
Primeira-Ministra



Helle Thorning-Schmidt é a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra da Dinamarca. Nasceu em 1966 e formou-se em Ciência Política pela Universidade de Copenhague. Estudou no Colégio Europeu de Bruges, onde conheceu seu marido, Stephen Kinnock, filho do político trabalhista britânico Neil Kinnock.

Helle Thorning-Schmidt iniciou sua carreira como consultora da Confederação Dinamarquesa de Sindicatos (LO). Ingressou no Parlamento em 1999 e em 2005 foi eleita líder do Partido Social-Democrata, então na oposição.

A sua eleição para a liderança do partido ocorreu em um momento difícil para os social-democratas. O Partido, tradicionalmente o maior do país, havia perdido apelo junto ao centro do eleitorado e precisava recuperar espaço. Thorning-Schmidt, assim, foi escolhida como alguém que poderia aproximá-lo da classe média. A estratégia surtiu efeito, e Thorning-Schmidt levou o partido à vitória nas eleições de 2011.

Foi eleita Primeira-Ministra e tomou posse em 3 de outubro de 2011.

Martin Lidegaard
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Martin Lidegaard nasceu em 12 de dezembro de 1966. Em 1993, formou-se em comunicação pela Universidade de Roskilde (RUC). Da época de sua graduação a 1996, trabalhou em assessoria de imprensa e como consultor de comunicações. Posteriormente, de 1996 a 2001, atuou como Vice-Secretário-Geral da ONG de cooperação internacional *Mellemfolkeligt Samvirke*.

Iniciou sua carreira política em 2000, quando foi candidato a eleições municipais pelo Partido Radical (Social Liberal). Foi eleito para o Parlamento em 2001 e reeleito em 2005. Nessas duas legislaturas, foi o porta-voz de seu partido para assuntos de energia, clima e meio-ambiente, entre outros. De 2008 a 2011, manteve-se na iniciativa privada, fundando e dirigindo o instituo de pesquisa Concito.

Foi nomeado Ministro para Clima, Energia e Construções em 2011. Assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em fevereiro de 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais do Brasil com a Dinamarca são tradicionalmente cordiais. Ambos os países compartilham valores no plano internacional, como os ideais de coexistência e de cooperação internacional e a solução pacífica de controvérsias. A Dinamarca tem apoiado candidaturas brasileiras em vários organismos internacionais, inclusive a um assento permanente no CSNU. A Dinamarca, ademais, copatrocinou projeto de resolução apresentado pelo G-4 na 59ª AGNU sobre reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Entre 2007 e 2009, o crescente interesse mútuo culminou em sequência de visitas: em abril de 2007, o então Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen visitou o Brasil e, em setembro do mesmo ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Dinamarca; em 2009, o Presidente Lula esteve por duas vezes na Dinamarca (outubro e dezembro), para a escolha da sede das Olimpíadas de 2016 e para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), respectivamente; em 2011, a Ministra da Ciência e da Tecnologia da Dinamarca realizou missão ao Brasil; em 2013, a Ministra de Comércio e Investimentos visitou o Brasil.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

Por ocasião da Rio+20, em junho de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro bilateral com a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt. Além dos temas multilaterais, as duas Chefes de Governo demonstraram interesse mútuo no aprofundamento da cooperação tecnológica, científica e educacional, cujo marco é o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1986). A Primeira-Ministra ressaltou ainda o interesse dinamarquês no envolvimento do Brasil no "Global Green Growth Forum – 3GF", voltado para parcerias no âmbito da "economia verde".

Foram assinados entre os dois países, em 2007, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética e o Memorando de Cooperação nas Áreas de Mudança do Clima e Desenvolvimento de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Em fevereiro de 2011, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MCTI e o MEC brasileiros e o Ministério da Ciência, Inovação e Educação Superior dinamarquês, com vistas a dinamizar a cooperação na área.

Ainda em 2011, em outubro, foi assinado Memorando de Entendimento entre a CAPES e o Conselho das Universidades da Dinamarca. O documento prevê, como um de seus objetivos, a promoção de pesquisas científicas conjuntas, assim como a mobilidade de cientistas e pesquisadores. O Memorando ampara o intercâmbio de pesquisadores e estudantes de ambos os países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

A área de Ciência de Alimentos é uma das mais promissoras do relacionamento bilateral em CT&I. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Dinamarquesa de Ciência, Tecnologia e Inovação (DASTI) já mantêm cooperação nessa área, tendo identificado quatro eixos potenciais para a ação conjunta: pós-colheita, compostos bioativos, percepção do consumidor e produtos orgânicos de origem animal. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Conselho Dinamarquês para Pesquisa Estratégica (DCSR) também mantêm cooperação nessa área, da qual resultaram dois editais de pesquisa conjunta.

Destaque-se, ainda, a cooperação iniciada no fim de 2012 entre a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e a Universidade de Copenhague, no campo do controle de pragas por meio de agentes biológicos em cultivos de morango, maçã e frutas cítricas.

Em junho de 2013, foi inaugurado, em São Paulo, o Centro de Inovação da Dinamarca no Brasil, que tem por objetivo promover parcerias entre centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas brasileiras e dinamarquesas, em áreas como ciências agrárias e biocombustíveis. Por outro lado, a Embaixada em Copenhague criou, em março de 2015, o Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação, com objetivos similares de promoção da cooperação bilateral nessa área.

No âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, a Dinamarca recebe principalmente bolsistas de doutorado. Até o momento, 182 bolsas foram concedidas para estudantes e pesquisadores brasileiros em universidades dinamarquesas. O setor privado dinamarquês comunicou o interesse em receber bolsistas do programa para estágios em empresas ligadas às áreas farmacêuticas e de energias renováveis. Pesquisadores da Dinamarca podem participar das chamadas do Programa nas modalidades que possibilitam a participação de estrangeiros: Jovens Talentos e Pesquisadores Visitantes Especiais.

Comércio bilateral

O aspecto econômico-comercial do relacionamento bilateral tem especial relevo, como evidenciou a visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Frederik, de 16 a 21 de setembro de 2012, acompanhado de expressiva delegação empresarial. Os setores empresariais da Dinamarca têm claro

interesse na exportação de seus produtos para a crescente classe média brasileira. Diante dos efeitos da atual crise financeira, a Dinamarca vem dando prioridade ao relacionamento com os BRICS, como forma de abrir novos mercados e equilibrar as contas do país.

Entre 2005 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com a Dinamarca cresceu 248%. Desde o ano de 1999, o saldo tem sido desfavorável ao Brasil; nos últimos três anos os déficits foram de US$ 275,8 milhões (2012); US$ 433,6 milhões (2013); e US$ 321,1 milhões (2014). A diminuição do déficit em 2014 foi provocada, principalmente, pela retração das importações (-7,5%).

Em 2014, 77% das exportações brasileiras para a Dinamarca foram compostas de produtos manufaturados, seguidos dos básicos, com 22%, e dos semimanufaturados, com 1%. Produtos farmacêuticos e resíduos das indústrias alimentares são os principais grupos de produtos exportados. Em 2014, os dois grupos juntos somaram 82,4% das vendas brasileiras para aquele país. Destacaram-se, ainda, café (3,49%); compensados de madeira (4,76%); e fumo (1,18%).

Pelo lado das importações, os produtos manufaturados representaram a quase totalidade (99%) dos bens dinamarqueses que entraram no Brasil em 2014. Os dez principais grupos de produtos dinamarqueses importados pelo Brasil representaram 44,71% do total da pauta de 2014. Destacaram-se: insulina (9,44%); inseticidas (7,5%); óleo diesel (5,54%); medicamentos (9,2%); e catalisadores (4,07%). O principal produto do comércio bilateral Brasil-Dinamarca é a insulina, o que se deve ao comércio intrafirma da multinacional dinamarquesa Novo Nordisk, com fábrica em Minas Gerais.

Em 2014, as exportações brasileiras para Dinamarca cresceram 9,43% em relação às de 2013, passando de US$ 471,97 milhões para US$ 516,49 milhões. No mesmo ano, as importações brasileiras originárias da Dinamarca, por sua vez, decresceram 7,25% em relação a 2013, com queda do dispêndio de US$ 905,6 milhões para US$ 837,54 milhões.

Segundo dados do MDIC de 2014, 392 empresas efetivaram vendas para a Dinamarca, com destaque para Novo Nordisk Farmacêutica, CGC Trading e Cereal Comércio, ao passo que 1.840 empresas brasileiras compraram produtos dinamarqueses, entre as quais se destacaram a Novo Nordisk Produção Farmacêutica, a Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil, a Petrobrás e o Ministério da Saúde.

Investimentos

Em 2013, o estoque de investimento direto da Dinamarca no Brasil somou US$ 995 milhões, pelo critério de investidor final, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB). O montante correspondeu a 0,16% do estoque

total de investimentos no país. As principais investidoras dinamarquesas no Brasil são: Moller-Maersk (logística); Exact Invest e Brazilian Development (investimentos imobiliários); Novo Nordisk, Novozymes e Leo Pharma (medicamentos); GN Netcom (telecomunicações); Targit Brasil (consultoria); e Vestas (equipamentos para geração de energia eólica). Além delas, destacaram-se, na última década, os investimentos dinamarqueses no setor de petróleo e gás natural.

O alto custo da mão-de-obra, a elevada carga tributária e a reduzida dimensão do mercado local são dificuldades à internacionalização das empresas brasileiras em direção à Dinamarca. A Metalfrio é exemplo de investidor brasileiro na Dinamarca: adquiriu empresa local e transferiu as atividades de produção a outros países, mantendo em território dinamarquês apenas um escritório de vendas.

O Brasil tem-se esforçado para atrair novos investimentos dinamarqueses. Em junho de 2011, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, manteve encontro com o Ministro de Economia e Negócios da Dinamarca, Brian Mikkelsen. Trataram, entre outros assuntos, do tema dos investimentos produtivos em alta tecnologia (indústria farmacêutica, química fina, processamento de alimentos e logística) e da cooperação em energia, óleo e gás. O Ministro Pimentel ressaltou os setores de portos, aeroportos e logística como áreas com significativo potencial de contribuição para investimentos dinamarqueses no Brasil.

Em maio de 2013, a então Ministra de Comércio e Investimentos da Dinamarca, Pia Olsen Dyhr, visitou o Brasil e assinou, com o Secretário Executivo substituto do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Memorando de Entendimento de Cooperação Econômica. O Memorando tem o escopo de aumentar e consolidar o comércio, os investimentos e a parceria econômica entre os dois países.

A primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) Brasil-Dinamarca sobre Comércio, Serviços e Investimentos foi realizada um ano após a assinatura do Memorando. Na ocasião, o GT procedeu a análises das conjunturas econômicas dos dois países e do comércio bilateral, seguindo-se discussões sobre temas do comércio bilateral, investimentos e cooperação nos setores de saúde, energia, sustentabilidade e assuntos multilaterais (negociações MERCOSUL-União Europeia).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Dinamarca.

Principais empresas dinamarquesas no Brasil

MOLLER-MAERSK: grupo empresarial de grande porte dos setores de logística, energia, offshore, varejo e indústria. Presente no Brasil desde 1913, atua na fabricação e transporte de contêineres, operação de terminais portuários, perfuração e exploração de petróleo. Atualmente, além do transporte internacional de cargas, sobretudo entre o Brasil e Ásia, e a exploração de petróleo, o grupo também atua (por meio da empresa Mercosul Line) no ramo de navegação de cabotagem, com três navios que ligam o Sul-Sudeste do Brasil a Manaus, e na operação de terminais nos principais portos do país. Como prestadora de serviços, a companhia dinamarquesa oferece apoio às plataformas de petróleo da Petrobras.

EXACT INVEST: opera no ramo de financiamento de projetos imobiliários, principalmente unidades habitacionais voltadas para a classe média, além de shopping centers. Mantém filial em Fortaleza.

FALCK NUTEC BRASIL: empresa do grupo Falck, de bandeira dinamarquesa, com 109 anos de atividades ininterruptas, atua no mercado com 23 filiais em 16 países. É a maior provedora mundial de treinamentos em segurança marítima. No Brasil, a Falck Nutec está sediada, desde 2005, na cidade de Macaé-RJ. A empresa já realizou mais de 90 mil treinamentos para todas as bacias que compõem o complexo petrolífero nacional.

NOVO NORDISK: fabricante de medicamentos para diabetes. Presente no Brasil desde 1990, a Novo Nordisk consolidou sua presença no país em 2002, quando comprou o laboratório de produção de insulina Biobrás. Inaugurou, em 2007, fábrica de insulinas em Minas Gerais, com investimentos de cerca de US$ 200 milhões.

NOVOZYMES: produtora de enzimas e processos enzimáticos, a empresa instalou, em 1989, unidade industrial em Araucária, Paraná.

RESOUND: empresa do grupo GN Resound, umas das maiores empresas no setor de aparelhos auditivos no mundo. Está no Brasil há mais de 67 anos.

TARGIT BRASIL: prestadora de serviços de consultoria em *business intelligence*, estabeleceu subsidiária no Brasil em 2010.

VESTAS: fabricante de equipamentos de geração de energia eólica, estabeleceu parceria com o grupo espanhol Gonvarri para construir torres eólicas em Pernambuco. Em 2011, a empresa inaugurou fábrica para a montagem de "nacelles" (a estrutura no topo da torre onde ficam as turbinas geradoras), em Fortaleza.

LEO PHARMA: laboratório farmacêutico especializado no desenvolvimento de produtos para tratamento dermatológico, instalou filial no Brasil, em 2009, para a distribuição de seus produtos, com investimento inicial de US$ 7,5 milhões e planos de investir cerca de US$ 70 milhões até 2015 na expansão da companhia.

Principal empresa brasileira na Dinamarca

METALFRIO SOLUTIONS: empresa do setor de refrigeração comercial, mantém escritório de vendas e centro de distribuição em Aalestrup. Em 2006, a Metalfrio adquiriu ativos localizados na Dinamarca, anteriormente pertencentes à Caravell, parte de um dos grupos mais tradicionais deste setor no mundo.

Assuntos consulares

Segundo dados da Embaixada em Copenhague e do órgão oficial de estatísticas dinamarquês, cerca de 3 mil cidadãos brasileiros residem na Dinamarca. O número de brasileiros economicamente ativos, entre 30 e 59 anos de idade, é estimado em 1.550, dos quais 359 homens e 1.191 mulheres. A taxa de emprego, em 2013, era de 59,1%. A integração dos migrantes brasileiros à vida dinamarquesa apresenta níveis bastante satisfatórios, notadamente no acesso a serviços básicos de saúde e educação infantil.

Em 2013, a considerar o número de vistos concedidos pelas autoridades dinamarquesas, entraram na Dinamarca 83 brasileiros para trabalho nos setores de inovação, pesquisa ou estudos, 36 para pesquisa e 9 para trabalho na área de agricultura, totalizando 208 vistos. Comparativamente, China e Estados Unidos obtiveram, respectivamente, 44 e 35 concessões de visto.

No caminho inverso, a dinamização das relações comerciais bilaterais e o grande interesse de empresas dinamarquesas pelo Brasil, em especial no setor petrolífero e de navegação, levaram ao crescimento de 5% na concessão de vistos para dinamarqueses que atuam na área de transferência de tecnologia ou de prestação de serviços técnicos. Nos anos de 2011, 2012 e 2013, a média de concessão de vistos no Setor Consular da Embaixada em Copenhague foi de 744. Houve aumento, também, do interesse de estudantes pelo Brasil, contabilizando acréscimo de 12% na concessão de vistos para intercambistas.

POLÍTICA INTERNA

O Reino da Dinamarca é um Estado unitário, com personalidade única em termos de direito internacional, composta, porém, por três partes integradas: a porção continental europeia (a "Dinamarca", propriamente dita, na verdade composta pela península da Jutlândia e por 443 ilhas na Escandinávia) e dois territórios autônomos, situados no Oceano Atlântico Norte: a Groenlândia e as ilhas Féroe.

O país é uma monarquia parlamentarista, com sua atual Constituição originada em Ato de 1849 e revisada por última vez em 1953.

O Parlamento (*Folketing*) é unicameral e constitui-se de 179 parlamentares, dos quais 175 são eleitos na Dinamarca, dois pelas ilhas Féroe e dois pela Groenlândia. As eleições, realizadas pelo menos a cada quatro anos, são caracterizadas pelo sufrágio universal e direto. A cláusula de barreira estabelece a necessidade de os partidos alcançarem um limite mínimo de 2% do total de votos para o exercício dos mandatos.

O sistema de governo dinamarquês é o chamado *parlamentarismo negativo*, em que a condição para o estabelecimento do Governo não é, necessariamente, a formação de maioria parlamentar, mas sim a não existência de uma coalizão majoritária na oposição. De fato, grande parte dos governos na Dinamarca tem sido de minorias: desde 1909, nenhum partido conseguiu a maioria isolada no Parlamento, sendo que, desde a Segunda Guerra Mundial, apenas quatro Gabinetes contaram com maioria parlamentar para governar.

A composição atual do parlamento dinamarquês é a seguinte: os social-democratas (44 assentos), os social-liberais (17 assentos) e o Partido Socialista do Povo (16 assentos) compõem a base do Governo, de orientação de centro-esquerda; o Partido Liberal foi o líder da coalizão do Governo anterior e é o partido de maior bancada (47 assentos), mas não conseguiu formar coalizão que lhe permitisse governar. Há, ainda, o Partido do Povo Dinamarquês (DF) (22 assentos), de extrema direita; a Lista Unitária (12 assentos), de extrema esquerda; e a Aliança Liberal (9 assentos) e os Conservadores (8 assentos), ambos de direita. Por fim, dois representantes eleitos por partidos das ilhas Féroe e dois, por partidos groenlandeses.

O atual Governo assumiu em outubro de 2011. Coordenar a coalizão tem sido um desafio para a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (do Partido Social-Democrata, SD), que, desde o início do mandato, tenta equilibrar os interesses do Partido Radical (de centro), cujo programa é mais próximo dos partidos de centro-direita, com os do Partido Socialista Popular, dissidência do Partido Comunista Dinamarquês, que pela primeira vez em sua história integra um Governo. Some-se a isso o fato de se tratar de Governo de

minoria, que para passar legislação no Parlamento necessita do apoio da Lista Unitária, agremiação de extrema-esquerda.

Nesse contexto, a Primeira-Ministra manteve as linhas gerais da política econômica do Governo anterior, a fim de garantir a participação do Partido Radical na coalizão governista. Na prática, o Partido Radical detém o controle da área econômica, criando assim uma esfera de atrito com o Partido Socialista Popular e a Lista Unitária. O afastamento do Partido SD de sua linha de atuação histórica vem corroendo o relacionamento com seus tradicionais aliados, os grandes sindicatos de trabalhadores.

A fim de equilibrar as contas públicas e obedecer a acordos europeus, o Governo procedeu a cortes impopulares em benefícios como o auxílio-desemprego e o auxílio-doença. Pacotes de políticas pró-emprego lançado em 2012 não surtiram efeito: o desemprego naquele ano foi maior que o esperado.

Desde 2011, os partidos que mais cresceram foram o Partido do Povo Dinamarquês e a Lista Unitária (ou "verde-vermelhos"). Nesses quase quatro anos, o DF tem oscilado entre terceiro e segundo maior partido e conta atualmente com 19-20% do eleitorado. A Lista Unitária tornou-se o quarto maior partido, com quase 10% das intenções de voto. No mesmo período, a Socialdemocracia recuperou parte do eleitorado e tem, no momento, 21,5% de apoio. O maior partido ainda é o Liberal (com 25%), mas parte de seus eleitores também migrou para a extrema direita. Novo movimento, de extrema direita e nacionalista, espera ganhar espaço nas próximas eleições, com agenda forte em limitações à imigração (*Danish Tea Party*).

O governo da Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt realizou diversas reformas ministeriais desde 2013, parcialmente em razão da dificuldade para ordenar a coalizão. Em fevereiro de 2014, os socialistas saíram da coalizão e ocasionaram nova troca de ministros, mas continuaram na base de sustentação parlamentar do governo. A saída dos socialistas criou uma situação mais confortável para a Primeira-Ministra, que passou a liderar "uma coalizão mais coesa".

No entanto, em setembro de 2014, a experiente Ministra da Economia Margrethe Vestager tomou posse como Comissária Europeia e, mais uma vez, Thorning-Schmidt viu-se forçada a realizar reforma ministerial.

Groenlândia

Embora seja unidade com sistema político e administrativo autônomo, a Groenlândia tem sua política externa e de defesa regida pelo Reino da Dinamarca. Embora em geral harmônica, têm-se recentemente constatado discordâncias entre as forças políticas de Copenhague e as

groenladesas, sobretudo depois que as autoridades da Groenlândia definiram, unilateralmente, cotas de caça de baleias, o controle de assento no Conselho do ártico, o fim da proibição da extração de urânio e modificações na legislação trabalhista nacional.

A Groenlândia nutre anseios de separação total da Dinamarca, mas os recursos financeiros aplicados pela Dinamarca (e pela União Europeia), de US$ 670 milhões anuais, representam um terço do PIB da ilha.

Em setembro de 2014, o governo groenlandês dissolveu-se em razão de denúncias envolvendo o uso de recursos públicos pela Primeira-Ministra Aleqa Hammond para financiar gastos de família. O novo governo de Kim Kielsen, eleito em novembro, precisará não apenas reverter o quadro de desconfiança contra a classe política, como também resolver a grave crise econômica que se instalou.

Ao contrário do que o orçamento previa, a Groenlândia não fechou o ano de 2014 com superávit de US$ 3,5 milhões, mas sim com déficit de US$ 47,2 milhões no balanço de pagamentos. Esse resultado decorre de queda na receita do setor pesqueiro, incremento de gastos com benefícios sociais e a dificuldade na instalação do setor de minas e petróleo.

Os projetos de mineração, que diversificariam a economia groenlandesa, não foram adiante. A London Mining, que recebera licença de 30 anos para explorar minério de ferro, pediu concordata em outubro passado; o valor de sua mina foi depreciado a zero. A mina de ouro ao sul da ilha fechou em 2013, após anos sem lucro. Os projetos de extração de zinco de US$ 500 milhões da Ironbark, com financiamento chinês, e de prospecção de zinco, terras raras e urânio, da mineradora australiana Greenland Minerals and Energy, estão apenas em fase de planejamento. Desse modo, a Groenlândia terminou o ano de 2014 ainda mais dependente da Dinamarca.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, as linhas da política externa dinamarquesa são de participação ativa no âmbito da União Europeia, ênfase nos laços de segurança transatlânticos, notadamente por meio da OTAN, e dinâmica participação como país doador na área da ajuda e cooperação internacionais, tanto em bases humanitárias como para o desenvolvimento. Nos últimos anos, porém, nota-se maior presença das questões militares na atuação internacional da Dinamarca.

No atual governo da Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt, as missões no Afeganistão e no Iraque foram concluídas conforme o calendário acordado com os países aliados, e a Dinamarca se voluntariou para participar das ações militares na Líbia, na costa da Somália e no Mali e, mais recentemente, na coalizão que combate ao grupo terrorista autodenominado "estado islâmico". A participação ativa do país em operações militares recebe apoio da maioria da população e é consensual entre os partidos com representação no Parlamento.

Os desdobramentos da crise entre Rússia e Ucrânia e a crescente desestabilização do Oriente Médio, com a emergência de entidades terroristas que recrutam, com sucesso, seguidores na Europa, têm sido as duas principais preocupações de segurança nacional na Dinamarca.

Não se deve esquecer, porém, de outra prioridade perene da diplomacia dinamarquesa: a promoção das exportações, vital para um país de mercado consumidor pequeno e de produção de alto valor agregado. A atuação da diplomacia, a partir do Conselho de Comércio Exterior (*Trade Council*) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é reconhecida e valorizada pelo empresariado do país.

Segurança Nacional e Relações com o Mundo Islâmico

As relações da Dinamarca com o mundo islâmico são caracterizadas pelo recente ativismo militar no Oriente Médio.

Em agosto de 2014, o governo Thorning-Schmidt disponibilizou aviões Hércules C-130 para missões de transporte aéreo nas operações nas áreas controladas pelo grupo terrorista autodenominado "estado islâmico" no Iraque. A atuação dinamarquesa contra o autointitulado "estado islâmico" ampliou-se em setembro, com o envio de caças F-16, e em dezembro, quando oficiais dinamarqueses iniciaram colaboração de treinamento de soldados curdos e iraquianos. O Ministro da Defesa, Nicolai Wammen, confirmou que os caças F-16 realizaram, até janeiro de 2015, 74 missões contra o ISIS, nas quais detonaram mais de 60 bombas contra alvos inimigos.

No que respeita à Síria, sobressai a recente inflexão nas declarações do Chanceler Martin Lidegaard. A Dinamarca é crítica do Governo Assad e votou a favor de todas as resoluções da AGNU condenatórias de Damasco. Entretanto, em janeiro de 2015, Lidegaard afirmou que será necessário retomar negociações com o regime de Bashar el-Assad, dizendo não acreditar que haverá solução militar para o conflito na Síria.

A Dinamarca mantém apoio moderado à causa do Estado palestino. O atual governo votou pela concessão da condição de observador à Autoridade Palestina nas Nações Unidas, em novembro de 2012, e concedeu nível diplomático à missão palestina em Copenhague, em maio de 2013, mas pretende apenas acompanhar a decisão da União Europeia sobre o reconhecimento do Estado Palestino. Em novembro de 2014, o Chanceler Lidegaard, em visita à Faixa de Gaza, criticou a política de expansão da construção de colônias israelenses e afirmou que essa política não só dificulta a solução de dois Estados como também compromete a confiabilidade de Israel junto à Dinamarca e à União Europeia.

Rússia e Crise na Ucrânia

O governo dinamarquês é abertamente crítico da atuação russa na Ucrânia. Diferentemente de outros países-membros da UE, não depende do fornecimento de gás russo. No entanto, o atual contencioso entre a União Europeia e a Rússia em torno da Ucrânia prejudica os exportadores da agropecuária dinamarquesa, em especial a suinocultura. Por esse motivo, apesar das declarações mais críticas, a Dinamarca tende a posicionar-se entre os moderados no que tange à adoção de medidas europeias mais duras contra Rússia. Nesse sentido, tanto o Ministro da Defesa Nicolai Wammen quanto o Chanceler Martin Lidegaard confirmaram ao parlamento, em fevereiro de 2015, que o governo atual não tem intenção de fornecer armas para a Ucrânia. Segundo Lidegaard, é preferível impor pressão sobre a Rússia por meio de ampliação de sanções.

Há, ainda, a questão das fronteiras marítimas na região ártica. Em dezembro de 2014, a Dinamarca entregou à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas demanda de extensão de sua plataforma continental na região da Groenlândia. A área demandada de 895 mil km², ao norte da costa groenlandesa, inclui o Pólo Norte e alcança a fronteira de 200 milhas náuticas da Rússia, do outro lado do mar polar.

Países Nórdicos e Bálticos

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pela união de passaportes e pelo mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros

constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns, representando importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa (NORDEFCO) foi estabelecido em 2009 pelos Ministros da Defesa de Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia. Considerando que alguns países nórdicos não fazem parte da OTAN e outros não aderiram à União Europeia ou o fizeram com reservas (como o "opt-out" dinamarquês relativo à defesa comum), o mecanismo nórdico tomou forma não de uma aliança, mas sim de uma cooperação aberta em bases voluntárias, complementar aos compromissos multilaterais dos países membros. A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

A Dinamarca, primeiro país a reconhecer a independência da Lituânia, Letônia e Estônia, atua com desenvoltura na região báltica, principalmente na área de defesa e segurança, com endosso dos EUA. A OTAN recebe da Dinamarca apoio material e profissional para o Batalhão Báltico, cujos integrantes provêm da Polônia e daquelas três repúblicas, e cujo treinamento visa a habilitá-lo a participar em forças de paz como, por exemplo, na Bósnia e Herzegovina.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

Adicionalmente, os cinco países nórdicos fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O Conselho foi estabelecido em 1996 como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas (seis organizações indígenas têm status de Participante Permanente).

O contexto europeu

A Dinamarca celebrou, em 2013, quarenta anos de sua adesão à Comunidade Europeia. No contexto da integração europeia, a Dinamarca defende posições comprometidas com a defesa do meio ambiente, o aumento

da transparência no processo decisório das instituições europeias, o fomento da geração de empregos e o ingresso de novos membros do Leste europeu.

A agenda política da Dinamarca atualmente inclui o tema das reservas feitas ao Tratado de Maastricht (1992) referentes às cláusulas de cidadania comum, moeda comum, defesa comum e justiça. Tais reservas somente poderão ser retiradas com a realização de novos referendos nacionais. A Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt parece ter chegado a acordo com o líder da oposição, Lars Løkke Rasmussen, do Partido Liberal, para retirar a reserva à justiça comum por referendo, em princípio logo após as eleições parlamentares de 2015. Pesquisas de opinião apontam que a maioria da população é favorável por substituir esse "opt-out" por um "opt-in" – num modelo em que o Parlamento decidiria ativamente em quais áreas específicas do direito, da justiça e da atividade policial a Dinamarca integrará a cooperação europeia.

De acordo com sua forte tradição de apoio à liberação dos mercados, o país atribui importância política à negociação de acordos bilaterais ou regionais entre a União Europeia e outros países ou blocos, a exemplo das negociações MERCOSUL-União Europeia. Não participa diretamente, porém, do processo negociador, conduzido por Bruxelas. Reconhece que ainda existem dificuldades, mas favorece, em Bruxelas, a negociação em curso. Acredita, no que tange a produtos agrícolas, que "uma melhor oferta europeia estaria na dependência de melhor oferta do Mercosul em outras áreas, notadamente produtos industriais".

A Dinamarca preocupa-se com o influxo migratório dos países europeus mais pobres. A política de fronteiras "intraeuropeias" abertas começa a ser percebida como ameaça à manutenção do Estado do bem-estar social. Na imprensa local, foi cunhada a expressão "turismo de bem-estar", para caracterizar a suposta busca de europeus orientais por países (como a Dinamarca) que contam com benefícios generosos do Estado. De modo sintomático, o Partido do Povo conseguiu o maior número de assentos nas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014.

A Dinamarca é um dos poucos países que dedica à ajuda oficial ao desenvolvimento algo próximo de 1% do seu PIB, da qual cerca de metade é canalizada para as agências especializadas das Nações Unidas. A ajuda bilateral é prestada pela Agência Dinamarquesa de Ajuda ao Desenvolvimento - Danida, no âmbito de acordos bilaterais de cooperação.

A Danida é parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e seus objetivos obedecem às linhas gerais traçadas pela diplomacia do país. Assim, no momento atual, a cooperação e a ajuda ao desenvolvimento da Dinamarca incluem estratégias e projetos voltados para o reforço da segurança nacional e prevenção do terrorismo internacional, como também associam projetos de cooperação a metas comerciais dinamarquesas. Esse enlace entre cooperação e comércio é reforçado pelo fato de que os dois temas são da competência de

outro Ministério que não o dos Negócios Estrangeiros – o de Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento (que opera com os recursos alocados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Como exemplo de que a estratégia dinamarquesa para a ajuda ao desenvolvimento está mais próxima dos objetivos de segurança do país, pode-se analisar o lançamento, em 2013, do plano de ajuda aos "Estados fracos ou em colapso", em especial na região do "chifre da África". Na esfera militar, a Dinamarca participava ativamente da Operação "Ocean Shield" da OTAN, de combate à pirataria somali. Em complemento à ação militar, o país lançou de programa de ajuda bilateral no "Chifre da África", para apoiar o treinamento policial, construção de penitenciárias e fortalecer a capacidade local de processar judicialmente os piratas. Naquele ano de 2013, foram aprovados US$ 230 milhões para estabilização e reconstrução de Estados frágeis ou falidos, um incremento de mais de 80% em comparação a 2012.

Nações Unidas

Apesar do viés atlantista de sua política externa, no plano multilateral a Dinamarca procura atuar de forma mais ecumênica, pautando-se pelo recurso ao diálogo e à negociação. Nos chamados temas globais, assume mais claramente o perfil que se espera de país com alto índice de desenvolvimento humano e forte tradição igualitária, com lastro no Estado de bem-estar social.

A ONU conta com apoio político e financeiro da Dinamarca, que participou de grande número de operações de paz. O país atua construtivamente na promoção do desenvolvimento. Iniciativas em prol dos direitos humanos, meio ambiente e segurança coletiva, todas empreendidas no âmbito da ONU, também costumam merecer, tradicionalmente, forte e ostensivo apoio dinamarquês.

No que concerne à reforma do CSNU, o ex-Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa, Embaixador Friis Arne Petersen, manifestou o apoio dinamarquês aos membros do G-4 como membros permanentes do CSNU. A Dinamarca copatrocinou em 2005 o projeto de resolução do G-4 e, desde então, em renovadas gestões do G-4, tem reiterado esse apoio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após sofrer forte depressão em 2009, a economia dinamarquesa está conseguindo superar efeitos recessivos pontuais. Em 2010, a Dinamarca cresceu 1,4% e, em 2011, a expansão observada foi de 1,1%. Ao longo do ano de 2012, todavia, a economia perdeu dinamismo e registrou decréscimo de 0,4% recuperando-se, logo em seguida, uma vez que, em 2013, a Dinamarca logrou expansão de 0,4%. Em relação ao ano de 2014, os dados do FMI mostram que o país registrou incremento de 1,5%, a mais alta taxa de expansão dos últimos seis anos. Nessas condições, o PIB nominal dinamarquês atingiu o patamar US$ 347,2 bilhões. O país deverá continuar registrando evolução positiva e, assim, projeta-se o crescimento em torno de 1,8% a.a. ao longo do atual biênio 2015-2016. A recuperação em curso tem encontrado amparo em um cenário de baixa inflação e desemprego decrescente, que tendem a estimular o consumo privado. As condições monetárias tendem, igualmente, a estimular a atual recuperação em curso.

Embora não integre a zona do euro, a moeda local, a coroa dinamarquesa, é indexada à moeda europeia. Em 2013, a inflação média dinamarquesa foi de 0,8% e, em 2014, foi de 0,6%. Além disso, a autoridade monetária, o Nationalbank, tende a replicar as decisões do Banco Central Europeu (BCE). Nos últimos dois anos, a moeda dinamarquesa tem sido mais demandada, em razão da queda na confiança em relação ao euro. Para restringir a apreciação da moeda local, o banco central dinamarquês tem mantido os juros negativos e abaixo dos da zona do euro.

O principal desafio para a Dinamarca é dar sustentabilidade ao crescimento econômico em um cenário de recessão continental, ao mesmo tempo em que tenta manter o modelo de *welfare* state, com altos salários e pesada carga tributária. O nível de desemprego, variando entre 5,1 e 5,7% desde 2013, aumenta a complexidade desse nível de bem-estar social, à medida que a manutenção dos altos custos de manutenção social não são correspondidos pelo crescimento na geração de riqueza. Diante disso, o superávit fiscal de 3,4% do PIB em 2008 converteu-se em sucessivos déficits a partir de 2009. O déficit do orçamento chegou a cerca de 4% do PIB em 2012 devido a medidas de estímulo fiscal e restituições do sistema de aposentadoria antecipada. Ainda que o déficit tenha sido de 1% e a relação dívida pública-PIB tenha alcançado 45% em 2013, as percentagens ainda são inferiores à média da União Europeia (déficit de 3% e dívida pública-PIB de 87%).

A produção de energia também é um desafio para a Dinamarca, em particular no contexto dos compromissos europeus de redução dos gases de efeito estufa e da necessidade de diversificação da matriz energética nacional. Como a Dinamarca não tem capacidade hidrelétrica e como sua legislação

proíbe totalmente o desenvolvimento de usinas nucleares, o país depende significativamente do carvão, que, até 2010, representava quase 44% das fontes de energia utilizadas. Desde a crise do petróleo, em 1973, sucessivos governos incentivaram o desenvolvimento da energia renovável, a exploração do petróleo e gás no Mar do Norte e o aprimoramento da tecnologia e eficiência na distribuição e conservação de energia. Hoje em dia, o país é autossuficiente em energia e exporta petróleo, gás e eletricidade para Alemanha, Suécia e Noruega. O plano energético seguido pelo governo atual prevê que metade da eletricidade seja de origem eólica até 2020 e que, em 2050, toda a energia seja gerada de fontes renováveis.

Comércio exterior

Entre 2005 e 2014, as exportações dinamarquesas de bens registraram variação de 35,7%, passando de US$ 81,8 bilhões, em 2005, a US$ 111,0 bilhões no ano passado. No *ranking* do *International Trade Centre*, a Dinamarca figurou como 35° principal exportador, respondendo por 0,61% das exportações mundiais, e 36° principal importador, com 0,52% das importações mundiais.

O comércio exterior dinamarquês é fortemente concentrado na Europa. Em 2014, foram os seguintes os cinco principais mercados de destino para a oferta dinamarquesa: Alemanha (18,0% de participação); Suécia (11,6%); Reino Unido (7,8%); Estados Unidos (6,6%); e Noruega (6,6%). O Brasil foi o 22º mercado de destino, com participação de 0,8% no total das exportações. Em relação à composição da oferta, os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2014 foram: máquinas e aparelhos mecânicos (13,8% do total); produtos farmacêuticos (11,0%); máquinas e instrumentos elétricos (9,4%); combustíveis e lubrificantes (7,4%); e carnes (4,1%). A pauta ofertada mostra forte presença de itens de maior intensidade tecnológica, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Em relação à demanda, as importações de bens passaram de US$ 72,7 bilhões, em 2005, a US$ 99,2 bilhões, em 2014. Os principais países fornecedores da Dinamarca foram: Alemanha (participação de 20,6% no total geral); Suécia (12,3%); Países Baixos (7,6%); China (6,9%); e Noruega (6,8%). O Brasil foi o 24º supridor da Dinamarca, com participação de 0,6% no total das aquisições externas desse país. Em relação à composição da demanda, os principais bens importados são: máquinas e aparelhos mecânicos (12,3% de participação no total); máquinas e instrumentos elétricos (9,1%); combustíveis e lubrificantes (8,5%); veículos e autopeças (6,8%); e produtos farmacêuticos (4,7%).

A Dinamarca registra posição tradicionalmente favorável em sua balança comercial de bens. Nessas condições, em 2014, por exemplo, o superávit comercial dinamarquês somou US$ 11,7 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA DINAMARCA

Anos	Eventos
700	Começa o processo de unificação do país.
987	O processo de unificação foi concluído sob Haroldo I, o Dente Azul. O soberano, sob pressão política da igreja alemã, converteu-se ao Cristianismo.
1350	A Peste Negra dizimou a população.
1397	Estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da Rainha Margrethe I, filha de Valdemar IV da Dinamarca.
1523	Fim da União com a secessão da Suécia, sob Gustav I Vasa.
1536	A Dinamarca adota a reforma luterana.
1629	Derrota de Cristian IV na Guerra dos Trinta Anos contra a Suécia.
1661	A monarquia eletiva, dominada pela aristocracia, é substituída pelo sistema hereditário.
1801 e 1807	Ataques ingleses a Copenhague pela recusa em tomar partido nas Guerras Napoleônicas.
1814	Fim da união da Dinamarca e da Noruega.
1863	Bismarck declara guerra à Dinamarca que, derrotada, cede três ducados à Alemanha.
1914	A Dinamarca permanece neutra durante a I Guerra Mundial.
1940	A Alemanha invade a Dinamarca, até então neutra na II Guerra Mundial.
1940	Partido Social Democrata, no poder, desenvolve programa de cooperação com a Alemanha.
1943	Resistência popular, com apoio externo britânico, comprometeu as bases de convivência com o regime nazista.
1945	Ao final do conflito, a Dinamarca foi oficialmente reconhecida como país aliado.
1945	Convidada a se tornar Estado fundador das Nações Unidas.
1945	Tornou-se membro da OTAN, encerrando assim a política de neutralidade.
1948	Com o apoio financeiro do Plano Marshall, o país iniciou programa de modernização da agricultura.
1960	É introduzido programa de previdência social, caracterizado por benefícios abrangentes, financiados por meio de política de impostos elevados, a qual deu origem ao conhecido modelo da "sociedade do bem estar", difundido em toda a Escandinávia.
1972	Rainha Margrethe II ocupa o trono dinamarquês.
1973	Adesão à União Europeia.
2000	Em referendo para adoção do euro, 53,1% dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.
2001	Eleições parlamentares. Vitória do Partido Liberal. Anders Fogh

	Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2005	Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen é reeleito.
2007	Retirada das tropas dinamarquesas do Iraque.
2009	Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen deixa o cargo para assumir a direção da OTAN.
2009	Lars Løkke Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2011	Helle Thorning-Schmidt assume o cargo de Primeira-Ministra.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Anos	Eventos
1829	Abertura da Legação do Brasil em Copenhague.
1876	Viagem particular do Imperador D. Pedro II à Dinamarca.
1911	Convenção de Arbitragem.
1966	Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1969	Acordo sobre Transportes Aéreos.
1974	Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda.
1979	Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.
1986	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.
1999	Visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, primeira visita no nível de Chefe de Estado.
2006	Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Negócios, Bendt Bendtsen, em julho.
2007	Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança de clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.
2007	Visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil, em abril.
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Dinamarca, em setembro.
2009	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em outubro, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
2009	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em dezembro, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).
2010	Visita do Príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012	Visita do Príncipe Herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012	Visita da Primeira-Ministra Helle-Thorning Schmidt ao Brasil, em junho, para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor

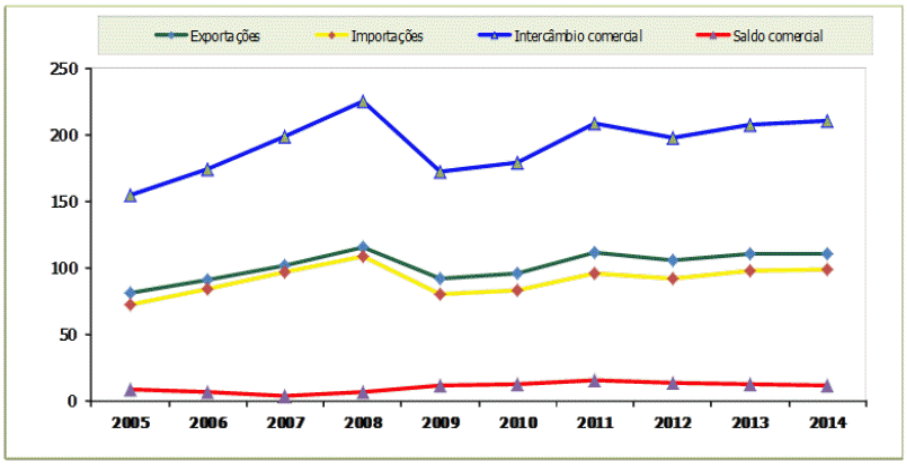
Convenção de Arbitragem	27/11/1911	12/01/1916
Acordo sobre Malas Diplomáticas	29/04/1929	01/05/1929
Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais	05/08/1932	05/08/1932
Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes	21/07/1953	21/07/1953
Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/02/1966	27/12/1966
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	26/09/1969
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969	18/03/1969
Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Governamentais da Dinamarca e do Brasil sobre Transporte Marítimo Internacional	29/03/1972	29/03/1972
Acordo de Radioamadorismo	16/01/1974	16/01/1974
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	27/08/1974	05/12/1974
Troca de Notas determinando a entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos	17/12/1976	17/12/1976
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	05/02/1979	05/02/1979
Troca de Notas colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, assinada em 29 de agosto de 1975	30/10/1979	30/10/1979
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	09/06/1986	20/12/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/03/1994	09/12/1995
Memorando de Entendimento na área de Energias Renováveis e Eficiência Energética	13/09/2007	18/9/2009
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, Celebrada em Copenhague em 27 de Agosto de 1974	23/03/2011	Em trâmite na Casa Civil

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior da Dinamarca
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	82	9,4%	73	8,8%	154	9,1%	9
2006	91	10,8%	84	15,8%	175	13,2%	6
2007	102	12,1%	97	15,7%	199	13,9%	4
2008	116	14,0%	109	12,0%	225	13,1%	7
2009	92	-20,8%	80	-26,4%	172	-23,5%	11
2010	96	28,1%	83	24,4%	179	26,4%	13
2011	112	16,9%	96	16,0%	208	16,4%	15
2012	106	-5,2%	92	-4,3%	198	-4,8%	14
2013	110	4,0%	98	5,7%	208	4,8%	13
2014	111	0,5%	99	1,7%	210	1,1%	12
Var. % 2005-2014	**35,7%**	**n.c.**	**36,5%**	**n.c.**	**36,1%**	**n.c.**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

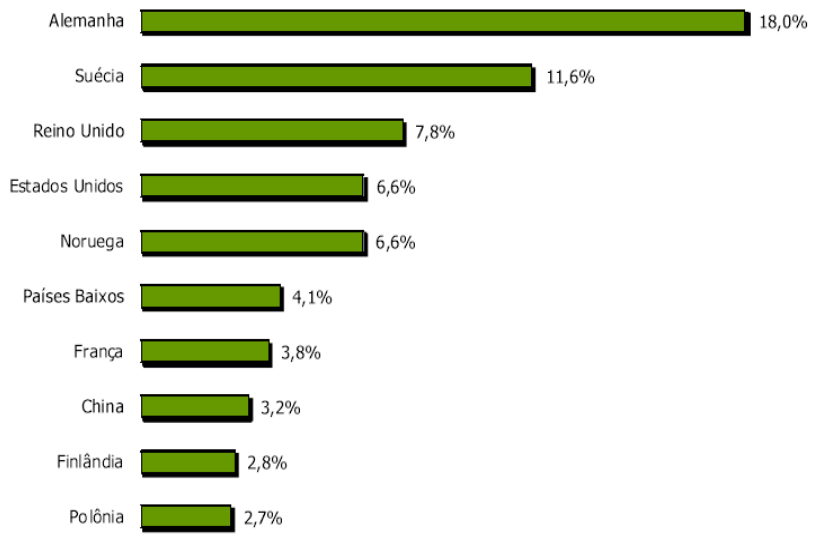


Direção das Exportações da Dinamarca
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Alemanha	20,0	18,0%
Suécia	12,9	11,6%
Reino Unido	8,7	7,8%
Estados Unidos	7,4	6,6%
Noruega	7,4	6,6%
Países Baixos	4,6	4,1%
França	4,2	3,8%
China	3,6	3,2%
Finlândia	3,1	2,8%
Polônia	3,0	2,7%
...		
Brasil (22ª posição)	***0,9***	***0,8%***
Subtotal	**75,6**	**68,1%**
Outros países	**35,4**	**31,9%**
Total	**111,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais destinos das exportações

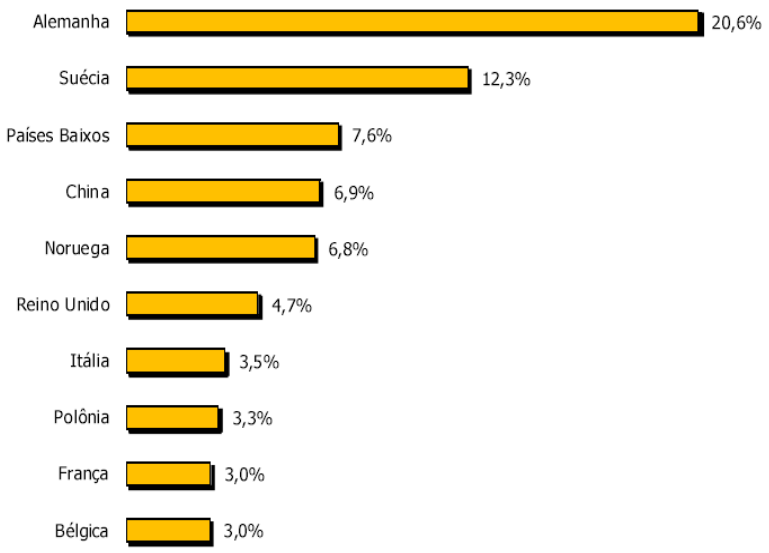


Origem das Importações da Dinamarca
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Alemanha	20,41	20,6%
Suécia	12,18	12,3%
Países Baixos	7,56	7,6%
China	6,90	6,9%
Noruega	6,71	6,8%
Reino Unido	4,70	4,7%
Itália	3,52	3,5%
Polônia	3,28	3,3%
França	3,02	3,0%
Bélgica	2,99	3,0%
...		
Brasil (24ª posição)	***0,62***	***0,6%***
Subtotal	**71,87**	**72,4%**
Outros países	**27,42**	**27,6%**
Total	**99,28**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais origens das importações

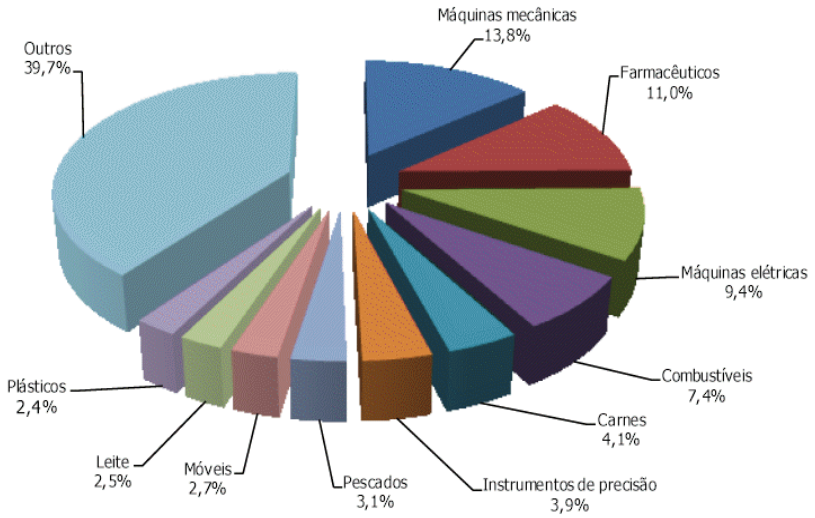


Composição das exportações da Dinamarca
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	15,35	13,8%
Farmacêuticos	12,22	11,0%
Máquinas elétricas	10,44	9,4%
Combustíveis	8,19	7,4%
Carnes	4,52	4,1%
Instrumentos de precisão	4,36	3,9%
Pescados	3,41	3,1%
Móveis	2,96	2,7%
Leite	2,74	2,5%
Plásticos	2,72	2,4%
Subtotal	**66,89**	**60,3%**
Outros	**44,09**	**39,7%**
Total	**110,98**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

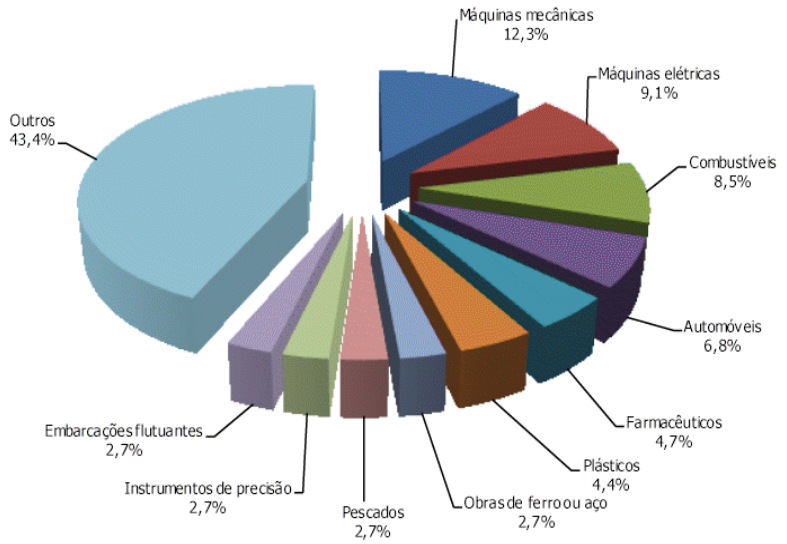


Composição das importações da Dinamarca
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	12,18	12,3%
Máquinas elétricas	9,04	9,1%
Combustíveis	8,40	8,5%
Automóveis	6,79	6,8%
Farmacêuticos	4,69	4,7%
Plásticos	4,41	4,4%
Obras de ferro ou aço	2,70	2,7%
Pescados	2,69	2,7%
Instrumentos de precisão	2,67	2,7%
Embarcações flutuantes	2,66	2,7%
Subtotal	**56,21**	**56,6%**
Outros	**43,08**	**43,4%**
Total	**99,28**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

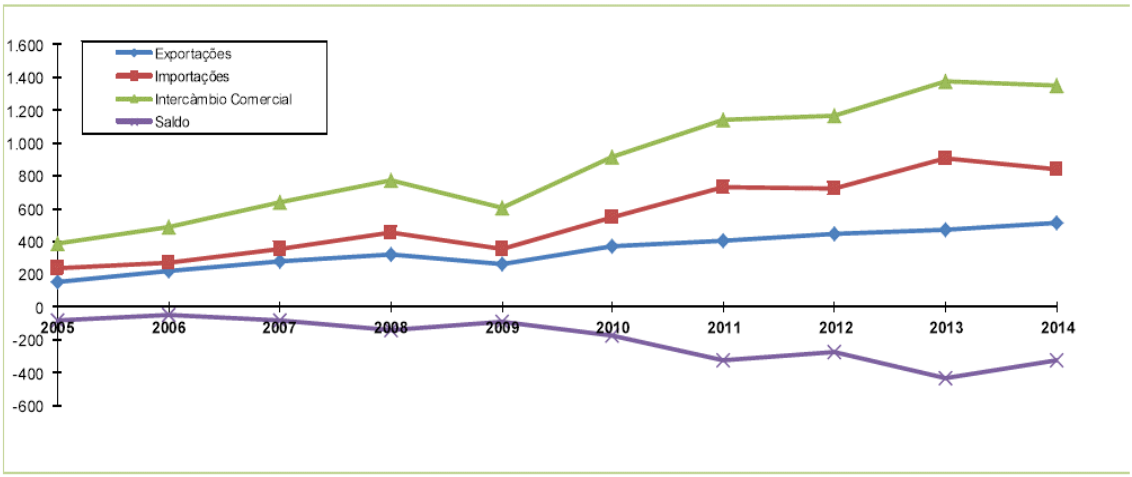
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Dinamarca
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	152	18,5%	0,13%	237	26,1%	0,32%	389	23,1%	0,20%	-85
2006	220	44,8%	0,16%	268	12,8%	0,29%	487	25,3%	0,21%	-48
2007	279	27,1%	0,17%	357	33,6%	0,30%	637	30,6%	0,23%	-78
2008	320	14,6%	0,16%	457	27,8%	0,26%	777	22,0%	0,23%	-136
2009	258	-19,5%	0,17%	351	-23,1%	0,27%	609	-21,6%	0,22%	-93
2010	368	42,6%	0,18%	544	54,9%	0,30%	912	49,7%	0,24%	-176
2011	408	11,0%	0,16%	733	34,7%	0,18%	1.141	25,1%	0,24%	-325
2012	447	9,5%	0,18%	722	-1,4%	0,32%	1.169	2,5%	0,25%	-276
2013	472	5,7%	0,20%	906	25,3%	0,38%	1.378	17,8%	0,29%	-434
2014	516	9,4%	0,23%	838	-7,5%	0,37%	1.354	-1,7%	0,30%	-321
2015 (jan-fev)	61	-20,7%	0,24%	120	-9,5%	0,38%	181	-13,6%	0,31%	-59
Var. % 2005-2014	**240,0%**		**n.c.**	**253,0%**		**n.c.**	**247,9%**		**n.c.**	**n.c.**

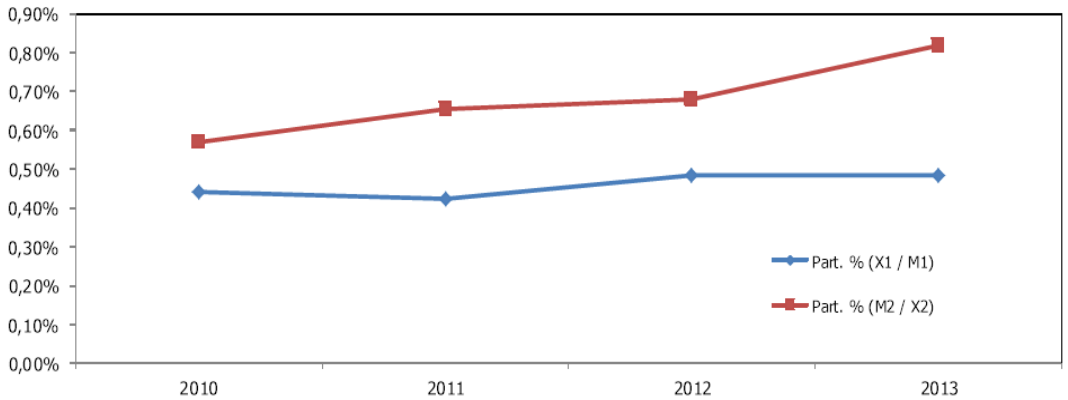
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Dinamarca[(1)]
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Dinamarca (X1)	368	408	447	472	516	**40,4%**
Importações totais da Dinamarca (M1)	83.162	96.437	92.297	97.590	99.284	**19,4%**
Part. % (X1 / M1)	**0,44%**	**0,42%**	**0,48%**	**0,48%**	**0,52%**	**17,6%**
Importações do Brasil originárias da Dinamarca (M2)	544	733	722	906	838	**53,9%**
Exportações totais da Dinamarca (X2)	95.759	111.902	106.126	110.416	110.978	**15,9%**
Part. % (M2 / X2)	**0,57%**	**0,65%**	**0,68%**	**0,82%**	**0,75%**	**32,8%**

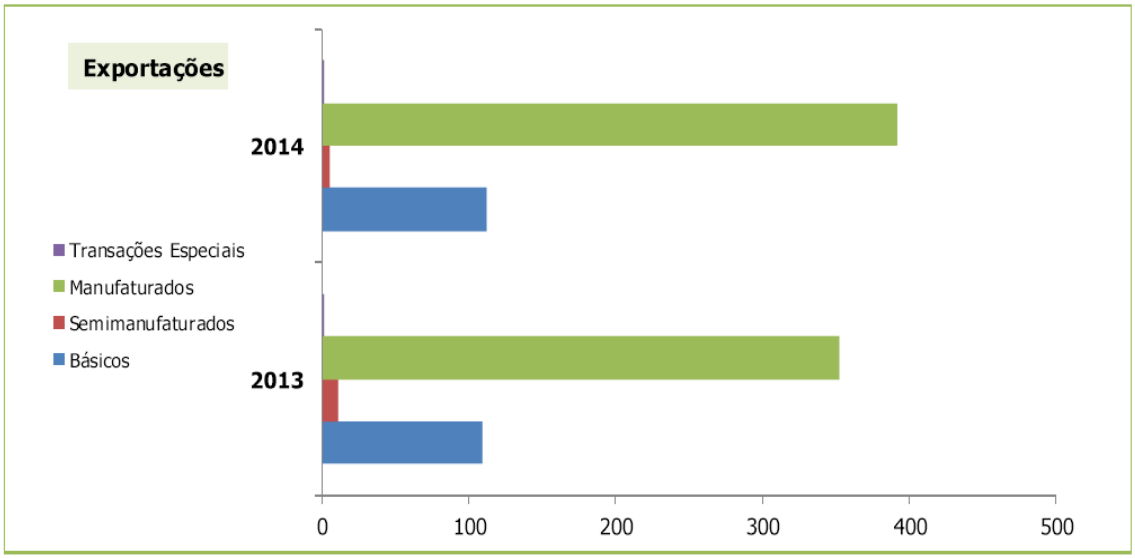
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

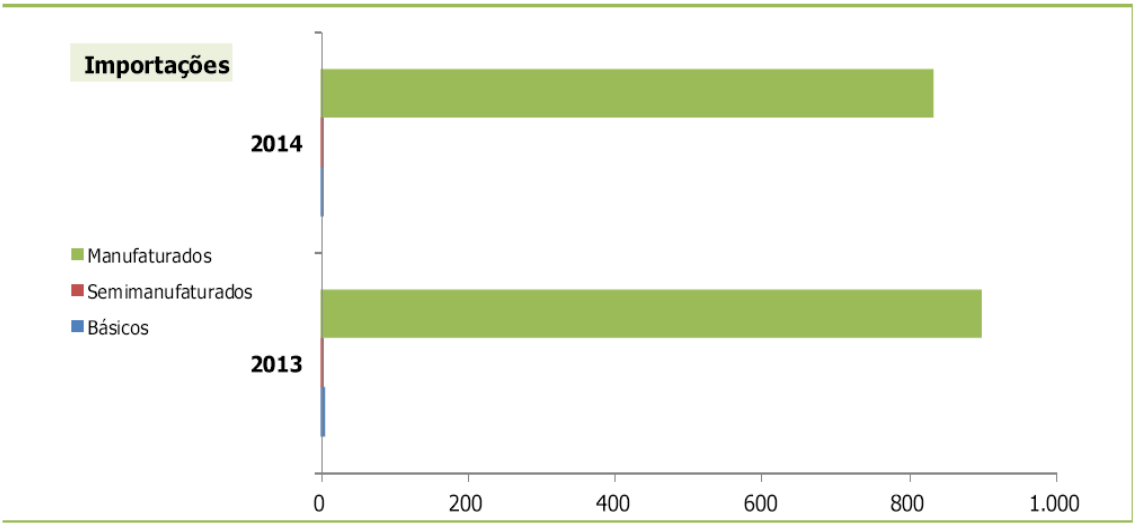


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ milhões

Comparativo 2014 com 2013





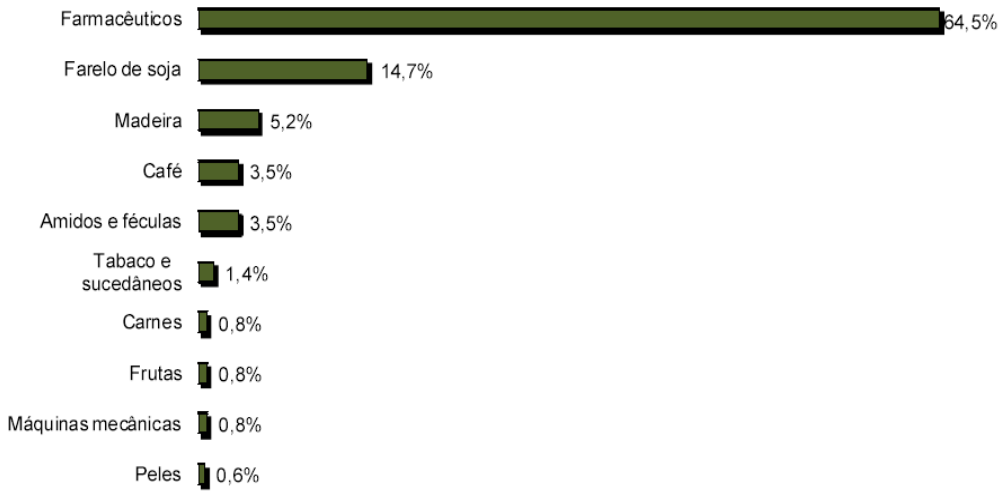
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Dinamarca
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farmacêuticos	283,0	63,4%	304,0	64,4%	333,0	64,5%
Farelo de soja	70,0	15,7%	83,0	17,6%	76,0	14,7%
Madeira	16,0	3,6%	17,0	3,6%	27,0	5,2%
Café	17,0	3,8%	11,0	2,3%	18,0	3,5%
Amidos e féculas	9,0	2,0%	9,0	1,9%	18,0	3,5%
Tabaco e sucedâneos	7,0	1,6%	9,0	1,9%	7,0	1,4%
Carnes	2,0	0,4%	2,0	0,4%	4,0	0,8%
Frutas	2,0	0,4%	2,0	0,4%	4,0	0,8%
Máquinas mecânicas	3,0	0,7%	5,0	1,1%	4,0	0,8%
Peles	6,0	1,3%	7,0	1,5%	3,0	0,6%
Subtotal	**415,0**	**92,9%**	**449,0**	**95,1%**	**494,0**	**95,6%**
Outros produtos	**31,6**	**7,1%**	**23,0**	**4,9%**	**22,5**	**4,4%**
Total	**446,6**	**100,0%**	**472,0**	**100,0%**	**516,5**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

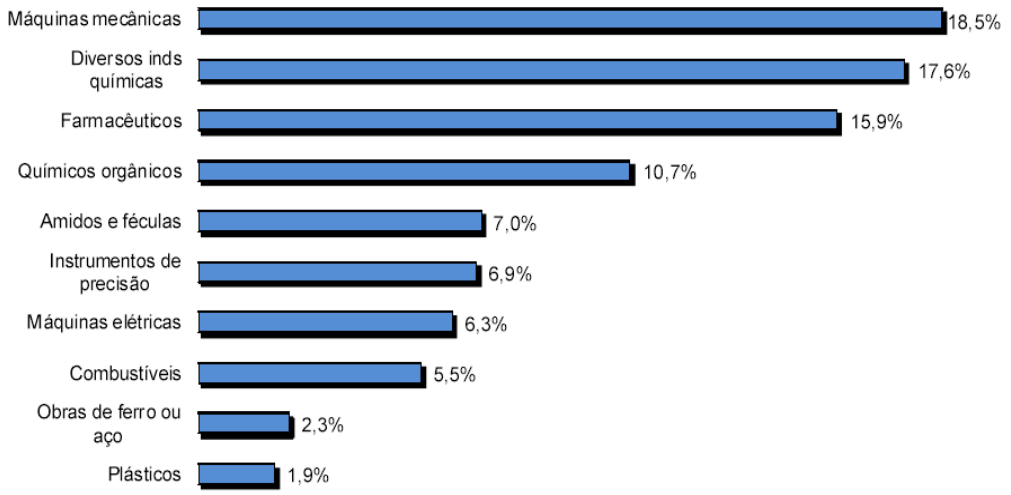


Composição das importações brasileiras originárias da Dinamarca
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	135,0	18,7%	158,0	17,4%	155,0	18,5%
Diversos inds químicas	79,0	10,9%	120,0	13,3%	147,0	17,6%
Farmacêuticos	129,0	17,9%	175,0	19,3%	133,0	15,9%
Químicos orgânicos	104,0	14,4%	107,0	11,8%	90,0	10,7%
Amidos e féculas	54,0	7,5%	50,0	5,5%	59,0	7,0%
Instrumentos de precisão	65,0	9,0%	60,0	6,6%	58,0	6,9%
Máquinas elétricas	64,0	8,9%	130,0	14,4%	53,0	6,3%
Combustíveis	0,0	0,0%	0,1	0,0%	46,4	5,5%
Obras de ferro ou aço	18,0	2,5%	27,0	3,0%	19,0	2,3%
Plásticos	16,0	2,2%	17,0	1,9%	16,0	1,9%
Subtotal	**664,0**	**91,9%**	**844,1**	**93,2%**	**776,4**	**92,7%**
Outros produtos	**58,5**	**8,1%**	**61,5**	**6,8%**	**61,1**	**7,3%**
Total	**722,5**	**100,0%**	**905,6**	**100,0%**	**837,6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

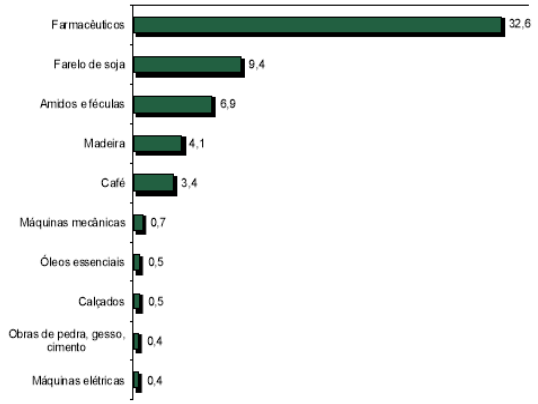
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões, fob

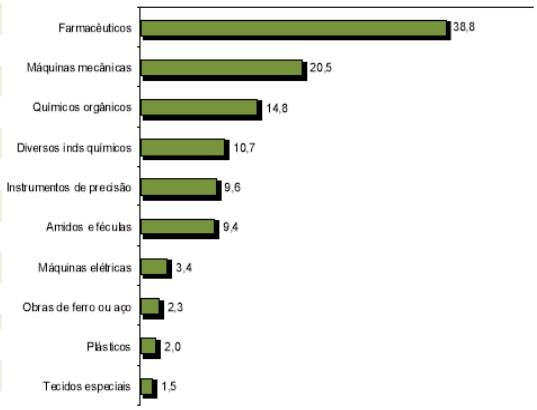
DESCRIÇÃO	2014 (jan-fev)	Part. % no total	2015 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Farmacêuticos	51,9	67,3%	32,6	53,3%
Farelo de soja	13,0	16,9%	9,4	15,4%
Amidos e féculas	1,2	1,5%	6,9	11,3%
Madeira	3,0	3,9%	4,1	6,8%
Café	1,5	2,0%	3,4	5,6%
Máquinas mecânicas	0,6	0,7%	0,7	1,2%
Óleos essenciais	0,5	0,6%	0,5	0,8%
Calçados	0,5	0,7%	0,5	0,8%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,6	0,8%	0,4	0,6%
Máquinas elétricas	0,6	0,8%	0,4	0,6%
Subtotal	**73,4**	**95,2%**	**59,0**	**96,5%**
Outros produtos	**3,7**	**4,8%**	**2,2**	**3,5%**
Total	**77,1**	**100,0%**	**61,2**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Farmacêuticos	30,5	22,9%	38,8	32,3%
Máquinas mecânicas	21,8	16,4%	20,5	17,0%
Químicos orgânicos	12,9	9,7%	14,8	12,3%
Diversos inds químicos	22,8	17,2%	10,7	8,9%
Instrumentos de precisão	11,6	8,7%	9,6	8,0%
Amidos e féculas	12,0	9,0%	9,4	7,8%
Máquinas elétricas	4,9	3,7%	3,4	2,8%
Obras de ferro ou aço	3,8	2,9%	2,3	1,9%
Plásticos	3,1	2,4%	2,0	1,6%
Tecidos especiais	0,1	0,1%	1,5	1,3%
Subtotal	**123,4**	**92,9%**	**113,0**	**93,9%**
Outros produtos	**9,5**	**7,1%**	**7,3**	**6,1%**
Total	**132,9**	**100,0%**	**120,3**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa II

LITUÂNIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Lituânia
CAPITAL	Vílnius
ÁREA	65.300 km^2
POPULAÇÃO	2.944.459 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Lituano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos romanos (79%); ortodoxos (4%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Seimas*), com 141 representantes eleitos para mandato de quatro anos
CHEFE DE ESTADO	Presidenta Dalia Grybauskaitė (desde 2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius (2012)
CHANCELER	Linas Linkevičius (2013)
PIB NOMINAL (2014)	US$ 45,931 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2014)	US$ 72,566 bilhões (Banco Mundial)
PIB NOMINAL *per capita* (2014)	US$ 15.538,00 (Banco Mundial)
PIB PPP *per capita* (2014)	US$ 24.550,00 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB	3,3% (2013); e 2,9% (2014) (Banco Mundial)
IDH (2014)	0,834 – 35ª posição entre 185 países
EXPECTATIVA DE VIDA (2014)	72,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2014)	99,7% (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015)	18,2% (EUROSTAT)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 10 pessoas
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões; MDIC, 2015)								
BRASIL → LITUÂNIA	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	71,643	117,865	179,249	126,294	62,521	77,667	148,294	76,981
Exportações	68,854	61,415	175,995	66,161	53,213	50,513	114,827	42,933
Importações	1,788	56,450	3,299	60,434	9,308	27,153	33,466	34,048
Saldo	*68,065*	*4,964*	*172,695*	*5,727*	*43,905*	*23,360*	*81,360*	*8,884*

PERFIS BIOGRÁFICOS

DALIA GRYBAUSKAITĖ
Presidenta da República



Nasceu em 1º de março de 1956, em Vílnius, então República Socialista Soviética da Lituânia. Graduada em Economia Política pela Universidade de Leningrado e Doutora em Ciências Sociais pela Academia de Ciências Públicas de Moscou. Em 1991, concluiu Curso Especial para Executivos da Universidade de Georgetown, Estados Unidos (EUA).

Foi Diretora de Programas do Gabinete do Primeiro-Ministro da Lituânia, em 1991. No mesmo ano, foi nomeada Diretora do Departamento de Europa do Ministério das Relações Econômicas Internacionais. Assumiu, em 1993, o cargo de Diretora do Departamento de Relações Econômicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 1994, foi designada como Embaixadora da Lituânia junto à União Europeia.

Embaixadora nos EUA de 1996 a 1999; Vice-Ministra das Finanças de 1999 a 2000; Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros de 2000 a 2001; Ministra das Finanças, de 2001 a 2004. Em 2004, foi designada Comissária da UE, responsável por planejamento e orçamento.

Anunciou sua candidatura às eleições presidenciais em 26/2/2009 e foi eleita, em primeiro turno, em 17/5/2009, e reeleita em 25/5/2014.

ALGIRDAS BUTKEVIČIUS
Primeiro-Ministro da República da Lituânia



Nasceu em 19/11/1958, em Radviliškis, então República Socialista Soviética da Lituânia. Graduado pela Faculdade de Economia da Universidade Técnica de Vílnius Gediminas e a Academia de Negócios da Lituânia. Mestre em Administração pela Universidade Técnica de Kaunas. Realizou estágios na Alemanha, nos Estados Unidos e na Dinamarca. Em 2008, concluiu doutorado em ciências sociais.

Iniciou sua carreira profissional junto à cooperativa de produtores de sua cidade, Vilkaviškis, de 1982 a 1985. Trabalhou como economista de engenharia do Comitê Executivo de Vilkaviškis e como inspetor estatal de construção e arquitetura entre 1985 e 1990. Foi Vice-Prefeito de Vilkaviškis de 1991 a 1995. Atuou como diretor de *marketing* na empresa AB Vilkauta em 1995 e 1996.

É membro do Partido Social Democrata desde 1992. Foi eleito para o Parlamento lituano em 1996 e reeleito por quatro mandatos consecutivos. No Parlamento, tem sido membro do Comitê de Finanças e Orçamento, o qual presidiu no período 2008-2009, e foi vice-presidente no período 2009-2012. Atuou também no Comitê de Assuntos Europeus (2005-2006) e no Comitê Econômico (2006-2008). É o líder de seu partido desde 2009. Foi Ministro das Finanças de 2004 a 2005 e Ministro dos Transportes de 2006 a 2008. Sua indicação para Primeiro-Ministro foi aprovada em 22/11/2012.

LINAS LINKEVIČIUS
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 6/1/1961 em Vílnius, então República Socialista Soviética da Lituânia. Graduou-se em Engenharia pelo Instituto Politécnico de Kaunas.

Atuou em organizações da juventude comunista na Lituânia entre 1983 e 1989. Em 1990, dirigiu o Comitê Central do Partido Comunista Independente da Lituânia. Em 1992, foi eleito para o Parlamento lituano.

Entre 1992 e 1993, foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Chefe da Delegação Parlamentar Lituana à Assembleia do Atlântico Norte da OTAN. Em 1993, com apenas 32 anos, foi designado Ministro da Defesa.

Em 1997, foi designado Conselheiro do Ministro dos Negócios Estrangeiros. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador da Lituânia junto à OTAN e à União Europeia Ocidental (WEU). Com o ingresso da Lituânia na OTAN, em 2004, assumiu a representação permanente do país no Conselho do Atlântico Norte, até 2011. Nesse ano, tornou-se Embaixador, assumindo a chefia do Departamento de Política de Segurança e Cooperação Transatlântica da Chancelaria. Em 2012, foi nomeado Embaixador em Minsk, na Belarus.

Em 13/12/2013, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Realizou visita ao Brasil entre os dias 7 e 11 de abril.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Lituânia em 9 de dezembro de 1921. O Rio de Janeiro abrigou, até 1961, uma das poucas Embaixadas lituanas no exterior.

Em novembro de 2002, o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, realizou a única visita de Chanceler brasileiro à Lituânia, ocasião em que manteve encontro com o Presidente da República Valdas Adamkus. Em julho de 2008, Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. A Presidenta Dalia Grybauskaitė participou da Conferência Rio+20, em junho de 2012, ocasião em que copresidiu mesa redonda no segmento de alto nível da Conferência, e tomou parte da "Cúpula de Mulheres Líderes", evento organizado pela ONU Mulheres.

Em abril de 2014, o Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius anunciou, em entrevista à radio nacional LRT, sua intenção de abrir Embaixadas no Brasil. O Consulado-Geral da Lituânia em São Paulo, em funcionamento desde 2012, acumula, no presente, funções de representação, na medida em que a Embaixada em Buenos Aires, cumulativa com o Brasil, encerrou suas atividades em 31/12/2012.

O comércio bilateral apresenta números oscilantes, e demonstra inexistir um padrão estável de trocas comerciais entre os dois países. Em 2009, atingiu a alta histórica de US$ 180 milhões, e, depois de retração de mais de 50% em 2011, ascendeu em 2012 e 2013 para US$ 150 milhões. Em 2014, observou-se novamente forte retração, e o intercâmbio total alcançou pouco menos de US$ 77 milhões, em razão do decréscimo das exportações brasileiras, que caíram de US$ 115 milhões no ano anterior para US$ 43 milhões em 2014.

Em 2014, os principias produtos exportados pelo Brasil foram fumo (32,9% da pauta), carnes (9,5%) e café (8,2%). Mais de ¾ das exportações lituanas compõem-se de obras de ferro ou aço, e os demais produtos não alcançam, cada um, 2,5%, em sua maioria manufaturas ou semimanufaturas.

Em junho de 2013, a Embraer anunciou a venda de dois E-Jets para a *Air Lituanica* durante o Salão Aeronáutico de Paris, dos quais um já foi entregue. A operadora lançou serviços aéreos regulares naquele mesmo mês, com um E170 arrendado da *Estonian Air* e um E175, arrendado da *ECC Leasing Company*, subsidiária integral da Embraer.

A Lituânia tem interesse em exportar pescado para o Brasil. Após intenso intercâmbio de informações técnicas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou missão àquele país, em outubro de 2013, e produziu relatório em que suscitava novas questões. Em maio de 2014, delegação brasileira chefiada pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Pedro Wendler, foi recebida na Embaixada da Lituânia em Copenhague para tratar de assuntos comerciais com o Vice-Ministro da Agricultura, Mindaugas Kuklierius, e a Diretora do Departamento de Exportações do *Enterprise Lithuania*, Jurgita Butkeviciene. Durante o encontro, a parte lituana apresentou relatório em que respondia aos questionamentos do MAPA. Em fevereiro de 2015, o Ministério da Pesca e Aquicultura comunicou formalmente estar a Lituânia dispensada dos procedimentos de equivalência sanitária, o que permitirá ao País iniciar as exportações ao Brasil dos produtos mencionados.

A Lituânia tem outras demandas relativas a pedidos de permissão de exportação de produtos para o Brasil. Estariam em andamento pedidos referentes a laticínios e caracóis comestíveis, e os lituanos pretendem solicitar permissão de exportação para o Brasil de carnes e embutidos.

Foram propostos pelo lado lituano acordos sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e sobre a Transferência de Presos. Acordos da área judiciária

são de interesse lituano em virtude da existência de cidadãos presos no Brasil, em grande parte, por tráfico de drogas. Ambos os acordos estão sob análise do Ministério da Justiça.

Em março de 2015, o Brasil encaminhou ao governo lituano contraproposta de Memorando de Cooperação em Comércio e Investimentos, originalmente apresentado ao Governo brasileiro em fevereiro, o qual prevê a criação de Grupo de Trabalho bilateral.

Em abril de 2015, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia realizou a primeira visita de um Chanceler lituano ao Brasil. Na ocasião, reuniu-se com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e com o Ministro, interino, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho. Em sua passagem por São Paulo, inaugurou oficialmente o Consulado-Geral da Lituânia e liderou missão empresarial em eventos na FIESP e na feira AUTOMEC.

Assuntos consulares

O Brasil mantém um Consulado Honorário em Vílnius. A comunidade brasileira no país é estimada em cerca de dez pessoas, em sua maioria dedicada ao futebol.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais do Governo brasileiro a tomar soberano na Lituânia.

POLÍTICA INTERNA

Desde a independência, as principais forças políticas na Lituânia são: *i*) uma esquerda pós-comunista ainda forte, que atualizou sua doutrina e se beneficia da militância partidária tradicional e dos movimentos de base; *ii*) um movimento de centro-direita baseado no apelo nacionalista, nos valores tradicionais e na força de personalidades; e *iii*) uma considerável parcela do eleitorado inclinada ao voto populista. A dinâmica gerada por estes elementos desemboca num quadro marcado pelo voto de protesto (em quase todas as eleições, o Governo em exercício perdeu) e pela instabilidade (foram 15 Governos desde a independência e apenas o último completou seu mandato até o final de um mesmo período legislativo).

Dois grandes partidos dominam a cena política lituana: o esquerdista Partido Social Democrata Lituano e o conservador União Patriótica. Desde a última década, os Liberais procuram se estabelecer como terceira força, mas seu apoio se limita às populações das grandes cidades.

Ao lado desses "partidos convencionais" figuram os chamados "partidos personalistas", com destaque para o Ordem e Justiça, liderado pelo ex-Presidente Rolandas Paskas (2003-2004, deposto por *impeachment*) e o Partido Trabalhista, do empresário russo Viktor Uspaskich.

A divisão entre "convencionais" e "personalistas" é tão importante na cena política nacional quanto a tradicional "esquerda" *vs*. "direita". Os detratores dos partidos convencionais criticam-nos como grupos encastelados no poder pela corrupção, e os oponentes das agremiações personalistas atacam-nos como populistas e demagogos.

A relação com a Rússia é fator divisivo na política doméstica da Lituânia. A ala política liberal argumenta que, além das práticas agressivas da Gazprom, a Rússia contaria na Lituânia com uma ativa rede de empresários

locais que defenderiam, na verdade, interesses russos. Os políticos liberais consideram que a Rússia interfere em assuntos internos prioritários (energia), ao passo que os setores "pró-russos" declaram que há apenas a tentativa de culpar o país vizinho pelos insucessos do governo.

No sudeste do país, merece destaque a Ação Eleitoral dos Poloneses Lituanos, partido étnico que, embora sem muita projeção nacional, domina as municipalidades lituanas de maioria polonesa (que perfazem 6,6% da população do país).

O atual Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius enfrenta sérios desafios. Não apenas a coalizão de governo é instável, como também tem sido fortemente criticada, desde seu início, pela Presidenta Dalia Grybauskaitė. A Presidenta foi explicitamente contra a participação do Partido Trabalhista na coalizão, com manifestações que chegaram a ser classificadas por parte da imprensa como tentativa de interferir no sistema parlamentar de governo. Grybauskaitė é popular, em especial pelo seu combate à corrupção e pela retórica antirrussa. Logrou reeleger-se à presidência em 25/5/2014, com 57,9% dos votos do segundo turno.

Parlamento

O Parlamento lituano, ou *Seimas*, é composto por 141 representantes, eleito pelo voto direto para mandato de quatro anos. Setenta e um representantes são eleitos em voto distrital de maioria simples. Os demais são eleitos em âmbito nacional por voto proporcional.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa lituana é condicionada pelas relações com os vizinhos (Belarus, Letônia, Polônia e Rússia), bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial a soviética. Com a recuperação da soberania (proclamação da independência em 11/6/1990), o país voltou-se para o Ocidente. Membro da União Europeia (UE) desde 2004, a Lituânia mantém posição fortemente atlanticista e europeísta.

A participação na UE trouxe elemento estabilizador ao país e a opção pela Europa continua a contar com o apoio da maioria da população e dos sucessivos governos. No segundo semestre de 2013, a Lituânia exerceu pela primeira vez a presidência rotativa da UE, e estabeleceu como prioridades de seu termo a segurança energética e a Parceria para o Leste.

O país tem participação ativa nos foros regionais que congregam os países ribeirinhos do Mar Báltico, a exemplo do Conselho Báltico de Ministros, a Assembleia Báltica, o Conselho dos Estados do Mar Báltico e o Nórdico-Báltico 8 (NB-8). A Lituânia procura afirmar-se como país centro-europeu, pela aliança com a Polônia, com quem compartilha laços históricos, religiosos e culturais que remontam à Idade Média. Se bem se tenham deteriorado nos últimos anos, em particular por conta das questões envolvendo a presença de respectivas minorias étnicas no país vizinho, as relações bilaterais polaco-lituanas são fundamentais para Vílnius, que dá sinais claros de tentar dar novo ânimo ao relacionamento bilateral, inclusive mediante a aproximação com o Grupo de Visegrád, que engloba, além da Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia.

As relações com a Rússia são delicadas, não só pelo passado de dominação, mas também pelos eventos recentes na Ucrânia. A localização dos países bálticos torna-os estratégicos para a segurança nacional russa,

particularmente no caso da Lituânia, que detém infraestruturas essenciais para a ligação entre a Rússia e o exclave russo de Kaliningrado, distante 400 km do território russo. O envolvimento da Rússia na crise da Ucrânia, em especial a anexação da Crimeia e o alegado apoio militar russo aos separatistas, reforça a percepção lituana de que a Rússia seria a principal ameaça a sua segurança nacional.

A questão das minorias étnicas recebe exposição alarmista na imprensa lituana, à luz da participação controversa dos representantes da minoria polonesa na coalizão de governo. Na verdade, a minoria russa representa apenas 5,8% da população do país e a minoria polonesa, 6,6% – pouco, se comparadas às minorias russas na Letônia e Estônia, em que representam mais de 25% da população. Mesmo representantes parlamentares da minoria russa afirmam que, desde a independência lituana, a população russófona optou pela cidadania lituana e "recomeçou sua história", de modo que não se detectaria diferença de tratamento em relação a outros cidadãos lituanos.

A preocupação com a política russa para a região motivou o Conselho de Defesa lituano a aprovar aumento do orçamento do Ministério da Defesa para 1,1% do PIB em 2015, com ênfase no aumento de tropas, aquisição de equipamento e armas e incremento na infraestrutura militar. O objetivo é que o orçamento militar alcance 2% do PIB (a meta da OTAN) em 2020. Adicionalmente, a Lituânia aderiu, em setembro, à Força Expedicionária Conjunta da OTAN.

A Lituânia é participante ativa e entusiasta da OTAN, não apenas pelo simbolismo do ingresso das ex-repúblicas soviéticas bálticas na Aliança, mas por se tratar de um dos maiores *defence consumers* da Aliança. Sob a égide da OTAN, caças dos países aliados estacionados na base aérea lituana de Šiauliai patrulham diariamente, desde 2004, o espaço aéreo dos países bálticos. Em 2015, a tarefa está a cargo de Bélgica, Espanha, Itália e Polônia.

A forte dependência energética da Lituânia à Rússia domina a agenda bilateral. A segurança energética do país ficou seriamente comprometida após o fechamento da usina nuclear de Ignalina, exigência para a admissão do país à UE. O encerramento da usina aumentou o grau de dependência do país, que passou a importar algo entre 70 e 80% de sua demanda de eletricidade da Rússia, da qual já importa praticamente todo o gás para consumo interno, a preços mais altos que os cobrados para os demais países da UE. Para os russos, por seu turno, preocupa a dependência de Kaliningrado a infraestruturas lituanas para receber gás e energia. Para contorná-las, a Rússia investe em projetos tais como o da usina nuclear *Baltic* em Kaliningrado e do gasoduto marítimo *Nord Stream*, entre Rússia e Alemanha (com participação majoritária da companhia energética estatal russa Gazprom), que permitirá a conexão com Kaliningrado sem passar por território lituano.

O embargo russo à importação de produtos agrícolas e alimentícios de países da UE também gerou grande preocupação na Lituânia. Em setembro, relatório do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) concluiu que a economia lituana deverá ser a mais afetada pelo embargo, no ambiente europeu, dado que a exportação para a Rússia representa 2,7% do PIB lituano, e que, em alguns setores como a hortifruticultura, o mercado russo chega a representar ¾ do total exportado. O governo lituano aprovou um plano de ação para minorar o impacto do embargo, que prevê a diversificação geográfica das exportações, por meio do apoio das autoridades lituanas na identificação de novos mercados e parceiros, a facilitação do acesso a recursos financeiros e o fortalecimento da representação econômica no exterior.

ECONOMIA

A Lituânia transformou com êxito sua economia após a independência. Em 2014, o PIB PPP *per capita* alcançou US$ 24,550, acima dos índices de Letônia e Polônia e pouco abaixo da Estônia. A Lituânia posicionou-se como a 80.ª economia mundial em 2013. O país, ademais, apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas, que evoluiu de 0,696, em 1995, para 0,834 (alto desenvolvimento humano).

A crise financeira atingiu o país com particular severidade: em 2009, o PIB contraiu-se em -14,7%. O governo lituano aplicou política de austeridade que logrou boa recuperação: registrou crescimento do PIB de 1,3% em 2010, 6% em 2011, 3,7% em 2012, 3,3% em 2013 e 2,9% em 2014. Em poucos anos a Lituânia, como os demais países da região báltica, deixou de ter um dos piores resultados econômicos da UE para converter-se em modelo de sucesso das receitas orçamentárias e reformas estruturais ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela UE.

No primeiro minuto do dia 1/1/2015, o Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius liderou evento de celebração da adesão ao euro pela Lituânia. Em seu discurso, o Premiê considerou o euro como um garante da segurança política e econômica do país. Também presente no evento, o Ministro das Finanças Rimantas Sadzius lembrou que a adesão à moeda europeia concluiu a lista de objetivos da Lituânia quando se tornou independente: aderir à OTAN, à UE e ao euro.

Apesar das celebrações, as expectativas sobre o impacto da entrada na zona do euro são modestas. A Chancelaria lituana divulgou, no final de dezembro, mensagem de tom austero, em que reconhecia que a zona do euro está em dificuldades, com ameaça de deflação, alto índice de desemprego e razão dívida-PIB de mais de 90%. Por outro lado, afirmou que o euro facilitará o acesso do sistema bancário e financeiro do país a fundos do Banco Europeu, atrairá investidores, reduzirá o custo do crédito para o governo e promoverá o

comércio com o resto da Europa, o que é especialmente relevante neste momento de sanções contra a Rússia.

Ao entrar para o euro, a Lituânia precisará lidar com restrições financeiras e econômicas, que podem afetar as taxas de crescimento anual. Mais uma vez, porém, conforme ressaltado pelo Primeiro-Ministro, pela Chancelaria e por comentaristas lituanos, a motivação para aderir não é econômica, mas sim de segurança nacional.

Para alcançar os índices macroeconômicos que permitissem a adesão ao euro, a economia lituana recuperou-se da crise de 2008 e tem apresentado bom ritmo de crescimento. Permanece, porém, o desafio – para a sociedade e a economia lituanas – do decréscimo populacional. A taxa de natalidade na Lituânia vem diminuindo continuamente desde 1991 e, em 2014, chegou a apenas 1,29. No mesmo período, prossegue forte movimento de emigração. De acordo com o órgão oficial de estatística do país, mais de 39 mil cidadãos emigraram em 2013 e, desde 1990, deixaram o país 788 mil lituanos, quase 25% da população.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1009	Primeira menção histórica à Lituânia
Séc. IX	Incursões vikings
Séc. XII	Invasões mútuas entre Polônia e Lituânia
1236	Papa declara cruzada contra a Lituânia
1241	Invasões mongóis
1251	Mindaugas, governante da Lituânia, se converte ao cristianismo
1359	Lituânia captura Kiev
1370	Invasão lituana do Grão-Ducado de Moscou
1385	Conversão da Lituânia ao catolicismo
1410	Lituânia derrota Ordem dos Cavaleiros Teutônicos
1413	Lituânia é incorporada à Polônia
1503	Um terço do território lituano é cedido à Rússia
1569	União de Lublin forma a Comunidade Polono-Lituana
1655-61	Guerras Nórdicas: parte da Lituânia é ocupada pela Suécia
1795	Terceira partilha da Polônia: Lituânia é incorporada à Rússia e Prússia
1864	Russificação: idioma lituano é banido das escolas
1867	Início da emigração lituana: 20% da população deixaria o país até 1914
1905	'Grande Parlamento de Vílnius' reclama autonomia para a Lituânia
1915	Ocupação alemã
1918	Proclamação da independência (16/2)
1920	Admissão à Liga das Nações
1926	Golpe militar derruba governo
1940	Ocupação soviética; anexação à URSS (3/8)
1941	Ocupação nazista (24/6)
1944	Reocupação soviética (13/7)
1989	"Via Báltica": lituanos, letões e estonianos dão as mãos por 600 km
1990	Soviete Supremo da Lituânia proclama Restauração da Soberania (11/3)
1991	Referendo pela independência: 93% sim (9/2)
1993	Retirada das últimas tropas russas (31/8)
2004	Admissão à UE e à OTAN
2015	Admissão à zona do euro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1866	Chegada dos primeiros imigrantes lituanos
1921	Brasil reconhece a independência da Lituânia (9/12)
1932	Acordo Comercial (11/11)
1937	Acordo Comercial Provisório (28/9)
	Tratado de Extradição (28/9)
1961	Presidente Jânio Quadros determina fechamento da Legação lituana no Rio de Janeiro; Representantes continuam a exercer funções consulares
2002	Visita do Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer (novembro)
	Acordo, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos (4/11)
2008	Visita do Presidente Valdas Adamkus (julho)
	Acordo sobre Cooperação na Área Cultural (16/7)
2011	I Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (11/4)
	Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (11/4)
2012	Visita da Presidenta Dalia Grybauskaitė para a Rio+20 (junho)
	Abertura do Consulado-Geral em São Paulo (dezembro)
2013	Embraer anuncia venda de aeronaves à *Air Lituanica* (junho)
	Reunião entre o Secretário-Executivo do MDIC e delegação lituana em Copenhague (outubro)
2015	Lituânia apresenta propostas de Acordos de Cooperação Econômica, Assistência Mútua em Matéria Penal, sobre Transferência de Presos e para Evitar Dupla Tributação (janeiro)
	Ministério da Pesca e Aquicultura autoriza importação de pescados de origem lituana (fevereiro)
	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Linas Linkevicius (abril)

ATOS BILATERAIS

Título	*Celebração*	*Entrada em vigor*	*Publicação no DOU*
Tratado de Extradição	28/9/1937	19/6/1939	19/8/1939
Acordo sobre Isenção de Vistos	4/11/2002	25/10/2008	13/1/2009

Acordo sobre Cooperação na Área Cultural	16/7/2008	28/4/2010	6/10/2010

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

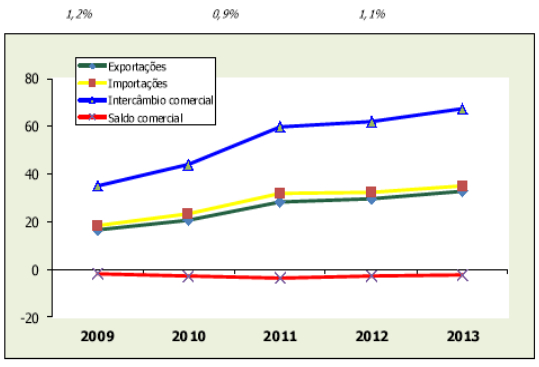
Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 4

Origem do PIB	
Agricultura	3,7%
Indústria	28,3%
Serviços	68,0%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US$ 446 milhões
Saldo da balança comercial de bens	US$ - 2,21 bilhões
Reservas internacionais	US$ 7,8 bilhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	0,52%
Câmbio (LTL / US$)	2,76

Evolução do comércio exterior
US$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	16,50	18,34	34,84	-1,84
2010	20,81	23,38	44,19	-2,56
2011	28,07	31,80	59,87	-3,73
2012	29,65	32,24	61,89	-2,58
2013	32,60	34,81	67,41	-2,21
2013(jan-set)	23,94	25,89	49,84	-1,95
2014(jan-set)	24,24	26,13	50,37	-1,90
Var. % 2009-2013	**97,6%**	**89,8%**	**93,5%**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(n.c.) Dado não calculado.



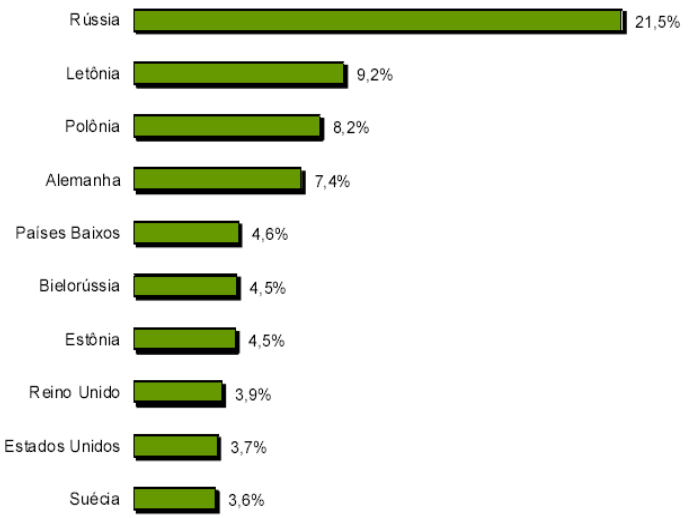
O comércio exterior da Lituânia apresentou, em 2013, crescimento de 93,5% em relação a 2009, de US$ 34,84 bilhões para US$ 67,41 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2013, a Lituânia figurou como o 63º mercado mundial, sendo o 61º exportador e o 63º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando em 2013 saldo negativo de US$ 2,21 bilhões. Entre janeiro e setembro de 2014, as trocas comerciais da Tunísia aumentaram 1,1%, refletindo crescimento de 1,2% nas exportações e de 0,9% nas importações.

Direção das Exportações
US$ bilhões

Descrição	2014 jan-set	Part.% no total
Rússia	5,20	21,5%
Letônia	2,24	9,2%
Polônia	1,98	8,2%
Alemanha	1,78	7,4%
Países Baixos	1,11	4,6%
Bielorússia	1,10	4,5%
Estônia	1,08	4,5%
Reino Unido	0,94	3,9%
Estados Unidos	0,89	3,7%
Suécia	0,86	3,6%
...		
Brasil	***0,029***	***0,1%***
Subtotal	**17,21**	**71,0%**
Outros países	**7,03**	**29,0%**
Total	**24,24**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais destinos das exportações



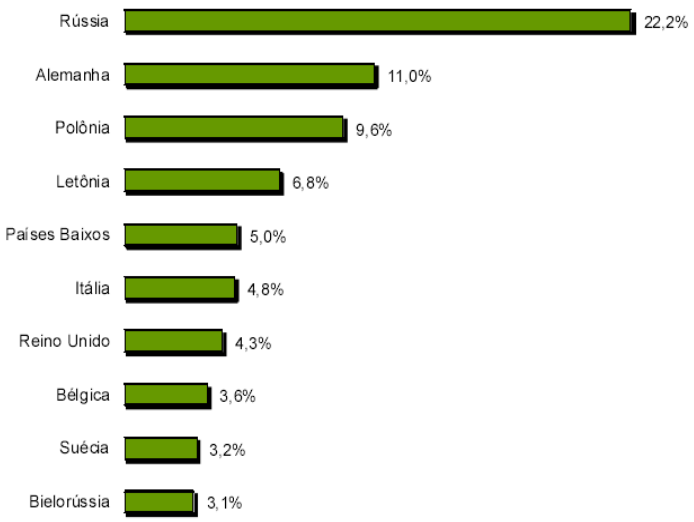
As vendas da Lituânia são direcionadas em grande parte aos vizinhos da Europa, que absorveram 87,6% do total entre janeiro e setembro de 2014; seguidos do continente americano com 4,9% e da Ásia com 2,3%. Individualmente, a Rússia foi o principal destino das vendas lituanas com 21,5% do total no período em 2014. Seguiram-se: Letônia (9,2%); Polônia (8,2%); Alemanha (7,4%); e Países Baixos (4,6%). O Brasil posicionou-se no 47º lugar entre os compradores da Lituânia com 0,1% do total.

Origem das Importações
US$ bilhões

Descrição	2014 jan-set	Part.% no total
Rússia	5,80	22,2%
Alemanha	2,86	11,0%
Polônia	2,51	9,6%
Letônia	1,78	6,8%
Países Baixos	1,29	5,0%
Itália	1,26	4,8%
Reino Unido	1,13	4,3%
Bélgica	0,95	3,6%
Suécia	0,83	3,2%
Bielorússia	0,80	3,1%
...		
Brasil	***0,024***	***0,1%***
Subtotal	**19,22**	**73,6%**
Outros países	**6,91**	**26,4%**
Total	**26,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais origens das importações



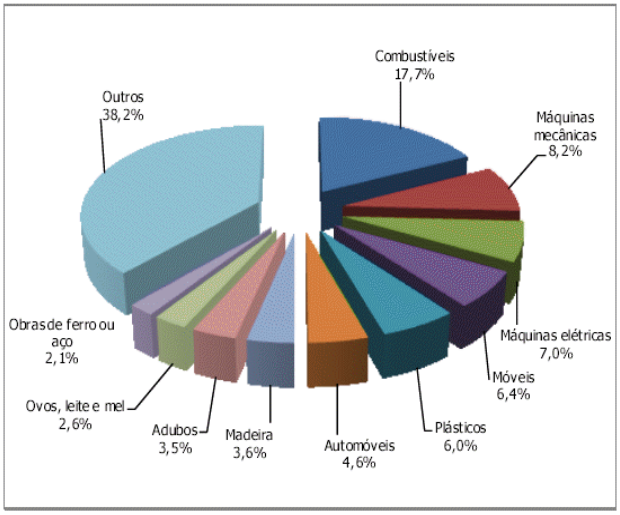
Os países vizinhos da Europa são também os principais abastecedores do mercado lituano. Entre janeiro e setembro de 2014, somaram 91,5% do total, seguidos dos países da Ásia com 6,1% e da América com 1,6%. Individualmente, a Rússia foi o principal fornecedor de bens a Lituânia com 22,2% do total. Seguiram-se: Alemanha (11,0%); Polônia (9,6%); e Letônia (6,8%). O Brasil posicionou-se no 40º lugar entre os fornecedores do mercado lituano com 0,1% do total.

Composição das exportações
US$ bilhões

Descrição	2014 jan-set	Part.% no total
Combustíveis	4,28	17,7%
Máquinas mecânicas	1,99	8,2%
Máquinas elétricas	1,70	7,0%
Móveis	1,56	6,4%
Plásticos	1,46	6,0%
Automóveis	1,12	4,6%
Madeira	0,88	3,6%
Adubos	0,84	3,5%
Ovos, leite e mel	0,63	2,6%
Obras de ferro ou aço	0,51	2,1%
Subtotal	**14,97**	**61,8%**
Outros	**9,27**	**38,2%**
Total	**24,24**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais grupos de produtos exportados



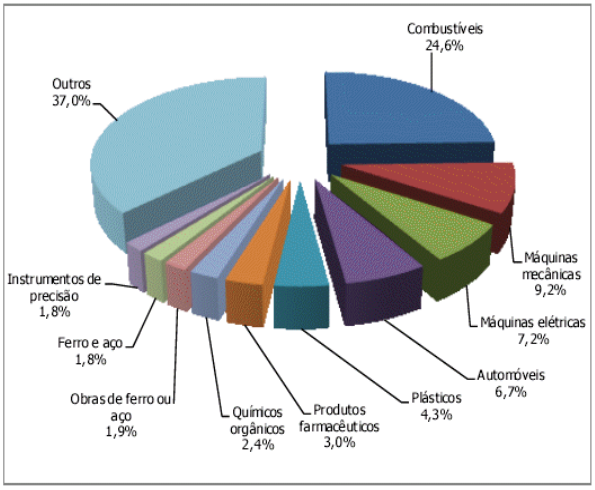
A pauta das exportações da Lituânia é diversificada. Entre janeiro e setembro de 2014, combustíveis (óleo de petróleo refinado) foram os produtos mais exportados, representando 17,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (impressoras, computadores, máquinas e aparelhos para trabalhar borracha ou plásticos ou para fabricação de produtos dessas matérias, válvulas e torneiras, ar-condicionados) com 8,2%; máquinas elétricas (fios e cabos, discos, fitas, dispositivos de armazenamento de dados, não volátil, à base de semicondutores, "cartões inteligentes", aparelhos de telefonia, circuitos impressos) com 7,0%; móveis (6,%); plásticos (6,0%).

Composição das importações
US$ bilhões

Descrição	2014 jan-set	Part.% no total
Combustíveis	6,43	24,6%
Máquinas mecânicas	2,41	9,2%
Máquinas elétricas	1,89	7,2%
Automóveis	1,75	6,7%
Plásticos	1,13	4,3%
Produtos farmacêuticos	0,79	3,0%
Químicos orgânicos	0,62	2,4%
Obras de ferro ou aço	0,50	1,9%
Ferro e aço	0,48	1,8%
Instrumentos de precisão	0,47	1,8%
Subtotal	**16,45**	**63,0%**
Outros	**9,68**	**37,0%**
Total	**26,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais grupos de produtos importados



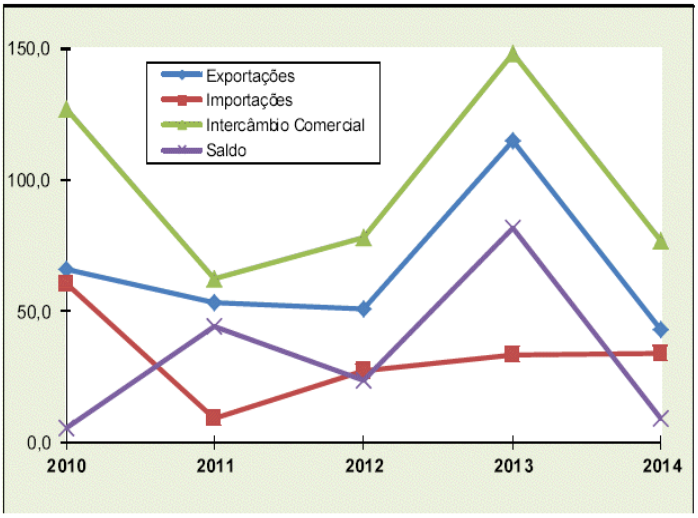
A pauta das importações da Lituânia apresentou-se concentrada em combustíves e bens com alto valor agregado. Entre janeiro e setembro de 2014, combustíveis (óleo de petróleo em bruto, óleo de petróleo refinado e gases de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representou 24,6% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (impressoras, computadores, máquinas e aparelhos para trabalhar borracha ou plásticos ou para fabricação de produtos dessas matérias, válvulas e torneiras, refrigeradores, congeladores, máquinas e aparelhos com função própria, centrífugas, ar-condicionados) com 9,2%; máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de telefonia, aparelhos de TV, circuitos integrados eletrônicos, aparelhos para interrupção e conexões de circuitos elétricos) com 7,2%; automóveis (carros de passeio, incluindo os "station wagon", partes e acessórios para veículos motores, caminhões e veículos para transporte de mercadorias, tratores, trailers) com 6,7%; plásticos (4,3%).

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2010	66,2	-62,4%	60,4	(+)	126,6	-29,4%	5,7
2011	53,2	-19,6%	9,3	-84,6%	62,5	-50,6%	43,9
2012	50,5	-5,1%	27,2	191,7%	77,7	24,2%	23,4
2013	114,8	127,3%	33,5	23,2%	148,3	90,9%	81,4
2014	42,9	-62,6%	34,0	1,7%	77,0	-48,1%	8,9
Var. % 2010-2014	**-35,1%**		**-43,7%**		**-39,2%**		**n.c.**

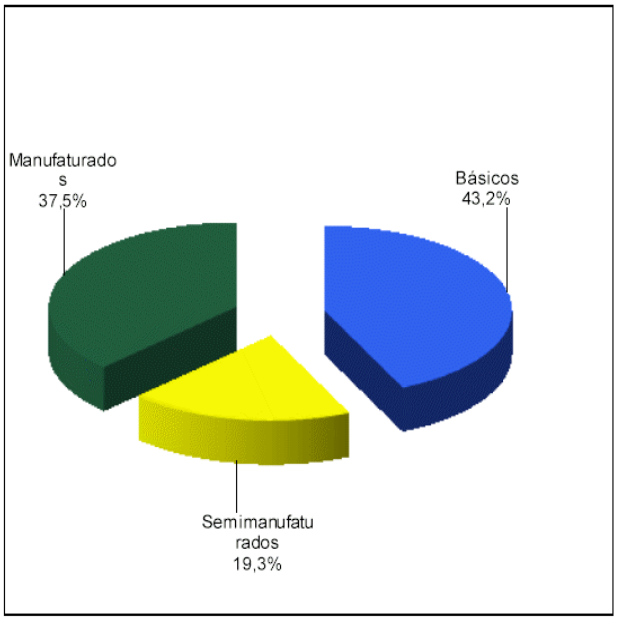
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado.

A Lituânia foi o 109º parceiro comercial brasileiro em 2014. Entre 2010 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 39,2%, de US$ 126,6 milhões para US$ 77 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 35,1% e as importações, 43,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, registrou superávit de US$ 8,9 milhões em 2014.



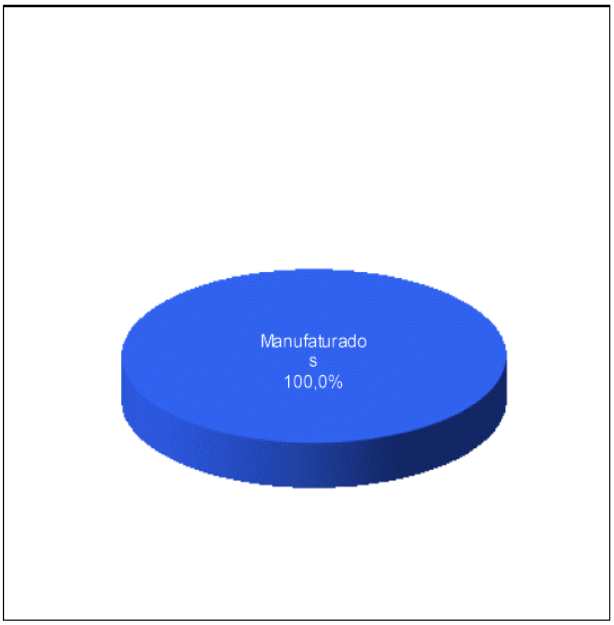
Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2014

Exportações



As exportações brasileiras para a Lituânia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 43,2% do total em 2014, com destaque para fumo e carne. Os produtos manufaturados posicionaram-se em seguida com 37,5% (máquinas mecânicas e café solúvel) e os produtos semimanufaturados (açucar de cana) com 19,3%.

Importações



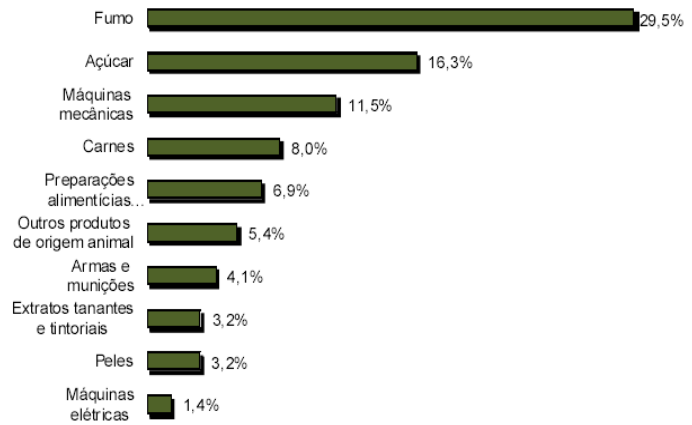
Os produtos manufaturados totalizaram as importações brasileiras procedentes da Lituânia em 2014, representados, sobretudo, por obras de ferro ou aço.

Composição das exportações brasileiras
US$ milhões, fob

Descrição	2012	2013	2014	
			Valor	Part. % no total
Fumo	14,3	11,8	12,7	29,5%
Açúcar	16,5	66,4	7,0	16,3%
Máquinas mecânicas	1,5	9,7	4,9	11,5%
Carnes	1,2	1,5	3,4	8,0%
Preparações alimentícias diversas	3,5	3,2	3,0	6,9%
Outros produtos de origem animal	2,7	3,1	2,3	5,4%
Armas e munições	0,3	0,0	1,8	4,1%
Extratos tanantes e tintoriais	1,9	1,4	1,4	3,2%
Peles	2,8	3,3	1,4	3,2%
Máquinas elétricas	0,3	0,3	0,6	1,4%
Subtotal	**44,9**	**100,7**	**38,5**	**89,7%**
Outros produtos	**5,6**	**14,1**	**4,4**	**10,3%**
Total	**50,5**	**114,8**	**42,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



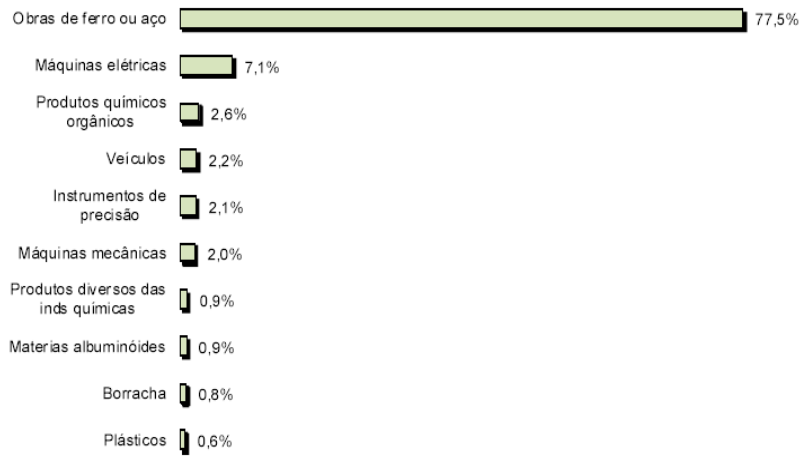
Fumo (tipo virgínia, tipo "burley" e outros produtos do fumo e seus sucedâneos, manufaturados) foi o principal produto brasileiro exportado para a Lituânia. Em 2014, fumo representou 29,5% do total das vendas. Seguiram-se: açúcar (outros açúcares de cana) com 16,3%; máquinas mecânicas (aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, máquinas para fender/seccionar/desenrolar madeira, partes de fornos industriais ou de laboratório não elétricos, juntas de vedação mecânicas) com 11,5%; carnes (carnes de bovino congeladas) com 8,0%; preparações alimentícias diversas (café solúvel) com 6,9%; outros produtos de origem animal (produtos de origem animal impróprios para alimentação humana e tripas de bovinos) com 5,4%.

Composição das importações brasileiras
US$ milhões, fob

Descrição	2012	2013	2014	
			Valor	Part. % no total
Obras de ferro ou aço	0,54	0,97	26,38	77,5%
Máquinas elétricas	2,22	1,95	2,42	7,1%
Produtos químicos orgânicos	1,45	1,80	0,87	2,6%
Veículos	0,51	0,95	0,75	2,2%
Instrumentos de precisão	0,83	0,79	0,73	2,1%
Máquinas mecânicas	0,48	24,86	0,67	2,0%
Produtos diversos das inds químicas	0,18	0,20	0,31	0,9%
Materias albuminóides	0,35	0,33	0,30	0,9%
Borracha	0,24	0,39	0,27	0,8%
Plásticos	0,10	0,23	0,21	0,6%
Subtotal	**6,9**	**32,5**	**32,9**	**96,7%**
Outros produtos	**20,3**	**1,0**	**1,1**	**3,3%**
Total	**27,2**	**33,5**	**34,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



A pauta das importações brasileiras originárias da Lituânia é concentrada. Em 2014, o grupo de produtos - obras de ferro ou aço - foram os principais produtos importados pelo Brasil e representaram 77,5% do total, seguidos de máquinas elétricas (quadros com aparelhos interruptores de circuito elétrico, aparelhos de radionavegação, jogos de fios para velas de ignição, partes de aparelhos de telefonia) com 7,1%.

Aviso nº 230 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 38, DE 2015

(Nº 187/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Os méritos do Senhor Antonio José Ferreira Simões que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

EM nº 00200/2015 MRE

Brasília, 8 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES*
CPF.: 548.539.407-82
ID.: 8112 MRE

1960	Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1981	CPCD - IRBr
1985	Direito pela Universidade de Brasília/DF
1988	CAD - IRBr
2001	CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica
Cargos:	
1982	Terceiro-Secretário
1986	Segundo-Secretário
1993	Primeiro-Secretário, por merecimento
1998	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe, merecimento
Funções:	
1983-86	Divisão de Política Comercial, assistente
1986-90	Delegação do Brasil em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1989	Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Cairo, Chefe da delegação
1990-93	Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1990	Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Santiago, Chefe da delegação
1993	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1993-95	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
1995	Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
1995-99	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1999-2001	Núcleo de Coordenação da ALCA, Chefe
1999	II Reunião reconvocada do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Miami, Chefe da delegação
1999	III Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Cochabamba, Chefe da delegação
2000	Comitê Intergovernamental da Sociedade Civil da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001	Comitê de Assuntos Institucionais da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001-03	Coordenação-Geral para as Negociações da Área de Livre Comércio das Américas, Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral
2003-05	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2005-06	Secretário de Planejamento Diplomático, Chefe
2006-08	Departamento de Energia, Diretor
2007	I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, Chefe da delegação
2008-10	Embaixada em Caracas, Embaixador
2009-11	LXXVIII a LXXXV Reuniões Ordinárias do Grupo Mercado Comum, Assunção, Brasília, Buenos Aires e Montevidéu, Chefe da delegação
2010-	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário-Geral
2010-15	Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC
2010-13	Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional
2010	Reunião de Altos Funcionários e Reunião de Chanceleres da Cúpula da Unidade da América Latina e do

	Caribe, Cancun, Chefe da delegação
2010	Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti
2011	Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Haiti, Nova York, Chefe de Delegação
2011	Reuniões de Coordenadores Nacionais da CELAC, Chefe de Delegação. (2011-2015)
2013	Representante do Ministério das Relações Exteriores no Encontro Nacional de Comércio Exterior - ENAEX 2013. Rio de Janeiro.
2013	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Paramaribo, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Puerto Ayora, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Prioridades e Estratégias da UNASUL, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Brasília, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Visão Estratégia da UNASUL, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Guaiaquil, Chefe de Delegação.
2015	Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da CELAC, São José da Costa Rica, Chefe de Delegação.
Condecorações:	
1998	Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
2001	Medalha do Pacificador, Brasil
2003	Ordem ao Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2010	Ordem Francisco de Miranda, Generalíssimo
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
Publicações:	
2001	O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
2002	A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
2003	Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
2007	"Biofuels will help fight hunger", International Herald Tribune, Nova York
2011	"Integração: sonho e realidade na América do Sul", FUNAG, Brasília
2012	"Eu sou da América do Sul", FUNAG, Brasília.

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

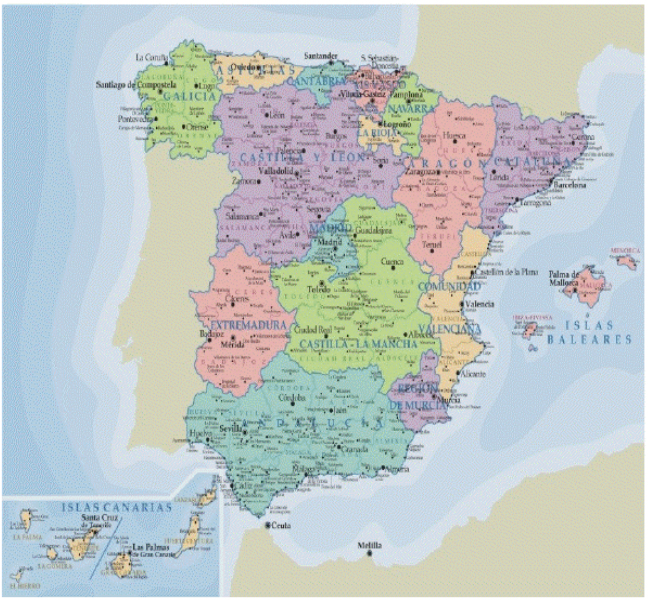
Departamento da Europa

Divisão da Europa I

ESPANHA







Informação para o Senado Federal

OSTENSIVA

Março de 2015

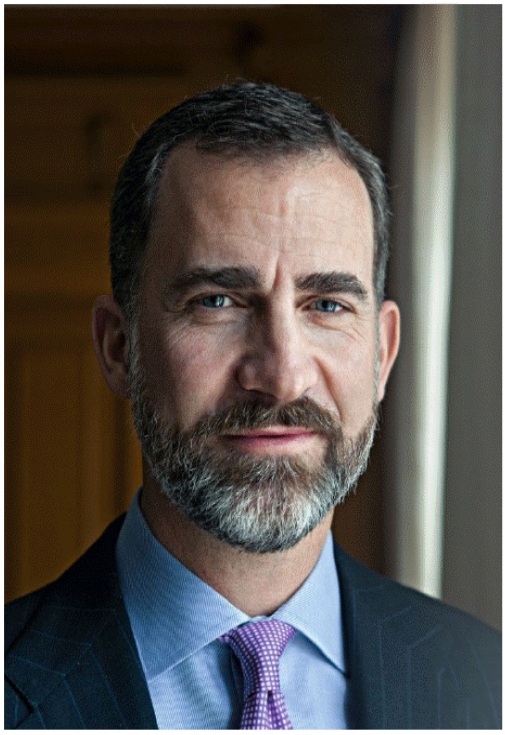
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Espanha
CAPITAL	Madri
ÁREA	505.370 km^2
POPULAÇÃO	47 milhões de habitantes
IDIOMAS	Castelhano, catalão, galego, valenciano, basco e aranês
RELIGIÃO	Católica Romana (94%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentar
LEGISLATIVO	Bicameral: Cogresso dos Deputados (*Congreso de los Diputados*) e Senado (*Senado*)
CHEFE DE ESTADO	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente do Governo Mariano Rajoy (desde 2011)
CHANCELER	José Manuel García-Margallo (desde 2011)
PIB nominal	US$ 1,459 trilhão (Brasil: US$ 2,4 trilhões)
PIB PPP (est. 2014, FMI)	US$ 1,466 trilhão (Brasil: US$ 2,3 trilhões)
PIB nominal *per capita* (est. 2014, FMI)	US$ 31.215 (Brasil: US$ 12.788)
PIB PPP *per capita*	US$ 31.375 (Brasil: US$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1.31% (2014); -1.22% (2013); -1,64% (2012); 0,05% (2011); -0,2 (2010); -3,7 (2009); 0,9 (2008)
IDH	0,885 - 23º lugar (Brasil: 0,744/79º)
EXPECTATIVA DE VIDA	81,6 anos (Brasil: 73,8)
ALFABETIZAÇÃO	97,9% (Brasil: 90,3%)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Manuel de la Cámara Hermoso
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	81.132 (segundo Instituto Nacional de Estatística da Espanha)

Brasil-Espanha	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	**3.761,5**	**5.319,8**	**6.546,5**	**4.619,3**	**6.667,5**	**8.004,5**	**7.206,9**	**8.032,5**	**7.165**
Exportações	2.330,4	3.476,3	4.074,5	2.663,7	3.893,8	4.705,5	3.663,4	3.546,2	3.255
Importações	1.431,1	1.843,5	2.472,1	1.955,6	2.773,7	3.299,0	3.543,4	4.486,3	3.910
Saldo	**899,3**	**1.632,8**	**1.602,4**	**708,1**	**1.120,1**	**1.406,5**	**120,0**	**-940,1**	**-655**

PERFIS BIOGRÁFICOS

Felipe VI
Rei da Espanha



Dom Felipe de Borbón y Grecia nasceu em Madri, a 30 de janeiro de 1968. Graduado em Direito pela Universidade Autônoma de Madri, também conta com formação em pilotagem de helicópteros pela Academia Aeronáutica de San Javier. Em 1995, concluiu Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos.

Na condição de Príncipe de Astúrias, realizou uma série de visitas internacionais, com papel muito ativo na promoção dos interesses econômico-comerciais da Espanha. Atuou também com protagonismo na difusão da língua espanhola.

Com a abdicação de seu pai, o Rei Juan Carlos I, em 18 de junho de 2014, tornou-se Rei da Espanha, assumindo o nome de Felipe VI.

Mariano Rajoy
Presidente do Governo da Espanha



Nasceu em Santiago de Compostela, na Galícia, em 27 de março de 1955.

Após a conclusão do curso de Bacharel em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, aos 23 anos, tornou-se o mais jovem notário público da Espanha. Aos 26 anos, foi eleito Deputado para o Parlamento local da Galícia pela Aliança Popular (atual Partido Popular). Em 1983, foi eleito vereador em Pontevedra (Galícia). Foi eleito deputado nacional em todas das eleições legislativas desde 1986.

Em 1996, dirigiu a campanha de José Maria Aznar à Presidência de Governo da Espanha. Após a vitória, chefiou diversos ministérios: Administrações Públicas (1996-1999), Educação e Cultura (1999-2000), Interior (2001-2002), Porta-Voz e Ministro da Presidência (2002-2003).

Em 2004, tornou-se Presidente do Partido Popular e líder da oposição no Congresso dos Deputados. Nessa condição, foi candidato à Presidência do Governo nas eleições de 2004 e 2008. Novamente candidato em 2011, foi eleito e tomou posse como Presidente do Governo em 21 de dezembro do mesmo ano.

José Manuel García-Margallo y Marfil
Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação



Nasceu a 13 de agosto de 1944, em Madri. É bacharel em Direito pela Universidade de Deusto (1965), mestre em Direito pela Universidade de Harvard (1972) e doutor em Direito pela Universidade Miguel Hernández (2002). Tornou-se Inspetor de Finanças em 1968. Elegeu-se Deputado em 1977 e desempenhou a função de Diretor-Geral de Desenvolvimento Comunitário do Ministério da Cultura entre 1977 e 1979. Foi Presidente da Comissão de Petições do Congresso entre 1979 e 1982. Ocupou o cargo de Porta-voz de Economia e Fazenda nos períodos 1986-1989; 1989-1993 e 1993-1994. A partir de 1990 passou, também, a advogar.

Foi eleito Eurodeputado pelo Partido Popular para o período entre 1994 e 2011. No Parlamento Europeu, exerceu as funções de Vice-Presidente da Subcomissão de Assuntos Monetários (1994-1999); Vice-Presidente da Delegação para América Central e Cuba (1994-2004); e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e Monetários (1999-2004).

Em 21 de dezembro de 2011, foi nomeado Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se, formalmente, com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve um estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX, e pela elevação a embaixada da Legação do Brasil na Espanha, em 1933.

Além dos vínculos históricos, culturais e políticos, a relação bilateral beneficiou-se, a partir da década de 1990, dos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico continua a representar o eixo mais importante da relação e, em momento de crise econômica espanhola, o Brasil representa uma das principais fontes de resultados positivos para as grandes empresas espanholas.

Apesar de denso, o relacionamento Brasil-Espanha ressentia-se da inexistência de foro estruturado de consultas, que ajudasse a planejar, coordenar, acompanhar e balizar a relação entre os dois países. Em 2003, por ocasião da visita do então Presidente de Governo José María Aznar ao Brasil, foi assinado "Acordo de Parceria Estratégica", que previa o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de diversos grupos de trabalho. Da mesma forma, em 2005, foi adotado "Plano de Ação", que previa reuniões anuais dos Presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das Chancelarias, e encontros em diversos níveis da administração pública.

Durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012, foi criado mecanismo de consultas, que dinamizou o diálogo político e garantiu mais rápida avaliação relação bilateral. Durante a visita do Ministro Luiz Alberto Figueiredo a Madri, em março de 2014, inaugurou-se a Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha – fórum regular de consultas entre os Chanceleres de ambos os países.

O diálogo político beneficia-se da convergência na maioria dos temas da agenda internacional. Há, ainda, espaço para melhor coordenação política e maior troca de informações sobre América Latina e Europa.

Na esfera bilateral, há possibilidades efetivas de cooperação em educação; ciência, tecnologia e inovação; no âmbito técnico e humanitário; e nas áreas jurídica e policial.

Cooperação Educacional

A cooperação educacional entre Brasil e Espanha apoia-se em três pilares: (i) os numerosos convênios bilaterais diretos entre

universidades brasileiras e espanholas; (ii) acordo para concessão de bolsas entre a CAPES e a Fundação Carolina; e, mais recentemente, (iii) o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Em fevereiro de 2012, chegou à Espanha o primeiro grupo de estudantes brasileiros bolsistas do programa CsF. Na primeira grande chamada de graduação do CsF para a Espanha, para o ano letivo 2012/2013, foram mais de 1.600 bolsistas.
Desde a primeira edição do programa até o início de 2015, entre graduação, doutorado sanduíche e doutorado pleno, foram concedidas 4.408 bolsas em 44 universidades espanholas. A Espanha ocupa o 5º lugar como destino de estudantes brasileiros do programa.

Os acordos diretos de intercâmbio de professores e alunos entre Universidades brasileiras e espanholas assumem diversas formas, sendo as principais por intermédio do Programa Erasmus Mundus e aquelas resultantes das atividades do Grupo Tordesillas (que inclui Portugal). As áreas mais destacadas de tais acordos são engenharias e humanidades.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mantém com a Fundação Carolina, desde 2010, acordo para a concessão de bolsas de parte a parte, sobretudo nas modalidades de pós graduação sanduíche. Desde o início das atividades da Fundação Carolina, em 2001, foram concedidas 1.190 bolsas para brasileiros. A Fundação também reserva, dentro de suas convocatórias anuais de bolsas para cidadãos latino-americanos, cerca de 30 bolsas para professores brasileiros.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I)

Em 2008, foi assinado Plano de Ação em Ciência e Tecnologia, com as seguintes áreas relevantes identificadas por centros de tecnologia brasileiros e espanhóis: tecnologia da informação, nanotecnologia e nanomedicina, engenharia biomédica, biotecnologia, pesquisa biomédica translacional, energias renováveis e biocombustíveis, agricultura e pecuária, hidrogeologia, atividades aeroespaciais, tecnologias em matéria de saúde e cooperação entre museus e centros de ciências.

A cooperação em nanotecnologia ganhou especial impulso, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012. Seus primeiros resultados foram: i) a participação de 16 pesquisadores de diferentes Universidades e Centros de Pesquisa brasileiros no "Workshop Brasil-INL de Nanotecnologia", na sede do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, localizado na cidade de Braga (Portugal), em abril de 2012; e ii) a participação brasileira na mais recente reunião (Salamanca, março de 2013) da "Latin Laser Lab", rede de pesquisadores latino-americanos e europeus para o

desenvolvimento científico e tecnológico de lasers ultrapequenos e ultrarrápidos.

Cooperação Técnica e Humanitária

A cooperação trilateral entre Brasil e Espanha é gerenciada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela "Agencia Española de Cooperación Internacional al Desarrollo" (AECID).

Destacam-se os seguintes projetos e ações, alguns já concluídos: (a) Cooperação Técnica Brasil-Espanha em Benefício da Bolívia, nas áreas de Água Potável e Esgotamento Sanitário; (b) Projeto de Reflorestamento da Bacia do Mapou, no Haiti; (c) Fortalecimento Institucional da Procuradoria-Geral do Uruguai; (d) Ação Humanitária em Cuba, Haiti e Honduras, com doação de alimentos após a ocorrência de furacões; e (e) Doações de alimentos provenientes de estoques públicos brasileiros, no âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a países africanos em situação de grave insegurança alimentar.

Em setembro de 2013, o Diretor da ABC reuniu-se em Brasília com delegação da AECID, encontro que procurou relançar as bases da cooperação entre os dois países, com mudança do paradigma tradicional "norte-sul" para cooperação na qual os dois países atuem no mesmo nível.

Cooperação Jurídica e Policial

O Brasil possui longa tradição histórica de cooperação em matérias jurídicas com a Espanha. O primeiro Tratado bilateral de Extradição foi firmado em 1872 vigorou até 1914.

Atualmente, os principais instrumentos em vigor são: i) Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal, firmado em 2006; ii) Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, firmado em 1989; iii) Tratado sobre Transferência de Presos, firmado em 1996.

Brasil e Espanha desenvolvem crescente trabalho também na área de cooperação policial e combate à criminalidade. Foi estabelecido, em 2011, Oficialato de Ligação na Espanha e, em 2012, Representação Policial na Embaixada do Brasil em Madri.

As iniciativas visam a intensificar a cooperação no combate aos ilícitos transnacionais e em outros temas bilaterais como colaboração em atividades de inteligência.

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil na Espanha é ampla, contando com três postos (Embaixada e Consulado-Geral em Madri e Consulado em Barcelona) e treze Consulados Honorários (Las Palmas de Gran Canaria,

Málaga, Santander, Sevilha, Tarragona, Valencia, Tenerife, Granada, Santiago de Compostela, Alicante, Palma de Mallorca, San Sebastián e Bilbao).

Segundo o Instituto Nacional de Estadística (INE), 81.132 brasileiros residiam, de forma regular ou não, na Espanha em 2014. O tamanho da comunidade brasileira nesse país atingiu um pico em 2009, com 126.185 pessoas e, nos últimos anos, vem diminuindo continuamente, em razão da redução de oportunidades de trabalho e da menor oferta de serviços de saúde pública para migrantes em situação irregular. O perfil socioeconômico dos imigrantes brasileiros é variado, destacando-se trabalhadores não-manuais em atividades de rotina (27,9%), trabalhadores domésticos (21,2%), estudantes (13,4%) e assalariados em atividade qualificada (9,5%).

Até 2012, a inadmissão de brasileiros foi o principal tema de vertente consular das relações Brasil-Espanha. A fim de equacionar a questão, realizou-se, no mesmo ano, em Madri, a Reunião Bilateral sobre Assuntos Migratórios, quando se obteve a facilitação de procedimentos de entrada. A partir de então, há intercâmbio constante entre autoridades consulares de ambos os países e compartilhamento de informações sobre novos requisitos de ingresso. Em razão dessas medidas, o número de inadmissões tem-se reduzido significativamente.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Espanha.

POLÍTICA INTERNA

A Espanha é uma monarquia com sistema parlamentarista de governo. O Parlamento é denominado "Cortes Gerais" e se compõe de duas casas, o Senado e o Congresso dos Deputados. O Senado é uma câmara de representação territorial, para a qual cada província elege quatro senadores, por sufrágio universal, direto e secreto. O Congresso dos Deputados é câmara de representação popular, composta por no mínimo 300 e no máximo 400 deputados, eleitos também por sufrágio universal, direto e secreto, para um período de quatro anos. As eleições atendem a critérios de representação proporcional.

O Presidente de Governo Mariano Rajoy, do Partido Popular (PP), foi eleito em novembro de 2011, sucedendo a José Luiz Rodriguez Zapatero, do Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE), que governou a Espanha entre 2004 e 2011. Com a vitória de Rajoy, o PP alcançou a maior

concentração de poder de um partido político espanhol no período pós-Transição. Além de contar com maioria no Congresso (185 deputados de um total de 350, e 161 senadores de um total de 265), o PP governa 11 das 17 Comunidades Autônomas da Espanha e administra 35 das 50 capitais de província.

Desde que assumiu o Governo, Rajoy teve como principal desafio a superação da crise econômica que afeta a Espanha e faz com que um de cada quatro cidadãos em idade economicamente ativa esteja desempregado. Utilizando-se de sua ampla maioria parlamentar, o Governo Rajoy procurou combater a crise por meio de ajustes que envolveram reformas legislativas (laboral, previdenciária e sanitária, entre outras) e aumento de impostos. Em 2014, ao completar três anos de legislatura, o Governo do PP experimentou forte desgaste político em razão dos custos sociais da crise e dos ajustes econômicos, bem como de denúncias de corrupção.

Os socialistas espanhóis, que governaram a Espanha entre 1982-1996, com Felipe González, e entre 2004-2011, com José Luiz Rodrigues Zapatero, também enfrentam grandes dificuldades políticas. Sofreram a pior derrota de sua história nas eleições gerais de 2011 e tiveram desempenho modesto nas eleições para o Parlamentou europeu, em maio de 2014.

As crises que alcançam o PP e o PSOE contribuíram para a ascensão de uma nova força política, o "Podemos". Forjado no seio do "Movimento dos Indignados" (2011), o novo partido articula-se por meio de redes sociais e já conta com mais 200 mil filiados, majoritariamente jovens oriundos das classes médias urbanas. Apresenta-se de forma inovadora, financia-se mediante doações do tipo "crowdfunding" e disputa terreno político especialmente com a esquerda tradicional (PSOE e Izquierda Unida, ex-Partido Comunista), defendendo a superação do "déficit democrático" que marcaria a atual política espanhola. Nas eleições europeias de maio de 2014, o Podemos recebeu 1,2 milhão de votos e elegeu cinco eurodeputados.

Em meio às recentes movimentações partidárias, cabe observar a inversão da tendência de desgaste da Monarquia. A abdicação do Rei Juan Carlos em favor de seu filho, Felipe VI, em junho de 2014, abriu espaço para o atendimento dos anseios de renovação da Coroa. Nos primeiros meses de reinado, Felipe VI tem procurado aproximar a Monarquia da cidadania espanhola, manifestando-se publicamente acerca dos efeitos da crise sobre o desemprego, condenando os escândalos de corrupção e fazendo-se presente na questão independentista catalã. Atualmente, o Rei Felipe VI conta com uma taxa de aprovação popular na casa dos 67%.

Nacionalismos catalão e basco

Além da crise econômica e social, o Governo Rajoy encontra um grande desafio nos nacionalismos catalão e basco. O fenômeno dos nacionalismos periféricos permeia a vida política espanhola desde o final do século XIX. Não obstante, como efeito da crise econômica de 2008, o nacionalismo catalão passou por forte recrudescimento a partir de 2012, com a realização de grandes manifestações populares, e passou a adotar postura claramente independentista.

Em dezembro de 2013, o Presidente da Catalunha, Artur Mas, acompanhado pelos líderes dos partidos soberanistas catalães, anunciou a organização de referendo, em novembro de 2014, com as seguintes perguntas: "Quer que a Catalunha seja um Estado", e, em caso positivo, "Quer que a Catalunha seja um Estado independente?" Apesar de o referendo ter sido considerado ilegal pelo Tribunal Constitucional Espanhol, foi realizado pelas autoridades catalãs na forma de um "processo participativo" ("consulta alternativa").

No momento, se não totalmente impossível, a independência catalã é bastante improvável. De acordo com pesquisas de opinião, cerca de 40% dos catalães é favorável à independência (há grande número de indecisos). Uma Catalunha independente seria, ao menos em um primeiro momento, excluída da União Europeia, entidade para a qual deveria solicitar pedido de admissão como novo estado.

A situação basca é distinta da catalã no que diz respeito ao relacionamento com Madri. Apesar do forte discurso separatista, o Partido Nacionalista Basco (PNV), que governa o País Basco, parece ter optado, pelo menos no momento, por um caminho mais pragmático que envolva a tradicional busca de vantagens que, paulatinamente, aumentem a autonomia basca.

A realidade política do País Basco também se beneficia do fim do uso da violência por parte do ETA desde 2011. O grupo, no entanto, não se dissolveu nem tampouco entregou as armas, preferindo, conclamar uma negociação com o governo espanhol para discutir as "consequências do conflito", tema que envolve os ex-membros do ETA que cumprem pena em diversos presídios da Espanha.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa espanhola prioriza o relacionamento com a União Europeia e os Estados Unidos. Merecem destaque, ainda, as relações com (i) os países da América Latina (com destacado peso para Brasil e México), no contexto da promoção da Comunidade Ibero-Americana; e (ii) os países que compartilham a Bacia do Mediterrâneo, sobretudo os sócios do Norte da África (Marrocos, em particular). A atuação na África, Ásia e Oriente Médio estão marcadamente orientadas pela busca de fortalecimento do diálogo político e pela promoção da "Marca España", dedicada ao fomento da imagem, produtos e serviços prestados por empresas espanholas no exterior.

A eleição da Espanha para assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2015-2016, representa a principal conquista da política externa do Governo de Mariano Rajoy, iniciado em dezembro de 2011. A Espanha deverá experimentar, na condição de membro do CSNU, significativo aumento da exposição internacional, especialmente se comparado aos dois primeiros anos do Governo do Partido Popular, dedicados precipuamente à gestão da crise econômica e às relações no âmbito da União Europeia.

Além disso, constituíram fatos relevantes para a política externa espanhola, em 2014, (a) a realização, em setembro, da Conferência Internacional sobre a Líbia; (b) a inflexão de sua posição sobre o diálogo de paz no Oriente Médio, com a aprovação pelo Congresso de moção em favor do reconhecimento do Estado Palestino; (c) o processo de retomada das relações com Cuba, com a visita, em dezembro, do Chanceler García-Margallo a Havana; (d) visitas do Presidente de Governo Mariano Rajoy, em janeiro, aos Estados Unidos e, em setembro, à China.

Casa Real

A abdicação do Rei Juan Carlos I tem relevância para a política externa, tendo em vista a importância do papel exercido pela Coroa na interlocução com sócios tradicionais, especialmente com várias famílias reais no Oriente Médio. Felipe VI, enquanto Príncipe das Astúrias, dedicou-se a tecer laços com lideranças latino-americanas e representava seu país com assiduidade nas cerimônias de posse presidencial na região, inclusive na primeira posse da Presidenta Dilma Rousseff em 2011.

Após participar da abertura da 69ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2014, onde apelou por um voto de confiança da comunidade internacional pela candidatura espanhola ao CSNU, Felipe VI e a Rainha Letizia empreenderam ciclo de visitas de apresentação, que, entre outubro e

dezembro, incluiu Países Baixos, Luxemburgo, Bélgica, Itália e Alemanha. A agenda de compromissos oficiais em 2014 envolveu, por fim, em dezembro, a participação na Cúpula Ibero-Americana de Veracruz.

União Europeia

Com os indicadores de paulatina recuperação na economia espanhola e uma vez superada a "ameaça de resgate", Madri acredita ter chegado o momento de assumir papel mais decisivo na construção do projeto de integração europeu, tema prioritário da política externa espanhola, segundo o Chanceler e ex-eurodeputado José Manuel García-Margallo. Em paralelo ao impulso multilateral, a diplomacia espanhola ainda busca reverter o que considera uma sub-representação no sistema europeu, esforçando-se para aumentar o número de espanhóis em altos cargos em Bruxelas. A nomeação de Miguel Arias Cañete, ex-Ministro da Agricultura, para o cargo de Comissário de Energia e Mudança Climática foi recebida com agrado pelo Governo espanhol. Outro tema de particular ativismo espanhol no âmbito comunitário diz respeito aos custos incorridos pelos países europeus mediterrâneos para fazer frente à pressão migratória no espaço Schengen nos últimos cinco anos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A crise financeira internacional iniciada em 2008 teve efeitos extremamente negativos para a economia espanhola. No período anterior de crescimento econômico (1996-2007), houve acúmulo de desequilíbrios, estimulados principalmente pelos vastos recursos disponibilizados pela União Europeia (UE). Esses desequilíbrios figuram em questões como o sobredimensionamento de infraestruturas (linhas de trem de alta velocidade, aeroportos, estradas, etc.); o excesso de exposição e insuficiente capitalização do setor bancário; e o superaquecimento do setor imobiliário.

O grande aumento do endividamento público e privado, em contexto de desaceleração econômica internacional, passou a gerar incertezas quanto à solvência da economia espanhola, abrindo espaço para trajetória de expressiva elevação do diferencial de rentabilidade entre os títulos da dívida espanhola de dez anos e os da dívida alemã, usada como referência.

Ainda em 2010, o então Presidente de Governo José Luiz Rodrigues Zapatero, do Partido Socialista, deu início ao processo de reformas, mantido e aprofundado pelo atual Presidente Mariano Rajoy, do Partido Popular, que começou sua administração com aumento de impostos e cortes orçamentários. A persistente desconfiança em relação às contas públicas e, principalmente, ao estado do setor bancário, levou a crise econômica espanhola a um momento crítico em maio de 2012, quando a taxa de risco do país atingiu o nível máximo registrado desde a adoção do euro.

Nesse contexto, foi aprovada pelo Eurogrupo, em junho de 2012, linha de crédito de até EUR 100 bilhões, para mitigar os temores sobre a solvência do setor bancário, a serem transferidos por meio do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), sucedido pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). Desse total, foram desembolsados EUR 41,3 bilhões, de uma linha de crédito encerrada em janeiro de 2014, quando a economia espanhola passou a dar sinais de recuperação.

Atualmente, de acordo com os últimos dados oficiais disponíveis, a Espanha já acumula quatro trimestres consecutivos de crescimento econômico (1,2% interanual). No segundo trimestre de 2014, houve aumento de 0,6% do PIB, o ritmo mais elevado já registrado desde o quarto trimestre de 2007. O crescimento econômico registrado em 2014, de 1,3%, é um dos melhores resultados entre as economias da zona do euro. Segundo a OCDE, a expectativa de crescimento do país é de 1,7% em 2015 e de 1,9% em 2016.

A desaceleração da economia europeia, particularmente da Alemanha e da França, pode, no entanto, criar dificuldades para que a Espanha consolide o crescimento de sua economia, razão pela qual o Governo vem anunciando uma série de medidas de incentivo às exportações e à promoção das empresas espanholas no exterior.

A recuperação econômica espanhola, no entanto, não tem contribuído significativamente para a redução da taxa de desemprego, que permanece em torno de 24% (em 2013, a taxa registrada foi de 26,03%). Para os trabalhadores com menos de 25 anos de idade, o índice de desemprego é ainda mais expressivo, 53,7%. Não obstante, em 2014, o país foi capaz de gerar empregos pela primeira vez em sete anos, interrompendo a série de seis anos consecutivos de aumento do desemprego.

Outro fator negativo do período pós-crise é constituído pelo aumento da dívida externa, que chegou a superar, em 2014, a marca histórica de 1 trilhão de euros, equivalente a 100% do PIB, o maior endividamento relativo em cem anos (antes da crise, em 2007, a proporção era de 36%). Será preciso gerar contínuos superávits para que a Espanha possa honrar o pagamento da dívida, fortemente concentrada no setor público. Some-se a isso a baixa inflação registrada, que terminou o ano de 2014 próxima de 0%, o que impede a desvalorização do componente nominal da dívida.

Comércio exterior

A balança comercial espanhola é tradicionalmente deficitária. Observa-se, no entanto, sensível redução do déficit em transações comerciais de bens, que em 2013 limitou-se a US$ 21,3 bilhões. No acumulado de 2014, porém, o déficit voltou a registrar tendência de deterioração, atingindo US$ 30,7 bilhões. O aumento do déficit é visto como reflexo da retomada do consumo interno, que pressiona as importações, em um contexto de leve queda do desemprego.

Entre 2009 e 2013, as exportações de mercadorias espanholas cresceram 39,4%. No acumulado de janeiro a novembro de 2014, as exportações continuaram assinalando boa evolução, traduzida no incremento de 2,7% sobre o mesmo período de 2013. Em termos geográficos, as vendas são fortemente concentradas em direção aos vizinhos europeus, sobretudo França (15,9% de participação no total), Alemanha (10,5%), Portugal (7,4%), Itália (7,1%) e Reino Unido (7,0%). No mesmo período, as importações expandiram-se 15,6%. No acumulado de 2014, os principais países supridores da demanda externa da Espanha foram: Alemanha (13,1% do total); França (11,7%); China (6,1%); Itália (6,0%); Países Baixos (4,7%); Reino Unido (4,3%); Portugal (3,8%).

O comércio de bens entre o Brasil e a Espanha cresceu 7,9% entre 2010 e 2014. Observe-se, porém, que esse crescimento deveu-se sobretudo ao desempenho das importações, uma vez que as exportações para a Espanha decresceram no período. Em valores monetários, o intercâmbio evoluiu de US$ 6,641 bilhões, em 2010, para US$ 7,165 bilhões, em 2014. As trocas, em 2014, experimentaram retração de 10,8% em relação a 2013. O enfraquecimento do fluxo comercial, no último ano, refletiu tanto perda de dinamismo pelo lado das exportações brasileiras, quanto decréscimo no montante adquirido pelo Brasil no mercado espanhol. No que tange ao resultado final das transações, a balança comercial com a Espanha reverteu tendência superavitária para o Brasil, resultando na acumulação de déficits para o lado brasileiro nos dois últimos anos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ESPANHA

Anos	Eventos
1873	Proclamação da Primeira República Espanhola
1888	Fundação da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista Operário Espanhol
1898	Guerra Hispano-Americana, perda para os EUA dos territórios de Cuba e das Filipinas
1914	Neutralidade espanhola na I Guerra Mundial
1923	Início da ditadura do General Primo de Rivera (até 1930)
1931	Proclamação da Segunda República Espanhola, em 12 de abril
1936	Início da Guerra Civil Espanhola (até 1939), conflito entre nacionalistas e republicanos
1939	Início do governo ditatorial do General Francisco Franco (até 1975)
1939	Início da II Guerra Mundial. A Espanha permanece neutra
1945	Fim da II Guerra Mundial; a Espanha tem seu ingresso negado pela ONU
1955	Admissão da Espanha na ONU
1960	Fase de crescimento econômico, com expansão do turismo e entrada de divisas de emigrantes
1960	Surgimento de grupos como o ETA e o FRAP
1962	Espanha solicita sua entrada no Mercado Comum Europeu
1973	Assassinato do Presidente de Governo, Luis Carrero Blanco, pelo ETA
1975	Morte do General Francisco Franco, em 20 de novembro
1975	Início da transição da Espanha para a democracia (até 1982), com a coroação do Rei Juan Carlos I
1975	Adolfo Suárez é designado Presidente de Governo pelo Rei Juan Carlos
1978	Promulgação da Constituição democrática (ainda em vigor)
1982	Eleição de Felipe González, do PSOE, à Presidência de Governo
1986	Adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia
1996	Partido Popular (PP) vence as eleições gerais, liderado por José María Aznar
1999	Adesão da Espanha à União Econômica e Monetária Europeia
2000	Eleições gerais: maioria absoluta do PP. Aznar continua à frente do Governo
2002	Entra em vigor o euro como moeda única europeia
2003	Aznar apoia a invasão do Iraque e envia tropas espanholas para combate na região
2004	Série de atentados terroristas em Madri mata 191 pessoas
2004	PSOE ganha as eleições e José Luis Rodríguez Zapatero torna-se Presidente da Espanha

2004	Zapatero toma, como primeira medida de seu governo, a retirada das tropas espanholas do Iraque
2006	ETA anuncia cessar-fogo permanente em toda região espanhola
2007	Atentado a bomba põe fim às negociações entre os separatistas e o governo de Madri
2008	Zapatero é reeleito à Presidência de Governo, em eleições em que tanto o PSOE quanto o PP logram aumentar seu número de deputados
2010	Espanha preside a UE no primeiro semestre, quando divide pela primeira vez as decisões da Presidência com as instâncias europeias
2010	ETA apresenta novo cessar-fogo, após período de intensa repressão policial, na Espanha e na França
2010	Governo empreende reformas trabalhista, previdenciária, financeira e do sistema de bancos; média nacional de desemprego chega a 20%
2011	ETA anuncia o fim do uso da violência (20/10)
2011	Eleições nacionais vencidas pelo PP. Posse de Mariano Rajoy como novo Presidente de Governo (21/12)
2012	Espanha passa por grave crise econômica, atingindo novo recorde de desemprego, com 25,2%, o que representa 5,77 milhões de pessoas (26/10)
2014	O Rei Juan Carlos I abdica em favor de seu filho, Felipe VI

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1834	A Espanha reconhece a independência do Brasil
1880	Década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala
1890	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Governo da Espanha
1933	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada
1936-40	Nova onda de imigração espanhola para o Brasil
1962	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro
1988	Assinatura do Tratado de Extradição entre Brasil e Espanha
1989	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil
1991	Assinatura do Convênio de Seguridade Social
1996	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos
2001	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha
2003	Visita do Presidente Aznar ao Brasil. Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
2005	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo José Luis Rodríguez Zapatero ao Brasil
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Espanha.
2008 (maio)	Presidente de Governo José Luis Rodríguez Zapatero realiza visita oficial ao Brasil
2008 (outubro)	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita à Espanha (Toledo e Madri)
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa
2011	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação
2012 (junho)	Rei Juan Carlos, acompanhado do Ministro García-Margallo e de empresários espanhóis, visita o Brasil
2012 (novembro)	Presidenta Dilma Rousseff visita a Espanha

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	30/04/1870
Convenção de Arbitramento	08/04/1909	29/06/1911
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/11/1949	22/02/1954
Acordo Cultural	25/06/1960	01/06/1965
Acordo de Migração	27/12/1960	10/06/1964
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	03/12/1975
Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	02/04/1993
Convênio Zoossanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal	12/04/1984	26/02/1986
Convênio de Defesa Fitossanitária	12/04/1984	14/12/1990
Tratado de Extradição	02/02/1988	30/06/1990
Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988	26/04/1988	05/10/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	13/04/1989	31/07/1991
Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções	13/04/1989	27/07/1992
Convênio de Seguridade Social	16/05/1991	01/12/1995
Tratado Geral de Cooperação e Amizade	23/07/1992	06/07/1994
Tratado sobre Transferência de Presos	07/11/1996	22/04/1998
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	18/04/1997	20/05/1998
Ajuste Complementar relativo à Realização da Terceira Edição do curso Ibero-Americano em Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências	14/05/1998	17/06/1998
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-sustentado da Região Semi-árida brasileira	19/02/2002	26/08/2002
Convênio Complementar ao Convênio de	14/05/2002	Em ratificação

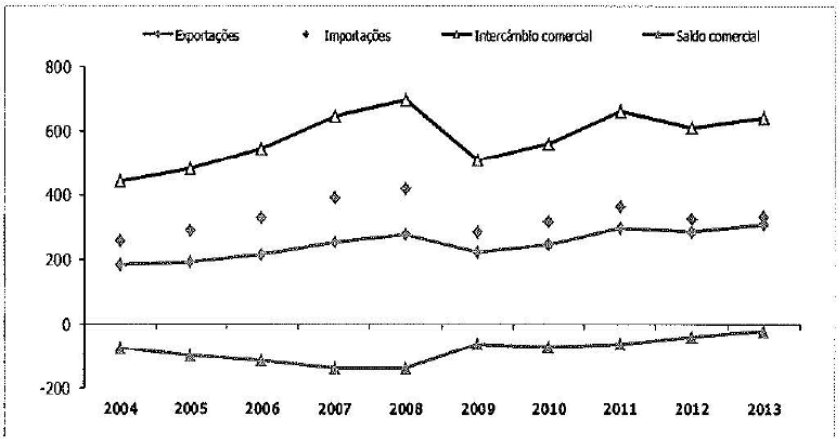
Seguridade Social		
Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre o Brasil e a Espanha	22/05/2006	01/02/2008
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	31/08/2011
Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	07/04/2009
Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	16/11/2009
Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	10/11/2009
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/07/2012	Tramitação CN
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	23/08/2013	Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior da Espanha[1]
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	182,7	17,1%	259,3	24,3%	442,2	21,3%	-76,5
2005	192,8	5,5%	289,6	11,7%	482,5	9,1%	-96,8
2006	214,1	11,0%	330,0	13,9%	544,1	12,8%	-115,9
2007	253,8	18,5%	391,2	18,6%	645,2	18,6%	-137,5
2008	279,2	10,0%	418,7	7,0%	698,1	8,2%	-139,5
2009	223,1	-20,1%	287,5	-31,3%	510,4	-26,9%	-64,4
2010	246,3	34,8%	315,5	21,7%	562,2	27,1%	-69,3
2011	298,2	21,1%	362,8	15,0%	661,2	17,6%	-64,7
2012	285,9	-4,1%	325,8	-10,2%	611,7	-7,5%	-39,9
2013	311,0	8,8%	332,3	2,0%	643,3	5,2%	-21,3
2014(jan-nov)	299,4	2,7%	330,1	6,1%	629,5	4,5%	-30,7
Var. % 2004-2013	**70,2%**		**28,2%**		**45,5%**		**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2015.
(1) Última posição disponível em 23/02/2015.
(n.c.) Dado não calculado.



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Direção das Exportações da Espanha
US$ bilhões

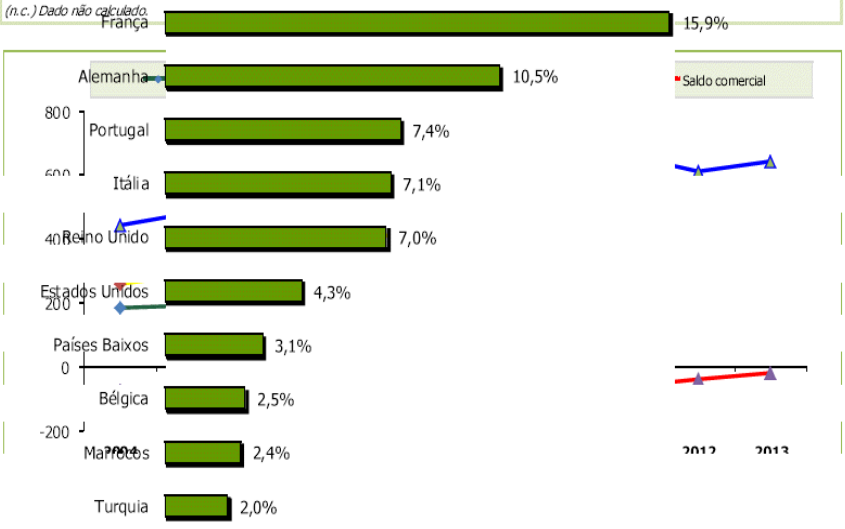
Descrição	2014[(1)] (jan-nov)	Part.% no total
França	47,47	15,9%
Alemanha	31,47	10,5%
Portugal	22,19	7,4%
Itália	21,29	7,1%
Reino Unido	20,89	7,0%
Estados Unidos	12,88	4,3%
Países Baixos	9,20	3,1%
Bélgica	7,57	2,5%
Marrocos	7,14	2,4%
Turquia	5,93	2,0%
...		
Brasil (17ª posição)	***3,84***	***1,3%***
Subtotal	**189,86**	**63,4%**
Outros países	**109,54**	**36,6%**
Total	**299,40**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.
(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

Var. % 2004-2013	**70,2%**	**28,2%**	**45,5%**	**n.c.**

10 principais destinos das exportações

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.
(n.c.) Dado não calculado.

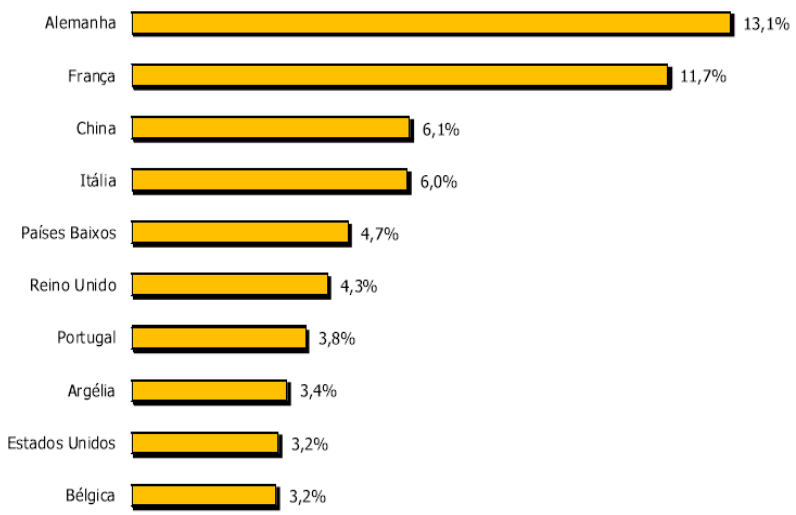


Origem das Importações da Espanha
US$ bilhões

Descrição	2014[1] (jan-nov)	Part.% no total
Alemanha	43,24	13,1%
França	38,69	11,7%
China	20,09	6,1%
Itália	19,91	6,0%
Países Baixos	15,64	4,7%
Reino Unido	14,16	4,3%
Portugal	12,56	3,8%
Argélia	11,23	3,4%
Estados Unidos	10,61	3,2%
Bélgica	10,45	3,2%
...		
Brasil (21ª posição)	***3,69***	***1,1%***
Subtotal	**200,28**	**60,7%**
Outros países	**129,81**	**39,3%**
Total	**330,09**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.
(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

10 principais origens das importações

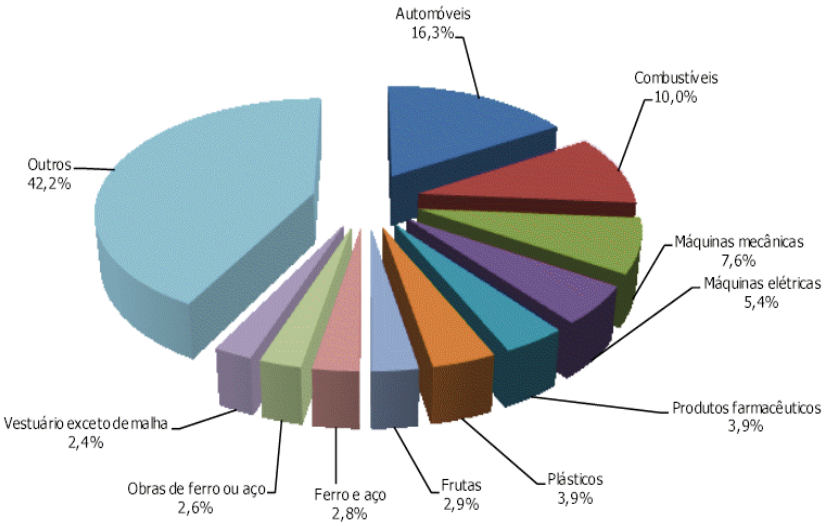


Composição das exportações da Espanha
US$ bilhões

Descrição	2014(1) (jan-nov)	Part.% no total
Automóveis	48,95	16,3%
Combustíveis	29,80	10,0%
Máquinas mecânicas	22,76	7,6%
Máquinas elétricas	16,08	5,4%
Produtos farmacêuticos	11,82	3,9%
Plásticos	11,79	3,9%
Frutas	8,59	2,9%
Ferro e aço	8,47	2,8%
Obras de ferro ou aço	7,73	2,6%
Vestuário exceto de malha	7,05	2,4%
Subtotal	**173,05**	**57,8%**
Outros	**126,35**	**42,2%**
Total	**299,40**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.
(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

10 principais grupos de produtos exportados

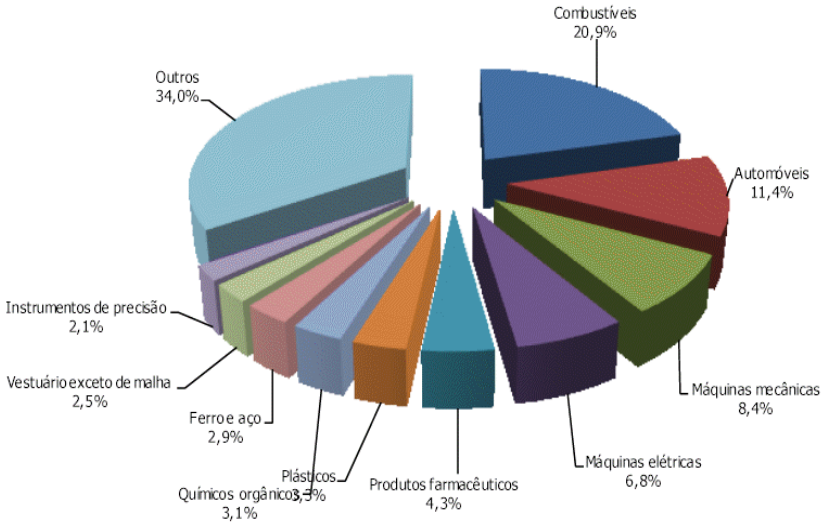


Composição das importações da Espanha
US$ bilhões

Descrição	2014[1] (jan-nov)	Part.% no total
Combustíveis	69,14	20,9%
Automóveis	37,54	11,4%
Máquinas mecânicas	27,74	8,4%
Máquinas elétricas	22,58	6,8%
Produtos farmacêuticos	14,32	4,3%
Plásticos	10,87	3,3%
Químicos orgânicos	10,37	3,1%
Ferro e aço	9,70	2,9%
Vestuário exceto de malha	8,36	2,5%
Instrumentos de precisão	7,10	2,1%
Subtotal	**217,72**	**66,0%**
Outros	**112,37**	**34,0%**
Total	**330,09**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.
(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

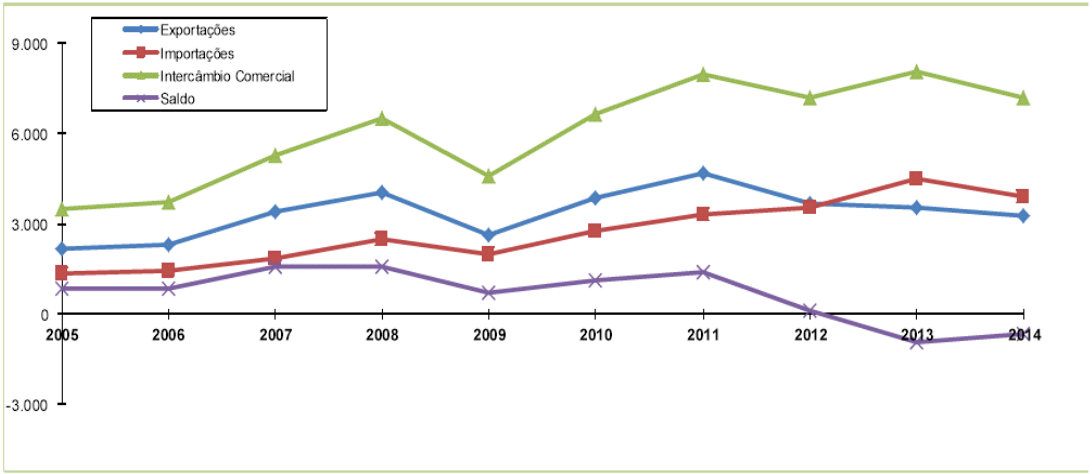
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Espanha
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	2.157	9,0%	***1,82%***	1.333	13,3%	***1,81%***	3.490	10,6%	***1,82%***	825
2006	2.279	5,6%	***1,65%***	1.431	7,4%	***1,57%***	3.710	6,3%	***1,62%***	848
2007	3.405	49,4%	***2,12%***	1.843	28,8%	***1,53%***	5.248	41,5%	***1,87%***	1.562
2008	4.046	18,8%	***2,04%***	2.472	34,1%	***1,43%***	6.518	24,2%	***1,95%***	1.574
2009	2.637	-34,8%	***1,72%***	1.956	-20,9%	***1,53%***	4.593	-29,5%	***1,64%***	682
2010	3.867	46,6%	***1,92%***	2.773	41,8%	***1,53%***	6.641	44,6%	***1,73%***	1.094
2011	4.675	20,9%	***1,83%***	3.299	19,0%	***2,07%***	7.974	20,1%	***1,65%***	1.376
2012	3.663	-21,6%	***1,51%***	3.543	7,4%	***1,59%***	7.207	-9,6%	***1,55%***	120
2013	3.546	-3,2%	***1,47%***	4.487	26,6%	***1,96%***	8.033	11,5%	***1,67%***	-940
2014	3.255	-8,2%	***1,45%***	3.910	-12,8%	***1,71%***	7.165	-10,8%	***1,58%***	-655
2015 (jan)	122	-40,9%	**0,89%**	346	19,6%	**2,05%**	468	-5,6%	**1,53%**	-224
Var. % 2005-2014	**50,9%**		**n.a.**	**193,4%**		**n.a.**	**105,3%**		**n.a.**	**n.c.**

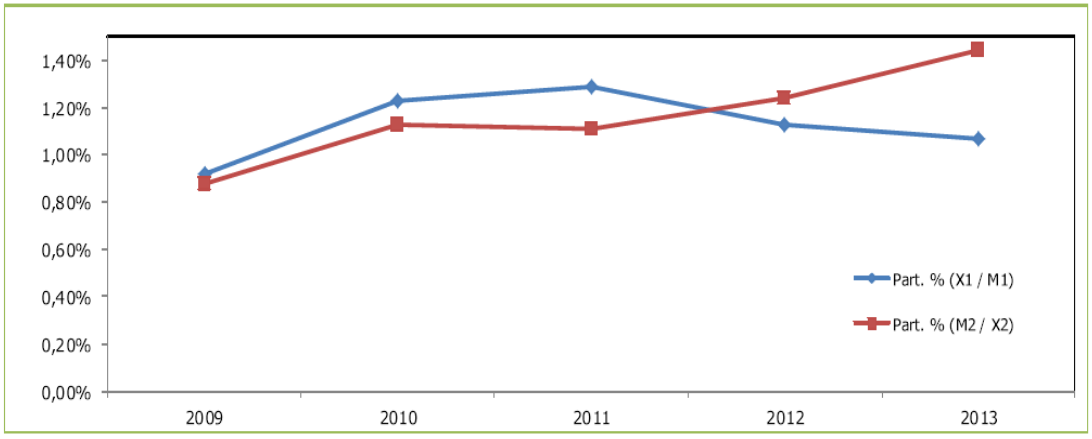
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado.



Part. % do Brasil no Comércio da Espanha
US$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para a Espanha (X1)	2.637	3.867	4.675	3.663	3.546	34,5%
Importações totais da Espanha (M1)	287.502	315.547	362.835	325.835	332.267	15,6%
Part. % (X1 / M1)	**0,92%**	**1,23%**	**1,29%**	**1,12%**	**1,07%**	**16,3%**
Importações do Brasil originárias da Espanha (M2	1.956	2.773	3.299	3.543	4.487	129,4%
Exportações totais da Espanha (X2)	223.132	246.265	298.171	285.936	310.964	39,4%
Part. % (M2 / X2)	**0,88%**	**1,13%**	**1,11%**	**1,24%**	**1,44%**	**64,6%**

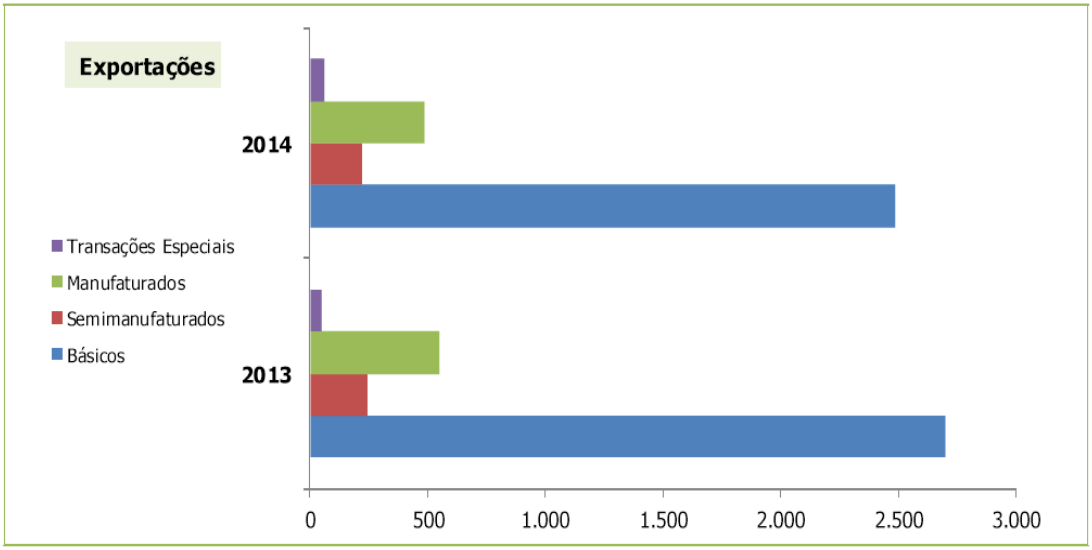
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

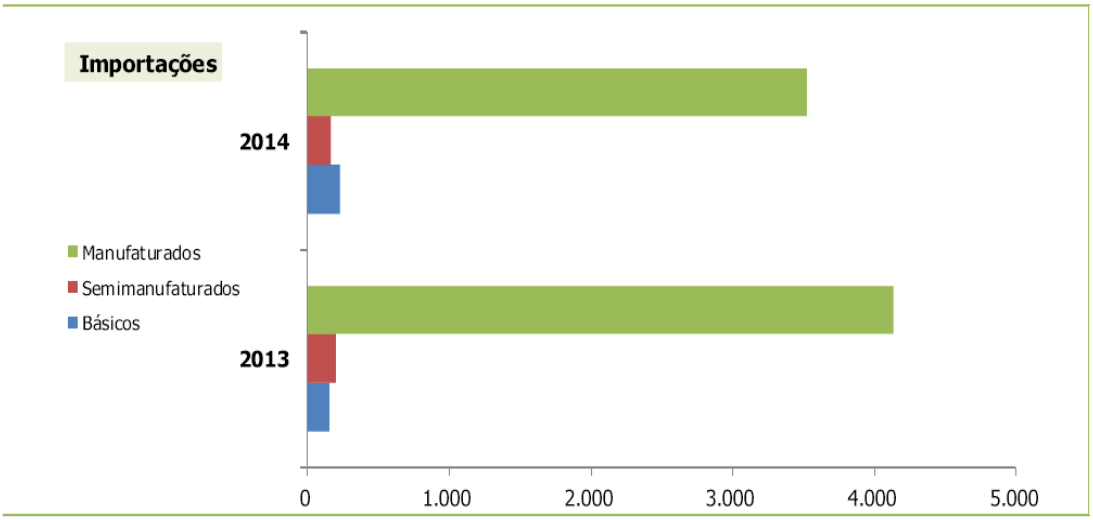


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ milhões

Comparativo 2014 com 2013





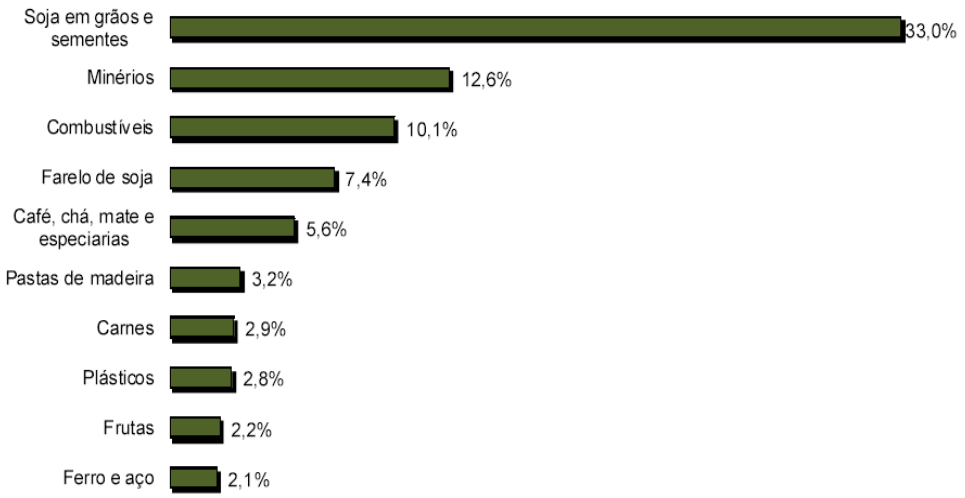
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Espanha
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grãos e sementes	1.134	31,0%	1.061	29,9%	1.074	33,0%
Minérios	536	14,6%	391	11,0%	410	12,6%
Combustíveis	432	11,8%	535	15,1%	329	10,1%
Farelo de soja	169	4,6%	116	3,3%	241	7,4%
Café, chá, mate e especiarias	151	4,1%	132	3,7%	183	5,6%
Pastas de madeira	100	2,7%	80	2,3%	103	3,2%
Carnes	86	2,3%	101	2,8%	94	2,9%
Plásticos	88	2,4%	89	2,5%	91	2,8%
Frutas	64	1,7%	72	2,0%	73	2,2%
Ferro e aço	63	1,7%	47	1,3%	69	2,1%
Subtotal	**2.823**	**77,1%**	**2.624**	**74,0%**	**2.667**	**81,9%**
Outros produtos	**840**	**22,9%**	**922**	**26,0%**	**588**	**18,1%**
Total	**3.663**	**100,0%**	**3.546**	**100,0%**	**3.255**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

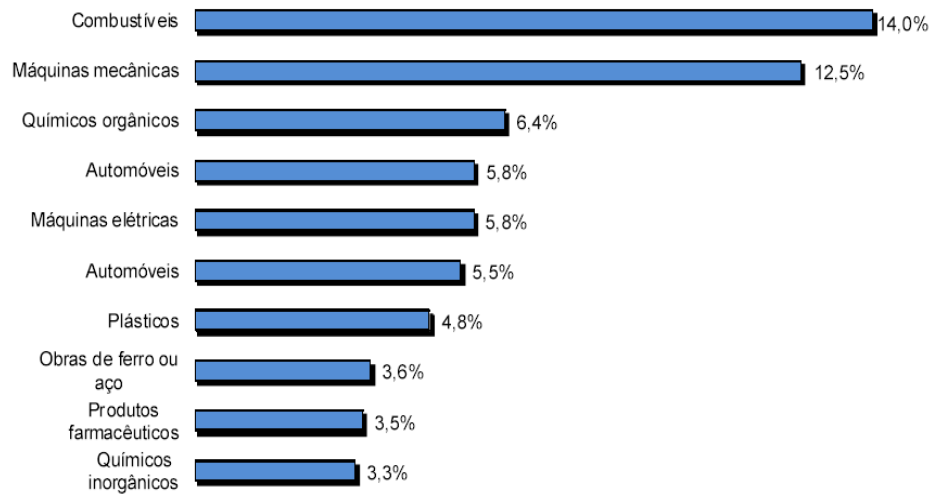


Composição das importações brasileiras originárias da Espanha
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	145	4,1%	902	20,1%	547	14,0%
Máquinas mecânicas	545	15,4%	655	14,6%	489	12,5%
Químicos orgânicos	233	6,6%	242	5,4%	250	6,4%
Automóveis	210	5,9%	186	4,1%	225	5,8%
Máquinas elétricas	340	9,6%	318	7,1%	225	5,8%
Automóveis	23	0,6%	46	1,0%	215	5,5%
Plásticos	151	4,3%	170	3,8%	189	4,8%
Obras de ferro ou aço	185	5,2%	246	5,5%	142	3,6%
Produtos farmacêuticos	137	3,9%	140	3,1%	135	3,5%
Químicos inorgânicos	121	3,4%	120	2,7%	129	3,3%
Subtotal	**2.090**	**59,0%**	**3.025**	**67,4%**	**2.547**	**65,1%**
Outros produtos	**1.453**	**41,0%**	**1.462**	**32,6%**	**1.363**	**34,9%**
Total	**3.543**	**100,0%**	**4.487**	**100,0%**	**3.910**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

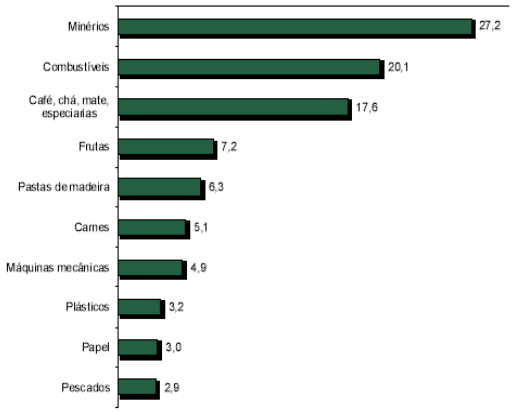
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões, fob

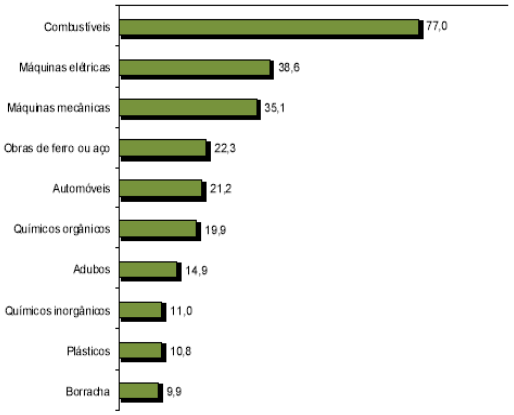
DESCRIÇÃO	2014 (jan)	Part. % no total	2015 (jan)	Part. % no total
Exportações				
Minérios	57,1	27,6%	27,2	22,2%
Combustíveis	22,2	10,7%	20,1	16,4%
Café, chá, mate, especiarias	8,7	4,2%	17,6	14,4%
Frutas	8,0	3,9%	7,2	5,9%
Pastas de madeira	9,8	4,7%	6,3	5,1%
Carnes	7,5	3,6%	5,1	4,2%
Máquinas mecânicas	3,1	1,5%	4,9	4,0%
Plásticos	13,1	6,3%	3,2	2,6%
Papel	5,3	2,6%	3,0	2,5%
Pescados	0,8	0,4%	2,9	2,3%
Subtotal	**136**	**65,6%**	**97**	**79,7%**
Outros produtos	**71**	**34,4%**	**25**	**20,3%**
Total	**207**	**100,0%**	**122**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Combustíveis	7,0	2,4%	77,0	22,3%
Máquinas elétricas	15,1	5,2%	38,6	11,2%
Máquinas mecânicas	60,1	20,8%	35,1	10,1%
Obras de ferro ou aço	20,4	7,1%	22,3	6,5%
Automóveis	18,0	6,2%	21,2	6,1%
Químicos orgânicos	13,3	4,6%	19,9	5,7%
Adubos	11,2	3,9%	14,9	4,3%
Químicos inorgânicos	14,9	5,2%	11,0	3,2%
Plásticos	11,9	4,1%	10,8	3,1%
Borracha	9,3	3,2%	9,9	2,9%
Subtotal	**181**	**62,7%**	**261**	**75,4%**
Outros produtos	**108**	**37,3%**	**85**	**24,6%**
Total	**289**	**100,0%**	**346**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa I

ANDORRA





Informação para o Senado Federal

OSTENSIVA

Março de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Principado de Andorra
CAPITAL	Andorra la Vella
ÁREA	468 km^2
POPULAÇÃO (est. 2014)	85.458 pessoas
IDIOMA OFICIAL	Catalão (oficial)
PRINCIPAL RELIGIÃO	Catolicismo
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia Parlamentar
CHEFES DE ESTADO	Os Copríncipes Joan Enrique Vives i Sicília (Bispo da Sé de Urgel, Catalunha) e François Hollande (Presidente da França)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Antoni Martí Petit
CHANCELER	Gilbert Saboya Sunyé
PIB NOMINAL (2013)	€ 2,447 bilhões
PIB PPP (2013)	€ 3,26 bilhões
PIB *per capita* (2013)	€ 34.975
VARIAÇÃO DO PIB	- 0,1% (2013) -1,6% (2012); -2,8% (2011); -3,4% (2010);
IDH	0,83/37º (Brasil: 0,74/79º)
EXPECTATIVA DE VIDA	82,7 anos
ALFABETIZAÇÃO	100%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em US$ milhares) *Fonte: MDIC*

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	27,4	34,5	438,7	113,9	3.617,4	1.983,8	1.447,9	1.300,8	165,9
Exportações	27,2	34,5	21,6	101,0	105,6	171,2	366,0	14,6	1,6
Importações	209	--	417,1	12,8	3.511,8	1.812,5	1.081,9	1.286,2	164,2
Saldo	130,2	34,5	-395,5	88,2	−3.406,2	−1.641,3	−715,9	-1.271,6	-162,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

Joan Enric Vives i Sicília

Bispo de Urgel e Copríncipe do Principado de Andorra



Dom Joan Enric Vives i Sicília, Bispo de Urgel, é chefe de Estado do Principado de Andorra, ao lado de François Hollande, Presidente da República Francesa. Nasceu a 24 de julho de 1949, em Barcelona. Ordenou-se sacerdote aos 25 anos, fixando-se na Arquidiocese de Barcelona. Licenciou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia de Barcelona em 1976 e em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Barcelona em 1982. É doutor em filosofia pela Universidade de Barcelona.

Foi sagrado Bispo de Urgel em 2003, depois da renúncia, por motivos de idade, do Monsenhor Joan Martí Alanis. Em 10 de julho do mesmo ano, fez seu juramento constitucional como Copríncipe de Andorra, na sede do Conselho Geral, em Andorra la Vella.

François Hollande

Presidente da República Francesa e Copríncipe do Principado de Andorra



Nascido a 12 de agosto de 1954, em Rouen (Normandia), François Hollande estudou em três das principais instituições do ensino superior francês – Escola Nacional de Administração, Instituto de Estudos Políticos (Sciences Po) e Escola de Altos Estudos de Comércio.

Eleito presidente da República Francesa em maio de 2012, sua ascensão ao Palácio do Eliseu consagra trajetória política de três décadas, que destoa das biografias dos demais Presidentes da V República. Trata-se do primeiro Chefe de Estado que jamais exerceu função ministerial. Sua principal responsabilidade política foi ter sido Primeiro-Secretário do Partido Socialista, de 1997 a 2008. Foi ainda Prefeito de Tulle (2001-2008), Presidente do Conselho Geral do Departamento da Corrèze (2008-2012) e Deputado (1988-93 e 1997-2012).

Antoni Martí Petit
Chefe de Governo



O Chefe de Governo de Andorra, Antoni Martí Petit, nasceu a 10 de novembro de 1963, em Escaldes-Engordany. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Toulouse, na França.

Começou sua carreira política em 1994, ao ser eleito Conselheiro-Geral (Deputado) pelo *Partido Liberal de Andorra*. Ocupou o cargo até 2003, quando foi eleito Cônsul-Maior (Prefeito) de Escaldes-Engordany.

Em abril de 2011, foi eleito novamente Conselheiro-Geral e conduziu a coalizão de centro-direita *Democratas por Andorra* a expressiva vitória nas eleições legislativas andorranas. A campanha da coalizão fundou-se principalmente em um programa contrário à criação de um imposto de renda no país.

Em 12 de maio do mesmo ano foi designado Chefe de Governo (*Cap de Govern*) de Andorra. Em setembro, a coalizão *Democratas por Andorra* tornou-se um partido político e Antoni Martí foi escolhido Presidente da legenda. Em 1º de março de 2015, foi reeleito para o cargo, após vitória da coalizão *Democratas por Andorra* nas eleições gerais andorranas.

Gilbert Saboya Sunyé
Ministro dos Assuntos Exteriores



Gilbert Saboya Sunyé, Ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, nasceu a 28 de julho de 1966, em Sant Julià de Lòria, na fronteira com a Espanha.

Após realizar estudos primários e secundários em Andorra, graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Toulouse, na França. Entre 1991 e 2009, trabalhou no setor financeiro andorrano, ocupando diversos cargos de direção no Banc Internacional Banca Mora. Em 2010, fundou a empresa de consultoria financeira Alfa Quest Saboya Assessores.

Desde princípios dos anos 1990, integrou agremiações à direita do espectro político. É membro, desde 2011, dos *Democratas por Andorra*, coalizão de centro-direita, de corte liberal. Foi Deputado na primeira legislatura do Parlamento andorrenho após a Constituição de 1993 (1994-1997).

Em 15 de maio de 2011, após a vitória dos *Democratas por Andorra* no pleito legislativo de 3 de abril, foi designado Ministro dos Assuntos Exteriores pelo Primeiro-Ministro Antoni Martí.

RELAÇÕES BILATERAIS

Com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas, em 1993, o Brasil e o Principado passaram a manter diálogo político regular e a trocar votos em eleições para organismos internacionais. Em 1997, foi nomeado o primeiro Embaixador cumulativo no país, residente em Madri. O serviço consular é oferecido pelo Consulado-Geral em Barcelona.

Em 30 de abril de 2013, o Ministro dos Assuntos Exteriores andorrano, Gilbert Saboya Sunyé, visitou Brasília, ocasião na qual manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores e com o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo. Esta foi a primeira visita de um Chanceler andorrano ao Brasil, e ocorreu em contexto de busca deliberada de diversificação de parceiros diplomáticos e comerciais do Principado.

Durante a visita, o Chanceler Gilbert Saboya manteve reuniões visando ao incremento da cooperação na área do turismo entre Brasil e Andorra. Ambos os países manifestaram o desejo de encorajar o intercâmbio bilateral de turistas e os investimentos mútuos na área de turismo, bem como de promover a cooperação entre os entes de turismo dos dois governos meio do intercâmbio de especialistas, de troca de experiências e informações.

Andorra tem apoiado a quase totalidade das candidaturas apresentadas pelo Brasil. Nos últimos anos, apoiou candidaturas brasileiras ao Conselho de Direitos Humanos (ONU), ao Programa Hidrológico Internacional (UNESCO), ao Comitê Jurídico e ao Conselho Intergovernamental do Programa "Informação para Todos" (UNESCO) e ao Comitê para Proteção e Promoção da Diversidade das Experiências Culturais (UNESCO). Mais recentemente, apoiou a reeleição da Dr.ª Silvia Pimentel para o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), e a candidatura brasileira como membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Apesar de não se ter manifestado explicitamente sobre o Brasil, o anterior governo social-democrata era favorável à expansão dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Andorra é o último remanescente da *Marca Hispanica*, o conjunto de Estados-tampão criado por Carlos Magno, nos Pireneus, para impedir o avanço

dos sarracenos para além da Península Ibérica. O mito fundacional de Andorra refere uma carta de autonomia outorgada pelo próprio Imperador ao povo andorrenho, em 805, como reconhecimento por seus esforços no combate aos mouros. Apesar de historicamente contestada, a versão mítica serve de tema ao hino nacional, intitulado "Ao Grande Carlos Magno, meu pai".

O primeiro registro oficial da existência de Andorra consta do ato de consagração do Condado de Urgel, de 839, firmado por Carlos, o Calvo, neto de Carlos Magno. O ato elenca as paróquias andorrenhas entre os domínios feudais do Conde. Em 1133, o domínio sobre o território foi transferido aos bispos de Urgel, na Catalunha.

No século XIII, a diocese de Urgel e o Conde de Foix, nos Pireneus franceses, disputaram militarmente o controle da região. O conflito terminou em 1278, mediante a assinatura de tratado que estabeleceu o regime de *diarquia* que vige até hoje: desde então, o domínio sobre o território foi dividido entre dois co-príncipes: um francês e laico (o Conde de Foix e, posteriormente, por sucessão dinástica ou por sucessão de Estados, o Rei de Navarra, o Rei da França, e, finalmente, o Presidente da República Francesa), um espanhol e eclesiástico (o Bispo de Urgel).

O principado, por seu isolamento, manteve-se alheio às mudanças políticas dos séculos subsequentes (o que ajuda a explicar sua preservação como entidade independente). Somente em 1914 foi concluída a primeira estrada a interligar Andorra ao mundo exterior (neste caso, à Sé de Urgel). Ligação rodoviária com a França somente foi concluída em 1933. As primeiras instalações elétricas chegaram a Andorra em 1929. Emissora de rádio somente começou a operar em 1935. Até hoje não há aeroportos ou estações de trem no país.

As reformas de 1993

Resquícios do feudalismo permaneceram até 1993, sobretudo no que dizia respeito à separação de Poderes. O país também era muito criticado, àquela altura, por sua legislação liberal em matéria de nacionalidade, que implicava que 70% dos habitantes não fossem cidadãos andorrenhos. Em 1993, o país passou a integrar a ONU e estava em vias de ultimar sua adesão ao Conselho da Europa, que já exercia pressão em prol da modernização do sistema constitucional.

Em maio daquele ano, adotou-se nova Constituição, aprovada em consulta popular e referendada pelo Bispo de Urgel e pelo Presidente François Mitterand. A nova Carta estabeleceu democracia parlamentar plena e multipartidária e manteve a diarquia vigente (embora reduzisse os poderes dos dois copríncipes, sobretudo ao retirar-lhes o poder de vetar legislação). O Poder Executivo passou a ser chefiado por um *Cap de Govern* eleito pelo

Conselho Geral, assessorado por nove Ministros de Estado por ele indicados. O Poder Legislativo, unicameral, é exercido pelo Conselho Geral de Andorra, composto por 28 parlamentares eleitos para mandatos de quatro anos por representação proporcional em lista fechada.

A despeito das reformas de 1993, as relações especiais com a França e a Espanha preservam-se em domínios como a defesa nacional (a cargo dos vizinhos, uma vez que o país não mantém forças armadas), os serviços postais (operados pelos vizinhos) e no pagamento de tributo anual (chamado a *pestia*) aos co-soberanos.

Contexto atual

Desde 1993, o sistema político andorrano vem-se estruturando em torno de duas principais forças políticas: um polo de centro-direita (atualmente representado pela coalizão *Democratas por Andorra* e pelo Partido Liberal) e um de centro-esquerda (atualmente representado pela coalizão *Junts* e pelo Partido Social-Democracia e Progresso - SDP).

As últimas eleições gerais — o sétimo pleito desde 1993 — foram realizadas em 1º de março de 2015. A Coalizão *Democratas por Andorra*, do Primeiro-Ministro Antoni Martí Petit, recebeu 37% dos votos. O segundo lugar coube ao Partido Liberal, com 27,6% dos votos. A coalizão *Junts*, composta pelos sociais-democratas, verdes e pela Iniciativa Cidadã, somou 23,5% dos votos. O Partido Social-democracia e Progresso (SDP) terminou o pleito com 11,7% dos votos. A coalizão *Democratas por Andorra* e o Primeiro-Ministro Antoni Petit estão no Governo desde abril de 2011.

Desde a gestão social-democrata, o principal legado dos Governos de Andorra é a relativa normalização do *status* fiscal, requisito indispensável para a continuidade do processo de aproximação com relação à União Europeia. O país deixou de figurar na "lista negra" de paraísos fiscais da OCDE e, desde então, elabora novo sistema tributário.

POLÍTICA EXTERNA

Após a promulgação da Constituição de 1993, Andorra, Espanha e França assinaram *Tratado Tripartite de Boa Vizinhança, de Amizade e de Cooperação*. Pelo tratado, Madri e Paris reconheceram o principado como Estado soberano, estabeleceram relações diplomáticas com Andorra e assumiram o ônus de, quando instadas a tanto, exercer a representação diplomática de Andorra perante terceiros países, prestar assistência consular a nacionais andorranos e emitir vistos para viajantes que queiram visitar o país. O artigo 6º do tratado estabelece que será mantido equilíbrio entre a França e a Espanha no exercício dessas funções de representação.

Andorra tornou-se membro da ONU em 1993 e do Conselho da Europa em 1994. O país não é membro da União Europeia, com a qual, no entanto, integra união aduaneira desde 1991 (cujas disposições não se aplicam a produtos agrícolas). É um *status* semelhante ao da Turquia e algo menos profundo do que de Mônaco e San Marino (para os quais vige a união aduaneira inclusive para bens agrícolas). Andorra, de resto, adota o euro, embora sem integrar o Eurogrupo.

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal da OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização.

Andorra participa das reuniões da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo desde 2005.

ECONOMIA

Cerca de metade do PIB andorrano provém dos setores financeiro, imobiliário e de serviços. Merece destaque especial o turismo, a mais importante fonte de receitas do país: com população de 85 mil habitantes, Andorra recebe 9 milhões de turistas por ano e conta com mais de 250 estabelecimentos hoteleiros. O principal atrativo turístico do país é a prática do esqui. Ao todo, o esqui gera receitas da ordem de € 340 milhões por ano, empregando mais de 2 mil pessoas. Preocupado com a recessão europeia, o Governo de Andorra tem buscado divulgar o país como destino de inverno, e identifica no Brasil um foco prioritário.

O Principado mantém boas relações comerciais com os países europeus de seu entorno. Pelas limitações de sua economia e por razões geográficas, as prioridades comerciais andorranas centram-se, sobretudo, nos dois grandes vizinhos: Espanha e França. As exportações andorranas de bens revelaram, contudo, perda de dinamismo ao longo dos últimos dez anos. As vendas externas passaram de € 130 milhões em 2005 para € 74 milhões em 2014, o que representou decréscimo de 43,3% no período. As exportações são direcionadas, sobretudo, aos dois principais sócios comerciais do Principado.

O comércio bilateral com o Brasil é pouco expressivo. Em 2014, o Brasil foi o 28º destino de produtos andorranos, com participação de 0,1% sobre o total. Entre as exportações brasileiras, cabe destaque aos produtos de confeitaria (como bombons e caramelos) e de joalheria, que somaram, em 2012, mais de 80% pauta. Entre os produtos comprados pelo Brasil, sobressaem-se peças e circuitos eletrônicos digitais (revendidos a partir de Andorra, mas não produzidos no país). O Brasil mantém déficit estrutural em suas trocas com Andorra, devido sobretudo à importação desse último grupo de produtos.

Desde o início da crise econômica internacional, no contexto de maior pressão contra os chamados “paraísos fiscais”, Andorra buscou firmar com diversos países acordos para troca de informações tributárias. No Brasil, Andorra consta da relação de "países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados" da Receita Federal, de acordo com a Instrução Normativa nº 1037, de 4 de junho de 2010. Com vistas a mudar essa situação, o Governo andorrano iniciou negociações com a Receita Federal sobre Acordo em Matéria de Intercâmbio de Informação Fiscal em outubro de 2009.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE ANDORRA

Ano	Evento
839	Primeira menção à existênia de Andorra, em ato que elenca a região como domínio do Condado de Urgel.
1113	O domínio sobre Andorra passa ao Bispo de Urgel.
1278	Termina disputa entre o Conde de Foix e o Bispo de Urgel pelo domínio sobre Andorra. Estabelecimento da diarquia.
1914	Construída a primeira estrada a interligar Andorra ao mundo exterior.
1929	Primeiras instalações elétricas.
1993	Outorga de nova Constituição. Início da participação na ONU.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1993	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado
1997	Nomeação do primeiro Embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri
2013	O Ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil

ATOS BILATERAIS

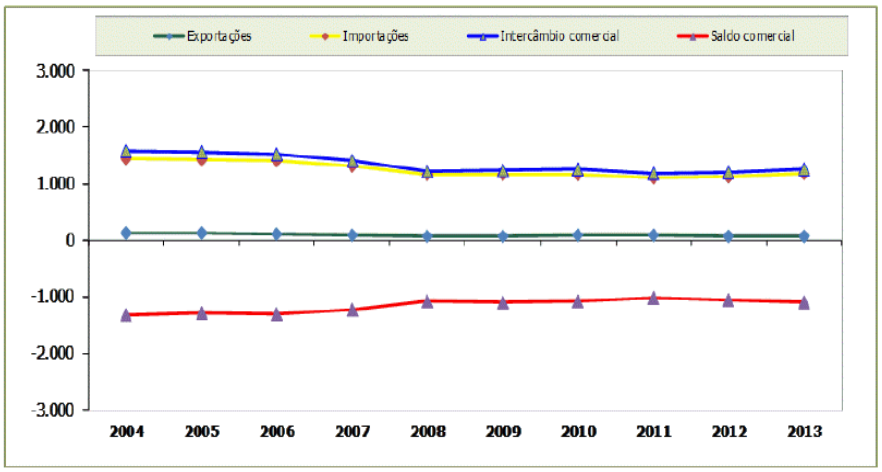
Não há atos bilaterais em vigor com Andorra que tenham sido tramitados pelo Congresso Nacional.

DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior de Andorra
€ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	130,1	17,8%	1.449	2,5%	1.580	3,6%	-1.319
2006	132,4	1,8%	1.423	-1,8%	1.555	-1,5%	-1.291
2007	109,9	-17,0%	1.403	-1,4%	1.513	-2,8%	-1.293
2008	94,2	-14,3%	1.320	-5,9%	1.414	-6,5%	-1.226
2009	72,1	-23,5%	1.153	-12,6%	1.225	-13,4%	-1.081
2010	69,9	-3,0%	1.160	0,6%	1.229	0,4%	-1.090
2011	81,8	-37,1%	1.164	-19,7%	1.246	-21,1%	-1.083
2012	82,4	0,8%	1.103	-5,3%	1.185	-4,9%	-1.020
2013	74,5	-9,6%	1.128	2,3%	1.203	1,5%	-1.054
2014	73,7	-1,0%	1.175	4,2%	1.249	3,8%	-1.101
Var. % 2005-2014	**-43,3%**		**-18,9%**		**-20,9%**		**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.
(n.c.) Dado não calculado.

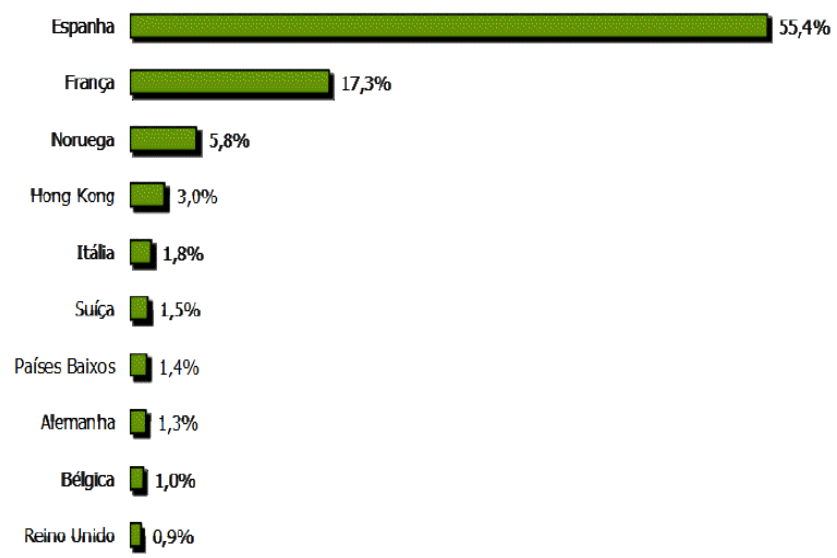


Direção das Exportações de Andorra
€ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Espanha	40,86	55,4%
França	12,72	17,3%
Noruega	4,26	5,8%
Hong Kong	2,21	3,0%
Itália	1,33	1,8%
Suíça	1,13	1,5%
Países Baixos	1,06	1,4%
Alemanha	0,99	1,3%
Bélgica	0,77	1,0%
Reino Unido	0,65	0,9%
...		
Brasil (28ª posição)	***0,06***	***0,1%***
Subtotal	**66,03**	**89,5%**
Outros países	**7,71**	**10,5%**
Total	**73,74**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais destinos das exportações

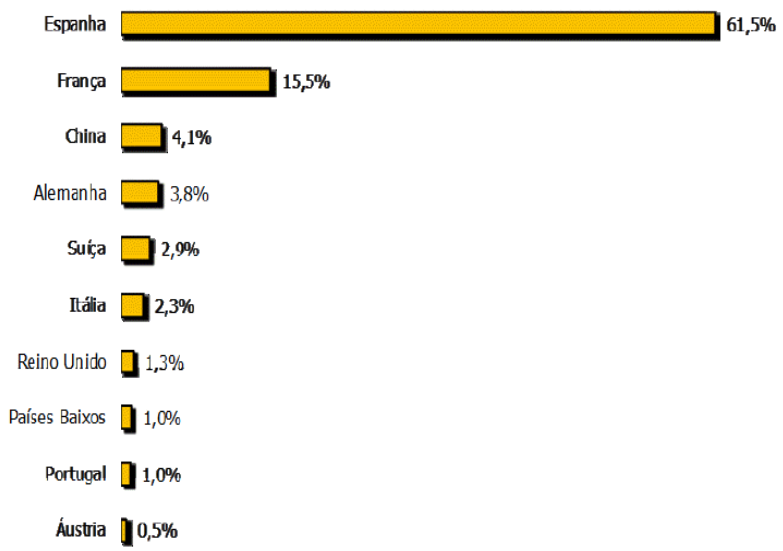


Origem das Importações do país
€ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Espanha	722,77	61,5%
França	**181,82**	**15,5%**
China	48,60	4,1%
Alemanha	**45,19**	**3,8%**
Suíça	34,40	2,9%
Itália	**27,07**	2,3%
Reino Unido	15,04	1,3%
Países Baixos	**12,16**	1,0%
Portugal	11,21	1,0%
Áustria	**6,46**	0,5%
...		
Brasil (53ª posição)	***0,18***	***0,0%***
Subtotal	**1.105**	**94,0%**
Outros países	**70**	**6,0%**
Total	**1.175**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais origens das importações

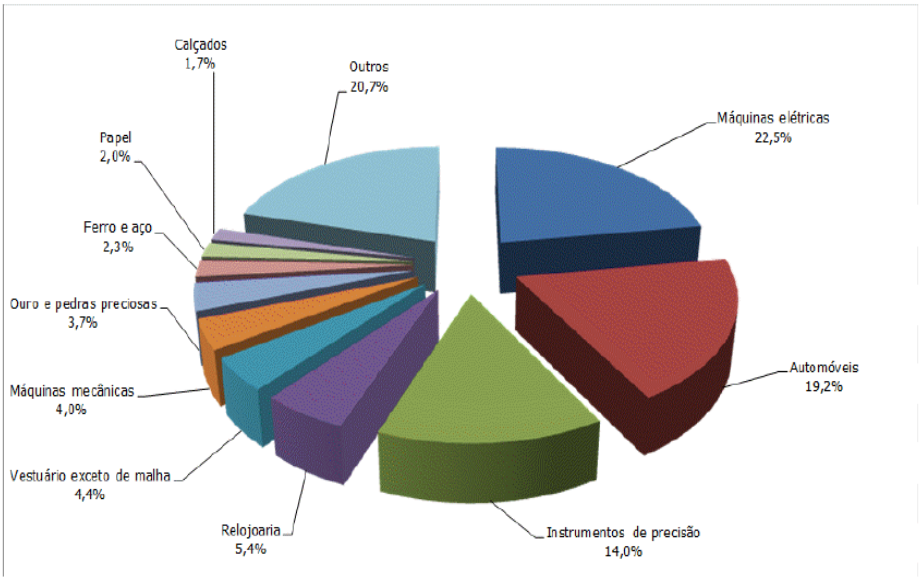


Composição das exportações de Andorra
€ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas elétricas	16,62	22,5%
Automóveis	14,19	**19,2%**
Instrumentos de precisão	10,35	14,0%
Relojoaria	3,99	**5,4%**
Vestuário exceto de malha	3,24	4,4%
Máquinas mecânicas	2,98	4,0%
Ouro e pedras preciosas	2,73	3,7%
Ferro e aço	1,68	2,3%
Papel	1,45	2,0%
Calçados	1,24	1,7%
Subtotal	**58,47**	**79,3%**
Outros	**15,27**	**20,7%**
Total	**73,74**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

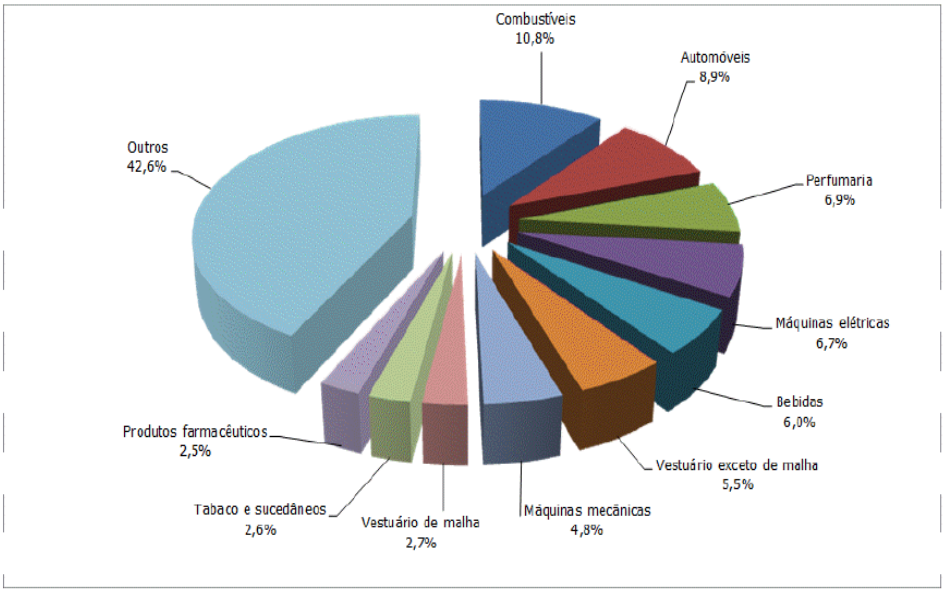


Composição das importações de Andorra
€ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Combustíveis	127,44	10,8%
Automóveis	104,97	8,9%
Perfumaria	80,74	6,9%
Máquinas elétricas	78,69	6,7%
Bebidas	70,12	6,0%
Vestuário exceto de malha	64,65	5,5%
Máquinas mecânicas	56,08	4,8%
Vestuário de malha	32,21	2,7%
Tabaco e sucedâneos	30,37	2,6%
Produtos farmacêuticos	29,43	2,5%
Subtotal	**675**	**57,4%**
Outros	**500**	**42,6%**
Total	**1.175**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Andorra

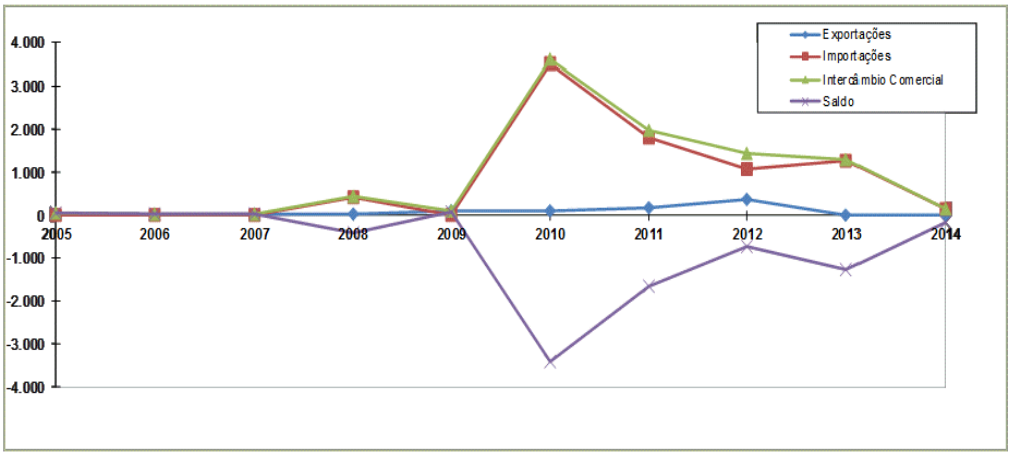
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	61	321,1%	*0,05%*	0,3	-71,3%	*0,00%*	61	296,0%	*0,03%*	61
2006	27	-55,5%	*0,02%*	0,2	-78,9%	*0,00%*	27	-55,3%	*0,01%*	27
2007	34	26,8%	*0,02%*	0,0	-100,0%	*0,00%*	34	25,8%	*0,01%*	34
2008	22	-37,4%	*0,01%*	417	100,0%	*0,24%*	439	(+)	*0,13%*	-396
2009	101	368,0%	*0,07%*	13	-96,9%	*0,01%*	114	-74,0%	*0,04%*	88
2010	106	4,5%	*0,05%*	3.512	(+)	*1,93%*	3.617	(+)	*0,94%*	-3.406
2011	171	62,2%	*0,07%*	1.813	-48,4%	*0,08%*	1.984	-45,2%	*0,41%*	-1.641
2012	366	113,7%	*0,15%*	1.082	-40,3%	*0,48%*	1.448	-27,0%	*0,31%*	-716
2013	15	-96,0%	*0,01%*	1.286	18,9%	*0,56%*	1.301	-10,2%	*0,27%*	-1.272
2014	2	-88,6%	*0,00%*	164	-87,2%	*0,07%*	166	-87,3%	*0,04%*	-163

Não houve trocas comerciais entre os dois países em janeiro de 2015.

Var. % 2005-2014	**-97,3%**	**n.a.**	**57710,9%**	**n.a.**	**170,2%**	**n.a.**	**n.c.**

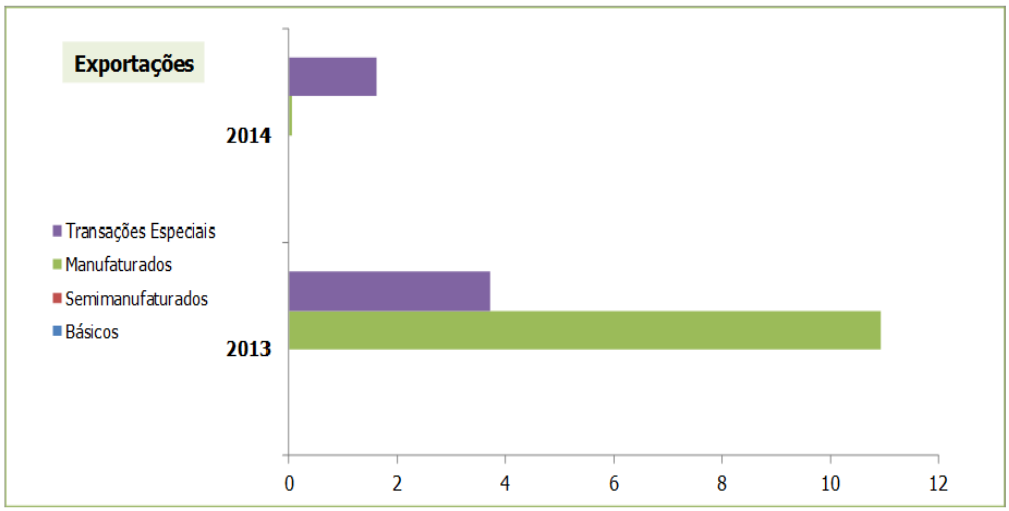
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.
(+) Variação superior a 1.000%
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado.

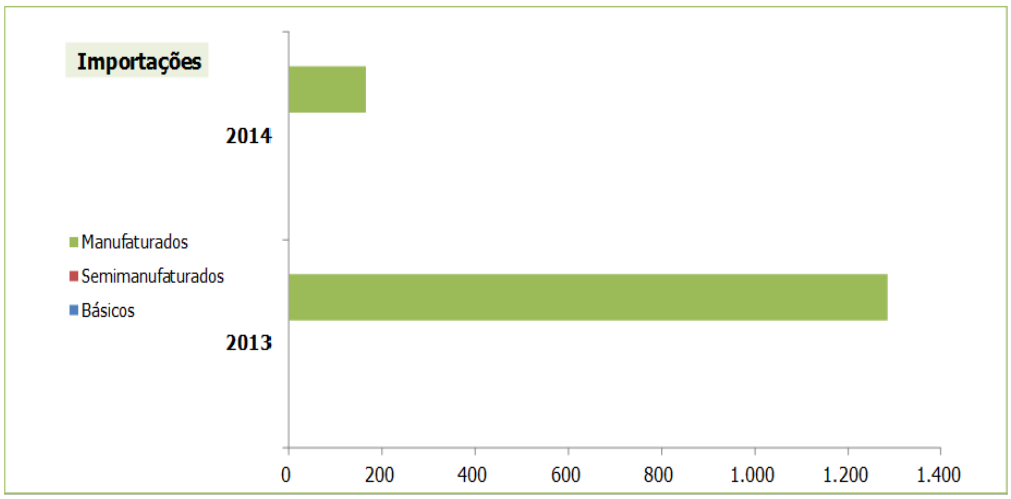


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Composição das exportações brasileiras para Andorra
US$ fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Transações especiais	16.887	4,6%	3.712	25,3%	1.615	96,4%
Instrumentos médicos e de precisão	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**61**	**3,6%**
Calçados	0	0,0%	10.937	74,7%	0	0,0%
Açúcar	**321.745**	**87,9%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Cacau	24.960	6,8%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**363.592**	**99,3%**	**14.649**	**100,0%**	**1.676**	**100,0%**
Outros produtos	**2.432**	**0,7%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**366.024**	**100,0%**	**14.649**	**100,0%**	**1.676**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

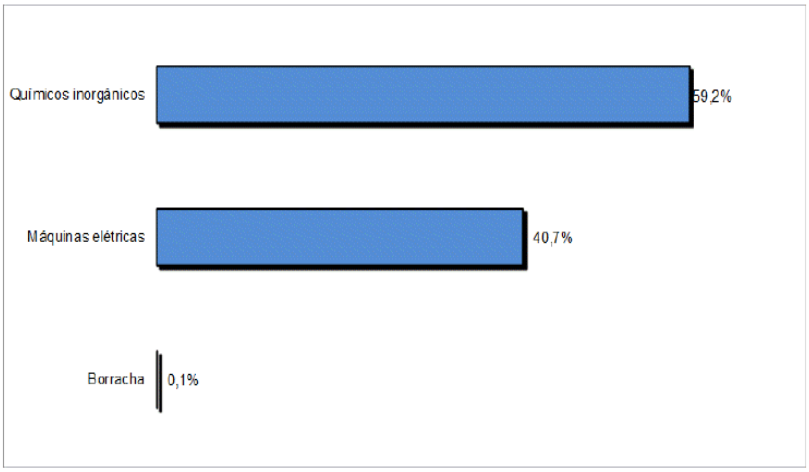


Composição das importações brasileiras originárias de Andorra
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	21	1,2%	31	2,4%	97	59,2%
Máquinas elétricas	**1.034**	**57,1%**	**1.153**	**89,6%**	**67**	**40,7%**
Borracha	0,00	0,0%	0,04	0,0%	0,09	0,1%
Subtotal	**1.056**	**58,2%**	**1.184**	**92,0%**	**164**	**100,0%**
Outros produtos	**757**	**41,8%**	**103**	**8,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**1.813**	**100,0%**	**1.286**	**100,0%**	**164**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Aviso nº 231 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

–

MENSAGEM
Nº 39, DE 2015

(Nº 188/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Os méritos do Senhor Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

EM nº 00213/2015 MRE

Brasília, 13 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS*
CPF.: 606.845.427-49
ID.: 7943 MRE

1952	Filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos, nasce em 27 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1979	Engenharia de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1997	CAE - IRBr, O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
Cargos:	
1979	Terceiro-Secretário
1981	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1992	Conselheiro, por merecimento
1998	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2005	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1979-80	Divisão de Imigração, assistente
1980-81	Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, Chefe substituto
1981-82	Departamento Geral de Administração, assessor
1982-83	Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, Chefe
1983-87	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo-Secretário
1987-90	Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1990-92	Divisão de Comércio Internacional de Produtos Avançados, Chefe substituto
1992-93	Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, Chefe
1993-95	Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
1994	Conferência Especial das Nações Unidas sobre a Convenção de Armas Biológicas, Chefe de delegação
1995-98	Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
1998-2000	Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral
2000-03	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
2003-05	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Secretaria de Tecnologia Industrial, Secretário
2005-06	Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Presidente
2007-10	Subsecretaria-Geral Política II, Subsecretário-Geral
2010-	Embaixada em Londres, Embaixador
Publicações:	
1982	Beyond Confidence- Building: Brazilian-Argentine Nuclear Cooperation, in Disarmament 5, no. 3, com Georges Lamaziere

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II
Departamento da Ásia do Leste
Divisão de China e Mongólia

CHINA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Popular da China
CAPITAL	Pequim
ÁREA	9.561.000 km^2
POPULAÇÃO	1,360 bilhão
IDIOMA OFICIAL	Mandarim
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ateus e agnósticos (42%); taoísmo e religião popular chinesa (30%); budistas (18%); cristãos (4%); muçulmanos (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional Popular
CHEFE DE ESTADO	Presidente Xi Jinping (2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Li Keqiang (2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Wang Yi (2013)
PIB nominal	US$ 9,24 trilhões (2013)
PIB PPP	US$ 16,16 trilhões (2013)
PIB nominal *per capita*	US$ 6.807 (2013)
PIB PPP *per capita*	US$ 11.850 (2013)
VARIAÇÃO DO PIB	9,6% (2008); 9,2% (2009); 10,4% (2010); 9,3% (2011); 7,8% (2012); 7,7% (2013); 7,5% (2014)
IDH	0,719/91º no mundo (2013)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,3 anos (2013)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	95,1 % (2010)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,0% (2013)
UNIDADE MONETÁRIA	renminbi (cuja unidade básica é o iuan)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Li Jinzhang
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	11.653 (2013)

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Unicef.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ mil FOB; fonte MDIC/AliceWeb):

Brasil-China	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	**16.392,8**	**23.367,9**	**36.443,1**	**36.101,9**	**56.381,3**	**77.104,8**	**75.476,0**	**83.328,3**	**77.956,7**
Exportações	8.402,4	10.748,8	16.403,0	20.190,8	30.785,9	44.314,5	41.227,5	46.026,2	40.616,1
Importações	7.990,4	12.619,1	20.040,0	15.911,1	25.595,4	32.790,3	34.248,5	37.302,2	37.340,6
Saldo	411,9	-1.870,2	-3.637,0	4.279,7	5.190,4	11.524,2	6.979,0	8.724,0	3.275,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

XI JINPING 习近平

Presidente da República, Secretário-Geral do PCCh e Presidente da Comissão Militar Central



Nascido em Fuping, província de Shaanxi, em 1º de julho de 1953. Membro do chamado grupo dos "príncipes" (*princelings*), é filho de um ex-Vice-Primeiro-Ministro, Xi Zhongxun (1913-2002), que foi expurgado da elite dirigente à época da Revolução Cultural. Sua esposa, Peng Liyuan, é famosa cantora.

Filiou-se ao Partido Comunista da China em 1974. Graduou-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79) e obteve doutorado em Direito (1998-2002) pela Escola de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Tsinghua, tornando-o um dos poucos da atual liderança chinesa com formação na área de humanas.

De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Desempenhou diversos cargos na seção local do Partido.

Passou grande parte de sua carreira em Fujian (1985-2002), onde exerceu diversos cargos de chefia, até ser designado Secretário Adjunto do Comitê Provincial do PCCh e promovido a Governador em 2000. Passou por Zhejiang (2002-2007), onde também chefiou diversas instâncias do poder local. De 2003 a 2007, foi Secretário do Comitê Provincial do PCCh em Zhejiang e Presidente do Comitê Permanente do Congresso Provincial do Povo de Zhejiang.

De 2007 a 2012, foi membro do 17º Comitê Central do PCCh e de seu Secretariado e do Comitê Permanente do Birô Político; Secretário do Comitê Municipal do PCCh em Xangai; e Presidente da Escola do Partido do Comitê Central do PCCh. Anteriormente, fora membro do 16º Comitê Central e membro alterno do 15º Comitê Central.

Em 2008, tornou-se Vice-Presidente da RPC. Durante a V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCCh, em 2010, foi nomeado para um dos

postos de Vice-Presidente da Comissão Militar Central, consolidando-o como favorito para suceder Hu Jintao na Secretaria-Geral do PCCh e na Presidência da Comissão Militar Central, o que ocorreu por ocasião do XVIII Congresso Nacional do Partido (08-14/11/2012), e na Presidência da República, o que ocorreu em março de 2013. Manteve-se, pois, na Comissão Permanente do Politburo.

Manteve encontros bilaterais com a Senhora Presidenta da República, à margem da V Cúpula do BRICS (Durban, março de 2013); à margem da VIII Cúpula do G-20 (São Petersburgo, setembro de 2013); e à margem da IX Cúpula do G20 (Brisbane, novembro de 2014). Recebeu o Vice-Presidente da República, Michel Temer, em sua visita oficial à China, em novembro de 2013.

Visitou o Brasil como Vice-Presidente da RPC, em fevereiro de 2009. Como Presidente, realizou Visita de Estado ao Brasil, em julho de 2014, ocasião em que também participou da VI Cúpula do BRICS (Fortaleza e Brasília).

LI KEQIANG 李克强

Primeiro-Ministro do Conselho de Estado



Nasceu em Dingyuan, província de Anhui, em 1955. Ingressou no Partido Comunista Chinês (PCCh) em 1976 e se graduou na Faculdade de Direito da Universidade de Pequim em 1982, onde também obteve doutorado em economia.

Foi enviado, em 1974, para a Brigada de Produção de Dongling, na comuna Damiao, em Fengyang, província de Anhui, onde serviu como secretário da filial do PCCh até 1978. Em março do mesmo ano, foi admitido na Universidade de Pequim, onde se tornou chefe da Federação Estudantil e graduou-se em direito e economia.

Atuou como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de Toda a China. Entre 1993 e 1998, ocupou posições do PCCh no 13º Comitê Central da Liga da Juventude Comunista da China. Muitos atribuem sua ascensão política a seus vínculos com Hu Jintao (ex-Vice-Presidente e Presidente da RPC) e à Liga da Juventude Comunista.

Em 1998, foi eleito Vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCCh e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo que exerceu até 2003.

Entre 2003 e 2004, foi Presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Entre 2004 e 2007, exerceu a função de Secretário do Comitê Provincial de Liaoning do PCCh. Foi membro do Comitê Permanente do 8º Congresso Nacional do Povo e do 15º e 16º Comitê Central do PCCh.

É membro do Comitê Permanente do Birô Político (Politburo) desde 2007; por ocasião do XVIII Congresso Nacional do Partido (08-14/11/2012), manteve-se no Comitê Permanente do Politburo. Foi Vice-Primeiro-Ministro Executivo do Conselho de Estado (2008-2013), Vice-Presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central (2008-2013) e Diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar (2010-2013).

Por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, em março de 2013, foi escolhido Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da RPC, sucedendo Wen Jiabao. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCCh.

Visitará o Brasil nos dias 19 e 29 de maio de 2015, ocasião em que será recebido pela Presidenta Dilma Rousseff.

YANG JIECHI 杨洁篪

Conselheiro de Estado (negócios estrangeiros)



Nasceu em maio de 1950, em Xangai. Entre 1973 e 1975, estudou na Universidade de Bath e na London School of Economics, no Reino Unido. É doutor em História.

Filiou-se ao PCCh em 1971. Ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1975. Trabalhou nos Departamentos de Tradução e Interpretação (1975-83 e 1987-90) e de América do Norte e Oceania (1990-93). No exterior, serviu na Embaixada em Washington em três períodos: 1983-87, 1993-95 e 2001-2005, no último como Embaixador. Entre 1995 e 2001, foi Ministro-Assistente.

Exerceu o cargo de Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (Américas), entre 2005 e 2007, quando copresidiu, do lado chinês, a XIV Reunião de Consultas Políticas do Brasil-China, em abril de 2007, ao lado do Embaixador Roberto Jaguaribe. Assumiu a Pasta dos Negócios Estrangeiros em maio de 2007. Visitou o Brasil como Chanceler, em janeiro de 2009.

Em março de 2011, recebeu, em Pequim, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, durante encontro preparatório à visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China. Anteriormente, haviam-se reunido também, em fevereiro de 2010, quando o Embaixador Antônio Patriota, então Secretário-Geral das Relações Exteriores, visitou Pequim. Em junho de 2012, ainda como Chanceler, integrou a delegação chinesa, chefiada pelo então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, à Conferência Rio+20.

Em março de 2013, por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, foi nomeado Conselheiro de Estado, responsável por negócios estrangeiros, substituindo Dai Bingguo. Nessa condição, é a mais alta autoridade chinesa na área de política externa.

WANG YI 王毅
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Pequim, em 1953. Serviu no Exército de Libertação do Povo (PLA) por oito anos e, em 1977, iniciou estudos no Departamento de Línguas Asiáticas e Africanas da Universidade de Estudos Internacionais de Pequim. Especializou-se no idioma japonês, em que é fluente.

Entre 1982 e 1989, iniciou sua carreira diplomática no Departamento de Assuntos Asiáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1989 e 1994, serviu como Conselheiro na Embaixada da China em Tóquio. Entre 1994 e 1995, voltou a trabalhar como Vice-Chefe do Departamento de Assuntos Asiáticos e, entre 1995 e 1998, chefiou aquele Departamento.

De 1998 a 2001, assessorou o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuang. Entre 2001 e 2004, foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros até ser nomeado, em 2004, Embaixador no Japão. Em 2007, tornou-se membro do Comitê Central do PCCh (reeleito em 2012).

Entre 2007 e 2008, foi o ponto focal pelo lado chinês nas Conversações Hexapartites sobre a Desnuclearização da Península Coreana. De 2008 a 2012, foi Diretor do Escritório do Conselho de Estado para Assuntos de Taiwan. Sua gestão no Escritório foi marcada por avanços na distensão das relações com Taiwan.

Em março de 2013, por ocasião da 12ª Assembleia Nacional do Povo, substituiu Yang Jiechi no Ministério de Negócios Estrangeiros.

Esteve no Brasil, em agosto de 2000, na função de Ministro Assistente dos Negócios Estrangeiros, responsável pela área de planejamento diplomático, quando manteve reunião de trabalho sobre desarmamento e não-proliferação com o então Subsecretário-Geral Político. Em abril de 2014, visitou novamente o Brasil, para a I Reunião do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres e para preparar a visita de Estado do Presidente Xi Jinping, em julho daquele ano, da qual também participou.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China têm evoluído de forma intensa e assumido crescente complexidade. Ainda em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre, projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional mais robusto, por meio do estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância permanente de cooperação e diálogo entre os dois países. A COSBAN é liderada do lado brasileiro pelo Vice-Presidente Michel Temer, e da parte chinesa, pelo Vice-Primeiro Ministro encarregado de Temas Econômicos, Comerciais e Financeiros, Wang Yang.

Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2010-2014) – PAC, que define objetivos, metas e orientações para a cooperação bilateral em seus diversos campos. Sua vigência foi estendida até 2021, e edição atualizada do documento deverá ser firmada durante a Visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil, em maio de 2015.

A visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, estabeleceu três novos marcos nas relações bilaterais: sua elevação à condição de Parceria Estratégica Global, o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global em nível de Chanceleres; e a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021.

A visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil (jul/2014), no transcurso da comemoração dos 40 anos das relações diplomáticas, deu novo impulso ao relacionamento bilateral e completou um ciclo de sete visitas do mais alto nível desde 2004: Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, e duas visitas do então Presidente Lula, em 2004 e 2009, de nosso lado; e duas visitas do então Presidente Hu Jintao, em 2004 e 2010, e uma do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em 2012.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Vice-Presidente Li Yuanchao

Por ocasião da posse presidencial, a Senhora Presidenta manteve encontro com o Vice-Presidente Li Yuanchao, em 02 de janeiro passado. Entre os assuntos tratados, destacaram-se a cooperação Brasil-China-Peru para ligação ferroviária; a cooperação em energia, sobretudo petróleo e gás; e

cooperação financeira. O Vice-Presidente chinês transmitiu convite do Presidente Xi Jinping para que a Senhora Presidenta da República visite novamente a China.

Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20 (Brisbane, 16/11/2014)

No primeiro encontro entre os presidentes após a visita de Estado de Xi Jinping ao Brasil, os seguintes pontos foram ressaltados: cooperação em ferrovias e o Memorando de Entendimento entre Brasil, China e Peru sobre a Criação do Grupo de Trabalho Trilateral para uma Conexão Ferroviária Bioceânica Brasil-Peru; o lançamento do satélite CBERS 4 (*China-Brazil Earth Resources Satellite*), que se contretizaria em 7 de dezembro de 2014; a implementação da suspensão do embargo chinês à carne bovina brasileira; realização da IV Reunião da COSBAN no Brasil, em 2015; cooperação em energia solar e eólica; Reunião Ministerial do Fórum CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China, realizada em Pequim, em janeiro de 2015. Na ocasião, a Senhora Presidenta da República foi convidada a visitar a China, em data de sua conveniência.

Visita de Estado do Presidente Xi Jinping

De 14 a 18 de julho de 2014, o Presidente Xi Jinping realizou visita de Estado ao Brasil, que coincidiu com os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas. Participou igualmente da Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe e discursou em sessão conjunta no Congresso Nacional. Foram assinados 56 instrumentos bilaterais e emitido Comunicado Conjunto. Entre os resultados da visita, destacam-se: o anúncio da aprovação governamental para venda de 60 aviões da Embraer; a suspensão do embargo às exportações brasileiras de carne bovina; compromisso com o lançamento do quinto satélite CBERS em 2014; estímulo aos investimentos chineses em infraestrutura brasileira e sul-americana; e aumento do número de estudantes brasileiros na China, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Diálogo Estratégico Global

A visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, em abril de 2014, permitiu a realização da I Sessão do Diálogo Estratégico Global (DEG), entre Chanceleres, no contexto da Parceria Estratégica Global, estabelecida em 2012. A reunião serviu também de preparação à VI Cúpula do BRICS e à visita de Estado do mandatário chinês ao Brasil, em julho do mesmo ano. Ficou acordada a periodicidade anual das sessões do DEG, alternadamente em cada país. Previamente a cada sessão do DEG, serão realizadas reuniões dos diálogos setoriais (temas africanos; latino-americanos e caribenhos; asiáticos; Oriente Médio; direitos humanos; políticas sociais;

planejamento diplomático; e Estados Unidos). No dia seguinte à reunião do DEG, a Senhora Presidenta da República recebeu o Chanceler Wang. A II Sessão do DEG deverá ocorrer em Pequim, em 2015.

COSBAN

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) constitui um dos mais abrangentes mecanismos bilaterais de coordenação do Brasil com terceiros países. Foi criada em 2004 e, como memorando, é chefiada, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República e, da parte chinesa, pelo Vice-Primeiro-Ministro encarregado de temas econômicos e financeiros, atualmente Wang Yang. A estrutura atual contempla onze Subcomissões, responsáveis por ampla gama de temas: relações econômicas; cooperação científica, tecnológica; cooperação espacial; intercâmbio cultural e educacional, entre outros. Poderá vir a incorporar no futuro instâncias adicionais, para atender às demandas do relacionamento. Conta também com Grupos de Trabalho sobre temas específicos (comércio; investimentos; propriedade intelectual; questões aduaneiras; harmonização de estatísticas; e esportes). A COSBAN reuniu-se três vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília) e 2013 (Cantão). A IV sessão deverá ocorrer no Brasil, em 2015.

A III Sessão Plenária da COSBAN teve lugar em Cantão, em novembro de 2013. Na ocasião, foram assinados os seguintes instrumentos: Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022; Memorando de Entendimento que cria Grupo de Trabalho Conjunto sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança; e Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Milho do Brasil para a China.

Visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao

A visita do então Primeiro-Ministro, no contexto da Conferência Rio+20, em junho de 2012, estabeleceu três marcos nas relações bilaterais: sua elevação à condição de Parceria Estratégica Global, o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global em nível de Chanceleres; e a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021.

Plano Decenal de Cooperação

O Plano Decenal de Coordenação estabelece ações prioritárias para o período 2012-2021, nas seguintes áreas:

a) ciência, tecnologia, inovação e cooperação espacial;
b) energia, mineração, infraestrutura e transporte;
c) investimentos e cooperação industrial e financeira;
d) cooperação econômica e comercial;
e) cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades.

Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China

A Presidenta Dilma Rousseff realizou Visita de Estado à China, no início de seu primeiro mandato (abril/2011). A visita consolidou a parceria estratégica entre os dois países e lançou a proposta de um "salto qualitativo" nas relações bilaterais, indo além da complementariedade entre as duas economias, envolvendo não somente a diversificação das exportações, mas também a conformação de parcerias industriais em direção a iniciativas que proporcionem desenvolvimentos tecnológicos. Foi realizado, por ocasião da visita, o I Diálogo de Alto Nível de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Plano de Ação Conjunta (PAC)

Na visita do então Presidente Hu Jintao ao Brasil, em abril de 2010, foi firmado, pelos Chefes de Estado, o Plano de Ação Conjunta (PAC). Predecessor do Plano Decenal de Cooperação e, inicialmente, com horizonte temporal até 2014, o PAC visa a orientar o relacionamento entre Brasil-China em todas as suas dimensões – bilateral, plurilateral e multilateral – com objetivos específicos e mecanismos de monitoramento, para as onze Subcomissões da COSBAN e para o Diálogo Estratégico entre as Chancelarias.

O PAC estipula que as reuniões da Comissão de Alto Nível se realizem a cada dois anos, em alternância, no Brasil e na China, e que suas Subcomissões se reúnam anualmente. O monitoramento do PAC está a cargo da COSBAN, cuja estrutura conta com uma Secretaria-Executiva (exercida, do lado brasileiro, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores e, do lado chinês, pelo Vice-Ministro do Comércio responsável por Américas) e com Pontos Focais (o Diretor do Departamento da Ásia do Leste do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de América e Oceania do Ministério do Comércio, pelo lado chinês). Na Visita de Estado ao Brasil do Presidente Xi Jinping, em julho de 2014, acordou-se estender a vigência do PAC até 2021, coincidindo com o término do Plano Decenal de Cooperação, e foi encomendada à COSBAN a tarefa de atualizar o documento.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Comércio

Em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA, pelo critério de corrente de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil, novamente superando os EUA, o que se manteve em 2013 e 2014.

O intercâmbio comercial bilateral em 2014 foi de US$ 77,9 bilhões (queda de 6,44% em relação a 2013, quando o total do comércio chegou a US$ 83,33), com superávit brasileiro de US$ 3,27 bilhões (queda de 62,45% em

relação a 2013, quando o superávit foi de US$ 8,72 bilhões). As exportações atingiram US$ 40,61 bilhões. As exportações de soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, somadas, representaram 79,4% do total exportado para o país asiático. Do lado das importações, as compras somaram US$ 37,34 bilhões. As compras de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, somados, corresponderam a cerca de 48,4% do montante das importações.

Em 2014, o comércio bilateral com a China superou nosso intercâmbio com os EUA em cerca de US$ 16 bilhões. Por outro lado, o comércio do Brasil com o conjunto da União Europeia superou em quase US$ 10 bilhões o comércio com a China.

Num horizonte temporal maior, observa-se que o intercâmbio com a China saltou de US$ 2,3 bilhões, em 2000 (quando o país respondia por, apenas, 2,1% do comércio total brasileiro), para o valor já apontado de US$ 77,9 bilhões em 2014. No período de 2000 a 2014, o superávit acumulado pelo Brasil no comércio com a China foi de US$ 42,7 bilhões.

A notável trajetória do comércio bilateral com a China está diretamente associada à valorização dos produtos básicos, notadamente, os complexos da soja, minérios e petróleo, cuja participação no total exportado para o país foi de 61,5%, em 2002; 76,7%, em 2009; 83,6%, em 2010; 85,0%, em 2011; 82,8% em 2012; 81% em 2013; e 79,4% em 2014.

Cabe notar, no entanto, que o aumento do peso dos produtos básicos na pauta exportadora para a China ocorreu simultaneamente à elevação, em termos absolutos, da exportação de produtos industrializados para esse país (manufaturados e semimanufaturados).

Relações empresariais Brasil-China

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) é instância que congrega as principais empresas envolvidas na relação bilateral e se dedica à promoção do diálogo entre representantes dos setores público e privado com o intuito de aperfeiçoar o ambiente de comercio e os investimentos entre os dois países. Criado, em 2004, juntamente com a COSBAN, com uma Seção brasileira e outra chinesa, é o principal canal institucional entre a Comissão de Alto Nível e o setor privado dos dois países. Nos últimos anos, o Conselho realizou uma série de mesas redondas com líderes de Governo, empresários e especialistas e reuniões bilaterais com a Seção Chinesa do Conselho. Foi feita a publicação de estudos inéditos sobre as relações empresariais Brasil-China, entre os quais a pesquisa sobre Investimentos chineses no Brasil (2011) e uma análise da presença brasileira na China.

Embraer

A Embraer está presente na China desde 2000, quando inaugurou seu escritório de representação em Pequim. Em 2002, foi criada, na cidade de

Harbin (Província de Heilongjiang), a Harbin Embraer Aircraft Industry Company, Ltd., *joint venture* estabelecida entre a Embraer e as empresas chinesas Harbin Aircraft Industry Group Co e Hafei Aviation Industry Co, destinada à montagem final dos jatos regionais da família ERJ-145 para o mercado chinês. Em junho de 2010, devido à crescente base de clientes, a Embraer estabeleceu a primeira subsidiária integral na China, a Embraer (China) Aircraft Technical Services Co., Ltd., focada em suporte pós-vendas. Durante a visita do então Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, ao Brasil para a Conferência Rio+20, a Embraer S.A. e a Aviation Industry Corporation of China (AVIC) assinaram acordo para a fabricação, na China, dos jatos executivos Legacy 600/650, usando infraestrutura, recursos financeiros e mão-de-obra da *joint venture* iniciada em 2002.

A Embraer mantém liderança no mercado de jatos regionais na China, ao passo que na aviação executiva, o mercado tem sido dominado pelas concorrentes Gulfstream e Bombardier.

Por ocasião da visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014, a Embraer assinou contrato de venda de 60 aeronaves da família EMB-190, com o anúncio de aprovação governamental pela parte chinesa.

Defesa comercial

Estão em vigor direitos *antidumping* provisórios ou definitivos sobre 48 produtos oriundos da China, de um total de 70 produtos de diversas origens que estão sujeitos a medidas de defesa comercial no Brasil.

Há, no Brasil, quinze processos de investigações *antidumping* em curso, das quais onze são originais e quatro são revisões. Onze dessas investigações envolvem a China.

Embora as autoridades chinesas manifestem preocupação com o grande número de medidas aplicadas e investigações brasileiras contra a China, o diálogo técnico bilateral é bastante fluido.

Reconhecimento da China como Economia de Mercado

A implementação do reconhecimento da China como economia de mercado, com base no Memorando de Entendimento de 2004, depende da aprovação de regulamento específico pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

Nos últimos anos, a parte brasileira adotou duas medidas que conferiram maior transparência às investigações de defesa comercial: visitas *in loco* às plantas exportadoras e possibilidade de uso de dados setoriais pelas mesmas.

Empresas chinesas podem, contudo, requerer reconhecimento setorial de que atuam em economia de mercado. Os requerimentos serão analisados pela autoridade brasileira competente.

Cooperação em Agricultura

O aumento do nível de vida na China e o processo de urbanização decorrente configuram oportunidades para setores do agronegócio, como o de carnes e grãos.

Em 2014, as exportações do agronegócio para a China corresponderam a 48,2% do total. Cabe destacar o forte crescimento, em relação a 2013, das vendas de alguns produtos desse setor, como couros e peles não preparados (29,1%), carne de aves (17,7%) e algodão (75,8%).

No momento, empresas brasileiras do agronegócio negociam com a parte chinesa mecanismos de integração de cadeias produtivas. Dentre outras medidas, estuda-se a transferência para o Brasil de unidades chinesas produtoras de alimentos e um maior acesso dos exportadores brasileiros ao sistema de distribuição chinês.

Cooperação no âmbito das Subcomissões de Agricultura e de Inspeção e Quarentena da COSBAN

A Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da COSBAN trata de questões sanitárias e fitossanitárias relativas ao comércio bilateral, inclusive a abertura de novos mercados. Por sua vez, a Subcomissão de Agricultura da COSBAN ocupa-se de temas como cooperação em políticas agrícolas, tecnologia, pesquisa e ampliação do comércio bilateral. A primeira reunião da Subcomissão, realizada em março de 2006, discutiu cooperação nas áreas de germoplasma, biossegurança de soja transgênica e medidas sanitárias e fitossanitárias. Durante a segunda reunião, em novembro de 2010, discutiu-se o progresso da cooperação agrícola entre os dois países e houve intercâmbio de informações a respeito de biotecnologia. As partes comprometeram-se a estabelecer laboratórios conjuntos de pesquisa, por meio de acordo entre a EMBRAPA e a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS). Como resultado, foram estabelecidos um Laboratório Virtual da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na China (*Labex* China), em 2011, e um laboratório da CAAS no Brasil, em 2012. Os dois lados concordaram, ademais, em coordenar posições em organizações internacionais acerca de temas agrícolas e assuntos relacionados – mudança do clima, rodada Doha e liberalização comercial. A terceira reunião ocorreu em novembro de 2013, ocasião em que foi acordada a criação do Grupo de Trabalho Conjunto Sino-Brasileiro de Biotecnologia Agrícola e Biossegurança, com o objetivo de discutir a gestão de biotecnologia e agrícola, biossegurança e pesquisa conjunta, além de questões regulatórias para melhorar os procedimentos relativos à aprovação de organismos geneticamente modificamos envolvidos no comércio bilateral.

Além das reuniões das duas Subcomissões, ambos os países realizam intensa troca de informações técnicas sobre requisitos sanitários e

fitossanitários, com vistas à manutenção e ampliação do comércio bilateral, bem como superação de eventuais dificuldades comerciais pontuais.

Exportações brasileiras de carnes

O comércio de produtos cárneos teve grande impulso a partir da visita do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em maio de 2009, ocasião em que foram liberadas as exportações brasileiras de carne de aves.

Por ocasião da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014, foi anunciado o levantamento do embargo à carne bovina brasileira, então motivado por caso isolado de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), detectado em 2012. Cumpre ressaltar, no entanto, que em todos os momentos, o mercado de Hong Kong permaneceu aberto às exportações brasileiras de carne bovina.

A parte brasileira está envidando esforços com vistas a aumentar o número de estabelecimentos habilitados a exportar carnes bovina, suína e de frango para a China. São, hoje, 44 estabelecimentos brasileiros credenciados para as três carnes (29 de carne de aves, 8 de carne bovina e 7 de carne suína).

Além disso, o MAPA apresentou, em setembro passado, proposta de mecanismo de "*fast track*" para as exportações brasileiras de carnes bovina, suína e de aves. Por meio desse mecanismo, o serviço sanitário brasileiro indicaria os estabelecimentos que cumprem os requisitos sanitários definidos pela China, sem, no entanto, restringir o direito chinês de enviar missões de inspeção quando assim o desejar.

Pescado

Está prevista missão brasileira à China, no segundo semestre de 2015, para auditar sistema de inspeção de pescados naquele país, em estabelecimentos habilitados a exportar seus produtos ao Brasil. Será a primeira missão desse tipo desde a abertura do mercado brasileiro nessa área.

Investimentos

Investimentos chineses no Brasil

É possível identificar quatro fases nos investimentos da China no País. Inicialmente, os investimentos tinham por objetivo assegurar o fornecimento dos recursos naturais para atender à demanda provocada pelas altas taxas de crescimento da economia chinesa. Num segundo momento, o foco recaiu sobre o setor industrial para suprimento do mercado doméstico e como plataforma de exportação para a América Latina. Num terceiro momento, o capital chinês dirigiu-se para o setor de infraestrutura, nas áreas de telecomunicações, produção e distribuição de energia e projetos ferroviários.

Em fevereiro de 2014, o consórcio formado pela estatal chinesa State Grid (51%) e duas subsidiárias da Eletrobras - Furnas (24,4%) e Eletronorte

(24,5%) - venceu o leilão da linha que vai trazer a energia da hidrelétrica de Belo Monte até a divisa dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, percorrendo 2 mil km. Observa-se que a State Grid entrou no mercado brasileiro com a compra de ativos da espanhola Plena Transmissoras (sete empresas por USD 1,7 bilhão), em maio de 2010, tendo incrementado seus investimentos em maio de 2012, com a aquisição de linhas de transmissão de energia do grupo espanhol ACS. A empresa chinesa já detém cerca de 6 mil km de linhas transmissoras no País, distribuídas por oito Estados da Federação, cuja aquisição representou investimento de cerca de EUR 2 bilhões. Igualmente em fevereiro de 2014, a China Three Gorges (CTG ou Três Gargantas), a maior empresa de geração de energia hídrica do mundo, anunciou a aquisição de um terço da hidrelétrica de São Manoel, leiloada em dezembro de 2013. Em março de 2013, a chinesa Yingli Solar, uma das maiores fornecedoras de painéis solares do mundo, abriu escritório em São Paulo.

Após os investimentos de mais de US$ 10 bilhões da SINOPEC e da SINOCHEM em campos de petróleo em 2010, novos investimentos no setor foram feitos pelas CNOOC e CNPC no consórcio ganhador da 1ª Licitação de Partilha de Produção (Pré-Sal), com 10% de participação cada, juntamente com Petrobras, Total e Shell.

Empresas como BYD, JAC Motors, Sinotruk, Geely, Shineray, Chery, Foton, Great Wall, Shacman, Sany e XCGM anunciaram planos de expandir ou iniciar suas atividades no País, na produção de automóveis de passeio e pesados.

No setor de tecnologia da informação, a Lenovo consolida-se como líder nacional no mercado de computadores (*notebooks* e *desktops*) e mantém fábricas em diversos estados. A Baidu iniciou suas operações no País em 2014, mesmo ano em que adquiriu o site de vendas *online* de cupons de desconto (vendas em grupo) Peixe Urbano.

Investimentos brasileiros na China

Entre os setores objeto de investimentos brasileiros na China, destacam-se o aeronáutico (Embraer), mineração (Vale), alimentos (BRF e Marfrig) motores (Weg) e autopeças (Maxion, Marcopolo e Fras-le). Ademais, os grupos Gerdau (siderurgia) e Suzano (papel e celulose), bem como o Banco do Brasil, o Banco Itaú-BBA, o BTG Pactual, a Tramontina (utilidades domésticas), a Soprano (metalurgia hidráulica), a Oxiteno (solventes), o Grupo Riachuelo (vestuário) e a empresa Caloi (bicicletas) contam com escritórios comerciais naquele país.

A Embraer deu início, em 2011, à produção de jatos executivos na China, em substituição à família EMB-145 (jatos regionais). O segmento de jatos executivos é um dos que mais cresce na aviação civil.

Há perspectivas animadoras de expansão da presença de empresas brasileiras no setor de alimentos processados (BRF – antiga "Brasil Foods" – e Marfrig).

Em 2012, a Votorantim Cimentos e o Banco do Brasil deram início a novos negócios na China. A Votorantim assumiu o controle dos ativos da cimenteira portuguesa Cimpor, que conta com cinco fábricas na China, com capacidade anual de produção de 6 milhões de toneladas de cimento.

Já o Banco do Brasil, em maio de 2014, converteu seu escritório de representação em Xangai em agência. Por sua vez, a Marcopolo está dando sequência às tratativas para a instalação de fábrica na Zona de Processamento de Exportações de Changzhou, com capital 100% brasileiro, voltada exclusivamente para terceiros mercados.

Cooperação em propriedade intelectual

A crescente importância dos temas de propriedade intelectual no relacionamento bilateral – sobretudo relacionados a questões de observância de direitos e coordenação em foros multilaterais – motivou o estabelecimento em 2009, por iniciativa brasileira, do Grupo de Trabalho Brasil-China sobre Propriedade Intelectual, com reuniões de frequência anual. O GT foi formalizado por meio de Memorando de Entendimento, assinado em abril de 2010. O Brasil é um dos seis parceiros com os quais a China mantém mecanismo de diálogo dedicado a PI. Os demais são EUA, UE, Japão, Suíça e Rússia. A China tornou-se, em poucos anos, um importante *player* global em matéria de PI, colocando-se entre os principais países de origem dos depósitos de patentes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

Entre os temas tratados no âmbito do GT de Propriedade Intelectual estão: observância de direitos de propriedade intelectual, políticas públicas de estímulo à inovação e coordenação de posições em foros multilaterais. As discussões têm se concentrado no intercâmbio de informações e experiências, bem como em casos específicos de apropriação indevida de marcas, patentes e desenhos industriais de empresas brasileiras e chinesas. Atendendo à solicitação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e a pleitos concretos de empresas brasileiras afetadas, o lado brasileiro tem buscado, em particular, aprofundar a discussão na área de observância.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para o tomador soberano da China.

Cooperação financeira

A abertura recíproca de agências bancárias é favorecida pelo Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a "China Banking Regulatory Commission" (CBRC), assinado em junho de 2012, com o

objetivo de: i) aprimorar o intercâmbio de informações relacionadas à fiscalização de instituições financeiras; e ii) aumentar a cooperação entre os dois órgãos em matéria de supervisão bancária.

O instrumento fortalece a supervisão global consolidada de dependências e de subsidiárias de bancos com atuação nos dois países, o que estimula a ampliação da presença recíproca de instituições bancárias.

Até o momento, quatro bancos chineses ingressaram no Brasil. O Banco da China Brasil, subsidiária do "Bank of China", em 2009, e o "Industrial and Commercial Bank of China" – ICBC, em 2012, obtiveram autorização para funcionamento como bancos múltiplos. Em novembro de 2013, foi anunciada a compra do brasileiro BicBanco pelo Banco de Construção da China. Além das instituições operando como banco múltiplo, em fevereiro de 2013, o Banco de Desenvolvimento da China inaugurou escritório no Rio de Janeiro, para atuação no financiamento a projetos.

Por sua vez, em fevereiro de 2014, o Banco do Brasil completou o processo para conversão de seu escritório de representação em Xangai em agência, a qual foi inaugurada em 30 de maio daquele ano.

Por ocasião de encontro entre a Senhora Presidenta da República e o então Primeiro-Ministro Wen Jiabao (Rio de Janeiro, 21/6/2012), foi anunciada a decisão de estabelecimento de mecanismo de *swap* cambial entre o Brasil e a China, no valor máximo de R$60 bilhões/CNY 190 bilhões. O acordo de *swap*, vigente por três anos com possibilidade de renovação, foi assinado em março de 2013, às margens da Cúpula do BRICS. As medidas para a efetivação do acordo já foram adotadas, inclusive com a abertura de contas recíprocas nos respectivos Bancos Centrais.

O acordo visa dar continuidade ao comércio bilateral em cenário de crise - em caso de escassez de crédito no mercado internacional, o acordo permitirá que Brasil e China sigam oferecendo linhas de financiamento a empresas em suas respectivas moedas para sustentar o comércio bilateral. O acordo de *swap* cambial com o Brasil e outros países constitui um dos instrumentos de apoio à internacionalização do *iuan* (RMB).

Cooperação parlamentar

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China constitui importante instância de diálogo e aproximação. Do lado brasileiro, coexistem dois grupos parlamentares de amizade Brasil-China. A seção na Câmara dos Deputados foi criada em 1993. A seção do Senado do Grupo Parlamentar foi criada pela Resolução nº 04, de 07 de maio de 2004, do Senado Federal. O Projeto de Resolução n. 37/2003, de autoria do então Senador Alberto Silva, do Piauí, visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar, tendo como objetivo primordial intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Popular da China.

O atual Presidente da seção brasileira do Grupo Parlamentar no Senado, que conta com 43 membros, é o Senador Flexa Ribeiro. Na seção da Câmara, o Presidente é o Deputado Federal Herculano Passos.

A diplomacia parlamentar também se tem desenvolvido por vertente temática. Parlamentares ou representantes de comissões específicas têm procurado a China como fonte de informações e políticas que lhes sejam úteis, em áreas como mudança do clima, agricultura, investimentos em infraestrutura, entre outras.

Em 2006, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, assinou protocolo para a criação de Mecanismo de Cooperação Parlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Popular da China. O Plano de Ação Conjunta 2010-2014 foi além e previu o estabelecimento de Mecanismo de Intercâmbio Parlamentar Brasil-China. A primeira reunião bilateral do referido Mecanismo teve lugar em Pequim, no Grande Palácio do Povo, em junho de 2012, durante visita oficial do então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, à China.

Entre 16 e 25 de novembro de 2012, delegação do Senado Federal realizou viagem à China, a convite do Governo chinês. A missão representou a seção do Senado Federal do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China. Foi chefiada pelo Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e integrada pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Casildo Maldaner (PMDB/SC), Cícero Lucena (PSDB/PB), Edison Lobão Filho (PMDB/MA), Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), José Agripino Maia (DEM/RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

De 11 a 19 de abril de 2014, delegação liderada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, realizou visita oficial à China, percorrendo as cidades de Pequim, Xangai e Xian. A missão foi recebida pelo Presidente Xi Jinping, pelo Presidente da Assembleia Nacional Popular, Zhang Dejiang, e pelo Secretário do Partido Comunista em Pequim e membro do Politburo do PCCh, Guo Jinlong.

De 3 a 8 de maio de 2014, delegação do Senado Federal, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, visitou a China. Em Pequim, a delegação manteve reuniões no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro Assistente Liu Jianchao, e na Assembleia Nacional Popular, com Zhao Shaohua, Vice-Presidente do Comitê de Assuntos Estrangeiros.

Ciência, tecnologia & inovação

As áreas prioritárias para a cooperação bilateral em C,T&I, definidas por ocasião do I Diálogo de Alto Nível Brasil-China sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, realizado em abril de 2011, são: i) biotecnologia, tecnologias agrícolas e segurança alimentar; ii) nanociência e nanotecnologia; iii) energias renováveis; iv) tecnologias da informação e comunicação; v) ciências espaciais. O II Diálogo está previsto para ocorrer no Brasil, em junho de 2015,

e deve contar com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia da China, Wan Gang.

No âmbito da Subcomissão de CT&I, foram estabelecidos programas e ações nas áreas de nanociência e nanotecnologia; biotecnologia; tecnologias agrícolas; meio ambiente, mudança do clima, energias limpas e renováveis e economia verde; tecnologias de bambu; tecnologias da informação e das comunicações (TIC); parques tecnológicos; e promoção da inovação. Nesse contexto, têm destaque os centros Brasil-China estabelecidos nas áreas de nanotecnologia, mudança do clima, e biotecnologia, assim como os laboratórios virtuais da Embrapa (Labex), em Pequim, e o laboratório virtual da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS), no Brasil.

Brasil e China mantêm programas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação em quatro instrumentos bilaterais de trabalho: a) Subcomissão de CT&I da COSBAN; b) Diálogo de Alto Nível em CT&I; c) Plano Decenal de Cooperação 2012-2021; e d) Plano de Ação Conjunta (PAC). Nos últimos anos, o diálogo bilateral em CT&I tem sido facilitado por constantes visitas de alto nível. Em 2012, tiveram lugar visitas de trabalho do então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, à China, no mês de julho, e do Ministro de Ciência e Tecnologia da China ao Brasil, em agosto, que serviram para impulsionar a construção de nova visão estratégica e de longo prazo para a cooperação bilateral naquelas áreas. Em dezembro de 2013, ambos os Ministros mantiveram nova reunião de trabalho. Em dezembro de 2014, por ocasião do lançamento do satélite CBERS 4, o então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clélio Campolina Diniz, realizou visita oficial à China.

Cooperação espacial

O Programa CBERS ("China-Brazil Earth Resources Satellite"), estabelecido em 1988, já produziu cinco satélites: CBERS 1 (1999), CBERS 2A (2003), CBERS 2B (2007), CBERS 3 (2013) e CBERS 4 (2014). Com a falha de lançamento do CBERS 3, em dezembro de 2013, os dois países aceleraram a montagem do CBERS 4, que foi lançado em 7 de dezembro de 2014 e já está gerando imagens. O CBERS 3 e o CBERS 4 foram os primeiros satélites do projeto que contaram com 50% de componentes brasileiros.

Na terceira reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Implementação do Plano Decenal de Cooperação Espacial Brasil-China, realizada em Pequim, em setembro de 2014, o Brasil reiterou sua intenção de dar seguimento ao Programa CBERS com a construção dos satélites CBERS 5 e CBERS 6, bem como seu grande interesse na construção conjunta do satélite CBERS 4A.

Por meio do Programa *CBERS For Africa* são distribuídas imagens satelitais, sem custo, a países do continente africano, em conformidade com os princípios de "*data democracy*", de compartilhamento e distribuição gratuita de imagens dos satélites CBERS, e de capacitação de usuários em países em

desenvolvimento. Esses princípios foram reafirmados por ocasião da III Reunião da COSBAN III (2013) e integraram a Declaração Conjunta por ocasião da Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014.

Com a assinatura do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, também na III COSBAN, os dois países reafirmaram seu compromisso com a continuidade e o aprofundamento dessa cooperação. O Plano Decenal representa iniciativa inédita entre países em desenvolvimento e cria condições para que o setor espacial brasileiro atinja novo patamar tecnológico por meio de atividades de desenvolvimento conjunto e de transferência de tecnologia.

Ao abrigo do Plano Decenal, foram assinados: (i) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Dados de Observação da Terra e suas Aplicações entre a Agência Espacial Brasileira - AEB e a Administração Nacional do Espaço da China (China National Space Administration) CNSA (julho de 2014); e (ii) Acordo de Cooperação para pesquisas em clima espacial entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e o Centro Nacional de Ciências Espaciais (NSCC) (agosto de 2014).

Como resultado do Acordo, foi estabelecido laboratório sino-brasileiro de clima espacial no INPE, tema no qual aquele instituto é referência internacional.

Energia

Nos anos 80 e 90, Brasil e China firmaram Memorandos de Entendimento e Protocolos de Cooperação nas áreas de energia nuclear (1984), hidroeletricidade (1988 e 1995) e carvão (1994), além de projeto de cooperação técnica para a construção da Hidrelétrica de Três Gargantas (1994).

Em 2006, estabeleceu-se a Subcomissão de Energia e Recursos Minerais no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e, em janeiro de 2009, assinou-se Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração, com vistas a fomentar o adensamento das relações bilaterais no setor. Em abril de 2009, foi firmado Memorando sobre Petróleo, Equipamentos e Financiamento, a partir do qual a China se tornou o segundo principal destino das vendas brasileiras de petróleo. Em abril de 2010, acordou-se o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, com capítulo sobre energia e mineração.

Foi realizada, em setembro de 2013, reunião sobre cooperação em energias renováveis e eficiência energética entre Brasil e China, no contexto das Subcomissões de Energia e Mineração e de Indústria e Tecnologia da Informação da COSBAN. O encontro serviu para aprofundar o exame das possibilidades de cooperação entre Brasil e China naqueles segmentos.

A Sinopec, a segunda maior companhia petroleira da China adquiriu, em 2010, 40% da Repsol no Brasil, pelo valor de USD 7,1 bilhões. Mais

recentemente, a empresa comprou 30% da Petrogal Brasil por USD 3,5 bilhões, ingressando na exploração do pré-sal, onde já produz petróleo no Campo de Lula. A companhia também atuou na construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), com financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank) – CDB, que financiou, ainda, a construção da termelétrica de Candiota. A Sinopec adquiriu, ainda, participação em projeto para, em parceria com a Petrobras, explorar petróleo em campos na Foz do Amazonas, nos estados do Pará e Maranhão.

A Sinochem, estatal que outrora deteve monopólio do comércio de petróleo, comprou da Statoil, em 2010, 40% do Campo de Peregrino (Bacia de Campos), ao preço de USD 3,07 bilhões.

Consórcio formado pelas empresas chinesas CNPC (PetroChina) e CNOOC, em parceria com Petrobras, Shell e Total, foi o vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha de produção, realizada em outubro de 2013. As empresas chinesas terão, cada uma, participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R$15 bilhões.

Desde 2004, a Petrobras mantém escritório em Pequim, responsável por operações de venda de petróleo bruto brasileiro - sobretudo proveniente da Bacia de Campos - e prospecta, em conjunto com empresas chinesas, novos mercados na Ásia. A possibilidade de investimentos adicionais na China está por ora afastada, já que a empresa procura concentrar seus recursos no desenvolvimento do pré-sal no Brasil.

Em 2014, as exportações brasileiras de petróleo atingiram a cifra de USD 4,9 bilhões, fazendo da China o segundo destino de vendas do recurso brasileiro, e da Unipec (subsidiária da Sinopec), a maior compradora individual da Petrobras. O comércio bilateral de petróleo foi impulsionado pela assinatura, em 2009, de Memorando de Entendimento sobre Petróleo, Equipamentos e Financiamento.

Como mencionado, a estatal chinesa State Grid também possui investimentos no setor energético brasileiro, incluindo em linhas de transmissão de longa distância. Em fevereiro de 2014, a State Grid integrou, com 51% de participação, o consórcio vencedor do leilão da linha de transmissão de Belo Monte (investimento de US$ 5 bilhões).

Mineração

Em 2014, as exportações de minério à China corresponderam a 31,3% do total, ao passo que as exportações de ferro e aço responderam por 1,3% do total. O investimento chinês em mineração no Brasil cresceu muito nos últimos anos. Ilustra esse crescimento a compra da empresa Sul Americana de Metais pela Honbridge, grupo que representa o Xinwen Mining Group e a Shandong Iron and Steel. Outro exemplo foi a compra de capital da mineradora MMX pela siderúrgica Wuhan Iron and Steel Company.

A maior operação chinesa no Brasil, entretanto, ocorreu em março de 2010, com a compra de 100% da Itaminas Comércio de Minérios (proprietária de reservas estimadas em 1,3 bilhão de toneladas de minério de ferro, em Minas Gerais) pelo Bureau de Exploração e Desenvolvimento Mineral do Leste da China (ECE). Em setembro de 2011, consórcio de 5 empresas chinesas adquiriu 15% do capital acionário da Companhia Mineira do Pirocloro de Araxá (CBMM), maior produtora de nióbio do mundo, por US$ 1,95 bilhão.

Em 1994, foi aberto o escritório da VALE em Xangai. Atualmente, a empresa possui seis *joint-ventures* com empresas chinesas, cinco na China e uma no Brasil. Em fevereiro passado, a China adotou novo regulamento para seus portos, o que possibilitará o atracamento na China dos navios da frota Valemax, cuja capacidade de carga é de cerca de 400 mil toneladas de minério de ferro. Além disso, por ocasião da visita de Estado do Presidente Xi Jinping, em julho passado, foi assinado o Acordo para estabelecer Relação de Porto Irmão Verde, entre o Porto de Tubarão e o Porto de Lian Yun Gang;

Educação

Com a adoção do Plano de Ação Conjunta Brasil-China (PAC) 2010-2014, em abril de 2010, e do Plano Decenal de Cooperação, em junho de 2012, foram definidas metas concretas e orientações para a cooperação educacional bilateral. Entre os pontos que merecem destaque está o oferecimento, pelo lado chinês, de 22 bolsas de estudo governamentais por ano para estudantes brasileiros durante a vigência do plano e a confirmação pelo lado brasileiro de que forneceria bolsas de estudo para estudantes chineses em reciprocidade.

Mais recentemente, a cooperação educacional tem ganhado vulto com iniciativas de universidades de ambos os países, em busca de estreitar laços com instituições de ensino estrangeiras, e com a abertura de Institutos Confúcio no Brasil. Até o momento, já foram abertas sete unidades do Instituto no Brasil: UNESP (novembro de 2008); UnB (setembro de 2009); PUC-Rio (agosto de 2011); FAAP (São Paulo) (junho de 2012); UFRGS (abril de 2012); UFMG (acordo assinado em janeiro de 2013); e Universidade de Pernambuco (acordo assinado em junho de 2013). Durante a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil (julho de 2014), foi acordada a abertura de três novas unidades (Unicamp, Universidade Federal do Ceará e Universidade do Estado do Pará).

Igualmente, durante a visita do Presidente Xi Jinping, foram assinados um memorando de entendimento para a ampliação dos Institutos Confúcio em universidades federais brasileiras e outro para a aprendizagem do mandarim no Brasil.

O Brasil mantém programa de leitorados na China, com professores brasileiros em universidades chinesas em Pequim, Xangai e Cantão.

Em maio de 2004, estabeleceu-se a Subcomissão Educacional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

(COSBAN), com o objetivo de incrementar os laços de cooperação educacional entre os dois países.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

Por ocasião da visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012, firmou-se o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação (MEC), o MCTI e o Ministério da Educação chinês para a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras na China. O memorando prevê 5.000 vagas para estudantes brasileiros em cursos de graduação e pós-graduação na China - e o mesmo número de chineses no Brasil. Conforme anunciado no Comunicado Conjunto da visita, o Governo chinês oferecerá, anualmente, 200 bolsas de estudo com isenção da mensalidade e taxa de matrícula. A Ata da III COSBAN reforçou o compromisso de enviar até 5 mil estudantes brasileiros à China entre 2012 e 2015 no âmbito do CsF, para os quais o lado chinês oferecerá 600 vagas em suas universidades.

Durante a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil (julho de 2014), foi assinado memorando de entendimento com vistas à oferta de estágios a estudantes do Programa Ciências sem Fronteiras na China.

Até o momento, foram implementadas 267 bolsas com a China, sendo 180 na modalidade graduação-sanduíche, 7 para doutorado-sanduíche, 2 para doutorado pleno e 4 para pós-doutorado. Segundo entendimentos entre CAPES e o CSC, os alunos brasileiros selecionados para cursar graduação-sanduíche pelo CsF em universidades chinesas estudarão em mandarim, e terão o período de um ano para alcançar o nível de proficiência HSK 4 – considerado o mínimo necessário para início das atividades propriamente acadêmicas.

Nas modalidades do CsF que tem como objetivo atrair pesquisadores estrangeiros para o Brasil, 4 projetos chineses foram selecionados para receber bolsas da modalidade Jovens Talentos e um projeto foi aprovado para receber a bolsa Pesquisador Visitante Especial.

Esportes

A cooperação em esportes é tratada no âmbito da Comissão Sino Brasileira de Concertação e Cooperação-COSBAN, mais especificamente por meio do Grupo de Trabalho de Esportes da Subcomissão Cultural. A parte brasileira convidou a China a colaborar na construção de grandes eventos esportivos no Brasil. O Governo chinês demonstrou interesse em cooperar com o Brasil para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Tem crescido igualmente o interesse chinês no futebol brasileiro. Em julho de 2014, foi inaugurado o Luneng Brasil Sports Center, o primeiro centro de formação de jovens no exterior para o futebol chinês.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na China é composta pela Seção Consular da Embaixada em Pequim; pelo Consulado-Geral em Hong Kong; pelo Consulado-Geral em Xangai; e pelo Consulado-Geral em Cantão.

Não há registro de Consulados Itinerantes realizados pelos Postos brasileiros localizados na China ao longo de 2014.

Segundo dados do Relatório Consular Anual de 2013, é estimado em 11.653 o número de brasileiros residentes na China.

Estima-se que a comunidade brasileira na jurisdição de Pequim alcance 853 brasileiros.

Estima-se em 6.100 o número de brasileiros na jurisdição do Consulado-Geral de Xangai. A maioria dos brasileiros sob essa jurisdição é composta por empresários e profissionais diversos, acompanhados de suas famílias, que estão na China com contrato de trabalho ou conduzindo seu próprio negócio. Em geral, possuem educação de nível superior, qualificações profissionais e renda compatível, além de contarem com apoio das empresas em que trabalham. Há estudantes, ainda em número reduzido, quase todos cursando mandarim. É perceptível o aumento recente do número de pessoas sem qualificação profissional definida, em busca de oportunidades de trabalho em setores onde há risco de exploração e tráfico de pessoas (dançarinos, *disc-jockeys*, modelos, jogadores de futebol, entre outros).

Estima-se que haja 4.000 brasileiros na jurisdição do Consulado-Geral de Cantão, dos quais apenas 500 estariam em situação migratória regular. O rápido crescimento de Cantão tem atraído cidadãos brasileiros vinculados a empresas instaladas na China ou em busca de oportunidades de trabalho, a título pessoal, formando uma incipiente comunidade de expatriados. Nos segmentos da moda, dos cosméticos, e da publicidade, jovens - sobretudo moças - buscam contratos como modelo, expondo-se, em tese, a certas vulnerabilidades.

Há bastante procura da parte de chineses pelo setor de vistos do Consulado-Geral em Cantão, indicando significativo intercâmbio empresarial e profissional decorrente do adensamento das relações bilaterais. O corpo consular local reconhece a província de Fujian como a principal origem dos pedidos de vistos de negócios suspeitos - mesmo quando o pedido parte de instâncias oficiais - o que remete à hipótese da tentativa de imigração ilegal. Têm sido frequentes pedidos para grupos - membros de missões empresariais, com prazos determinados - como participantes de feiras no Brasil.

Sob a jurisdição do Consulado-Geral de Hong Kong estima-se que a comunidade brasileira seja de 700 pessoas. Essa comunidade é formada, em sua maioria, por empresários e executivos de empresas de grande porte, que lhes proporcionam apoio, não somente de caráter imigratório, mas também pagamento de aluguel, escola, automóvel e outras facilidades. No caso de

Macau, a comunidade é formada, principalmente, por professores e profissionais autônomos.

Os incidentes mais comuns registrados na China são as fraudes contra turistas. Os golpes, em geral com ameaça física, foram banalizados ao ponto de serem descritos nos guias turísticos, mas visitantes incautos continuam sendo atraídos (golpe da visita a uma casa de chá; golpe do convite para conversar em inglês; golpe do convite para conhecer bar ou casa noturna etc.).

A China não admite a dupla nacionalidade; os naturalizados brasileiros perdem a nacionalidade chinesa.

Saúde

Na área de saúde, a partir de entendimentos alcançados por ocasião da visita a Pequim do então Ministro da Saúde José Gomes Temporão, em 2009, Brasil e China assinaram o Plano de Ação Conjunta de Saúde, em 2011, que estabeleceu o controle de doenças infecciosas como uma das áreas prioritárias da cooperação bilateral em saúde. Estuda-se a possibilidade de criação de uma subcomissão dedicada a saúde no âmbito da COSBAN, tendo em vista o potencial de cooperação no segmento.

O Vice-ministro da Comissão Nacional de Saúde e Planejamento Familiar da China, Sr. Sun Zhigang, realizou visita ao Brasil, em novembro/dezembro de 2014, para conhecer a experiência brasileira na provisão de serviços de saúde à sua população. Na ocasião, o Ministério da Saúde apresentou programas governamentais recentes, como Mais Médicos, Farmácia Popular e a construção de Unidades de Pronto Atendimento.

Durante o encontro, ficou claro o interesse da contraparte chinesa de conhecer a experiência do Brasil na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Interesse especial recai sobre as parcerias com Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Direitos Humanos

Brasil e China entendem que os direitos humanos são indivisíveis e atribuem igual importância à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, dos direitos civis e políticos, bem como do direito ao desenvolvimento. Advogam diálogo construtivo e intercâmbios com base no respeito mútuo e na igualdade. Opõem-se ao uso do tema como ferramenta política contra determinados países, de forma seletiva.

A I Reunião do Diálogo Brasil-China sobre Direitos Humanos realizou-se em Brasília, em janeiro de 2015, no âmbito do Diálogo Estratégico Global entre as Chancelarias. O encontro propiciou melhor conhecimento sobre as áreas nas quais há potencial para cooperação. Destaca-se o potencial de concertação política em foros multilaterais como o Conselho de Direitos Humanos (CDH) e a III Comissão da Assembleia Geral da ONU.

O diálogo bilateral concentra-se em áreas nas quais há visões compartilhadas, notadamente: funcionamento do Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas; esportes e direitos humanos (DH); relação entre os DH e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); direitos da mulher e seguimento da Conferência de Pequim; empresas e direitos humanos; privacidade na era digital.

Situação dos Direitos Humanos na China

Na área de direitos econômicos e sociais, a China apresenta progressos desde o início do processo de abertura e reforma. O índice de desenvolvimento humano, que era de 0,407 em 1980, chegou a 0,699 em 2012 (101º no ranking mundial). A desigualdade cresceu inicialmente, tendo o índice de Gini passado de menos de 0,300 em 1978 para 0,491 em 2008. O valor vem caindo desde então, tendo atingido 0,474 em 2012.

A China é um dos países mais bem-sucedidos no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (1990-2015). A meta de redução à metade da proporção da população que vivia em extrema pobreza em 1990 (60%) foi atingida em 2005, e o índice segue caindo aceleradamente desde então. Também foram atingidos antecipadamente os objetivos e metas de redução da fome; educação primária; igualdade entre sexos; mortalidade infantil; e água e saneamento. É provável que se cumpram também, até o fim de 2015, as metas de combate à malária e ao HIV/AIDS; saúde materna; e habitação.

No tocante aos direitos civis e políticos, persistem desafios. Em sua segunda avaliação no Mecanismo de Revisão Periódica Universal do CDH (2013), a China reconheceu a existência de problemas no tocante ao acesso à justiça. Além disso, são dignos de nota desafios nas áreas de: liberdades de opinião, religião, expressão, reunião e manifestação pacíficas; direitos reprodutivos; direitos das minorias; eliminação de discriminação contra mulheres, principalmente em áreas rurais.

Situação de Taiwan

Desde 1974, o Brasil não mantém relações diplomáticas com Taiwan. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, de 15 de agosto de 1974, dispõe que: *"[o Brasil reconhece que] a República Popular da China é o único Governo legal da China. O Governo chinês reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China".*

Em consequência, o Brasil deixou de reconhecer Taiwan como entidade soberana e autônoma. No âmbito multilateral, o Brasil tem apoiado o princípio de "uma só China" e os esforços pacíficos no sentido da reunificação

do território chinês, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Não obstante, não existem obstáculos ao intercâmbio com Taiwan nos campos comercial e econômico (inclusive de investimentos); no campo cultural; e no campo científico-tecnológico. O Brasil mantém um Escritório Comercial em Taipé, e há Escritórios taiwaneses em Brasília e em São Paulo.

O intercâmbio comercial brasileiro com Taiwan passou de US$ 1,05 bilhão, em 2001, para US$ 4,34 bilhões, em 2014. As exportações taiwanesas no período de janeiro a dezembro de 2014 totalizaram US$ 1,66 bilhão, e as importações taiwanesas de produtos brasileiros alcançaram US$ 2,24 bilhão. No período, o Brasil acumulou déficit no valor de US$ 969 milhões. O Brasil manteve sua posição de maior e mais importante parceiro comercial de Taiwan na América Latina.

Entre as exportações brasileiras para Taiwan, em 2014, destacam-se minério de ferro; soja; e milho. Entre os principais produtos importados de Taiwan, no mesmo ano, estão circuitos eletrônicos integrados e insumos químicos.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, o estoque de investimento taiwanês no Brasil ultrapassa US$ 4 bilhões, sendo que mais de US$ 2,5 bilhões foram investidos nos últimos 3 anos. Há de se notar que a quase totalidade destes investimentos destina-se a setores de alta tecnologia, tais como eletrônicos e componentes, incluindo semicondutores.

AGENDA MULTILATERAL

BRICS

Atuação da China e Coordenação Brasil-China no BRICS

Nota-se gradual evolução do pensamento chinês sobre o BRICS no sentido de que deixe de ser tão-somente um elemento de *soft balancing* na discussão da governança global – reforçada pela frustração da reforma das quotas no FMI –, para constituir elemento estratégico de sua inserção na economia mundial.

A China tem um peso econômico diferenciado no âmbito do BRICS. Seu PIB, com efeito, é maior do que a soma do produto dos outros quatro parceiros. Assimetria semelhante é observada no comércio intra-BRICS: a China é o maior ou segundo maior parceiro comercial, em volume total de comércio, de todos os demais membros do BRICS, os quais não figuram na lista dos cinco principais parceiros comerciais chineses. Há indicações de que cresce a importância do BRICS como instrumento para a promoção e a proteção dos interesses estratégicos globais da China.

Prioridades chinesas no BRICS

São as seguintes as prioridades externadas pela China para sua atuação no âmbito do BRICS, no contexto dos preparativos para a próxima Cúpula, em Ufa, na Rússia, em 2015:

(i) Reforço da coordenação política entre os cinco parceiros no tocante ao aperfeiçoamento das estruturas de governança global, mostrando união de esforços com relação à promoção da democratização, da paz e do multilateralismo internacionais, em particular no âmbito das comemorações dos 70 anos das Nações Unidas;

(ii) Consolidação de uma "comunidade de interesses" e institucionalização da cooperação intra-BRICS, com a implementação de atividades consideradas prioritárias por todos e que desfrutem de amplo consenso. A China atribui especial importância a iniciativas como o Arranjo Contingente de Reservas, o Novo Banco de Desenvolvimento e a conclusão da "Estratégia para Parceria Econômica do BRICS";

(iii) Reforço da "voz comum" do BRICS nos principais tópicos da agenda internacional, coordenando-se com vistas a superar as deficiências da atuação das Nações Unidas em questões de economia e desenvolvimento.

Resultados da VI Cúpula do BRICS (Fortaleza, 15/7/2014)

A Cúpula de Fortaleza, que deu início ao segundo ciclo de reuniões de alto nível, com o tema "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis", teve por objetivo promover a vinculação entre inclusão social e desenvolvimento sustentável. Trata-se de tema que reflete a experiência recente de políticas de inclusão e da contribuição do BRICS para a economia mundial.

Em Fortaleza, os seguintes documentos foram assinados:

• Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). O Banco, sediado em Xangai, terá capital inicial autorizado de US$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro Presidente do Banco será da Índia; o primeiro Presidente do Conselho de Governadores, da Rússia; e o primeiro presidente do Conselho de Administração, do Brasil. O Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede. Os Ministros das Finanças foram instruídos a definir as modalidades para sua operacionalização.

• Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) do BRICS, com a dimensão inicial de US$ 100 bilhões. Do valor total, a China responderá por US$ 41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, por US$ 18 bilhões cada; e a África do Sul, por US$ 5 bilhões. Cada país poderá sacar, em caso de necessidade, um valor máximo correspondente a um multiplicador pré-definido de seu aporte inicial. O multiplicador da China será 0.5; o multiplicador de Brasil, Rússia e Índia, será 1; e o multiplicador da África do Sul será 2. Cada país poderá ter acesso a até 30% do limite máximo de saque de forma simplificada. Para sacar os 70% restantes, será necessário que o país

requisitante preencha a condição adicional de estar em negociação com o FMI para um acordo mais amplo de empréstimo.

Durante a presidência brasileira do BRICS, foi possível avançar significativamente na implementação dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, assinados em Fortaleza, com a instalação do Conselho de Diretores Interinos do Banco e avanço nos planos de trabalho estabelecidos com vistas a tornar o banco operativo em 2016 e o arranjo no momento em que se complete o processo de ratificações. No caso brasileiro, ambos os acordos encontram-se, no momento, sob exame do Congresso Nacional com vistas a sua aprovação.

Por oportuno, cabe notar que se encontra também em processo de operacionalização o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), instituição resultante de iniciativa chinesa e da qual o Brasil é também membro fundador. O NDB e o AIIB terão papéis complementares, ajudando a atender a grande carência por financiamento para infraestrutura do mundo em desenvolvimento. A adesão do Brasil ao AIIB habilitará empresas brasileiras a participar dos processos licitatórios dos projetos dessa instituição, auxiliando a defesa de iniciativas e projetos de interesse brasileiro na Ásia.

Reforma do Fundo Monetário Internacional

A despeito das reiteradas cobranças por parte do G20, as reformas de governança do FMI encontram-se paralisadas. Desde outubro de 2012, a única exigência que falta para a entrada em vigor da Reforma de 2010 é a aprovação pelos EUA.

As Reformas de 2010 do FMI compreendem a XIV Revisão Geral de Quotas (RGQ) – quotas brasileiras passarão de 1,7% para 2,3% – e a VII Emenda ao Convênio Constitutivo prevê mudanças na regra de funcionamento da Diretoria Executiva – o fim dos Diretores Executivos nomeados (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) e a exigência de eleições para todos os 24 diretores.

As condições para a entrada em vigor da XIV RGQ – aprovação por membros com 70% das quotas – já foram atendidas, exceto a vinculação estabelecida com a entrada em vigor da Emenda. Para a aprovação de emendas, exige-se a ratificação por (i) 3/5 dos membros (condição já alcançada) e por (ii) 85% do poder de voto – o que confere aos EUA veto sobre a decisão.

O Brasil, em coordenação com o BRICS, defende a desvinculação (*de-linking*) dos dois componentes da Reforma de 2010. Essa opção separa o aumento de quotas (que já conta com os pré-requisitos satisfeitos) da Emenda ao Convênio Constitutivo (que depende da ratificação norte-americana).

G-20

Durante a Cúpula de Brisbane (14-15/11/2014), foi anunciada oficialmente a escolha da China para presidir o Grupo em 2016.

Nas discussões do G20, Brasil e China têm compartilhado a percepção de que a recuperação da economia global permanece frágil e assimétrica, sobretudo nas economias avançadas, cujos índices de desemprego continuam elevados. Embora reconheçam a desaceleração relativa das economias emergentes, os dois países têm ressaltado a continuada importância desse grupo para o crescimento global.

Nos esforços de coordenação macroeconômica do Grupo para estimular o crescimento global, Brasil e China costumam ressaltar a importância dos investimentos em infraestrutura, inclusive por meio de maior envolvimento dos bancos multilaterais de desenvolvimento no financiamento de projetos.

Outro tema comum nas posições dos dois países no G20 consiste no reconhecimento dos desafios apresentados pela condução da política monetária dos países centrais (particularmente dos EUA) para as economias emergentes (com efeitos externos na forma de "reprecificação" de ativos, maior volatilidade de fluxos de capitais e nos mercados cambiais). A "normalização" da política monetária, conduzida pelo Sistema de Reserva Federal dos EUA (Federal Reserve, FED), ainda que bem comunicada, aumenta as incertezas nos mercados e pode acarretar um movimento expressivo e desordenado de saída de fluxos de capital das economias emergentes em direção aos EUA.

Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB)

O Governo brasileiro manifestou, em 27/03/2015, a intenção do País de aderir ao Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB) como membro fundador, mediante endosso ao Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento do AIIB, de outubro de 2014. Definida no mais alto nível, a disposição brasileira foi confirmada em conversa telefônica do Ministro de Estado das Relações Exteriores com o chanceler chinês Wang Yi, em 28/03/2015. O Ministério das Finanças da China anunciou, em 12/04/2015, que o Brasil foi aceito como membro fundador do Banco, levando a 46 o total de membros fundadores. A próxima reunião de negociação dos estatutos do AIIB será realizada em Pequim, nos dias 27 e 28 de abril.

O capital autorizado do AIIB é de USD 100 bilhões, sendo o capital subscrito inicial de USD 50 bilhões. Destes, 20% (ou seja, USD 10 bilhões) serão integralizados, em cinco parcelas anuais. Os membros regionais terão pelo menos 70% do capital do Banco e o PIB será o parâmetro básico para a determinação da alocação de ações. Os membros não-regionais terão, coletivamente, uma participação máxima de 30%. A alocação de ações para os membros não-regionais será feita com base em uma consulta futura. A expectativa chinesa é de que, até novembro de 2015, seja alcançado o quórum de ratificação necessário para a entrada em operação do AIIB.

BASIC

A China tem atuação destacada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Brasil e China têm posições convergentes em diversos aspectos das negociações sobre mudança do clima, como mitigação, adaptação, financiamento e tecnologia, e atuam em coordenação por meio do BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China. A atuação coordenada dos países do BASIC tem sido fundamental para estimular ambição no combate à mudança do clima, bem como para fortalecer o tratamento do apoio internacional a ser oferecido para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. O diálogo no âmbito do BASIC é complementar à atuação dos países no G-77 e China.

O BASIC foi estabelecido em 2007, como grupo informal de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. O Grupo vem desempenhando papel de liderança na busca de convergências no âmbito do regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global.

Como país em desenvolvimento, a China não possui metas obrigatórias e quantificadas de redução de emissões no âmbito da UNFCCC e seu Protocolo de Quioto, ao contrário dos países desenvolvidos (membros do "Anexo I", pela terminologia da Convenção). Devido ao crescimento significativo de sua economia, contudo, é objetivamente um grande emissor de gases de efeito estufa. É alvo de constantes pressões por parte de países desenvolvidos para que assuma compromissos quantitativos de redução de emissões – pressões que, como o Brasil, rejeita com base nas responsabilidades históricas dos países do Anexo I pelo aquecimento global e na natureza de suas emissões. De acordo com o Governo chinês, o aumento das emissões decorre da necessidade de elevação do nível de vida de sua população, tal qual a ampliação dos serviços básicos como o fornecimento de energia para regiões mais remotas. Isto está de acordo com a UNFCCC, que prevê, em seu preâmbulo, que as emissões originárias de países em desenvolvimento deverão crescer para que estes possam atender às suas necessidades sociais e de desenvolvimento.

A China vem manifestando seu potencial de ações de mitigação em seu território e está disposta a contribuir mais para o esforço global de mitigação, desde que receba os apoios previstos na Convenção e que tais ações não comprometam seu desenvolvimento, em conformidade com os dispositivos da UNFCCC.

Em 2009, a China anunciou compromisso voluntário de redução emissões por unidade do PIB entre 40 e 45% até 2020 e que, nesse mesmo período, elevaria a 15% a participação de fontes renováveis e da energia nuclear no consumo do país primário de energia. O Brasil, por sua vez,

anunciou seu compromisso nacional voluntário de redução entre 36,1% e 38,9% de suas emissões projetadas até 2020.

Em 2014, China e Estados Unidos fizeram anúncio conjunto de intenções para o novo acordo climático: os Estados Unidos reduziriam emissões em 2025 entre 26% e 28% em relação a 2005; e a China atingiria seu pico de emissões por volta de 2030, com a elevação do consumo de energia renovável para em torno de 20% do total. O Brasil trabalha atualmente para definir e apresentar sua contribuição ao novo acordo em 2015, antes da COP-21, conforme o cronograma acordado nas negociações.

Além da coordenação entre negociadores e especialistas em mudança do clima no âmbito do BASIC, cabe destaque na relação bilateral para o Centro China–Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia. Criado em janeiro de 2009 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Tsinghua (principal instituição de ensino superior chinesa da área de tecnologia), o Centro China–Brasil é sediado em Pequim e mantém uma unidade na Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ (COPPE/UFRJ). O Centro dedica-se a temas como biocombustíveis; captura e armazenamento de carbono; e energia eólica.

OMC e Rodada Doha

A IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC-9), realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, foi considerada um importante marco para a revitalização do sistema multilateral de comércio e das negociações da Rodada Doha, que se encontravam em estado de impasse desde 2008. Os resultados da MC-9, no formato de "colheita antecipada" de resultados da Rodada, incluíram Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação). Foram adotadas também quatro decisões de interesse dos países de menor desenvolvimento relativo – PMDRs: algodão, regras de origem preferenciais para seus produtos, "*waiver*" para preferências em comércio de serviços, e acesso livre de quotas e tarifas ("*duty free-quota free*", ou "DFQF") para bens por eles exportados.

O "Pacote de Bali", cujo principal atributo terá sido resgatar a credibilidade do "pilar negociador" da OMC, completou-se com a decisão de definir, até o fim de 2014, um programa de trabalho (PTPB – Programa de Trabalho Pós-Bali), com vistas à conclusão da Rodada Doha. Ao longo de 2014, porém, não se avançou na elaboração do PTPB, devido a impasse em torno da finalização do Acordo de Facilitação do Comércio, tendo a Índia vinculado o tema a uma revisão em seu favor da decisão de Bali sobre subsídios a programas de segurança alimentar. A questão só foi resolvida em

novembro, após negociações diretas entre os EUA e a Índia. Em 27/11, o Conselho Geral da OMC referendou os resultados, concluindo seu primeiro acordo multilateral em 19 anos e adiando, para julho de 2015, o prazo para a conclusão do programa de trabalho pós-Bali.

As discussões sobre os próximos passos evidenciam a dificuldade dos países-membros para chegarem a acordo sobre as questões centrais (agricultura, acesso a mercados para produtos industriais e serviços). Os pacotes negociadores de agricultura e produtos industriais de 2008 encontram resistência de vários lados, o que exigirá significativo esforço para que se logre um acordo. O próprio resultado do PTPB é algo que ainda se debate, não havendo certeza de que será possível chegar a modalidades negociadoras para a conclusão da Rodada em julho ou mesmo até o final deste ano, quando será realizada a 10ª Conferência Ministerial da OMC.

O Brasil defende um programa de trabalho para a conclusão da Rodada Doha em julho de 2015, o mais próximo possível de "modalidades" (ou seja, parâmetros concretos) para as negociações, desde que haja um equilíbrio objetivo, efetivo e verificável entre as concessões demandadas de diferentes parceiros e um real avanço na correção das assimetrias herdadas da Rodada Uruguai, em particular em agricultura. Sustenta que o foco negociador deve ser o tripé Agricultura-NAMA(acesso a mercado não-agrícola)-Serviços, com o nível de ambição determinado por Agricultura. Com 23% do PIB, 43% das exportações e 37% dos empregos gerados diretamente pelo agronegócio, o setor agrícola se confirma, da perspectiva dos interesses permanentes do Brasil, como um tema do século XXI, que não pode continuar a conviver com o desnível de regras que já perdurou tempo demais em benefício de poucos.

A China, por sua vez, defende a necessidade de equilíbrio entre as três principais áreas de negociação (agricultura, NAMA e serviços). Enfatiza a importância de avanços nos três pilares das negociações agrícolas e a necessidade de solução definitiva para a questão da segurança alimentar.

Organização das Nações Unidas

Com relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Governo brasileiro tem defendido ser preciso reformar as instituições de governança política global, de modo a refletir as realidades contemporâneas e a dotar essas instituições da capacidade de lidar com os desafios complexos da atual conjuntura. Somente a ampliação do número de assentos em ambas as categorias de membros – permanentes e não-permanentes – pode sanar o déficit de representatividade do Conselho. A inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes é fundamental para o reforço da legitimidade de suas resoluções.

A China difere em alguns pontos da posição brasileira sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e não declara expressamente apoio à candidatura brasileira.

A China esteve, desde o início, no grupo dos principais apoiadores da iniciativa de "Responsabilidade ao Proteger", lançada pela Senhora Presidenta da República em seu discurso no Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro de 2011.

O Diálogo Estratégico Global entre Brasil e China, estabelecido em 2012, tem servido como foro discussão a respeito de temas relativos à ONU e de política internacional.

Participação da China em operações de manutenção da paz na ONU

A China é o 11° maior contribuinte de tropas para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas, com 2.370 militares e policiais desdobrados em dez missões (o Brasil é 19º, com 1.692 em dez missões). O país é o membro permanente do Conselho de Segurança com maior número de tropas a serviço da Organização.

Até 2014, a presença chinesa em missões de paz limitava-se a funções de apoio, como companhias de engenharia e equipes médicas. No entanto, em dezembro último, a China iniciou o desdobramento, pela primeira vez, de batalhão de infantaria na UNMISS, no Sudão do Sul, expandindo consideravelmente o escopo da atuação de suas tropas em operações de manutenção da paz. A maior parte das tropas chinesas está desdobrada na África.

Oficiais chineses exerceram comando militar de missões de paz em duas ocasiões: General Zhao Jiggmin (Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental - MINURSO, entre 2007 e 2011) e General Chao Liu (Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre - UNFICYP, entre 2011 e 2014).

Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

O cerne da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deverá ser constituído pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável. Um dos principais desafios das negociações da Agenda Pós-2015 é a definição dos chamados meios de implementação, que serão centrais para apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços em torno dos ODS. O Brasil tem chamado a atenção para a importância do cumprimento dos compromissos históricos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento pelos países desenvolvidos e de se chegar a um acordo sobre meios de implementação novos e adicionais, financeiros e não-financeiros. A China tem favorecido o surgimento de um "novo relacionamento internacional" que promova "ganhos mútuos" ("*win-win cooperation*").

Países do agrupamento BRICS têm sido chamados, principalmente por países desenvolvidos, a aumentar o volume de recursos destinados à cooperação Sul-Sul. Ademais, entre países desenvolvidos, prevalece visão de

que um acordo sobre financiamento ao desenvolvimento deveria ser conceitual e genérico, ao passo que países em desenvolvimento defendem compromissos explícitos e concretos na matéria.

O Brasil defende que o acompanhamento em nível global da Agenda Pós-2015 deve dar-se no âmbito do Foro Político de Alto Nível Para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, onde a representatividade é universal. A China defende que o acompanhamento global deve contemplar apenas o agregado dos resultados da implementação, sem individualizar o desempenho dos países.

Diálogo sobre desarmamento e não-proliferação

Brasil e China mantêm, desde 2008, consultas políticas sobre temas de desarmamento e não proliferação. A manutenção desse diálogo é de grande importância para o Brasil, tendo-se em conta a posição diferenciada da China no conjunto dos Estados nuclearmente armados, exemplificada por seus compromissos históricos em favor do desarmamento nuclear, pela sua política de "*no first use*" (não primeiro uso de armas nucleares) e por sua defesa do multilateralismo como meio de encaminhamento das questões de paz e segurança.

As consultas bilaterais mantidas com a parte chinesa confirmaram a existência de ampla convergência de visões no tratamento de grande parte dos temas da agenda de desarmamento e não proliferação. A despeito das diferenças existentes no campo nuclear, de certa forma matizáveis, os dois países demonstraram comungar de entendimentos comuns sobre questões de funcionamento do sistema internacional e da centralidade atribuída ao multilateralismo como instância de encaminhamento das questões de paz e segurança. Nesse contexto, o lado chinês tem dado reiteradas indicações de sua disposição de manter e aprofundar coordenação com o Brasil em determinadas matérias, em particular no tocante ao tema da segurança cibernética.

POLÍTICA INTERNA

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas:

- Partido Comunista da China (PCCh);
- Assembleia Nacional Popular (ou Congresso Nacional Popular);
- Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC).

À Assembleia, estão formalmente submetidas as instâncias do Executivo chinês, como o Conselho de Estado e os Ministérios. A ANP é, desse modo, a instância máxima do governo chinês.

A CCPPC, por sua vez, apresenta-se na prática como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela, estão representados o PCCh, os outros partidos democráticos chineses, democratas sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

Há oito partidos não comunistas na China: o Comitê Revolucionário do Partido Komingtang da China; a Liga Democrática da China; a Associação da Construção Democrática da China; a Associação de Fomento da Democracia da China; o Partido Democrático Camponês e Operário da China; o Partido Zhi Gong; a Sociedade de Três de Setembro da China e a Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan.

Em princípio, o Partido Comunista Chinês (PCCh) e o Governo chinês são instituições paralelas e hierarquicamente equivalentes dentro do Estado chinês. A Constituição chinesa garante ao Partido a posição de liderança na República Popular da China, o que resulta em sua preeminência em relação às instituições governamentais. Nesse contexto, observa-se grande entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

Partido Comunista da China (PCCh)

As principais instâncias do PCCh são:

Congresso Nacional do PCCh: o Congresso Nacional e o Comitê Central eleito por aquele são os órgãos de liderança supremos do Partido. Os Congressos respeitam a periodicidade anual de cinco e anos.

Comitê Central do PCCh: É responsável pelo gerenciamento partidário e pela representação do Partido no exterior entre uma sessão e outra do Congresso Nacional do PCCh. O Comitê reúne-se anualmente, ocasião da maior importância para identificar tendências da política local.

Politburo (Birô Político): Reúne a elite política do Partido e da RPC. É composto por 25 membros.

Comitê Permanente do Politburo: É a sede máxima do poder político na China. Contava com nove assentos, mas, por ocasião do XVIII Congresso Nacional do PCCh (2012), passou a ter sete.

Secretariado: É o órgão que supervisiona a administração cotidiana dos assuntos do Partido e do Politburo.
Comissão Militar Central (CMC): o Exército de Libertação Popular (ELP) (Forças Armadas chinesas) é controlado pelo Partido. O ELP é chefiado pelo Presidente da RPC.
Comissão Central de Inspeção e Disciplina: é o órgão responsável pela investigação e pelo indiciamento em casos de corrupção que envolvem os membros do Partido.

Poder Legislativo – Assembleia Nacional Popular (ANP)

Situada no topo da hierarquia governamental chinesa, a Assembleia Nacional Popular é o Parlamento chinês, unicameral, composto por deputados eleitos indiretamente. A ANP conta com cerca de três mil deputados, que cumprem mandato de cinco anos. A totalidade da Assembleia Nacional Popular se reúne apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No resto do ano, os trabalhos da Casa são conduzidos pelos cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP. A sessão anual do Congresso Nacional do Povo é um grande evento político, cujo ponto culminante é a apresentação de um longo relatório do Primeiro-Ministro.

Poder Executivo - Conselho de Estado

O Conselho de Estado é o órgão mais elevado do Poder Executivo chinês. Está submetido à Assembleia Nacional Popular. O Conselho de Estado é presidido pelo Primeiro-Ministro, em conjunto com quatro Vice-Primeiros-Ministros, cinco Conselheiros de Estado, Ministros, Auditor-Geral e Secretário-Geral. Ao Conselho de Estado estão subordinados os Ministérios, Comissões e Administrações Nacionais, entre outros órgãos. As posições de Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro e Conselheiro de Estado são ocupadas por quadros do Partido, assim como a grande maioria das chefias de Ministérios e pastas equivalentes. Não podem se reeleger mais de uma vez.

As funções e poderes do Conselho de Estado são: i. adotar medidas administrativas, decretar normas administrativas e regulamentos, e decidir sempre confirme a Constituição; ii. submeter propostas à ANP ou ao seu Comitê Permanente; ii. supervisionar o trabalho dos ministérios e comissões; iv. estabelecer a divisão de poderes entre o Governo central e as províncias, regiões autônomas e municipalidades sob o controle direto do Governo central; v. preparar o orçamento; vi. conduzir as relações exteriores e concluir tratados e acordos internacionais; entre outros.

Comissão Militar Central

Incumbida de administrar as Forças Armadas chinesas, está diretamente subordinada à ANP e seu Comitê Permanente.

Judiciário

O Poder Judiciário chinês está submetido, formalmente, à Assembleia Nacional Popular, órgão máximo do Governo chinês. O Judiciário divide-se em Suprema Corte Popular, Cortes Populares locais, Cortes Militares e Cortes Especiais. O Presidente da Suprema Corte possui mandato igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez.

Sucessão política

O XVIII Congresso do Partido Comunista elegeu o então Vice-Presidente Xi Jinping Secretário-Geral do PCCh e Presidente da Comissão Militar Central, bem como os demais membros do Comitê Permanente do Birô Político. Naquela reunião, foram indicados os novos ocupantes dos altos cargos do Partido. Os cargos governamentais foram confirmados, por sua vez, durante a Sessão Plenária da Assembleia Nacional Popular, ocorrida em março de 2013.

Entre as mudanças que merecem destaque, está a diminuição do número de membros do Comitê Permanente do Birô Político, de nove para sete. A alteração no número de membros é tida por analistas como uma tentativa de facilitar o consenso na tomada de decisões, em momento em que a implementação de reformas se torna premente.

Os novos membros são, em ordem de precedência: Xi Jinping, escolhido Secretário-Geral do Partido e Presidente da Comissão Militar Central; Li Keqiang, Primeiro-Ministro; Zhang Dejiang, Presidente da Assembleia Nacional Popular; Yu Zhengsheng, Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo; Liu Yunshan, escolhido Chefe do Secretariado do PCCh; Wang Qishan, nomeado Diretor do Departamento de Inspeção da Disciplina do PCCh, principal órgão de combate à corrupção na China; e Zhang Gaoli.

Entre os dias 5 e 17 de março de 2013, a XII ANP reuniu-se para eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República; confirmar a designação do Primeiro-Ministro – após indicação do Presidente –, dos Vice-Primeiros-Ministros, Conselheiros e Secretário-Geral do Conselho de Estado, Ministros e Auditor-Geral – esses após indicação do Primeiro-Ministro.

Como esperado, Xi Jinping e Li Yuanchao foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da RPC, e Li Keqiang, confirmado Primeiro-Ministro chinês. Zhang Dejiang, terceiro na hierarquia do Comitê Permanente do Politburo, assumiu a presidência da Assembleia Nacional Popular (ANP). Zhou Qiang e Cao Jianming, por sua vez, foram nomeados Presidente da Suprema Corte Popular Chinesa e Procurador-Geral da Suprema Procuradoria Popular da China respectivamente.

No Conselho de Estado, os Vice-Primeiros-Ministros são Zhang Gaoli, Liu Yandong, Wang Yang e Ma Kai. Os novos Conselheiros de Estado são Yang Jin (também Secretário-Geral do Conselho), Chang Wanquan

(também Ministro da Defesa), Yang Jiechi (encarregado de assuntos de política externa), Guo Shengkun, (também Ministro da Segurança Pública) e Wang Yong (Administrador da Comissão do Conselho de Estado para Administração e Supervisão de Bens de Propriedade do Estado – SASAC).

Entre os dias 3 e 12 de março de 2013, realizou-se a XII Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), ocasião em que foi escolhido seu novo Presidente, Yu Zhengsheng.

Governo Xi Jinping

Em seu discurso de posse como Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês, em novembro de 2012, Xi Jinping delineou as prioridades de seu governo: atender às demandas sociais; combater a corrupção; e reconduzir a China ao *status* de grande potência. No referido discurso, Xi Jinping mencionou apenas uma vez a palavra "socialismo" e deu grande destaque à realização do "sonho chinês". O conceito, ainda não definido com precisão, tem sido associado ao "grande rejuvenescimento da nação chinesa", que envolveria a reemergência da China como potência econômica e militar e à construção de uma sociedade mais igualitária. Para a realização do "sonho chinês", o Governo tem-se esforçado para afinar suas políticas públicas, de modo a lidar com cenário potencial de insatisfação social que possa ser gerada pela acelerada urbanização, pela demanda por serviços públicos, pela corrupção, pelo terrorismo e pela poluição, entre outros fatores.

Em dezembro de 2014, foi anunciado novo *slogan* formulado pelo Presidente Xi Jinping: Quatro Pontos Abrangentes, que explicitam as diretrizes que devem pautar o seu governo: i) construir, de forma abrangente, sociedade moderadamente próspera; ii) aprofundar, de forma abrangente, reformas; iii) implementar, de forma abrangente, o Estado de Direito; e iv) aumentar, de forma abrangente, a disciplina partidária.

No campo social, Xi vem empreendendo reformas nas áreas de educação, saúde e proteção ambiental. Lançou, em março de 2014, o "Plano Nacional para um Novo Modelo de Urbanização", que apresenta a meta de elevar a população urbana a 60% até 2020 (54% hoje) e inclui extenso programa de infraestrutura urbana, com foco na ampliação da mobilidade urbana, na construção de moradias e na melhoria geral da qualidade de vida nas cidades, além do combate à poluição. O Governo pretende regularizar, gradualmente, por meio de reforma anunciada em 30 de julho de 2014, a situação dos mais de 200 milhões de migrantes rurais que residem informalmente nas cidades, i.e., sem o "*hukou*" – sistema que regula o acesso aos serviços sociais públicos no local de registro da residência.

No que tange às reformas do sistema político e jurídico chinês, foram anunciadas, em outubro de 2014, importantes medidas, tais como a "Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre Questões Importantes para Avançar de Forma Abrangente no Governo do País de Acordo com o

Direito", de modo a fortalecer o que tem sido chamado de "estado de direito socialista com características chinesas". Nessa linha, foi aprovada a primeira reforma em 24 anos da Lei de Procedimentos Administrativos. A referida lei trata, entre outros assuntos, dos mecanismos de petição, pelos quais os cidadãos comuns podem apresentar queixas contra o governo em Pequim, e facilitará as ações judiciais contra os governos central e local.

No tocante ao combate à corrupção, não só se multiplicam os casos de membros do Governo e do Partido investigados e punidos por corrupção, mas também os esforços para eliminar os "quatro estilos de trabalho indesejados": formalismo; burocratismo; hedonismo; e extravagância. Em 2015, a Suprema Procuradoria do Povo anunciou a criação de novo órgão de controle voltado ao combate à corrupção. Nesse contexto, ressaltam as condenações à pena perpétua, alegadamente por corrupção, do ex-Prefeito de Chongqing, Bo Xilai, e do ex-ministro das Ferrovias, Liu Zhijun; a prisão e expulsão do Partido de Zhou Yongkang (membro do Comitê Permanente do Politburo entre 2007-2012, a mais alta autoridade punida por corrupção no país desde a "Gangue dos Quatro", em 1976) e a prisão de Xu Caihou, general aposentado do Exército de Libertação Popular e ex-Vice-Presidente da Comissão Militar Central.

Em função de seguidos ataques terroristas na China, boa parte dos quais atribuídos a extremistas islâmicos de Xinjiang, o tema da segurança interna voltou a merecer destaque. Em resposta, o Governo anunciou, em maio de 2014, o início de campanha contra as "três forças" (separatismo, extremismo e terrorismo), tendo como base o recém-criado conceito de "segurança nacional total", capaz de levar a China ao caminho da "segurança nacional com características chinesas". O conceito aplicar-se-ia tanto à esfera doméstica, quanto internacional, e incluiria 11 elementos: político, interno, militar, econômico, cultural, social, tecnológico, informação, ecológico, recursos naturais e nuclear.

Plano Quinquenal

Os Planos Quinquenais na China, aprovados pela Assembleia Nacional Popular, estabelecem as metas que delineiam o tipo de modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo país nos cinco anos seguintes. É possível perceber, ao longo do tempo, mudanças de enfoque em cada plano, mas o cumprimento e até a superação dessas metas têm-se tornado praxe.

Lançado em março de 2011, o 12º Plano (2011-2015) corresponde a um período posterior ao da crise financeira internacional de 2008 e 2009, que a China enfrentou com relativa tranquilidade, tendo-se consolidado como a segunda maior economia do mundo. Constata-se, porém, o esgotamento do modelo baseado em exportações e elevados investimentos em infraestrutura e indústria de base, seguido nos planos anteriores, e que proporcionara as altas taxas de crescimento econômico do país nos últimos anos.

A mudança do modelo, que traria salto qualitativo ao desenvolvimento por meio do aumento do papel do consumo doméstico na expansão do PIB, torna-se premente também face às demandas da sociedade chinesa por maior distribuição de renda. Essas reformas estruturais são previstas pelo Governo chinês há cerca de quinze anos, mas enfrentariam resistências de setores que seriam afetados pela mudança de rumo na economia e pelas políticas de combate à crise financeira.

O 12º Plano Quinquenal objetiva incorporar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, fomentando o crescimento econômico em conjunção com políticas sociais e de distribuição de renda, buscando maior eficiência energética e mitigação de danos ambientais. O Plano atual atribui prioridade às reformas estruturais e a aspectos qualitativos e distributivos do desenvolvimento, ainda que à custa de um ritmo menor de crescimento.

A questão de Taiwan

A Constituição da República Popular da China (RPC) afirma que "Taiwan é parte do território sagrado da China" e que "é dever de todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de Taiwan, cumprir a grande missão de reunificar o território da nação". O rompimento das relações diplomáticas com aquela ilha é condição fundamental imposta por Pequim para o estabelecimento de relações com a República Popular. A posição pró-reunificação é corroborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja Assembleia Geral aprovou, em 1971, a Resolução 2758, que reconhece o Governo da RPC como único representante legítimo do povo chinês na Organização e como membro permanente do Conselho de Segurança.

Em 1992, foi assinado o chamado "Consenso de 1992", um acordo entre os Governos sediados em Pequim e em Taipé, segundo o qual existe apenas "uma China".

A vitória do *Kuomintang* (KMT) nas eleições de 2008 e a posse de Ma Ying-jeou, em maio daquele ano, trouxeram novo ânimo ao relacionamento entre Pequim e Taipé. Desde então, houve, de ambos os lados, demonstrações de abertura para o diálogo. Em janeiro de 2012, Ma Ying-jeou foi reeleito, confirmando essa tendência de aproximação.

A assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA), em 2010, foi importante marco nesse movimento de aproximação. As conversações tiveram início ainda em 2008, quando foram retomados os contatos entre a "Associação para Relações no Estreito de Taiwan", com base na China continental, e a "Fundação de Trocas no Estreito", baseada em Taiwan. A abertura das "três ligações diretas" no estreito (correio, comércio e serviços aéreos e marítimos) ampliou a cooperação econômica entre Taiwan e a China continental. Sob o amparo do Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA), foi assinado, em julho de 2013, o acordo Inter-Estreito sobre o Comércio de Serviços.

A abordagem pacífica das relações entre os dois lados do estreito atingiu seu ápice com a primeira reunião oficial desde 1949 entre o governo de Pequim e a administração de fato de Taiwan, ocorrida em fevereiro de 2014, entre o Escritório de Assuntos de Taiwan do Comitê Central do Partido Comunista da China, e o Conselho de Assuntos Continentais da ilha. Logo em seguida, em março de 2014, houve histórico encontro do Presidente chinês, Xi Jinping, com o presidente de honra do KMT, Lien Chan.

Taiwan mantém, hoje, relações diplomáticas com o Vaticano e 21 membros das Nações Unidas, dos quais 12 se situam na América Latina e Caribe: Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas; 6 na Oceania: Kiribati, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Nauru, Palau, Tuvalu; e 3 na África: Burkina Faso, Suazilândia, São Tomé e Príncipe.

Participa, desde 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC) – com o *status* de território alfandegário separado, e não de país soberano e independente – e, desde 2009, como observador na Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Tibete

No século XVIII, o Tibete fora conquistado pela dinastia Qin (Manchu). Essa conquista formalizou, na prática, uma ocupação que já ocorria há mais de cinco séculos pelos imperadores mongóis. Com a dissolução do Império Chinês, em 1911, os tibetanos proclamaram sua independência, que durou até a sua ocupação, pelo Exército da República Popular da China, em 1949.

Em 1951, o Tibete foi integrado à China como região autônoma. Embora tenha suscitado protestos e produzido três Resoluções condenatórias da ONU, o processo foi tacitamente aceito pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (que incluía Taiwan) e pela comunidade internacional. Desde 1971, quando a República Popular da China substituiu Taiwan na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o assunto não foi mais levantado naquele foro.

A China enfatiza a posição de que o Tibete é parte inalienável do território chinês e acrescenta que a questão é puramente assunto da China, no qual nenhum Governo ou organização estrangeira tem o direito de interferir.

POLÍTICA EXTERNA

Sob o governo do Presidente Xi Jinping, a política externa da China tem adotado discurso assertivo, que encampa a defesa firme dos interesses chineses, contrabalançado por mensagens de cooperação, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos em infraestrutura.

Atualmente, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro, definido como "relação entre grandes países", refere-se às relações com EUA, Rússia e União Europeia (UE). No que se refere aos EUA, busca-se consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta a presença tanto da China, como dos EUA. Por outro lado, o Chanceler Wang Yi declarou, em abril de 2014, que a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e a de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências. Pequim e Moscou vêm-se articulando na tentativa de estabelecimento de novo arcabouço de segurança na Ásia, em contraposição àquele conformado pelos EUA e seus parceiros asiáticos. No caso da UE, evolui positivamente a negociação de acordo bilateral de investimentos, a despeito de posturas "defensivas" do bloco na área comercial.

O segundo eixo diz respeito à relação com países vizinhos. O estabelecimento de uma zona de defesa e identificação aérea (ADIZ) no Mar do Leste, em 2013, e a construção de plataforma de petróleo em área do Mar do Sul da China reclamada pelo Vietnã são exemplos de medidas assertivas chinesas que contribuem para o recrudescimento das tensões regionais. No que tange às relações com o Japão, o encontro entre Xi Jinping e o Primeiro-Ministro Shinzo Abe e a assinatura de acordo com vistas a retomar gradualmente o diálogo político, ocorridos à margem da Cúpula da APEC (Pequim, novembro de 2014), tiveram o mérito de diminuir as tensões entre as partes, ainda que não tenham resultado em solução duradoura das históricas disputas sino-japonesas. No sudeste asiático, foram afetadas as relações com as Filipinas e o Vietnã, devido a disputas marítimas no Mar do Sul da China.

Em contrapartida, a diplomacia chinesa tem lançado iniciativas de aproximação regional, como demonstram o Banco de Investimentos em Infraestrutura da Ásia (AIIB), lançado em outubro passado; a Rota Marítima da Seda do Século XXI, que prevê investimentos em infraestrutura de transportes para promover a interconexão da China com o Ocidente, nas suas vertentes terrestre e oceânica; e o Cinturão Econômico da Rota da Seda, com o intuito de integrar economicamente a China e a Ásia Central.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento e constitui importante base estratégica da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe (ALC) e com a África. Em 2014, o Brasil organizou, a pedido da parte chinesa, o Encontro de Líderes da China e de Países da América

Latina e Caribe, durante o qual foi formalizada a criação do Foro CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China. Na África, Pequim tem buscado apresentar-se, sobretudo, como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas de que as iniciativas chinesas comerciais, financeiras e humanitárias reforçariam uma relação de dependência dos países daquele continente com a China.

O quarto eixo faz referência à vertente multilateral e à progressiva atenção que Pequim tem conferido a organizações e foros como ONU, G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai, APEC e outros foros estabelecidos em diferentes regiões. O adensamento da participação chinesa em instâncias multilaterais, é componente de estratégia de afirmação de protagonismo da China na cena internacional e constitui canal de cooperação que visa a reafirmar sua identidade internacional de país emergente e em desenvolvimento.

O quinto eixo, o qual ainda não recebeu muita atenção relativa do governo chinês, apresenta caráter suplementar. Ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil, de modo a legitimar o governo chinês atual.

EUA

A relação EUA-China é uma das mais complexas na atual configuração do poder mundial. As variáveis são múltiplas e seu comportamento aponta para direções às vezes opostas, quando não contraditórias. A escala e a magnitude da interdependência comercial e financeira obrigam ao diálogo, mas este é marcado por queixas e insatisfação recíprocas, as quais, por seu turno, não parecem ser um óbice ao contínuo avanço da relação nessas áreas.

No Segundo Governo Obama, EUA e China deram início a gestos importantes de reaproximação. Na Cúpula de Sunnylands, em junho de 2013, os presidentes Barack Obama e Xi Jinping acordaram fortalecer uma agenda bilateral positiva e construir maior confiança mútua, buscando desenvolver um "novo tipo de relacionamento entre grandes potências", por meio do qual os EUA "saúdam uma China forte e próspera" e a China aceita caracterizar os Estados Unidos como "uma nação da Ásia-Pacífico" que contribuiria para a paz, estabilidade e prosperidade naquela região.

Entre os temas de convergência, ganhou destaque a mudança do clima. Em novembro de 2014, no contexto da visita de Estado à China, o Presidente Obama anunciou, ao lado do Presidente Xi Jinping, acordo histórico sobre mudança do clima. Resultado de meses de negociação no âmbito de grupo de trabalho, os EUA estabeleceram meta "*economy- wide*" de redução de emissões de CO2 entre 25 e 28% até 2025, sendo 2005 o ano-base, enquanto a China comprometeu-se a estabelecer um teto de emissões por volta do ano de 2030 e a aumentar a parcela de energia gerada por fontes renováveis para 20%.

Já a 6ª reunião do Diálogo Estratégico e Econômico China-Estados Unidos (*Strategic and Economic Dialogue* - DEE), em julho de 2014, favoreceu as discussões para uma maior aproximação bilateral, permitindo o tratamento institucional de conflitos econômicos e comerciais entre as duas maiores economias do planeta. Avançou-se, na ocasião, no compromisso de manter negociações para um tratado bilateral de investimentos. Em sua vertente política, os tópicos sobre segurança cibernética, direitos humanos e questões da Ásia-Pacífico foram os mais difíceis do diálogo. Em outro âmbito, ao reunir-se desde 2013, o Diálogo "Mil-Mil" (entre ministérios de Defesa), mecanismo criado pela Cúpula de Sunnylands, tem ajudado nas conversações bilaterais de temas controversos como Coréia do Norte e Irã.

Persistem, no entanto, desconfianças. No lado chinês, o anúncio norte-americano de estratégia que passaria a privilegiar a Ásia Pacífico ("rebalanceamento") - inclusive com o deslocamento de 60% da frota naval norte-americana para a região - e o lançamento das negociações comerciais da Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês), excluindo a China, incomoda Pequim, que interpreta as iniciativas norte-americanas como tentativa de conter sua ascensão política e econômica na região. Por sua vez, as investidas econômicas chinesas na América Latina e as atitudes assertivas de Pequim quanto a pretensões territoriais no Mar do Sul e no Leste da China, ameaçando tradicionais aliados norte-americanos, inquietam Washington.

Permanecem, ainda, na agenda bilateral negativa, temas em que China e EUA divergem historicamente, como é o caso da questão de Taiwan (a China frequentemente protesta contra a venda de equipamento militar norte-americano a Taiwan); da posição chinesa de "não ingerência nos assuntos internos" de países violadores de direitos humanos, vista como "omissa e oportunista" por Washington; violações a direitos humanos pelo regime chinês; acusações mútuas de ameaças à segurança cibernética; e do desrespeito à propriedade intelectual por empresas chinesas.

No campo econômico-comercial, a China é hoje o maior exportador e maior credor do mundo. Os EUA, por sua vez, são o maior importador e o maior devedor do mundo. Embora os EUA tenham sido ultrapassados pela União Europeia como o maior parceiro comercial da China, o país continua sendo o principal destino dos investimentos chineses no mundo. Por tudo isso, diz-se que as relações econômicas entre a China e os EUA são marcadas pelo pragmatismo de ambos os lados.

Rússia

Iniciada no final dos anos 1990, as relações entre China e Rússia ganharam força recentemente. Na última década, as primeiras visitas internacionais dos presidentes chinês e russo têm sido ao outro vizinho. Na gestão de Xi Jinping, as primeiras viagens internacionais do dirigente chinês nos dois anos que leva na Presidência foram à Rússia: visita de Estado em 2013

e presença na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi, em fevereiro de 2014. Os dois governos qualificam as relações como "parceria estratégica abrangente de coordenação", denominação que a China não utiliza com outro país. Conforme mencionado, por ocasião da visita do Chanceler russo, Sergey Lavrov, a Pequim, em abril de 2014, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, afirmou que a parceria estratégica com a Rússia é a mais substancial e de maior importância estratégica nas "relações entre grandes potências".

O caráter estratégico do relacionamento bilateral mereceu destaque na nova "Concepção da Política Externa da Federação da Rússia". Trata-se de documento que apresenta as linhas centrais da atuação internacional deste país e que é tradicionalmente aprovado no início de cada mandato presidencial. O documento, de 2013, privilegia as relações com a China e a Índia na política externa da Rússia.

Por ocasião da visita do Presidente Vladimir Putin a Pequim, em maio de 2014, foram assinados cerca de 50 acordos, com especial destaque para acordos na área de energia, que alcançariam o montante de US$ 400 bilhões, em um período de 30 anos.

Destaca-se, ainda, a constante coordenação política em organismos multilaterais entre China e Rússia, especialmente no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde os dois países são membros permanentes. Outro fato relevante é a participação e a interação de ambos os países no G-20 e no BRICS.

Segundo o Kremlin, o Presidente Xi Jinping confirmou presença, em Moscou, nas celebrações do 70º aniversário da vitória aliada na Segunda Grande Guerra, o que traduz o momento de convergência entre os dois países.

Ucrânia

O Governo chinês manteve, desde o início, o que denominou de "posição justa e objetiva" em relação à crise na Ucrânia, ao defender a moderação das partes envolvidas, bem como a importância do diálogo e de uma solução política.

A China, assim como Brasil, absteve-se na votação da Resolução 68/262 da Assembleia Geral, em março de 2014.

União Europeia

As relações entre a China e a União Europeia contam, desde 1998, com a realização de reuniões de cúpula. A primeira Cúpula China-UE ocorreu sob a presidência britânica do Conselho da União Europeia. As Reuniões são realizadas anualmente, com participação do Primeiro-Ministro chinês e dos Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia. China e União Europeia são parceiros estratégicos desde 2003.

Em 21 de novembro de 2013, teve lugar, em Pequim, a 16ª Cúpula China-UE. Foi a primeira com participação das novas lideranças chinesas. Na ocasião, acordou-se o início de negociações de um protocolo de investimentos bilaterais, ambicionado particularmente pelo lado europeu, englobando acesso a mercado e proteção de investimentos. As partes também acordaram estabelecer a meta de US$ 1 trilhão em volume de comércio em 2020. Em 2012, o volume de comércio China-UE foi de US$ 546 bilhões.

De acordo com dados da Comissão Europeia, o fluxo bilateral de investimentos, em 2011, totalizou 20 bilhões de euros, dos quais 17,5 bilhões de euros corresponderam a ativos originados da Europa. O estoque de investimentos da UE na China, até aquele ano, é estimado pela CE em 101,5 bilhões de euros, e o da China na UE, em 15 bilhões de euros.

Outro desdobramento relevante da 16ª Cúpula foi o documento intitulado "*EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation*", que visa a constituir o arcabouço sob o qual a cooperação bilateral deverá desenvolver-se e tem como cerne os temas de comércio e investimentos.

Em 31/3 e 1/4/2014, o Presidente Xi Jinping realizou visita a Bruxelas, quando as partes reiteraram o mútuo comprometimento com a implementação da agenda estratégica acima referida. Em discurso, Xi Jinping afirmou que China e UE, cujas economias se combinam para representar um terço da economia global, devem manter um mercado aberto, acelerar as negociações sobre o acordo de investimento e explorar ativamente a possibilidade de uma área de livre comércio. Sublinhou a importância do fortalecimento da cooperação tanto no plano comercial, quanto no tecnológico, de modo a que a China e a União Europeia "se tornem motores do crescimento da economia mundial".

Além disso, as partes receberam positivamente os resultados das duas primeiras rodadas de negociação de acordo bilateral de investimentos que cobriria proteção de investimentos e acesso a mercados, bem como manifestaram a expectativa de que, tempestivamente, se obtenha acordo ambicioso. De acordo com trecho da declaração conjunta, tal acordo poderia dar margem, no futuro, uma vez reunidas as condições necessárias, a que se aspire a um acordo "profundo e abrangente" de livre comércio entre a UE e a China.

No contexto da visita a Bruxelas, a Comissão Europeia manifestou, por meio de comunicado oficial, apoio ao pleito chinês de ingressar nas negociações do Acordo sobre Comércio de Serviços (TiSA, no acrônimo em inglês), apresentado em setembro de 2013.

Passada a visita a Bruxelas, o Governo chinês divulgou documento sobre a política externa chinesa para a União Europeia nos cinco a dez próximos anos. No referido documento, é reafirmado o compromisso chinês com a implementação, até 2020, da Agenda Estratégica UE-China para

Cooperação, adotada por ocasião da XVI Cúpula UE-China (Pequim, 21 de novembro de 2013).

Analistas consideram que a China tem buscado aproximação política e econômica crescente com a UE. Pequim procuraria na UE parceiros com os quais possa compartilhar experiências e dos quais possa receber contribuições para as reformas que o Governo chinês pretende implementar. A aproximação com a UE poderia denotar, ainda, procura de alternativa aos EUA, país do qual Pequim nutre desconfianças.

Japão

As relações diplomáticas entre China e Japão foram estabelecidas em 1972, com a assinatura, em Pequim, do Comunicado Conjunto de 29 de setembro, por Mao Tsé-tung e pelo Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka. Em 1978, foi firmado o Tratado de Paz e Amizade China-Japão, por meio do qual ambos os países se comprometeram a "não buscar hegemonia na região da Ásia-Pacífico ou qualquer outra região". Desde então, apesar dos ressentimentos históricos com a ocupação japonesa de parte significativa do território chinês durante a primeira metade do século XX, as relações sino-japonesas alcançaram progressiva e notável intensificação, em razão das crescentes iniciativas econômicas nipônicas (investimentos, empréstimos, cooperação técnica, entre outros), especialmente a partir das reformas promovidas por Deng Xiaoping, no final da década de 1970.

Atualmente, as relações entre os dois países encontram-se consideravelmente deterioradas, num contexto de controvérsias territoriais (ilhas Senkaku/Daioyu) e permanência de ressentimentos com relação ao passado colonialista japonês na China, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, sentimentos que têm sido estimulados por acusações de deliberado revisionismo histórico por parte do atual Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe.

Em dezembro de 2013, agravou-se o mal-estar político entre China e Japão, uma vez que o Primeiro-Ministro Shinzo Abe visitou o santuário xintoísta Yasukuni, em que japoneses mortos em guerras desde 1853 são venerados, incluídos 14 criminosos "classe A" da II Guerra Mundial. Visitas de autoridades japonesas a esse santuário são um verdadeiro tabu na relação do Japão com seus principais vizinhos. Assim como a Coreia do Sul, a China formulou enfáticos protestos diante da visita de Abe ao santuário. Pequim entende que o assunto diz respeito à incapacidade do Japão de reconhecer seu "histórico de agressão militarista" na primeira metade do século XX e de respeitar os sentimentos dos países que foram suas vítimas.

O Governo Abe também vem propondo alterar a tradicional interpretação da cláusula pacifista da Constituição japonesa de modo a permitir ao Japão participar de arranjos de segurança coletiva (por meio do reconhecimento jurídico interno do "direito de defesa coletiva"), tema que,

apesar de ainda estar em discussão parlamentar, tem suscitado controvérsias internas por parte da China. Outro elemento de tensão entre a China e o Japão é resistência chinesa ao recente conceito japonês de "Contribuição Proativa para a Paz", política concebida pelo Primeiro-Ministro Shinzo Abe, em 2013, e que contempla uma série de atividades do Governo nipônico (participação em missões de paz, prestação de cooperação internacional, atuação em foros multilaterais e maior participação no mercado internacional de produtos de defesa). Pequim vê nessas iniciativas indícios de um "ressurgimento do militarismo japonês", conforme seria, na visão chinesa, idealizado por Shinzo Abe.

Contribuem para a desconfiança mútua entre China e Japão a expansão das atividades marítimas chinesas em direção ou além do arquipélago japonês, bem como a modernização das capacidades navais chinesas, como a construção de porta-aviões. A China considera que continua a ser uma vítima potencial de um Japão agressivo por natureza e que Tóquio e Washington buscam "conter" a ressurgência da China como potência. De sua parte, o Japão crê que o pacifismo já se enraizou profundamente na sociedade nipônica, o que garante que o passado militarista não será revivido, e que as suas características geográficas e econômicas fazem do Japão um país vulnerável, que necessita assegurar a liberdade de navegação na região.

Apesar das dificuldades políticas na região, a interdependência econômica motiva uma maior integração comercial entre a China, o Japão e a Coreia do Sul. As negociações do Acordo de Livre Comércio trilateral China-Japão-Coreia do Sul tiveram início em novembro de 2012 e tiveram sua 7ª rodada, em Seul, em abril de 2015.

Questão das ilhas Senkaku/Diaoyu no Mar da China Oriental

A partir de 2012, as relações entre a China e o Japão entraram em uma fase de tensão sem precedentes no pós-guerra. O dissenso sino-japonês acerca das ilhas Senkaku/Diaoyu (pequeno arquipélago rochoso localizado no Mar da China Oriental, a sudoeste da Província japonesa de Okinawa, denominado "ilhas Senkaku" pelo Japão e "ilhas Diaoyu" pela China) foi agravado pela nacionalização, pelo Governo japonês, (compra a partir de proprietário privado em setembro de 2012) de três das cinco ilhas do arquipélago, reivindicado pelo Governo chinês como parte de seu território. Já em maio de 2013, Pequim designou publicamente as ilhas de "*core interest*" (interesse central), termo utilizado em relação a Taiwan e Tibete e que sugere um enrijecimento da posição chinesa na questão. A China já vinha adotando posição bastante assertiva, inclusive com emprego de expressões fortemente acusatórias, como fez o então Chanceler Yang Jiechi no Debate Geral da Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2012 ("negação dos resultados da guerra antifascista" e "sério desafio à ordem internacional do pós-guerra").

É importante ressaltar que o Japão não reconhece a existência de disputa territorial com a China sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, mas pleiteia esse reconhecimento no que tange ao diferendo com a Coreia do Sul (ilhas Dokdo/Takeshima). Por essa razão, o emprego da expressão "disputa territorial" pode sugerir a ideia de que o interlocutor em questão tomaria partido de um ou outro país, a depender do tema tratado (é preferível utilizar a expressão "questão territorial").

O Presidente dos EUA, Barack Obama, durante visita ao Japão (abril de 2014), declarou que as ilhas são cobertas pelo Tratado de Cooperação e Segurança Mútuas Japão-EUA. Obama buscou reafirmar seu compromisso com a segurança japonesa, de modo a dissipar dúvidas sobre a real disposição de seu país de reagir a uma agressão contra o Japão. Obama foi o primeiro Presidente norte-americano a anunciar publicamente essa posição, que antes havia sido reiterada apenas por Secretários de Estado e da Defesa, mas também reafirmou que os EUA "não tomam partido quanto à determinação final de soberania sobre as ilhas", outro elemento tradicional da posição americana.

Coreia do Sul

Após participação na Guerra da Coreia (1950-1953), quando lutou ao lado da Coreia do Norte contra a coalizão de forças da ONU, a China permaneceu durante longo período sem relações diplomáticas com a República da Coreia (Coreia do Sul). Durante a Guerra Fria, Pequim manteve relações com a Coreia do Norte, enquanto Seul manteve relações com Taiwan. As relações diplomáticas somente foram normalizadas em 1992. Atualmente, cerca de 600 mil chineses (coreano-étnicos oriundos da província chinesa de Jilin) vivem na Coreia do Sul e aproximadamente 560 mil sul-coreanos residem na China.

A dinamização das relações sino-coreanas tem proporcionado rápido desenvolvimento no comércio bilateral, que cresceu mais de 30 vezes desde a normalização das relações diplomáticas. Segundo dados sul-coreanos, a China é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul, que por sua vez ocupa a terceira posição nas trocas comerciais chinesas.

O diálogo politico também se adensou, e atualmente as relações China-Coreia do Sul gozam do status de "Parceria Estratégica". A atual Presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye, em sua primeira viagem oficial após ser eleita, realizou Visita de Estado à China, em junho de 2013. O Presidente Xi Jinping retribuiu a visita, em julho de 2014. Significativamente, o Presidente chinês foi a Seul sem haver visitado antes Pyongyang.

O Governo sul-coreano tem avaliado o estágio atual das relações com a China como excelente, inclusive com a intensificação do comércio bilateral (exportações sul-coreanas para a China hoje maiores do que aquelas destinadas ao Japão e aos EUA; assinatura de Acordo de Livre Comércio China-Coreia do Sul em 2014). Seul, entretanto, busca equilibrar-se entre a

forte aliança política e militar com os EUA e a Parceria Estratégica com a China.

RPDC (Coreia do Norte)

A China caracteriza-se como a principal aliada da República Popular Democrática da Coreia – RPDC (Coreia do Norte) na região, pois é a maior fornecedora de alimentos e combustíveis ao país e tem a mais intensa interlocução política. A China compartilha com a Coreia do Norte fortes vínculos históricos e militares, uma vez que voluntários do Exército Popular da China (contingente estimado em cerca de 400 mil homens) lutaram ao lado das forças norte-coreanas durante a Guerra da Coreia (1950-1953). O Armistício de Panmunjom (julho de 1953), que suspendeu os combates desse conflito armado, teve China como um de seus signatários. Para a China, a manutenção do equilíbrio na Península Coreana constitui indicador de sua capacidade de liderança regional. Nessa função, Pequim exerce, muitas vezes, ação moderadora sobre Pyongyang. Com menor intensidade, esse também é o papel exercido por Moscou.

Atualmente, observa-se relativo distanciamento chinês em relação à RPDC, enfatizado pelo fato de o Presidente Xi Jinping ter visitado primeiramente Seul, em julho de 2014, e ainda não ter visitado Pyongyang (tradicionalmente, ocorreria o inverso). Nos últimos dois anos, a inflamada retórica belicista (ameaças à Coreia do Sul, Japão e EUA) do jovem Líder norte-coreano Kim Jong Un, em grande medida, legitimou o aumento da presença militar dos EUA na região, o que desagrada Pequim.

As relações entre a China e a Coreia do Norte constituem, hoje, na visão chinesa, mais um passivo do que um ativo diplomático, sobretudo desde o final de 2013, após a execução sumária, por "traição", do tio do Líder Kim Jong Un, Jang Song-taek, que era interlocutor privilegiado com o lado chinês.

Questão nuclear norte-coreana

Principal aliada da RPDC, a China demonstrou com clareza sua desaprovação ao lançamento de foguete em dezembro de 2012 e, principalmente, ao teste nuclear de fevereiro de 2013 levados a cabo pela RPDC. O país tem reiterado seu compromisso com a desnuclearização da Península Coreana e com o equacionamento da questão nuclear por meio do diálogo, de modo que as negociações hexapartites possam ser retomadas o quanto antes. Pequim demanda que todas as partes envolvidas mantenham a calma, exerçam a cautela e evitem ações que possam desestabilizar a frágil situação na Península Coreana.

Índia

Em abril de 1950, a Índia foi o primeiro país afora os integrantes do bloco socialista a estabelecer relações diplomáticas com a China. Vizinhos

milenares, cujas culturas fertilizaram mutuamente, suas relações foram marcadas por três conflitos militares no período pós-Independência, em 1962, 1967 e 1987. Todavia, a busca do entendimento bilateral, formulada desde os anos 1950, é tida como uma das chaves da paz na Ásia.

Índia e China somam cerca de 35% da população mundial. Na comparação entre ambos, a China registra os indicadores sociais mais avançados. As atuais taxas de expectativa de vida e de mortalidade infantil na Índia são, por exemplo, comparáveis às da China na década de 1970. O PIB per capita chinês é mais duas vezes maior que o indiano e o PIB total em termos nominais, duas vezes e meia maior.

A China tornou-se o maior parceiro comercial da Índia em 2013. O comércio bilateral passou de US$ 7,6 bilhões em 2003 para US$ 66 bilhões em 2013. Nessa relação, destaca-se o elevado desequilíbrio comercial em desfavor da Índia: déficit de US$ 40 bilhões em 2012, reduzindo-se para US$ 31 bilhões em 2013. Os dois Governos anunciaram a meta de que as trocas comerciais atinjam US$ 100 bilhões até 2015. Os investimentos chineses na Índia são modestos, mas há grande potencial de crescimento.

Em 2005, os dois países estabeleceram "Parceria Estratégica e Cooperativa para a Paz e a Prosperidade", refletindo convergência de interesses em certos temas globais, como nos debates sobre agenda para o desenvolvimento, em negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio - OMC, em posições sobre mudanças climáticas, no âmbito do G-20 e do BRICS e no enfrentamento da crise financeira internacional.

Percebe-se, atualmente, movimento de aproximação entre os dois países, expresso em encontros e troca de visitas de alto nível. Após a eleição do Primeiro-Ministro Narendra Modi, o Premiê Li Keqiang foi o primeiro líder estrangeiro a apresentar-lhe cumprimentos, por telefone. China e Índia celebraram, em 2014, o Ano da Amizade Sino-Indiana e os 60 anos do lançamento dos cinco princípios da coexistência pacífica.

Em setembro de 2014, o Presidente Xi Jinping, realizou visita de Estado à Índia. Tratou-se da terceira visita presidencial chinesa à Índia na história. Cabe registrar que o primeiro encontro entre Modi e Xi havia-se dado no Brasil, poucos meses antes, à margem da Cúpula do BRICS em Fortaleza, em julho de 2014. Comunicado Conjunto emitido na ocasião da visita bilateral qualificou a resolução do diferendo fronteiriço como "objetivo estratégico" da relação. Na semana da visita, contudo, novo incidente na fronteira perturbou a fluidez do diálogo. Na esfera dos negócios, foi assinado, ainda durante a visita, Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Comercial, que delineia os seguintes objetivos: (i) redução do desequilíbrio comercial; (ii) realização de investimentos chineses da ordem de US$ 20 bilhões nos cinco anos seguintes; (iii) estabelecimento de ambiente estável e transparente para os negócios; e (iv) ampliação da cooperação entre Câmaras de Comércio e setores financeiros. No que se refere particularmente aos investimentos chineses, foi assinado

instrumento que contempla a construção de parques industriais nos estados indianos de Maharashtra e do Gujarat.

Além do diferendo de fronteira, são considerados como pontos de fricção, de diferentes graus, entre os dois países a cooperação chinesa com o Paquistão na área nuclear, a crescente influência econômica chinesa sobre vizinhos da Índia, notadamente no contexto do "Cinturão Econômico da Rota da Seda", os interesses estratégicos chineses no Oceano Índico no quadro da "Nova Rota da Seda Marítima", e a relação de Nova Delhi com o Dalai Lama. A China não apoia o pleito indiano de assento permanente no Conselho de Segurança.

ASEAN

O diálogo formal entre ASEAN e China foi estabelecido em 1991. Posteriormente, o relacionamento foi elevado ao *status* de parceria de diálogo em julho de 1996, na XXIX Reunião Ministerial da ASEAN. A China foi o primeiro parceiro de diálogo da ASEAN a aceder ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), em 2003.

No campo da segurança, a China expressou sua intenção de aceder ao Protocolo do "Southeast Asia Nuclear Weapons-Free Zone Treaty" (SEANWFZ). As "Guidelines on the Implementation of the DOC" foram aprovadas em Conferência Pós-Ministerial com a China, em julho de 2011. Desde então, as negociações não têm tido grande avanço.

Por ocasião da VII Cúpula ASEAN-China, realizada em Bali, em outubro de 2003, adotou-se "*Joint Declaration of the Heads of State / Government on Strategic Partnership for Peace and Prosperity*", a qual tem sido implementada com base em dois planos de ação (2005-2010 e 2011-2015).

O último Plano de Ação estabelece onze áreas prioritárias para a cooperação, quais sejam: agricultura; tecnologias de comunicação e de informação; desenvolvimento de recursos humanos; desenvolvimento da Bacia do Rio Mekong; investimentos; energia; transporte; cultura; saúde pública; turismo; e meio ambiente.

A China é o principal parceiro comercial da ASEAN, respondendo por 14,0% de seu comércio global em 2013. A ASEAN, por sua vez, é o terceiro parceiro da China, sendo responsável por 10,3% de seu comércio total em 2013. Os investimentos mútuos têm sido, de 2002 a 2012, da ordem de US$ 400 bilhões. Em 2013, a China aprovou a criação de Fundo de Cooperação, de US$ 10 bilhões, para a promoção de infraestrutura e interconectividade; cooperação energética e em recursos naturais; tecnologias da informação e comunicação; entre outros. A ASEAN recebeu, em 2013, 12,6 milhões de turistas chineses, correspondendo a 12,9% do total.

A China avança rapidamente para consolidar seu relacionamento com os dez países da ASEAN através do Acordo de Livre Comércio (CAFTA), em vigor desde 1º de janeiro de 2010. Ademais, China e ASEAN mantêm

acordo sobre serviços, em vigor desde 2007, o qual prevê a liberalização progressiva pela China de 26 setores em cinco áreas, conforme os compromissos assumidos na OMC: construção, proteção ambiental, transportes, esportes e comércio.

O acordo China-ASEAN sobre investimentos, assinado em agosto de 2009, é muito mais um acordo de promoção, facilitação e proteção de investimentos, não representando avanços para muitos dos mais agressivos investidores da ASEAN.

A China desempenhou papel importante na revitalização das economias do Sudeste Asiático após a crise financeira asiática de 1997 e durante a última década, mas são ainda controversas as conclusões sobre o impacto do vizinho do norte sobre as economias da região. De um lado, muitos investimentos que se destinavam aos países da região se desviaram para a China. De outro, o aumento expressivo do comércio de componentes e insumos entre a China e os países da ASEAN demonstra a integração de cadeias produtivas que têm como destino final, sobretudo, os Estados Unidos e a Europa, com a China no papel de última linha de montagem na região. Os crescentes investimentos chineses em outros países e a migração de algumas indústrias tradicionais para o Vietnã e o Camboja deixam entrever, contudo, que a situação é mais complexa. Outra potencial consequência da integração comercial e econômica é o próprio fortalecimento da integração financeira, com o aumento da utilização do *iuan* nas transações regionais. A moeda chinesa já é utilizada no comércio fronteiriço da China com Vietnã, Camboja e Myanmar.

Atualmente, os principais temas que a China vem tratando com os países da ASEAN são: os litígios de fronteira no Mar do Sul da China, em especial a possível negociação de Código de Conduta; a revisão da Iniciativa Chiang Mai (um esquema de *swap* em moedas regionais, para atenuar ciclos de baixa liquidez); as negociações sobre a Parceria Econômica Abrangente Regional (da qual devem participar 16 países ao todo: os dez Estados da ASEAN, mais Austrália, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia, além da China), podendo, segundo analistas, rivalizar com a Parceria Transpacífica, ligada aos EUA; a formação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura; e o estímulo à confiança mútua e à segurança regional, por meio da cooperação.

Na 16ª Cúpula da ASEAN-China, em outubro de 2013, ASEAN e China fixaram o objetivo de alcançar fluxo comercial de US$ 500 bilhões até 2015 e de US$ 1 trilhão até 2020, bem como ampliar o fluxo de investimento para US$ 150 bilhões nos próximos oito anos. A China teria também proposto tratado sobre "boa vizinhança e cooperação amistosa" e oferecido 15 mil bolsas para estudantes da ASEAN.

O Presidente e o Primeiro-Ministro da China têm visitado diversos países da ASEAN, o que pode ser visto como parte de uma estratégia de aproximação, em contraste com a menor presença dos EUA na região.

Mar do Sul da China

As disputas territoriais no Mar do Sul da China constituem o principal desafio geopolítico do Sudeste Asiático, em razão de seus possíveis reflexos à paz regional, ao comércio internacional e à exploração dos recursos naturais locais (pescados e, possivelmente, hidrocarbonetos). A questão opõe, sobretudo, a China às Filipinas e ao Vietnã, apesar de também reclamarem áreas em litígio Malásia, Brunei e Taiwan.

A China, que na última década buscou evitar disputas militares na região - enfatizando a manutenção do *status quo* com os países do Sudeste Asiático e, com isso, ganhando tempo para fortalecer suas capacidades militares marítimas - tenta agora postura mais assertiva ao testar os limites dos vizinhos com afirmações mais efetivas de soberania. Essas reações chinesas têm-se manifestado pela construção de postos militares nas ilhas Spratly (Nansha para os chineses) e Paracel (Xisha), além de uma plataforma para submarinos nucleares em Hainan (ilha ao sul da China) e em escaramuças mais frequentes envolvendo embarcações pesqueiras e de patrulha chinesas. Como demonstrado por incidente com o Vietnã em maio de 2014 (quando a China instalou plataforma de petróleo em área reclamada pelo Vietnã), a China começa efetivamente a explorar reservas de petróleo em áreas litigiosas no Sudeste Asiático, sustentando sua soberania sobre a área da "linha dos nove pontos". Em nenhum momento, entretanto, a China esclareceu o significado dessa linha, afirmando apenas que é seu "direito histórico".

Alguns países da ASEAN procuram avançar negociações em bloco, enquanto a China sustenta preferência por negociar bilateralmente. Para a China, que defende ser seu território quase todo o Mar do Sul da China, trata-se de um interesse central (*core interest*), ao lado das questões de Taiwan e do Tibet.

Apesar do aumento dos orçamentos militares na região e a presença militar norte-americana, é indesejável para as partes qualquer tentativa de solução dos diferendos pela via militar. O Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste da Ásia, de 1976 (de que o Brasil faz parte, desde 2012), e a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China (entre a ASEAN e a China), de 2002, preveem expressamente que os diferendos territoriais na região sejam resolvidos pela via pacífica.

Ásia Central

A China liga-se aos países da Ásia Central através da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), fundada em 1996 e tendo como membros, além da China, Rússia, Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão e

Uzbequistão. Irã, Índia, Mongólia, Paquistão e Afeganistão são membros observadores. A OCX teve, originalmente, como finalidade principal a cooperação para a segurança (terrorismo, tráfico de drogas e separatismo), mas tem evoluído para temas de cooperação econômica e cultural. A Organização já foi criticada pelo seu teor anti-ocidental, já tendo discutido em suas reuniões a formação de uma organização antagônica à OTAN, a substituição do dólar como moeda de referência, a formação de um cartel de gás natural e o incentivo ao armamento nuclear de seus membros. A China deseja incorporar o Irã como membro pleno da OCX. O Irã traria para a organização todo o seu peso econômico e sua imensa influência cultural nos países da Ásia Central.

Outro instrumento de aproximação da China com os países centro-asiáticos será o Banco Asiático para Investimento em Infraestrutura. Na região, apenas o Azerbaijão ainda não foi admitido como membro, pois apresentou o seu pedido de adesão há menos de um mês. O Banco deverá financiar projetos de interesse dos chineses, mas com forte impacto nas economias dos países asiáticos e com efeitos positivos na integração regional.

Na Ásia Central, especialmente importantes são as relações entre a China e o Cazaquistão, que partilham uma fronteira de 1.782 km. Como em outros países, a China tem investido no setor petrolífero e de gás natural do Cazaquistão. Os rios que vêm da China e penetram em território cazaque são intensamente utilizados em irrigação e desenvolve-se um esforço permanente de negociação para o aproveitamento dos recursos hídricos transfronteiriços.

Oriente Médio

A China tem demonstrado limitado envolvimento em temas centrais do Oriente Médio., como a questão israelo-palestina (a favor de uma solução de dois Estados); o conflito na Síria (elementos para uma saída negociada e política para o conflito, porém não integrando coalizão internacional que combate o autoproclamado Estado islâmico); e questão nuclear do Irã (integrando o P5+1 e defendendo o direito iraniano de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos).

A China tem no Oriente Médio espaço geográfico privilegiado para a obtenção de apoio político e recursos energéticos. A região – os países do Conselho de Cooperação do Golfo em particular – fornece cerca de 50% das importações chinesas de petróleo. O fluxo comercial é acompanhado, no plano político, por iniciativas como a criação, em 2004, do Fórum Sino-Árabe de Cooperação (SACF). No âmbito do SACF, em 2010, a China e os países árabes estabeleceram "relações de cooperação estratégica". China mantém, também, conversas regulares com a Liga dos Estados Árabes (LEA) e negocia, desde 2004, acordo de livre comércio com o Conselho de Cooperação do Golfo. Desde 2002, a China tem designado “Enviados Especiais” para a região.

Conflito na Síria

Pequim não acredita em solução militar para o conflito sírio. Defende solução política que leve em consideração os interesses de todas as partes envolvidas e apoia as iniciativas conduzidas por Moscou e pelo Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, com vistas à retomada de negociações políticas entre as partes e à contenção da violência.

O Chanceler Wang Yi apresentou proposta de cinco pontos para o conflito sírio, em preparação para as negociações de Genebra II, em janeiro de 2014: resolução por meios políticos; atribuição ao povo sírio da decisão quanto ao futuro do país; transição política inclusiva; reconciliação nacional e unidade na Síria; e oferecimento de assistência humanitária aos sírios e aos vizinhos.

Pequim vetou, em maio de 2014, juntamente com a Rússia, proposta francesa de resolução do Conselho de Segurança que propunha remeter ao Tribunal Penal Internacional a situação na Síria. A delegação chinesa destacou que a remissão do caso ao TPI não seria propícia à busca de solução política. Tem defendido que a soberania síria deve ser respeitada em todos os momentos e identifica o terrorismo como a causa da deterioração da situação humanitária na Síria. Em março de 2015, a China votou a favor da Resolução 2209, que condenou o uso de armas químicas na Síria, sem atribuir responsabilidade.

Israel e Palestina

A China reconheceu o Estado da Palestina, em novembro de 1988, e, de forma similar ao Brasil, co-patrocinou o projeto de resolução da Assembleia Geral que concedeu à Palestina *status* de Estado Observador Não-Membro nas Nações Unidas, em novembro de 2012.

Pequim, à semelhança do Brasil, defende um Estado palestino independente e soberano, criado com base nas linhas de 1967, com a Palestina e Israel vivendo lado a lado em paz e segurança.

A China tem reafirmado que o Conselho de Segurança deve assumir suas responsabilidades em relação ao conflito israelo-palestino. Em dezembro de 2014, o país votou a favor do projeto de resolução do Conselho, apresentado pela Jordânia a pedido palestino, que buscava estabelecer parâmetros para a resolução do conflito (o projeto não obteve os nove votos necessários para aprovação).

Programa nuclear iraniano

Atualmente, as atividades de verificação no Irã dão-se no contexto do *Joint Statement on a Framework for Cooperation*, acordado com a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, em novembro de 2013, e do *Joint Plan of Action* (JPA), concluído com o grupo P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU e Alemanha, facilitados pela União Europeia) também em novembro de 2013.

A mais recente rodada de negociações entre o Irã e os P5+1 encerrou-se em 2 de abril de 2015, em Lausanne, Suíça. Na ocasião, os

negociadores anunciaram a definição de parâmetros que servirão de base para um acordo detalhado a ser concluído até 30/6. Tais parâmetros estão relacionados principalmente a limitações sobre as atividades nucleares no Irã em um período de 10 a 15 anos (número de centrífugas para enriquecimento de urânio, grau de enriquecimento, restrições quanto a novas instalações e estoques de materiais nucleares) e a medidas de verificação (inspeções) em todas as etapas do ciclo de combustível nuclear. Os negociadores dos P5+1 estimam que, com a implementação das restrições, o tempo de "*breakout*" – período entre a eventual decisão de construir uma arma nuclear e o momento em que o Irã disporia de material físsil suficiente para uma bomba – seria aumentado dos atuais 2-3 meses para, no mínimo, um ano.

A China é integrante dos P5+1. Junto com a Rússia, exerce papel moderador nas tratativas do Grupo com o Irã. Após o anúncio do entendimento de Lausanne, o Chanceler Wang Yi assinalou que a resolução do dossiê nuclear iraniano por meio do diálogo e da negociação é do interesse de toda a comunidade internacional, além de compatível com o propósito da Carta das Nações Unidas no sentido de promover a solução pacífica das disputas entre Estados.

África

Os dois principais objetivos da inserção chinesa na África – acesso a recursos naturais e obtenção de apoio político – são concretizados por meio de estratégias de intensificação de relações que combinam aspectos comerciais, investimentos, ações de *soft power*, ações humanitárias, cooperação técnica em diversos campos e a criação, em 2000, de uma base institucional estruturada por meio de cúpulas e planos de ação: o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

O intercâmbio comercial é a vertente mais notável da presença chinesa na África. Desde 2000, a corrente comercial entre a China e os países africanos tem crescido a uma média anual de 33,5%, passando de USD 9 bilhões em 2000, para mais de USD 210 bilhões em 2013. As exportações chinesas em 2013 foram de US$ 92,8 bilhões (aumento de 8,8%), e as importações, de US$ 117,4 bilhões (aumento de 3,7%). Em 2013, a corrente de comércio da África com EUA e UE foi de, respectivamente, US$ 85 bilhões e US$ 137 bilhões.

No que tange aos investimentos da China na África, segundo dados disponíveis do Ministério do Comércio da China (2012), o fluxo de investimento externo direto (IED) alcançou US$ 2,5 bilhões naquele ano, o que representa redução de 21,5% em relação a 2011. Segundo dados do "World Investment Report" da UNCTAD, em 2012, os investimentos chineses corresponderam a 5% do fluxo total de IED para o continente (US$ 50 bilhões) - em 2011, a participação chinesa no IED para a África havia alcançado 7,4%. Se comparados com o estoque total de investimentos externos na África (US$

629,6 bilhões), o IED chinês no continente - US$ 21,7 bilhões (cerca de 3,4% do total) – ainda é modesto. A UE e os EUA continuam sendo os principais investidores, com mais de 80% do total.

A aproximação econômico-comercial chinesa vem acompanhada de iniciativas políticas de alto nível. As mais recentes visitas de altas autoridades chinesas à região foram a do Primeiro-Ministro Li Keqiang, em maio de 2014, e a do Presidente Xi Jinping, em março de 2013.

A cooperação em ajuda ao desenvolvimento e assistência humanitária é outro vetor usado pelos chineses para se aproximar do continente africano. O discurso chinês de aproximação com países africanos, com alusões a "igualdade política", "benefício mútuo", "respeito pela soberania" e "não-intervenção", tem-se mostrado mais atraente que as condicionalidades dos parceiros tradicionais (em especial, dos doadores ocidentais). O escopo da política chinesa para o desenvolvimento é mais amplo que o da OCDE e envolve, por exemplo, "pacotes de negócios", que incluem troca de acesso a recursos naturais por grandes projetos de construção de infraestruturas financiados pela China.

América Latina e Caribe

A estratégia da China na América Latina e Caribe leva em conta três principais interesses: (i) assegurar o fornecimento de recursos naturais que contribuem para manter o crescimento econômico do país asiático; (ii) abrir novos mercados consumidores para os produtos chineses; e (iii) encorajar nações a reconhecer a RPC no lugar de Taiwan. Historicamente, a China manteve baixo perfil no relacionamento com a região, em função, sobretudo, da distância geográfica e cultural e por considerar a região área de influência dos EUA. Tal cenário apresentou os primeiros sinais de mudança a partir da década de 1990, quando o desenvolvimento acelerado da economia chinesa não só passou a exigir acesso a novos mercados consumidores de produtos chineses e fornecedores de matérias-primas, mas também fortaleceu as bases para sua consolidação como potência emergente, que passaria a buscar globalmente a consecução de seus interesses geopolíticos.

O marco inicial da estratégia de aproximação chinesa em relação à América Latina e Caribe pode ser identificado no périplo latino-americano do Presidente Hu Jintao, em 2004, considerado ponto de inflexão nas relações da China com a região. Posteriormente, em 2008, foi divulgado o "Documento sobre a Política da China para a América Latina", primeiro texto público oficial chinês sobre as relações de Pequim com a região. Além de reafirmar o apoio à política de "uma só China" como base para o relacionamento com os países da América, o documento menciona o interesse da China em negociar acordos de livre-comércio com os países e as organizações de integração regional da ALC.

A criação do Foro CELAC-China resultou de uma proposta chinesa, apresentada pelo então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em visita à região em

2012, e aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo da CELAC na Cúpula de Havana, em janeiro de 2014. Por ocasião da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil, a parte brasileira organizou, a pedido do país asiático, a Reunião de Cúpula Brasil, China e Líderes da América Latina e do Caribe, em 17 de julho, quando foi oficialmente lançado o Foro e estabelecidas suas principais diretrizes da cooperação. A Reunião teve como tema "Igualdade e Benefício Mútuo, Cooperação Recíproca e Desenvolvimento Comum". Naquela ocasião, o mandatário chinês anunciou diversas medidas que poderão reforçar a cooperação entre seu país e a ALC, como a criação de um fundo para financiar projetos de infraestrutura, chegando a um total de US$ 20 bilhões; o lançamento de linha de crédito preferencial para a CELAC no valor de US$ 10 bilhões, para investimentos em áreas a serem definidas pela China e pela ALC; a concessão de US$ 50 milhões para cooperação agrícola; o estabelecimento de um programa de intercâmbio para cientistas na área de tecnologia e inovação; entre outras iniciativas. O anúncio de tais iniciativas chinesas não constou, entretanto, da Declaração Conjunta da Cúpula de Brasília de Líderes.

Em seguimento à reunião de líderes da América Latina, do Caribe e da China de Brasília, foi realizada reunião de todos os Chanceleres da CELAC e da China, em 8 e 9 de janeiro de 2015, em Pequim. Na ocasião, foram adotados uma Declaração Política, as regras de funcionamento do Foro e o Plano de Cooperação 2015-2019. As regras de funcionamento preveem que o Foro será organizado em três níveis: reunião, a cada três anos, dos Ministros de Relações Exteriores; reuniões anuais de Coordenadores Nacionais; e consultas em nível de Diretor-Geral, a serem organizadas conforme a necessidade. Essa estrutura seria complementada por consultas anuais entre o Chanceler da China e o Quarteto da CELAC e por reuniões setoriais específicas, em áreas como agricultura, ciência e tecnologia, academia, imprensa e sociedade civil.

O Plano de Ação estabelece metas genéricas de cooperação em treze áreas (política e segurança; assuntos internacionais; comércio, investimentos e finanças; infraestrutura e transportes; energia e recursos naturais; agricultura; indústria, ciência e tecnologia, aviação e indústria aeroespacial; educação e treinamento de recursos humanos; cultura e esportes; imprensa, mídia e publicações; turismo; proteção ambiental, gestão de desastres naturais, erradicação da pobreza e saúde; contatos entre sociedades civis).

O Brasil considera que a implementação de medidas concretas de cooperação e a negociação de compromissos normativos serão sujeitos a negociações específicas entre a China e os países latino-americanos e caribenhos interessados. Qualquer membro da CELAC poderá eximir-se de participar de uma iniciativa, sem que isso impeça sua posterior adesão à referida iniciativa, com a prévia aprovação da China e os países que originalmente participaram do processo negociador.

Fórum de Macau

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) foi criado, em 2003, por iniciativa do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) com o objetivo declarado de promover o comércio e os investimentos entre os países de língua oficial portuguesa e a China. Cabe destacar que, entre os países de língua portuguesa, São Tomé e Príncipe é o único país a não participar do Fórum em razão de manter relações diplomáticas com Taiwan. O Fórum conta com representantes residentes na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) de todos os países-membros, exceto o Brasil, que designou diplomata da Embaixada em Pequim para acompanhar os trabalhos correntes (sem prejuízo da presença do Embaixador em Pequim em ocasiões políticas especiais).

O Fórum de Macau realizou, até o momento, quatro conferências ministeriais (2003, 2006, 2010 e 2013). A quinta conferência está programada para realizar-se em 2016. Por ocasião da IV Conferência Ministerial (nov/2013), o Vice-Primeiro-Ministro chinês, Wang Yang, anunciou oito medidas a serem adotadas nas áreas de concessão de empréstimos, infraestrutura, recursos humanos, saúde, compartilhamento de experiências, educação, cooperação trilateral, entre outras.

Conforme se depreende dos Planos de Ação adotados em 2003, 2006, 2010 e 2013, nota-se, desde a criação do Fórum, tendência à ampliação do seu escopo original, com a inclusão de atividades de ajuda ao desenvolvimento e em "novas áreas de cooperação", como saúde; ciência e tecnologia; transporte; turismo; agricultura; pesca; pecuária; infraestrutura; recursos naturais e proteção ambiental; educação e recursos humanos; cultura; entre outras.

A criação do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa parece responder, entre outros fatores, ao possível interesse dos países africanos e do Timor-Leste em obter do Governo chinês compromissos de apoio financeiro, investimentos e projetos de cooperação para seus países. Nesse contexto, o fundo pode contribuir para ampliar a promoção das empresas chinesas nos países africanos de língua portuguesa. De acordo com a parte chinesa, do US$ 1 bilhão previsto para o Fundo, já foram integralizados, em 2014, US$ 125 milhões nesta primeira fase de operação, na proporção de 60% pelo Bando de Desenvolvimento da China (CDB) e 40% pelo Macao Industrial and Commercial Fund.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2014, a economia chinesa cresceu 7,4%, 0,1 ponto percentual abaixo da meta estabelecida pelo Governo chinês para aquele ano e a menor taxa dos últimos 24 anos. É apenas a terceira vez, desde que as estatísticas anuais passaram a ser anunciadas em 1985, que o país não alcançou a meta estimulada. As outras ocasiões foram em 1989 (ano dos eventos na Praça da Paz Celestial) e em 1998 (crise asiática). No primeiro trimestre de 2015, o crescimento desacelerou-se, ficando em 7%.

A despeito da relativa desaceleração, de acordo com dados do FMI, a China passou, em 2014, a ser a maior economia do mundo, em termos de PIB por paridade de poder de compra, que atingiu patamar da ordem de US$ 17,6 trilhões, enquanto os EUA alcançou a cifra de US$ 17,4 trilhões.

A desaceleração econômica chinesa foi resultado da desaceleração do crescimento mundial e da redução nos investimento em ativos fixos, sobretudo em projetos imobiliários e na indústria. Os investimentos em ativos fixos cresceram 15,7% em 2014, redução de 4,2 pontos percentuais em relação a 2013. No setor imobiliário, os investimentos cresceram 10,5% em 2014, contra 19,8% em 2013. Apesar da redução do ritmo de construção de novas unidades habitacionais, a taxa de desocupação cresceu 26,1% em 2014, na esteira de redução de 7,6% nas vendas imobiliárias. A produção industrial cresceu 8,3%, em comparação a 9,7% no ano anterior. Embora a produção de aço tenha atingido recorde de 822,7 milhões de toneladas, o que equivale à metade da produção mundial, o crescimento anual foi de apenas 0,9%, o menor desde 1981.

Por muito tempo, o principal elemento motivador das altas taxas de crescimento chinesas foi o imperativo de gerar emprego urbano para os 10 milhões de migrantes que a cada ano se deslocam do campo para a cidade. Em 2010, o governo chinês estimou que seriam necessárias taxas de crescimento anual superiores a 8% para manter o nível de emprego. Entretanto, apesar da redução no ritmo de crescimento do PIB, foram gerados 13,2 milhões de empregos urbanos, em 2014, aumento de 5,1% em relação ao ano anterior, o que poderá levar a ajustes na relação entre crescimento do PIB e taxa de emprego.

A transição de um modelo de crescimento baseado no investimento e nas exportações para outro movido por consumo e serviços é parte da estratégia chinesa de reequilíbrio econômico. Em 2014, o consumo contribuiu 51,2% para o crescimento do PIB (contra 48,2% em 2013), impulsionado pelo aumento em 8% na renda das famílias. Outro importante elemento no processo de mudança estrutural da economia chinesa é o incremento da participação do setor de serviços na economia. Em 2014, serviços conformaram 48,2% do PIB, contra 46,9% em 2013, superando, pelo segundo ano consecutivo, a

contribuição da indústria. Esse crescimento foi impulsionado pelo *boom* do comércio eletrônico, e setores relacionados, como logística, terminais móveis e pagamentos eletrônicos.

Comércio

A China tornou-se a primeira potência comercial global em 2013. Desde 2009, a China é o maior exportador mundial. Em 2014, a corrente de comércio da China foi de US$ 4,3 trilhões, alta de 3,4% em relação ao ano de 2013, variação abaixo da meta de 7,5% de crescimento estabelecida pelo governo chinês.

Em relação a 2013, as exportações apresentaram aumento de 6%, atingindo o valor de US$ 2,34 trilhões, ao passo que as importações permaneceram praticamente estáveis, crescendo apenas 0,7% no ano passado, chegando a US$ 1,96 trilhões. Com isso, o superávit comercial da China foi superior a US$ 380 bilhões, aumento de 45,4% em comparação com o saldo registrado em 2013.

Em 2014, os principais destinos das exportações chinesas foram: EUA (US$ 396 bilhões, aumento de 7,5% em relação a 2013); UE (US$ 371 bilhões, aumento de 9,6%); ASEAN (US$ 217,8 bilhões, aumento de 11,3%); Japão (US$ 149,6 bilhões, redução de 0,5%); Coreia do Sul (US$ 100,4 bilhões, aumento de 10,1%); e Hong Kong (US$ 363,2 bilhões, redução de 5,6%). As exportações para Hong Kong, como é sabido, são, em sua quase totalidade, reexportadas para outros mercados, o que distorce as estatísticas. Além disso, parte não desprezível do que é computado como comércio com aquela região administrativa tem a única finalidade de evadir os controles de capital da China, ou seja, consistem em operações financeiras, sem equivalente trânsito de mercadorias, com ingresso de capital que escapa às limitações impostas.

No que toca às importações da China em 2014, a evolução, em relação ao ano anterior, foi a seguinte: UE (US$ 244,4 bilhões, aumento de 11%); ASEAN (US$ 208,5 bilhões, aumento de 4,6%); Coréia do Sul (US$ 190,4 bilhões, aumento de 4%); Japão (US$ 163,1 bilhões, aumento de 0,5%); e EUA (US$ 159 bilhões, aumento de 4,3%). É interessante observar que, da corrente de comércio total com a UE (US$ 615,4 bilhões), quase 30% (US$ 177,8 bilhões) refere-se ao comércio com a Alemanha.

Segundo dados da alfândega chinesa, a China importou mais de 933 milhões de toneladas de minério de ferro em 2014, aumento de 13,7% em relação à quantidade importada no ano anterior. Mantém-se a tendência de que a Austrália seguirá sendo a principal fonte do produto. Em 2013, mais da metade (50,8%, ou 417 milhões de toneladas) do minério de ferro importado pela China veio da Austrália.

Investimentos

Em 2014, segundo dados do Ministério do Comércio chinês, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) para a China alcançou US$ 119,56 bilhões, um crescimento de 1,7% em relação a 2014. Nesse ano, os principais investidores na economia chinesa foram: Hong Kong (US$ 85,74 bilhões), Cingapura (US$ 5,93 bilhões), Taiwan (US$ 5,18 bilhões), Japão (US$ 4,33 bilhões), Coreia do Sul (US$ 3,97 bilhões) e EUA (US$ 2,67 bilhões).

Parte significativa dos investimentos externos chineses deverá ser dirigida para a construção da Nova Rota da Seda, que compõe um arco de projetos ligando a China e a Ásia Setentrional, Central e Meridional à Europa. Na esteira da Cúpula da APEC, em fins de 2014, o Presidente Xi Jinping anunciou fundo de US$ 40 bilhões para o financiamento de projetos de infraestrutura no âmbito do "Cinturão Econômico da Roda da Seda", vertente terrestre da iniciativa, e da "Rota Marítima da Seda do Século XXI".

Segundo informação da *Heritage Foundation*, os investimentos externos chineses de 2005 a 2014 alcançaram o nível de US$ 860 bilhões. Os EUA e a Austrália foram os países que mais receberam investimentos chineses desde 2005 (US$ 67,8 e US$ 59,8 bilhões cada), seguidos por Canadá (US$ 39,2 bilhões) e Brasil (US$ 28,4 bilhões). No Brasil, os maiores investimentos estão no setor de energia, particularmente petróleo.

Perspectivas

A economia chinesa está em transição de um modelo fortemente marcado por investimentos públicos para outro com maior participação do consumo privado nas contas nacionais. A estratégia econômica estabelecida por Deng Xiaoping, alicerçada em pesados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra, ainda que tenha assumido nova configuração, com o atual predomínio de produtos de alto valor agregado na pauta exportadora da China, demonstra sinais de esgotamento. Fazem-se necessárias cada vez mais mudanças qualitativas no modelo atual. Para tanto, foram preparados o 12º Plano Quinquenal (2011-2015) e o relatório China 2030, elaborado por meio de parceria entre o Banco Mundial e o Conselho de Estado chinês.

Entre as metas econômicas do 12º Plano Quinquenal, destacam-se: redução do ritmo de crescimento do PIB para uma média de 7% ao ano; aumento da taxa de urbanização de 47,5% para 51,5%; aumento da participação do setor de serviços na geração do PIB, de 43% para 47%; manutenção do teto do desemprego urbano em 5%; manutenção da taxa inflação anual em 4% ou menos; aumento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento para 2,2% do PIB; e aumento do consumo doméstico. O Plano estabelece, ainda, sete setores industriais chave para o quinquênio: 1) novas energias (nuclear, solar e eólica); 2) conservação de energia e proteção ambiental; 3) biotecnologia; 4) novos materiais (terras raras e supercondutores); 5) novas tecnologias (redes de banda larga, infraestrutura de

segurança de rede, convergência de redes); 6) equipamentos de alta tecnologia (aeronaves e equipamentos de telecomunicações); e 7) veículos não-poluentes.

Em novembro de 2013, o Presidente Xi Jinping anunciou, no Comunicado Final do Terceiro Pleno do 18º Comitê Central do Partido Comunista, o mais ambicioso programa de reformas desde 1992, quando Deng Xiaoping delineou a abertura econômica da China. A base das reformas é a avaliação de que o mercado deve ter um "papel decisivo" na alocação de recursos na China. Entre as principais áreas contempladas, ressaltam-se: redução do papel das estatais; reforma agrária com vistas a criar um mercado de propriedades rurais; reforma financeira, por meio da flexibilização do câmbio e gradual liberalização dos juros; reforma fiscal, por meio de sistema orçamentário transparente e definição de competências para províncias e cidades; reformas política e administrativa, por intermédio do aperfeiçoamento do sistema de justiça e do combate à corrupção; abertura de mercados a investimentos estrangeiros; entre outras.

Entre os aspectos mais importantes das reformas está a liberalização da taxa de câmbio. Análise da consultoria *Dragonomics* argumenta que, com a banda de flutuação diária de 2%, iniciada no primeiro semestre de 2014, o valor do iuan será, em condições normais, determinado pelo mercado. Além disso, o Governo chinês reforçou a ênfase na internacionalização do iuan, política que vem mostrando resultados. Entre 2010 e 2013, as transações diárias em iuanes passaram de US$ 34 bilhões para US$ 120 bilhões, o que equivale a 2,2% do volume internacional. O iuan é, atualmente, a nona principal moeda internacional e cerca de 17% do comércio exterior da China já é denominado na moeda do país.

A previsão de crescimento para 2015, conforme dados do FMI de abril de 2015, é de 6,8%, em razão dos ajustes no mercado imobiliário, de crédito e nos investimentos.

O Presidente Xi Jinping e o Primeiro Ministro Li Keqiang vêm usando a expressão "novo normal" para indicar que a China deverá crescer menos nos próximos anos. De acordo com análise da consultoria *Dragonomics*, o temo "novo normal" abriga uma ambiguidade útil ao governo chinês, pois não está associada a uma meta de crescimento específica. Entre os desafios a serem enfrentadas para uma desaceleração ordenada da economia chinesa estariam a redução da alavancagem dos setores público e privado, a possível crise do mercado imobiliário e a adaptação das taxas de crescimento ao novo patamar de renda chinês.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

221 a 210 a.C.	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
206 a 220 d.C.	Dinastia Han.
618 a 907	Dinastia Tang.
960 a 1279	Dinastia Song.
1368 a 1644	Dinastia Ming.
1644	Início da Dinastia Qing (ou Manchu).
1839 a 1842	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1842	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
1856 a 1860	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1894 a 1895	Primeira Guerra Sino-Japonesa, vencida pelo Japão.
1900	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
1912	Proclamação da República da China (fim de 4 mil anos de regime monárquico).
1921	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCCh).
1934 a 1935	"Longa Marcha" das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
1937	Japão invade a China.
1949	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung
1958	Programa "Grande Salto Adiante": coletivização da agricultura.
1962	Breve disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
1966	Início da Revolução Cultural.
1969	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
1971	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em substituição a Taiwan.
1972	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
1976	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
1978	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
1989	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
1993	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
1994	China adota política de câmbio flutuante para o iuan (yuan).

1997	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
1999	Macau é devolvida à China por Portugal.
2001	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2003	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
2004	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
2005	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Deterioração no relacionamento político com o Japão. Presidente Bush visita a China.
2006	Visita do Presidente Hu Jintao a Washington.
2007	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de Secretário-Geral do PCC.
2008	Protestos no Tibete (abril). Terremoto em Sichuan (maio). Jogos Olímpicos de Pequim (agosto).
2009	Protestos e violência étnica em Xinjiang (setembro). Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC (outubro).
2010	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCCh – Vice-Presidente Xi Jinping nomeado Vice-Presidente da Comissão Militar Central.
2011	Visita de Hu Jintao a Washington (janeiro).
2012	18º Congresso Nacional do PCCh: Xi Jinping é alçado ao posto de Secretário-Geral do PCCh, sucedendo Hu Jintao.
2013	Confirmação de Xi Jinping no cargo de Presidente da República Popular da China (março). Terceira Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China (novembro). Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China (novembro).
2014	Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong (setembro). Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (outubro). Cúpula da APEC, em Pequim (novembro). Visita do Presidente Barack Obama à China (novembro). Encontro entre o Presidente Xi Jinping e o Primeiro-Ministro japon Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC (novembro).
2015	Sessões Gêmeas da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e do Congresso Nacional do Povo (março).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	Brasil e China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	Presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – *China-Brasil Earth Resource Satellite*).
1993	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; Presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; Presidente Lula visita a China em maio; Presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China; criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar; visita do Presidente do Parlamento chinês, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à China.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília, com interlocução do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, atualmente Ministro dos Negócios Estrangeiros da China; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.

2008	Visitas ao Brasil do Ministro do Comércio da China ao Brasil (maio); do membro do *Politburo* do Partido Comunista Chinês, He Guoqiang (julho); e do Vice-Presidente do Comitê Central Militar da China, General Xu Caihou (novembro).
2009	Visitas ao Brasil do Vice-Presidente da China, Xi Jinping (fevereiro); do Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin (novembro); e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro). Visita de Estado do Presidente Lula à China (maio). Visita à China do Ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro); do Ministro da Saúde, José Temporão (novembro); e do Ministro da SECOM, Franklin Martins (outubro).
2010	Visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil (abril), conjuntamente à II Cúpula BRIC, em Brasília. Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita à China do Ministro-Chefe do GSI, General Jorge Félix (abril). Visita do Ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China (abril). I Diálogo de Ciência, Tecnologia e Inovação China-Brasil, Pequim (abril). Visita do Ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio). II Reunião do Comitê Conjunto de Defesa, em Brasília.
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo Vice-Presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Qishan. Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro). Visita do Ministro de Ciência e Tecnologia Wang Gang a Brasília e Rio de Janeiro (agosto). Visita da Vice-Presidenta da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Senhora Zhang Meiying ao Brasil (dezembro).
2013	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março). Missão da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

	Fernando Pimentel, a Pequim (agosto). Mês do Brasil na China (setembro). Visita da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro). Mês da China no Brasil (outubro). IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), em Macau (novembro). III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).
2014	Visita oficial do então Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril) I Reunião do Diálogo Estratégico Global, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi (Brasília, abril). Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho). VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza e Brasília (julho). Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). Visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro). Encontro bilateral entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro). Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro). Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).
2015	Visita do Vice-Presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff (janeiro). I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim (janeiro), delegação brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Visita do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, à China (março). Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como membro fundador (abril).

ATOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	04/09/1991	16/09/1991

Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004
Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007

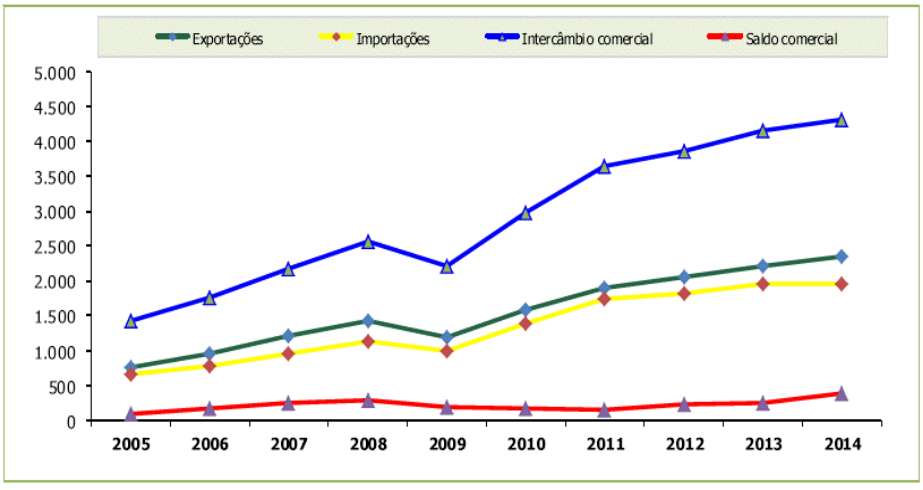
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	21/06/2012	A ser apreciado pelo Congresso Nacional	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior da China
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	762	28,4%	660	17,6%	1.422	23,2%	102
2006	969	27,2%	791	19,9%	1.760	23,8%	177
2007	1.220	25,9%	959	21,2%	2.179	23,8%	261
2008	1.431	17,3%	1.133	18,1%	2.563	17,6%	298
2009	1.202	-16,0%	1.006	-11,2%	2.207	-13,9%	196
2010	1.578	165,9%	1.396	148,7%	2.974	157,6%	182
2011	1.898	20,3%	1.743	24,9%	3.642	22,5%	155
2012	2.049	7,9%	1.818	4,3%	3.867	6,2%	231
2013	2.209	7,8%	1.950	7,2%	4.159	7,6%	259
2014	2.343	6,1%	1.962	0,6%	4.305	3,5%	381
Var. % 2005-2014	**207,5%**	**--**	**197,3%**	**--**	**202,8%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(n.c.) Dado não calculado.

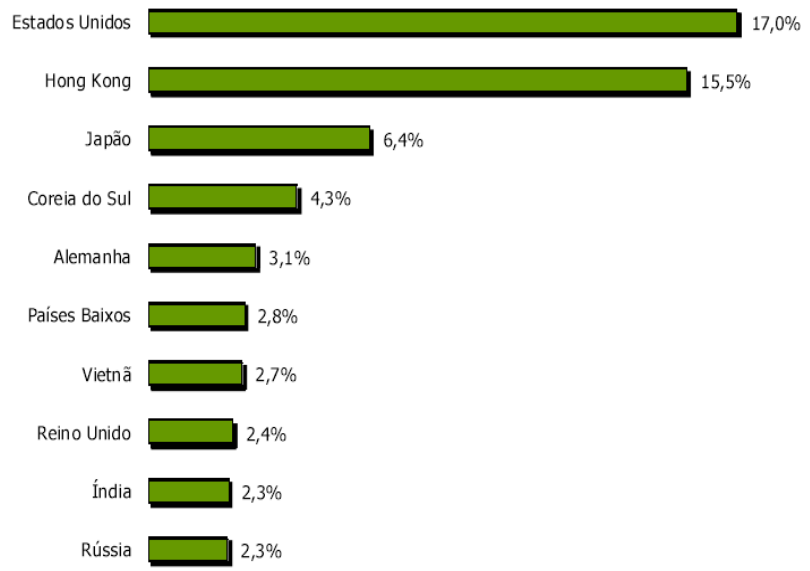


Direção das Exportações da China
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Estados Unidos	397,15	17,0%
Hong Kong	363,18	15,5%
Japão	149,56	6,4%
Coreia do Sul	100,36	4,3%
Alemanha	72,72	3,1%
Países Baixos	64,94	2,8%
Vietnã	63,61	2,7%
Reino Unido	57,16	2,4%
Índia	54,24	2,3%
Rússia	53,69	2,3%
...		0,0%
Brasil (17ª posição)	***34,92***	***1,5%***
Subtotal	**1.412**	**60,2%**
Outros países	**931**	**39,8%**
Total	**2.343**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais destinos das exportações

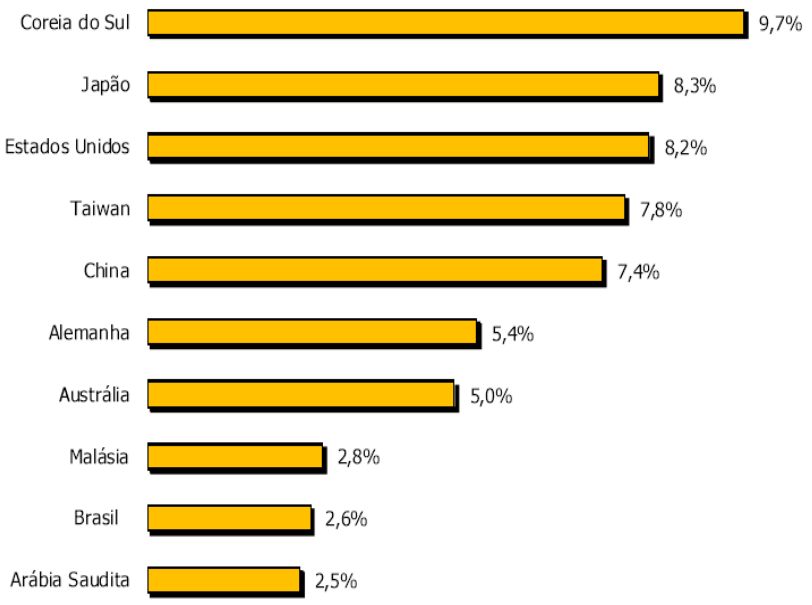


Origem das Importações da China
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Coreia do Sul	190,3	9,7%
Japão	163,1	8,3%
Estados Unidos	160,1	8,2%
Taiwan	152,2	7,8%
China	145,1	7,4%
Alemanha	105,0	5,4%
Austrália	98,0	5,0%
Malásia	55,8	2,8%
Brasil	***51,9***	***2,6%***
Arábia Saudita	48,6	2,5%
Subtotal	**1.170,1**	**59,6%**
Outros países	**792,0**	**40,4%**
Total	**1.962,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais origens das importações

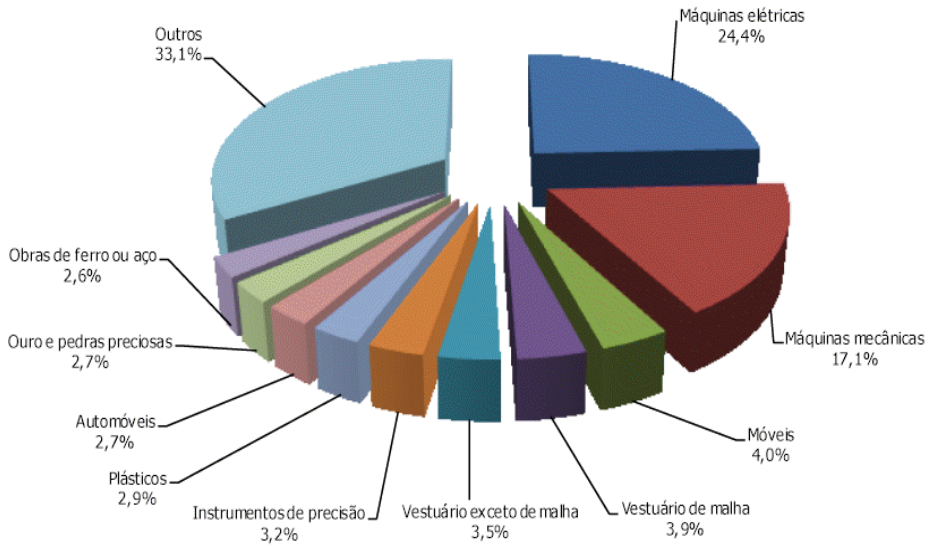


Composição das exportações da China
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas elétricas	571,0	24,4%
Máquinas mecânicas	400,9	17,1%
Móveis	93,4	4,0%
Vestuário de malha	92,0	3,9%
Vestuário exceto de malha	81,5	3,5%
Instrumentos de precisão	74,0	3,2%
Plásticos	66,8	2,9%
Automóveis	64,2	2,7%
Ouro e pedras preciosas	63,2	2,7%
Obras de ferro ou aço	60,7	2,6%
Subtotal	**1.567,8**	**66,9%**
Outros	**775,0**	**33,1%**
Total	**2.342,8**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

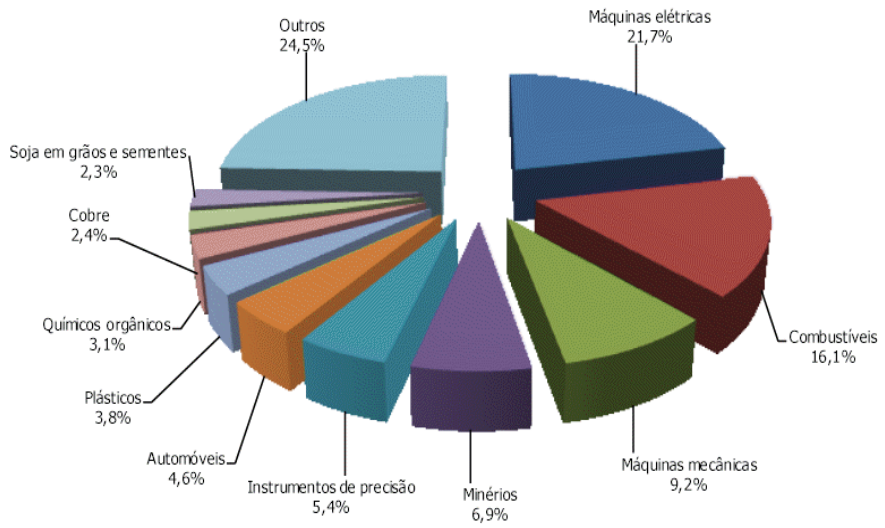


Composição das importações da China
US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas elétricas	425,1	21,7%
Combustíveis	316,7	16,1%
Máquinas mecânicas	179,6	9,2%
Minérios	136,0	6,9%
Instrumentos de precisão	105,8	5,4%
Automóveis	89,5	4,6%
Plásticos	75,2	3,8%
Químicos orgânicos	60,6	3,1%
Cobre	47,5	2,4%
Soja em grãos e sementes	45,9	2,3%
Subtotal	**1.481,8**	**75,5%**
Outros	**480,3**	**24,5%**
Total	**1.962,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

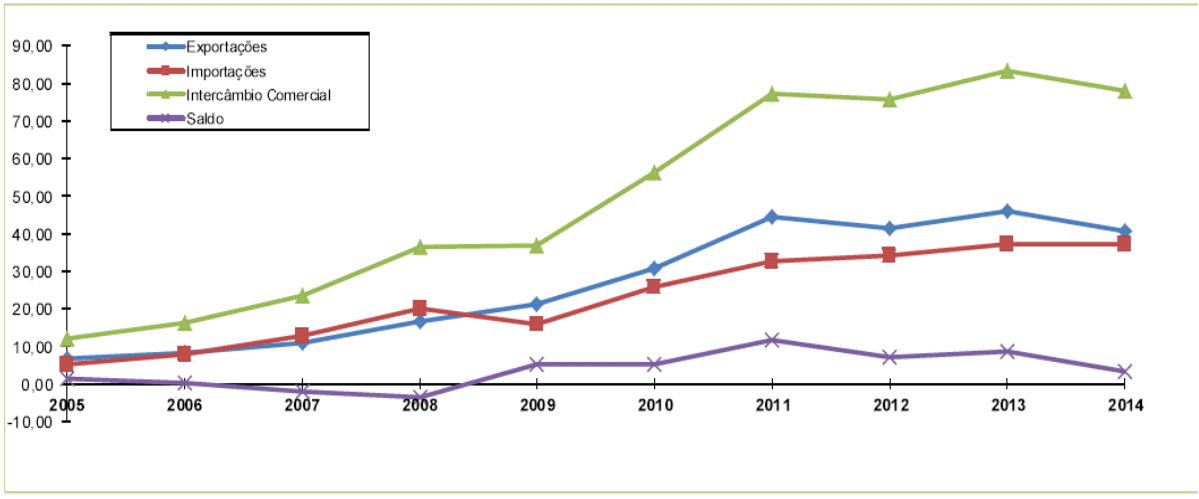
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - China
US$ bilhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	6,83	25,6%	5,77%	5,35	44,3%	7,28%	12,19	33,2%	6,34%	1,48
2006	8,40	22,9%	6,10%	7,99	49,2%	8,75%	16,39	34,5%	7,15%	0,41
2007	10,75	27,9%	6,69%	12,62	58,0%	10,46%	23,37	42,6%	8,31%	-1,87
2008	16,52	53,7%	8,35%	20,04	58,8%	11,59%	36,57	56,5%	10,96%	-3,52
2009	21,00	27,1%	13,73%	15,91	-20,6%	12,46%	36,92	1,0%	13,15%	5,09
2010	30,79	46,6%	15,25%	25,60	60,9%	14,08%	56,38	52,7%	14,69%	5,19
2011	44,31	43,9%	17,31%	32,79	28,1%	19,59%	77,11	36,8%	15,99%	11,52
2012	41,23	-7,0%	17,00%	34,25	4,5%	15,35%	75,48	-2,1%	16,21%	6,98
2013	46,03	11,6%	19,02%	37,30	8,9%	15,56%	83,33	10,4%	17,30%	8,72
2014	40,62	-11,8%	18,04%	37,34	0,1%	16,30%	77,96	-6,4%	17,17%	3,27
2015 (jan-mar)	6,19	-35,4%	14,47%	9,66	-0,9%	20,00%	15,85	-18,0%	17,40%	-3,47
Var. % 2005-2014	**494,2%**		**--**	**597,4%**		**--**	**539,6%**		**--**	**n.c.**

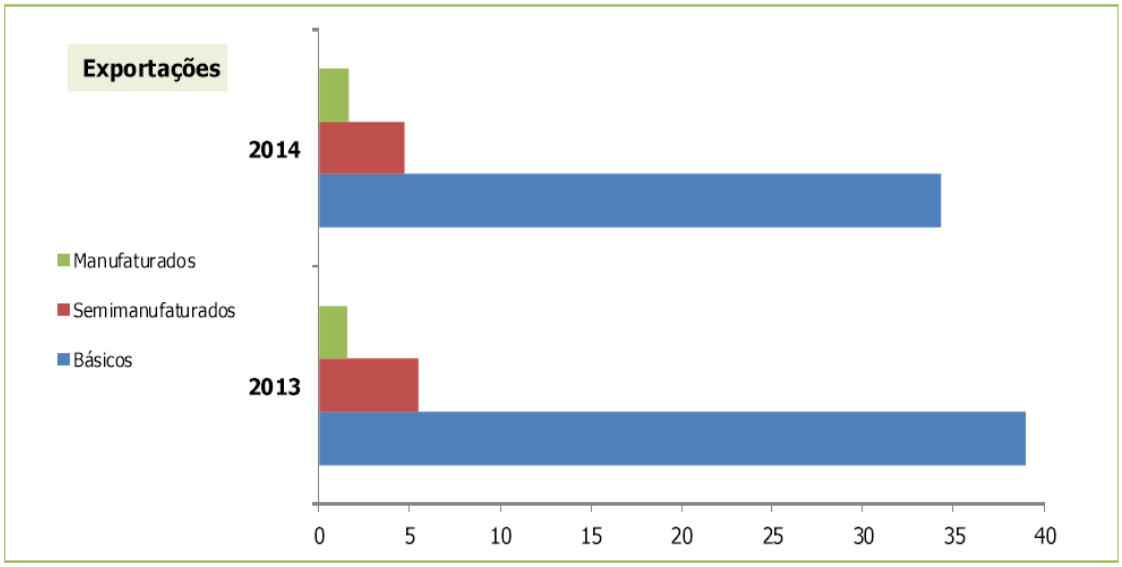
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.

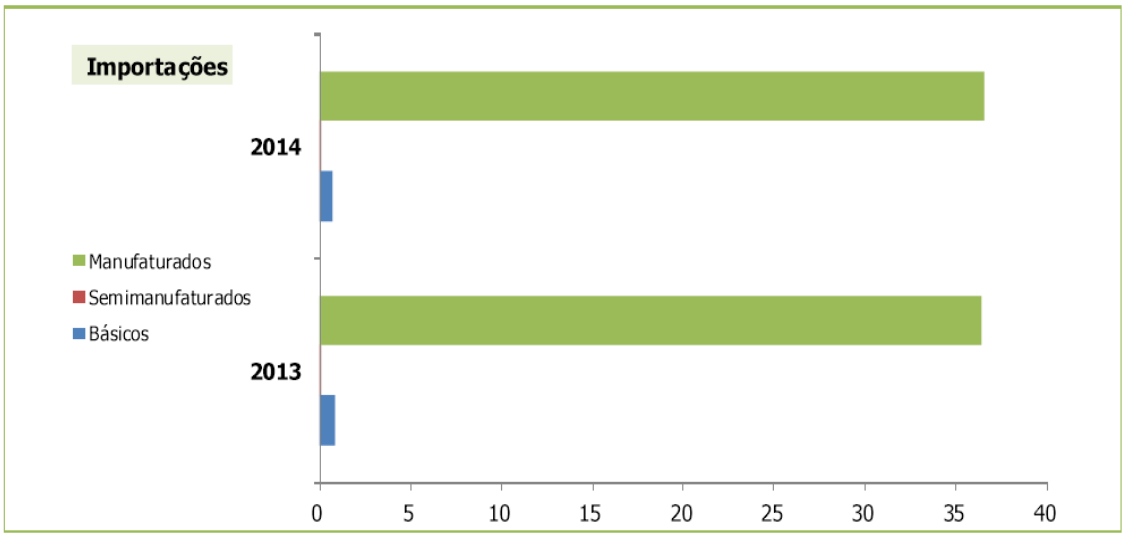


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ bilhões

Comparativo 2014 com 2013





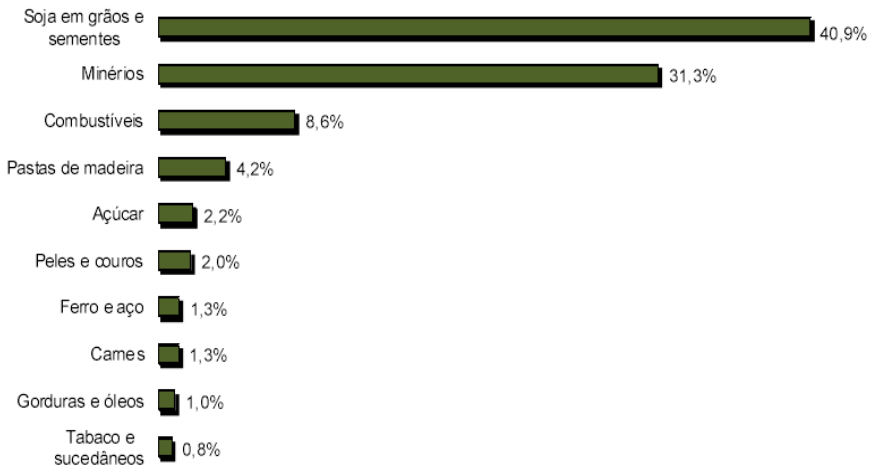
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.

Composição das exportações brasileiras para a China
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grãos e sementes	12.029	29,2%	17.148	37,3%	16.616	40,9%
Minérios	15.214	36,9%	16.394	35,6%	12.709	31,3%
Combustíveis	4.835	11,7%	4.035	8,8%	3.474	8,6%
Pastas de madeira	1.237	3,0%	1.582	3,4%	1.711	4,2%
Açúcar	1.084	2,6%	1.433	3,1%	880	2,2%
Peles e couros	485	1,2%	643	1,4%	826	2,0%
Ferro e aço	671	1,6%	597	1,3%	530	1,3%
Carnes	574	1,4%	446	1,0%	521	1,3%
Gorduras e óleos	1.005	2,4%	625	1,4%	421	1,0%
Tabaco e sucedâneos	478	1,2%	454	1,0%	334	0,8%
Subtotal	**37.611**	**91,2%**	**43.357**	**94,2%**	**38.023**	**93,6%**
Outros produtos	**3.616**	**8,8%**	**2.669**	**5,8%**	**2.593**	**6,4%**
Total	**41.228**	**100,0%**	**46.026**	**100,0%**	**40.616**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

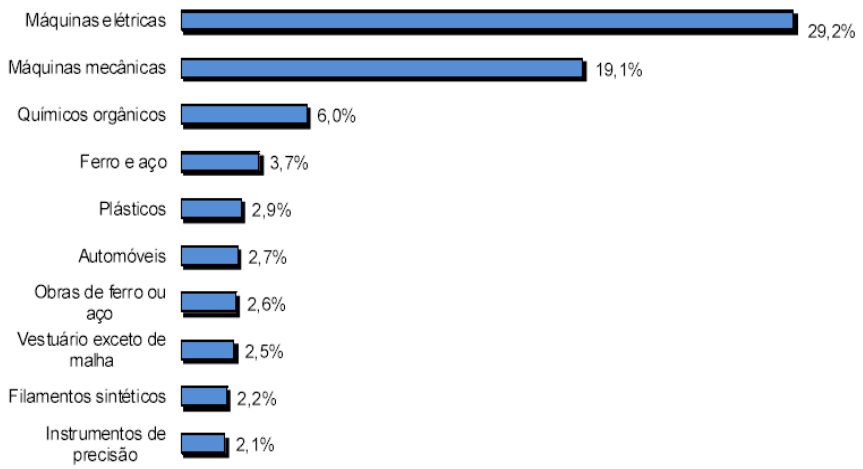


Composição das importações brasileiras originárias da China
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	9.805	28,6%	10.869	29,1%	10.898	29,2%
Máquinas mecânicas	7.930	23,2%	8.132	21,8%	7.151	19,1%
Químicos orgânicos	1.797	5,2%	2.184	5,9%	2.232	6,0%
Ferro e aço	807	2,4%	978	2,6%	1.388	3,7%
Plásticos	888	2,6%	1.006	2,7%	1.070	2,9%
Automóveis	925	2,7%	1.034	2,8%	1.002	2,7%
Obras de ferro ou aço	929	2,7%	1.017	2,7%	978	2,6%
Vestuário exceto de malha	845	2,5%	884	2,4%	935	2,5%
Filamentos sintéticos	627	1,8%	745	2,0%	809	2,2%
Instrumentos de precisão	741	2,2%	789	2,1%	780	2,1%
Subtotal	**25.292**	**73,8%**	**27.637**	**74,1%**	**27.244**	**73,0%**
Outros produtos	**8.959**	**26,2%**	**9.667**	**25,9%**	**10.100**	**27,0%**
Total	**34.251**	**100,0%**	**37.304**	**100,0%**	**37.343**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Part. % do Brasil no Comércio da China[1]
US$ bilhões

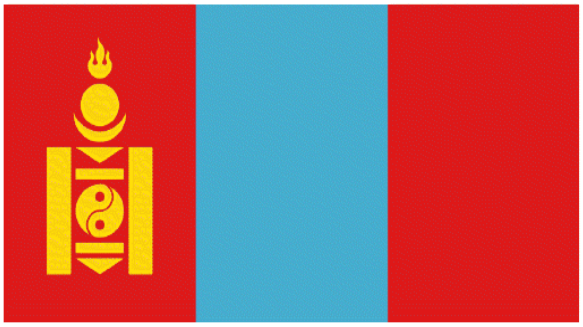
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a China (X1)	30,8	44,3	41,2	46,0	40,6	**31,9%**
Importações totais da China (M1)	1.396	1.743	1.818	1.950	1.962	**40,6%**
Part. % (X1 / M1)	**2,21%**	**2,54%**	**2,27%**	**2,36%**	**2,07%**	**-6,1%**
Importações do Brasil originárias da China (M2)	25,6	32,8	34,3	37,3	37,3	**45,9%**
Exportações totais da China (X2)	1.578	1.898	2.049	2.209	2.343	**48,5%**
Part. % (M2 / X2)	**1,62%**	**1,73%**	**1,67%**	**1,69%**	**1,59%**	**-1,7%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II
Departamento da Ásia do Leste
Divisão de China e Mongólia

MONGÓLIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Mongólia
CAPITAL	Ulan Bator
ÁREA	1.566.500 km^2
POPULAÇÃO (2013)	2,9 milhões
IDIOMA OFICIAL	Mongol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (53%), islamismo (3%), xamanismo (2,9%), cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Grande Hural)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj (eleito em 2009, reeleito e 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg (desde 2014)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO EXTERIOR	Ludan Purevsuren (desde 2014)
PIB nominal	US$ 11,52 bilhões (2013)
PIB PPP	US$ 17,1 bilhões (2013)
PIB nominal *per capita*	US$ 3.972 (2013)
PIB PPP *per capita*	US$ 5.885 (2013)
VARIAÇÃO DO PIB	-1,2% (2009); 6,3 %(2010); 17,5% (2011); 12,28% (2012); 11,74% (2013), 9,6% (2014)
IDH	0,675 (108° lugar no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	68,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,4% (2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	10,4% (2013)
UNIDADE MONETÁRIA	Togrog/Tugrik (US$ 1,00 = ₮1,978 – câmbio flutuante)
EMBAIXADORA DA MONGÓLIA NO BRASIL	Sra. Sosormaa Chuluunbaatar
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (fonte: Aliceweb/MDIC)									
Brasil - Mongólia	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	1.787.802	2.468.489	5.403.088	2.877.720	2.401.939	5.561.530	4.167.920	949.276	1.774.310
Exportações	1.744.324	2.466.844	5.400.571	2.877.664	2.386.274	5.546.071	3.835.185	814.389	1.556.882
Importações	43.478	1.645	2.517	56	15.665	15.459	332.735	134.887	217.428
Saldo	1.700.846	2.465.199	5.398.054	2.877.608	2.370.609	5.530.612	3.502.450	679.502	1.339.454

PERFIS BIOGRÁFICOS

TSAKHIAGIIN ELBEGDORJ
Presidente da República



Nascido em Zereg Soma, em 1963, viveu e cresceu em comunidade nômade. Foi mecânico e serviu no Exército mongol. Formou-se em jornalismo em 1988, pela Academia Militar de Forças Terrestres, na Ucrânia (então parte da União Soviética), e concluiu mestrado em administração pública pela Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard, em 2002.

Durante a juventude, integrou movimentos de resistência ao regime comunista mongol. Participou da fundação do movimento democrático e anticomunista "União Democrática Mongol" e convocou as primeiras manifestações em favor da democracia e reformas. Fundou o primeiro jornal independente da Mongólia, *Democracia*, em 1990, sendo seu primeiro editor-chefe. Participou, ainda, da criação do primeiro canal de televisão independente do país, e apresentou projeto de lei sobre liberdade de imprensa.

Nas eleições pós-queda do comunismo de julho de 1990, tornou-se membro do Parlamento, por quatro mandatos, e ocupou o cargo de Vice-Presidente e de líder da maioria. No Parlamento, contribuiu para a elaboração da primeira Constituição pós-comunista da Mongólia (1992). Iniciou e conduziu reformas econômicas e sociais no país desde 1990, inclusive políticas de liberalização, privatização e habitação, redução da carga fiscal e da burocracia, combate à corrupção e promoção de democracia participativa.

As eleições legislativas de 1996 marcaram sua primeira vitória majoritária, já que a Coalizão da União Democrática de que fazia parte formou maioria, fazendo dele Primeiro-Ministro. Tratou-se de vitória de importância histórica, uma vez que marcou a primeira vez em 75 anos que o governo não seria exercido pelo Partido Revolucionário Popular Mongol (renomeado Partido Popular Mongol, desde 2010).

Assumiu a Presidência da República, pela primeira vez em 2009, após haver exercido em duas ocasiões a função de Primeiro-Ministro (na primeira vez, em 1998, foi o mais jovem ocupante do cargo). Em 2013, foi reeleito para mandato de mais quatro anos.

CHIMED SAIKHANBILEG
Primeiro-Ministro



É historiador formado, em 1991, pela Universidade de Moscou, na Rússia, e advogado, formado, em 1995, pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional da Mongólia. Em 2002, cursou mestrado em direito pela Universidade George Washington, nos EUA. Fluente em russo e em inglês.

Foi Secretário da Federação da Juventude Mongol entre 1991 e 1997, cargo que manteve mesmo estudando em Moscou. O ano de 1991 coincide com a refundação da Federação, que sucedeu a União de Juventude Revolucionária Mongol, antiga organização surgida em 1921, de apoio à revolução comunista. Com o fim do regime em 1990, a Federação tornou-se organização não-governamental, voltada à defesa de interesses da população jovem.

Em 1996, foi eleito pela primeira vez para o Grande Hural (parlamento mongol). Entre 1997 e 2002, presidiu a Federação da Juventude Mongol. De 1998 a 1999, foi Ministro de Iluminação. De 2002 a 2004, atuou em firma de advocacia. De 2004 a 2008, foi diretor da Agência de Informação, Comunicação e Tecnologia do governo mongol. Em 2004, acumulou também a função de porta-voz. Entre 2008 e 2012, exerceu novo mandato no Grande Hural, ocasião em que liderou o Partido Democrático (DP). Em 2012, foi reeleito e passou a integrar o governo de seu antecessor, chefiando o secretariado do gabinete.

Tornou-se Primeiro-Ministro em novembro de 2014. Seu nome foi endossado por 44 dos 46 parlamentares que votaram no Grande Hural - os demais 30 integrantes não compareceram.

LUDAN PUREVSUREN

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior



Fluente em inglês, alemão e russo, é formado em estudos europeus pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscou (1989). Estudou na Kennedy School of Government da Universidade de Harvard (2012) e fez parte de dois programas de formação de diplomatas: o da escola diplomática da Chancelaria alemã (1993) e o da Victoria University of Wellington, na Nova Zelândia. Também participou de cursos do Centro de Ásia e Pacífico para Estudos de Segurança, no Havaí, EUA.

Iniciou sua carreira na Chancelaria como contratado no Departamento de Administração (1989-1991). Em 1991, foi admitido como intérprete pela Embaixada da Alemanha Ocidental em Ulan Bator. De 1993 a 1995, foi Terceiro Secretário do Departamento de Europa e Américas da Chancelaria mongol. De 1995 a 2000, foi Segundo e Primeiro-Secretário da Embaixada da Mongólia em Bonn. De 2001 a 2009, de volta a Ulan Bator, foi Primeiro-Secretário e Conselheiro do Departamento de Europa. Em 2009, tornou-se assessor para assuntos de política externa do Presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj.

Assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, em novembro de 2014, quando foi constituído novo Gabinete de Ministros, com a eleição do Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg.

RELAÇÕES BILATERAIS

País de pequena população (cerca de 2,9 milhões de habitantes) e baixa densidade demográfica, mediterrâneo, circundado por grandes potências (China e Rússia) e com interesses econômicos fortemente concentrados no setor mineral, a Mongólia mantém relações tênues com os países extra-regionais.

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, num momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores (intitulada de "terceiros vizinhos"), diante dos sinais de declínio dos regimes comunistas do Leste Europeu. Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabelecera relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, tem procurado consolidar um regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

A Mongólia vê no Brasil um país em desenvolvimento com importante projeção no plano regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda e com potencial para realizar investimentos em seu território, especialmente no setor de mineração. O país ocupou a presidência da Comunidade das Democracias, coalizão intergovernamental para a promoção internacional de "normas e instituições democráticas" e sediou a conferência de 2013 do agrupamento. Em 12 de junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. De nossa parte, a Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

Em novembro de 2003, o então Primeiro-Ministro Nambaryn Enkhbayar realizou visita ao País, para participar do Congresso Internacional Socialista. Em 2005, visando colher informações sobre a experiência brasileira no setor de mineração, o Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, liderou missão ao Brasil, onde firmou um Memorando de Entendimento com a Petrobras.

Em maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, Embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas. A primeira reunião do referido mecanismo ocorreu em Brasília, em maio de 2007. As três sessões seguintes tiveram lugar em Ulan Bator, em 2010, e em Brasília, em 2012 e 2014.

Em junho de 2012, o Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj visitou o Rio de Janeiro para receber o prêmio *Champions of the Earth* (Campeões da Terra), conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Mongólia participou, também naquela ocasião, da Conferência Rio+20, sendo que sua delegação foi chefiada pelo Secretário de Estado dos

Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior (Vice-Ministro), Batkhishig Badamdorj.

As reuniões bilaterais com a parte mongol evidenciaram, até o momento, a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

A Mongólia conta com Cônsul Honorário em São Paulo, e o Brasil indicou cidadã mongol como Cônsul Honorária em Ulan Bator.

Cooperação Bilateral

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

De acordo com dados brasileiros, entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e a Mongólia decresceu 5,1%, passando de US$ 1,869 milhão para US$ 1,774 milhão. De 2013 a 2014, contudo, o intercâmbio cresceu 86,9%, em razão do aumento acentuado nas exportações brasileiras. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras da Mongólia são pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, é estruturalmente favorável ao Brasil. No último triênio, por exemplo, os superávits foram de US$ 3,502 milhões (2012); US$ 680 mil (2013); e US$ 1,339 milhão (2014). De janeiro a março de 2015 as trocas comerciais entre os dois países se limitaram ao valor de US$ 163 mil, uma diminuição de 44,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior, sem registro de importação brasileira originária daquele país.

As exportações brasileiras destinadas à Mongólia decresceram 16,7% nos últimos dez anos, passando de US$ 1,869 milhão, em 2005, para US$ 1,557 milhão, em 2014. Entretanto, entre 2013 e 2014, as vendas aumentaram 91,2%, motivadas pela expansão dos embarques de máquinas e aparelhos elétricos. Entre janeiro e março de 2015, as exportações se limitaram ao valor de US$ 163 mil, uma diminuição de 43,1%, em relação ao mesmo período de 2014, que pode ser explicada pelo decréscimo nas exportações de caramelos, dropes e pastilhas, e de incubadoras para bebês. Os principais grupos de produtos embarcados para a Mongólia, em 2014, foram: i) açúcares e produtos de confeitaria (valor de US$ 992,6 mil; equivalentes a 63,7% do total); ii) máquinas e aparelhos elétricos com função própria (US$ 292,6 mil; 18,8%); iii) aparelhos e instrumentos de medicina (US$ 164,7 mil; 10,6%); iv) produtos farmacêuticos (US$ 36,7 mil; 2,4%); e v) calçados (valor de US$ 24,7 mil; equivalentes a 1,6% do montante total).

Ainda segundo os dados brasileiros, nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias da Mongólia tiveram registros bastante diferenciados em cada ano, mantendo-se sempre em níveis muito baixos. O melhor desempenho da série foi referente ao ano de 2012, quando as aquisições somaram US$ 333 mil. Entre 2013 e 2014, as compras aumentaram

61,2%, motivadas pela expansão das importações de produtos químicos orgânicos. Como mencionado acima, de janeiro a março de 2015, não houve registro de importações brasileiras procedentes da Mongólia. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Mongólia, em 2014, foram: i) produtos químicos orgânicos (valor de US$ 205,9 mil; equivalentes a 94,7% do total); ii) minérios, escórias e cinzas (valor de US$ 6,1 mil; 2,8%); iii) gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais (valor de US$ 5,2 mil; 2,4% do total).

O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Mongólia em 2014 (fonte: TradeMap/UNCTAD) identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local seriam: i) automóveis, caminhões, e "*dumpers*"; ii) barras de ferro ou aços, laminadas; iii) construções de ferro ou aço; iv) aviões e helicópteros; v) medicamentos; vi) partes de máquinas para trabalhar minerais sólidos; vii) chocolates e preparações contendo cacau; viii) preparações das indústrias alimentícias; ix) aparelhos receptores de televisão; e x) partes de máquinas de terraplanagem.

ENERGIA E MINERAÇÃO

A energia consumida na Mongólia provém quase inteiramente de combustíveis fósseis – carvão (65,6%) e petróleo (24,8%). O Governo desse país vem promovendo o uso de fontes renováveis de energia e divulgou a meta de alcançar 25% de participação de energias limpas na matriz energética mongol até 2020.

A Mongólia não possui reservas significativas de petróleo ou gás. Sua produção interna (14 mil barris diários, cerca de 0,6% da brasileira), é suficiente para suprir mais de 50% da demanda, de 25 mil barris por dia. A Mongólia não possui, contudo, refinarias, o que exige que o país importe todos os derivados de petróleo que consome.

No que se refere aos recursos minerais, a Mongólia possui reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, com destaque para empresas chinesas, que enviam a produção mineral mongol à China por via ferroviária. O país possui, ainda, grandes reservas de ferro e carvão.

O setor de mineração é responsável por cerca de 80% das exportações mongóis, que se direcionam majoritariamente à China (89% do total exportado). Carvão é o principal produto exportado, com 37% do total, seguido por cobre (23%), minério de ferro (13%), petróleo bruto (9,4%) e ouro (4,3%).

A Mongólia possui uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo, a Tavan Tolgoi, situada ao sul do país, cujas reservas chegariam a 6,5

bilhões de toneladas. Em 2011, o país promoveu licitação internacional para licenças de exploração da mina, da qual a Vale participou, sem sucesso, em associação com empresas indianas e sul-coreanas. A concorrência envolveu, ainda, outras grandes mineradoras, como as australianas Rio Tinto e BHP Billiton, a norte-americana Peabody Energy, e companhias chinesas, japonesas e russas. A Vale esteve entre as seis finalistas, mas não obteve a concessão.

O Governo mongol vem promovendo a atração de investimentos externos em seu setor de mineração, com a oferta de licenças de exploração em extensas áreas, que somam perto de 20% da extensão total de seu território. Além de conceder licenças a empresas que apresentarem solicitação nesse sentido, o Governo mongol planeja realizar novas licitações internacionais.

Em 2012, a Vale fechou o escritório que mantinha, desde 2004, na Mongólia, por meio de sua subsidiária Tethys Mining. O escritório dedicava-se a atividades de pesquisa para exploração de carvão e níquel. Em 2011,

Apesar disso, as autoridades mongóis têm ressaltado o interesse em contar com a presença da Vale em novas licitações, para reduzir a dependência do país diante de seus tradicionais parceiros.

Em agosto de 2010, o então Ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, estendeu convite ao Ministro de Energia da Mongólia, Dashdorj Zorigt, para que realizasse visita técnica ao Brasil, o qual foi reiterado em abril de 2011. O Ministro Zorigt indicou tentativamente o mês de junho de 2011 para sua missão ao Brasil, mas não pôde realizá-la naquela data, adiando-a *sine die*.

Durante a IV Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 09/06/2014), o Governo mongol expressou a intenção de seu Ministro de Mineração, Rentsendoo Jigjid, em visitar o Brasil, o que ainda não se concretizou. Destaque-se que, na Mongólia, o Ministério de Mineração é separado do Ministério de Energia.

Cooperação agrícola

Apesar de ser um país com condições climáticas bastante variadas, a Mongólia tem vasto território e grande potencial para o desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil.

Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a cooperação.

Em janeiro de 2012, o lado mongol indicou representantes para o GTC e propôs realizar a primeira reunião na Mongólia, em junho de 2012. Em março de 2012, o MAPA, em razão de restrições orçamentárias, solicitou que o referido encontro fosse realizado no Brasil, em data conveniente para a contraparte mongol. Não houve resposta das autoridades da Mongólia.

Durante a III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Mongólia, realizada em Brasília, em junho de 2012, representantes do MAPA reforçaram o convite para que fosse realizada em Brasília a I Reunião do GTC Agricultura e propuseram que se realizasse visita de técnicos da Mongólia ao Brasil, diante do interesse daquele país nas nossas práticas de controle sanitário e fitossanitário. Segundo o MAPA, a agenda de trabalho poderia incluir áreas como fertilizantes, produção agrícola e reprodução animal, conforme interesse do lado mongol.

Em abril de 2013, à margem da VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias em Ulan Bator, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Mongólia, Luvsanvandan Bold, manteve encontro com a Chefe da Delegação brasileira, a então Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, e mostrou interesse em visita a Ulan Bator por parte da Adida Agrícola brasileira em Pequim, para tratar do Grupo de Trabalho na área agrícola previsto no Memorando de Entendimento.

Consultado, o MAPA respondeu que a visita não seria possível, uma vez que a Adidância Agrícola em Pequim não possui jurisdição sobre a Mongólia. Aquele órgão reiterou, naquela oportunidade, a disposição de receber missão técnica mongol para conhecer o sistema brasileiro de sanidade animal e vegetal e outras potenciais áreas de cooperação bilateral.

Em junho de 2014, por ocasião da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, reiterou-se que as autoridades brasileiras aguardam visita dos órgãos mongóis competentes para realização, em Brasília, da primeira reunião do Grupo de Trabalho estabelecido pelo Memorando de Entendimento.

COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

Encontra-se em avaliação, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, proposta mongol de Memorando de Entendimento para cooperação industrial. O instrumento poderá proporcionar troca de informações e de missões para conhecer experiências bem-sucedidas no setor brasileiro, além de estimular a Mongólia no desenvolvimento de seu ainda incipiente setor industrial. Eventual intercâmbio de experiências no setor industrial poderia ter efeito benéfico no fluxo de comércio entre os dois países. Poderia, ainda, suscitar o interesse de empresas brasileiras em investir no país asiático.

EDUCAÇÃO E ESPORTES

Encontra-se em fase final de negociação texto de Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Mongólia, o qual permitirá que nacionais daquele país participem de programas de nível superior no Brasil.

Na área de esportes, texto de Memorando de Entendimento encontra-se em avaliação no Ministério dos Esportes. Por ocasião da última reunião de

Consultas Políticas (Brasília, junho de 2014), a parte brasileira reiterou a disposição em desenvolver cooperação bilateral em esportes, sobretudo nas modalidades de futebol feminino e esportes equestres. Cumpre ressaltar que treinador mongol participou do Curso Internacional para Treinadores Profissionais de Futebol (São Paulo, maio de 2011), oferecido pelo Governo brasileiro. Na ocasião, a Mongólia manifestou interesse em divulgar o futebol brasileiro em seu país.

A Mongólia informou que gostaria de enviar delegação para os Jogos Mundiais Indígenas, em Palmas, previstos para ocorrer entre 14 e 27 de setembro de 2015.

ACADEMIAS DIPLOMÁTICAS

Encontra-se em negociação Memorando de Entendimento entre Brasil (Instituto Rio Branco) e Mongólia na área de cooperação entre academias diplomáticas.

TEMAS SOCIAIS E COMBATE À POBREZA

Por ocasião da III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (2012), a parte brasileira suscitou a possibilidade de iniciar-se cooperação bilateral na área de programas sociais, tendo em vista a experiência brasileira acumulada em segurança alimentar e nutricional, pesca artesanal, desenvolvimento agrário e assistência humanitária, o que foi bem acolhido pela delegação mongol. A parte brasileira encaminhou às autoridades mongóis informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o "PAA África", que o Brasil promove no continente africano, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, bem como sobre o Programa Fome Zero.

A Embaixadora da Mongólia no Brasil realizou visita ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em abril de 2015, para conhecer melhor as políticas sociais brasileiras. Tratou-se, no entanto, de contato inicial, não tendo sido formulado pedido de cooperação nessa área.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Mongólia.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

O Brasil concedeu, em 2010, doações humanitárias para a Mongólia, no valor de US$ 100 mil, por meio do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) naquele país, e de US$ 350 mil por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em função do severo inverno seguido de período de seca – fenômeno chamado *dzud* –

naquele ano, que afetou populações rurais do país.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Não há histórico recente de atividades de cooperação técnica entre o Brasil e a Mongólia.

Em novembro de 2014, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Fernando Abreu, recebeu visita da Embaixadora da Mongólia no Brasil, Sosormaa Chuluunbaatar. Na ocasião, o Diretor da ABC esclareceu que o modelo de trabalho da Agência é norteado pelos ideais da cooperação Sul-Sul, alicerçada, contrariamente ao tradicional modelo Norte-Sul, sobre os princípios de reação às demandas dos parceiros ("*demand-driven*"), não-imposição de condicionalidades e respeito à soberania das nações demandantes. Nesse sentido, propôs, que a parte mongol avaliasse a possibilidade de firmar com o Brasil instrumento de cooperação. A Embaixadora da Mongólia manifestou interesse em eventuais treinamentos e seminários promovidos pela ABC, inclusive em parceria com terceiros países, como o Japão ou a Alemanha.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

O Parlamento da Mongólia, Grande Hural, conta com Grupo de Amizade Brasil-Mongólia, criado em 2008, que tem atualmente 11 membros. Pelo lado brasileiro, o então Deputado Federal João Ananias (PCdoB-CE) obteve, em 2013, as assinaturas necessárias para a apresentação do Projeto de Resolução nº 179/2013, que "Cria o Grupo Parlamentar Brasil – Mongólia". Após apresentação da proposição em 20/03/2013, foi designado como Relator na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o Deputado André Vargas (PT-PR), em 16 de abril de 2013. Em 9 de julho de 2013, o parecer favorável do Deputado André Vargas para criação do Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia foi aprovado por unanimidade pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. No início de novembro de 2014, o Grupo teve sua criação aprovada na Câmara dos Deputados. Não foi possível, no entanto, constituir o Grupo ainda naquela legislatura, em função, sobretudo, do calendário eleitoral do segundo semestre de 2014.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Mongólia é muito reduzida (estimada em cerca de uma dezena de pessoas). O serviço consular brasileiro na Mongólia é realizado pela Seção Consular da Embaixada do Brasil em Pequim, com jurisdição consular sobre toda a Mongólia, e com o apoio do Consulado Honorário do Brasil naquela capital, representado pela Senhora Khulan Zumbee.

Foi concluída, em janeiro de 2015, a negociação do Acordo de

Isenção de Vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns entre o Brasil e a Mongólia. Ambos os lados concordaram em que a troca das Notas assinadas seja feita em Brasília, tendo em conta a recente abertura da Embaixada daquele país nesta capital, em junho de 2014. Até a abertura de missão diplomática no Brasil, a Mongólia contava na América Latina apenas com representação em Cuba.

A Mongólia decidiu, em junho de 2014, isentar os cidadãos brasileiros de vistos para entrada, trânsito e estada no território mongol pelo período de até 30 dias. A Parte mongol informou que a decisão é válida até o dia 31 de dezembro de 2015.

Por acordo assinado em 2007, Brasil e Mongólia isentaram portadores de passaporte diplomático e oficial de vistos para estadas de até 90 dias. Para funcionários acreditados, a isenção é pelo prazo da missão.

FOROS MULTILATERAIS

O Brasil apoiou o ingresso da Mongólia no Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Por sua vez, a Mongólia apoiou o projeto de resolução "curto" do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia, Japão) de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), apresentado em 2005, bem como a defesa da expansão nas duas categorias de membros permanentes daquele órgão das Nações Unidas. A Mongólia integra o L.69 (grupo de países em desenvolvimento que defendem a expansão do CSNU nas duas categorias de membros).

Em 2009, no âmbito das negociações intergovernamentais, a Mongólia declarou apoio a Alemanha, Índia, Japão e países da África e da América Latina, como membros permanentes em um CSNU reformado.

Em novembro de 2013, durante debate anual na Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU sobre reforma do CSNU, representante da Mongólia mencionou apenas Alemanha, Índia e Japão como países do G-4 que devem ser contemplados com assentos permanentes em eventual reforma do Conselho, o que o representante mongol esclareceu, posteriormente, ter sido um lapso.

Cumpre ressaltar que a Mongólia apresentou candidatura a assento não permanente relativo ao mandato 2023-2024. A eleição será realizada em 2022. Até o momento, a Mongólia é candidata única à vaga disponível para os países do Grupo Ásia-Pacífico. O Brasil tem por praxe se manifestar sobre eventual apoio em data mais próxima do pleito, quando o quadro eleitoral se tornará mais claro.

Em 2011, a Mongólia apoiou a candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano.

POLÍTICA INTERNA

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, a arquitetura do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para um sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural (Parlamento). Em geral, caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) Partido Democrata da Mongólia (PD): o PD foi formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação a que pertence o atual presidente, Tsakhiagiin Elbegdorj. O PD participou das seguintes eleições presidenciais:

- 2001: 37,2% dos votos (resultado: derrotado o candidato Mendsaikhany Enkhraikhan)
- 2005: 20,2% dos votos (resultado: derrotado o candidato Radnaasiimbereliin Gonchigdorj)
- 2009: 51,2% dos votos (resultado: eleito T. Elbegdorj)
- 2013: 50,2% dos votos (resultado: eleito T. Elbegdorj)

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): Em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. Essa força política comunista operou sob o nome PPM até 1924, quando foi rebatizado PRPM. O 26º Congresso do Partido de 2010 decidiu, portanto, retornar ao nome original do partido (PPM). Mais importante que a alteração do nome, o PPM adotou ideário assimilável à social-democracia. Não é alteração menor, tendo em vista tratar-se da única força política da Mongólia durante todo o regime comunista, que operou sob sistema de partido único. Parcela do partido, descontente com a decisão de 2010, formou o PRPM em sua versão atual. O desempenho do PPM nas últimas quatro eleições presidenciais segue a seguir:

- 2001 (como PRPM): 59,2% dos votos (resultado: eleito o candidato Natsagiin Bagabandi)
- 2005 (como PRPM): 54,2% dos votos (resultado: eleito o candidato

Nambaryn Enkhbayar)

- 2009 (como PRPM): 47,4% dos votos (resultado: derrotado o presidente Nambaryn Enkhbayar)

- 2013: 42,5% dos votos (resultado: derrotado o candidato Badmaanyambuugiin Bat-Erdene)

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): no presente, o PRPM reúne os partidários do ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar (2005-2009) que, descontente com a divisão do antigo PRPM, fundou novo partido com a mesma sigla. Em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a Ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima a Enkhbayar, recebeu apenas 6,5% dos votos.

Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda tem importância na política partidária mongol. Com 2,9 milhões de habitantes, a Mongólia tem cerca de 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulan Bator, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país. As eleições parlamentares de 2012 indicam que essa divisão no eleitorado é ainda significativa.

Na atual legislatura, os 76 assentos do Grande Hural dividem-se na seguinte proporção: Partido Democrático (PD), 33 parlamentares; Partido do Povo Mongol (PPM), 25 cadeiras; Coalizão Justiça, entre o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM) e o Partido Nacional Democrata Mongol, 11 assentos; independentes, 4 parlamentares; Partido Verde, 2; e assentos vacantes, 4. Sua distribuição geográfica confirma a maior força do PPM no interior e a supremacia do PD em Ulan Bator.

O atual Primeiro-Ministro, Chimed Saikhanbileg, foi escolhido em novembro de 2014, após conturbado momento político no país que redundou na queda de seu antecessor, Norovyn Altankhuyag. Do mesmo PD do Presidente Elbegdorj, Saikhanbileg foi escolhido com a difícil função de retomar as robustas taxas de crescimento econômico do país, afetadas com a queda dos preços das *commodities* (sobretudo minérios, principal recurso do país) e com o relativo declínio da demanda chinesa (principal mercado para a Mongólia).

Atualmente, o principal tema da agenda interna mongol é a aplicação dos recursos oriundos da mineração, que constituem grande parte do PIB mongol. Depois de crescer 17,3% em 2011, 12,3% em 2012 e 11,6% em 2013, o PIB mongol avançou 7,8% em 2014 e as estimativas para 2015 situam-se em 4,4%. Assunto também considerado importante na agenda política local é o combate à corrupção - o ex-Presidente Enkhbayar foi condenado à prisão. Outras questões como desemprego e inflação são igualmente importantes. A Mongólia registrou, em 2012, taxa de desemprego próxima a 10%. O banco central mongol tem apontado taxa de inflação no acumulado anual entre 12% (taxa nacional) e 15% (em Ulan Bator).

POLÍTICA EXTERNA

Com seu território encrustado entre a Rússia e a China, a situação geográfica da Mongólia condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era o aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país, a China tornou-se seu parceiro preferencial. Das exportações mongóis, mais de 61% são destinadas à China, contra cerca de 15% para a Rússia (dados do Ministério do Comércio da Mongólia, 2014).

Nas duas últimas décadas, a Mongólia tem procurado diversificar suas parcerias, explorando a inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial as relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro observador em 2004), e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático). Tem buscado, também, ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de uma participação mais ativa em organismos multilaterais.

Desde 2011, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com catorze países, elevando para 164 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas (em abril de 2015, foi anunciado o estabelecimento de relações diplomáticas com Camarões, o que eleva o número para 165). Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE). Naquele ano, o presidente mongol visitou Alemanha, Quirguistão, Noruega, Brasil (visita particular) e Suécia e compareceu aos encontros do Movimento dos Não-Alinhados, da Cúpula Ásia-Europa e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Em 2013, o líder mongol compareceu à 68º AGNU e recebeu visitas de diversas autoridades governamentais estrangeiras, como o Primeiro-Ministro do Japão e os Presidentes da Hungria, Turquia, Rússia e China, além do Presidente da OSCE. O país sediou o Fórum Internacional sobre a Liderança da Mulher e a VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias (CD), em Ulan Bator, em 2013. Em 2012, a AGNU aprovou, por unanimidade, a primeira resolução sobre "Educação para a Democracia", apresentada pela Mongólia. A 10ª Reunião de Cúpula Euro-Asiática (ASEM) de 2014 escolheu a Mongólia como sede de sua 11ª edição, em 2016.

A Rússia, seu principal fornecedor de energia, continua a constituir prioridade da política externa mongol. Por outro lado, a presença chinesa tem-se ampliado significativamente. Em 2011, China e Mongólia estabeleceram Parceria Estratégica. Ressalte-se que a Mongólia é detentora de grandes reservas minerais e tem grande potencial pecuário, dois setores muito

valorizados pela demanda chinesa. O país busca também receber investimentos chineses na área de mineração.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos tem constituído outra via explorada pela Mongólia. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, ofereceu-se como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão. A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Recorda-se que, em sua região, a Mongólia integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN (fórum para assuntos de defesa), como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, busca também contribuir para a questão da Península Coreana. Neste sentido, sediou duas reuniões intercoreanas e um encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclarização da Península Coreana. Vale ressaltar que a Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", algo de grande relevância para o contexto do Nordeste Asiático. No plano extrarregional, a Mongólia é país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), desde 2010, e participou da V Reunião Ministerial do FOCALAL em Buenos Aires, em agosto de 2011. Além disso, a Mongólia apresentou sua candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2023- 2024.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Impulsionada por sua abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do *boom* das *commodities*, o que se refletiu em elevadas taxas de crescimento.

Apesar de um aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11,74%, em 2013, para 9,1%, em 2014. O investimento direto estrangeiro caiu em relação aos anos anteriores, e o estímulo monetário que manteve um crescimento elevado em 2013 tornou-se cada vez mais difícil de se manter diante da pressão de inflação e do déficit na balança de pagamentos. A entrada em funcionamento do complexo de mineração de cobre e ouro da mina de Oyu Tolgoi foi responsável pelo notável crescimento do setor de mineração mongol de 24,2%, em 2014, a despeito de uma queda de 16,3% na produção de carvão do país.

A mina de Oyu Tolgoi, desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo Governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que em seu pico de produção responda por até 30% do PIB do país, o que se por um lado pode ajudar a manter o forte crescimento econômico dos últimos anos, por outro lado pode torná-lo demasiadamente susceptível à variação no preço das *commodities* minerais. A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é de desaquecimento moderado do ritmo do crescimento da economia mongol, em função dos ajustes das políticas fiscal e monetária do país com vistas à contenção da inflação.

Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram 460%, passando de US$ 950 milhões em 2005, para US$ 5,321 bilhões, em 2014. No ano passado, as exportações da Mongólia assinalaram crescimento de 36,7% sobre os valores de 2013. A China é, de longe, o principal mercado para os produtos mongóis, muito em função do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica, com fronteira comum. Dessa forma, em 2014, a China absorveu 95,4% do total das vendas externas da Mongólia. Seguem, como demais parceiros, a Itália (1,1% do total) e a Rússia (0,8%). O Brasil ocupou a 34ª posição entre os destinos dos produtos mongóis, com participação discreta. Conforme já salientado, a pauta de exportações mongol mostra alta concentração em produtos minerais e, portanto, em 2014, foram os seguintes os principais grupos de produtos ofertados pelo país: minérios (60,6% de participação no total); combustíveis e lubrificantes (28,1%); ouro e pedras preciosas (7,6%).

Entre 2005 e 2014, as importações mongóis cresceram 498%, tendo subido de US$ 1,218 bilhão para US$ 5,225 bilhões no período. De 2013 para 2014, entretanto, as importações caíram 16,3%. Os principais fornecedores da

Mongólia em 2014 foram: China (42,4% de participação no total); Rússia (27,8%); Coreia do Sul (6,6%); Japão (6,3%); Estados Unidos (3,1%); Alemanha (3,0%); Cazaquistão (1,1%). O Brasil, por sua vez, foi o 42º fornecedor, com participação de 0,03% no total das compras mongóis no exterior. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, em 2014: combustíveis e lubrificantes (26,0% de participação); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (12,3%); veículos e autopeças (9,5); máquinas e instrumentos elétricos (6,5%); obras de ferro ou aço (5,4%); ferro fundido, ferro ou aço (3,8%); plásticos e manufaturas de plástico (2,3%); cimento, sal e pedras (2,0%); instrumentos médicos e de precisão (1,7%); borracha e manufaturas de borracha (1,6%).

Após mostrar resultados deficitários por sete anos consecutivos, o saldo da balança em transações comerciais de bens alcançou superávit de US$ 96 milhões em 2014. O superávit obtido pelo país ano passado é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com o aumento da produção mineral exportadora do país, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206 a 1263	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança uma campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
1267-1368	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu - atual Pequim.
1380	A Região do Império denominada "Horda de Ouro" é derrotada pelo Príncipe russo Dmitriy Donskoy. Tropas Ming destroem a capital mongol, Karakorum.
1636	Inicio do Domínio Manchu: O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior (*Inner Mongolia*)
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do norte, criando a Mongólia Exterir (*Outer Mongolia*)
1727	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e os impérios Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
1911	A dinastia Qing cai e a Mongólia Externa declara a sua independência. Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia Externa.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com os bolcheviques na Sibéria.
1921	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol."
1924	O Partido Popular escolhe o modelo lenista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido como Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongóli é proclamada.
1928 a 1932	"Direitistas" que defendem a iniciativa privada são depostos. "Esquerdistas" que defendem comunas são depostos. A "rebelião contra-revolucionária" contra o confisco de propriedade do mosteiro é suprimida.
1937	O primeiro-ministro da Mongólia Genden é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O Ministro da Guerra Marshal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.

1939	As tropas soviéticas e da Mongólia comandadas pelo general Zhukov derrotam uma invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
1945 e 1946	Conferência de Yalta preserva o *status quo* - o controle soviético - na Mongólia. Mongóis votam pela independência em um plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
1949 a 1955	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia ligando a Rússia e a China é construída na Mongólia.
1961-1963	Conselho de Segurança da ONU aprova a adesão da Mongólia à ONU. Relações diplomáticas estabelecidas com o Reino Unido.
1966	O Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, Brejnev, assina um tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência secreta de tropas soviéticas na Mongólia.
1973-1981	Mongólia acusa China de planejar anexação, protestos contra líderes chineses pedem a retirada das tropas soviéticas, acusam a China de "intenções agressivas" e expulsam alguns residentes chineses.
1984	O Secretário-Geral do partido Tsedenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a sair do cargo pelo Politburo.
1986	O discurso de Gorbachev, em Vladivostok, abre caminho para *détente* com a China e a retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
1990	Democracia: Protestos forçam a renúncia do Politburo PRPM. Os partidos políticos são legalizados. As eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM, mas 19 das 50 cadeiras da nova legislatura vão para os não-comunistas.
1992	A nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.
1993	As primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
1996	Os Nacionais e Sociais Democratas ganham 50 cadeiras nas eleições para o Grande Hural.
1997	O candidato Bagabandi do Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM) vence a eleição presidencial.
2000	Depois de os democratas formarem três novos governos em

	dois anos, o PRPM ganha 72 cadeiras nas eleições do Grande Hural. Os Nacionais e Sociais Democratas além de três outros partidos formam um novo Partido Democrata.
2001	Fevereiro – A ONU lança apelo por US$ 8,7 milhões para apoiar os pastores que sofrem nas piores condições de inverno em mais de 50 anos. Maio – O Presidente Bagabandi é reeleito. Outubro – O FMI aprova quase US$ 40 milhões em empréstimos a juros baixos para os próximos três anos para ajudar combater a pobreza e impulsionar o crescimento econômico.
2002	Em novembro, ocorre visita do Dalai Lama. China tenta influenciar líderes mongóis no sentido de impedir a visita do líder espiritual tibetano.
2003	Em julho, é anunciado que 200 soldados serão enviados ao Iraque para contribuir para a manutenção da paz.
2004	Junho a agosto – Eleições Parlamentares: a oposição tem um forte desempenho que resulta em um impasse político e em resultados contestados. Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado Primeiro-Ministro seguindo o acordo de partilha de poder.
2005	Março a abril – Na capital, manifestantes pedem a renúncia do governo e um fim da pobreza e da corrupção oficial. Maio – O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. Novembro – O presidente George W Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.
2006	Em janeiro, o governo de coligação liderado por Tsakhiagiin Elbegdorj cai após o PRPM se retirar, culpando a liderança pelo crescimento econômico lento. O Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold do PRPM como o novo Primeiro-Ministro.
2007	Em novembro, o Primeiro-Ministro Miyeegombo Enkhbold renuncia, substituído por Sanjagiin Bayar.
2008	Em julho, o presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter motins na capital, que deixaram cinco mortos e centenas de feridos.
2009	Maio – O ex-Primeiro-Ministro e candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, ganha a eleição presidencial, derrotando o rival Nambaryn Enkhbayar por margem estreita. O PRPM no governo aceita o resultado. Outubro – O Primeiro-Ministro Sanjagiin Bayar do PRPM

	renuncia por motivos de saúde. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	Fevereiro - O frio extremo dizima rebanhos. A Organização das Nações Unidas lança programa assistencial aos trabalhadores rurais. Abril – Primeiro-Ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. Novembro – O Partido Revolucionário Popular da Mongólia reverte seu nome para Partido Popular da Mongólia, dos tempos do comunismo. O Ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar funda pequeno partido separatista Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	Junho – Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue a maioria das caderias e forma uma coalizão com o Partido Revolucionário do Povo Mongol. Noroviin Altankhuyag assume como Primeiro-Ministro, Luvsanvandan Bold (Ministro dos Negócios Estrangeiros), Davaajav Gankhuyag (Ministro de Mineração) e mais 12 ministros. Agosto – O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção. Dezembro – O Partido Revolucionário do Povo Mongol ameaça deixar coalizão de governo em protesto contra a sentença de prisãodo seu ex-líder Enkhbayar.
2013	Lançamento do "Ulaanbaatar Dialogue on Northeast Asia Security" (março). Maio – Candidato do Partido Democrático e Presidente da Repúblcia, Tsakhiagiin Elbegdorj é reeleito Presidente.
2014	Nomeação de novo Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação de novo Ministro dos Negócios Estrangeiros: Lundeg Purevsuren (dezembro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do Primeiro-Ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
2012	Visita privada do Presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio *Champions of Earth*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do Secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2013	Visita do Embaixador do Brasil, como Representante da Sra Presidenta da República, a Ulan Bator para cerimônias de posse do Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
2014	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).

ATOS BILATERAIS

Título	Celebração	Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.)
Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	03/05/2007	DOU Nº 31 de 15/02/2008

Não há acordos bilaterais atualmente em tramitação.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos da Mongólia

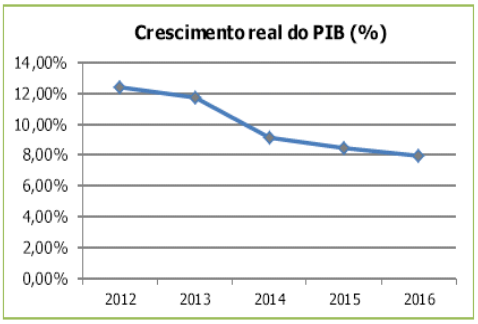
Indicador	2012	2013	2014(1)	2015(1)	2016(1)
Crescimento real (%)	12,40%	11,74%	9,10%	8,44%	7,95%
PIB nominal (US$ bilhões)	10,32	11,52	11,73	12,22	12,98
PIB nominal "per capita" (US$)	3.635	3.996	4.008	4.116	4.305
PIB PPP (US$ bilhões)	23,62	26,79	29,71	32,82	36,09
PIB PPP "per capita" (US$)	8.318	9.293	10.157	11.052	11.975
População (milhões de habitantes)	2,84	2,88	2,93	2,97	3,01
Desemprego (%)	8,20	10,40	8,77	9,12	9,43
Inflação (%)	14,22%	11,19%	15,83%	11,17%	7,14%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-3,36	-3,19	-1,65	-1,84	-2,07
Câmbio (Tg / US$)	3,930,3	2,095,8	1,273,1	n.d.	n.d.

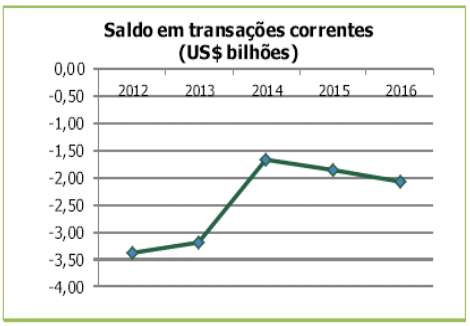
Origem do PIB (2013 estimativa)	
Agricultura	16,5%
Indústria	32,6%
Serviços	50,9%

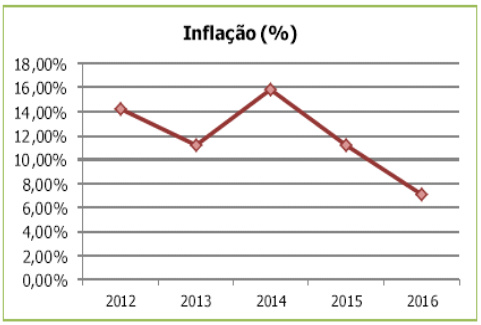
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

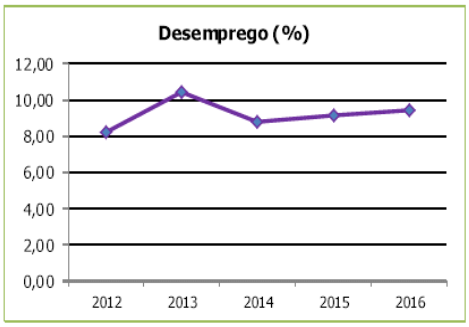
(1) Estimativas FMI e EIU.

(n.d.) Dado não disponível.





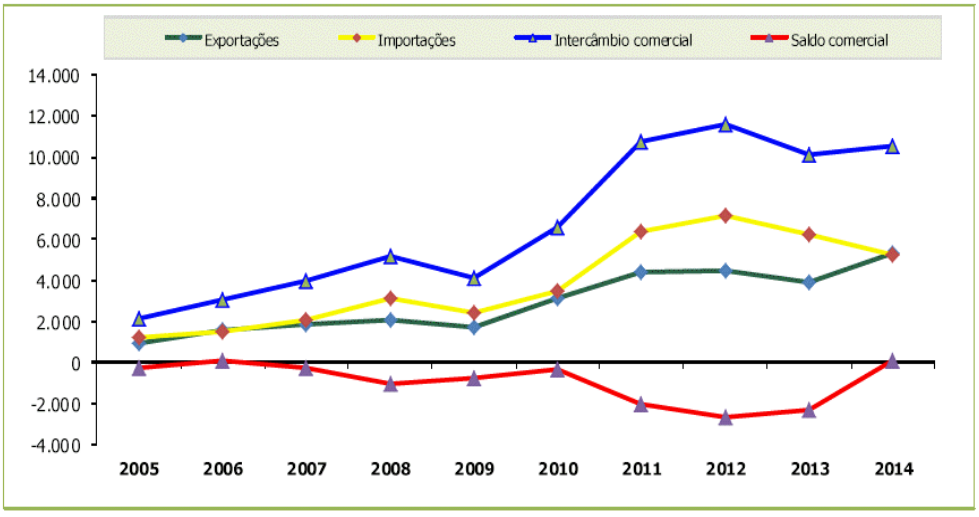




Evolução do Comércio Exterior da Mongólia[(1)]
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	950	8,6%	1.218	16,8%	2.167	13,0%	-268
2006	1.603	68,8%	1.485	22,0%	3.088	42,5%	118
2007	1.851	15,4%	2.091	40,8%	3.942	27,6%	-241
2008	2.057	11,1%	3.105	48,5%	5.162	31,0%	-1.048
2009	1.687	-18,0%	2.428	-21,8%	4.115	-20,3%	-740
2010	3.118	256,4%	3.477	233,5%	6.595	244,0%	-359
2011	4.387	40,7%	6.385	83,6%	10.772	63,3%	-1.998
2012	4.476	2,0%	7.146	11,9%	11.622	7,9%	-2.670
2013	3.894	-13,0%	6.241	-12,7%	10.135	-12,8%	-2.347
2014	5.321	36,7%	5.225	-16,3%	10.547	4,1%	96
Var. % 2005-2014	**460,3%**	**---**	**498,5%**	**---**	**428,6%**	**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



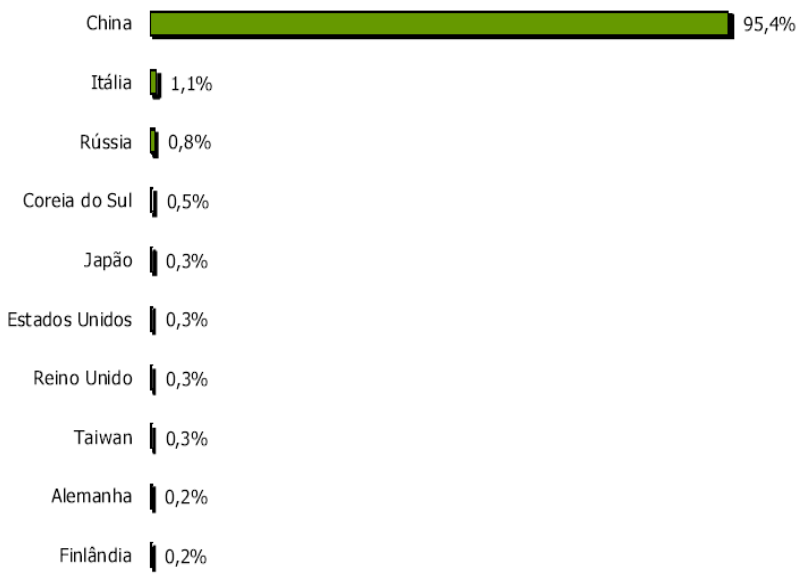
Direção das Exportações da Mongólia
US$ milhões

Descrição	2014[1]	Part.% no total
China	5.079	95,4%
Itália	56	1,1%
Rússia	40	0,8%
Coreia do Sul	24	0,5%
Japão	17	0,3%
Estados Unidos	16	0,3%
Reino Unido	16	0,3%
Taiwan	15	0,3%
Alemanha	10	0,2%
Finlândia	8	0,2%
...		
Brasil (34ª posição)	***0,0002***	***0,0%***
Subtotal	**5.281**	**99,2%**
Outros países	**40**	**0,8%**
Total	**5.321**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



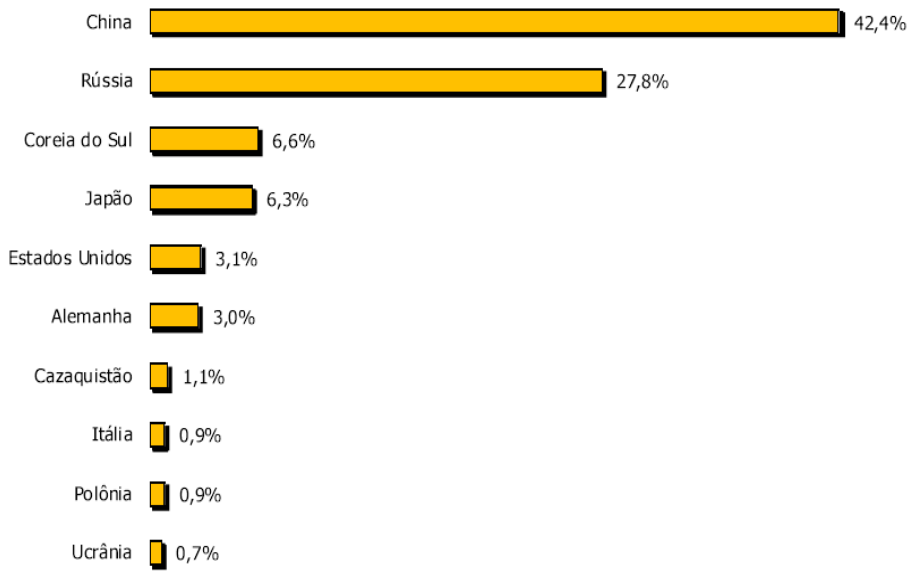
Origem das Importações da Mongólia
US$ milhões

Descrição	2014(1)	Part.% no total
China	2.216	42,4%
Rússia	1.453	27,8%
Coreia do Sul	347	6,6%
Japão	328	6,3%
Estados Unidos	164	3,1%
Alemanha	156	3,0%
Cazaquistão	58	1,1%
Itália	47	0,9%
Polônia	47	0,9%
Ucrânia	38	0,7%
...		
Brasil (42ª posição)	***2***	***0,03%***
Subtotal	**4.856**	**92,9%**
Outros países	**370**	**7,1%**
Total	**5.225**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



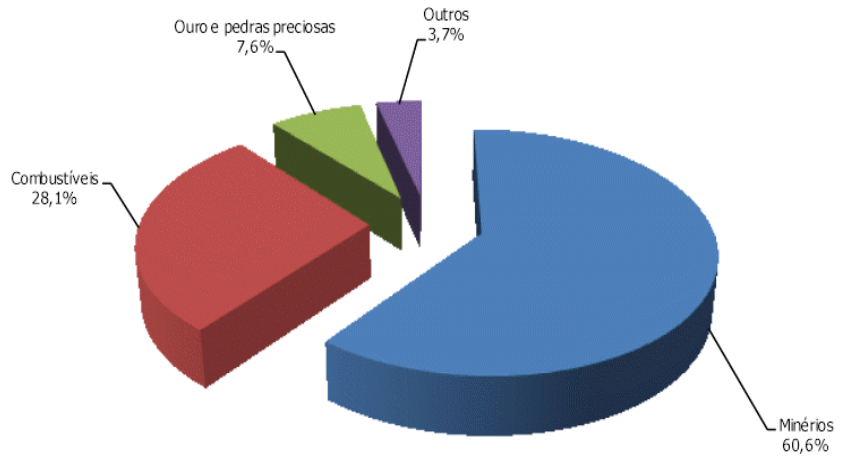
Composição das exportações da Mongólia
US$ milhões

Descrição	2014(1)	Part.% no total
Minérios	3.223	60,6%
Combustíveis	1.496	28,1%
Ouro e pedras preciosas	406	7,6%
Subtotal	**5.125**	**96,3%**
Outros	**196**	**3,7%**
Total	**5.321**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



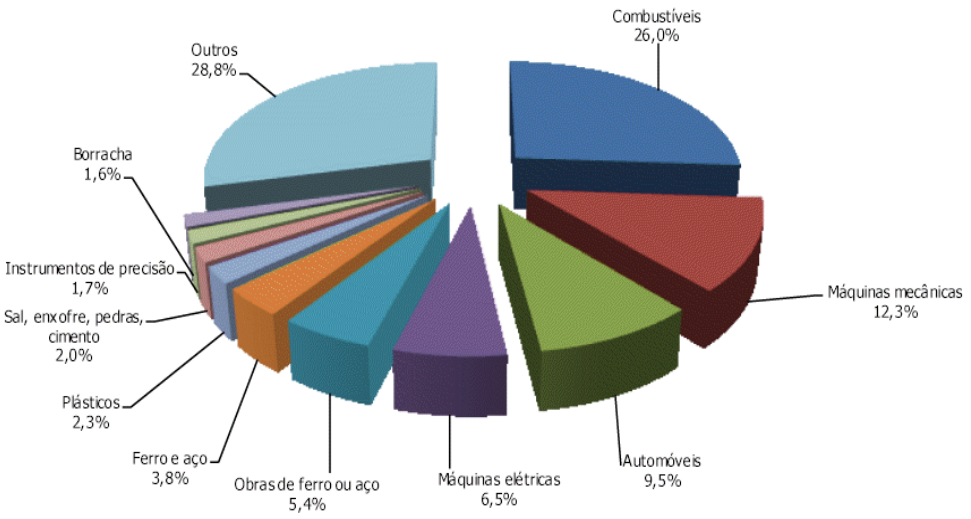
Composição das importações da Mongólia
US$ milhões

Descrição	2014(1)	Part.% no total
Combustíveis	1.361	26,0%
Máquinas mecânicas	644	12,3%
Automóveis	497	9,5%
Máquinas elétricas	341	6,5%
Obras de ferro ou aço	283	5,4%
Ferro e aço	198	3,8%
Plásticos	120	2,3%
Sal, enxofre, pedras, cimento	103	2,0%
Instrumentos de precisão	89	1,7%
Borracha	84	1,6%
Subtotal	**3.720**	**71,2%**
Outros	**1.505**	**28,8%**
Total	**5.225**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

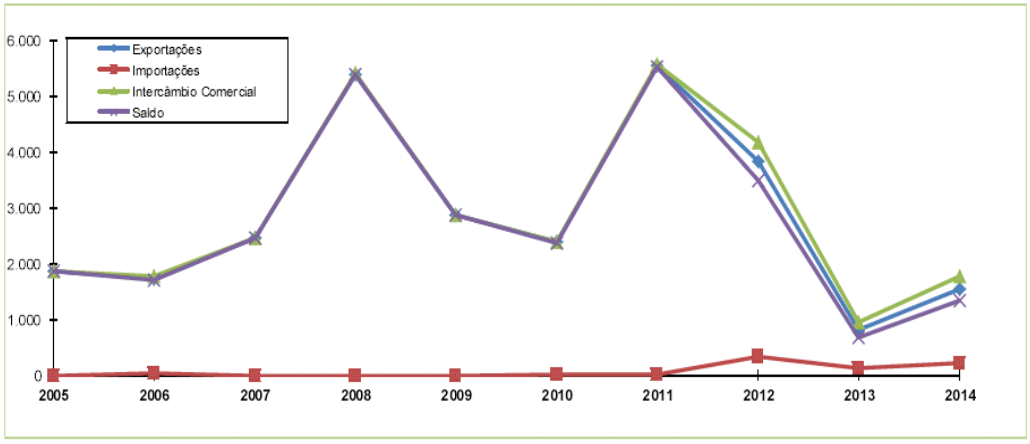
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Mongólia
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.869	44,9%	0,00%	0	n.a.	0,00%	1.869	(+)	0,00%	1.869
2006	1.744	-6,7%	0,00%	43	n.a.	0,00%	1.788	-4,4%	0,00%	1.701
2007	2.467	41,4%	0,00%	2	-96,2%	0,00%	2.468	38,1%	0,00%	2.465
2008	5.401	118,9%	0,00%	3	53,0%	0,00%	5.403	118,9%	0,00%	5.398
2009	2.878	-46,7%	0,00%	0,1	-97,8%	0,00%	2.878	-46,7%	0,00%	2.878
2010	2.386	-17,1%	0,00%	16	(+)	0,00%	2.402	-16,5%	0,00%	2.371
2011	5.546	132,4%	0,00%	15	-1,3%	0,00%	5.562	131,5%	0,00%	5.531
2012	3.835	-30,8%	0,00%	333	(+)	0,00%	4.168	-25,1%	0,00%	3.502
2013	814	-78,8%	0,00%	135	-59,5%	0,00%	949	-77,2%	0,00%	680
2014	1.557	91,2%	0,00%	217	61,2%	0,00%	1.774	86,9%	0,00%	1.339
2015 (jan-mar)	163	-43,1%	0,00%	0	#####	0,00%	163	-44,2%	0,00%	163
Var. % 2005-2014	**-16,7%**		**---**	**#DIV/0!**		**---**	**-5,1%**		**---**	**n.c.**

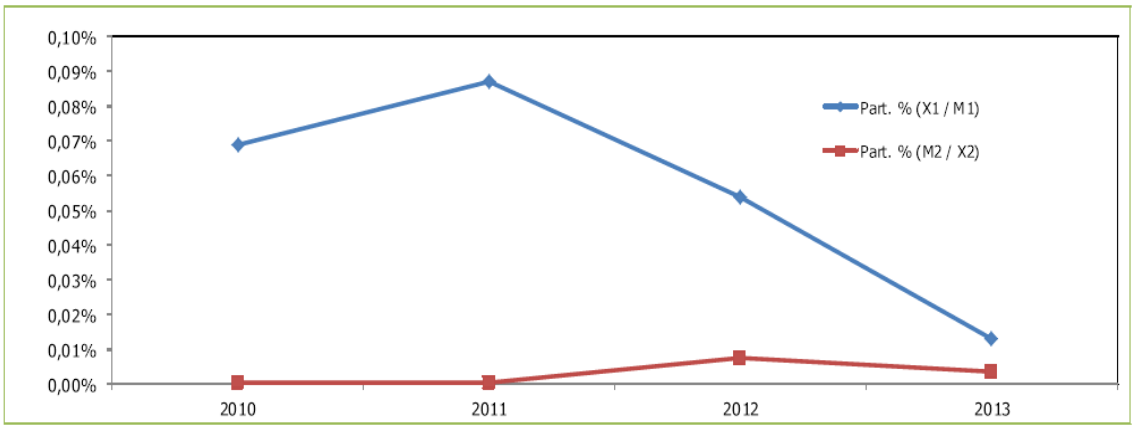
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia[(1)]
US$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	**-34,8%**
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	**50,3%**
Part. % (X1 / M1)	**0,07%**	**0,09%**	**0,05%**	**0,01%**	**0,03%**	**-56,6%**
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	**1288,0%**
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	**70,7%**
Part. % (M2 / X2)	**0,00%**	**0,00%**	**0,01%**	**0,00%**	**0,00%**	**713,3%**

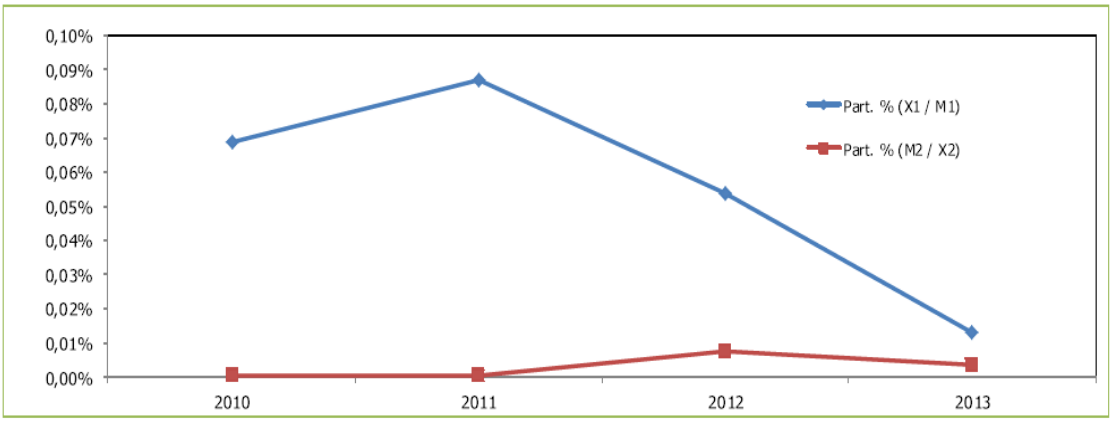
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia (1)
US$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	**-34,8%**
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	**50,3%**
Part. % (X1 / M1)	**0,07%**	**0,09%**	**0,05%**	**0,01%**	**0,03%**	**-56,6%**
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	**1288,0%**
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	**70,7%**
Part. % (M2 / X2)	**0,00%**	**0,00%**	**0,01%**	**0,00%**	**0,00%**	**713,3%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

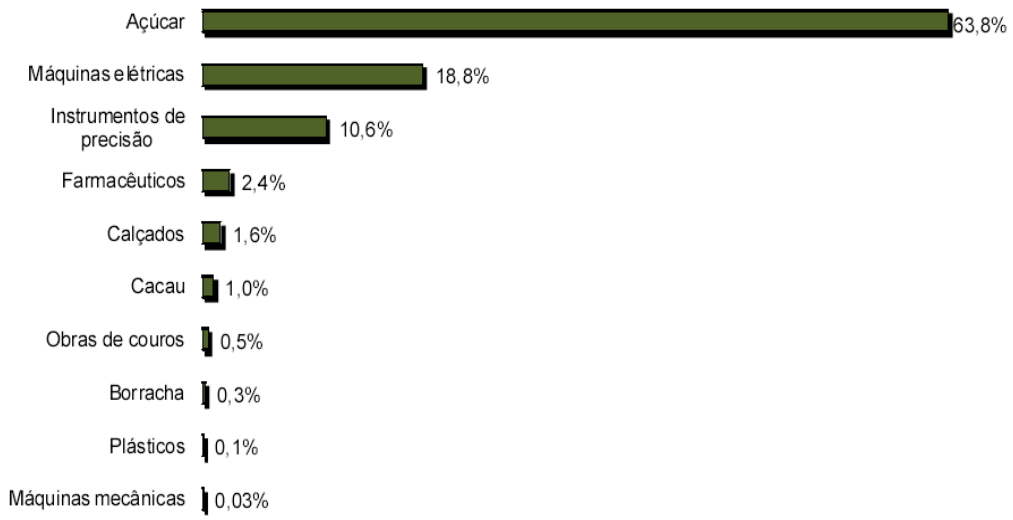


Composição das exportações brasileiras para a Mongólia
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	682,0	17,8%	664,0	81,5%	993,0	63,8%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	9,0	1,1%	293,0	18,8%
Instrumentos de precisão	6,0	0,2%	17,0	2,1%	165,0	10,6%
Farmacêuticos	37,0	1,0%	27,0	3,3%	37,0	2,4%
Calçados	58,0	1,5%	57,0	7,0%	25,0	1,6%
Cacau	6,0	0,2%	10,0	1,2%	15,0	1,0%
Obras de couros	26,0	0,7%	22,0	2,7%	8,0	0,5%
Borracha	0,0	0,0%	0,0	0,0%	4,0	0,3%
Plásticos	3,0	0,1%	0,5	0,1%	1,0	0,1%
Máquinas mecânicas	3.007,0	78,4%	0,0	0,0%	0,5	0,03%
Subtotal	**3.825,0**	**99,7%**	**806,5**	**99,0%**	**1.541,5**	**99,0%**
Outros produtos	**10,2**	**0,3%**	**7,9**	**1,0%**	**15,4**	**1,0%**
Total	**3.835,2**	**100,0%**	**814,4**	**100,0%**	**1.556,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

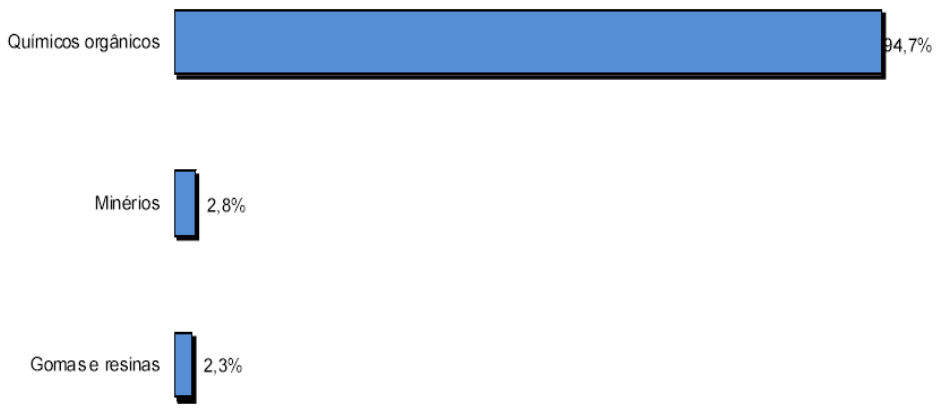


Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos orgânicos	200	60,1%	99	73,4%	206	94,7%
Minérios	5	1,5%	2	1,5%	6	2,8%
Gomas e resinas	0	0,0%	0	0,0%	5	2,3%
Subtotal	**205**	**61,6%**	**101**	**74,9%**	**217**	**99,8%**
Outros produtos	**128**	**38,4%**	**34**	**25,1%**	**0**	**0,2%**
Total	**333**	**100,0%**	**135**	**100,0%**	**217**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

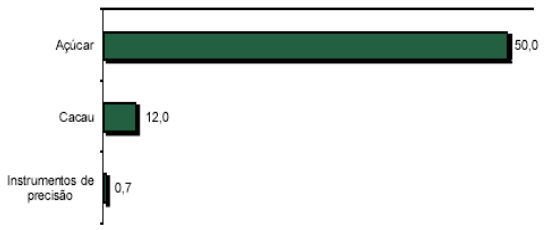
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Açúcar	197	68,8%	150	92,1%
Cacau	10	3,5%	12	7,4%
Instrumentos de precisão	75	26,2%	1	0,4%
Subtotal	**282**	**98,4%**	**163**	**99,9%**
Outros produtos	**4**	**1,6%**	**0**	**0,1%**
Total	**286**	**100,0%**	**163**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Minérios	5,3	98,9%	0,0	0,0%
Subtotal	**5,3**	**98,9%**	**0,0**	**0,0%**
Outros produtos	**0,1**	**1,1%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**5,4**	**100,0%**	**0,0**	**0,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 232 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 40,

DE 2015

(Nº 189/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.

Os méritos do Senhor Breno de Souza Brasil Dias da Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

EM nº 00218/2015 MRE

Brasília, 18 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA*
CPF.: 600.644.047-49
ID.: 9450 MRE

1958	Filho de Luiz Octávio Dias da Costa e Klycia de Souza Brasil Dias da Costa, nasce em 13 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1981	Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1987	CPCD - IRBr
1997	CAD - IRBr
2006	CAE - IRBr, Os Estados Unidos e a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Evolução da Posição Norte-Americana e seus Efeitos sobre a Candidatura Brasileira a Membro Permanente do CSNU
Cargos:	
1988	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
2001	Primeiro-Secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2010	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1988-90	Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
1990	Departamento da Ásia e Oceania, assessor
1990-91	Departamento das Américas, assessor
1991-93	Embaixada em Lagos, Terceiro-Secretário
1993-96	Embaixada em Londres, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1996-99	Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1999-2003	Divisão da América Central e Setentrional, Subchefe
2002	Embaixada em Bogotá, Primeiro-Secretário em missão transitória
2003-06	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
2006-08	Embaixada em Assunção, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2008-10	Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, Chefe
2009	Primeira Conferência Ministerial Conjunta da ASA sobre Energia, Adis Abeba (13 a 17/07), Chefe de delegação e Co-Presidente
2010-11	Embaixada em Georgetown, Ministro-Conselheiro e Chefe da Equipe Brasileira de Apoio à PPT-Guiana da UNASUL, em missão transitória
2012-	Missão do Brasil junto à OEA, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
Condecorações:	
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2005	Medalha do Pacificador, Brasil
2013	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

2013	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2014	Medalha da Vitória, Brasil, Ministério da Defesa
2014	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador, Ministério da Defesa

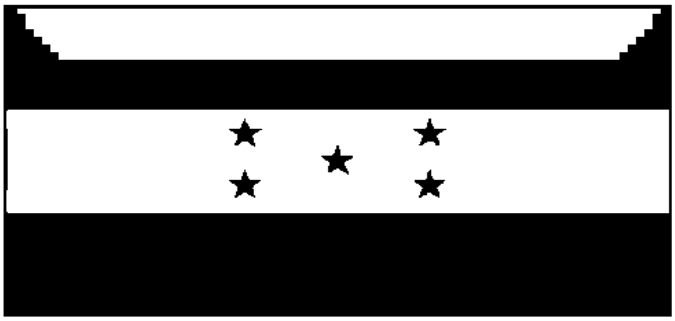
ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

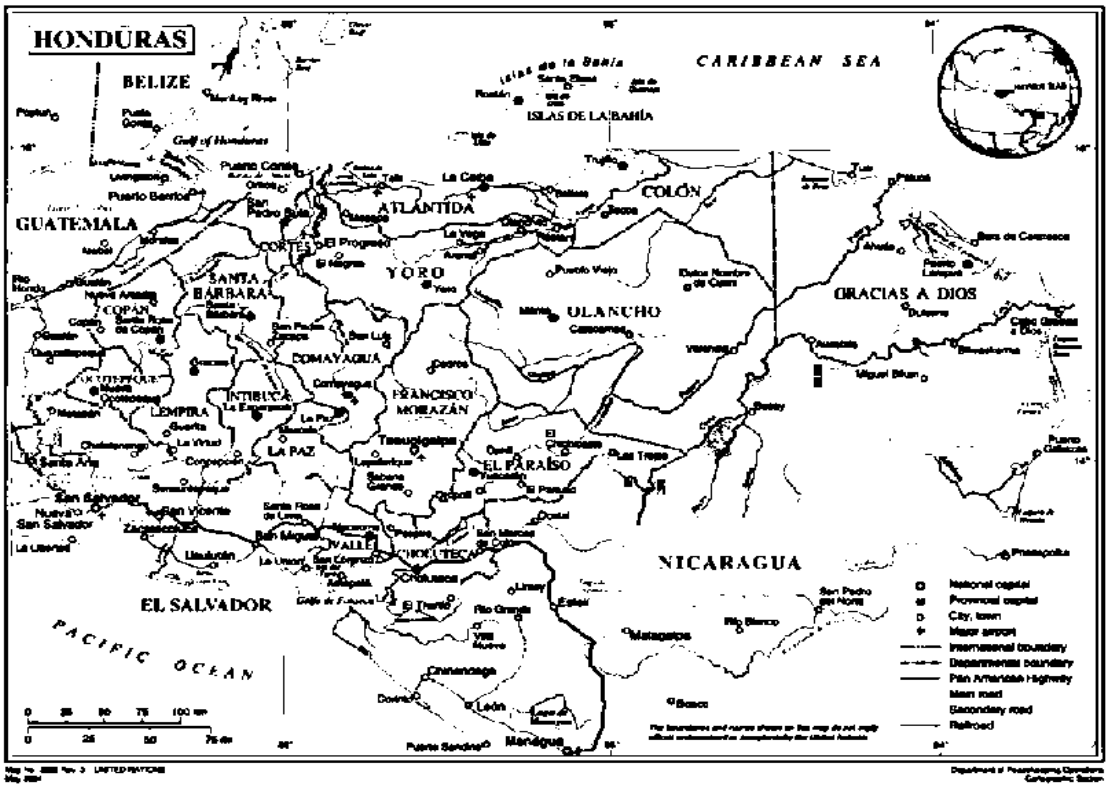
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da América Central e Caribe

Divisão do México e América Central

HONDURAS





INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Honduras
CAPITAL	Tegucigalpa
ÁREA	112.492 km²
POPULAÇÃO	8,4 milhões de habitantes
IDIOMA	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (97%), protestantes (3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Congresso Nacional (*Congreso Nacional*) unicameral, com 128 assentos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Juan Orlando Hernández Alvarado (desde janeiro de 2014)
CHANCELER	Arturo Corrales Álvarez (desde 8 de janeiro de 2015)
PIB (FMI, 2013)	US$ 18,5 bilhões
PIB PPP (FMI, 2013)	US$ 37,3 bilhões
PIB *per capita* (FMI, 2013 est.)	US$ 2.284
PIB PPP *per capita* (FMI, 2013 est.)	US$ 4.614
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2013)	2,8% (2013); 4,1% (2012); 3,8% (2011), 3,7% (2010)
IDH (PNUD, 2013)	0,617 (129º entre 187 países)
ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2012 est.)	85,4%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2013)	73,8 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Lempira (USD 1 = HNL 21,22 em 22/4/2015)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jaime Güell Bográn
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	280 brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
Brasil → Honduras	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	141,5	144,1	135,8	141,9	84,7	80,6	104,8	108,4	98,0	131,1
Exportações	139,6	141,6	131,2	135,0	80,8	75,0	96,6	92,6	83,2	113,3
Importações	1.9	2,5	4,6	6,9	3.9	5.6	8,2	15.8	14,8	17,7
Saldo	137,7	139,1	126.6	128,1	76,9	69,4	88,4	76.8	68,4	95,6

Informação elaborada por Glauber David Vivas.
Revisada por Ary Norton de Murat Quintella, Gabriel Boff Moreira, Fernando Augusto Moreira Costa e Daniel Ferreira Magrini.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JUAN ORLANDO HERNÁNDEZ – PRESIDENTE



Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Universidad Nacional Autónoma de Honduras* (UNAH). É advogado e tabelião. Obteve o título de mestre em Administração Pública na *State University of New York*.

Foi professor de Direito Constitucional de 1997 a 2000. Iniciou sua carreira política em 1988, como Presidente da Associação de Estudantes de Direito da UNAH. De 1990 a 1992 foi Assistente do Primeiro Secretário do Congresso Nacional e, a partir de 1992, Assistente do Primeiro Vice-Presidente do Congresso Nacional.

Em 1998, elegeu-se Deputado pelo Partido Nacional, sendo reeleito em 2002. De 2005 a 2009, foi Secretário-Geral do Partido Nacional. Eleito novamente para o Congresso em 2010, assumiu a Presidência do Legislativo até 2013, quando renunciou ao mandato para dedicar-se a sua candidatura à Presidência.

Assumiu a Presidência do Partido Nacional em 2012. Elegeu-se em 24/11/2013 e tomou posse em janeiro de 2014.

ARTURO CORRALES ÁLVAREZ – CHANCELER



Nasceu em Tegucigalpa em 27 de março de 1961. Formou-se em Engenharia Civil pela *Universidad Nacional Autónoma de Honduras* (UNAH) e é mestre em Engenharia pela Universidade da Flórida. Fundou, em 1989, a empresa *Ingeniería Gerencial*, que prestou serviços de análise de resultados eleitorais locais.

Foi catedrático da Faculdade de Engenharia Civil da UNAH. Em 1997, foi candidato presidencial pelo Partido Democrata Cristão de Honduras, que presidiu entre 1998 e 2002.

Entre 2000 e 2001, foi Ministro da Secretaria Técnica e de Cooperação Internacional (SETCO). Em 2010, assumiu o posto de Ministro da Secretaria Técnica de Planejamento e Cooperação Externa (SEPLAN).

Participou ativamente do processo de negociação do Acordo de Cartagena, assinado em 22 de maio de 2011, que abriu caminho para a reconciliação politica no país. Em 16 de setembro de 2011 foi nomeado Chanceler pelo Presidente Porfirio Lobo, posto que ocupou até abril de 2013, quando foi designado Ministro de Segurança.

Em janeiro de 2015, foi novamente indicado Chanceler.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Honduras estabeleceram relações diplomáticas em 1906; a legação brasileira em Tegucigalpa, aberta em 1951, foi elevada à condição de embaixada em 1953. Em 1971, o Chanceler Mário Gibson Barboza efetuou a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao país.

O primeiro encontro presidencial bilateral, entre os Presidentes Lula da Silva e Ricardo Maduro, ocorreu em 2005. Posteriormente, o Presidente Lula da Silva encontrou-se duas vezes com o Presidente Manuel Zelaya, em Brasília e em Tegucigalpa, e a Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Presidente Porfirio Lobo em Buenos Aires, à margem da posse da Presidenta argentina, Cristina Kirchner, em 2011. O atual Presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, visitou o Brasil em 2014, por ocasião da Copa do Mundo.

Na esteira do amplo rechaço da comunidade internacional ao golpe de Estado em Honduras, em 2009, corroborado pela suspensão do país centro-americano na OEA, as iniciativas bilaterais de interlocução política, cooperação e empréstimos para obras de infraestrutura foram interrompidas entre 2009 e 2011. Foram mantidas apenas atividades consulares e administrativas da representação brasileira em Honduras.

Com o retorno do ex-Presidente José Manuel Zelaya a Tegucigalpa, em maio de 2011, a assinatura do Acordo de Reconciliação Nacional ("Acordo de Cartagena") e a readmissão de Honduras à OEA, as relações entre o Brasil e Honduras voltaram à normalidade, com a nomeação de Embaixadores. Logo após a normalização das relações bilaterais, Honduras anunciou seu apoio à primeira eleição do Professor José Graziano para a Direção da FAO. Do lado brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) retomou o programa de cooperação técnica, e o Brasil realizou ações de ajuda humanitária em Honduras. Em fevereiro de 2012, o Chanceler hondurenho, Arturo Corrales, liderou missão governamental e empresarial hondurenha ao Brasil.

Comércio Bilateral e Investimentos

O comércio entre o Brasil e Honduras tem avançado significativamente. Em 2014, a corrente de comércio bilateral totalizou US$ 131,1 milhões, 62,7% acima do valor registrado em 2010. As exportações

brasileiras totalizaram US$ 113,4 milhões, o que representa 86,4% do total da corrente de comércio e significa um aumento de 36% sobre o valor do ano anterior. O saldo favorável ao Brasil foi de US$ 95,6 milhões.

Produtos manufaturados representam 92% do total das exportações brasileiras para o país centro-americano e 68% das importações. Veículos a diesel e outros automóveis são os principais produtos exportados pelo Brasil (11,7% em 2014). Seguem-se cerâmicas, vidros e esmaltados, aparelhos de telefonia celular e escavadoras. Entre as importações brasileiras, destacam-se resíduos de alumínio, peças de conexão elétrica e fios para ignição, que perfazem 56% dos embarques hondurenhos para o Brasil.

Em outubro de 2014, Honduras adquiriu aeronave Legacy usada, que deverá ser utilizada pela Presidência e em situações de catástrofe natural. No mesmo mês, Honduras aprovou a modernização de 6 Tucanos e a compra de 2 Super-Tucanos para o combate ao crime organizado. O Presidente Hernández visitou a Embraer em São José dos Campos durante a Copa do Mundo de 2014.

O Brasil também se faz presente em Honduras mediante a atuação de empresas nacionais em projetos daquele país, com financiamentos oficiais do Governo brasileiro. O Presidente Hernández tem manifestado, em diversas oportunidades, interesse em ampliar a participação brasileira no desenvolvimento da infraestrutura hondurenha, em particular em projetos de portos, gasodutos e aeroportos.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

No início de 2012, foi aprovada a concessão de crédito do BNDES com garantia oficial do Governo brasileiro (US$ 145 milhões) para a construção dos lotes II e III do "Corredor Logístico" (ou "canal seco") – 54 km de estrada que permitirão unir o Golfo de Fonseca, no Pacífico, e Puerto Cortés, na costa caribenha. Além da participação do BNDES, o projeto também conta com apoio financeiro do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). O devedor soberano é a *Secretaria de Estado en el Despacho de Obras Públicas, Transporte y Vivienda – SOPTRAVI,* órgão do Governo de Honduras.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Honduras tem amparo jurídico no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, firmado em 11 de junho de 1976 e promulgado em 31 de janeiro de 1977.

Atualmente, o Programa Brasil-Honduras conta com 7 projetos em execução e 1 em negociação. Os projetos cobrem as áreas de agricultura, educação alimentar e nutricional, políticas sociais, gestão de recursos hídricos, saúde e segurança alimentar.

Ajuda Humanitária

Em 2011, o Brasil destinou a Honduras 594 toneladas de arroz e 682 de milho, equivalentes a cerca de US$ 450 mil. O Brasil também apoiou, em 2011, projetos de garantia do direito à alimentação adequada em Honduras e a inauguração do "Ano da Segurança Alimentar e Nutricional". Em reconhecimento, o Congresso Nacional hondurenho concedeu ao Brasil o "Prêmio Nacional Merenda Escolar".

Em outubro de 2011, o Brasil apoiou as operações de emergência em Honduras para o enfrentamento das consequências da passagem pelo país da "Depressão Tropical XII-E", doando US$ 50 mil. Em 2013, o Brasil realizou contribuição de US$ 52 mil, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), para suprir lacuna logística na operação de doação de alimentos a Honduras, e efetuou a doação de 1.650 toneladas de alimentos (arroz), com valor estimado em US$ 783 mil.

Cooperação em Ciência e Tecnologia

Em setembro de 2013, o Governo hondurenho anunciou oficialmente a adoção do sistema brasileiro de televisão digital, ISDB-T. Em março de 2014, foram inauguradas as transmissões do sistema nipo-brasileiro de TV Digital ISDB-T pelos canais 8 (Executivo) e 20 (Congresso). Técnicos brasileiros e japoneses fizeram demonstrações práticas sobre o funcionamento do sistema.

Honduras solicitou a colaboração técnica de peritos brasileiros para a elaboração de um "Plan Maestro de Transición de Televisión Terrestre Digital". A solicitação foi encaminhada ao Ministério das Comunicações e encontra-se em análise.

Cooperação Educacional

No campo educacional, o Brasil coopera com Honduras por meio dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). Nos últimos 10 anos, 120 estudantes hondurenhos participaram dos dois programas, sendo 117 em nível de graduação e 3 de pós-graduação.

Outro programa brasileiro que beneficia estudantes hondurenhos é o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (*Becas Brasil*), coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio do Ministério das Relações Exteriores. Na edição de 2014 foram selecionados 29 hondurenhos para estudar no Brasil a partir do primeiro semestre de 2015. Nas edições anteriores, 18 estudantes hondurenhos participaram do programa.

Cooperação em matéria de Energias Renováveis

No contexto de diversificação da matriz energética, o Governo hondurenho adotou, nos últimos anos, diversas iniciativas com vistas a viabilizar a cooperação com o Brasil em biocombustíveis.

No âmbito do "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis" (MoU Brasil-EUA), de 2007, foi entregue ao Governo hondurenho Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis em Honduras, realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os projetos apresentados pela FGV indicaram a viabilidade da produção de óleo de palma, açúcar, e etanol de cana-de-açúcar, bem como de eletricidade a partir do bagaço da cana e de capim-elefante. O estudo prevê a participação de pequenos agricultores. Outro resultado do Memorando de Entendimento foi a inauguração da planta piloto de etanol em Catacamas, em julho de 2014. A cooperação com Honduras também inclui apoio na elaboração de marco regulatório para o desenvolvimento de mercados internos para etanol e biodiesel.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira em Honduras é estimada em cerca de 280 nacionais. É formada em sua maioria por brasileiras casadas com hondurenhos que estudaram no Brasil, missionários católicos e evangélicos, jogadores de futebol e funcionários de multinacionais.

Há em Tegucigalpa a Associação de Brasileiros Residentes em Honduras (ABRAREH), que tem como objetivo promover eventos socioculturais com finalidade filantrópica. Em San Pedro Sula, há um pequeno grupo de brasileiros que se denomina "Colônia Brasileira de San Pedro Sula". Há dois brasileiros presos, que recebem atenção da Embaixada do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Conforme dispõe a Constituição de 1982, Honduras é uma república democrática, representativa e presidencialista. O Poder Legislativo é unicameral, composto pelo Congresso Nacional, com 128 deputados.

Os principais partidos políticos são os tradicionais Partido Nacional e Partido Liberal (PL) e o Partido "Libertad y Refundación" (LIBRE), do ex-Presidente Manuel Zelaya.

Nas eleições de novembro de 2013, que elegeram o Presidente Hernández (Partido Nacional), o LIBRE emergiu como segunda força política no país. Na composição do Congresso, o Partido Nacional obteve a maior bancada, com 48 deputados, seguido do LIBRE, com 37, e do PL, com 27. Hernández elegeu-se em turno único com 36,8% dos votos, seguido pela candidata do LIBRE, Xiomara Castro de Zelaya, esposa de Zelaya, com 28,8%.

O Governo de Juan Orlando Hernández, iniciado em janeiro de 2014, definiu como principais objetivos o crescimento econômico, a criação de empregos, a redução da criminalidade e a modernização e reforma do Estado.

No plano econômico, o Governo anunciou que já foram criados 40 mil novos postos de trabalho. Ademais, cerca de 370 mil famílias ter-se-iam beneficiado de programas sociais e do incremento da renda familiar para compra de alimentos. O Governo também registrou mudanças na área administrativa, ao assinar um convênio com a ONG Transparência Internacional, com vistas ao enxugamento da administração pública, à

implementação de uma política aduaneira mais eficiente e à redução de gastos públicos.

Honduras, como seus vizinhos centro-americanos, enfrenta dificuldades na área de segurança pública. Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), referentes a 2012, apontam que o índice de assassinatos em Honduras alcançou 90,4 por cem mil habitantes naquele ano. As cidades mais afetadas são Tegucigalpa e San Pedro Sula, respectivamente a primeira e a segunda maior cidade do país.

Ao lado de Guatemala e El Salvador, Honduras forma o Triângulo Norte da América Central (TNAC), região do istmo que mais sente os problemas ligados ao narcotráfico. Nesse contexto, o Presidente Hernández comprometeu-se a criar uma polícia de combate à criminalidade crescente e a ampliar os programas sociais. No primeiro caso, criou a Fuerza Interinstitucional de Seguridad Nacional (FUSINA) – força independente que envolve a Polícia Nacional e o Ministério Público, além de prefeitos e voluntários. Quanto aos programas sociais, ampliou o "Bono 10 mil", programa de transferência de 10 mil lempiras (equivalente a US$ 525,00) por ano para cada família.

Além dessas medidas, o Congresso ratificou reforma constitucional que permite a extradição de hondurenhos ligados ao narcotráfico e ao terrorismo. O primeiro cidadão hondurenho extraditado após a reforma constitucional foi o traficante Carlos "El Negro" Lobo, em maio de 2014, para os EUA, pelo crime de narcotráfico. Além disso, foi aprovada a nova Lei de Reforma da Segurança Pública, com disposições sobre a criação de um órgão independente responsável pela definição e pelo planejamento da política de segurança pública no país.

O Governo hondurenho reportou uma redução nos índices de assassinatos de 9,8%, em 2013, e de 13%, em 2014. Segundo o Governo, o índice de assassinatos caiu para 66,5 por 100 mil habitantes em 2014.

Em 22 de abril de 2015, a "Corte Suprema de Justicia", instância judiciária máxima de Honduras, considerou "inaplicável" o artigo da Constituição que proibia a reeleição presidencial (artigo 239). A sentença respondeu às demandas judiciais apresentadas separadamente pelo ex-Presidente Rafael Callejas (1990-1994) e por deputados do Partido Nacional. Graças a essa reforma, poderão concorrer novamente à Presidência os ex-mandatários Carlos Flores, Ricardo Maduro, Roberto Suazo, Porfirio Lobo, Roberto Micheletti, Rafael Callejas e Manuel Zelaya, além do Presidente

Hernández. Callejas, que encabeça facção própria do Partido Nacional ("Movimiento Nacional Callejista" - Monarca), já anunciou que pretende candidatar-se à reeleição. Zelaya, que fora derrubado por propor consulta popular sobre a reeleição, considerou a decisão "ilegal" e ainda não se pronunciou sobre futura candidatura. O Presidente Hernández tampouco se manifestou sobre reeleição.

POLÍTICA EXTERNA

As relações exteriores hondurenhas têm como características destacadas as ligações históricas com os Estados Unidos, a integração com os vizinhos no âmbito do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), o reconhecimento de Taiwan e a prioridade concedida ao combate contra os ilícitos internacionais, especialmente em cooperação com os Estados Unidos e os outros membros do SICA.

Desde 1981, os Estados Unidos mantêm no país a base aérea Coronel Soto Cano, que teve papel importante no apoio aos contras da Nicarágua. Em 2011, foi inaugurada a base de Caratasca. Atualmente, as bases são parte integrante da política norte-americana de combate ao narcotráfico na América Central. Os Estados Unidos também são importante parceiro econômico, respondendo por 40% do comércio exterior hondurenho em 2013, e abrigam a maior parte da diáspora hondurenha (730 mil imigrantes), responsável por remessas que representam cerca de 15% do PIB do país. Os EUA são, ainda, a principal fonte de cooperação internacional, com destaque para os valores desembolsados no âmbito da Iniciativa Centro-Americana de Segurança Regional (CARSI).

Honduras, juntamente com El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana, mantém acordo de livre comércio os EUA (CAFTA-DR), em vigor desde 2006, Além disso, Honduras celebrou, em conjunto com outros países centro-americanos, acordos de livre comércio com o México (2011) e União Europeia (2013). O país mantém, ainda, acordo de livre comércio com o Canadá, em vigor desde outubro de 2014.

No âmbito regional, Honduras é membro ativo do SICA, participando de iniciativas importantes de integração comercial (e aduaneira, com a Guatemala), energética e de cooperação política e na área de segurança pública. Honduras também é sede e principal beneficiário de financiamentos do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE).

Desde 2014, os Presidentes da Guatemala, Honduras e El Salvador

lançaram junto aos Estados Unidos a iniciativa "Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte". O plano resulta de encontro com o Presidente Barack Obama, em julho de 2014, que solicitou-lhes um plano abrangente que atacasse o problema da migração. Em março de 2015, os mesmos mandatários centro-americanos se reuniram com o Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, e assumiram compromissos no contexto da "Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte". A iniciativa apresenta quatro linhas estratégicas: 1) dinamizar o setor produtivo; 2) desenvolver o capital humano; 3) melhorar a segurança cidadã e o acesso à justiça; e 4) fortalecer as instituições do Estado. A Aliança, que terá a duração de 5 anos, teve seus custos estimados em US$ 5 bilhões e está sujeita à aprovação do Congresso dos EUA.

O diferendo territorial que opõe interesses de Honduras, El Salvador e Nicarágua no Golfo de Fonseca e, em particular, a disputa entre os dois primeiros pela soberania da "Isla Conejo" ainda gera estremecimentos diplomáticos na região. Em sentença de 1992, a Corte Internacional de Justiça havia delimitado as fronteiras terrestres entre Honduras e El Salvador. A decisão da Corte foi aceita pelos três países, mas El Salvador, alegando ter tido acesso a nova documentação, solicitou revisão parcial, o que foi negado pela CIJ em 2002. No final de 2013, a aquisição, por El Salvador, de 10 aeronaves militares chilenas elevou momentaneamente as tensões entre São Salvador e Tegucigalpa. Por outro lado, a inauguração de um heliporto na Isla Conejo por parte das autoridades hondurenhas, em 2014, foi entendida por El Salvador como provocação.

A partir da posse do novo Presidente salvadorenho, Salvador Sánchez Cerén, em junho de 2014, as tensões diminuíram, particularmente em decorrência de conversações mantidas entre os mandatários dos três países, igualmente interessados no potencial de cooperação para o desenvolvimento econômico e social da região do Golfo. Em agosto de 2014, os Presidentes dos três países reuniram-se em Manágua e acordaram o lançamento de uma série de projetos de cooperação com o objetivo de evitar conflitos na região e de transformá-la em parte importante da integração centro-americana. A declaração dos mandatários destaca a criação de "uma zona de emprego e desenvolvimento econômico".

Por fim, cabe mencionar as relações com Taiwan, um dos doadores mais importantes para Honduras. O país centro-americano não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China, apesar do interesse do empresariado local pelo mercado chinês e da presença da potência asiática

ECONOMIA

A economia de Honduras caracteriza-se pelos fortes vínculos com os EUA, origem de 70% do investimento externo no país, destino de 35,1% das exportações e origem de 42% das importações (dados de 2013). O déficit da balança comercial é frequentemente coberto por remessas de hondurenhos no exterior, sobretudo nos EUA. Quase 39% da força de trabalho encontra-se no setor primário, que responde por 12,5% do PIB.

A economia hondurenha também se caracteriza pela interdependência com os vizinhos do istmo centro-americano. Tomada em seu conjunto, a América Central foi, em 2014, o segundo destino das exportações hondurenhas, atrás apenas dos Estados Unidos. Os países do istmo aparecem também como a segunda maior fonte das importações.

A pauta de exportações é concentrada em produtos agropecuários, como banana, café, azeite vegetal e camarões, além de produtos elaborados pelas maquilas, empresas sob controle estrangeiro que vendem seus produtos aos EUA, beneficiando-se de acordo de livre comércio vigente desde 2006 (CAFTA-DR).

O país enfrenta desafios relacionados ao subemprego, que afeta 52,5% da população; à educação, com índice de analfabetismo de 14,5%; e à criminalidade, considerada a mais alta do mundo.

Conjuntura Econômica e Comercial de Honduras

A economia hondurenha cresceu 3,1% em 2014, abaixo da média do decênio encerrado naquele ano (3,8%), mas acima da taxa registrada em 2013 (2,8%). O crescimento deveu-se ao bom desempenho do consumo interno e da demanda externa. A inflação no período foi de 5,8%.

De 2011 para 2013, o déficit fiscal passou de 4,6% do PIB para 7,9% do PIB. Em paralelo, a dívida pública líquida saltou de 33,7% em 2011 para 44,7% do PIB em 2013. Nesse contexto, as agências classificadoras de risco, no país por meio de projetos de infraestrutura.

Standard & Poor's e Moody's rebaixaram a classificação da dívida hondurenha em agosto de 2013 e fevereiro de 2014, respectivamente.

O Governo de Juan Orlando Hernández tem procurado reverter esse quadro. Ainda em dezembro de 2013, a legislatura que se encerrava e que fora presidida por Hernández até meados daquele ano, aprovou pacote fiscal que aumentou o "Impuesto sobre Ventas" (ISV) de 12% para 15% e criou novos impostos. O pacote também continha medidas de controle de gastos, congelamento de transferências para outros entes públicos e redução de subsídios à eletricidade. As medidas contribuiram para o aumento das receitas do Governo em 2013 (18,6%) e para a para a redução do déficit, estimado em 5,5% em 2014.

O Governo conseguiu, junto ao FMI, em dezembro de 2014, a aprovação de um "Stand-by Agreement" (SBA) no valor de US$ 113,5 milhões, assim como a aprovação de um "Stand-by Credit Facility" (SCF) equivalente a US$ 75,4 milhões, o que representa um total combinado de US$ 188,8 milhões, a serem desembolsados ao longo dos próximos 3 anos. Em março de 2015, missão do FMI ao país realizou a primeira rodada de revisão dos acordos, concluindo que todas as metas relevantes estabelecidas nos acordos foram alcançadas.

No campo comercial, 2014 marcou um aumento de 3,4% nas exportações hondurenhas de bens, que alcançaram US$ 8,1 bilhões. As exportações foram impulsionadas principalmente pela elevação dos preços do café e pelo crescimento das exportações de bens para transformação (*maquilas*), principalmente têxteis. Estados Unidos, América Central e Europa foram os principais destinos das exportações hondurenhas. Os principais produtos de exportação hondurenhos, em 2014, foram produtos têxteis (41,9% do total), café (10,4%), máquinas elétricas (7,7%), bananas (5,6%) e azeite (3,8%).

As importações de bens, por outro lado, totalizaram US$ 11,1 bilhões, registrando crescimento de 1,1% em relação a 2013. Estados Unidos e América Central foram as principais fontes das importações hondurenhas. Entre os principais produtos importados por Honduras em 2014 destacaram-se combustíveis e lubrificantes (17,3%), materiais têxteis para maquila (17,3%), máquinas e aparelhos elétricos (15,9%) e produtos químicos (9,5%).

Além do déficit na balança comercial, a balança de pagamentos de Honduras acumula déficits também nas balanças de serviços e rendas, as quais foram compensadas em grande medida pelas remessas recebidas de

hondurenhos no exterior (US$ 3,4 bilhões) e pelos investimentos estrangeiros diretos, que alcançaram US$ 1,1 bilhão em 2014. As remessas do exterior atingiram, em 2014, a marca de 17,3% do PIB hondurenho.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE HONDURAS

1502	Cristóvão Colombo chega a Honduras.
1539	A Espanha conquista o território.
1821	Honduras ganha independência da Espanha, como parte do Império Mexicano.
1823	Honduras se une às Províncias Unidas da América Central, que incluem Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua.
1840	Dissolução das Províncias Unidas. Honduras torna-se um país independente.
1932	O Partido Nacional de Honduras (PNH) instaura ditadura liderada pelo General Tiburcio Carias Andino.
1963	O Coronel Osvaldo López Arellano toma o poder após liderar golpe.
1969	Honduras e El Salvador entram em breve guerra após problemas com imigração e disputas de fronteira ("Guerra do Futebol").
1974	Osvaldo López renuncia após denúncias de suborno pago por empresa norte-americana.
1975	O Coronel Juan Alberto Melgar Castro toma o poder.
1978	Melgar é retirado do poder após golpe liderado pelo General Policarpo Paz García.
1980	O General Paz García assina tratado de paz com El Salvador.
1981	Roberto Suazo Córdova, do Partido Liberal de Honduras (PLH), é eleito Presidente.
1986	Outro liberal, José Azcona del Hoyo, é eleito Presidente.
1987	Estado garante anistia a militares e guerrilheiros pelos abusos cometidos no início dos anos 1980.
1989	A Cúpula dos Presidentes Centro-Americanos em El Salvador chega a acordo para a desmobilização dos "contras" nicaraguenses baseados em Honduras.
1990	Rafael Callejas é jurado Presidente.
	Os últimos "contras" nicaraguenses deixam Honduras.
1992	A Corte Internacional de Justiça estabelece novas fronteiras entre Honduras e El Salvador.

1993	O Governo instaura comissão para investigar denúncias de violações aos Direitos Humanos por militares.
	O candidato do Partido Liberal e ativista dos Direitos Humanos, Carlos Reina, é eleito Presidente.
1995	Os primeiros militares acusados de violações aos Direitos Humanos são condenados.
1997	Carlos Flores, do Partido Liberal, é eleito Presidente.
1998	O Furacão Mitch devasta Honduras.
1999	As Forças Armadas são colocadas sob controle civil.
	O Congresso ratifica Acordo Marítimo de 1986 com a Colômbia, resolvendo contencioso sobre o Mar do Caribe.
	Honduras e Nicarágua concordam em retirar tropas e forças navais do Caribe.
2000	A Corte Suprema considera que as atrocidades perpetradas durante a década de 1980 não são cobertas pela anistia de 1987.
2002	Ricardo Maduro toma posse como Presidente.
	Honduras restabelece relações diplomáticas com Cuba.
2003	O Congresso vota pelo envio de tropas ao Iraque, fazendo de Honduras o primeiro país centro-americano a participar no conflito.
	Honduras, Guatemala, El Salvador e Nicarágua assinam acordo de livre comércio com os Estados Unidos.
2005	A tormenta tropical Gamma mata mais de 30 pessoas e deixa milhares desabrigadas.
	O Congresso aprova o Tratado de Livre Comércio Centro-Americano (CAFTA) com os Estados Unidos.
	O candidato do Partido Liberal José Manuel Zelaya é declarado vitorioso nas eleições presidenciais.
2006	Honduras e El Salvador inauguram a nova fronteira.
2007	A Corte Internacional de Justiça resolve a disputa territorial entre Honduras e Nicarágua.
2008	Honduras ingressa na Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA).
2009	O Presidente José Manuel Zelaya é removido do poder. O Presidente do Congresso Nacional, Roberto Micheletti, é nomeado Presidente.
	Porfirio Lobo Sosa é eleito Presidente.
2010	Porfirio Lobo Sosa toma posse em janeiro.
	O Presidente Zelaya segue para a República Dominicana.
	Honduras retira-se da ALBA.
2011	Com a assinatura do chamado "Acordo de Cartagena", facilitado por Colômbia e Venezuela, inicia-se processo de reconciliação nacional.
2013	Juan Orlando Hernández é eleito Presidente em novembro.
2014	O Presidente Juan Orlando Hernández toma posse em janeiro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-HONDURAS	
1906	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1909	Assinatura da Convenção de Arbitramento.
1951	Estabelecimento da Legação do Brasil em Tegucigalpa.
1953	Elevação da categoria da Missão a Embaixada.
1957	Assinatura de Convênio Cultural.
1971	Visita do Chanceler Mario Gibson Barboza a Honduras.
1971	Assinatura de Acordo Constitutivo de Comissão Mista de Comércio.
1974	O Governo brasileiro faz doações às vítimas do Furacão Fifi.
1976	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.
1981	Acordo para Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha.
1984	Aquisição de aviões brasileiros "Tucano" para a Força Aérea Hondurenha.
1994	O Brasil participa na Missão de Assistência para a Remoção de Minas em Honduras.
1995	Oficiais brasileiros passam a dar instrução militar às Forças Armadas hondurenhas.
1996	O Brasil passa a participar da Missão para Remoção de Minas na América Central.
1998	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel, para a posse do Presidente Carlos Flores.
1998	O Governo brasileiro faz doações às vítimas do Furacão Mitch.
2004	Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de PADIP, PASOF e PASER.
2004	Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns.
2005	Encontro de trabalho, em Brasília, do Presidente Ricardo Maduro com o Presidente Lula da Silva.
2006	O Secretário-Geral do MRE representa o Brasil na posse de Presidente Zelaya.
	Encontro de trabalho, em Brasília, do Presidente Zelaya com o Presidente Lula.
	Apoio do Brasil à decisão do BID de cancelar a dívida de Honduras.
	Visita de missão empresarial brasileira, chefiada pelo MDIC, a Honduras.
	O Brasil faz doação de medicamentos anti-retrovirais, para tratamento de HIV-Aids.
2007	O Assessor Internacional da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia participa das celebrações do 1º ano do Governo Zelaya.
	Comparecimento do Presidente Zelaya aos XV Jogos Pan-americanos, no RJ.

	Visita de Estado a Honduras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
	Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.
	Assinatura de Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.
	Encontro Empresarial no marco da Visita de Estado do Presidente Lula a Honduras.
	Presidente Zelaya participa da CALC, na Costa do Sauípe.
2009	Deposição do Presidente Zelaya.
	José Manuel Zelaya regressa a Honduras e refugia-se na Embaixada do Brasil.
2011	Normalização das relações bilaterais após retorno definitivo do ex-Presidente Zelaya a Tegucigalpa.
	O Brasil envia recursos e alimentos para atendimento à população hondurenha atingida pela passagem da Depressão Tropical XII-E pelo Istmo.
	Encontro entre os Vice-Presidentes Michel Temer e Maria Antonieta Guillén de Bográn, em Assunção.
	Encontro entre os Presidentes Dilma Rousseff e Porfírio Lobo, em Buenos Aires, à margem da posse da Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner.
2012	Visita do Chanceler Arturo Corrales ao Brasil, à frente de importante delegação governamental e empresarial.
2015	Visita da Vice-Presidente de Honduras, Ava Rossana Guevara, ao Brasil, por ocasião da posse da Presidenta Dilma Rousseff.

ATOS BILATERAIS

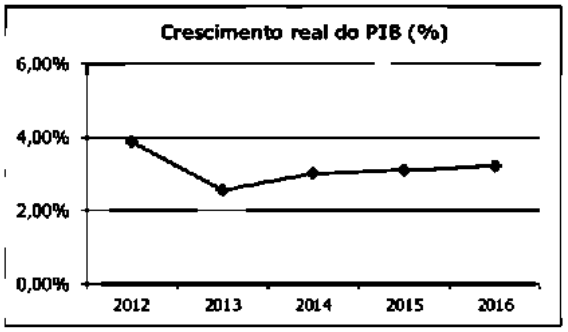
Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	09/02/2012	Ainda não está em vigor (no Brasil, em tramitação na Casa Civil; já aprovado pelo Congresso hondurenho)	
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/08/2007	09/02/2012	Vigente
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	27/07/2007	14/02/2014	Vigente
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns	12/08/2004	31/03/2006	Vigente
Acordo para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha.	28/08/1981	28/08/1981	Vigente
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.	17/07/1971	17/07/1971	Vigente
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Hondurenhos.	17/07/1971	17/07/1971	Vigente
Convênio Cultural.	22/10/1957	12/03/1963	Vigente
Acordo Administrativo para troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por Via Comum.	22/01/1952	22/01/1952	Vigente

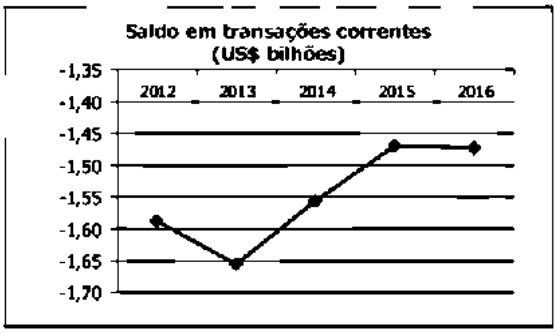
Principais Indicadores Econômicos de Honduras

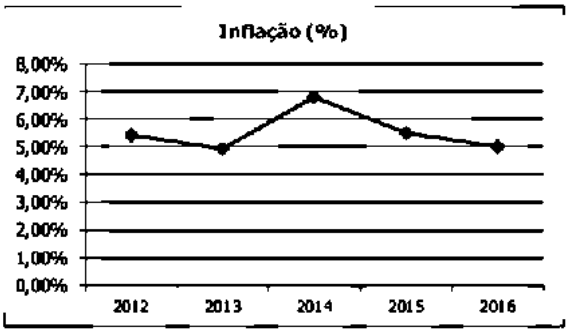
Indicador	2012	2013	2014(1)	2015(1)	2016(1)
Crescimento real (%)	3,86%	2,56%	3,00%	3,10%	3,20%
PIB nominal (US$ bilhões)	18,50	18,49	19,37	20,26	21,01
PIB nominal "per capita" (US$)	2.331	2.283	2.344	2.402	2.441
PIB PPP (US$ bilhões)	35,73	37,19	38,95	40,90	43,00
PIB PPP "per capita" (US$)	4.502	4.592	4.713	4.849	4.996
População (milhões de habitantes)	7,94	8,10	8,26	8,43	8,61
Desemprego (%)	4,40	4,40	4,50	4,50	4,50
Inflação (%)	5,44%	4,92%	6,80%	5,50%	5,00%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-1,59	-1,66	-1,56	-1,47	-1,47
Dívida externa (US$ bilhões)	5,06	6,83	7,04	8,10	8,61
Câmbio (La / US$)	19,64	20,49	21,14	22,21	23,20
Origem do PIB (2014 estimativa)					
Agricultura			14,0%		
Indústria			27,4%		
Serviços			58,7%		

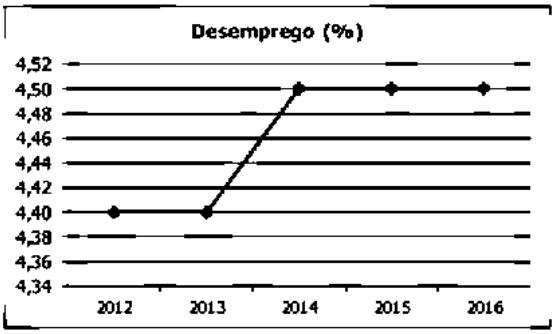
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.









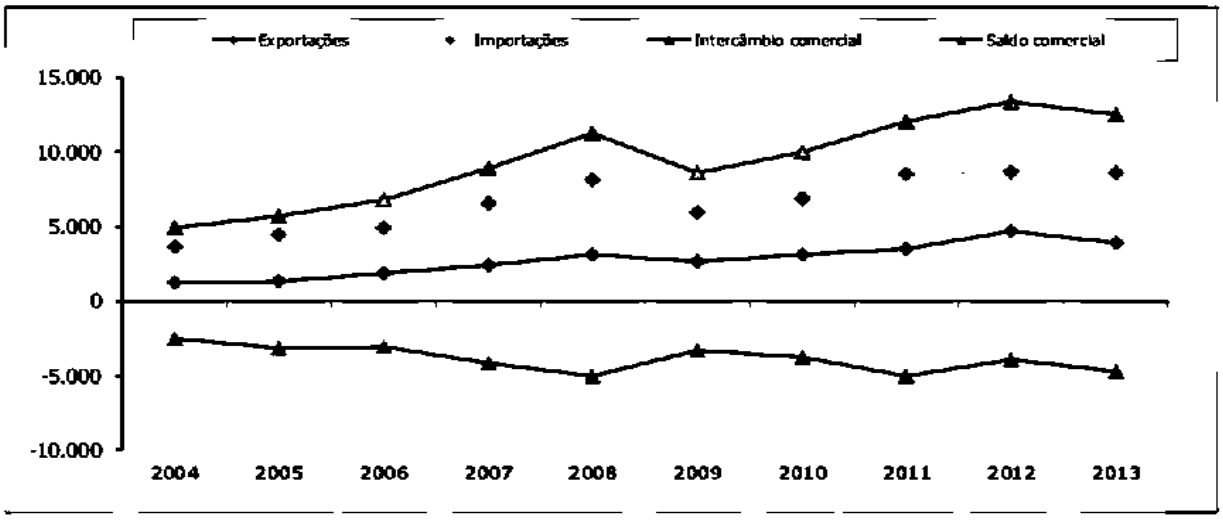
Evolução do Comércio Exterior de Honduras
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1.194	51,1%	3.685	162,8%	4.880	122,5%	-2.491
2005	1.294	8,4%	4.419	19,9%	5.714	17,1%	-3.125
2006	1.880	45,2%	4.921	11,3%	6.800	19,0%	-3.041
2007	2.391	27,2%	6.531	32,7%	8.922	31,2%	-4.139
2008	3.106	29,9%	8.154	24,9%	11.260	26,2%	-5.047
2009	2.628	-15,4%	5.954	-27,0%	8.582	-23,8%	-3.325
2010	3.104	159,8%	6.895	87,1%	9.999	104,9%	-3.791
2011	3.534	13,9%	8.542	23,9%	12.075	20,8%	-5.008
2012	4.696	32,9%	8.647	1,2%	13.343	10,5%	-3.951
2013	3.897	-17,0%	8.604	-0,5%	12.501	-6,3%	-4.707
2014(jan-set)(1)	3.399	12,6%	5.820	-9,8%	9.219	-2,6%	-2.421
Var. % 2004-2013	**226,3%**	---	**133,5%**	---	**156,2%**	---	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



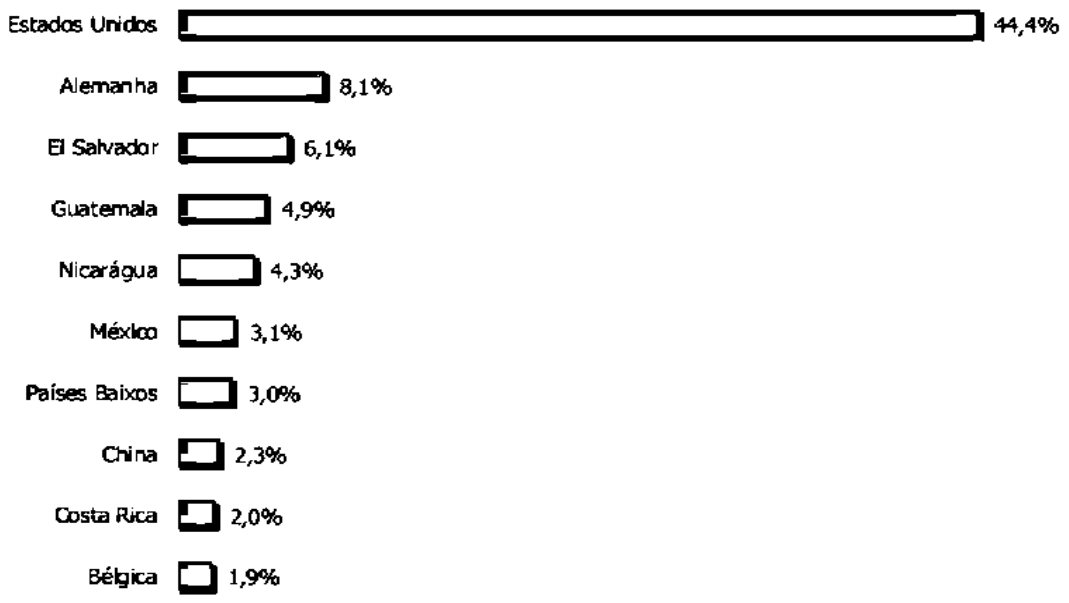
Direção das Exportações de Honduras
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)[1]	Part.% no total
Estados Unidos	1.509	44,4%
Alemanha	275	8,1%
El Salvador	208	6,1%
Guatemala	167	4,9%
Nicarágua	145	4,3%
México	106	3,1%
Países Baixos	102	3,0%
China	77	2,3%
Costa Rica	68	2,0%
Bélgica	64	1,9%
...		
Brasil (33ª posição)	***8***	***0,2%***
Subtotal	**2.729**	**80,3%**
Outros países	**670**	**19,7%**
Total	**3.399**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

10 principais destinos das exportações



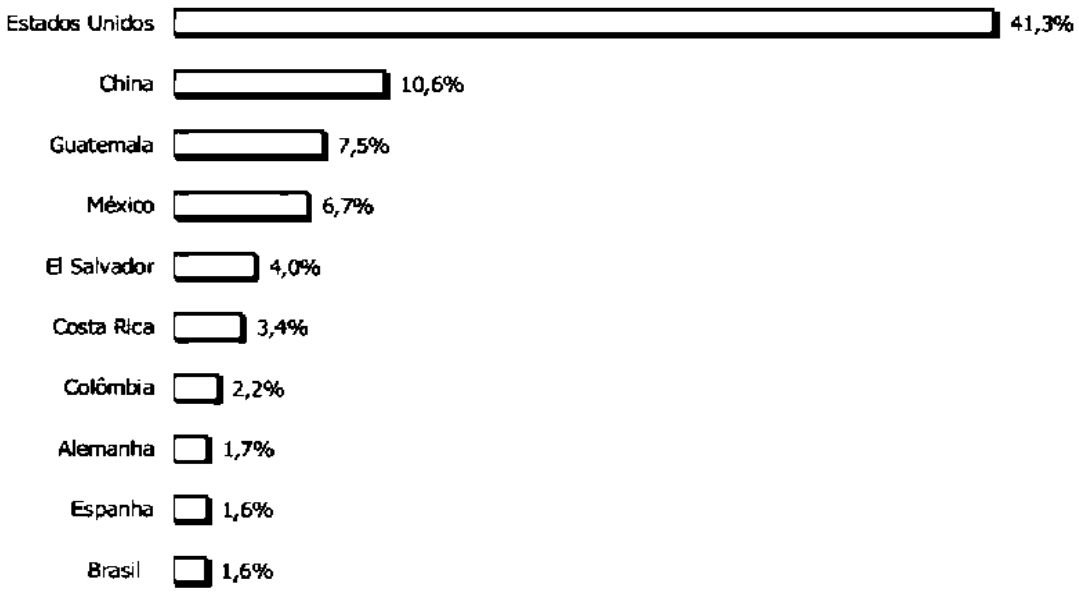
Origem das Importações de Honduras
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)[1]	Part.% no total
Estados Unidos	2.403	41,3%
China	617	10,6%
Guatemala	436	7,5%
México	390	6,7%
El Salvador	235	4,0%
Costa Rica	198	3,4%
Colômbia	128	2,2%
Alemanha	98	1,7%
Espanha	95	1,6%
Brasil	***94***	***1,6%***
Subtotal	**4.694**	**80,7%**
Outros países	**1.126**	**19,3%**
Total	**5.820**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

10 principais origens das importações



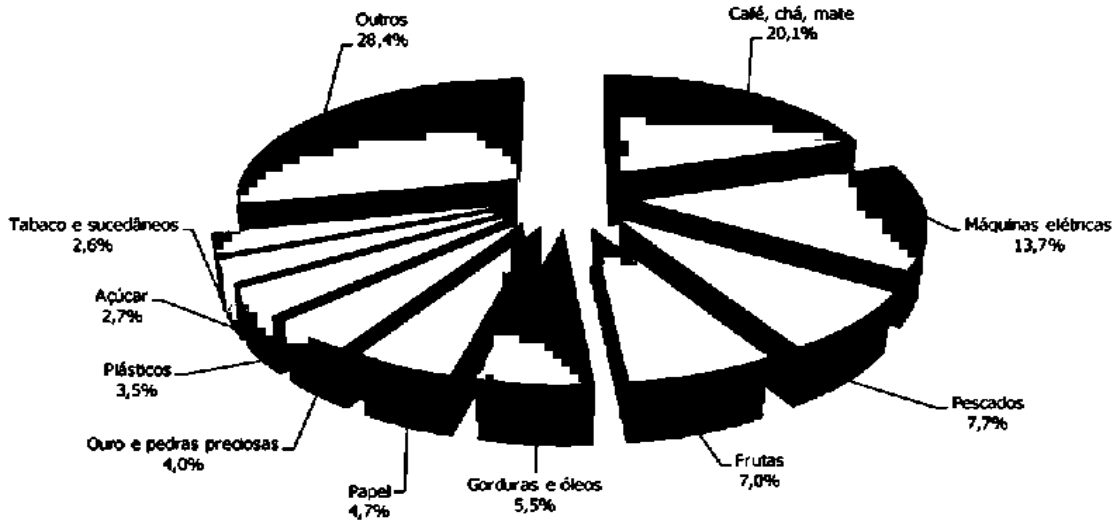
Composição das exportações de Honduras
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)[1]	Part.% no total
Café, chá, mate	684	20,1%
Máquinas elétricas	466	13,7%
Pescados	261	7,7%
Frutas	238	7,0%
Gorduras e óleos	187	5,5%
Papel	161	4,7%
Ouro e pedras preciosas	136	4,0%
Plásticos	118	3,5%
Açúcar	93	2,7%
Tabaco e sucedâneos	90	2,6%
Subtotal	**2.434**	**71,6%**
Outros	**965**	**28,4%**
Total	**3.399**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



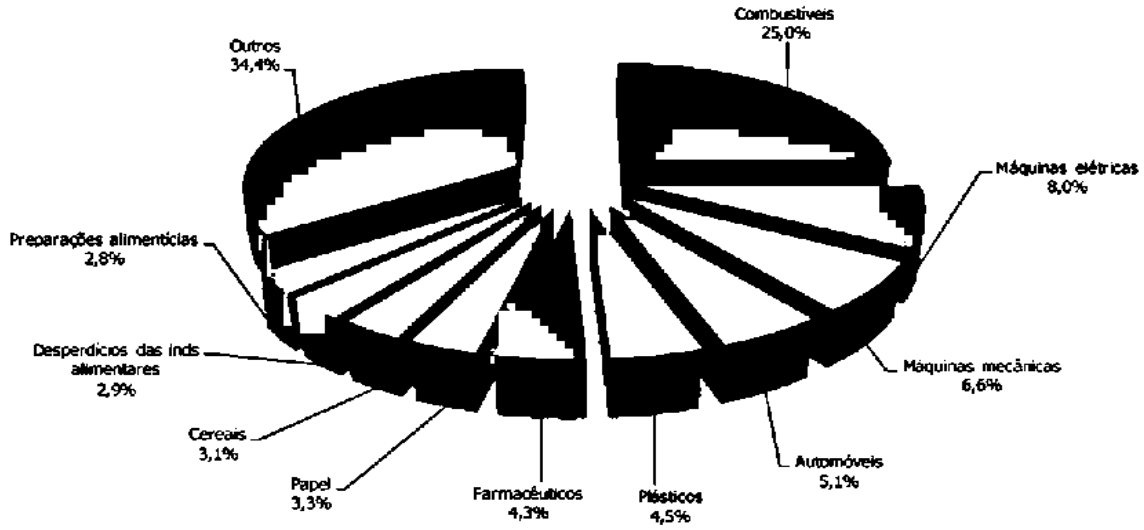
Composição das importações de Honduras
US$ milhões

Descrição	2014 (jan-set)(1)	Part.% no total
Combustíveis	1.453	25,0%
Máquinas elétricas	467	8,0%
Máquinas mecânicas	385	6,6%
Automóveis	297	5,1%
Plásticos	260	4,5%
Farmacêuticos	253	4,3%
Papel	191	3,3%
Cereais	178	3,1%
Desperdícios das inds alimentares	168	2,9%
Preparações alimentícias	164	2,8%
Subtotal	**3.816**	**65,6%**
Outros	**2.004**	**34,4%**
Total	**5.820**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

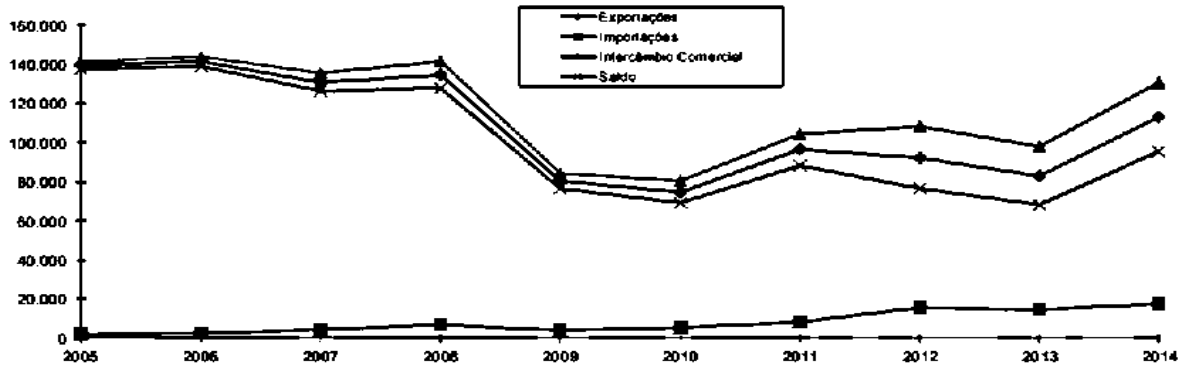
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Honduras
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	139.603	53,8%	0,12%	1.877	120,0%	0,00%	141.481	54,4%	0,07%	137.726
2006	141.646	1,5%	0,10%	2.482	32,2%	0,00%	144.128	1,9%	0,06%	139.164
2007	131.151	-7,4%	0,08%	4.610	85,7%	0,00%	135.760	-5,8%	0,05%	126.541
2008	135.038	3,0%	0,07%	6.853	48,7%	0,00%	141.891	4,5%	0,04%	128.185
2009	80.784	-40,2%	0,05%	3.916	-42,9%	0,00%	84.700	-40,3%	0,03%	76.868
2010	75.038	-7,1%	0,04%	5.583	42,6%	0,00%	80.621	-4,8%	0,02%	69.454
2011	96.584	28,7%	0,04%	8.240	47,6%	0,04%	104.824	30,0%	0,02%	88.344
2012	92.615	-4,1%	0,04%	15.840	92,2%	0,01%	108.455	3,5%	0,02%	76.776
2013	83.211	-10,2%	0,03%	14.810	-6,5%	0,01%	98.020	-9,6%	0,02%	68.401
2014	113.387	36,3%	0,05%	17.790	20,1%	0,01%	131.177	33,8%	0,03%	95.596
2015 (jan-mar)	23.864	16,4%	0,06%	3.790	-7,2%	0,01%	27.654	12,5%	0,03%	20.073
Var. % 2005-2014		-18,8%	---		847,6%	---		-7,3%	---	n.c.

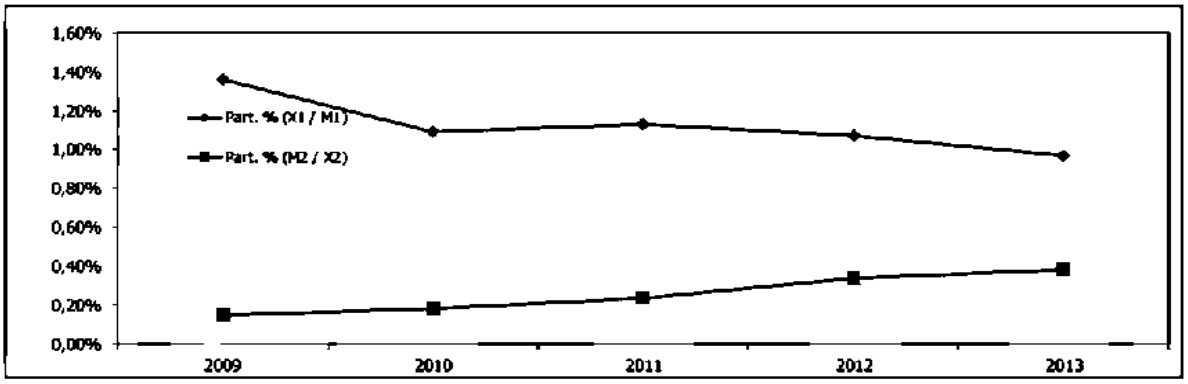
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Abril de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio de Honduras[1]
US$ mil

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Honduras (X1)	80.784	75.038	96.584	92.615	83.211	3,0%
Importações totais de Honduras (M1)	5.953.529	6.895.088	8.541.779	8.646.776	8.603.906	44,5%
Part. % (X1 / M1)	**1,36%**	**1,09%**	**1,13%**	**1,07%**	**0,97%**	**-28,7%**
Importações do Brasil originárias de Honduras (M2)	3.916	5.583	8.240	15.840	14.810	278,2%
Exportações totais de Honduras (X2)	2.628.303	3.103.683	3.533.561	4.696.174	3.897.174	48,3%
Part. % (M2 / X2)	**0,15%**	**0,18%**	**0,23%**	**0,34%**	**0,38%**	**155,1%**

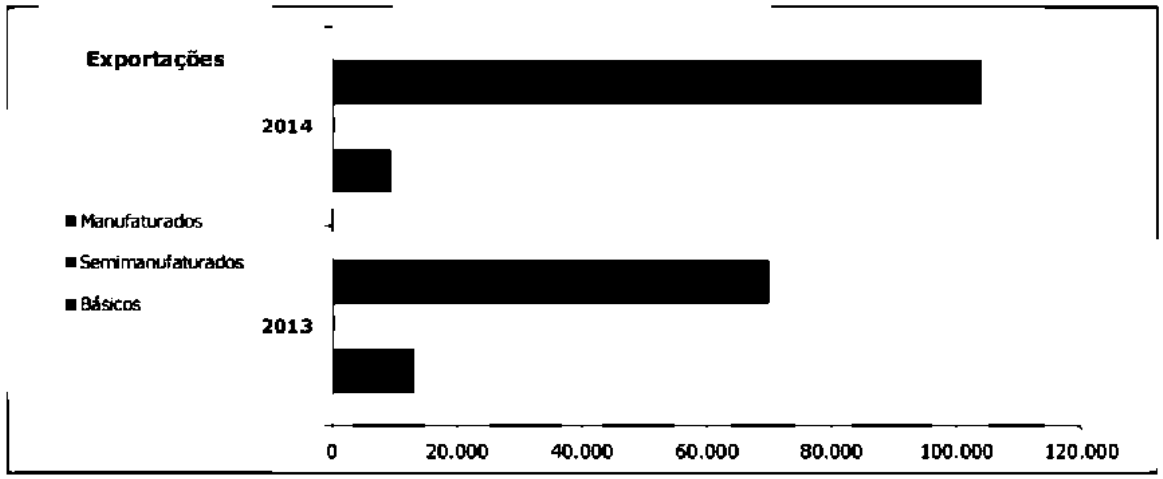
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UNPUNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

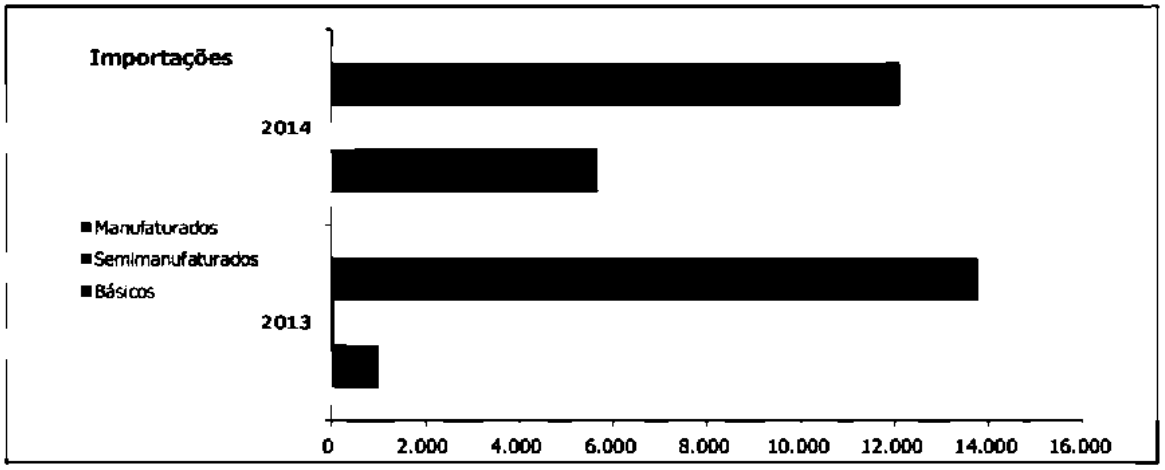


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





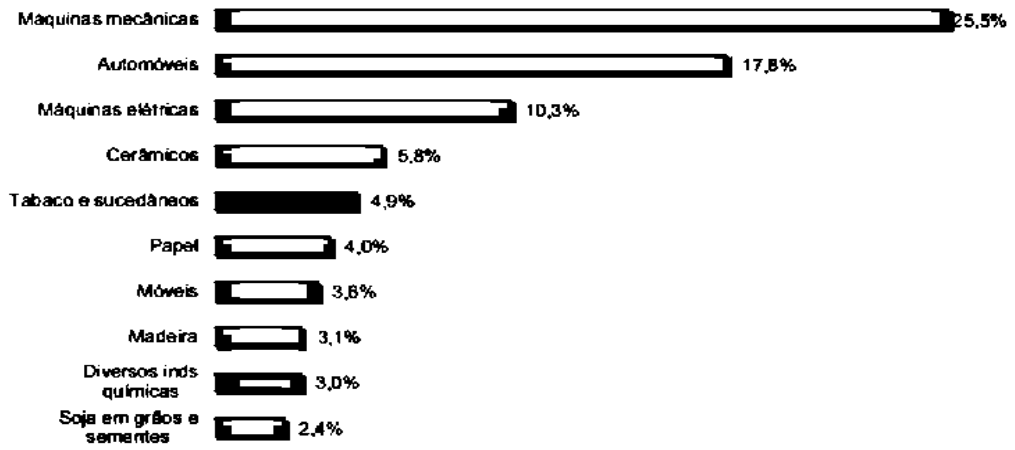
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Honduras
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	19.946	21,5%	14.881	17,9%	28.928	25,5%
Automóveis	6.719	7,3%	7.425	8,9%	20.228	17,8%
Máquinas elétricas	4.568	4,9%	7.253	8,7%	11.684	10,3%
Cerâmicos	6.275	6,8%	6.640	8,0%	6.626	5,8%
Tabaco e sucedâneos	5.504	5,9%	4.127	5,0%	5.585	4,9%
Papel	9.803	10,6%	6.177	7,4%	4.568	4,0%
Móveis	1.700	1,8%	1.031	1,2%	4.068	3,6%
Madeira	1.725	1,9%	2.966	3,6%	3.471	3,1%
Diversos inds químicas	2.004	2,2%	1.544	1,9%	3.401	3,0%
Soja em grãos e sementes	4.478	4,8%	1.798	2,2%	2.744	2,4%
Subtotal	**62.722**	**67,7%**	**53.842**	**64,7%**	**91.303**	**80,5%**
Outros produtos	**29.893**	**32,3%**	**29.369**	**35,3%**	**22.084**	**19,5%**
Total	**92.615**	**100,0%**	**83.211**	**100,0%**	**113.387**	**100,0%**

Elaborado peb MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

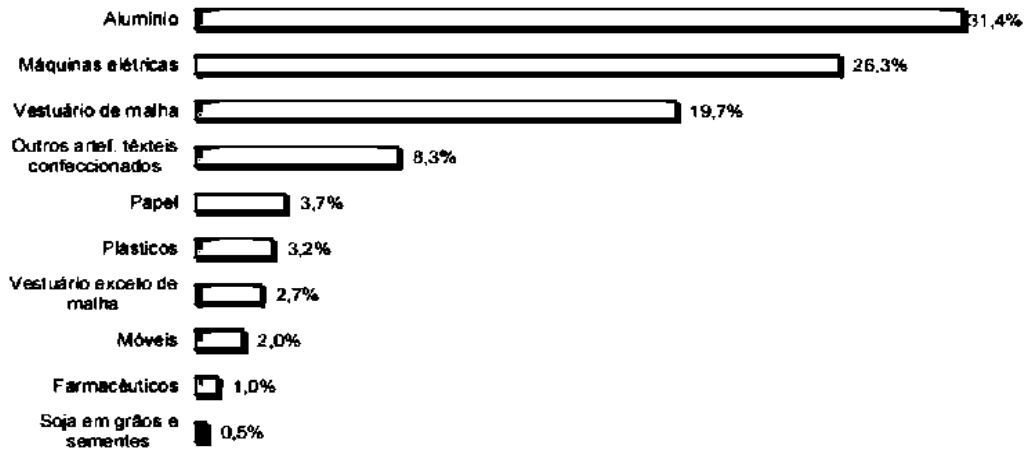


Composição das importações brasileiras originárias de Honduras
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	2.140	13,5%	811	5,5%	5.586	31,4%
Máquinas elétricas	4.953	31,3%	6.897	46,6%	4.687	26,3%
Vestuário de malha	3.115	19,7%	3.118	21,1%	3.496	19,7%
Outros artef. têxteis confeccionados	1.482	9,4%	1.086	7,3%	1.479	8,3%
Papel	454	2,9%	1	0,0%	661	3,7%
Plásticos	660	4,2%	584	3,9%	569	3,2%
Vestuário exceto de malha	1.567	9,9%	991	6,7%	484	2,7%
Móveis	2	0,0%	19	0,1%	354	2,0%
Farmacêuticos	881	5,6%	484	3,3%	170	1,0%
Soja em grãos e sementes	129	0,8%	202	1,4%	84	0,5%
Subtotal	**15.383**	**97,1%**	**14.193**	**95,8%**	**17.570**	**98,8%**
Outros produtos	**457**	**2,9%**	**617**	**4,2%**	**220**	**1,2%**
Total	**15.840**	**100,0%**	**14.810**	**100,0%**	**17.790**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Abril de 2015.

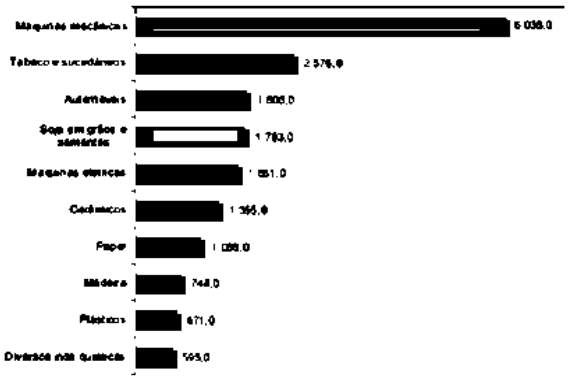
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

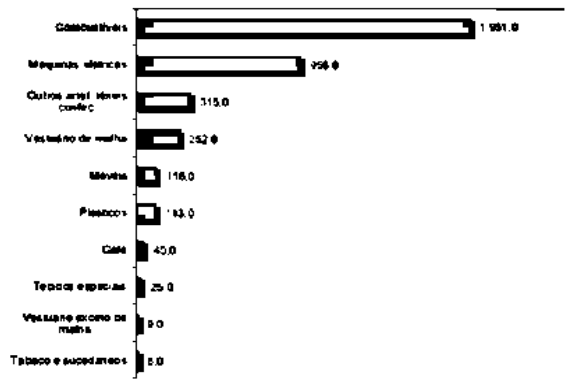
DESCRIÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Máquinas mecânicas	3.790	18,5%	6.035	25,3%
Tabaco e sucedâneos	1.129	5,5%	2.576	10,8%
Automóveis	1.022	5,0%	1.806	7,6%
Soja em grãos e sementes	1.914	9,3%	1.783	7,5%
Máquinas elétricas	3.128	15,3%	1.661	7,0%
Cerâmicos	1.067	5,2%	1.355	5,7%
Papel	1.355	6,6%	1.066	4,5%
Madeira	634	3,1%	744	3,1%
Plásticos	481	2,3%	671	2,8%
Diversos inds químicas	830	4,0%	595	2,5%
Subtotal	**15.350**	**74,8%**	**18.292**	**76,7%**
Outros produtos	**5.158**	**25,2%**	**5.572**	**23,3%**
Total	**20.508**	**100,0%**	**23.864**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Combustíveis	1.377	33,7%	1.951	51,5%
Máquinas elétricas	1.150	28,2%	956	25,2%
Outros artef. têxeis confec.	253	6,2%	315	8,3%
Vestuário de malha	512	12,5%	252	6,6%
Móveis	84	2,1%	116	3,1%
Plásticos	175	4,3%	113	3,0%
Café	0	0,0%	40	1,1%
Tecidos especiais	0	0,0%	25	0,7%
Vestuário exceto de malha	374	9,2%	9	0,2%
Tabaco e sucedâneos	13	0,3%	8	0,2%
Subtotal	**3.938**	**96,5%**	**3.785**	**99,9%**
Outros produtos	**145**	**3,5%**	**5**	**0,1%**
Total	**4.083**	**100,0%**	**3.790**	**100,0%**



Elaborado pela AFE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb. Abril de 2015.

Aviso nº 233 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

MENSAGEM Nº 41, DE 2015

(Nº 190/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Os méritos do Senhor José Luiz Machado e Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

00001.001867/2015-67

EM nº 00233/2015 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA*
CPF.: 077.127.660-53
ID.: 8152 MRE

1952	Filho de Manuel Antonio da Costa e Clóris Machado e Costa, nasce em 31 de janeiro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1981	CPCD - IRBr
1992	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr, O Papel do Brasil na Construção de uma Visão Sul Americana de Defesa
Cargos:	
1982	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2011	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1983-84	Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica, assistente
1984-85	Departamento de Promoção Comercial, assessor
1985-87	Setor de Controle de Exportação de Material de Emprego Militar, Chefe
1987-90	Missão junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1990-93	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
1993-95	Divisão de Visitas, Subchefe
1995-2000	Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
2000-02	Ministério da Defesa, Assessor Especial do Ministro
2002-06	Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2006-08	Embaixada em Assunção, Ministro-Conselheiro
2008-12	Embaixada em Paramaribo, Embaixador
2012-	Embaixada em Porto Príncipe, Embaixador
Condecorações:	
1996	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1996	Orden del Libertador, Venezuela, Oficial
1997	Ordine Al Merito, Itália, Oficial
1997	Ordre Nationale du Mérite, França, Cavaleiro
1998	Orden de Isabel la Católica, Espanha, Comendador
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2009	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande-Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2012	Ordem da Palma, Suriname, Grande-Colar
2013	Ordem do Mérito Naval, Grande-Oficial

Publicações:	
1999	Balanço Estratégico na América do Sul, in Revista Política Externa

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OEA



INFORMAÇÕES OSTENSIVA
Maio de 2015

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	
CIDADE SEDE	Washington, DC, EUA
FUNDAÇÃO	5 de maio de 1948
PAÍSES MEMBROS	Todos os 35 países das Américas são membros da OEA. Embora seja um dos 35 membros, Cuba atualmente não participa das atividades da Organização.
IDIOMAS OFICIAIS:	Espanhol, francês, inglês e português
ÓRGÃOS PRINCIPAIS:	Assembleia Geral, Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores, Conselho Permanente, Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
SECRETÁRIO-GERAL	José Miguel Insulza (Chile)
SECRETÁRIO-GERAL ELEITO	Luis Leonardo Almagro Lemes (Uruguai)
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	Albert Ramdin (Suriname)
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO ELEITO	Néstor Mendez (Belize)
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	449
ORÇAMENTO TOTAL DA ORGANIZAÇÃO (2014)	US$ 83 milhões em contribuições regulares dos Estados-membros e cerca de US$ 78,8 milhões relativos a doações para fundos específicos.
CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA (2014)	US$ 8,1 milhões (até 2014); US$ 10.289.700, a partir de 2015

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOSÉ MIGUEL INSULZA SECRETÁRIO-GERAL DA OEA



José Miguel Insulza (Santiago, 2/6/1943) foi eleito Secretário-Geral da OEA em maio de 2005 e reeleito em maio de 2010. É diplomado em Direito pela Universidade do Chile, fez estudos de pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e mestrado em Ciências Políticas na Universidade de Michigan. Atuou como assessor político do Ministério das Relações Exteriores do Chile e como Diretor da Academia Diplomática chilena.

Participou ativamente do Governo de Unidade Popular de Salvador Allende. Após o golpe de 1973, exilou-se em Roma (1974-1980) e no México (1981-1988). Regressou ao Chile em 1988 e filiou-se à Concertação de Partidos pela Democracia. Foi Ministro das Relações Exteriores durante a presidência de Eduardo Frei (1994-2000) e ocupou os cargos de Ministro do Interior e de Vice-Presidente da República no governo de Ricardo Lagos (2000-2006).

LUIS ALMAGRO
SECRETÁRIO-GERAL, ELEITO, DA OEA



Luis Leonardo Almagro Lemes nasceu no departamento de Paysandú, Uruguai, em 1º de junho de 1963. Graduou-se em Direito pela Universidade da República, em 1987 e iniciou sua carreira no serviço diplomático uruguaio em 1988. Em 2005, foi nomeado Diretor da Assessoria Internacional do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, na gestão do então Ministro José Mujica.

De 2007 a 2010, ocupou o posto de Embaixador do Uruguai na China, tendo defendido a assinatura de um acordo comercial entre a China e o Mercosul. Com a posse do Governo do Presidente José Mujica, em 2010, Almagro assumiu a chefia da Chancelaria uruguaia em 1/3/2010, tendo exercido o cargo até março de 2015. O Secretário-Geral eleito tomará posse do cargo em 25 de maio, quando expira o mandato de Insulza.

ALBERT RAMDIN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA OEA



Albert Ramchand Ramdin (Suriname, 27/2/1958) é o atual Secretário Geral Adjunto da OEA. Possui graduação pela Universidade de Amsterdã e pós-graduação pela Universidade Livre, com especialização em problemas sociais e econômicos das economias menores da América Latina e do Caribe. Foi designado Representante Permanente do Suriname junto à OEA em 1997, tendo presidido o Conselho Permanente (janeiro-março de 1998) e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (1999). Em 1999, ingressou na Secretaria da CARICOM como Secretário-Geral Adjunto para Relações Exteriores e Comunitárias. Entre 2001 e 2005, ocupou o cargo de Assessor do Secretário-Geral da OEA. Foi eleito Secretário-Geral Adjunto da OEA em junho de 2005 e reeleito em 2010.

NÉSTOR MENDEZ
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO, ELEITO, DA OEA



Diplomata de carreira, o belizenho Néstor Mendez é o Embaixador de Belize junto à OEA, nos EUA, desde 2008. Antes disso, serviu no Alto Comissariado de Belize para o Reino Unido e na Embaixada na Guatemala. Integra a equipe negociadora do diferendo entre Belize e Guatemala. É formado em Administração de Empresas, em Belize, e em Estudos de Diplomacia, por Oxford, e tem mestrado em relações internacionais pela George Washington University. Anteriormente, serviu no Alto Comissariado de Belize em Londres. O Secretário-Geral Adjunto assumirá o cargo em 7 de junho, quando expira o mandato de Ramdin.

INFORMAÇÕES GERAIS

Sucessora das Conferências Pan-Americanas e da União Pan-Americana (1910), a Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional em operação atualmente.

A OEA tem por finalidade construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros. A estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns estão estabelecidos na Carta da OEA, aprovada na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em maio de 1948 (a Carta entrou em vigor em dezembro de 1951).

Vinte e um países se reuniram em Bogotá, em 1948, para a assinatura da Carta da OEA. Os 21 membros originais eram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Os seguintes países se tornaram membros da OEA posteriormente à criação da Organização: Barbados (1967), Trinidad e Tobago (1967), Jamaica (1969), Granada (1975), Suriname (1977), Domínica (1977), Santa Lúcia (1979), Antigua e Barbuda (1981), São Vicente e Granadinas (1981), Bahamas (1982), São Cristóvão e Névis (1984), Canadá (1990), Belize (1991) e Guiana (1991).

A Carta da OEA, adotada em 1948, foi o resultado de um longo processo de negociação iniciado em 1945. Vários nomes foram originalmente propostos para a nova instituição: "União", "Comunidade Regional" e "Organização". Depois que esta última denominação foi escolhida, discutiu-se o uso de "Estados", "Nações" ou "Repúblicas." A palavra "Repúblicas" não foi escolhida para não excluir outras formas de governo que pudessem existir na região e "Nações" foi descartada por ser mais um conceito cultural ou sociológico do que jurídico. Assim, escolheu-se o nome que conhecemos hoje: "Organização dos Estados Americanos".

Estabeleceu-se também a relação da nova organização com o sistema universal (Nações Unidas), criado três anos antes. O Artigo 1º da Carta estipula: "Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional", segundo as disposições do Capítulo VIII (Acordos Regionais) da Carta das Nações Unidas, e como tal participou de atividades relacionadas com a paz e a segurança da região, de modo especial e mais recentemente em vários momentos da história do Haiti, quando as duas organizações realizaram missões conjuntas.

A Carta de 1948 foi posteriormente emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, assinado em 1967 e que entrou em vigor em fevereiro de 1970; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, assinado em 1985 e que entrou em vigor em 1988; pelo Protocolo de Manágua, assinado em 1993 e que entrou em vigor em janeiro de 1996; e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992 e que entrou em vigor em setembro de 1997.

Hoje, a OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de observador permanente a 67 Estados e à União Europeia.

Com relação à participação de Cuba na Organização, em 3 de junho de 2009, os Ministros de Relações Exteriores das Américas adotaram a Resolução AG/RES.2438 (XXXIX-O/09), a qual determina que a Resolução de 1962, que excluiu o Governo de Cuba de sua participação no sistema interamericano, cessa seu efeito na Organização dos Estados Americanos (OEA). A resolução de 2009 declara que a participação da República de Cuba na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado por solicitação do Governo de Cuba, e de acordo com as práticas, propósitos e princípios da OEA. Cuba, no entanto, não toma parte das atividades da OEA e declarou, naquela oportunidade, não ter intenção de retornar.

O recente anúncio histórico de normalização das relações entre Cuba e EUA, realizado pelos Presidentes Raúl Castro e Barack Obama, após cinco décadas de animosidade, e a participação de Cuba na VII Cúpula das Américas, ocorrida em 10 e 11 de abril no Panamá, poderão contribuir para facilitar a retomada da participação de Cuba nos trabalhos da OEA e em outros mecanismos a ela vinculados. Em dezembro de 2014, o Conselho Permanente da OEA aprovou declaração na qual manifesta "sua profunda satisfação com a decisão anunciada [do processo de normalização das relações EUA-Cuba], reitera o compromisso das Américas com o diálogo entre Estados soberanos e expressa seu apoio à implementação das medidas em favor da completa normalização das relações bilaterais".

Da perspectiva da OEA, no entanto, a participação de Cuba nas atividades da Organização ainda é incerta. O Brasil defende a continuidade de uma agenda positiva entre a OEA e Cuba, com visas à plena reintegração daquele país ao sistema interamericano.

Para atingir seus objetivos mais importantes, a OEA baseia-se em seus principais pilares que são a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento.

A OEA também atua como secretaria de várias reuniões ministeriais, em particular reuniões de Ministros da Justiça, Ministros do Trabalho, Ministros da Ciência e Tecnologia e Ministros da Educação das Américas.

A Assembleia Geral é a instância suprema da OEA. Trata-se de órgão plenário que se reúne em sessões ordinárias anuais e, em circunstâncias especiais, em sessões extraordinárias, sempre em nível de Ministro das Relações Exteriores. Entre as sessões da Assembleia Geral da OEA, os trabalhos são conduzidos pelo Conselho Permanente e pelo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, bem como pelas diversas Comissões que fazem parte da estrutura da entidade.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

A atuação do Brasil no âmbito interamericano tem como base os princípios da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, fundamentos enunciados pela Constituição Federal. Nesse sentido, o Governo brasileiro tem buscado promover a boa convivência entre os países americanos e o aumento da

qualidade de vida dos cidadãos das nações das Américas, com foco na defesa dos direitos humanos e da democracia e na erradicação da fome e da miséria.

O Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas. Entre as mais importantes, estão a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (e Protocolos Adicionais), a Carta Democrática Interamericana, a Carta Social das Américas, o Tratado Americano de Soluções Pacíficas e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas de Intolerância Correlatas.

O compromisso brasileiro com o Sistema Interamericano é ilustrado também pelo fato de o Brasil ter nacionais em algumas das mais altas posições da OEA e de outras instituições interamericanas. Podem ser citados como exemplos o Comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Paulo Vannuchi (desde janeiro de 2014), que foi Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no Governo Lula; o Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos Roberto de Figueiredo Caldas (desde janeiro de 2013); o Secretário-Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), Embaixador Luis Filipe de Macedo Soares (desde janeiro de 2014); e a Diretora do Departamento de Segurança Pública da OEA, Paulina Duarte. Por fim, é digno de nota que um dos principais órgãos da OEA, a Comissão Jurídica Interamericana, tenha sede no Rio de Janeiro.

A atuação brasileira recente foi instrumental para a adoção, em 2013, de dois novos tratados regionais de direitos humanos, de cujas negociações foi o principal promotor: a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas de Intolerância Correlatas e a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância.

O Brasil participou ativamente das discussões e deliberações para o aperfeiçoamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), iniciadas em 2011 e concluídas em 2013 (com a Assembleia Geral Extraordinária da OEA, realizada em março de 2013, em Washington), cujo resultado final foi positivo, em especial ao tornar os critérios aplicados às medidas cautelares emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) mais bem definidos, objetivos e transparentes. A atuação brasileira contribuiu para que as posições extremadas fossem deixadas de lado e se pudesse chegar a um texto mais equilibrado.

O Brasil preza a independência da CIDH e quer que a Comissão e a Corte Interamericanas incidam eficazmente sobre os problemas que todos os países da região enfrentam no campo dos direitos humanos; quer também reforçar a importância de que todos os países da região assumam as mesmas obrigações perante um Sistema que zele por sua aplicação de forma equitativa.

Brasília sediou dois importantes eventos no calendário de reuniões do sistema interamericano em 2013, ambos realizados em estreita coordenação com as autoridades brasileiras competentes: o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades de Micro, Pequenas e Médias Empresas (11 e 12 de novembro); e o 49º

Período Extraordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (11 a 14 de novembro).

O Brasil participou ativamente, em nível de Vice-Ministro das Relações Exteriores, da XLIV Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em junho de 2014, em Assunção, cujo tema central foi "Desenvolvimento com Inclusão Social". Naquela oportunidade, o Brasil logrou reeleger seus dois candidatos, a saber, o Embaixador João Clemente Baena Soares, para a Comissão Jurídica Interamericana (CJI), e o Dr. Pedro Dallari, para o Centro de Estudo da Justiça das Américas (CEJA).

O documento central da XLIV Assembleia Geral, intitulado "Declaração de Assunção sobre Desenvolvimento e Inclusão Social", que elenca uma série de compromissos adotados pelos Estados membros no combate à pobreza e inclusão social, foi aprovado por consenso.

Brasília foi sede, em dezembro de 2014, do XXI Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, cujo status foi elevado ao de Conferência Especializada pela Assembleia Geral da OEA, por proposta brasileira.

REFORMA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A reforma da OEA vem sendo discutida pelos Estados-membros há alguns anos, embora poucas medidas concretas tenham sido implementadas. Nesse contexto, o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, apresentou, ao final de 2011, documento de sua autoria chamado "Uma Visão Estratégica da OEA", cujo objetivo aparente foi introduzir plano de reforma da Organização. Nova versão do texto foi circulada em 22 de janeiro de 2013.

Os elementos principais da "Visão" são a reiteração de que os "pilares" da OEA – democracia, direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional – são os temas que constituem a essência da Organização; a avaliação de que o número demasiado de mandatos (incluindo para temas não prioritários), aliado ao esgotamento dos recursos orçamentários, estaria impedindo a Organização de cumprir com suas tarefas essenciais; e a opinião de que os recursos do Fundo Ordinário deveriam ser utilizados somente para o cumprimento das tarefas fundamentais da Organização, o que não incluiria o financiamento de órgãos descentralizados, como a Junta Interamericana de Defesa (JID) e o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente. A partir de 4 de outubro de 2013, o documento passou a ser discutido por Grupo de Trabalho do Conselho Permanente da OEA.

O Governo brasileiro continua a atribuir destacada relevância à Organização dos Estados Americanos. Considera, contudo, que esta deve adaptar-se à atual realidade internacional e regional, marcadas pela maior simetria nas relações entre os Estados do continente, pela emergência de mecanismos sub-regionais de integração inexistentes à época da criação da Organização (Mercosul, UNASUL, CELAC, CARICOM, entre outros) e pelo aumento do protagonismo de países como o

Brasil. Nesse sentido, o Brasil favorece ampla reforma da Organização que oriente o foco de suas ações para a promoção eficaz de seus pilares fundamentais (democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança). A estrutura da instituição deve ser racionalizada para atender de modo consistente aos mandatos da Assembleia Geral, para evitar a dispersão de esforços e de recursos financeiros e materiais em temas e projetos não afetos a algum dos quatro pilares e para atender às prioridades da Organização e do conjunto de seus Estados-membros.

A XLVII Assembleia Geral Extraordinária da OEA, celebrada em Washington, em setembro de 2014, adotou Resolução intitulada "ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DA VISÃO ESTRATÉGICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)".

Este documento aprovou os objetivos estratégicos para o fortalecimento institucional, para a gestão administrativa e para cada um dos pilares definidos na Visão da Organização, que abrangem os seguintes temas: fortalecimento institucional; matéria administrativa; democracia; direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional.

A Resolução encarregou, ainda, o Conselho Permanente, de elaborar, juntamente com a Secretaria-Geral, um plano estratégico quadrienal para os quatro pilares da Organização, bem como desenvolver ferramentas de melhora da gestão e estabelecer mecanismos de avaliação do cumprimento desses objetivos, com vistas à apresentação à Assembleia Geral da OEA em seu período ordinário de 2016.

Muitas das propostas apresentadas no documento original do Secretário-Geral merecem ter sua análise aprofundada, de modo a contribuir para a elaboração do Plano Estratégico Integral até 2016. O mérito do processo sobre visão estratégica até o momento reside em ter reunido em um único documento as principais fortalezas e necessidades da Organização, separadas por cada um de seus pilares. A definição de temas prioritários por pilares poderá impactar positivamente a alocação dos recursos da OEA. O *momentum* gerado com as discussões ocorridas deve dar margem a que se passe à fase de iniciativas concretas, com a revisão dos órgãos da OEA, de modo a eliminar a duplicidade de funções entre estes e proporcionar coordenação mais estreita entre a OEA e os diversos organismos regionais e sub-regionais, alguns dos quais inexistentes quando da criação da Organização.

CÚPULA DAS AMÉRICAS

O processo das Cúpulas das Américas foi criado por iniciativa dos EUA para facilitar a conformação de uma Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA). A primeira cúpula foi realizada em Miami (1994) e revelou a falta de consenso em relação ao projeto da ALCA que foi abandonado na Cúpula de Mar del Plata (2005). Desde então, há uma certa indefinição sobre o propósito do mecanismo, constituindo oportunidade que poderia ser explorada.

Neste contexto, interessa ao Brasil a utilização dos foros interamericanos para repercutir suas políticas públicas exitosas com vistas a ilustrar o papel indutor do estado como agente para o desenvolvimento. A reflexão sobre a experiência brasileira pode ser útil para favorecer, no plano das normas e valores interamericanos, uma visão de solidariedade continental mais sintonizada com as necessidades sociais das Américas.

O Brasil favorece nesse processo a reflexão sobre temas que contribuam para a consolidação de agenda positiva e de caráter transversal para o continente, como o desenvolvimento integral e o combate à fome e à pobreza extrema. É de interesse brasileiro demonstrar disposição de participar de forma construtiva de projeto de desenvolvimento regional que inclua as nações mais industrializadas do continente. Neste sentido, é importante buscar sensibilizar os EUA e também o Canadá para a necessidade de maior engajamento daqueles países com a região, com ênfase em questões relativas à superação da pobreza e na construção de um futuro próspero para as Américas.

O Brasil defende que as Cúpulas se consolidem como instância que defina, no mais alto nível, linhas de ação que orientem o sistema interamericano, como um todo, e a OEA, em particular. Ressalte-se que, embora a Cúpula das Américas não seja formalmente uma instância superior da OEA – a instância máxima da OEA segue sendo a Assembleia Geral –, os Estados membros da Organização, confirmaram, recentemente, no âmbito do processo de Visão Estratégica, o entendimento de que as Cúpulas das Américas devem representar aporte significativo aos trabalhos da OEA.

A Cúpula das Américas realiza-se de três em três anos. A VII Cúpula das Américas realizou-se na Cidade do Panamá, entre 10 e 11 de abril de 2015. A Cúpula teve como tema central "Prosperidade com Equidade: o desafio da cooperação nas Américas". Teve valor histórico e simbólico, já que, pela primeira vez, estiveram reunidos todos os 35 países da região.

De interesse hemisférico e transversal a toda a região, inclusive para os países do norte, o assunto é particularmente oportuno em momento em que, a despeito da estabilidade e crescimento econômico, a erradicação da pobreza extrema com inclusão social ainda representa um dos maiores desafios que se impõe à região. A escolha do tema, portanto, reflete a preocupação e o compromisso com a cooperação para o desenvolvimento e a inclusão social dos povos da Américas, objetivos compartilhados plenamente por todos os países do Hemisfério.

Com o processo de normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba, abre-se a perspectiva de que os Chefes de Estado e de Governo da região possam conferir maior relevo ao tratamento das questões sociais e investir esforços num projeto de desenvolvimento regional que inclua as nações mais industrializadas do continente. A estratégia brasileira de desenvolvimento social e as políticas públicas adotadas nos últimos 12 anos, que incluíram a apreciação do salário mínimo, a geração de empregos formais, a universalização dos serviços públicos básicos e os

programas de transferência de renda condicionada, credenciam o Brasil a desempenhar papel construtivo nesse processo.

XLV ASSEMBLEIA GERAL DA OEA (WASHINGTON, 15 E 16 DE JUNHO DE 2015)

Com a desistência do Haiti de sediar a XLV Assembleia Geral da OEA, o encontro será realizado na sede da Organização, nos próximos dias 15 e 16 de junho. O tema central do encontro será "Presente e Futuro da Organização dos Estados Americanos". A perspectiva é de que os Estados membros discutam o tema, indicando suas perspectivas acerca da OEA e do que esperam da nova gestão, tendo em vista o início do mandato de Luis Almagro, em 26/05. Será uma boa oportunidade para orientar mais diretamente e aprofundar o debate sobre o processo de reforma da Organização.

TRATAMENTO DA SITUAÇÃO DA VENEZUELA NA OEA

O Conselho Permanente da OEA se reuniu em 6 e 7 de março de 2014 e aprovou Declaração ressaltando o respeito ao princípio da não intervenção e o compromisso com a defesa da institucionalidade democrática e do Estado de Direito. Apoiou as iniciativas e esforços pelo diálogo entre governo e setores políticos e sociais do país, com pleno respeito às garantias constitucionais dos atores democráticos. Previu também relatórios posteriores a serem oferecidos pela Venezuela.

Em consonância com os comunicados adotados pelos Ministros da UNASUL em Quito, em 14 de março, o Brasil ressalta que o fato de os países da região não adotarem sanções unilaterais lhes confere ainda maior legitimidade ao rechaçar tais medidas. Seria incoerente que os Estados Unidos considerassem a Venezuela como uma ameaça, enquanto seus vizinhos não só discordam dessa avaliação como convivem em paz com a Venezuela. O Brasil saúda os comunicados da reunião de Quito, ressaltando o fato de os doze Chanceleres terem comparecido ao evento, mesmo convocado com pouca antecedência. Destaque-se o papel da UNASUL na promoção do diálogo interno na Venezuela, em especial à visita da Comissão de Chanceleres (Brasil, Colômbia e Equador) a Caracas em 6 de março.

Realizou-se, no dia 19 de março, nova reunião do Conselho Permanente da OEA, convocada a pedido da Chanceler da Venezuela (que esteve em Washington para Assembleia da OEA). A despeito de haver repudiado a Ordem Executiva, decretada pelo Governo norte-americano, que classificou a Venezuela como ameaça à segurança nacional, a Chanceler venezuelana discursou em tom moderado.

O Representante interino dos EUA na OEA, por sua vez, garantiu que seu país não prepara invasão militar e tampouco procura desestabilizar o Governo

venezuelano. Asseverou, ainda, que a Ordem não é prelúdio de medidas mais severas. O Governo brasileiro entende que a linguagem da Ordem poderia dar margem a interpretações equivocadas e mantém o compromisso com a busca pelo entendimento entre as forças políticas venezuelanas sem sanções unilaterais ou ingerência externa.

ACORDOS INTERNACIONAIS ENTRE O BRASIL E A OEA EM VIGOR

Acordo	Data de celebração	Situação
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretária-Geral da Organização dos Estados Americanos para a implementação do Projeto "Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas na Área Saneamento Básico – Projeto Interáguas/Saneamento"	07/12/2012	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretária-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica Triangular em Terceiros Países	07/06/2010	Vigente
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto "Administração e Certificação Escolar para o Desenvolvimento e Credenciamento de Competências de Trabalho ao Nível de Segundo Grau (Sub-região Mercosul)"	30/07/2008	Vigente
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto "Fortalecimento dos Sistemas de Acreditação dos Países da América Através da IAAC (Cooperación Inter-Americana de Acreditación) como Veículo para Facilitar o Comércio Internacional e na Região"	30/07/2008	Vigente
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto "Capacitação de Docentes e Gestores Escolares de Educação Profissional e Tecnológica"	30/07/2008	Vigente
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a OEA	23/05/2006	Vigente

Convênio de Cooperação Técnica para a Automatização do Voto na República Dominicana	22/11/2005	Vigente
Convênio De Cooperação Técnica para a Automatização do Voto na República de Honduras	14/10/2005	Vigente
Convênio de Cooperação Técnica para a Realização de um Plano Piloto de Automatização do Voto na República do Panamá (Convênio Suplementar número 04)	03/03/2005	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo entre o Brasil e a OEA de 23/02/88, para a Realização de Estudos no Âmbito do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani	20/12/2002	Vigente
Protocolo de Intenções para o Estabelecimento de Mecanismo de Cooperação Sul-Sul	21/10/2002	Vigente
Convênio de Cooperação técnica entre o TSE do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA para a Realização de Projetos Piloto de Automatização do Voto	17/07/2002	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, para Execução dos Projetos Alto Paraguai e São Francisco (ANA/GEF/PNUMA/OEA)	20/06/2001	Vigente
Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades	23/02/1988	Vigente
Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica para o Controle da Erosão no Noroeste do Estado do Paraná	21/05/1971	Vigente
Convênio para a Instalação de um Escritório Sub-Regional do Centro Interamericano de Promoções de Exportações em São Paulo	28/01/1970	Vigente
Convênio para o Estabelecimento, em Fortaleza, do Centro de Treinamento Econômico Regional (CETREDE)	03/02/1964	Vigente

Aviso nº 234 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MENSAGEM Nº 42,

DE 2015

(Nº 191/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Os méritos do Senhor Ricardo André Vieira Diniz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

00001.001874/2015-69

EM nº 00234/2015 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ*
CPF.:342.836.501-10

ID.: 9081 MRE

1955	Filho de Celso Diniz e Vera Lucia Vieira Diniz, nasce em 5 de novembro, em Baltimore/EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1977	Graduação (Bachellor of Sciences) em Física e Filosofia pela The American University, Washington-DC/EUA
1982	Mestrado em Economia pela The American University, Washington-DC/EUA
1986	CPCD - IRBr
1996	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr, O processo de integração regional no continente africano: o caso da África austral.

Cargos:

1987	Terceiro-Secretário
1993	Segundo-Secretário
2000	Primeiro-Secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1988-89	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1989-92	Embaixada em Islamabade, Terceiro-Secretário
1992-94	Embaixada em Kuala Lumpur, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1994-97	Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
1997-98	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor

1998-2001	Divisão da África I, assistente
2002-03	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Adjunto
2003-07	Embaixada em Pretória, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-10	Embaixada em Montevidéu, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-	Embaixada em Saint George's, Embaixador

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA II

BOTSUANA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE O BOTSUANA	
NOME OFICIAL:	República do Botsuana
CAPITAL:	Gaborone
ÁREA:	581.730 km²
POPULAÇÃO:	1,99 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e setsuana
RELIGIÕES:	Cristãs e tradicionais africanas
SISTEMA DE GOVERNO:	Semi-Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	A Assembleia Nacional tem 57 membros eleitos e 4 apontados pelo partido majoritário. Após as eleições gerais, o partido com maioria na Casa elege o Presidente da República. A Casa dos Chefes tem funções apenas consultivas – sem poder legislativo ou de veto-, e é composta por 35 membros, representando as oito principais tribos do país.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Seretse Khama Ian Khama (desde abril 2008)
CHANCELER:	Ministra Pelonomi Venson-Moitoi (desde outubro/2014)
PIB NOMINAL:	US$ 15,3 bilhões (2014, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US$ 34 bilhões (2014, FMI)
PIB *PER CAPITA* (2013):	US$ 7.315 (2014)
PIB PPP *PER CAPITA* (2014):	US$ 15.751 (2014)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	5,2% (est.2014); 5,9% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (IDH) (2013):	0,634 (119ª posição entre 184 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,2 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	84,5% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2013):	17% (Dados Oficiais do Ministério da Fazenda do Botsuana)
UNIDADE MONETÁRIA:	Pula
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Bernadette Rathedi (desde outubro/2013)
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Há registro de 28 brasileiros com residência fixa no Botsuana

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BOTSUANA (fonte: MDIC)										
Brasil → Botsuana	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio (US$ mil)	2.197	3.684	2.726	2.006	1.231	1.746	1.274	669	1.005	1.452
Exportações (US$ mil)	2.197	3.684	2.711	1.995	960	1.576	1.270	659	994	1.447
Importações (US$ mil)	0	0	15	11	272	169	5	10	11	5
Saldo (US$ mil)	2.197	3.684	2.696	1.985	688	1.407	1.265	649	983	1.442

PERFIS BIOGRÁFICOS

General Seretse Khama Ian Khama

Chefe de Estado e de Governo



Nasceu em 27 de fevereiro de 1953, em Surrey (Inglaterra). Graduou-se pela Real Academia Militar de Sandhurst.

Foi um dos responsáveis pela consolidação das Forças Armadas do Botsuana. Aos 25 anos, recebeu a patente de General. Em 1989, assumiu o posto de Comandante das Forças Armadas do Botsuana.

Tornou-se Vice-Presidente em março de 1998, cargo que exerceu por dez anos. Foi eleito Presidente do Partido Democrático do Botsuana (BDP, na sigla em inglês) em julho de 2003.

Foi eleito Presidente da República nas eleições gerais de 16 de outubro de 2009. Foi reconduzido ao cargo após a vitória do BDP nas eleições gerais de outubro de 2014.

Pelonomi Venson-Motoi

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



Formada em jornalismo, Pelonomi Venson-Motoi é a política mais antiga na Assembleia Nacional de Botsuana e dona de grande prestígio no Partido Democrático do Botsuana (BDP, na sigla em inglês). Antes de assumir a Chancelaria, em outubro/2014, Pelonomi foi Ministra das Pastas de Trabalho, Transporte e Comunicações; Comércio, Indústria, Vida Selvagem e Turismo; Comunicações, Ciência e Tecnologia; e Educação.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985. Inicialmente sem Embaixadas residentes, as relações bilaterais eram mantidas pelas Embaixadas do Brasil em Pretória, e do Botsuana em Washington. Com o adensamento das relações, o Brasil abriu embaixada residente na capital do Botsuana, Gaborone, em 2007. Em julho de 2009, o Botsuana abriu embaixada em Brasília – a primeira do país na América Latina.

Desde 2003, ocorreram três visitas presidenciais: o Presidente Festus Mogae realizou visita oficial ao Brasil em julho de 2005, quando foi assinado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica. Retornou ao País para participar, como convidado de honra, da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Salvador em julho de 2006. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Gaborone em fevereiro de 2006, quando foi firmado Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomático, Oficial e de Serviço.

A última visita de Chanceler ocorreu em maio de 2009, quando o Ministro botsuanês, Phandu Skelemani, visitou o Brasil. Na ocasião, foram firmados os seguintes compromissos: Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Botsuana; e Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Botsuana.

Em março de 2010, teve lugar em Gaborone a I Sessão da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana. Em dezembro de 2013, foi realizada, em Gaborone, reunião de seguimento da I Comissão Mista, com a presença do Diretor do Departamento de África do Itamaraty.

Ciência e Tecnologia

O Governo botsuanês anunciou oficialmente a adoção a padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T) em 29 de julho de 2013, tendo sido o primeiro país da África a escolher referido sistema.

O Itamaraty foi responsável pela cobertura dos gastos associados a diversas missões técnicas ao Botsuana desde 2011, para realização de testes comparativos entre o ISDB-T e o sistema europeu de TV Digital. Os resultados do trabalho desses especialistas brasileiros foram determinantes para que a decisão final do Botsuana fosse favorável ao ISDB-T, em especial no que se refere à percepção das vantagens associadas ao middleware com recursos de interatividade GINGA, solução técnica brasileira introduzida ao sistema.

Após a escolha do padrão ISDB-T, o Itamaraty financiou a vinda, em março de 2014, de delegação técnica botsuanesa na área de TV Digital, que participou de cursos técnicos e reuniões para troca de informações organizadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Não obstante a atual situação de restrição orçamentária e as demandas decorrentes do processo interno de transição do sinal televisivo analógico para o digital – que têm restringido as possibilidades de atuação do Ministério das Comunicações e outras instituições brasileiras na estratégia de disseminação internacional do ISDB-T – o governo brasileiro mantém o interesse em apoiar, em parceria com o Japão, os países que aderiram ao padrão ISDB-T de TV Digital, como o Botsuana.

Cooperação Educacional

A cooperação tem como base legal o Acordo de Cooperação Educacional, assinado em 11/06/2009, e que entrou em vigor em novembro de 2014.

Com a entrada em vigor do Acordo, o país será incluído entre os participantes dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), nos próximos editais, a partir de 2015.

Assuntos Migratórios e Consulares

A comunidade brasileira no Botsuana é estimada em 28 cidadãos, vivendo em sua maioria na capital do país, Gaborone. Não há Cônsules Honorários do Brasil no Botsuana. Não há brasileiros detidos no Botsuana.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica com o Botsuana está amparada no Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Botsuana, celebrado em julho de 2005.

A I Reunião da Comissão Mista Brasil–Botsuana foi realizada em março de 2010 em Gaborone, quando foram definidas como áreas prioritárias para a cooperação agricultura, políticas de desenvolvimento social, esporte e saúde. A partir das decisões da I Comissão Mista, foi realizada, em 2011, missão de prospecção a Gaborone, na qual foram prospectados projetos nas áreas de Pecuária, Cooperativismo e Construção de Cisternas.

Em abril de 2014, foi assinado projeto bilateral na área de cooperativismo. Foram realizadas atividades em junho e novembro-dezembro de 2014, ambas no

Brasil, e em abril de 2015, com a ida de dois técnicos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – instituição executora brasileira – ao Botsuana.

Atualmente, encontra-se também em execução o projeto "Fortalecimento da Estrutura Estratégica Nacional para HIV/AIDS", que objetiva contribuir para a redução do impacto da epidemia de AIDS mediante a capacitação de profissionais multiplicadores. O projeto foi considerado referência mundial no tema, e recebeu o prêmio South-South Awards da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em maio de 2012, a Agência Brasileira de Cooperação e a Polícia Federal organizaram missão a Gaborone para prospecção na área de segurança pública. A Polícia Federal apresentou minuta de projeto atendendo às demandas botsuanesas nas áreas específicas de Inteligência Policial, "Cibercrime" e apoio à formação de formadores. Em junho de 2014, o projeto foi assinado pela parte botsuanesa e encaminhado ao Brasil. Entretanto, a Agência Brasileira de Cooperação, devido a cortes orçamentários, optou por aguardar momento mais oportuno iniciar sua execução.

Em dezembro de 2014, delegação botsuanesa visitou o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), interessada em conhecer as operações das cortes itinerantes no Brasil. A referida visita foi lembrada pelo Governo do Botsuana, em fevereiro de 2015, quando da cerimônia de abertura do ano judiciário de 2015. Como resultado da iniciativa, o Botsuana deverá dar início a programa similar ao brasileiro em sua jurisdição.

Por fim, a Embaixada do Botsuana em Brasília apresentou demanda para conhecer o sistema privado de transporte de Brasília e o planejamento integrado de transporte de Curitiba. A missão está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.

Defesa

A "Botsuana Defence Force" (BDF) tem demonstrado interesse em adquirir aeronaves Super Tucano e sistema de lançadores múltiplos de foguetes Astros. Por solicitação do Governo de Botsuana, representante da Embraer Defesa realizou visita a Gaborone no final de outubro de 2013, com o intuito de apresentar a aeronave A-29 Super Tucano. No âmbito da visita, o representante da empresa manteve reunião com o Comandante da Força Aérea do Botsuana, Major-General Odirile Mashinyana.

Em seguimento à visita da Embraer a Gaborone, delegação da BDF veio ao Brasil, com o objetivo de visitar as instalações da Avibrás, em São José dos Campos, e do 6º Grupo de Múltiplos de Foguetes do Exército, em Formosa (GO), bem como de manter reunião com representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE).

A despeito do interesse manifesto por parte do Botsuana pelos produtos de defesa supracitados, não houve, até o momento, avanços concretos relativos a negociações comerciais.

POLÍTICA INTERNA

A independência do Botsuana, antigo Protetorado Britânico de Bechuanalândia (desde 1885), ocorreu em 1966. Fortemente dependente da economia sul-africana, Botsuana manteve uma política de não interferência nos assuntos internos do vizinho durante os governos minoritários brancos e recusou-se a permitir operações de guerrilha contra a África do Sul a partir de seu território — não deixando, porém, de acolher refugiados políticos. Apenas na década de 1970 o país alinhou-se com os países opositores dos regimes segregacionistas, grupo que posteriormente originaria a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em 1980 com o objetivo de diminuir a dependência dos países da África meridional da economia da África do Sul. Com a transição sul-africana, a SADCC transformou-se na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992, ampliando sua agenda para a integração regional *lato sensu*.

O Botsuana é uma república semipresidencialista. O Presidente, chefe de Estado e de Governo, é eleito pela Assembleia Nacional (61 assentos, sendo 57 eleitos pelo voto direto e 4 designados pelo partido majoritário). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição. Além da Assembleia Nacional, há um Conselho Consultivo não permanente, composto por 15 membros e convocado quando são debatidas normas sobre assuntos tribais ou costumes tradicionais. O Gabinete ministerial é formado por quinze ministérios.

O Botsuana ostenta uma história de estabilidade institucional. O primeiro Governo do Botsuana foi formado pelo Partido Democrático do Botsuana (BDP, na sigla em inglês), nas eleições de 1965, ano em que o país obteve a autonomia política que precedeu sua total independência do Reino Unido. O BDP manteve-se no poder desde então. O primeiro Presidente eleito, Seretse Khama, neto de Khama III, o principal líder botsuanês no século XIX, ocupou o cargo desde 1966 até sua morte em 1980. Khama deixou legado de democracia estável e consolidada, com alto grau de institucionalização.

Merece destaque o elevado grau de confiabilidade internacional de que goza o país e sua boa colocação em índices de percepção da corrupção. De acordo com relatório de 2014 da Transparência Internacional, Botsuana é percebido como o país menos corrupto do continente africano, com nota 6,3 sobre 10, fato que lhe garante a posição de número 31 no ranking internacional.

De acordo com resumo dos indicadores do Afrobarômetro, publicado em 2012, o apoio popular à democracia em Botsuana sempre foi bastante alto, bem como a rejeição ao unipartidarismo e a alternativas autoritárias à democracia.

Embora sejam frequentes os artigos assinados por Ministros e oficiais de Governo na imprensa oficial, ela tem liberdade de criticar políticas públicas e fornecer espaço aos membros dos partidos de oposição. Em períodos de eleição, a

imprensa oficial oferece cobertura equilibrada a todos os partidos que concorrem, assim como a imprensa privada. A cobertura desta última, no entanto, demonstra certo viés contrário ao partido governista, o que não significa que não produza artigos críticos aos partidos de oposição.

Um dos maiores desafios enfrentados por Botsuana é a epidemia de HIV/Aids. Apesar de ter sido o primeiro país da África a disponibilizar medicamentos antirretrovirais no sistema público de saúde, Botsuana ainda luta para reduzir significativamente o número de pessoas contaminadas pelos vírus. Segundo dados de 2013 do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/Aids (UNAIDS), 320 mil botsuaneses estão infectados pelo HIV, equivalentes a cerca de 15% da população total do país. Esse número chega a 23% da população adulta, sendo a segunda maior taxa de infecção em todo o mundo, atrás apenas da Suazilândia.

O Governo tem intensificado os esforços para combater a disseminação da doença. Com a ampliação da cobertura do tratamento (estima-se que 80% dos infectados tenham acesso a tratamento), os óbitos relacionados à Aids diminuíram em mais de 50% nos últimos cinco anos, também de acordo com dados da UNAIDS. A prevenção, no entanto, continua sendo desafio. O Governo tem-se concentrado nas campanhas de conscientização da população, com enfoque no incentivo a que as pessoas realizem o teste de HIV/AIDS e evitem comportamentos de risco.

Em relação ao cenário político, nas eleições gerais de 1999, o BDP conquistou 33 dos 40 assentos disputados, seis a mais que na eleição anterior, e elegeu o Presidente Festus Mogae. Sua gestão foi marcada pelo pragmatismo econômico, moderação e tolerância política, além de reconhecido sentido de responsabilidade na gestão pública.

Em abril de 2008, o Presidente Mogae anunciou sua aposentadoria – após quase dez anos à frente do Governo –, passando o cargo ao Vice-Presidente Ian Khama. Com a aprovação do Parlamento, Khama assumiu suas funções em caráter formalmente transitório. Conforme estabelece a Constituição de Botsuana, a permanência do Presidente no poder depende de confirmação eleitoral, a qual, no caso, ocorreu em outubro de 2009.

Khama foi recentemente reconduzido para um segundo mandato à frente da PR, como resultado da vitória do BDP nas eleições gerais de 24 de outubro de 2014. O partido governista assegurou 37 dos 57 assentos da Assembleia Nacional (pior resultado desde a independência do país em 1966), enquanto que seu principal rival, a coligação "Guarda-chuva para a Mudança Democrática" (Umbrella for Democratic Change – UDC), obteve 17 cadeiras. O também oposicionista Partido do Congresso de Botsuana obteve 3 assentos.

Estas foram as eleições mais disputadas da história do país, com a maioria parlamentar do BDP tendo sido reduzida em relação às eleições de 2009, quando obtivera 45 assentos na Assembleia Nacional. Em seu discurso de posse, o Presidente

reeleito ressaltou os compromissos assumidos por seu partido no manifesto eleitoral 2014-2019, dentre os quais ressaltou a criação de empregos, a segurança alimentar, a erradicação da pobreza e empoderamento econômico dos cidadãos.

Não obstante o partido do Presidente Khama ainda desfrutar de uma presença significativa no país, ele experimentou um declínio em seus votos populares, que chegaram a apenas 46,7 por cento dos votos se comparado com os 52,3 por cento nas eleições gerais de 2009, (50,6 por cento na de 2004 e 54,3 por cento na de 1999). Tal declínio foi atribuído a um crescente descontentamento entre os eleitores mais jovens e da classe média urbana, que pediram mudanças depois de quase cinco décadas de governos do BDP.

As eleições provocaram oito importantes baixas no Gabinete ministerial. Por não terem sido eleitos, tiveram que deixar seus respectivos cargos os Ministros Phandu Skelemani (Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional), Dr. John Seakgosing (Saúde), Dikgakgamatso R. Seretse (Justiça, Defesa e Segurança), Peter L. Siele (Governo Local), Lebonaamang T. Mokalake (Terras e Habitação), Ontefetse K. Matambo (Finanças e Planejamento do Desenvolvimento), Johnnie K. Swartz (Infraestrutura, Ciência e Tecnologia) e Kitso O. Mokaila (Minerais, Energia e Recursos Hídricos). A nova Ministra dos Negócios Estrangeiros, Pelonomi Venson-Motoi, que assumiu no início de novembro último, é a política mais antiga na Assembleia Nacional e dona de grande prestígio no BDP. Nos poucos encontros que manteve com o corpo diplomático, mostrou-se bem disposta e aberta ao diálogo. Não aparenta ter experiência com relação à América Latina e não há registro de viagem sua ao Brasil.

A escolha do Vice-Presidente foi ponto de particular interesse, dado que o titular da Vice-Presidência é, potencialmente, o próximo Presidente da República. O nome indicado foi o de Mokgweetsi Eric Masisi, que fora Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública de 2011 a 2014, ademais de Ministro interino da Educação nos últimos meses antes das eleições de outubro/2014. A indicação de Masisi mostra o real poder do Presidente Khama no BDP, ao colocar em posição de destaque pessoa de sua confiança, popular entre os membros do partido e familiarizado com a estrutura operacional partidária.

Mokgweetsi Masisi visitou o Brasil no final de agosto de 2011, quando assinou com a Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, um memorando de entendimento de cooperação na área de desenvolvimento social. Durante o período que esteve à frente da pasta de Assuntos Presidenciais e Administração Pública foi responsável pela implementação de políticas de erradicação da pobreza e de diversificação da economia em diversas regiões do país. Coordenou também o projeto de implantação da televisão digital em Botsuana. Tem grande apreço pelo Brasil, país pelo qual sempre ressaltou admiração.

POLÍTICA EXTERNA

É corrente a avaliação de que Botsuana é o país da região austral da África mais alinhado com as posições dos países europeus e Estados Unidos. Tradicionalmente, adota postura crítica em relação ao Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, em contraposição à política de "quiet diplomacy" adotada inicialmente pela África do Sul em relação ao país. Além disso, com respeito a crises na Côte d'Ivoire e na Líbia, foi o primeiro país africano a assumir posicionamento semelhante ao das grandes potências: no primeiro caso, reconheceu imediatamente a vitória de Alassane Ouattara, alinhando-se com a posição francesa; no segundo, rompeu relações diplomáticas com o regime de Muamar Khadafi logo no início da crise na Líbia. No caso da guerra civil na Síria, o Presidente Khama defendeu abertamente que o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizasse intervenção naquele país, ademais de haver rompido relações diplomáticas com o Governo de Damasco.

Botsuana favorece o enfoque multilateral na solução dos problemas mundiais, e projeta-se a partir de uma plataforma que enfatiza temas como boa governança, estado de direito, a defesa do meio ambiente e o reconhecimento dos direitos humanos. Neste sentido, o Presidente Khama diz-se disposto – na contramão de posição adotada pela União Africana – a cooperar com o Tribunal Penal Internacional na execução da sentença contra o mandatário sudanês, Omar Al-Bashir. Igualmente, o Governo de Botsuana decidiu pôr fim às relações diplomáticas com a República Popular Democrática da Coreia, em vista de relatório de comissão de inquérito das Nações Unidas apontando graves violações de direitos humanos cometidas de forma continuada por Pyongyang.

Botsuana é membro fundador da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A Força de Defesa de Botsuana (BDF) participa de diversas operações humanitárias e de manutenção da paz no continente africano, com destaque para sua atuação passada no Lesoto, na Somália e em Moçambique.

África do Sul

A África do Sul é, indiscutivelmente, o principal parceiro de Botsuana em temas políticos e econômicos. Não obstante a notável dependência botsuanesa, as relações bilaterais são essencialmente positivas. Em declarações conjuntas, presidentes de ambos os países costumam ressaltar a excelente relação entre os dois países, fundada em profundos laços históricos, culturais, linguísticos e familiares, bem como compartilhada nos valores de respeito mútuo, compromisso com a democracia, boa governança, estado de direito e respeito aos direitos humanos.

Apesar da intensa atividade migratória em ambos os lados da fronteira comum, o tema não suscita grande animosidade entre as populações – não são significativos os ataques contra cidadãos botsuaneses na recente onda de xenofobia na África do Sul.

Em visita do Presidente Jacob Zuma a Gaborone em 2014, o Presidente Ian Khama salientou a necessidade de trabalhar com seu vizinho do sul de forma a avançar "metas coletivas de desenvolvimento através da cooperação bilateral e regional para a melhoria de nossos povos". Disse que os esforços que foram feitos nos setores de defesa e segurança asseguravam a melhoria da segurança pública ao buscar impedir todas as formas de crimes transfronteiriços. Ressaltou o progresso alcançado nos setores comerciais e econômicos, especificamente com a conclusão do Acordo de Parceria Econômica (APE) com a União Europeia, em 2014.

São avanços recentes, igualmente, os tratados firmados na área de infraestrutura, como a finalização de acordos para fornecimento de água a regiões desérticas de Botsuana, bem como para a construção de pontes na região fronteiriça de Platjann.

Estados Unidos

Os Estados Unidos têm em Botsuana um de seus principais aliados no continente africano. A cooperação militar é um importante vetor das relações entre Botsuana e os Estados Unidos, país com o qual os botsuaneses, em linhas gerais, alinham-se em matéria de política externa. Os norte-americanos são os principais parceiros de Botsuana na área militar, provendo assistência por meio dos programas "Foreign Military Financing" (FMF) e "International Military Education and Training" (IMET). Grande parte dos oficiais das Forças de Defesa de Botsuana (BDF) recebe treinamento militar nos EUA. Além disso, os Estados Unidos, juntamente com o governo de Botsuana, mantêm em Gaborone a "International Law Enforcement Academy" (ILEA), a qual desde 2001 fornece treinamento a agentes policiais de toda a África Subsaariana. Cogita-se que Botsuana seria um destino preferencial na eventualidade de o "United States Africa Command" (AFRICOM) transferir-se de Stuttgart, na Alemanha, onde se encontra atualmente sediado.

Zimbábue

Na África Austral, Botsuana foi o país mais crítico a Robert Mugabe, alinhando-se à posição do Reino Unido, desde que a coesão dos países-membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) começou a se enfraquecer a partir da Cúpula Extraordinária de Lusaca, em fins de 2007.

Após as eleições no Zimbábue em 2013, em que o líder da missão de observadores eleitorais botsuaneses e ex-Vice Presidente de Botsuana, Mompati Merafhe, as descreveu como um "circo", Khama havia indicado que não reconhecia o atual regime do Zimbabue.

Após uma série de desavenças e alguma desconfiança pública entre os Presidentes Robert Mugabe e Ian Khama, os dois mandatários aparentam haver se reconciliado, após serem eleitos, respectivamente, para a Presidência e Vice-Presidência da SADC. Analistas têm arguido que ultimamente Khama parece ter sucumbido na batalha que lutou por longo tempo contra Mugabe, ficando numa posição isolada no âmbito da SADC com relação ao Zimbabue.

China

Como em toda a África, a presença chinesa é massiva em Botsuana. No setor de construção civil, ela é mais aparente: obras-chave em Botsuana ficaram sob a responsabilidade de empreiteiras chinesas, como a usina termelétrica de Morupule B e as reformas do aeroporto de Gaborone e do estádio nacional. As três obras citadas, contudo, apresentaram sérios problemas, propiciando insatisfação – já disseminada entre a população local – quanto aos serviços de construção prestados pelos chineses. Em março de 2014, o Presidente Khama criticou publicamente a atuação das empreiteiras chinesas, afirmando que o governo botsuanês "pensará duas vezes antes de conceder novas obras importantes a construtoras do país asiático".

Integração Regional

Botsuana é parte da União Aduaneira da África Austral (SACU) - mais antigo exercício de integração do mundo, com 105 anos de existência, comprazendo ainda África do Sul, Namíbia, Suazilândia, Namíbia e Lesoto –, bem como da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – com a qual possui, no âmbito da SACU, acordo de livre comércio.

A SACU encontra-se atualmente envolta em polêmica referente à questão de seu arranjo de divisão de receitas aduaneiras, a qual é feita obedecendo não ao peso de cada país no comércio total da SACU, mas sim à parcela dos países-membros no total de importações intra-bloco – arranjo prejudicial à África do Sul e benéfico aos países menores, tais quais Botsuana.

Os repasses aduaneiros da SACU constituem, ao lado da exportação de diamantes, a maior fonte individual de receitas do Governo de Botsuana, respondendo por cerca de 30% das receitas totais do Estado, o que vem levando estudiosos e membros da oposição a alertarem para os riscos dessa dependência.

Frise-se que, em 2011, a Cúpula de Chefes de Estado da SACU decidiu realizar revisão do arranjo de divisão de receitas, deixando em aberto, contudo, as modificações a serem implementadas. Desde então, o tema vem constando na agenda dos encontros do bloco, bem como das reuniões bilaterais entre seus membros, sem que haja, contudo, sinal de que o impasse esteja prestes a se resolver.

ECONOMIA

Nos últimos quarenta anos, o Botsuana tem sido um dos países com maior crescimento econômico na África. A soma de políticas macroeconômicas sólidas, boa governança e exportação de diamantes elevou o país de uma das economias mais pobres do mundo quando de sua independência, em 1966, para o status de economia de renda média elevada. O Botsuana apresenta o maior "rating" de dívida soberana da África, sendo classificada como "grau de investimento".

Maior produtor mundial de diamantes (em valor), o Botsuana tem uma economia ancorada na exploração da pedra, que responde por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) e metade da arrecadação do Governo. Em setembro de 2011, o Governo botsuanês fechou acordo com a multinacional De Beers para a transferência da "Diamond Trading Company" (DCT) – braço de comercialização da empresa, responsável por cerca de 40% das vendas globais de diamantes – de Londres para Gaborone. A iniciativa integra esforço governamental para transformar o Botsuana em mais do que um exportador de diamantes brutos, tornando Gaborone um hub internacional para o comércio do produto.

Mais recentemente, tem sido feito esforço de diversificação do setor produtivo, sem prejuízo da manutenção da tradicional austeridade fiscal botsuanesa. O Governo tem-se empenhado em atrair investimentos estrangeiros diretos para o setor de serviços (especialmente o financeiro) e para o manufatureiro, além de apoiar iniciativas de desenvolvimento do setor privado, especialmente na indústria do turismo.

A inflação segue trajetória declinante, havendo atingido, ao fim de 2014, a mínima histórica de 3,6% ao ano, dando margem a otimismo por parte das autoridades. Neste sentido, o Banco do Botsuana anunciou, em 18 de fevereiro, a redução da taxa de juros do país em um ponto percentual, de 7,5% para 6,5% ao ano, menor patamar dos últimos 25 anos. A última alteração na taxa de juros havia se dado em dezembro de 2013. A expectativa do Governo é de que a redução seja rapidamente replicada pelos bancos comerciais do país, incentivando o crédito ao consumo e a demanda privada.

Medidas recentes do Governo – redução dos preços de combustíveis, desgravação dos preços de alimentos –, bem como uma melhora nos termos de troca do país levam os analistas financeiros a antever a manutenção de um cenário benigno, com previsão de inflação de 3,5% em 2015. O índice encontra-se distante do teto de 6% do sistema de metas implementado pelo Banco do Botsuana – cujo funcionamento se assemelha ao modelo brasileiro.

O PIB também segue trajetória levemente declinante, com o crescimento havendo reduzido de 5,4% em 2013 para estimados 5,2% em 2014 e 4,9% em 2015. A expectativa do Governo é de que a recente alteração na taxa de juros seja

rapidamente absorvida pelos bancos comerciais, reduzindo a "prime-rate" (taxa de crédito concedido aos tomadores considerados confiáveis) do país para uma média de 8%, patamar ainda tido como elevado – a título de comparação, a prime-rate americana é de 3,5%.

O objetivo de médio prazo do Governo é incentivar a demanda do setor privado, estacionada nos últimos anos em função de uma política fiscal restritiva implementada pelo Governo como reação à crise econômica global. O setor público tem importância central na economia do Botsuana, e os servidores públicos não vem recebendo reajustes salariais acima da inflação nos últimos anos. Atualmente, Governo e sindicatos encontram-se em um impasse quanto a uma demanda de 15% de aumento salarial defendida pelos trabalhadores.

O pacote de medidas que vem sendo implementado pelo Governo, contudo, vem alimentando o otimismo dos setores produtivos, refletindo melhoras recentes na produção do setor minerador (principal motor da economia nacional) e não minerador. Com menos encargos sobre os consumidores e empréstimos mais acessíveis, a expectativa é de que o setor privado possa trazer novo dinamismo à economia botsuanesa, reduzindo o peso do setor público e incentivando o crescimento do país.

Em 2014, o Botsuana ficou mais uma vez bem classificado no Annual Index of Economic Freedom, publicado pela Heritage Foundation e pelo The Wall Street Journal: alcançou a 36ª posição entre 183 países e territórios. O índice mede o nível de liberdade econômica nos países, com foco em dez categorias de liberdade, dentre as quais liberdade empresarial, comercial, fiscal, financeira, de investimentos, de direitos de propriedade e de corrupção. O Botsuana ficou classificado como o 36º país no mundo e o 2º na África (depois de Maurício) e obteve pontuações bem acima da média mundial na maior parte das categorias.

O relatório por países publicado pelas duas agências constatou que o Botsuana é um líder regional em abertura econômica. A competitividade e flexibilidade do país são fundadas em ambiente regulatório sensato e na abertura ao investimento estrangeiro e ao comércio. O setor financeiro mantém-se relativamente bem desenvolvido, com um banco central independente e pouca intervenção governamental. Além do setor financeiro, a independência e transparência do poder judiciário do Botsuana e a proteção dos direitos de propriedade também são elogiados. O Botsuana é ainda caracterizado como tendo o menor nível de corrupção na África, ademais de um Poder Judiciário efetivo na proteção dos contratos e na proteção dos direitos de propriedade, incentivando a competitividade no país.

O sistema bancário do Botsuana é um dos mais avançados da África. O setor financeiro proporciona amplo acesso ao crédito para os empresários e, em geral, adere-se aos padrões mundiais de transparência da política financeira e supervisão bancária. O crédito é alocado de acordo com termos de mercado, embora o governo conceda empréstimos subsidiados. Tem sido feita reforma das instituições financeiras

não bancárias nos últimos anos, com destaque para a criação de uma agência regulatória financeira responsável por fiscalização mais eficaz no setor. O governo aboliu os controles cambiais e com a criação de novas opções de investimento de carteira, o a Bolsa de Valores do Botsuana, apesar de pequena, está crescendo.

A dívida externa botsuanesa é de aproximadamente US$ 2 bilhões (dados de 2013). Os principais países credores são Japão, China (que oferece ao Botsuana empréstimos preferenciais a baixas taxas de juros para financiar projetos aprovados pelo Governo chinês e Expor-Import Bank of China), Kuwait e Estados Unidos.

No aspecto social, a distribuição de renda e o desemprego permanecem como importantes desafios do Governo botsuanês. Com coeficiente de Gini (que mede a desigualdade) de 0,61, o Botsuana permanece com 18,4% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza. Igualmente, o desemprego permanece alto, na casa de 17% – o auge da crise, o nível chegou a atingir 30% – em função da redução da absorção de mão-de-obra local pelas minas de diamantes e pela desaceleração da economia sul-africana. Para compensar a pequena capacidade de geração de empregos do setor minerador, o Governo tornou-se o maior empregador do país, respondendo por 45% dos postos de trabalho formais.

Energia

A matriz energética do Botsuana é centrada em fontes fósseis, sendo as fontes renováveis responsáveis por apenas 23% do total. A geração energética é baseada nas grandes reservas de carvão, estimadas em 212 bilhões de toneladas. O Governo botsuanês tem buscado incentivar a utilização de energia renovável, tendo em vista que 55% da energia utilizada no país é importada (basicamente petróleo e carvão). Com exceção do carvão vegetal, o uso de fontes renováveis é incipiente, apesar dos esforços governamentais em promovê-las e das condições naturais propícias para a produção de biocombustíveis. Botsuana tem, ainda, imenso potencial em termos de energia solar (21 MJ por m^2 por dia, um dos mais altos níveis de radiação do mundo), o qual o Governo planeja aproveitar em seu projeto de levar eletricidade às áreas rurais. Há, ainda, pequeno potencial de desenvolvimento de energia eólica, bem como possibilidade de aproveitamento hidrelétrico de rios na região Norte do país.

O Governo do Botsuana possui meta de elevar para 25% a participação de energia renovável na geração de eletricidade até 2030 e incluiu, no 10º Plano Nacional de Desenvolvimento 2009-2016, o objetivo de aumentar tal uso para 15% até 2016. O Ministério de Mineração, Energia e Recursos Hídricos estabeleceu como plano a adição de 10% de biodiesel em diesel fóssil até o ano 2020 e, em 2010, foi criada uma Força-Tarefa para Biocombustíveis, buscando implementar as políticas para biocombustíveis do mesmo ano.

A energia no Botsuana é gerada, transmitida e distribuída pela estatal "Botswana Power Corporation" (BPC). O desenvolvimento de energia renovável tem sido limitado ao pequeno sistema fotovoltaico, a minirredes e a pequeno digestor de biogás. Para aumentar o uso de energias renováveis, o Governo promoveu, em agosto de 2014, grande workshop internacional sobre o tema, com apoio do Banco Mundial, da União Europeia e do Banco de Desenvolvimento da África. Em junho deste ano, o país organizará a Botswana Renewable Energy Expo, em parceria com a Africa Sustainable Energy Association e com apoio do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento da África.

Como importador de energia e pequeno consumidor, o Botsuana tem uma importância relativamente marginal no mercado de energia da região. Nos últimos meses, frequentes interrupções no fornecimento de energia têm despertado a atenção da sociedade e do Governo no Botsuana. O problema mostra-se desgastante para o Governo – controlador da BPC –, pois afeta diretamente a vida da população e a economia do país. Não há comércio bilateral na área de energia com o Brasil, nem a presença de empresas brasileiras no setor no Botsuana.

Investimentos

Para o Governo do Botsuana, os setores econômicos prioritários para a atração de investimentos estrangeiros diretos são, além da mineração, os ligados ao setor de serviços, especialmente o financeiro e o de turismo. Em termos de valor, o Botsuana é o maior produtor mundial de diamantes e a mineração é o principal setor para o PIB do país, contribuindo normalmente com cerca de 40% do PIB e 90% do total das exportações botsuanesas. Como parte dos esforços de diversificar a economia e consciente da necessidade de reduzir a dependência dos diamantes, o Governo tem dado atenção à exploração de outros minerais, especialmente o carvão, cujos depósitos são estimados em 200 bilhões de toneladas. De acordo com o relatório anual do Banco de Botsuana, cerca de 75% dos investimentos diretos estrangeiros são feitos na mineração, sendo que 18% são alocados no setor financeiro. 74% destes investimentos vêm de países da União Europeia, sendo a África do Sul outra importante fonte de investimentos diretos.

Para empresas brasileiras, os setores de potencial interesse seriam, ademais da mineração, os ligados à manufatura de têxteis, couro, vidro e joalheria, além de tecnologia da informação. Na área de serviço, além de investimentos no setor de turismo, a construção civil em grandes obras públicas poderia ser do interesse de empreiteiras brasileiras.

Em decorrência de visita do Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública do Botsuana ao Brasil, em agosto de 2011, o governo de Botsuana demonstrou interesse no envolvimento do Brasil em projetos voltados para a indústria do couro. Segundo representante daquele Governo, começa-se a discutir,

no Botsuana, uma estratégia destinada a incentivar a expansão desse setor manufatureiro, com ênfase no aproveitamento dos rebanhos caprino e ovino, existentes, em grandes números, no deserto de Kalahari. O objetivo a ser alcançado, nos projetos que estão sendo concebidos, é a geração de renda e de empregos mediante incentivos para a instalação de fábricas de sapatos, bolsas e outros produtos de couro.

O ambiente de negócios no Botsuana é, geralmente, favorável ao investidor estrangeiro, em razão da estabilidade política do país, da baixa corrupção, do bom gerenciamento econômico e de um governo altamente sintonizado com a iniciativa privada. As regulamentações aos investimentos são em geral transparentes e os trâmites burocráticos são simplificados e abertos, embora um pouco lentos. O Centro de Comércio e Investimentos do Botsuana", órgão do Ministério de Comércio Exterior e Indústria, atua na promoção do desenvolvimento da economia botsuanesa, encorajando a expansão das oportunidades de investimento e das parcerias de negócios através de incentivos como: isenção de impostos sobre máquinas e equipamentos importados para fins industriais; empresas manufatureiras são elegíveis para isenção de imposto de circulação de mercadorias sobre matérias-primas importadas, desde que o produto seja exportado para fora da zona aduaneira; disponibilidade de retirada de impostos para empresas manufatureiras que exportem para fora da zona aduaneira; e, companhias que buscam a aprovação para seus projetos de desenvolvimento podem obter uma taxação especial ou mesmo um tratamento especial para suas despesas de capital.

Os pontos fracos do ambiente de negócios estão relacionados com um mercado doméstico muito pequeno e uma carência significativa de mão de obra qualificada; custos trabalhistas relativamente altos se comparados com seus competidores; e, por ser um país sem litoral, custos de transporte de e para os portos mais próximos que oneram a produção. Além disso, a economia botsuanesa é fortemente dependente de fatores exógenos e tem sofrido com a recessão nas economias desenvolvidas, em razão da queda da demanda de diamantes.

Como membro das diversas organizações regionais da África Austral, se o ambiente de negócios se mantiver e continuar a melhorar, o Botsuana será uma base atrativa para as companhias estrangeiras que buscam investir naquela região. Cabe recordar, ademais, que o Botsuana, por ser membro da União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês) tem acesso preferencial ao mercado da União Europeia, em razão do existente acordo de livre comércio. Novas oportunidades foram abertas através da Lei norte-americana para o Crescimento e Oportunidade da África, que permite, através de quotas e livre de impostos, a entrada de mercadorias manufaturadas no Botsuana no mercado norte-americano.

Não existem, atualmente, investimentos brasileiros no Botsuana; não obstante, empresas brasileiras vêm prospectando oportunidades nos setores de construção civil, aeronáutica, de televisão digital, de mineração, de biocombustíveis e de couro. Em

março de 2013, representantes da Queiroz Galvão realizaram missão a Gaborone, para estabelecimento de contatos e prospecção de negócios.

Não há, nos dados do Banco Central do Brasil, registro de investimentos diretos entre Brasil e Botsuana. O Banco do Botsuana também não registra investimentos bilaterais.

Comércio Exterior

A economia do Botsuana é uma das mais abertas da África. Não existem restrições significativas aos fluxos de capitais nem controles cambiais (abolidos em 1999). Lucros, dividendos e capitais podem ser repatriados livremente.

Ao longo dos últimos dez anos, as exportações botsuanesas de bens registraram aumento de 78,5%, passando de US$ 4,431 bilhões, em 2005, para US$ 7,907 bilhões, em 2014. As exportações cresceram 2,5% em 2014 na comparação com o ano anterior. Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas botsuanesas: Bélgica (participação de 26,8% no total); Índia (15,8%); África do Sul (10,9%); Israel (8,8%); Namíbia (6,4%); Emirados Árabes (5,0%); Singapura (4,4%); Suíça (3,6%). O Brasil foi o 83º mercado de destino dos produtos de Botsuana, com participação discreta. Conforme já salientado, a pauta de exportações do país mostra alta concentração em produtos extrativos minerais. Assim, em 2014, os principais grupos de produtos da pauta botsuanesa de exportação foram os seguintes: ouro e pedras preciosas (85,5% do total); níquel e suas manufaturas (4,2%); minérios (1,7%); carnes (1,5%).

Nos dez últimos anos, as importações botsuanesas de bens cresceram 133% evoluindo de US$ 3,162 bilhões, em 2005, para US$ 7,817 bilhões, em 2014. Ainda em 2014, foram os seguintes os principais fornecedores de bens a Botsuana: África do Sul (63,1% de participação); Namíbia (12,2%); Canadá (10,1%); Bélgica (4,0%); Israel (1,5%); Estados Unidos (1,4%); China (1,1%). O Brasil, por sua vez, foi o 38º fornecedor de produtos ao país, com participação de 0,03% no total das importações botsuanesas. A pauta de importações do Botsuana em 2014 foi composta pelos seguintes grupos de produtos: ouro e pedras preciosas (34,3% do total geral); combustíveis e lubrificantes (15,5%); veículos e autopeças (7,2%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (7,2%); máquinas e instrumentos elétricos (4,5%); obras de ferro ou aço (2,0%); plástico e manufaturas (1,7%); cereais (1,5%); produtos farmacêuticos (1,4%); borracha e manufaturas (1,2%).

Após mostrar resultados negativos por cinco anos consecutivos, a balança comercial de Botsuana inverteu o resultado em 2013 e passou a registrar posição levemente superavitária. O fato do principal grupo de produtos importado pelo país atualmente ser ouro e pedras preciosas, em geral no estado bruto, é resultado da estratégia de incorporar indústrias secundárias da cadeia produtiva da mineração no país, o que tem possibilitado o aumento do valor agregado das exportações, e tem

como resultante a obtenção pelo país de superávits, mesmo no contexto de queda global dos preços das commodities minerais.

Em 2007, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia firmaram, em caráter provisório, Acordo de Parceria Econômica interino com a União Europeia. Em 2014, após extensas negociações, o país assinou – ao lado de seis outros membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – Acordo de Parceria Econômica definitivo com o bloco, garantindo acesso privilegiado ao mercado europeu para suas exportações de carnes e diamantes.

O país se beneficia também de livre acesso ao mercado dos EUA, sob os auspícios do Ato para o Crescimento e Oportunidade na África (AGOA), firmado em 2000 – e cuja renovação está sendo negociada atualmente, dado que expira ao fim de 2015. Ao abrigo do AGOA, aumentaram consideravelmente as exportações botsuanesas de diamantes e têxteis, sendo o país norte-americano responsável atualmente por 5% das importações e 1% das exportações botsuanesas.

O Botsuana é parte da SACU, juntamente com África do Sul, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Desde 2005, esses países eliminaram tarifas em 95% dos produtos e, em 2007, atingiram 99%.

O país também integra a SADC e é sede de seu Secretariado. A integração econômica do bloco é regida por Protocolo de Comércio que entrou em vigor em janeiro de 2000, e estipula um cronograma de desgravação tarifária, com vistas ao estabelecimento de Área de Livre Comércio em 2008; de Tarifa Externa Comum, em 2010, e de União Aduaneira até 2012. Somente a primeira (ALC), contudo, foi implementada até o momento. Além da redução tarifária, os Estados-Membros negociam regras de origem, mecanismo de solução de controvérsias, acordos para produtos especiais (açúcar, têxteis e vestuário), eliminação de barreiras não tarifárias e medidas de facilitação do comércio.

Comércio exterior bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, no período de 2005 a 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e Botsuana decresceu 33,9%, indo de US$ 2,197 milhões para US$ 1,452 milhão, respectivamente. Entre 2013 e 2014, no entanto, o intercâmbio cresceu 44,4%, em razão do aumento acentuado nas exportações brasileiras. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras oriundas do país africano são pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, tem se mantido favorável ao Brasil; no último triênio, por exemplo, os superávits foram de US$ 649,0 mil (2012); US$ 983,0 mil (2013); e US$ 1,442 milhão (2014). De janeiro a março de 2015, as trocas comerciais entre os dois países se limitaram ao valor de US$ 109,0 mil, o que significou uma diminuição de 72,1%,

em comparação ao mesmo período do ano anterior, provocada pela diminuição generalizada das vendas brasileiras à Botsuana. No mesmo período, o saldo comercial experimentou déficit de US$ 70,0 mil, ante o superávit de US$ 389,0 mil apurado nos três primeiros meses do ano anterior.

As exportações brasileiras destinadas a Botsuana decresceram 34,2% nos últimos dez anos, retraindo de US$ 2,197 milhões, em 2005, para US$ 1,447 milhão, em 2014. Entre 2013 e 2014, contudo, as vendas aumentaram 45,5%, motivadas, principalmente, pela expansão dos embarques de máquinas niveladoras de solo. Entre janeiro e março de 2015 as vendas se limitaram ao valor de US$ 20,0 mil, uma diminuição de 94,9%, em relação ao mesmo período de 2014, que pode ser explicada pelo decréscimo nas exportações de tabaco, obras de ferro e aço e de açúcar. Os principais grupos produtos embarcados para Botsuana, em 2014, foram: *i)* máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (valor de US$ 369,0 mil; equivalentes a 25,5% do total); *ii)* obras de ferro ou aço (US$ 258,0 mil; 17,8%); *iii)* tabaco e manufaturas (US$ 205,0 mil; 14,2%); *iv)* açúcar (US$ 173,0 mil; 11,9%); e *v)* armas e munições (valor de US$ 155,0 mil; equivalentes a 10,7% do montante total).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as reduzidas importações brasileiras originárias de Botsuana tiveram registros bastante diferenciados, variando bastante ano a ano, mas mantendo-se sempre em níveis muito pequenos. Os melhores desempenhos da série são encontrados nos anos de 2009 (valor de US$ 272,0 mil) e 2010 (valor de US$ 169,0 mil), quando foram comprados pelo Brasil de Botsuana máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Entre 2013 e 2014, as aquisições sofreram queda de 54,8%, motivada, principalmente, pela retração nas importações de porcas de ferro fundido, ferro ou aço. De janeiro a março de 2015, as importações brasileiras de Botsuana somaram US$ 90,0 mil e, no mesmo período do ano anterior as importações registraram apenas US$ 4,0 mil. Os produtos adquiridos pelo Brasil de Botsuana em 2014 foram: *i)* diamantes industriais, em bruto (valor de US$ 4,0 mil; equivalentes a 74,9% do total); *ii)* microfones e seus suportes (US$ 1,0 mil; 24,4%).

ANEXOS

Cronologia Histórica

1867: Começo da mineração com a chegada de garimpeiros de ouro europeus.
1885: Proclamado o protetorado britânico da Bechuanalândia.
1962: Seretse Khama funda o *Bechuanaland Democratic Party* (BDP), que depois se transformaria no *Botswana Democratic Party*.
1965: O centro administrativo do país é estabelecido em Gaborone; o BDP vence as eleições legislativas – as primeiras com sufrágio adulto universal.
1966: Independência da Bechuanalândia com o nome de Botsuana e sob a Presidência de Seretse Khama.
1969: BDP vence nova eleição geral e Khama é reeleito.
1979: vitória do BDP nas eleições gerais, Seretse Khama é reeleito Presidente.
1980: Botsuana é membro fundador da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC), grupo que objetivava reduzir a dependência econômica da África do Sul; morte do Presidente Seretse Khama; a Assembléia Nacional elege Quett Masire, então Vice-Presidente, como novo Presidente.
1984: Vitória do BDP nas eleições gerais, Quett Masire reeleito Presidente nesta e nas duas eleições subsequentes.
1997: Aprovação de emendas constitucionais limitando a reeleição do Presidente a duas eleições por cinco anos, e diminuindo a idade mínima dos eleitores de 21 para 18 anos.
1998: Quett Masire renuncia à Presidência e se aposenta; o Vice-Presidente Festus Mogae assume o cargo.
2000: Presidente Mogae anuncia que medicamentos anti-AIDS serão distribuídos gratuitamente a partir de 2001.
2004: A proporção da população com HIV cai para 37,5%: Botsuana deixa de ter a maior taxa do mundo; Presidente Mogae é reeleito em grande vitória eleitoral.
2008: Seretse Khama Ian Khama assume a Presidência, após uma década de Governo Mogae.
2009: Ian Khama é confirmado na Presidência após vitória do BDP nas eleições legislativas.
2014: Ian Khama é reeleito Presidente após nova vitória do BDP nas eleições gerais

Cronologia das Relações Bilaterais

1985: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Botsuana.
Agosto de 2004: Visita a Brasília do Secretário-Permanente da Chancelaria do Botsuana, E. S. Mpofu.
Junho de 2005: Sr. Subsecretário-Geral de Política II visita Gaborone.
Julho de 2005: Visita Oficial ao Brasil do Presidente Festus Mogae.
Fevereiro de 2006: Visita Oficial a Botsuana do Presidente Lula.
Julho de 2006: Presidente Festus Mogae participa da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador.
Agosto de 2006: Visita ao Brasil do Chanceler Mempati Merafhe.
Fevereiro de 2007: Início do funcionamento da Embaixada no Gaborone.
Fevereiro de 2008: Visita da Ministra da Juventude, dos Esportes e da Cultura, Sra. Gladys Kokorwe.
Maio de 2009: Visita ao Brasil do Chanceler Phandu Skelemani.
Junho de 2009: Visita do Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial a Gaborone.
Julho de 2009: Abertura da Embaixada de Botsuana em Brasília.
Março de 2010: I Reunião da Comissão Mista Brasil-Botsuana.
Dezembro de 2013: Realização da Reunião de Acompanhamento ("mid-term review") da Comissão Mista Brasil-Botsuana, em Gaborone.

Atos Bilaterais

TÍTULO	CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA
Acordo de Cooperação Técnica	26/07/2005	06/04/2009
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomático, Oficial e de Serviço	18/08/2006	17/05/2009
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação	05/05/2009	05/05/2009
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	05/05/2009	11/2010
Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Botsuana	11/06/2009	07/2011
Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Botsuana	11/06/2009	11/2014

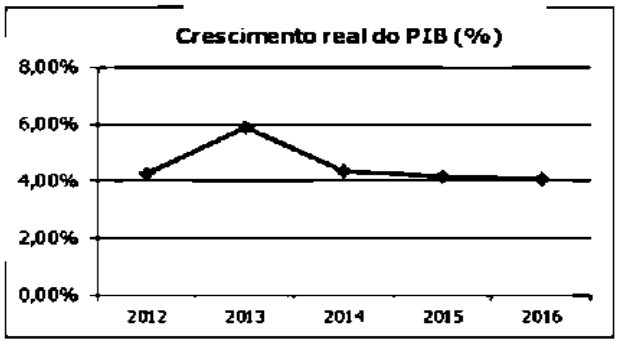
Dados econômico-comerciais

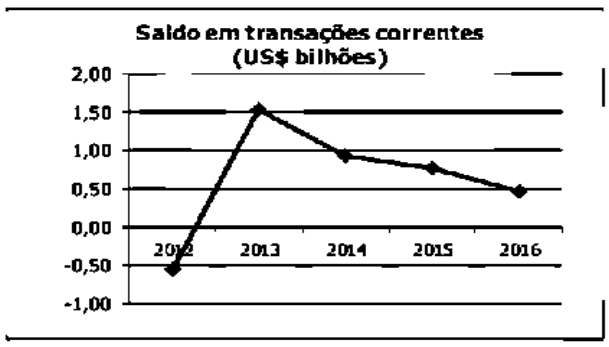
Principais Indicadores Econômicos de Botsuana

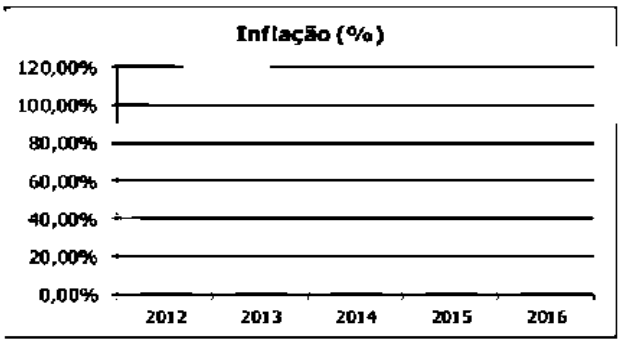
Indicador	2012	2013	2014[1]	2015[1]	2016[1]
Crescimento real (%)	4,26%	5,90%	4,35%	4,18%	4,05%
PIB nominal (US$ bilhões)	14,55	14,80	16,30	17,74	19,06
PIB nominal "per capita" (US$)	7.082	7.120	7.750	8.332	8.850
PIB PPP (US$ bilhões)	29,49	31,69	33,62	35,67	37,82
PIB PPP "per capita" (US$)	14.349	15.241	15.982	16.758	17.557
População (milhões de habitantes)	2,06	2,08	2,10	2,13	2,15
Inflação (%)					
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-0,55	1,54	0,94	0,77	0,46
Divida externa (US$ bilhões)	2,49	2,43	2,16	2,10	2,07
Câmbio (P / US$)	7,77	8,72	9,09	9,36	9,59
Origem do PIB (2014 estimativa)					
Agricultura			1,9%		
Indústria			28,7%		
Serviços			69,4%		

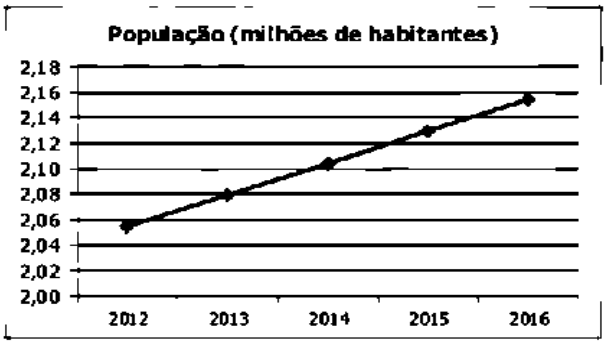
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.





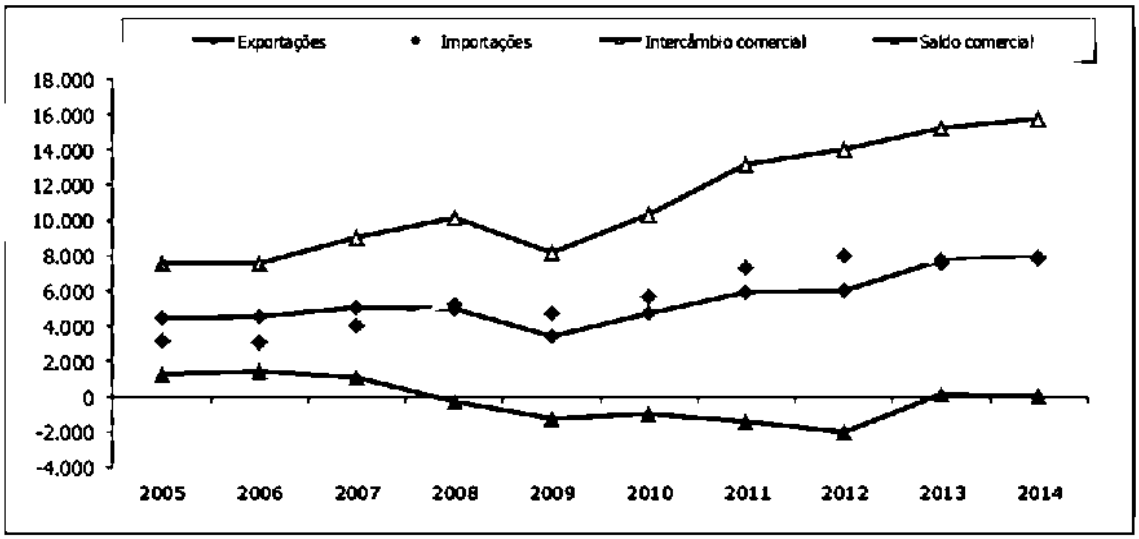




Evolução do Comércio Exterior de Botsuana
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	4.431	26,2%	3.162	-2,3%	7.593	12,6%	1.268
2006	4.506	1,7%	3.053	-3,4%	7.559	-0,4%	1.453
2007	5.073	12,6%	3.987	30,6%	9.059	19,8%	1.086
2008	4.951	-2,4%	5.211	30,7%	10.162	12,2%	-260
2009	3.456	-30,2%	4.728	-9,3%	8.184	-19,5%	-1.272
2010	4.693	33,7%	5.657	74,8%	10.350	53,4%	-964
2011	5.882	25,3%	7.272	28,6%	13.154	27,1%	-1.390
2012	5.971	1,5%	8.025	10,4%	13.997	6,4%	-2.054
2013	7.713	29,2%	7.536	-6,1%	15.248	8,9%	177
2014	7.907	2,5%	7.817	3,7%	15.724	3,1%	90
Var. % 2005-2014	**78,5%**	---	**132,9%**	---	**126,0%**	---	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

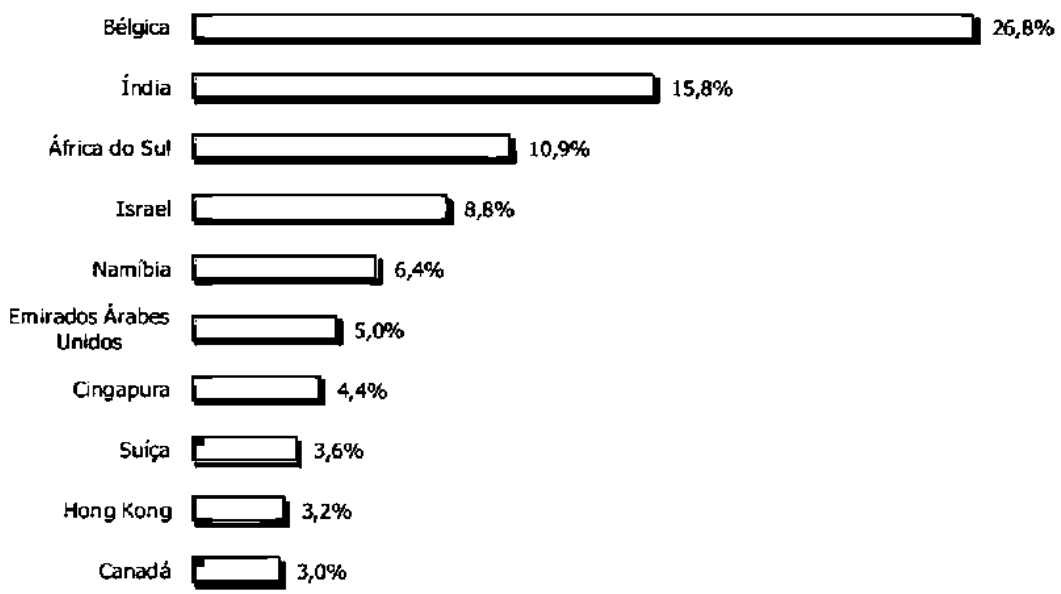


Direção das Exportações de Botsuana
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Bélgica	2.117	26,8%
Índia	1.250	15,8%
África do Sul	864	10,9%
Israel	693	8,8%
Namíbia	504	6,4%
Emirados Árabes Unidos	396	5,0%
Cingapura	349	4,4%
Suíça	286	3,6%
Hong Kong	253	3,2%
Canadá	240	3,0%
...		
Brasil (83ª posição)	***0,002***	***0,00003%***
Subtotal	**6.952**	**87,9%**
Outros países	**955**	**12,1%**
Total	**7.907**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais destinos das exportações

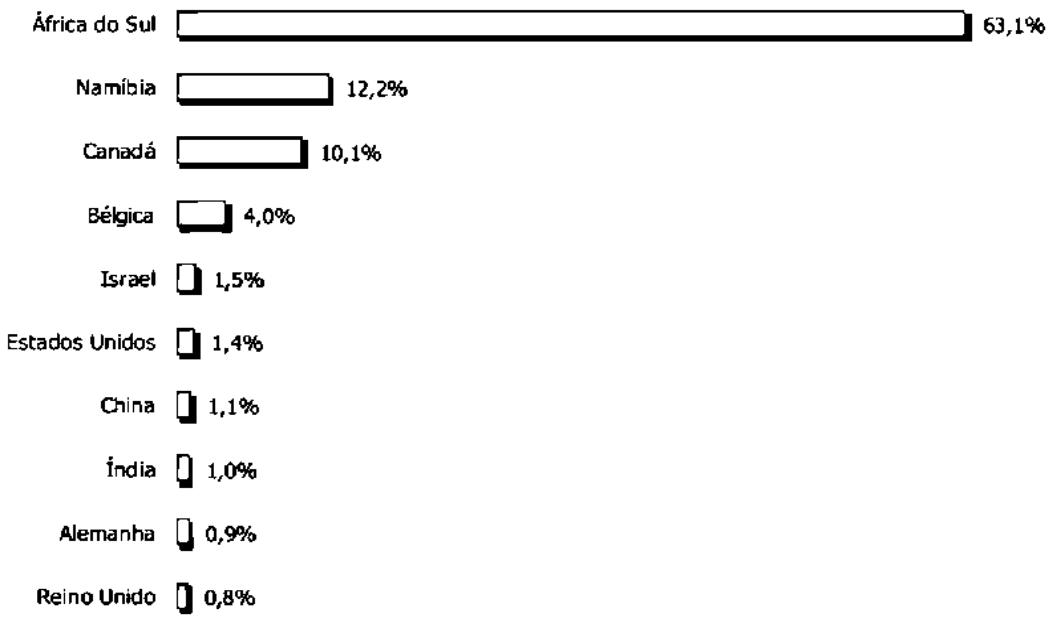


Origem das Importações de Botsuana
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
África do Sul	4.929	63,1%
Namíbia	950	12,2%
Canadá	788	10,1%
Bélgica	311	4,0%
Israel	120	1,5%
Estados Unidos	112	1,4%
China	87	1,1%
Índia	76	1,0%
Alemanha	74	0,9%
Reino Unido	65	0,8%
...		
Brasil (38ª posição)	*2*	*0,03%*
Subtotal	**7.514**	**96,1%**
Outros países	**303**	**3,9%**
Total	**7.817**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais origens das importações

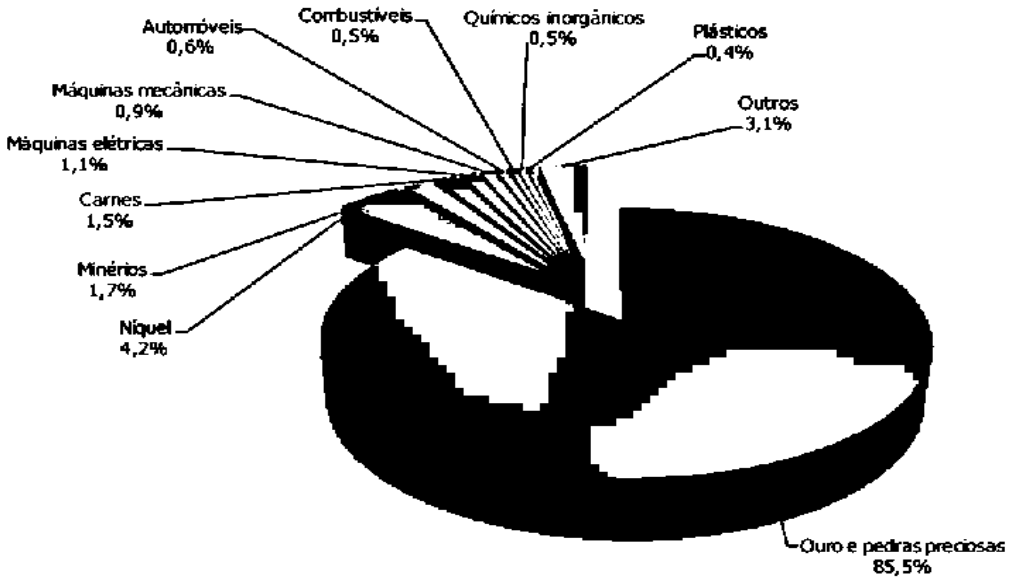


Composição das exportações de Botsuana
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	6.764	85,5%
Níquel	331	4,2%
Minérios	134	1,7%
Carnes	115	1,5%
Máquinas elétricas	84	1,1%
Máquinas mecânicas	75	0,9%
Automóveis	51	0,6%
Combustíveis	39	0,5%
Químicos inorgânicos	37	0,5%
Plásticos	32	0,4%
Subtotal	**7.662**	**96,9%**
Outros	**245**	**3,1%**
Total	**7.907**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

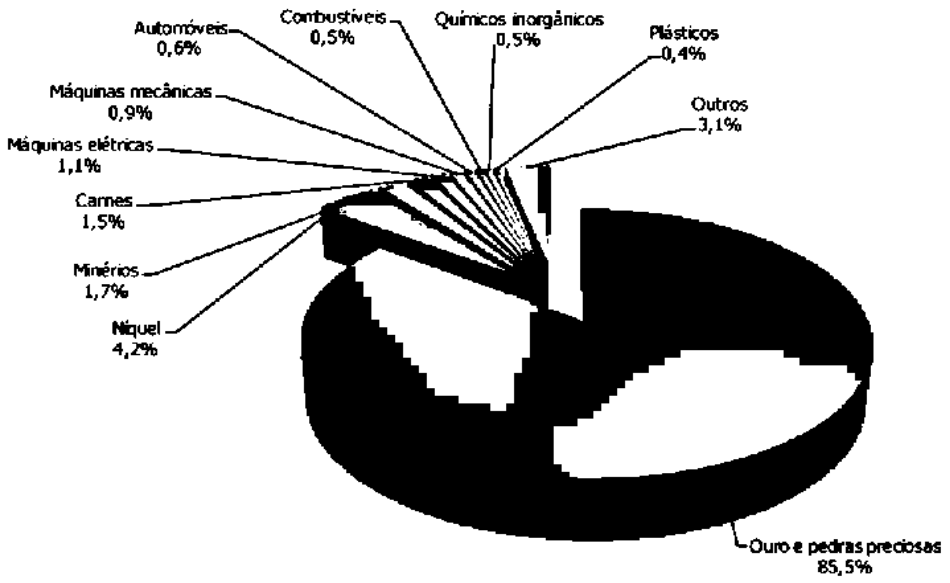


Composição das exportações de Botsuana
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	6.764	85,5%
Níquel	331	4,2%
Minérios	134	1,7%
Carnes	115	1,5%
Máquinas elétricas	84	1,1%
Máquinas mecânicas	75	0,9%
Automóveis	51	0,6%
Combustíveis	39	0,5%
Químicos inorgânicos	37	0,5%
Plásticos	32	0,4%
Subtotal	**7.662**	**96,9%**
Outros	**245**	**3,1%**
Total	**7.907**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

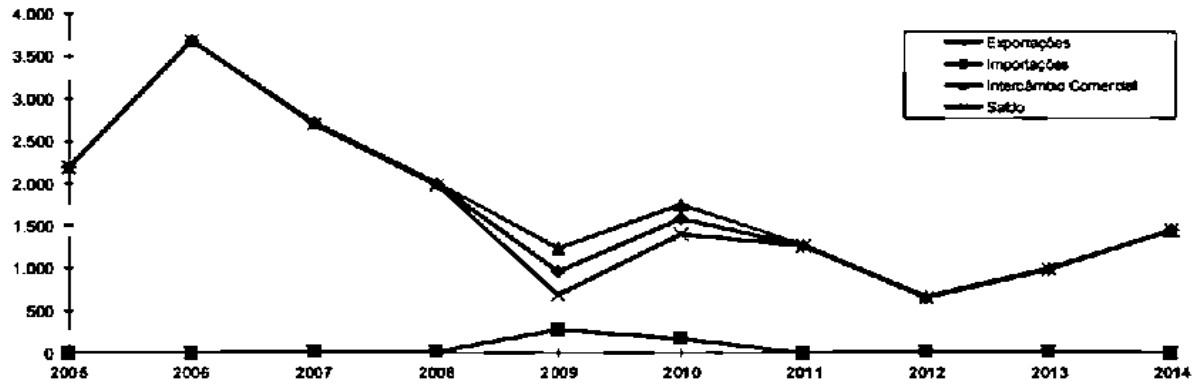
10 principais grupos de produtos exportados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Botsuana
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	2.197	38,9%	0,00%	0	-99,9%	0,00%	2.197	37,5%	0,00%	2.197
2006	3.684	67,7%	0,00%	0	(+)	0,00%	3.684	67,7%	0,00%	3.684
2007	2.711	-26,4%	0,00%	15	n.a.	0,00%	2.726	-26,0%	0,00%	2.696
2008	1.995	-26,4%	0,00%	11	-29,8%	0,00%	2.006	-26,4%	0,00%	1.985
2009	960	-51,9%	0,00%	272	(+)	0,00%	1.231	-38,6%	0,00%	688
2010	1.576	64,2%	0,00%	169	-37,6%	0,00%	1.746	41,8%	0,00%	1.407
2011	1.270	-19,4%	0,00%	5	-97,3%	0,00%	1.274	-27,0%	0,00%	1.265
2012	659	-48,1%	0,00%	10	131,7%	0,00%	669	-47,5%	0,00%	649
2013	994	50,9%	0,00%	11	6,3%	0,00%	1.005	50,2%	0,00%	983
2014	1.447	45,5%	0,00%	5	-54,8%	0,00%	1.452	44,4%	0,00%	1.442
2015 (jan-mar)	20	-94,9%	0,00%	90	(+)	0,00%	109	-72,1%	0,00%	-70
Var. % 2005-2014	**-34,2%**		**---**	**23881,0%**		**---**	**-33,9%**		**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Aviso nº 235 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

TÉRMINO DE PRAZO

Término do prazo de vigência, em 1º de junho do corrente, das seguintes Medidas Provisórias

– **nº 666, de 2014**, que "abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, de Operações Oficiais de Crédito e de empresas estatais vinculadas a diversos órgãos, no valor de R$ 20.139.294.891,00 (vinte bilhões, cento e trinta e nove milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais), para os fins que especifica."; e

– **nº 667, de 2015**, que "abre crédito extraordinário, em favor dos órgãos e empresas estatais, constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, no valor de R$ 74.014.218.398,00 (setenta e quatro bilhões, quatorze milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica".

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, e fará publicar no Diário Oficial da União os atos declaratórios de encerramento do prazo de vigência das referidas Medidas.

As matérias voltam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 208-L-Democratas/15

Brasília, 2 de junho de 2015

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Pauderney Avelino para integrar, como membro Titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 670, de 11 de março de 2015, que "Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995", em substituição ao Deputado Mendonça Filho.

Respeitosamente, – Deputado **Efraim Filho**, Líder do Democratas em exercício.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício n° 62/2015, do Senador Roberto Requião, por meio do qual informa participação na "Reunion de la Mesa Directiva Ampliada y del Grupo de Migraciones", realizado na cidade de Riga, Letônia, entre os dias 13 e 18 de maio de 2015, conforme o **Requerimento n° 420, de 2015.**

O Requerimento vai ao Arquivo.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2015.

Concede isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, suas partes e acessórios, e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder, à importação desses produtos, isenção da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a orquestras ou entidades afins, e, para uso pessoal, a músicos, isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, equipamentos musicais suas partes e acessórios, constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI).

Art. 2º Para se beneficiar da isenção de que trata o art. 1º:

I – as orquestras ou entidades afins e os músicos devem comprovar a atividade profissional;

II – os músicos profissionais somente poderão se beneficiar da isenção, para uso próprio, uma vez a cada trinta e seis meses para a importação, e uma vez a cada vinte e quatro meses para compras no mercado interno.

Parágrafo único. As restrições a que refere o inciso II não se aplicam aos acessórios que guarnecem o instrumento, necessários e indispensáveis à sua manutenção e a sua devida utilização.

Art. 3º O inciso II do art. 9º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea i:

"Art. 9º .....

II – .....

i) instrumentos musicais, equipamentos musicais, suas partes e acessórios, constantes da TIPI, quando importados diretamente por orquestras ou entidades afins ou, para uso pessoal, por músico profissional, incidindo a isenção, quando outorgada a pessoa física, apenas sobre um instrumento musical por beneficiário, caso em que não será outorgada novamente antes de decorrido o prazo de trinta e seis meses contados do despacho concessivo de isenção anterior. (NR)"

Art. 4º A alienação do produto adquirido nos termos desta Lei, antes de trinta e seis meses para os casos de importação, e antes de vinte e quatro meses para os casos de compra no mercado interno, contados da data de sua aquisição, à pessoa que não satisfaça as condições nela estabelecidas, sujeitam o alienante ao pagamento do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 5º Os benefícios de que trata esta Lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que o Poder Executivo, visando ao cumprimento dos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimar o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei, incluí-lo no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação desta Lei, e fazer constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à aludida renúncia.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A qualidade musical produzida no Brasil é inquestionável, assim como sua diversidade. O desenvolvimento de nossa cultura musical, no entanto, ainda enfrenta obstáculos devido ao alto custo que envolve o exercício da atividade dos profissionais responsáveis pelo ensino, produção e divulgação artística, dentre eles os músicos.

Os músicos, principalmente aqueles que estão se iniciando suas carreiras profissionais, deparam-se com valores elevados de partituras e instrumentos musicais, cujos custos elevados devem-se, em grande parte, aos impostos excessivos cobrados no Brasil.

O ordenamento jurídico brasileiro permanece carente de incentivos tributários para orquestras, músicos e afins. Por esse motivo, permitimo-nos reapresentar, com algumas modificações, proposta já veiculada no Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que não teve a oportunidade de ser plenamente apreciado por esta Casa devido ao seu arquivamento ao término da última Legislatura.

O objetivo mais amplo do projeto é incentivar, promover e elevar o padrão musical de forma geral e, assim, garantir o acesso à música de qualidade, incentivando a inclusão social em um nível de excelência.

São essas as razões pelas quais apresentamos este projeto, esperando por sua acolhida e aprovação por parte dos nossos nobres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares,** PSB-SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

Art. 9º São isentas das contribuições de que trata o art. 1º desta Lei:

.....

II – as hipóteses de:

.....

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

.....

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6o do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

.....

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....

§ 6º – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

.....

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2015

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que *dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica***, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 181. .....

.....

III – presidência e, no mínimo, a metade das diretorias-executivas confiadas a brasileiros.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro 1986.

Justificação

O setor aéreo brasileiro é marcado por grande concentração na prestação do serviço de transporte regular de passageiros. Como decorrência deste fato, as tarifas cobradas são elevadas, quando comparadas a diversos outros países, que têm maior nível de concorrência.

De fato, acreditamos que as tarifas somente se reduzirão caso haja um número maior de empresas ofertando este serviço.

Nesse sentido, entendemos que a melhor forma de estimular a entrada de novos concorrentes em nosso mercado é permitir que o capital estrangeiro possa investir em nosso País, situação que geraria emprego, renda e menores tarifas para os brasileiros.

É importante frisar que a possibilidade de se beneficiar dos capitais estrangeiros já é amplamente utilizada por vários setores da economia brasileira, como é o caso das empresas de telefonia, ou das montadoras de veículos. Em ambos os casos, o País se beneficia não só dos recursos que são aqui aplicados, mas também do conhecimento técnico que essas empresas trazem, o que permite oferecer produtos e serviços melhores e

mais baratos. O mesmo ocorre no próprio setor de aviação civil. Os leilões para concessão de cinco dos maiores aeroportos do País realizados recentemente tiveram a participação de importantes grupos estrangeiros.

Nossa proposta visa, portanto, a estender os benefícios do investimento estrangeiro para o transporte aéreo regular de passageiros em nosso País.

Por fim, é necessário destacar que a medida que ora propomos é bastante diferente de se permitir a chamada "cabotagem" por empresas estrangeiras (isto é, que estas possam realizar voos domésticos). Na verdade, o que se permitirá é que empresas estrangeiras (ou outros investidores) possam abrir subsidiárias com sede no Brasil, que deverão funcionar sob as leis locais, da mesma forma que as demais empresas que já operam regularmente em nosso País.

Grosso modo, seria equivalente a uma montadora de automóveis estrangeira abrir uma filial no Brasil, para produzir os veículos localmente: o capital não é nacional, mas a empresa é brasileira, instituída segundo as leis locais. Da mesma forma, pela nossa proposta, caso uma empresa aérea estrangeira queira investir na criação de uma subsidiária local, será bem-vinda, mas a exploração de voos domésticos diretamente por sua matriz continuaria sendo vedada pelo Código Brasileiro de Aeronáutica.

Por tais motivos esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Raimundo Lira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Mensagem de veto
Vide Decreto nº 95.218, de 1987
Vide Decreto nº 3.439, de 2000
Vide Lei nº 12.432, de 2011
Vide Decreto nº 8.265, de 2014

Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Introdução

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1° O Direito Aeronáutico é regulado pelos Tratados, Convenções e Atos Internacionais de que o Brasil seja parte, por este Código e pela legislação complementar.

§ 1° Os Tratados, Convenções e Atos Internacionais, celebrados por delegação do Poder Executivo e aprovados pelo Congresso Nacional, vigoram a partir da data neles prevista para esse efeito, após o depósito ou troca das respectivas ratificações, podendo, mediante cláusula expressa, autorizar a aplicação provisória de suas disposições pelas autoridades aeronáuticas, nos limites de suas atribuições, a partir da assinatura (artigos 14, 204 a 214).

§ 2° Este Código se aplica a nacionais e estrangeiros, em todo o Território Nacional, assim como, no exterior, até onde for admitida a sua extraterritorialidade.

§ 3° A legislação complementar é formada pela regulamentação prevista neste Código, pelas leis especiais, decretos e normas sobre matéria aeronáutica (artigo 12).

Art. 2° Para os efeitos deste Código consideram-se autoridades aeronáuticas competentes as do Ministério da Aeronáutica, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

adestramento de seu pessoal técnico, poderão fazê-lo mediante a anuência da autoridade aeronáutica.

CAPÍTULO III
Serviços Aéreos Públicos

SEÇÃO I
Da Concessão ou Autorização para os Serviços Aéreos Públicos

Art. 180. A exploração de serviços aéreos públicos dependerá sempre da prévia concessão, quando se tratar de transporte aéreo regular, ou de autorização no caso de transporte aéreo não regular ou de serviços especializados.

Art. 181. A concessão somente será dada à pessoa jurídica brasileira que tiver:

I – sede no Brasil;

II – pelo menos 4/5 (quatro quintos) do capital com direito a voto, pertencente a brasileiros, prevalecendo essa limitação nos eventuais aumentos do capital social;

III – direção confiada exclusivamente a brasileiros.

§ 1° As ações com direito a voto deverão ser nominativas se se tratar de empresa constituída sob a forma de sociedade anônima, cujos estatutos deverão conter expressa proibição de conversão das ações preferenciais sem direito a voto em ações com direito a voto.

§ 2° Pode ser admitida a emissão de ações preferenciais até o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, não prevalecendo as restrições não previstas neste Código.

§ 3° A transferência a estrangeiro das ações com direito a voto, que estejam incluídas na margem de 1/5 (um quinto) do capital a que se refere o item II deste artigo, depende de aprovação da autoridade aeronáutica.

§ 4° Desde que a soma final de ações em poder de estrangeiros não ultrapasse o limite de 1/5 (um quinto) do capital, poderão as pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, adquirir ações do aumento de capital.

Art. 182. A autorização pode ser outorgada:

I – às sociedades anônimas nas condições previstas no artigo anterior;

II – às demais sociedades, com sede no País, observada a maioria de sócios, o controle e a direção de brasileiros.

Parágrafo único. Em se tratando de serviços aéreos especializados de ensino, adestramento, investigação, experimentação científica e de fomento ou proteção ao solo, ao meio ambiente e similares, pode a autorização ser outorgada, também, a associações civis.

Art. 183. As concessões ou autorizações serão regulamentadas pelo Poder Executivo e somente poderão ser cedidas ou transferidas mediante anuência da autoridade competente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2015

Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 3º .....

.....

§ 7º Os empreendimentos habitacionais produzidos com recursos de que trata o art. 2º desta Lei deverão destinar cinco por cento das unidades produzidas para atender, preferencialmente, trabalhadores da construção civil." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV prevê, em seu art. 3º, que, na indicação dos beneficiários do programa, deverão ser observados vários critérios, entre eles a priorização no atendimento a famílias residentes em áreas de risco e insalubres ou que tenham sido desabrigadas, a famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e a famílias das quais façam parte pessoas com deficiência.

A inclusão desses critérios na lei ocorreu por intermédio de discussões que resultaram na aprovação das Leis nºs 12.424, de 2011, 12.693, de 2012, e 12.722, de 2012, todas com a finalidade de alterar ou incluir novos dispositivos na referida Lei nº 11.977, de 2009.

Entretanto, nenhuma dessas alterações ou propostas em tramitação no Congresso Nacional trata de um importante grupo de potenciais beneficiários que ainda permanece alijado do programa. Trata-se dos próprios trabalhadores da construção civil, exatamente os que ajudam a construir o sonho da casa própria.

Apesar de a maioria deles preencher os requisitos previstos na lei, ainda é muito baixo o número de beneficiados, o que talvez decorra do desconhecimento dos caminhos da burocracia e da falta de tempo para adotar as providências necessárias a sua habilitação ao programa.

É importante ressaltar que esses trabalhadores também se submetem a todas as regras do PMCMV, especialmente de comprometimento de renda.

Nesse contexto, apresentamos a presente proposta, a fim de destinar cinco por cento das unidades habitacionais produzidas com recursos de que trata o art. 2º da Lei nº 11.977, de 2009, para atender preferencialmente trabalhadores da construção civil.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares no sentido da aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/AM.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Vice–Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV

.....

Art. 3º Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos: (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

I – comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais); (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

II – faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

III – prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

IV – prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

V – prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

§ 1º Em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:

I – a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa;

II – a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;

III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.

§ 2º (VETADO)

§ 3º O Poder Executivo federal definirá: (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

I – os parâmetros de priorização e enquadramento dos beneficiários do PMCMV; e (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

II – a periodicidade de atualização dos limites de renda familiar estabelecidos nesta Lei.

§ 4º Além dos critérios estabelecidos no caput, os Estados, Municípios e Distrito Federal poderão fixar outros critérios de seleção de beneficiários do PMCMV, previamente aprovados pelos respectivos conselhos locais de habitação, quando existentes, e em conformidade com as respectivas políticas habitacionais e as regras estabelecidas pelo Poder Executivo federal. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

§ 5º Os Estados, Municípios e Distrito Federal que aderirem ao PMCMV serão responsáveis pela execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados, na forma estabelecida em termo de adesão a ser definido em regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

§ 6º Na atualização dos valores adotados como parâmetros de renda familiar estabelecidos nesta Lei deverão ser observados os seguintes critérios: (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

I – quando o teto previsto no dispositivo for de R$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 10 (dez) salários mínimos; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

II – quando o teto previsto no dispositivo for de R$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 6 (seis) salários mínimos; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

III – quando o teto previsto no dispositivo for de R$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 3 (três) salários mínimos.(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

.....

Brasília, 7 de julho de 2009; 188º da Independência e 121º da República. – **JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto – Guido Mantega – Paulo Bernardo Silva – Carlos Minc – Marcio Fortes de Almeida.**

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2015

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

II – .....

.....

e) pela coibição e repressão da discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.

.....(NR)"

"Art. 6º .....

.....

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, incluindo a que reforça a discriminação baseada em gênero, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

..... (NR)"

"Art. 37. .....

.....

§ 2° É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, reforce ou incite discriminação baseada em gênero, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

..... (NR)"

Art. 39. .....

.....

XIV – prevalecer-se da condição de imaturidade de crianças e adolescentes para reforçar estereótipos associados ao gênero, inclusive na exposição de produtos e serviços à venda.

..... (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Combater a desigualdade de gênero é um desafio enfrentado pela sociedade brasileira. A discriminação baseada nos papéis sociais estereotipados de homens e mulheres se manifesta na violência doméstica, na in-

justa divisão de tarefas dentro do lar, na desqualificação do trabalho da mulher, apesar da crescente elevação de seus índices de escolaridade, entre outros.

Essa realidade gera danos de toda espécie: político, sociais, econômicos, afetivos. A discriminação enfraquece nossas instituições democráticas, brutaliza as relações humanas, dando esteio para que a violência possa se enraizar geração após geração. A discriminação baseada no gênero reduz as potencialidades do País e, com isso, perdem homens e mulheres.

Contamos avanços nessa área, como a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que contribuiu para sedimentar no pensamento da sociedade brasileira a ideia de que certos assuntos, antes restritos ao domínio do privado, devem ser tratados na esfera pública, em razão de todas as más consequências que acarreta.

Sabemos, entretanto, que a luta contra a discriminação é constante e envolve os mais diversos âmbitos sociais. Por isso, trago à consideração do Congresso Nacional projeto de lei que inibe, nas relações de consumo, práticas discriminatórias reforçadoras de comportamentos machistas, associados, sobretudo, a estereótipos atinentes aos papéis do homem e da mulher na sociedade.

O aprendizado dessas práticas lesivas ao pleno desenvolvimento de homens e mulheres começa muito cedo e, de modo até inconsciente, é repetido de maneira supostamente inofensiva, e, no entanto, contribui para diminuir os horizontes a serem alcançados por meninos e meninas.

E essa prática ocorre, também, nas relações de consumo, especialmente na publicidade e na oferta de produtos e serviços direcionados para o público infanto-juvenil. Mensagens embutidas são transmitidas quando se associa cores e brinquedos ao gênero masculino ou feminino, transformando o que deveria ser simplesmente um momento lúdico em um processo de condicionamento para práticas sociais que devem ser superadas.

Brinquedos são para divertir, estimular, despertar interesses. Não se deve restringir quais deles estarão ao alcance de meninos e meninas, que têm o direito de, indistintamente, brincar de carrinho, blocos, casinha, boneca ou bola. O reforço constante dos estereótipos relativos aos brinquedos que seriam exclusivamente masculinos ou femininos pode gerar sofrimento nas crianças que, livre e inocentemente, têm vontade de brincar com brinquedos que seriam exclusivos de outro gênero. Incutir culpa e sofrimento nessas crianças, induzindo a questionamentos sobre sua masculinidade ou feminilidade baseados no seu desejo espontâneo de brincar pode contribui para o desenvolvimento de transtornos psíquicos na criança, bem como reforçar o machismo e a discriminação de gênero.

O cultivo desses estereótipos, ademais, é incompatível com os novos papeis sociais que, felizmente, vêm sendo assumidos por homens e mulheres, ainda que muitos pais não tenham tido a oportunidade de brincar de bonecas antes de cuidar de seus filhos, ou com panelas antes de se tornarem cozinheiros, e muitas mulheres não tenham brincado com carrinhos e aviões antes de se tornarem pilotos ou motoristas, ou com bolas antes de seguirem carreira como atletas.

Nesse sentido, incluímos a referência à discriminação de gênero nas ações estatais relacionadas à Política Nacional das Relações de Consumo; aos direitos básicos do consumidor; nas disposições sobre propagandas abusivas; e nas práticas vedadas aos fornecedores de produtos e serviços à venda.

Ante o exposto, contamos com o apoio do Congresso Nacional para a aprovação deste projeto, bem como o empenho de todos no sentido de aperfeiçoar proposição, se assim considerarem necessário.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/AM.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....

.....

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II – ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III – harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV – educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V – incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI – coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII – racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII – estudo constante das modificações do mercado de consumo.

.....

.....

CAPÍTULO III

Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II – a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012) Vigência

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII – o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX – (Vetado);

X – a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

.....

.....

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2° É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3° Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

§ 4° (Vetado).

.....

.....

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

XI – Dispositivo incluído pela MPV nº 1.890-67, de 22.10.1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei nº 9.870, de 23.11.1999

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.(Incluído pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei nº 9.870, de 23.11.1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2015

Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do art.61 da Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "m":

"Art.61 - .....

.....

II - .....

.....

m - com a participação de menor de dezoito anos de idade." (NR)

Art. 2º O art. 64 da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 9º, 10 e 11:

"Art. 64 .....

.....

§ 9º Excepcionalmente, se diagnosticada doença mental, o juiz poderá extinguir a medida socioeducativa, ouvidos o defensor e o Ministério Público, e determinar o tratamento ambulatorial ou a internação compulsória, nos termos da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

§ 10 A internação compulsória será por prazo indeterminado, sujeito a reavaliação a cada seis meses, que poderá ser determinada de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou defensor". (NR)

Art. 3° Os arts. 2°, 112, 121, 122, 123 e 124 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°.....

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e seis anos de idade." (NR)

"Art. 112 .....

.....

VIII - internação em estabelecimento educacional com maior contenção, em Regime Especial de Atendimento, após os dezoito anos." (NR)

"Art. 121.....

.....

§ 3° O período máximo de internação será de três anos, salvo no Regime Especial de Atendimento, em que o período máximo de internação será de até dez anos.

§ 4° O período máximo também será de até dez anos se houver reiteração no cometimento de qualquer das infrações previstas no inciso I do § 3° do art.122 desta lei.

§ 5° A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade, salvo se o adolescente for:

I - reincidente em medida de internação e tiver cometido alguma das infrações previstas no inciso I do § 3° do art.122 desta lei; ou

II - inserido em Regime Especial de Atendimento." (NR)

.....

§ 8º Nas hipóteses dos §§ 3º e 4º deste artigo, deverá ser observado o seguinte:

I - o tempo cumprido em estabelecimento educacional será computado para fins do tempo total de internação;

II - em nenhuma hipótese, o adolescente poderá receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto." (NR)

"Art.122.....

.....

§ 3º A medida de internação deverá ser executada em Regime Especial de Atendimento quando preenchidos os seguintes requisitos concomitantemente:

I - o ato infracional praticado for equivalente aos crimes hediondos previstos nos incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990; e

II – automaticamente, quando jovem completar dezoito anos durante o seu cumprimento, independentemente da avaliação a que se refere o § 2º do art. 121.

§ 4º Poderá ser inserido em Regime Especial de Atendimento o maior de dezoito anos que participar de motins ou rebeliões em estabelecimento educacional com destruição de patrimônio público ou manutenção em cárcere privado de servidores ou colaboradores da unidade, se não for submetido a prisão provisória.

§ 5º Para os fins do disposto no inciso VIII do art.112 desta lei, o maior de dezoito anos, após transferência para o Regime Especial de Atendimento, deverá ser avaliado por equipe técnica multiprofissional da entidade de atendimento, cujo relatório será submetido ao juiz, que decidirá pela manutenção ou não no Regime Especial, ouvido o Ministério Público e garantidos o contraditório e a ampla defesa." (NR)

"Art. 123.....

§ 1° - Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas."

§ 2° - Na hipótese prevista no § 3° do artigo 121, a internação deverá ser cumprida em estabelecimento educacional especial, com maior contenção." (NR)

"Art. 124 .....

.....

§ 4° O maior de dezoito anos em cumprimento de internação no Regime Especial de Atendimento terá direito ao trabalho interno ou externo, neste último caso mediante autorização judicial." (NR)

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

O essencial da presente proposta foi apresentado pelo Governo do Estado de São Paulo, durante minha gestão e durante as gestões do governador Geraldo Alckmin, inspiradas em ideia do Dr. Alexandre Moraes. Trata-se de um importante aperfeiçoamento na legislação vigente e que surge como alternativa à da redução da maioridade penal.

As referidas alterações pretendem adequar a legislação existente à realidade atual, criando instrumentos eficazes no combate à crescente participação de menores de idade na prática de atos infracionais.

Assim, pretende-se incluir nova circunstância agravante no artigo 61 do Código Penal, a fim de punir, com maior rigor, o adulto que se utiliza de adolescentes para a prática de crime.

Como se sabe, o ECA considera adolescente a pessoa "entre doze e dezoito anos de idade". Todavia, o Estatuto se aplica, excepcionalmente, "às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade", donde resulta que a proteção integral prevista na Constituição também se estende ao jovem adulto que cumpre medida socioeducativa.

A experiência tem demonstrado que, em muitos casos, a aplicação ao jovem adulto do programa socioeducativo previsto no ECA mostra-se inadequada e ineficaz, tanto para a garantia da segurança e disciplina das unidades, como para o projeto de educação e inserção desses jovens na sociedade.

Propõe-se, portanto, a alteração do artigo 112 do ECA, para nele incluir o inciso VIII, dispondo sobre a internação em estabelecimento educacional com maior contenção, em Regime Especial de Atendimento, após os dezoito anos.

A alteração do artigo 122 do ECA estabelece os requisitos para a inserção no Regime Especial de Atendimento.

Tais requisitos, que devem ser preenchidos concomitantemente, são os seguintes:

- o ato infracional praticado deve ser equivalente aos crimes hediondos previstos nos incisos I a VI do artigo 1º da Lei federal nº 8.072, de 25 de julho de 1990;

- transferência automática do jovem que completar dezoito anos.

Também poderá ser inserido em Regime Especial de Atendimento o maior de dezoito anos que participar de motins ou rebeliões em estabelecimento educacional com destruição de patrimônio público ou manutenção em cárcere privado de servidores ou colaboradores da unidade, se não for submetido a prisão provisória.

Após a transferência automática do jovem que completar dezoito anos para o Regime Especial de Atendimento será determinada pelo Juiz avaliação técnica multiprofissional, para manutenção ou não no Regime Especial, observado o contraditório e a ampla defesa.

Aumenta-se, também, para até 10 (dez) anos, o tempo de permanência no Regime Especial de Atendimento.

Por fim, propõe-se a alteração do SINASE, para fins de regramento da internação compulsória e do tratamento ambulatorial aos adolescentes e jovens adultos portadores de doença mental diagnosticada no curso da execução da medida socioeducativa.

Em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo (página A2), em 25 de abril de 2013, reuni os principais argumentos em defesa das alterações ora propostas, que podem ser lidos a seguir:

"Hora de mudar o ECA

Em novembro de 2003 um casal de namorados foi sequestrado por um bando quando acampava num sítio na Grande São Paulo. Felipe, de 19 anos, foi morto com um tiro na nuca no dia seguinte. Liana, de 16, foi estuprada, torturada e assassinada no quinto dia, com 15 facadas.

Um dos bandidos, o Champinha, de 16 anos, foi internado na Fundação Casa, onde poderia passar, no máximo, três anos, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas a Justiça, diante de laudos psiquiátricos, não permitiu que ele fosse posto em liberdade quando esse período se encerrou. Em 2007 Champinha conseguiu fugir, mas foi recapturado. Um juiz impediu, porém, que ele fosse transferido para a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, pois conviveria com detidos adultos, embora, àquela altura, ele já tivesse 20 anos, dois acima do limite da maioridade penal. Mas era impossível interná-lo num dos hospitais públicos, que não dispõem da contenção física necessária para pacientes psiquiátricos perigosos. Preparamos, então - eu era governador -, uma unidade especial de saúde para poder recebê-lo. Hoje, há seis internados nesse local.

Um procurador federal, pasmem, acaba de entrar com ação pedindo o fechamento dessa unidade e a entrega dos internos a hospitais. Imaginem como seria a internação de Champinha e dos outros na ala psiquiátrica de um hospital comum. Na verdade, se

prevalecer, a ação do procurador implicará soltar esses internados perigosos, que só teriam de receber acompanhamento ambulatorial.

O episódio ilustra, de modo emblemático, a necessidade de alterar a legislação vigente para dirimir dúvidas e fixar critérios que combinem, com mais clareza, os direitos humanos dos infratores e a segurança da população, que, ainda que alguns se surpreendam, também é um direito humano - e de pessoas que não infringiram lei alguma. A interdição dessas mudanças e até do debate é liderada pelo governo federal e pelas bancadas do PT no Congresso, por oportunismo político e ideológico.

Há outros temas que envolvem o assunto, como a maioridade penal. O artigo 228 da Constituição estabelece que são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, que devem sujeitar-se a legislação especial. Mas a eventual mudança desse artigo é improvável, dadas a politização do assunto, a dificuldade de alterar a Constituição e também do debate sobre se esse ponto é ou não cláusula pétrea, que, portanto, não pode ser objeto de emenda. Há, porém, um caminho mais curto, eficaz e viável para punir os crimes violentos praticados por jovens que têm plena consciência dos seus atos. É a mudança do § 3.º do artigo 121 do ECA, que estabelece que, 'em nenhuma hipótese, o período de internação excederá a três anos'. Esse trecho da lei permitiu, por exemplo, que fosse posto em liberdade em fevereiro de 2010 um adolescente que integrou o bando que, num carro, arrastou e matou uma criança no Rio, três anos antes. É o que vai acontecer com o rapaz que recentemente matou o estudante Victor Deppman, em São Paulo. O assassino completou 18 anos três dias depois do crime.

Opositores da mudança do prazo máximo de internação consideram meramente "oportunistas" as iniciativas a respeito motivadas por algum crime recente. Nada mais falso: o tema vem sendo debatido no Congresso há 13 anos, a partir de um projeto de lei do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). Outros parlamentares apensaram propostas, como os líderes do PSDB Jutahy Magalhães (em 2003) e Carlos Sampaio (em 2013). A ex-

deputada Rita Camata, a grande relatora (e desde então a maior defensora) do ECA em 1990, apresentou um projeto, dez anos depois, prevendo a ampliação dos prazos de internação nos casos de crimes hediondos e ligados ao tráfico de entorpecentes. O governador Geraldo Alckmin fez a defesa dessa ampliação, reiterada este ano, quando relançou o debate e encaminhou proposta, por meio de Sampaio. Em fevereiro de 2007, quando governador, publiquei artigo na Folha de S.Paulo defendendo a proposta de ampliação do prazo máximo para dez anos, preparada pelo então secretário de Justiça, Luiz Marrey. Acolhida pelos governadores do Sudeste, foi por eles logo apresentada aos presidentes da Câmara e do Senado.

Outro argumento contrário à alteração do ECA enfatiza que os jovens que cometeram crimes hediondos são minoria entre os infratores. E daí? A morte de apenas uma pessoa, já se disse, nos diminui. O assassinato nos ofende. E a garantia da impunidade, por força da lei, nos humilha. Ora, leis contra o crime punem mesmo é a minoria criminosa, ou seria impossível viver em sociedade. A punição dos que violam o pacto democrático é condição necessária para que o comportamento indesejável não se multiplique.

Diz-se ainda que só políticas sociais oferecem uma resposta adequada. Trata-se de preconceito inaceitável contra os pobres. Qual é a inferência? Que sua condição social os predispõe à violência? Mais ainda, vamos dizer às pessoas que aceitem, estoicamente, a morte violenta de seus filhos, maridos, mulheres e namorados enquanto não alcançamos uma sociedade desenvolvida e igualitária?

É natural e saudável que a comoção causada por eventos trágicos nos leve a refletir e cobrar providências, evidenciando a omissão do governo federal e a resistência dos petistas em fazer o óbvio. Políticas sociais, educacionais e de juventude são urgentes, mas não bastam para impedir a violência. A questão deve ser tratada com racionalidade e responsabilidade. Os brasileiros não podem ser reféns - e vítimas passivas - de disputas de

caráter ideológico. A população não quer saber de dogmas ou se uma ideia é rotulada como "de esquerda" ou "de direita". Quer o combate à violência escandalosa que há no País. Criar uma oposição entre a segurança pública e a defesa dos direitos humanos é uma trapaça intelectual. Se o governo resiste, o Congresso tem de se lembrar que é ele, por excelência, o Poder que representa a vontade do povo."

Essas são, em síntese, as medidas que contribuirão para reduzir a violência que vem acometendo, principalmente, os grandes centros urbanos, mediante adequação da legislação aplicável ao adolescente à atual realidade e aos anseios da sociedade.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**
PSDB-SP

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - a reincidência; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica; (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

l) em estado de embriaguez preordenada.

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Seção II

Do Atendimento a Adolescente com Transtorno Mental e com Dependência de Álcool e de Substância Psicoativa

Art 64. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas, deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial.

§ 1º As competências, a composição e a atuação da equipe técnica de que trata o **caput** deverão seguir, conjuntamente, as normas de referência do SUS e do Sinase, na forma do regulamento.

§ 2º A avaliação de que trata o **caput** subsidiará a elaboração e execução da terapêutica a ser adotada, a qual será incluída no PIA do adolescente, prevendo, se necessário, ações voltadas para a família.

§ 3º As informações produzidas na avaliação de que trata o **caput** são consideradas sigilosas.

§ 4º Excepcionalmente, o juiz poderá suspender a execução da medida socioeducativa, ouvidos o defensor e o Ministério Público, com vistas a incluir o adolescente em programa de atenção integral à saúde mental que melhor atenda aos objetivos terapêuticos estabelecidos para o seu caso específico.

§ 5º Suspensa a execução da medida socioeducativa, o juiz designará o responsável por acompanhar e informar sobre a evolução do atendimento ao adolescente.

§ 6º A suspensão da execução da medida socioeducativa será avaliada, no mínimo, a cada 6 (seis) meses.

§ 7º O tratamento a que se submeterá o adolescente deverá observar o previsto na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

§ 8º (VETADO).

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 2º .....

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

.....

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Art. 121.....

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

.....

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente

após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012)

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;

II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III - avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V - ser tratado com respeito e dignidade;

VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI - receber escolarização e profissionalização;

XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer:

XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1° Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2° A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa)

COMUNICAÇÕES

MEMO. nº 34-15/GAB-MM

Brasília, 2 de junho de 2015

Assunto: Fórum Parlamentar BRICS.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, venho comunicar que não participarei do Fórum Parlamentar do BRICS, como integrante do Parlamento Brasileiro.

Oportunamente, envio protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – Senador **Magno Malta.**

Ofício nº 117/15 – GLPSDB

Brasília, de junho de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Ataídes Oliveira para integrar, como Titular, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 675, de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 118/15-GLPSDB

Brasília, de junho de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Flexa Ribeiro, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, e o Senador Cássio Cunha Lima para integrarem, como Suplentes, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 675 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

A Presidência designa o Senador Cássio Cunha Lima para integrar, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, como suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF, nos termos do **Ofício nº 120, de 2015.**

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 120/15 – GLPSDB

Brasília, de junho de 2015

Senhor Presidente,

Em Resposta ao ofício nº 442/SF, indico o Senador CÁSSIO CUNHA LIMA, para integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais forma manipulados para , em descompasso com a lei , anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, líder do PSDB.

A Presidência designa o Senador Wilder Morais para integrar, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF, nos termos do **Ofício nº 38, de 2015.**

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 38/15 – GLDEM

Brasília, 2 de junho de 2015

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o nome do Senador Wilder Morais, como Titular da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF – Conselho Administrativo

de Recursos Fiscais, foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados, resultando em sonegação fiscal da ordem de até R$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de reais)".

Atenciosamente, – Senador **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas no Senado Federal.

Expedientes dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Antonio Anastasia, referente aos **Requerimentos nºs 497 e 439, de 2015,** de missão, por meio do qual relatam participação na "Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano", no período de 15 a 16 de maio de 2015, no Panamá.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 2015

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
EM 2 / 06 / 2015.

Altera o Art. 229 da Constituição Federal para vincular a assistência paternal a filhos maiores portadores de necessidades especiais e dos filhos maiores aos irmãos portadores de necessidade especiais.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

"Art.1º O Art. 229 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

O Art. 229 Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores **e maiores portadores de necessidades especiais**, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade **e os irmãos portadores de necessidades especiais passivos de tutela ou curatela**.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o objetivo de incluir no texto constitucional o amparo aos portadores de necessidades especiais por sua ascendência ou descendência familiar.

A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil sendo fundamental a busca de medidas que revertam o quadro de marginalização dessas

pessoas. Medidas como inclusão escolar, já constantes no ordenamento jurídico nacional, são fundamentais para reversão do quadro de marginalização desses cidadãos.

Nesse sentido, a proposta que apresento visa gravar no texto constitucional a obrigatoriedade do amparo a pessoas com necessidades especiais por seus parentes próximos, uma vez que a inclusão e o senso de responsabilidade deve começar no próprio seio familiar.

Em face de sua relevância, contamos com o apoio dos nossos Pares para o seu aperfeiçoamento e a sua aprovação.

Sala das sessões,

Senador DONIZETI NOGUEIRA
(PT-TO)

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens, (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas. (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

CAPÍTULO VIII
DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

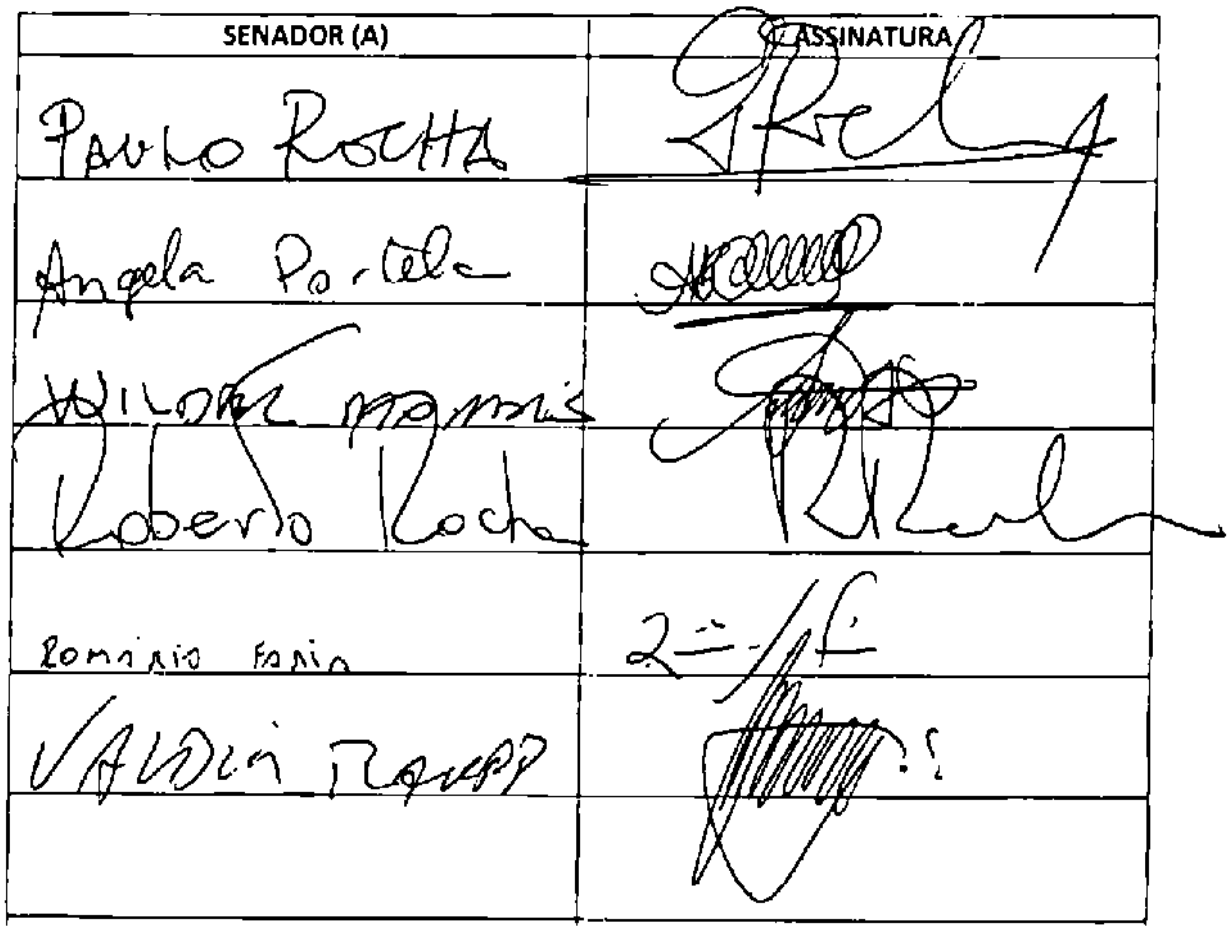
Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015

Altera o Art. 229 da Constituição Federal para vincular a assistência paternal a filhos maiores portadores de necessidades especiais e dos filhos maiores aos irmãos portadores de necessidade especiais.

SENADOR (A)	ASSIATURA
Regina Sousa	
Vanessa Grazziotin	
FERNANDO COLLOR	
José Medeiros	
Paulo R. Leite	
GARIBALDI ALVES	
Antônio Carlos Valadares	
	Raimundo Lira
GLEISI HOFFMANN	
Sandra Braga	
JOÃO DAVI	

SENADOR (A)	ASSINATURA
ELMANO FÉRRER	
RANDOLFE RODRIGUES	
Capiberibe	
Dário Berger	
CÁSSIO CUNHA LIMA	
Simon Tebet	
Waldemir Moka	
Ana Amélia (PP/RS)	
Sen. Maria do Carmo	



(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 2015

Altera o art. 159 da Constituição Federal para introduzir compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios em razão da desoneração de ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados e nas aquisições destinadas ao ativo permanente.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3° do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 159.** .....

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados,59,5% (cinquenta e nove por cento e cinco décimos), na seguinte forma:

.....

f) 10,5% (dez por cento e cinco décimos) aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos primários e semi-elaborados, e aos créditos concedidos e aproveitados decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente.

.....

§ 2° A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se referem o inciso I, alínea "f", e o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha neles estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso I, alínea "f", e do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, incisos I e II.

....."(NR)

Art. 2º O Congresso Nacional tem cento e oitenta dias a contar da data de publicação desta Emenda para aprovar a lei complementar de que trata o art. 161, inciso II, da Constituição Federal, com vistas a regulamentar a partilha de recursos prevista no art. 159, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

Parágrafo único. As transferências da União aos Estados e ao Distrito Federal feitas com base na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, permanecem vigentes até a data de início da entrada em vigor da lei complementar prevista no *caput*.

Art. 3º Fica revogado o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a partir da data de início da vigência da lei complementar prevista no art. 2º, *parágrafo único*.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As exportações de produtos primários e semi-elaborados e as aquisições destinadas ao ativo permanente foram desoneradas de ICMS, a partir da entrada em vigência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Além da desoneração, a Lei, conhecida como Lei Kandir, também previu a compensação aos Estados por conta da perda de receita decorrente da mudança. Posteriormente, a desoneração foi alçada a comando constitucional com a Emenda nº 42, de 19 de dezembro de 2003. A compensação também ganhou referência na Carta Magna, ainda que mediante a introdução do art. 91 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Ocorre que, desde 1997, a compensação nunca se deu em montante compatível com as perdas verificadas, mesmo depois que as transferências com base na Lei Kandir passaram a ser complementadas por meio de auxílio financeiro, estipulado a cada ano por meio de medida provisória. Na verdade, ao longo dos anos, os valores transferidos tornaram-se

cada vez menores, relativamente ao tamanho das crescentes exportações. A cada ano trava-se uma batalha entre Estados e União para definir os montantes a serem transferidos.

Não há o que argumentar contra a desoneração das exportações e dos investimentos que são imprescindíveis ao desenvolvimento do País. Tributos não devem ser "exportados", pois as vendas externas já são oneradas no país de destino. Entretanto, não parece justo que a União venha ao longo do tempo empurrando todo o ônus da desoneração para os Estados. Para reverter esse quadro, é preciso que a compensação seja regrada no próprio corpo da Carta Magna, de modo claro e permanente, e não de modo vago e transitório, como no art. 91 do ADCT. Esse é o objetivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que agora apresentamos.

Na PEC proposta, destina-se 10,5% da arrecadação com o IPI e o Imposto de Renda para os Estados, a título de compensação pelas desonerações de ICMS. Considerando-se os números de 2014, esse percentual resultaria em cerca de R$ 38 bilhões para os Estados, montante similar às perdas estimadas com as desonerações de ICMS existentes. O montante é distribuído conforme a participação de cada Estado nas exportações de bens primários e semi-elaborados e na concessão e efetivo aproveitamento de créditos na aquisição de bens de capital. A exemplo da compensação relativa à desoneração de ICMS sobre as exportações de bens industrializados, prevê-se, na PEC, que não mais do que 20% do total transferido seja destinado a um único Estado, sendo o excedente distribuído entre os demais. Os Municípios também são favorecidos ao receberem 25% da compensação, rateados entre eles com base no mesmo critério utilizado na distribuição da partilha da receita do ICMS.

Enfim, diante da justiça do pleito dos Estados que não podem continuar a arcar sozinhos com o custo da desoneração das exportações e dos bens de capital, é que pedimos aos nobres senadores o apoio a esta PEC.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS

Altera a Constituição Federal para disciplinar a aplicação do subsídio como espécie remuneratória.

NOME DO SENADOR (A)	ASSINATURA
1. ELAIRO MAGGI	
2. WALDEMIR MOKA	
3. ROBERTO ROCHA	
4. ANTONIO ANASTASIA	
5. Ronaldo Caiado	
6. Ricardo Ferraço	
7. Romário	
8. GATIBACH ACIÓS	
9. Regina Sousa	
10. PAULO ROCHA	
11. ELEXA RIBEIRO	
12. João Capiberibe	
13. Marta	
14. [illegible]	
15. [illegible] Nogueira	
16. [illegible] MARIA DO PATRO	
17. [illegible]	
18. Dai Alcolumbre	
19. EDISON LOBÃO	
20. TEL. MÁRIO	
21. Angela Portela	

22. WELLINGTON FAGUNDES	PR MT
23. JOÃO ALBERTO SOUZA	
24.	
25.	
26. ZEZÉ TASSO	
27.	DÉCIO LIMA
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	
42.	
43.	
44.	

Legislação citada

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

"Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, *c*, do referido parágrafo.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)"

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

"Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições

nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2°, X, a. (Incluído pela Emenda Constitucional n° 42, de 19.12.2003)

§ 1° Do montante de recursos que cabe a cada Es-tado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional n° 42, de 19.12.2003)

§ 2° A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços. (Incluído pela Emenda Constitucional n° 42, de 19.12.2003)

§ 3° Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o *caput*, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar n° 115, de 26 de de-zembro de 2002. (Incluído pela Emenda Constitucional n° 42, de 19.12.2003)

§ 4° Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional n° 42, de 19.12.2003)"

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

ADENDO À PROPOSIÇÃO

A Presidência recebeu adendo ao **Requerimento nº 550, de 2015**, contendo 46 assinaturas de subscritores.

Republicação do Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 550, DE 2015

Na forma do disposto no art. 222, § 1º do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos Moção de Solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do Centenário da Campanha de extermínio de sua população, nos seguintes termos:

"O Senado Federal reconhece o Genocídio do Povo Armênio, cujo centenário foi comemorado no dia 24 de abril de 2015. Ao prestar homenagem às suas vítimas e reconhecer a contribuição para a formação econômica, social e cultural do Brasil de milhares de brasileiros descendentes de refugiados armênios, ressalta que nenhum genocídio deve ser esquecido para que não volte a acontecer."

I - inserção em ata de voto de solidariedade;

II – apresentação de solidariedade à Embaixada da Armênia;

III – dar conhecimento dessa declaração à Presidência da República e ao Ministério das Relações Exteriores.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 24 de abril, comemorou-se o centenário da campanha de extermínio da população armênia em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial. Em dezenas de cidades do Império Turco-Otomano, onde conviviam pacificamente famílias de diferentes etnias, toda a população armênia masculina foi reunida à força, executada e empilhada em vales e cursos d'água.

Famílias inteiras foram amarradas e jogadas vivas nos rios, com um de seus membros morto a tiros, levando todos os demais ao afogamento. Estima-se que pelo menos 1,5 milhão de armênios tenham sido assassinados.

Parte da deportação se fez em trens de carga destinados ao transporte de gado. Nas centenas de quilômetros percorridos pela população feminina, a maioria a pé, grande parte das deportadas morreu de inanição ou de doença e as demais foram executadas. As razões invocadas para o massacre foram principalmente a alegada traição dos armênios, que teriam colaborado com o exército russo no início da guerra, a necessidade de limpeza racial para converter a Turquia, então multirracial, em uma nação uniformemente turca, e o fato de os armênios serem geralmente mais educados e mais ricos do que o restante da população.

Os assassinatos foram em grande número, houve deportações em massa, para dificultar a identificação dos perseguidos e limitar sua capacidade de reação ou de contar com ajuda externa. Recorreu-se à asfixia por gases, à inculpação das vítimas e, mais importante ainda, à denegação sistemática e à pressão e intimidação contra os que tentaram reconstituir os acontecimentos históricos. Nisso tudo o genocídio dos armênios foi tristemente exemplar.

Não obstante suas diferenças relevantes, não há dúvida de que o extermínio dos armênios foi precursor no século XX do genocídio judaico. A política de extermínio é até hoje negada pelo governo turco. Entretanto, o próprio Kemal Ataturk, pai do moderno Estado turco, reconheceu em 1920 a existência do massacre, considerando-o "um ato vergonhoso".

O genocídio armênio é reconhecido por número significativo e crescente de países. Na América do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Venezuela emitiram declarações nesse sentido. A maioria dos países europeus reconhece o genocídio armênio e, recentemente, o Parlamento europeu aprovou resolução no mesmo sentido.

A Alemanha, país que mantém historicamente relações estreitas com a Turquia, que relutava em utilizar o termo "genocídio", decidiu fazê-lo em abril passado para marcar os cem anos desse episódio. No mesmo período, o Papa Francisco reconheceu que o massacre armênio "foi o primeiro genocídio do século XX".

Estima-se que no Brasil residam pelo menos 100 mil descendentes de armênios, sendo a grande maioria em São Paulo. São brasileiros cujos antepassados tiveram que sair de sua terra para escapar do genocídio. Em terras brasileiras puderam recomeçar suas vidas, construir famílias e contribuir para formação econômica, social e cultural do nosso País.

O Governo brasileiro, lamentavelmente, ainda não reconheceu o genocídio armênio. Entretanto, alguns Estados já o fizeram. No Brasil, as Assembleias Legislativas dos Estados do Ceará e do Paraná já reconheceram o genocídio armênio.

Em 2015, o Estado de São Paulo instituiu a data de 24 de abril como Dia do Reconhecimento e Lembrança às Vítimas do Genocídio do Povo Armênio, integrando-o ao calendário oficial do Estado.

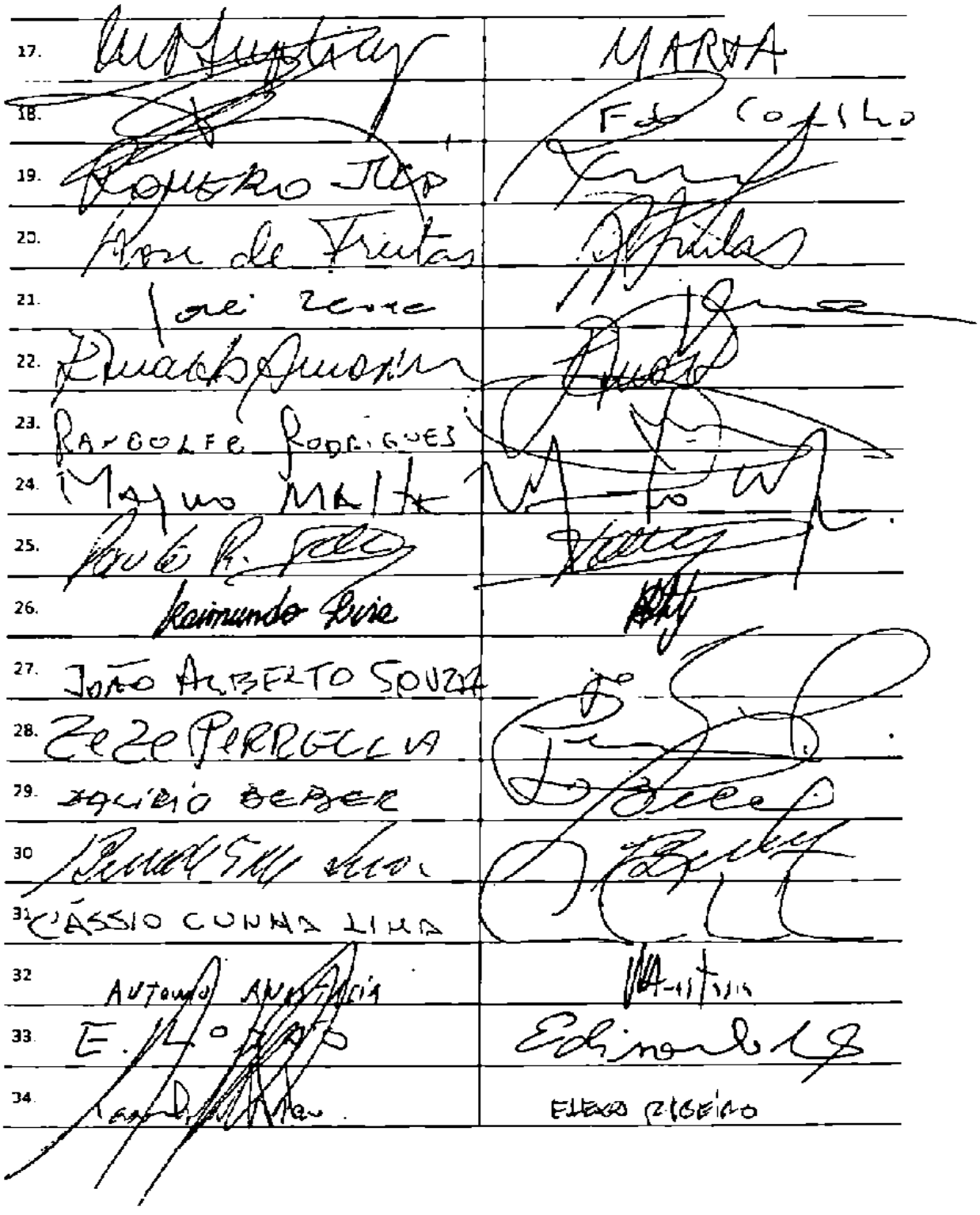
Sala das Sessões, em 01 de junho de 2015.

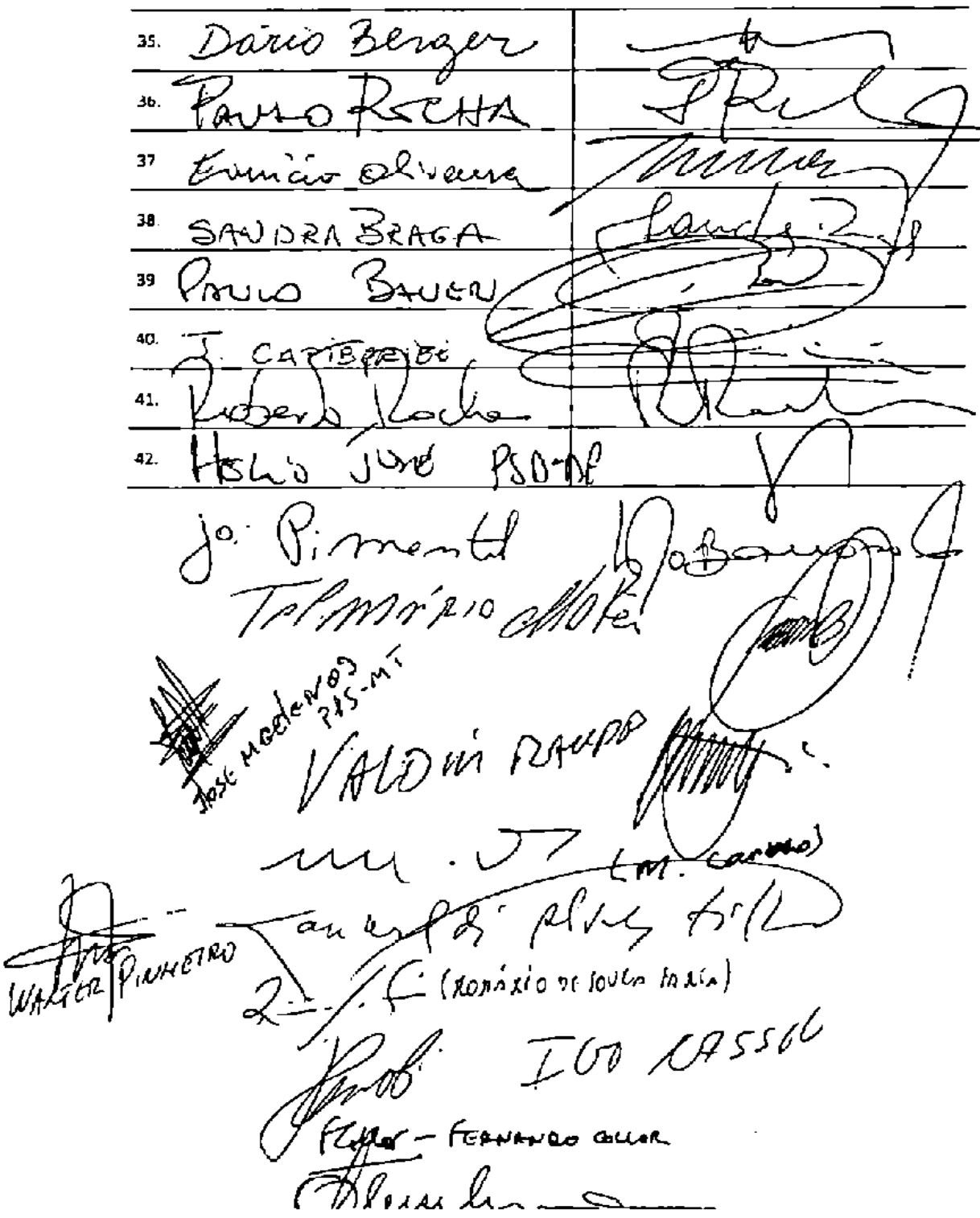
Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Senador JOSÉ SERRA

Requer Moção de Solidariedade ao Povo Armênio por ocasião do Centenário Do Genocídio

SENADOR	ASSINATURA
1. Roberto Requião	
2.	
3. Alvaro Dias	
4. Delcídio do Amaral	
5. Senador Regufe	
6. Lasso Jereissati	
7.	
8.	
9.	
10. Antonio Carlos Valadares	
11. Maria do Carmo	
12 Simone Tebet	
13.	
14.	
15. Acir Gurgacz	
16 Ana Amélia (PP/RS)	


17.
18.
19.
20.
21.
22.
23. RANDOLFE RODRIGUES
24.
25.
26.
27. JOÃO ALBERTO SOUZA
28.
29.
30.
31. CÁSSIO CUNHA LIMA
32.
33.
34.



(À publicação)

O **Requerimento nº 550, de 2015**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do § 1º do art. 222 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, meu caro Senador Telmário Mota.

Caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, nossos ouvintes da Rádio Senado, hoje é um dia muito importante para várias categorias, mas para duas especificamente, em que V. Exª, Senadora Fátima Bezerra, que está aqui presente, a Senadora Ângela Portela, o Senador Valdir Raupp tiveram um papel relevante. Hoje saiu no *Diário Oficial* a publicação da regulamentação da lei do trabalho doméstico, uma lei de altíssimo alcance social. V. Exª esteve aqui e nos ajudou muito nessa matéria – eu fui relatora na Comissão de Assuntos Sociais –, que trouxemos para o plenário, com o Senador Romero Jucá, que iniciou todo o trabalho de criar a arquitetura legislativa de um projeto de altíssimo alcance social.

Os vetos que a Presidente apôs não alteraram, eu diria, em nada a essência do projeto. Cada um exerceu o seu papel. Houve um aperfeiçoamento, um entendimento pela Presidência naqueles pontos, que não alteram o essencial. Em relação aos direitos dos trabalhadores domésticos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que agora passa a ser definitivo e impositivo, não é mais uma opção do empregador, mas uma imposição da lei para assegurar igualdade de direitos dos empregados domésticos com os trabalhadores de outras categorias. Da mesma forma, em relação aos direitos de férias, horas extras, todos esses direitos assegurados às demais categorias.

Então, estão de parabéns. O Congresso fez a sua parte. Quero de novo cumprimentar o Senador Romero Jucá pelo trabalho iniciado; a Deputada Benedita da Silva, que, na Câmara, fez um substitutivo.

Nós entendemos que a Casa podia fazer um aperfeiçoamento. E foi o que nós construímos aqui. O próprio Presidente Renan Calheiros, ao pautar a discussão da matéria, também colaborou para esse processo, assim como os demais Senadores que trabalharam intensamente e nos possibilitaram aprová-la.

Daqui a quatro meses, haverá um Simples doméstico para facilitar tanto a vida do empregador, a dona de casa ou o dono de casa, quanto a do empregado doméstico, que terá em um papel único todas as contribuições sociais que o empregador terá que fazer. Isso facilitará e simplificará.

Isso é uma questão muito importante, meu caro Presidente Telmário Mota, porque vai de fato criar uma situação de segurança jurídica para o trabalhador e para o empregador.

Então, daqui a quatro meses, o Governo oferecerá isso aos trabalhadores e aos empregadores.

Hoje eu estava ouvindo uma entrevista em que um juiz do trabalho recomendava tanto ao empregador quanto ao trabalhador que tivessem o cuidado sempre de fazer toda a documentação, permanente. Como é um trabalho diferente – V. Exª lembrou o caso de sua mãe, lembrou o caso de sua relação com os seus trabalhadores, que sentam à sua mesa para a refeição –, cria-se uma relação, eu diria, de amizade. Não é uma relação de capital e trabalho, porque não é essa relação. É uma relação afetiva.

A minha, Regina Maria dos Santos Veras – até botei sua foto hoje no meu Facebook –, trabalha há 32 anos comigo. Há 32 anos, Senador! Então, é uma relação. Agora, todo mês entrego a ela o recibo da quitação do salário, do 13º, das férias, do adicional de 30%. Então, tudo isso estará num único folheto, o que facilitará. Daqui a quatro meses, o Governo promete colocar isso à disposição, e ela passa a ter o direito da contribuição do Fundo de Garantia.

Essa foi uma medida importante, com grande alcance social.

Vários Senadores e Senadoras de vários partidos, inclusive a Senadora Ângela Portela e V. Exª, Senador Telmário, presente na primeira fila, muito festejado, participaram de um encontro no qual o Governo anunciou, com a Ministra Kátia Abreu, o Plano Safra 2015/2016, com volume 20% superior aos recursos da safra passada, totalizando R$187,7 bilhões, para financiar custeio e investimento.

Aliás, isso, Senador Telmário, é na verdade uma retribuição, porque o setor econômico brasileiro que vem dando notícias boas é exatamente o campo, a agricultura e a produção animal, seja com a exportação de carne bovina, suína ou de frango, seja também com a exportação de soja, que aumentou comparativamente ao mesmo período do ano passado.

Desse total, 149,5 bilhões serão destinados ao financiamento de custeio e comercialização, e R$38,2 bilhões a programas de investimento. Dos recursos para custeio, R$96 bilhões poderão ser financiados com juros controlados – isso é muito importante –, e, no crédito para investimento, R$33,3 bilhões também poderão ser usados a juros controlados.

As taxas anuais de juros serão de 8,75% para os empréstimos de custeio e para os grandes produtores. Para os programas de investimentos, a taxa vai variar de 7% a 10,5% ao ano, valores maiores que os da safra

2014/2015, quando a taxa média de juros para o setor foi de 6,5%. Para os médios agricultores a taxa é de 7,75%; para os grandes, 8,5%.

Num momento de alta crise financeira em que está o País, de contingenciamento e de ajuste fiscal, penso que o Governo fez um esforço para retribuir o papel que a agropecuária brasileira vem oferecendo.

Para os produtores beneficiados pelo Programa de Apoio ao Médio Produtor, os juros serão, como eu disse, de 7,75% ao ano para o custeio e de 7,5% ao ano para investimentos. Os demais recursos do Plano Safra serão disponibilizados para financiamento a taxas de juros livres de mercado. E, por causa do aperto vivido por nossa economia, a próxima safra será, inevitavelmente, produzida a um custo mais elevado. Mas isso faz parte do processo.

Os limites de financiamento, Senador Telmário, também foram dilatados. Para a próxima safra, as margens para custeio, por produtor, foram ampliadas de R$1,1 milhão para R$1,2 milhão. Já em relação à modalidade de comercialização, os limites de financiamento passaram de R$2,2 milhões para R$2,4 milhões, na próxima safra, enquanto o limite nos créditos de investimento ficou mantido em R$385 mil por produtor.

São números gerais que mostram a cara do crédito rural no País e as possibilidades de investimentos na agricultura, relevante setor que precisa de atenção não apenas do Governo.

Eu queria dizer que o que a Ministra Kátia Abreu anunciou hoje, reforçado pela palavra da Presidente da República, Dilma Rousseff, mostrou claramente o compromisso do Governo com esse setor. A própria atitude do Ministro Joaquim Levy, ao fazer as concessões necessárias para dar proteção à produção agropecuária brasileira, demonstra uma unidade de pensamento e, eu diria até, o prestígio da Ministra Kátia Abreu, Senadora nossa colega aqui, no sentido de encaminhar um plano que englobe os interesses, ajustados às necessidades do País, às dificuldades, mas mantendo um aumento dos recursos disponíveis.

Esse é um esforço coletivo que a Presidente da República, para mim, complementa, quando anuncia o esforço das parcerias público-privadas para resolver problemas que são gargalos da infraestrutura, Senador Telmário, por uma infraestrutura – ferrovias, rodovias, portos – eficiente e em condições de responder por esse aumento da produção que vai haver.

Queria também dizer que tivemos a honra – Senador Anastasia, Senador Lasier Martins e eu, e também o Deputado Valdir Colatto, o Deputado Irajá Abreu e o Deputado Heuler Cruvinel – de integrar a missão da Ministra Kátia Abreu numa assembleia geral da Organização Mundial de Saúde Animal, em Paris, quando o meu Estado, Rio Grande do Sul, e o Estado de Santa Catarina foram declarados livres da peste suína clássica – isso é muito importante –, com certificação por essa organização internacional.

Então, isso é muito relevante. E, como eu disse antes, num aparte ao Senador Valdir Raupp, a Ministra também pleiteou junto a essa organização que os Estados de Tocantins, de Rondônia e o Distrito Federal tenham a certificação de áreas livres de aftosa com vacinação, para que se possa ampliar o processo de exportação.

Nessa missão da Ministra, ela teve a oportunidade de ser sabatinada pelo Parlamento da União Europeia. Foi uma verdadeira sabatina, com quase duas horas de perguntas de partidos representados lá, interessados em reservas indígenas, em produtos modificados geneticamente, em todas as questões da preservação da Amazônia, em questões relacionadas à produtividade e a todas as questões do setor agropecuário.

Na OMC (Organização Mundial do Comércio), nós fomos recebidos pelo diretor-geral, o Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, quando se tratou da questão do futuro da Rodada Doha, que interessa muito ao setor agrícola.

E aí, Senador Telmário, uma grande dúvida: a Rodada Doha, em dezembro, em Nairóbi, capital do Quênia, vai ter sucesso? Essa é a maior interrogação hoje. E eu vou lhe dizer por quê. Porque a agricultura é o principal eixo da Rodada Doha. E para o Brasil essa é uma questão crucial. Mas, pelo que nós ouvimos lá, nas conversas com os representantes dos países emergentes, dos BRICS, por exemplo – China, Índia, Rússia, África do Sul e Brasil –, especialmente desses quatro países, não há uma sinalização muito otimista com o futuro da Rodada Doha lá em Nairóbi. E o mais grave é que não haverá avanços de garantias para a questão da agricultura em relação ao mercado interno, em relação a subsídios de exportação, porque os países que são concorrentes não querem mexer nessa área.

Então, nós vamos ficar numa situação de impasse, correndo o risco de voltar à estaca zero da Rodada Doha, e isso poderá até comprometer o próprio papel da OMC, como Organização Mundial do Comércio.

Então, nós temos essa dúvida a respeito do que vai acontecer, em relação ao futuro e a dezembro, na assembleia geral da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio.

Então, eu fico por aqui, Senador Telmário, porque os demais Senadores estão...

Eu gostaria de pedir à Senadora Ângela Portela que lhe ajudasse, Senador – nós temos agora uma reunião do Pacto Federativo, vamos nos reunir para discutir isso, e eu faço parte dessa questão –, e ocupasse a Presidência, enquanto eu vou para essa reunião do Pacto Federativo.

Eu gostaria muito, V. Exª sabe do carinho que tenho, mas a agenda me chama lá.

Muito obrigada.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Senadora Ana Amélia, Senador Telmário, desculpem-me, mas eu também tenho uma audiência no Ministério das Comunicações, e por essa razão não vou poder substituir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Senadora Fátima Bezerra vai estar solidária conosco e vai nos ajudar nessa missão, Senador Telmário, sem dúvida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Antes de a Senadora Ana Amélia sair, quero dizer que S. Exª estava fazendo falta neste Parlamento.

Parabenizo V. Exª pela missão, com certeza, representada por esta Casa, por um dos melhores Senadores que há aqui, V. Exª, o Lasier, que é novato, e tantos outros.

E a Ministra e Senadora Kátia vem, com muito brilhantismo, ocupando essa pasta muito importante, principalmente neste exato momento por que o País passa. Ela, com aquela energia positiva – hoje nós a víamos, e ela era um sorriso só; o sorriso transbordava do seu rosto –, com toda aquela alegria, e mais alegre ficamos nós brasileiros em ver o País já se encontrando, buscando o seu rumo, acreditando no setor que dá sustentação de divisa, de economia, para o abastecimento interno, para as exportações, quebrando aí recordes de produção; o investimento, hoje, maciço – num momento de arrocho fiscal, aumentar em 20% esse investimento. Eu hoje saí dali com o coração aliviado.

E hoje bons ventos sopraram no rumo do Palácio e da Presidente Dilma, principalmente pela Casa cheia. A Casa estava cheia. Não era cheia só de político, de servidores; cheia dos empresários, dos investidores, dos produtores, do otimismo, cheia da esperança e do sonho.

E é por isso que eu fico feliz, em saber que este Brasil tem essa capacidade. Nós brasileiros, Senadora, temos essa capacidade de se erguer. Há horas em que eu digo que o brasileiro é tipo desenho animado: ele cai, quebra e ressuscita na mesma perfeição, e Deus está abençoando e vai dar tudo certo.

Parabéns.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço a V. Exª e aproveito, já que o Senador Donizeti Nogueira acabou de chegar ao plenário, para dizer que, voltando da missão, fomos direto a Palmas, em Tocantins, a capital, para um debate extremamente valioso. Fui conhecer a capital. Eu não conhecia o Tocantins, que é muito importante em pesca, aquicultura e agricultura de baixo carbono. Foi uma tarde inteira de grande relevância para o setor agropecuário e para o Estado de Tocantins, realizada por iniciativa do Senador Donizeti, que aqui fez referência, ontem, na sessão, ao nosso trabalho.

Então, eu queria renovar o agradecimento e, sobretudo, as suas generosas palavras, Senador Telmário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E parabéns à Relatoria de V. Exª, com tanto sucesso, para a PEC das empregadas domésticas. Os acertos, os vetos que houve evitaram até possíveis atritos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Um deles, por exemplo, às vezes, por questão de privacidade, o empregado doméstico poderia pegar uma justa causa. São pequenos acertos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – ...para o projeto se encaixar.

Parabéns!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Iluminada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Fátima Bezerra

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos passar a palavra, agora, ao Senador Telmário Mota, do PDT, de Roraima. V. Exª com a palavra.

Senador, antes disso, permita-me dizer que também quero me associar à Senadora Ana Amélia, e a V. Exª, pelo registro que fez sobre a sanção pela Presidenta Dilma do projeto que regulamentou a Emenda à Constituição que garantiu, finalmente, a isonomia de direitos para os milhões de trabalhadores, por que não dizer, principalmente trabalhadoras domésticas por este País afora. Sem dúvida nenhuma, a conclusão desse processo legislativo tem um simbolismo muito forte porque significa, exatamente, reparar uma injustiça – V. Exª sabe – que remonta há séculos.

Então, estamos hoje todos muito felizes. Quero parabenizar exatamente a Senadora Benedita da Silva, autora do projeto original, a Senadora Ana Amélia, o Senador Romero Jucá também, pelo trabalho que fizeram na Relatoria.

E também quero, Senador Telmário, mandar um abraço muito especial para os artesãos de todo o País. Por quê? Porque, finalmente, na quarta-feira da semana passada, o Projeto de Lei nº 7755, de 2010, inclusive oriundo aqui, do Senado, que trata simplesmente de regulamentar a profissão de artesão, finalmente foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara.

E fico feliz porque aquela audiência pública que nós fizemos aqui, sob a nossa coordenação, para tratar exatamente do tema do artesanato e da valorização dos artesãos em todo o País, deliberou por vários encaminhamentos, e um dos encaminhamentos era exatamente voltarmos agora esse projeto de lei que trata, simplesmente, da regulamentação da profissão.

Foi aprovado lá na Comissão de Desenvolvimento Econômico, deve passar por duas comissões da Câmara, em seguida, se Deus quiser, virá para o Senado.

Mas, com muita alegria, concedo a palavra ao Senador Telmário, um Senador atuante, um Senador que muito honra o Brasil, especialmente o seu Estado aqui no Senado Federal.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, minha Presidenta, V. Exª que representa o Estado onde meu avô nasceu. Eu fico feliz, porque V. Exª, sem nenhuma dúvida, é um modelo, um exemplo a ser seguido.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o que me traz hoje a esta tribuna, Srª Presidenta, são as UPAs e as UBSs, de que gostaria de falar um pouquinho.

As UPAs ficam abertas 24 horas e servem como um intermediário entre as unidades básicas de saúde e os hospitais. Estão equipadas para socorrer pessoas com problemas de pressão, febre alta, fraturas, cortes, infartos e outras ocorrências de média complexidade, evitando que esses pacientes sejam encaminhados aos pronto-socorros e aos hospitais.

As Unidades Básicas de Saúde tratam dos problemas de saúde mais comuns. São conhecidas como postos de saúde. Tratam do dia a dia da saúde, onde os exames de rotina devem ser feitos. O objetivo desses postos é atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade do encaminhamento aos hospitais ou pronto-socorros.

Venho celebrar a iniciativa do Ministro da Saúde, que passou a custear 18 novas unidades dessas UPAs e aumentou os repasses para outras 13.

Os recursos somam na ordem de R$56,5 milhões anuais, que serão repassados em parcelas mensais.

Esses R$56,5 milhões irão custear 31 UPAs, localizadas em 30 Municípios de 12 Estados brasileiros: Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo. Das unidades beneficiadas, 18 são novas, 13 são qualificadas e 1 é ampliada e qualificada para esse atendimento.

E por que Roraima não tem nenhuma UPA? Por quê? Sabe por quê? Por falta de gestão, por falta de honrar os compromissos de campanha.

Quero aqui conversar com a Prefeita de Boa Vista, Prefeita Teresa Jucá, do Município de Boa Vista. V. Exª assumiu o Município prometendo postos 24 horas, prometendo UPAs. Hoje, a questão de saúde no meu Estado é de calamidade! Nem os postos de saúde atendem nem as UPAs existem. Estão superlotando os pronto-socorros, superlotando o hospital, faltando medicamento, faltando hospital, faltando médicos, o Hospital Infantil com falta de médicos! Então, deixa-me muito triste ver a população do Estado de Roraima passando por isso pela falta de compromisso, pela falta de competência, pela falta de competência de trabalho, e ficar à mercê dessa Saúde, quando o Brasil inteiro está recebendo. São vários Estados brasileiros, 31 unidades da Federação, recebendo R$56,5 milhões, que poderiam chegar ao Estado de Roraima para beneficiar aquela população tão carente de uma saúde pública de qualidade.

Lamento isso, com muita tristeza! Mas estamos procurando o Ministério da Saúde para ver como podemos fazer essa reposição deficitária, administrativa da prefeita, para que possamos, já que trezentas e poucas mil pessoas, das quatrocentas mil que moram lá, estão na capital... É preciso que o Ministério, que não tem culpa, possa dar suporte ao Governo do Estado para fazer uma compensação da falta dessas UPAs, desses postos básicos que não estão abastecidos nas prefeituras para atender a nossa população. Fica aqui o nosso protesto, o nosso registro. Estamos empenhados.

E queria dizer à prefeita que estamos à inteira disposição para ajudá-la a calçar a sandália da humildade, lembrando que representamos instituições e que estamos prontos para ajudar o Estado de Roraima, porque o povo não pode sofrer por nenhuma vaidade e, principalmente, por nenhuma incompetência administrativa.

Fica aqui o meu registro, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Telmário, solicito a V. Exª que dê continuidade aqui à condução dos trabalhos legislativos, porque, logo mais, nós teremos a inauguração de mais uma unidade da Casa da Mulher Brasileira, exatamente aqui em Brasília, e a Bancada feminina não pode faltar de maneira nenhuma. (*Pausa.*)

A Srª Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Continuando os nossos trabalhos, vamos ouvir a Senadora Fátima Bezerra, do nosso Rio Grande do Norte, terra do meu avô Cabral, da minha mãezinha, que era empregada doméstica e não teve a oportunidade de ser beneficiada com essa lei tão importante. Mas fico feliz que os diversos servidores domésticos hoje estejam garantidos, que tenham aquela garantia que a minha mãe não teve. Ela era filha de um homem lá do Rio Grande do Norte, da família Cabral, com uma índia. Minha mãe era misturada.

Senadora, com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Que bonito, Senador Telmário!

Senador Telmário, Senadora Vanessa, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, é exatamente disso que o Brasil precisa – não é, Vanessa? O Brasil precisa firmar direitos, universalizar direitos e, exatamente, corrigir injustiças, como foi feito hoje com a sanção pela Presidente Dilma da lei que traz finalmente a isonomia de direitos para os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas do nosso País.

Portanto, o Brasil não precisa ir na contramão da história e, por exemplo, enveredar pelo rumo da questão da redução da maioridade penal. E esse é exatamente o tema, Senador Telmário, da minha reflexão nesta tarde em que ocupo a tribuna do Senado mais uma vez.

No último fim de semana, mais uma ameaça, mais uma investida contra os direitos humanos em nosso País foi feita. Refiro-me, exatamente, à fala do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, quando a imprensa noticiou, nesse final de semana, que ele destacou que, após a conclusão da reforma política... Aliás, reforma política, não! Porque o que está sendo aprovado na Câmara dos Deputados é uma contrarreforma, mas isso será objeto de um pronunciamento nosso em outra ocasião.

Mas o que eu quero aqui colocar é que o Deputado Eduardo Cunha disse que, após a conclusão da reforma política, colocará para a votação em plenário, até final deste mês, a PEC 17.193, que prevê a redução da maioridade penal no País, de 18 anos para 16 anos.

O Presidente da Câmara também propõe que a sugestão passe por um referendo a ser feito junto com as eleições municipais de 2010. É evidente que ele sugere esse referendo, porque, dada ainda a necessidade de maior aprofundamento sobre o tema, dado, inclusive, o aspecto do ponto de vista da comoção que envolve esse tema, acha que a maioria da população é favorável à redução da maioridade penal.

Ao se pronunciar sobre o mérito da PEC, o Presidente da Câmara fala como se aprovar a alteração da maioridade penal fosse uma questão, inclusive, de derrotar o PT. Meu Deus, isso é um sentimento muito pequeno! Muito pequeno esse sentimento! Até porque os setores mais progressistas deste País, como entidades civis ligadas aos direitos humanos, advogados, magistrados, especialistas e grande parte dos religiosos, o próprio Governo que, por meio de diversos pronunciamentos da Presidenta Dilma, entendem que, se essa alteração for aprovada na PEC, ou seja, a redução da maioridade penal, da idade penal, quem levará um golpe profundo serão os direitos humanos e a juventude deste País, especialmente os jovens pobres, os jovens negros. Exatamente os jovens pobres e os jovens negros que ainda não têm, Sr. Presidente, oportunidade de educação e emprego.

O Governo anuncia que criou uma comissão de ministros exatamente para estudar uma proposta alternativa à PEC que tramita na Câmara, prevendo mudanças na legislação para penalizar mais severamente adolescentes que cometem crimes contra a vida e os adultos que aliciarem menores para o mundo do crime.

Então, quero colocar aqui que o Governo, portanto, ao contrário do que defende o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, prefere e defende endurecer a lei para punir adultos que usarem menores de 18 anos em crimes. Volto a dizer: o Governo prefere, corretamente, endurecer a lei para punir adultos que usarem menores de 18 anos em crimes.

E, nessa direção, o Secretário de Comunicação Social, Edinho, anunciou exatamente a criação de uma comissão de ministros para estudar uma proposta alternativa à PEC que tramita na Câmara.

Estamos certos de que grande parte das pessoas que defendem a alteração na Constituição assim o faz por acreditar que a mudança reduziria a criminalidade. Consideramos que, se a população tiver acesso às reais informações sobre os índices de criminalidade entre os menores, não será a favor dessa redução. E mais: muitas pessoas desconhecem que a PEC não contribui em nada para reduzir os índices de criminalidade do País.

Aqueles que defendem a redução da maioridade penal teimam em comparar nossa situação com o restante do mundo, muitas vezes manipulando os dados, inclusive, a seu favor. Ao contrário do que muita gente diz, somos um dos poucos países do mundo que estabelecem a responsabilidade penal antes dos 18 anos. Hoje, somos um dos poucos que fixam o início da responsabilidade juvenil aos 12 anos. A maioria dos países da Europa, por exemplo, só o faz a partir dos 14 anos. Responsabilizar jovens como jovens é uma coisa – e isso, inclusive, já é feito. Agora, punir jovens como se adultos fossem é outra completamente diferente.

De uma lista de 54 países divulgada pela Unicef, a maioria deles, 70%, adota a idade de responsabilidade penal absoluta apenas aos 18 anos, como é o caso do Brasil. Estados Unidos, Inglaterra e Suíça, que têm previsão legal para punir jovens ou até mesmo crianças como se fossem adultos, são exceções. A maioria dos países age diferentemente até em decorrência das recomendações internacionais de que deve haver um sistema de justiça especializado para julgar, processar e responsabilizar autores de delitos abaixo dos 18 anos.

Todos os países que reduziram a maioridade penal não registraram redução da violência. Por isso que, inclusive, alguns deles, como, por exemplo, Alemanha e Espanha, que tinham adotado a redução da maioridade penal, já voltaram atrás na decisão de criminalizar menores de 18 anos. Na Alemanha, por exemplo, foi criado um sistema especial para julgar jovens na faixa de 18 a 21 anos.

E, no que diz respeito aos percentuais de cometimento de crime, será que os defensores da redução da maioridade penal sabem que menos de 1% dos homicídios cometidos no País tem como autores menores de 18 anos? Os dados são do Ministério da Justiça e da Unicef, que também informam que, dos 20 mil adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, apenas 11% cumprem pena por assassinato. A maioria, 43,7%, cometeu crimes contra o patrimônio, como furto e roubo. Outros 26,6% estão presos por envolvimento com o tráfico de drogas.

E, Sr. Presidente, outro dado, aqui, para reflexão, com relação a reincidências, enquanto 70% dos adultos presos voltam a cometer crimes, apenas 20% dos jovens que cumprem medidas socioeducativas infringem novamente a lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma das legislações mais avançadas do mundo, e isso é reconhecido por especialistas, por autoridades no assunto. Ao elaborá-lo, o legislador escolheu privilegiar, através do ECA, medidas socioeducativas com caráter predominantemente educativo e não punitivo, o que não significa, de maneira nenhuma, passar a mão na cabeça ou deixar que impere a impunidade.

Na verdade, nosso País, o Brasil, já possui uma das menores idades para a responsabilidade juvenil, que é de 12 anos, como já falamos. A partir desta idade, qualquer adolescente é responsabilizado pelo ato cometido contra a lei, e fica sujeito a sanções penais que vão desde prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida até semiliberdade e internação.

Portanto, o problema não é legislação, não é com o ECA; o problema é dar efetividade ao cumprimento da legislação. É disso que se trata, volto a dizer. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, temos uma das legislações mais avançadas do mundo. Mas é preciso que a lei seja cumprida, porque não adianta termos uma lei baseada na ressocialização, se as unidades socioeducativas estão superlotadas, muitas vezes nos moldes das prisões comuns. Não oferecem atividades esportivas nem medidas de reinserção na sociedade, há carência de funcionários e de acompanhamento familiar, entre outras dificuldades. Infelizmente, este é o quadro que temos nas chamadas unidades socioeducativas pelo País afora.

Não temos que endurecer a lei, mas cumpri-la! O que precisamos é encontrar formas de implementar plenamente direitos de educação, saúde e outros, previstos no ECA e na Constituição. A sociedade não está fazendo o seu trabalho: é negligente com a educação de seus jovens e, depois, quer resolver problemas sociais com punição, botando na cadeia.

E o Legislativo, que tem o dever de elaborar leis em prol da sociedade, lança uma proposta de encarcerar nossos meninos e meninas longe de nossas vistas, como se o adolescente infrator brotasse espontaneamente em nossa sociedade.

Não podemos ser cínicos, senhoras e senhores. Todos sabemos que os adolescentes são cooptados para o crime por adultos, porque esses adolescentes, que deveriam estar protegidos pela sociedade, estão soltos por aí. O adolescente infrator é fruto de um estado de injustiça social que gera e agrava a pobreza, em que sobrevive grande parte da população – índices que nosso Governo do PT e aliados, aos poucos, está conseguindo reverter.

Os jovens precisam é de mais atenção, oportunidade, proteção e formas de integração à sociedade. Se forem colocados na prisão com adultos, serão violentados, entrarão em contato direto com os mais perigosos criminosos, aprenderão técnicas criminosas muito bem elaboradas e sairão dali, ainda jovens muitas vezes, mas não nos iludamos, sairão com Ph.D. na criminalidade, em vez de prontos para serem reinseridos na sociedade.

Puni-los com o encarceramento é negar a eles a chance de se tornarem cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.

No mundo todo, ações no campo da educação têm-se mostrado muito mais positivas do que o simples aprisionamento.

Portanto, senhoras e senhores, o que os jovens precisam é de escolas de tempo integral e não de prisões para se escolarizarem no mundo do crime. Vou repetir: o que os jovens precisam é de escola, escola de boa qualidade, escola inclusive em tempo integral, e não de prisões para se escolarizarem no mundo do crime.

Ao invés de estarmos discutindo, aqui, punições, deveríamos estar discutindo formas de manter nossos meninos e meninas longe da criminalidade.

Então, Sr. Presidente, é essa a reflexão que faço na tarde de hoje, mais uma vez chamando a atenção do Senado Federal e dos que nos ouvem e nos assistem neste exato momento para a necessidade que a sociedade tem, Senador Telmário, de estar mobilizada, vigilante.

A escalada conservadora em curso no nosso País, capitaneada pelo Presidente da Câmara, continua em marcha.

A reforma política, que nós estamos acompanhando, é um absurdo! É uma reforma política que está se constituindo em uma verdadeira contrarreforma, porque, na verdade, o que foi aprovado até o presente momento, na Câmara dos Deputados, não vai em direção, em nenhum momento, de corrigir os erros e as distorções.

A Câmara já aprovou a terceirização, liberando para todas as atividades-fim, matéria essa que está no Senado e que nós, se Deus quiser, vamos derrotar, vamos corrigir. Agora, insiste, exatamente, no tema da redução da maioridade penal, ou seja, é a agenda conservadora em curso.

Daí a necessidade, repito, de a gente estar aqui mobilizado, fazendo o bom debate, a boa discussão do Senado Federal com o envolvimento da sociedade. É muito importante que a sociedade venha para dentro do Congresso Nacional, para que o Senado, ouvindo as vozes da sociedade, possa deter essa marcha conservadora em curso neste exato momento, inclusive agora, quando ele diz que quer colocar a PEC da redução da maioridade penal.

Somos contra por tudo aquilo que já acabamos de falar, porque não é disso que os nossos jovens precisam. Os nossos jovens precisam de oportunidade de emprego, de educação e de cultura. É disso que os nossos jovens precisam e a que têm direito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senadora, só complementando a fala de V. Exª, não diria nem que era uma agenda conservadora, mas uma agenda demagoga, porque o que me parece é que aquilo que a sociedade está querendo e que não prejudica o Parlamento se bota em votação para fazer plateia, porque, se forem consultar a população, ela quer que se fechem as duas Casas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – A primeira coisa que eles querem é isso. Agora, quanto à questão da menoridade, V. Exª fez uma boa explanação, e eu queria só acrescentar dados.

Não se vai diminuir a criminalidade. A população está aflita e sente hoje a violência na rua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Quando uma pessoa é morta por um jovem ou perde a vida por meio do jovem, a mídia faz um alarde danado, é muito bom divulgar isso...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Há toda uma comoção.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Mas diariamente... Sabe quantas pessoas morrem pelo Brasil, por ano? Cinquenta e seis mil. Dessas, 53% são jovens; desses jovens, 77% são negros.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Desses 53%, 93% são do sexo masculino.

Então, bem disse V. Exª: antes de discutir a menoridade, vamos embora dar condições a ele primeiro: vamos dar casa, emprego, um trabalho social com dignidade, uma vida com dignidade. Vamos dar segurança, escola. Vamos "oportunizar", como é "oportunizado" o filho do rico. Aí sim, se a pessoa praticar, é por índole. Aí o índice é muito baixo, é baixíssimo.

Dessas pessoas que vão hoje para essas casas de recuperação, só 20% voltam a ser reincidentes; dos que vão para uma cadeia, para uma casa de detenção, 70% voltam à criminalidade.

Então, como bem disse V. Exª, é pegar o jovem que ainda é vítima do próprio sistema, para quem o próprio Estado ficou de costas – quando digo Estado, refiro-me ao Município, ao Estado ou à Federação. O Estado ficou de costas para esse jovem quanto aos serviços públicos de qualidade, que não houve, e essa pessoa vai para uma sala fria, fazer um curso na escola do diabo, porque o que vemos ali são procedimentos. Se o cara chega lá com uma especialidade, como muito bem classificou V. Exª, sai Ph.D. em diversas especialidades.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Saem Ph.D.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Em diversas especialidades.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Em diversas especialidades.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Se ele chegou lá porque arrombou uma porta, sai de lá sabendo arrombar um cofre. Se chegou lá porque roubou uma galinha, sai como um bocado de político pilantra, roubando a Petrobras. E esses não vão para a cadeira. Esses não vão para a cadeia. Quem vai para a cadeia é o pobre!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza, Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Na hora em que eu ver os políticos que roubaram a Petrobras e que roubaram outro setor lá na cadeia, aí vamos colocar os nossos jovens.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza, Senador.

Só para concluir, o que os nossos jovens precisam é de escolas da vida e não de escolas do crime – escolas da vida, aqui, entendidas como escolas com professores bem remunerados, valorizados, com boas condições de trabalho, como escolas sintonizadas com o mundo contemporâneo de hoje, de banda larga, de acesso à internet. É dessa escola da vida que os nossos jovens precisam. Daí a nossa luta incansável em defesa da educação, inclusive pela realização das metas do novo Plano Nacional da Educação, e não para colocar, como bem disse V. Exª agora, nossos jovens nas escolas do crime. Jogá-los nas prisões por este Brasil afora, da forma como essas prisões se encontram hoje, é jogá-los na chamada escola do crime. E uma legislação dessa natureza, como a PEC 177, que propõe a redução da maioridade da idade penal, em nada vai contribuir; muito pelo contrário, ela vai agravar! O Senado e a Câmara têm que debater os grandes temas, a começar por uma reforma política – não o que está sendo feito –, para depois ingressar na reforma tributária, no Pacto Federativo, na democratização da comunicação etc.

É isso, Senador.

Muito obrigada.

E o nosso papel aqui é este: é resistir, é lutar. Com o apoio e com o envolvimento da sociedade, eu tenho muita crença, mais do que crença, mais do que fé, mais do que esperança, eu tenho muita confiança, Senadora Vanessa, de que nós vamos barrar essa agenda conservadora!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Ouvimos a Senadora Fátima Bezerra, mulher, mãe, do Rio Grande do Norte, a guerreira, a lutadora.

Agora vamos substituí-la na tribuna por ela que vem lá do Amazonas, Estado-mãe do meu Estado de Roraima, Vanessa Grazziotin, do PCdoB, o Partido mais antigo do Brasil, que atravessou mares turbulentos, mas que ajudou muito na construção da democracia brasileira. Ela honra este Parlamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Telmário. Obrigada, sobretudo, pelas observações que faz em relação ao meu Partido, o PCdoB. E nós do Amazonas, como V. Exª e todo o povo de Roraima, nos sentimos irmãos, não mãe e filho, mas irmãos, unidos nas mesmas bandeiras e nas mesmas lutas. Eu costumo dizer que, se os Estados da Região Norte tivessem entendido a importância da sua unidade, nós já teríamos ido para muito além do que chegamos hoje, mas nós continuamos trilhando e tenho absoluta certeza de que, um dia, alcançaremos essa organização.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, que trata da Procuradoria da Mulher e de questões relativas à mulher, eu quero cumprimentar a Senadora Fátima e V. Exª pelo posicionamento firme, correto e justo que acabaram de manifestar em relação ao projeto que pretende diminuir a maioridade penal, o que é um absurdo. Eu, talvez, seria a primeira a defender esse projeto, se todos os dados e as estatísticas mostrassem que o sistema prisional brasileiro serve para recuperar as pessoas, mas, como V. Exªs falaram e nós sabemos já de forma farta, o sistema prisional brasileiro não só não recupera, mas, muitas vezes, ainda piora a situação dos infratores. Então, precisamos travar o debate aqui com certeza, tendo um norte, não é jogando para a plateia, mas para aquilo que é correto, para aquilo que é justo, para aquilo que vai contribuir com o desenvolvimento e o bem-estar da nossa juventude.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, hoje eu quero falar aqui, mais uma vez, sobre a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. A Procuradoria tem a missão nobre de zelar pela defesa dos direitos da população feminina e de funcionar como uma combinação de ouvidos, de olhos e de voz da mulher brasileira aqui, dentro do Senado Federal. A Procuradoria da Mulher ouve, com sensibilidade e atenção, as demandas, as reivindicações e os reclamos das mulheres brasileiras. Ela observa, vigia e resguarda o bem-estar feminino. E, também, amplifica e torna audíveis as vozes de mais de 100 milhões de mulheres do nosso País.

Hoje, Sr. Presidente, eu venho à tribuna – lamento não ter podido falar na semana passada – para falar da importância do dia 28 de maio, que foi semana passada. Foi um dia dedicado, internacionalmente, à luta pela saúde da mulher e, nacionalmente, à redução da morte materna. Foi um dia para lembrarmos a saúde feminina, com as particularidades que afetam o corpo da mulher e que merecem especial atenção de nossa parte.

No que se refere à saúde, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para atingir níveis aceitáveis de morbidade e mortalidade. Avançamos muito nos últimos anos, é certo, mas ainda há muito que avançar. Além da violência, que afeta a saúde física e mental das mulheres – e contra a qual temos lutado incessantemente –, existem doenças e questões especificamente relacionadas à saúde feminina, à saúde da mulher.

A mortalidade materna, por exemplo – que é a morte relacionada à gravidez, ao aborto ou ao parto –, precisa, em nosso País, diminuir. Apesar de termos conseguido, segundo o Fundo de População das Nações Unidas, reduzir a mortalidade materna em 43% entre os anos de 1990 e 2013, ainda morrem no Brasil cerca de 60 mulheres a cada 100 mil nascidos vivos. Estamos muito longe de países como Portugal, com 8 mortes, ou Espanha, com apenas 6 mortes. No Brasil, são 60 mortes para cada 100 mil nascidos vivos.

O que mais chama a atenção nesses números é a proporção de óbitos relacionados aos cuidados obstétricos: dois terços dos óbitos maternos estão diretamente relacionados à atenção, ou melhor, à desatenção obstétrica. São mortes que poderiam ser evitadas se as mulheres recebessem cuidados apropriados no pré-natal, no parto e no puerpério imediato. Nos países onde a mortalidade materna foi reduzida a níveis civilizados, apenas um terço das mortes está relacionado a causas obstétricas.

No Brasil, nós avançamos muito. Hoje contamos com a Rede Cegonha, um programa do Governo Federal, um programa que foi muito bem-vindo, que tem por objetivo oferecer às gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) um atendimento qualificado e humanizado, desde o planejamento reprodutivo até o segundo ano de vida da criança. Segundo a Coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Drª Esther Vilela, essa estratégia, além de melhorar a qualidade e ampliar a cobertura das consultas de pré-natal, "evita a cesariana desnecessária, tendo em vista que o parto normal é melhor (...), menos arriscado, mais seguro e mais saudável" para as mulheres.

A mortalidade materna, entretanto, é apenas uma das várias causas evitáveis de morte de mulheres no Brasil. A cada ano, mais de 50 mil brasileiras são diagnosticadas com câncer de mama, e mais de 12 mil dessas morrem. Como reduzir a mortalidade? Com exame clínico das mamas realizado por profissional de saúde, mamografia periódica e acesso a tratamento precoce do tumor. A cada ano, mais de 15 mil mulheres são diagnosticadas com câncer de colo de útero, e mais de 5 mil morrem. Como reduzir a mortalidade? Com o uso de preservativos, para evitar o contágio pelo vírus HPV, que é o responsável pelo câncer; vacinação das meninas contra o HPV, recentemente implantada pelo Ministério da Saúde; e exame preventivo periódico, para detectar lesões pré-malignas e malignas ainda em estágio inicial.

Não é só de gravidez, parto ou câncer que morrem as mulheres brasileiras. Na verdade, as doenças do sistema circulatório – como o infarto e o derrame – e as doenças respiratórias matam quase três vezes mais. São doenças que também podem ser evitadas com medidas simples, atitudes diárias que, no médio e no longo prazo, fazem muita diferença. Faço questão de relacionar algumas dessas medidas, até mesmo como um serviço de utilidade pública, uma vez que a TV e a Rádio Senado lançam nossas vozes para os lugares mais distantes do País. Lembremos, então, essas oito causas evitáveis de morte, esses oito grandes vilões da saúde feminina e masculina, esses vilões cujo combate, em boa parte, se faz em casa. Em ordem decrescente de importância, são eles: o cigarro; a pressão alta; a obesidade; o sedentarismo; o diabetes; o colesterol alto; o excesso de sal; e o uso excessivo de álcool.

Que o dia 28 de maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional pela Redução da Morte Materna – seja repetido todos os dias, em nosso País e no mundo, sobretudo, aqui, no Brasil, para que possamos olhar para o futuro e enxergar um Brasil no qual as mulheres terão o respeito que merecem. Pois é com mulheres e também com homens saudáveis – saudáveis de corpo e de alma – que seguiremos construindo um País digno, um País justo, onde todos possam dizer: "Aqui vale a pena viver".

Vale muito a pena ser brasileiro. O brasileiro e a brasileira trazem em si a alegria da vida e, então, têm que trazer também a alegria da vida saudável. Repito aqui: nós ainda temos um longo caminho a trilhar, Senador Telmário, para que possamos alcançar condições sociais melhores, que melhorem a qualidade de vida da nossa gente. Sempre digo, pois sou muito otimista, que creio que estamos trilhando esse caminho. À nossa frente, encontramos muitas pedras, muitos obstáculos. Agora mesmo, vivemos uma crise, que não é uma crise simples, é uma crise delicada, é uma crise profunda, mas esses momentos de crise passam. E devemos nos preparar para continuar seguindo, aprovando medidas que, repito, melhorem a qualidade de vida da nossa gente.

Falar hoje sobre saúde da mulher ainda é levantar dados negativos. Acabei de registrar aqui um desses dados: para cada 100 mil nascidos vivos, ainda são 60 mulheres que morrem, contra uma média de 6, 8, 10 em

países da Europa ou em outros países. Mas esses números, sem dúvida nenhuma, são muito melhores do que há uma década, há duas décadas.

Citei aqui rapidamente a vacina contra o HPV (Papiloma Vírus Humano), que faz com que a mulher adquira câncer de colo de útero. Lutamos muito eu, Deputadas e outras Senadoras para que essa vacina fosse universalizada em nosso País. Hoje ela é universalizada. Hoje, independentemente da condição social, toda mulher, menina, em idade anterior à vida sexual ativa, pode acessá-la gratuitamente em nosso País. Não são todas as nações que oferecem isso à sua gente.

E aos portadores de HIV o Brasil garante o tratamento de forma gratuita.

Fica o meu registro em relação à passagem do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna como forma de dizer que, além dessas medidas que o Estado vem adotando, as mulheres, que, no geral, são mães e provedoras das suas famílias, devem buscar trilhar uma vida mais saudável, sem cigarro, com exercício físico, com a alimentação mais sadia possível.

Minhas homenagens àqueles que desenvolvem as políticas públicas de saúde no Brasil e, principalmente, às mulheres, que se preocupam não só com a sua saúde, mas com a saúde daqueles que lhes são muito caros também.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Romero Jucá.

Se V. Exª quiser presidir a sessão, Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – É que vou à inauguração da Casa da Mulher Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem problema! É uma grande justificativa. A Senadora Vanessa terá de se retirar, porque vai à inauguração da Casa da Mulher Brasileira.

O Senador Romero Jucá, então, assoma à tribuna.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, caros ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, é com muita satisfação que venho hoje à tribuna registrar a sanção dada, ontem à noite, pela Presidente Dilma Rousseff à Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Essa lei é nada mais, nada menos que a regulamentação das regras, da defesa, dos procedimentos que dão igualdade de condições ao trabalhador doméstico brasileiro.

Há dois anos, aprovamos uma emenda constitucional que estendia direitos aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos. É importante que se diga que não só o empregado ou empregada domésticos, mas também o motorista, o caseiro, o vigia, enfim todos aqueles que atuam no domicílio passaram a ter, com essa PEC, com essa emenda constitucional, a igualdade com todos os trabalhadores. Era preciso regulamentar essa igualdade, verificar de que forma isso ia funcionar, olhando as características diferentes do trabalho doméstico e como seria a legislação que daria essa guarida, que daria essa equiparação, na busca dessa igualdade.

Apresentei a proposta, um projeto de lei complementar que definia todos os procedimentos relativos às regras de trabalho, ao horário de trabalho, à regulação de horas extras, ao adicional noturno, ao Fundo de Garantia, às férias, enfim, procedimentos que são característicos do trabalho domiciliar.

Apresentei também, com esse projeto de regulamentação, a criação do Supersimples Doméstico, exatamente para facilitar a vida da dona de casa, a vida da família, que não é uma empresa, que não tem contador, que não faz reserva de fundos, enfim que não teria como enfrentar a burocracia de registrar empregados, de pagar impostos, de recolher contribuições, de tratar da questão legal dessa equiparação. O Supersimples Doméstico facilitou tudo isso, englobou num único sistema com a Caixa Econômica Federal a emissão de uma guia única que vai recolher todos os impostos e contribuições.

Junto com o Supersimples, nós também propusemos o Redom, um programa de recuperação de créditos, um programa de reconhecimento de vínculos passados, um programa de justiça social, Senador Paulo Paim. Muita gente que trabalhou quatro, cinco, dez ou quinze anos não tinha os seus direitos reconhecidos pelos patrões. E, se o fizessem agora, os patrões teriam de pagar multa e juros, seria algo difícil de realizar. Nós, então, construímos um sistema de parcelamento que vai possibilitar que se faça justiça com anterioridade, que se retorne ao passado e que se regularize o vínculo trabalhista e previdenciário de servidores que dedicaram sua vida às famílias brasileiras.

Pois bem, discutimos esse projeto e aprovamos o projeto de lei no Senado, há cerca de um ano e meio, por unanimidade. Esse projeto foi à Câmara, demorou muito na Câmara, lá recebeu emendas e veio de volta para o Senado. Aqui, no Senado, retomamos a discussão e mantivemos algumas emendas que vieram da Câmara. Retomamos aqui questões importantes. A cobrança da contribuição sindical para os empregados foi inserida e mantida no Senado. Houve a questão do deferimento da multa de 40% do Fundo de Garantia, para não pesar de uma vez só no bolso da família. Essa seria uma despesa imprevisível que poderia gerar insegurança, que poderia gerar, de certa forma, a vontade de não formalizar o trabalhador doméstico. Nós deferimos isso, retiramos da cobrança do INSS patronal e deferimos essa questão. Colocamos os 3,2%, com esse deferimento vinculado ao Fundo de Garantia do trabalhador, garantindo, portanto, que esse trabalhador, ao ser demitido, receberá os 40% da multa do Fundo de Garantia. Também colocamos recursos para o Seguro de Acidente de Trabalho e reduzimos, como eu disse, a margem de contribuição dos empregadores.

O projeto ficou redondo, como se diz na gíria futebolística. O projeto atendia a todos. Era um projeto do bem, pois atendia aos trabalhadores, às donas de casa, aos patrões, aos empregadores, ao INSS, que vai formalizar mais empregos e que, portanto, vai aumentar a sua arrecadação.

Ele também amplia o encaixe do FGTS, Senador Paulo Paim. Hoje, como o recolhimento do FGTS do empregado doméstico é opcional, só 150 mil empregados domésticos no Brasil recolhem FGTS, ou os patrões recolhem para ele o FGTS. Esse número poderá aumentar para cinco ou seis milhões de pessoas.

O projeto foi votado aqui. Houve discussão, ganhamos a discussão no voto, democraticamente. O projeto foi encaminhado à Presidenta Dilma. O Governo tinha posições diferentes. Tive a condição de debater com o Ministro Gabas, da Previdência, com a área econômica do Governo, com o Ministro Aloizio Mercadante, com a Casa Civil. E, para a nossa satisfação, Senador Paulo Paim, o Governo entendeu nossa proposta. O Governo entendeu que era melhor dar garantias, diminuir um pouco o imposto, mas dar a garantia da regularização do trabalho doméstico.

A Presidenta Dilma, ontem, sancionou esse projeto, do qual sou autor, para todos os empregados e empregadas domésticos do Brasil, sem nenhum veto a nenhum dispositivo que coloquei. A Presidenta vetou dois dispositivos – uma emenda da Deputada Benedita da Silva e uma emenda do Deputado Sandro Mabel – colocados na Câmara dos Deputados. Mas o nosso projeto de regulamentação do trabalho doméstico foi aprovado na sua inteireza, com o refinanciamento, com o Refis do empregado doméstico, com o Supersimples Doméstico, com o deferimento da multa de 40%, garantindo, portanto, a multa de 40% ao trabalhador que for demitido, e com a redução do INSS do empregador, para diminuir o ônus do empregador doméstico.

Então, fica aqui meu registro e minha satisfação. Foram mais de dois anos de luta, mas vemos o resultado. Fico muito feliz de ter sido o autor desse projeto que consagra o emprego doméstico, que vai fazer com que a regularização do emprego doméstico seja algo de justiça, que vai fazer com que os trabalhadores recebam adicional noturno e horas extras quando, por exemplo, viajarem com a família, que vai, enfim, fazer com que eles recebam todos os direitos que até então lhes eram negados.

Então, faço aqui meu registro de agradecimento à Presidenta Dilma, de elogio à equipe do Governo e à Presidente Dilma, que tiveram a tranquilidade de analisar meus argumentos, de ponderar meus argumentos e de, no final, concordar com uma proposta que, volto a dizer, é uma proposta do bem, é uma proposta com a qual todos ganham, com a qual ganha mais ainda o Brasil por reconhecer essa justiça a todos os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Romero Jucá, sei que quebro o protocolo, mas vou querer fazer um aparte a V. Exª, se V. Exª me permitir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com o maior prazer, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acompanhei o seu trabalho, e V. Exª sempre me dizia: "Paim, entre o ótimo e o bom, nós temos de perseguir o bom. Você vai ver que vamos chegar a algo que, como você vai entender, é positivo". Tanto é assim, que votei favoravelmente ao seu projeto.

Eu queria homenagear V. Exª e, naturalmente, a Presidenta, mas eu queria também fazer uma viagem no tempo e voltar à Constituinte para fazer duas homenagens aqui, com as quais V. Exª vai concordar, ao Deputado Federal constituinte Domingos Leonelli e à ex-Senadora e Deputada Benedita da Silva.

Foi uma luta na Constituinte para se colocar a metade dos direitos, e V. Exª e nós todos os colocamos neste momento. Foi uma briga! Não queriam nem aquilo que estava escrito na Carta Magna. Depois, com o tempo, a Benedita apresentou o projeto, eu o apresentei, e Domingos Leonelli foi o Relator. Nós avançamos, avançamos, mas não avançamos tanto, porque não se votou. E surge daí a proposta de V. Exª, que acabou sendo acolhida por todos. É claro que alguns queriam mais! V. Exª falou que houve algumas discordâncias.

Quero cumprimentar a Benedita, o Domingos Leonelli, a Senadora Ana Amélia, que foi uma das relatoras.

O relatório principal e geral foi o de V. Exª, é inegável. Eu, que sou filho de uma família cuja mãe foi empregada doméstica – hoje, ela é falecida, é claro, mas foi uma lutadora –, quero, neste momento, cumprimentar V. Exª.

É uma história bonita que tive a alegria de acompanhar durante quase 28 anos e que hoje se torna realidade. Ou seja, a empregada doméstica, o empregado doméstico, como V. Exª falou, o próprio motorista e aquele que cuida dos afazeres da casa...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O caseiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...vão ter esses direitos.

Perguntaram-me hoje se, com esse projeto, que votamos juntos no final...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele é precisamente da autoria de V. Exª. Eu frisaria neste momento a participação de duas pessoas, Benedita e V. Exª, que foram os grandes articuladores desse movimento ao longo da história. Nós todos fomos apoiadores de uma forma ou de outra.

Perguntaram-me se não vai haver um número menor de pessoas contratando com carteira assinada o seu empregado. Eu disse que não, porque agora vai haver um conforto legal. Antes, na situação de insegurança em que estava, podem ter a certeza – eu dizia – de que o trabalhador ficava na casa, mas, quando de lá saía, botava na Justiça.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muitas vezes, o cara perdia até o seu patrimônio. Agora, não! Está legalizado, está oficializado. O empregador honesto, sério e, como eu digo, até esperto é aquele que vai assinar a carteira, porque vai ter tudo legalizado, não vai se incomodar, vai saber o serviço que tem e o que está pagando para o seu empregado ou empregada doméstico.

No meu aparte, cumprimento V. Exª. V. Exª tinha razão quando me dizia: "Eu estou construindo o possível, Paim, mas é inegável que é um avanço em relação àquilo que nós construímos na Constituinte".

Por isso, ficam aqui meus sinceros cumprimentos a V. Exª, também por ter convencido o Governo. Sei que não é fácil convencer o Governo que está aí de algumas questões. Mas, com a mesma força que V. Exª teve, estou convicto de que, com os argumentos de V. Exª e de outros Senadores e com os meus também, vamos convencer a Presidenta a não vetar o fator previdenciário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu lhe agradeço, Senador Paulo Paim. Vindas de V. Exª, essas palavras, para mim, são muito importantes.

Registro o trabalho de Domingos Leonelli e o grande trabalho da Deputada Benedita da Silva. Até tivemos embates, com posições divergentes, mas não posso deixar de reconhecer aqui o esforço, a dedicação e o trabalho da Deputada Benedita da Silva na busca de um texto compatível. Ela comandou esse processo na Câmara dos Deputados. Houve algum tipo de discordância, mas pontual. Nosso objetivo era o mesmo: valorizar o trabalhador doméstico.

Bem disse V. Exª: o empregador, a dona de casa, o dono de casa que for esperto, que for inteligente valoriza e regulariza o seu trabalhador doméstico, porque o empregado doméstico, a empregada doméstica é um patrimônio da família, é alguém que está dentro da nossa casa, cuidando dos nossos filhos, da nossa casa, das nossas coisas, convivendo conosco no dia a dia. É um trabalhador diferenciado para mais. Então, com certeza, todos os empregadores vão tentar fazer o máximo para manter o seu empregado ou a sua empregada trabalhando em condições justas. Agora, essa lei traz as condições justas para o emprego doméstico. Muitas vezes, a empregada saía de um emprego doméstico para ser caixa em um supermercado, para trabalhar em algum serviço, mas ganhando menos, porque tinha carteira assinada, porque tinha direito à aposentadoria. Agora a empregada doméstica vai ter todos esses direitos e mais o aconchego do lar, o respeito da família.

Nós estamos aqui fortalecendo os laços do trabalho doméstico. Nós estamos pacificando a relação da dona de casa com a empregada, no que diz respeito a preceitos legais, trabalhistas e previdenciários. E fico muito feliz de poder fazer esse trabalho como autor desse projeto de lei, sancionado pela Presidenta.

Quero dizer a V. Exª que vamos brigar e vamos trabalhar junto ao Governo para defender o fim do fator previdenciário. Nós aprovamos aqui essa matéria, eu era Líder do Governo, e nós construímos, através de V. Exª, um entendimento, para que pudéssemos aprovar por unanimidade essa matéria aqui, no plenário. Depois, foi para a Câmara, discutiu-se muito e terminou-se construindo essa questão da regra 85/95. Se o Governo entender que precisa colocar algo a mais, eu defendo que o Governo sancione e edite uma medida provisória complementando. Em vez de vetar e começar do zero, vamos, através de uma nova medida provisória, avançar em algum mecanismo que o Governo entenda que é complementar ao processo. Já disse isso ao Governo. A Presidenta não tem que se desgastar vetando o fator previdenciário. A Presidenta pode complementar o fim do fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se V. Exª me permitir, a sua ideia é muito interessante. Ela não veta. Parece-me que se deve fazer um ajuste na questão do professor. Então, não veta. Faz o ajuste.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E, em algum outro caso, faz uma medida provisória complementando. Aí nós avançamos.

Em vez de a gente retroagir, em vez de a gente voltar à estaca zero para discutir uma proposta, a gente pode criar normas complementares ao que está aprovado. Acaba-se com o fator previdenciário, criam-se novos mecanismos e agrega-se, através de uma medida provisória. É isso o que eu tenho defendido. Com isso, nós avançaremos, nós iremos ao encontro da aspiração dos trabalhadores e da sociedade e melhoraremos o padrão da própria Previdência com algum tipo de regulação ou medida que não permita o excesso de aposentadorias muito cedo, o que também não é o interesse do trabalhador.

Eu acho que é possível construir essa alternativa. Eu acredito na política. É por isso que eu faço política. Eu acredito na convergência de ideias, eu acredito no Congresso, eu acredito no diálogo político. Eu acho que, com diálogo, sempre é possível melhorar as coisas.

No caso do fator previdenciário, serve também, como serviu aqui. Nós conseguimos convencer o Governo de que essa era a melhor proposta. Está aqui: Lei Complementar nº150. Tem o número 15, que é o número do PMDB. Portanto, sinto-me duplamente homenageado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dia 15 é o dia em que nasci. Peguei carona!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – V. Exª, com essas duas questões, eu diria, também tem que começar a pensar no PMDB como alternativa partidária, já que a sua história enobrece qualquer partido, Senador Paulo Paim! V. Exª sabe disso.

Eu peço a transcrição do Projeto de Lei Complementar nº 150, de minha autoria, sancionado pela Presidenta, com muita satisfação, com muita honra e com muito orgulho, por ter contribuído com as trabalhadoras e com os trabalhadores domésticos do Brasil.

Este é um novo momento, de seriedade, de justiça, de grandeza e de igualdade no nosso País.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido no art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
– Projeto de Lei Complementar nº 150, de autoria do Senador Romero Jucá.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Mensagem de veto

Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DO CONTRATO DE TRABALHO DOMÉSTICO

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. É vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com a Convenção nº 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

Art. 2º A duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A remuneração da hora extraordinária será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior ao valor da hora normal.

§ 2º O salário-hora normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 220 (duzentas e vinte) horas, salvo se o contrato estipular jornada mensal inferior que resulte em divisor diverso.

§ 3º O salário-dia normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 30 (trinta) e servirá de base para pagamento do repouso remunerado e dos feriados trabalhados.

§ 4º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário e instituído regime de compensação de horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, se o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia.

§ 5º No regime de compensação previsto no § 4º:

I - será devido o pagamento, como horas extraordinárias, na forma do § 1º, das primeiras 40 (quarenta) horas mensais excedentes ao horário normal de trabalho;

II - das 40 (quarenta) horas referidas no inciso I, poderão ser deduzidas, sem o correspondente pagamento, as horas não trabalhadas, em função de redução do horário normal de trabalho ou de dia útil não trabalhado, durante o mês;

III - o saldo de horas que excederem as 40 (quarenta) primeiras horas mensais de que trata o inciso I, com a dedução prevista no inciso II, quando for o caso, será compensado no período máximo de 1 (um) ano.

§ 6º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do § 5º, o empregado fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data de rescisão.

§ 7º Os intervalos previstos nesta Lei, o tempo de repouso, as horas não trabalhadas, os feriados e os domingos livres em que o empregado que mora no local de trabalho nele permaneça não serão computados como horário de trabalho.

§ 8º O trabalho não compensado prestado em domingos e feriados deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

Art. 3º Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda 25 (vinte e cinco) horas semanais.

§ 1º O salário a ser pago ao empregado sob regime de tempo parcial será proporcional a sua jornada, em relação ao empregado que cumpre, nas mesmas funções, tempo integral.

§ 2º A duração normal do trabalho do empregado em regime de tempo parcial poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente a 1 (uma) hora diária, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, aplicando-se-lhe, ainda, o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 2º, com o limite máximo de 6 (seis) horas diárias.

§ 3º Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 18 (dezoito) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 22 (vinte e duas) horas, até 25 (vinte e cinco) horas;

II - 16 (dezesseis) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 20 (vinte) horas, até 22 (vinte e duas) horas;

III - 14 (quatorze) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 15 (quinze) horas, até 20 (vinte) horas;

IV - 12 (doze) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 10 (dez) horas, até 15 (quinze) horas;

V - 10 (dez) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 5 (cinco) horas, até 10 (dez) horas;

VI - 8 (oito) dias, para a duração do trabalho semanal igual ou inferior a 5 (cinco) horas.

Art. 4º É facultada a contratação, por prazo determinado, do empregado doméstico:

I - mediante contrato de experiência;

II - para atender necessidades familiares de natureza transitória e para substituição temporária de empregado doméstico com contrato de trabalho interrompido ou suspenso.

Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, a duração do contrato de trabalho é limitada ao término do evento que motivou a contratação, obedecido o limite máximo de 2 (dois) anos.

Art. 5º O contrato de experiência não poderá exceder 90 (noventa) dias.

§ 1º O contrato de experiência poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, desde que a soma dos 2 (dois) períodos não ultrapasse 90 (noventa) dias.

§ 2º O contrato de experiência que, havendo continuidade do serviço, não for prorrogado após o decurso de seu prazo previamente estabelecido ou que ultrapassar o período de 90 (noventa) dias passará a vigorar como contrato de trabalho por prazo indeterminado.

Art. 6º Durante a vigência dos contratos previstos nos incisos I e II do art. 4º, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado é obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, metade da remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Art. 7º Durante a vigência dos contratos previstos nos incisos I e II do art. 4º, o empregado não poderá se desligar do contrato sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

Parágrafo único. A indenização não poderá exceder aquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.

Art. 8º Durante a vigência dos contratos previstos nos incisos I e II do art. 4º, não será exigido aviso prévio.

Art. 9º A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo empregado ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e, quando for o caso, os contratos previstos nos incisos I e II do art. 4º.

Art. 10. É facultado às partes, mediante acordo escrito entre essas, estabelecer horário de trabalho de 12 (doze) horas seguidas por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

§ 1º A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o de maio de 1943, e o art. 9º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

§ 2º (VETADO).

Art. 11. Em relação ao empregado responsável por acompanhar o empregador prestando serviços em viagem, serão consideradas apenas as horas efetivamente trabalhadas no período, podendo ser compensadas as horas extraordinárias em outro dia, observado o art. 2º.

§ 1º O acompanhamento do empregador pelo empregado em viagem será condicionado à prévia existência de acordo escrito entre as partes.

§ 2º A remuneração-hora do serviço em viagem será, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) superior ao valor do salário-hora normal.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo poderá ser, mediante acordo, convertido em acréscimo no banco de horas, a ser utilizado a critério do empregado.

Art. 12. É obrigatório o registro do horário de trabalho do empregado doméstico por qualquer meio manual, mecânico ou eletrônico, desde que idôneo.

Art. 13. É obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação pelo período de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, admitindo-se, mediante prévio acordo escrito entre empregador e empregado, sua redução a 30 (trinta) minutos.

§ 1º Caso o empregado resida no local de trabalho, o período de intervalo poderá ser desmembrado em 2 (dois) períodos, desde que cada um deles tenha, no mínimo, 1 (uma) hora, até o limite de 4 (quatro) horas ao dia.

§ 2º Em caso de modificação do intervalo, na forma do § 1º, é obrigatória a sua anotação no registro diário de horário, vedada sua prenotação.

Art. 14. Considera-se noturno, para os efeitos desta Lei, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

§ 1º A hora de trabalho noturno terá duração de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 2º A remuneração do trabalho noturno deve ter acréscimo de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora diurna.

§ 3º Em caso de contratação, pelo empregador, de empregado exclusivamente para desempenhar trabalho noturno, o acréscimo será calculado sobre o salário anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 4º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo e seus parágrafos.

Art. 15. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho deve haver período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

Art. 16. É devido ao empregado doméstico descanso semanal remunerado de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, preferencialmente aos domingos, além de descanso remunerado em feriados.

Art. 17. O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, salvo o disposto no § 3º do art. 3º, com acréscimo de, pelo menos, um terço do salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho prestado à mesma pessoa ou família.

§ 1º Na cessação do contrato de trabalho, o empregado, desde que não tenha sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

§ 2º O período de férias poderá, a critério do empregador, ser fracionado em até 2 (dois) períodos, sendo 1 (um) deles de, no mínimo, 14 (quatorze) dias corridos.

§ 3º É facultado ao empregado doméstico converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

§ 4º O abono de férias deverá ser requerido até 30 (trinta) dias antes do término do período aquisitivo.

§ 5º É lícito ao empregado que reside no local de trabalho nele permanecer durante as férias.

§ 6º As férias serão concedidas pelo empregador nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

Art. 18. É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, bem como por despesas com transporte, hospedagem e alimentação em caso de acompanhamento em viagem.

§ 1º É facultado ao empregador efetuar descontos no salário do empregado em caso de adiantamento salarial e, mediante acordo escrito entre as partes, para a inclusão do empregado em planos de assistência médico-hospitalar e odontológica, de seguro e de previdência privada, não podendo a dedução ultrapassar 20% (vinte por cento) do salário.

§ 2º Poderão ser descontadas as despesas com moradia de que trata o caput deste artigo quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.

§ 3º As despesas referidas no caput deste artigo não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos.

§ 4º O fornecimento de moradia pelo empregador doméstico na própria residência ou em morada anexa, de qualquer natureza, não gera ao empregado qualquer direito de posse ou de propriedade sobre a referida moradia.

Art. 19. Observadas as peculiaridades do trabalho doméstico, a ele também se aplicam as Leis nº 605, de 5 de janeiro de 1949, nº 4.090, de 13 de julho de 1962, nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, e nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e, subsidiariamente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. A obrigação prevista no art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, poderá ser substituída, a critério do empregador, pela concessão, mediante recibo, dos valores para a aquisição das passagens necessárias ao custeio das despesas decorrentes do deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Art. 20. O empregado doméstico é segurado obrigatório da Previdência Social, sendo-lhe devidas, na forma da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, as prestações nela arroladas, atendido o disposto nesta Lei e observadas as características especiais do trabalho doméstico.

Art. 21. É devida a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), na forma do regulamento a ser editado pelo Conselho Curador e pelo agente operador do FGTS, no âmbito de suas competências, conforme disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, inclusive no que tange aos aspectos técnicos de depósitos, saques, devolução de valores e emissão de extratos, entre outros determinados na forma da lei.

Parágrafo único. O empregador doméstico somente passará a ter obrigação de promover a inscrição e de efetuar os recolhimentos referentes a seu empregado após a entrada em vigor do regulamento referido no caput.

Art. 22. O empregador doméstico depositará a importância de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada empregado, destinada ao pagamento da indenização compensatória da perda do emprego, sem justa causa ou por culpa do empregador, não se aplicando ao empregado doméstico o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 1º Nas hipóteses de dispensa por justa causa ou a pedido, de término do contrato de trabalho por prazo determinado, de aposentadoria e de falecimento do empregado doméstico, os valores previstos no caput serão movimentados pelo empregador.

§ 2º Na hipótese de culpa recíproca, metade dos valores previstos no caput será movimentada pelo empregado, enquanto a outra metade será movimentada pelo empregador.

§ 3º Os valores previstos no caput serão depositados na conta vinculada do empregado, em variação distinta daquela em que se encontrarem os valores oriundos dos depósitos de que trata o inciso IV do art. 34 desta Lei, e somente poderão ser movimentados por ocasião da rescisão contratual.

§ 4º A importância monetária de que trata o caput, aplicam-se as disposições da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, inclusive quanto a sujeição passiva e equiparações, prazo de recolhimento, administração, fiscalização, lançamento, consulta, cobrança, garantias, processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários federais.

Art. 23. Não havendo prazo estipulado no contrato, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindi-lo deverá avisar a outra de sua intenção.

§ 1º O aviso prévio será concedido na proporção de 30 (trinta) dias ao empregado que conte com até 1 (um) ano de serviço para o mesmo empregador.

§ 2º Ao aviso prévio previsto neste artigo, devido ao empregado, serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado para o mesmo empregador, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

§ 3º A falta de aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período ao seu tempo de serviço.

§ 4º A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 5º O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.

Art. 24. O horário normal de trabalho do empregado durante o aviso prévio, quando a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

Parágrafo único. É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diárias previstas no caput deste artigo, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos, na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 23.

Art. 25. A empregada doméstica gestante tem direito a licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da Seção V do Capítulo III do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. A confirmação do estado de gravidez durante o curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 26. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, na forma da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no valor de 1 (um) salário-mínimo, por período máximo de 3 (três) meses, de forma contínua ou alternada.

§ 1º O benefício de que trata o caput será concedido ao empregado nos termos do regulamento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

§ 2º O benefício do seguro-desemprego será cancelado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis:

I - pela recusa, por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior;

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou

IV - por morte do segurado.

Art. 27. Considera-se justa causa para os efeitos desta Lei:

I - submissão a maus tratos de idoso, de enfermo, de pessoa com deficiência ou de criança sob cuidado direto ou indireto do empregado;

II - prática de ato de improbidade;

III - incontinência de conduta ou mau procedimento;

IV - condenação criminal do empregado transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

V - desídia no desempenho das respectivas funções;

VI - embriaguez habitual ou em serviço;

VII - (VETADO);

VIII - ato de indisciplina ou de insubordinação;

IX - abandono de emprego, assim considerada a ausência injustificada ao serviço por, pelo menos, 30 (trinta) dias corridos;

X - ato lesivo à honra ou à boa fama ou ofensas físicas praticadas em serviço contra qualquer pessoa, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

XI - ato lesivo à honra ou à boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador doméstico ou sua família, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

XII - prática constante de jogos de azar.

Parágrafo único. O contrato de trabalho poderá ser rescindido por culpa do empregador quando:

I - o empregador exigir serviços superiores às forças do empregado doméstico, defesos por lei, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato;

II - o empregado doméstico for tratado pelo empregador ou por sua família com rigor excessivo ou de forma degradante;

III - o empregado doméstico correr perigo manifesto de mal considerável;

IV - o empregador não cumprir as obrigações do contrato;

V - o empregador ou sua família praticar, contra o empregado doméstico ou pessoas de sua família, ato lesivo à honra e à boa fama;

VI - o empregador ou sua família ofender o empregado doméstico ou sua família fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

VII - o empregador praticar qualquer das formas de violência doméstica ou familiar contra mulheres de que trata o art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Art. 28. Para se habilitar ao benefício do seguro-desemprego, o trabalhador doméstico deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social, na qual deverão constar a anotação do contrato de trabalho doméstico e a data de dispensa, de modo a comprovar o vínculo empregatício, como empregado doméstico, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

II - termo de rescisão do contrato de trabalho;

III - declaração de que não está em gozo de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte; e

IV - declaração de que não possui renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

Art. 29. O seguro-desemprego deverá ser requerido de 7 (sete) a 90 (noventa) dias contados da data de dispensa.

Art. 30. Novo seguro-desemprego só poderá ser requerido após o cumprimento de novo período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

CAPÍTULO II

DO SIMPLES DOMÉSTICO

Art. 31. É instituído o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico (Simples Doméstico), que deverá ser regulamentado no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de entrada em vigor desta Lei.

Art. 32. A inscrição do empregador e a entrada única de dados cadastrais e de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais no âmbito do Simples Doméstico dar-se-ão mediante registro em sistema eletrônico a ser disponibilizado em portal na internet, conforme regulamento.

Parágrafo único. A impossibilidade de utilização do sistema eletrônico será objeto de regulamento, a ser editado pelo Ministério da Fazenda e pelo agente operador do FGTS.

Art. 33. O Simples Doméstico será disciplinado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda, da Previdência Social e do Trabalho e Emprego que disporá sobre a apuração, o recolhimento e a distribuição dos recursos recolhidos por meio do Simples Doméstico, observadas as disposições do art. 21 desta Lei.

§ 1º O ato conjunto a que se refere o caput deverá dispor também sobre o sistema eletrônico de registro das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais e sobre o cálculo e o recolhimento dos tributos e encargos trabalhistas vinculados ao Simples Doméstico.

§ 2º As informações prestadas no sistema eletrônico de que trata o § 1º:

I - têm caráter declaratório, constituindo instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e encargos trabalhistas delas resultantes e que não tenham sido recolhidos no prazo consignado para pagamento; e

II - deverão ser fornecidas até o vencimento do prazo para pagamento dos tributos e encargos trabalhistas devidos no Simples Doméstico em cada mês, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior.

§ 3º O sistema eletrônico de que trata o § 1º deste artigo e o sistema de que trata o caput do art. 32 substituirão, na forma regulamentada pelo ato conjunto previsto no caput, a obrigatoriedade de entrega de

todas as informações, formulários e declarações a que estão sujeitos os empregadores domésticos, inclusive os relativos ao recolhimento do FGTS.

Art. 34. O Simples Doméstico assegurará o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes valores:

I - 8% (oito por cento) a 11% (onze por cento) de contribuição previdenciária, a cargo do segurado empregado doméstico, nos termos do art. 20 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II - 8% (oito por cento) de contribuição patronal previdenciária para a seguridade social, a cargo do empregador doméstico, nos termos do art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III - 0,8% (oito décimos por cento) de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho;

IV - 8% (oito por cento) de recolhimento para o FGTS;

V - 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento), na forma do art. 22 desta Lei; e

VI - imposto sobre a renda retido na fonte de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, se incidente.

§ 1º As contribuições, os depósitos e o imposto arrolados nos incisos I a VI incidem sobre a remuneração paga ou devida no mês anterior, a cada empregado, incluída na remuneração a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e a Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 2º A contribuição e o imposto previstos nos incisos I e VI do caput deste artigo serão descontados da remuneração do empregado pelo empregador, que é responsável por seu recolhimento.

§ 3º O produto da arrecadação das contribuições, dos depósitos e do imposto de que trata o caput será centralizado na Caixa Econômica Federal.

§ 4º A Caixa Econômica Federal, com base nos elementos identificadores do recolhimento, disponíveis no sistema de que trata o § 1º do art. 33, transferirá para a Conta Única do Tesouro Nacional o valor arrecadado das contribuições e do imposto previstos nos incisos I, II, III e VI do caput.

§ 5º O recolhimento de que trata o caput será efetuado em instituições financeiras integrantes da rede arrecadadora de receitas federais.

§ 6º O empregador fornecerá, mensalmente, ao empregado doméstico cópia do documento previsto no caput.

§ 7º O recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, e a exigência das contribuições, dos depósitos e do imposto, nos valores definidos nos incisos I a VI do caput, somente serão devidos após 120 (cento e vinte) dias da data de publicação desta Lei.

Art. 35. O empregador doméstico é obrigado a pagar a remuneração devida ao empregado doméstico e a arrecadar e a recolher a contribuição prevista no inciso I do art. 34, assim como a arrecadar e a recolher as contribuições, os depósitos e o imposto a seu cargo discriminados nos incisos II, III, IV, V e VI do caput do art. 34, até o dia 7 do mês seguinte ao da competência.

§ 1º Os valores previstos nos incisos I, II, III e VI do caput do art. 34 não recolhidos até a data de vencimento sujeitar-se-ão à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.

§ 2º Os valores previstos nos incisos IV e V, referentes ao FGTS, não recolhidos até a data de vencimento serão corrigidos e terão a incidência da respectiva multa, conforme a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

CAPÍTULO III

DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

Art. 36. O inciso V do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.30.....

.....

V - o empregador doméstico é obrigado a arrecadar e a recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço, assim como a parcela a seu cargo, até o dia 7 do mês seguinte ao da competência;

....." (NR)

Art. 37. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.18.....

.....

§ 1º Somente poderão beneficiar-se do auxílio-acidente os segurados incluídos nos incisos I, II, VI e VII do art. 11 desta Lei.

....." (NR)

"Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

....." (NR)

"Art. 21-A. A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento.

.....

§ 2º A empresa ou o empregador doméstico poderão requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso, com efeito suspensivo, da empresa, do empregador doméstico ou do segurado ao Conselho de Recursos da Previdência Social." (NR)

"Art. 22. A empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

....." (NR)

"Art. 27. Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

I - referentes ao período a partir da data de filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no caso dos segurados empregados, inclusive os domésticos, e dos trabalhadores avulsos;

II - realizadas a contar da data de efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso

referentes a competências anteriores, no caso dos segurados contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos V e VII do art. 11 e no art. 13." (NR)

"Art. 34. No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, serão computados:

I - para o segurado empregado, inclusive o doméstico, e o trabalhador avulso, os salários de contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa ou pelo empregador doméstico, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no § 5º do art. 29-A;

II - para o segurado empregado, inclusive o doméstico, o trabalhador avulso e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerado como salário de contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria, nos termos do art. 31;

....." (NR)

"Art. 35. Ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso que tenham cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possam comprovar o valor de seus salários de contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada quando da apresentação de prova dos salários de contribuição." (NR)

"Art. 37. A renda mensal inicial, recalculada de acordo com o disposto no art. 35, deve ser reajustada como a dos benefícios correspondentes com igual data de início e substituirá, a partir da data do requerimento de revisão do valor do benefício, a renda mensal que prevalecia até então." (NR)

"Art. 38. Sem prejuízo do disposto no art. 35, cabe à Previdência Social manter cadastro dos segurados com todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios." (NR)

"Art. 63. O segurado empregado, inclusive o doméstico, em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa e pelo empregador doméstico como licenciado.

....." (NR)

"Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

....." (NR)

"Art.67.....

Parágrafo único. O empregado doméstico deve apresentar apenas a certidão de nascimento referida no caput." (NR)

"Art. 68. As cotas do salário-família serão pagas pela empresa ou pelo empregador doméstico, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º A empresa ou o empregador doméstico conservarão durante 10 (dez) anos os comprovantes de pagamento e as cópias das certidões correspondentes, para fiscalização da Previdência Social.

....." (NR)

Art. 38. O art. 70 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.70.....

I - .....

.....

d) até o dia 7 do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores, no caso de pagamento de rendimentos provenientes do trabalho assalariado a empregado doméstico; e

e) até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos;

....." (NR)

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS EMPREGADORES DOMÉSTICOS (REDOM)

Art. 39. É instituído o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom), nos termos desta Lei.

Art. 40. Será concedido ao empregador doméstico o parcelamento dos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativos à contribuição de que tratam os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 30 de abril de 2013.

§ 1º O parcelamento abrangerá todos os débitos existentes em nome do empregado e do empregador, na condição de contribuinte, inclusive débitos inscritos em dívida ativa, que poderão ser:

I - pagos com redução de 100% (cem por cento) das multas aplicáveis, de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre os valores dos encargos legais e advocatícios;

II - parcelados em até 120 (cento e vinte) vezes, com prestação mínima no valor de R$ 100,00 (cem reais).

§ 2º O parcelamento deverá ser requerido no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta Lei.

§ 3º A manutenção injustificada em aberto de 3 (três) parcelas implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança.

§ 4º Na hipótese de rescisão do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data de rescisão;

II - serão deduzidas do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas, com a incidência dos acréscimos legais, até a data de rescisão.

Art. 41. A opção pelo Redom sujeita o contribuinte a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 40;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, assim como das contribuições com vencimento posterior a 30 de abril de 2013.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. É de responsabilidade do empregador o arquivamento de documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, enquanto essas não prescreverem.

Art. 43. O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em 5 (cinco) anos até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho.

Art. 44. A Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

"Art. 11-A. A verificação, pelo Auditor-Fiscal do Trabalho, do cumprimento das normas que regem o trabalho do empregado doméstico, no âmbito do domicílio do empregador, dependerá de agendamento e de entendimento prévios entre a fiscalização e o empregador.

§ 1º A fiscalização deverá ter natureza prioritariamente orientadora.

§ 2º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, salvo quando for constatada infração por falta de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, ainda, a ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 3º [illegible] Auditor-Fiscal do Trabalho far-se-á acompanhar pelo empregador ou por alguém de sua família por este designado."

Art. 45. As matérias tratadas nesta Lei Complementar que não sejam reservadas constitucionalmente a lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ordinária.

Art. 46. Revogam-se o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, e a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de junho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Marivaldo de Castro Pereira
Tarcísio José Massote de Godoy
Manoel Dias
Carlos Eduardo Gabas
Miguel Rossetto
Giovanni Benigno Pierre da Conceição Harvey
Eleonora Menicucci de Oliveira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 2.6.2015

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Romero Jucá. V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Já vou atender V. Exª, Senador Magno Malta, em relação a esse requerimento.

É inegável que V. Exª, com certeza, fez um grande trabalho. Articulou, negociou, mostrou que é possível. Está aí o resultado: as empregadas e os empregados domésticos de todo o País podem ter certeza de que estão com uma lei bem melhor do que aquela que nós construímos, há quase trinta anos.

Parabéns a V. Exª!

Senador Magno Malta, vou atender V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –

REQUERIMENTO Nº 625, DE 2015

Autor: Senador Magno Malta. Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 6 a 10 de junho do corrente ano, para participar do Fórum Parlamentar dos BRICS, em Moscou, na Rússia, e comunica, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País de 6 a 10 de junho de 2015.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Paim, eu queria que V. Exª desaprovasse, porque eu não quero ir mais, não! Eu desisti. Eu estarei no País. Eu não irei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Na quinta-feira, estarei na Marcha para Jesus, em São Paulo, e estarei na Marcha de Manaus, no sábado. Mas não é só por isso. É também por isso, porque é de uma importância muito grande. Outros Parlamentares irão. Eu desejo a eles boa sorte, mas eu não irei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, o requerimento vai aos BRICS.

Está inscrita agora a Senadora Rose de Freitas. Em seguida, o Senador Magno Malta. (*Pausa*.)

Por cessão da Senadora Rose de Freitas, passo a palavra ao nobre Senador Magno Malta. Em seguida, à Senadora Rose de Freitas. Depois, peço à Senadora Rose de Freitas que presida os trabalhos, para que eu fale também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª Senadora Rose de Freitas, Senadora do meu Estado, a Senadora dos Municípios do meu Estado, Senadora Paim, a Senadora Rose não tem Natal, não tem 31 de dezembro. Ela fica aqui até fechar a tampa, raspando fundo de tacho, para poder atender aos Municípios do Estado do Espírito Santo. Este título, "mãe dos Municípios", ninguém pode tirar dela.

Quem tem inveja dela pode até tentar. E a inveja é uma arma tão ruim! Mas, infelizmente, ela existe. E o invejoso é um indivíduo que mora numa casa suja, num buraco fedido; as paredes decoradas de má falação, de língua ferina, de intriga, de imoralidade, de bobagem, a casa mal decorada. O invejoso é aquele que queria ser você e não é, é aquele que queria estar no seu lugar e não está. Então, o caminho mais curto que ele encontra é atacar a pessoa. O instrumento da inveja é uma desgraça!

Eu nem sei porque eu estou falando disso, mas eu estava me referindo ao trabalho da Senadora Rose, nos Municípios do Estado. Eu entrei nessa história porque eu dizia que nem os que são mais invejosos conseguem retirar dela isso. É uma coisa tão forte na Senadora Rose que não tem como arrancar. É um carimbo, mais ou menos, que ela tem na testa, e não há como descarimbar o que o carimbador da verdade carimbou.

É isso aí, Senadora Rose!

Eu, Senador Paim, quero fazer dois registros. Um deles é sobre a operação feita pela Polícia Federal hoje, em quatro Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Prenderam uma quadrilha de falsificadores, de médicos, de hospitais, máfia de órteses e de próteses. Só que desta vez são cardiologistas que colocam *stent* no coração de quem não precisa; fazem cirurgia de coração em quem não precisa para colocar órtese, sem necessidade.

Em alguns desses laboratórios, hoje, houve busca e apreensão, Senadora Rose, e já pagaram mais de R$1,5 milhão de propina para esses médicos que colocam o produto dessas empresas num cidadão simples, pobre e entram com aquele mesmo esquema da máfia do Rio Grande do Sul contra o SUS, com uma ordem judicial, para que o SUS desembolse um dinheiro que será dividido com a quadrilha.

Nós já tomamos providência com a Polícia Federal e já, já teremos esses canalhas aqui, na CPI, já, já, para cooperar com a Polícia Federal, porque é célere o processo da CPI. Nós quebraremos os sigilos desses médicos e dessas empresas para podermos fazer justiça aos injustiçados e fazer com que esses canalhas devolvam

ao Poder Público aquilo que desviaram, impondo o sofrimento a pessoas simples, que foram operadas sem necessidade, que tiveram o seu tórax aberto, porque tem que cerrar; que tiveram seu coração operado, numa cirurgia invasiva, para colocar algo sem necessidade, Senadora Rose. Mas o nosso aviso, Senador Paim, que pertence a essa CPI, é que nós vamos fundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se V. Exª me permitir, a sua ida ao Rio Grande do Sul – V. Exª justificou a minha não presença, porque eu havia feito aquela operação – teve uma repercussão que V. Exª não imagina, em todo o Estado. Por isso, meus cumprimentos pelo seu trabalho nessa CPI, que, agora, deixa o Brasil quase incrédulo! Médicos e cirurgiões fazem operação de coração e colocam *stent* quando não há necessidade.

Por favor, continue.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu quero aqui reiterar o serviço da mídia, porque foi com uma denúncia da Rede Globo, feita no Fantástico, que essa ponta do *iceberg* apareceu. Nós já tínhamos conhecimento disso, e aqui duas CPIs foram negadas: a CPI dos Planos de Saúde e a CPI do Erro Médico. A partir da CPI da Máfia das Próteses é que se deflagrou essa operação hoje também, mostrada em primeira mão por essa rede de televisão. Nós queremos louvá-la e vamos dar continuidade, com muita seriedade.

Senador Paim, hoje, a Câmara debate em uma comissão a redução da maioridade penal para colocá-la em plenário. Lá existe um grupo de Deputados ligado ao Governo, porque o Governo não quer de maneira nenhuma a redução da maioridade final. O Governo continua entendendo, ideologicamente, que homens de 17 anos, de 16 anos, de 15 anos, de 14 anos, travestidos de criança, que estupram, matam, sequestram, põem fogo, destroem, assassinam mãe grávida – criança de dois meses, no colo da mãe, atiram na cabeça –, têm que ser tratados como crianças. Não podem ser mostrados na televisão. Aparecem com uma tarja nos olhos, porque eles são crianças e não fizeram isso porque quiseram. Na verdade, eles fizeram porque confundiram um 38 com uma mamadeira, confundiram uma escopeta com uma chupeta.

O Governo não quer. Há um grupo de pessoas de ONGs e partidos que discute a questão e acha que a redução da maioridade penal não é o caminho.

A verdade, Senadora Rose, é que a violência no Brasil é um bolo, e uma fatia significativa passa por esses homens travestidos de menores, que estupram, matam, sequestram, assassinam e fica por isso mesmo, impunes, porque a lei lhes dá direito. Eles não têm deveres e ainda encontram o Governo e um grupo de pessoas que não querem saber da família enlutada, não querem saber daqueles que perderam um ente querido. Na verdade, eles querem proteger o bandido, querem proteger o assassino com argumentos que não cabem mais. Ponto. Eles dizem: "Vamos aumentar a pena daqueles que usam os menores." Quem está usando um homem de 17 anos que mata? Eles estão errados!

O crime não trata com faixa etária. Se tem 14 anos e tem coragem e sangue no olho para queimar o Tim Lopes dentro de um pneu, vira gerente do tráfico. Se tem 15 anos e tem coragem de atirar na cabeça de um motorista de ônibus, se tem 14 anos e tem coragem de assassinar um aposentado na porta do banco e tomar os seus proventos, esse se torna gerente da boca, esse manda no bairro, com 14, 15 anos. O crime não trata com faixa etária. Por que nós temos que tratar?

Eu quero explicar para a sociedade a minha proposta. Eu acho que essa proposta de reduzir de 18 para 16 é bobagem, é tentar dar para a sociedade uma resposta que ela não vai querer e na qual nem vai acreditar. Eu já tive 16 anos, e de 16 para 18 não muda nada. Todo mundo já teve 16 anos. A faculdade está cheia de homens e mulheres de 16 anos. Com 16 anos, os reflexos estão prontos. Com 16 anos, você pode dirigir, tocar sua vida, pode votar, está pronto. Minhas duas filhas entraram na faculdade com 15 anos. Ora, essa é uma falácia! Então, vejam: o importante de reduzir de 18 para 16 é só o debate, Senadora Rose, mais nada que isso, porque não vai mudar nada. E o Governo não quer que se reduza nem para 16. Eu não sou partidário de uma redução de 18 para 16. Não sou, mas, pelo menos, o debate está posto, porque aquilo que for votado na Câmara, depois, vai vir para o Senado.

Hoje, eu soube que dois Deputados indicaram meu nome para a Comissão Especial ouvir a minha proposta, e eles não quiseram. Disseram que não querem ouvir nem político nem polícia. Eles só querem ouvir técnicos. Eu quero dizer a eles que, durante 35 anos da minha vida, tiro drogado da rua; durante 35 da minha vida, lido com menino alcoólatra de 8 anos, de 12, de 10, de 15, de 14, fumando *crack*, assassinando, cheirando cocaína.

V. Exª conhece o meu trabalho no Espírito Santo. Será que eu não sei nada? Toda a minha proposta é uma dedução desses 35 anos de trabalho. E, de quebra, ao chegar à Câmara como Deputado Federal, presidi a maior CPI deste País, a CPI do Narcotráfico, e conheço o outro lado do balcão.

Então, vejam, reduzir de 18 para 16 é uma falácia, é uma bobagem, é tentar enganar a sociedade. Aumentar a pena daqueles que usam os menores... Teria que aumentar a pena de um cara que usa um menino de dois anos de idade, de três, dá um revólver na mão dele, e esse menino entra num banco, com três anos

de idade, e assalta. Esse argumento teria até sentido assim; fora disso, não tem sentido. Vem me dizer que um homem de 14 anos com um 38 na mão, de 16 anos com uma escopeta na mão...

Agora, a moda é faca, Senadora, é esfaquear. Um médico cardiologista foi esfaqueado no Rio de Janeiro, andando na Lagoa; um cardiologista que já salvou tantas vidas, esfaqueado por dois homens, travestidos de crianças, de 14 e 15 anos de idade. A TV não pode nem mostrar o rosto deles, porque eles são menores. Olhem só aonde nós chegamos?

Agora, semana passada... O Piauí está aterrorizado, abalado, Senador Paim, o Estado do Piauí, o Estado do Senador Wellington, que é do PT, que é contra a redução da maioridade penal, do Governador Wellington. O Piauí assiste a uma cena dramática: os menores – homens travestidos de crianças – pegaram quatro meninas de 14 e 15 anos, arrancaram os bicos dos seios, colocaram pedra e pedaços de pau dentro da vagina, no ânus, e, depois, jogaram de cima de uma ribanceira. Mas a Polícia, quando põe a mão, não pode, não; tem que botar uma tarja no olho, desfigurar a filmagem, porque eles são menores. Aonde é que nós chegamos? Nós estamos no país de Alice? Nós estamos vivendo no fantástico mundo de Bob?

A sociedade não aceita mais isso, Senadora Rose, e ela vai recorrer para quem? Ela vai recorrer para quem? A sociedade está dizendo: "Nós votamos em vocês. Nós acreditamos, demos um voto. Nós estamos na rua sangrando, chorando". Mães sem filhos, filhos sem mãe, sem pai, assassinados por homens travestidos de criança. E um Governo, com a sua Base, insiste em dizer: "eles são crianças e, até fazerem 18 anos, podem tocar o terror, podem pintar o sete, que nós estamos aqui para proteger".

Ah...

Eu tenho uma proposta, e é isso que eu queria mostrar. Eu gostaria que o Brasil ouvisse a minha proposta.

Senador Paim, em 2003, Liana Friedenbach foi morta, Senador Amorim; foi estuprada e morta, em São Paulo, em 2003, Liana Friedenbach. A minha PEC chama-se Liana Friedenbach, de 2003, e eu propus, Senadora Rose, que o debate propusesse redução para 13 anos. Pensei que, em 2003, propondo redução para 13 anos, isso seria uma bomba, haveria um debate, chamaria a atenção da sociedade, da mídia. Mas o Presidente Lula tinha muita força, uma base muito forte, e eles mandaram sentar em cima, botar dentro da gaveta, trancar e jogar a chave fora. Isso aconteceu, e eu fiquei nesta tribuna como João Batista, a voz do que clama no deserto. Só eu falava de redução da maioridade penal.

A senhora sabe que, lá no Espírito Santo, há pessoas que me odeiam porque falo em redução da maioridade penal. Eu vou continuar falando. De lá para cá, eu amadureci, amadureci a minha proposta ouvindo aqueles que estão lá no projeto Vem Viver, mudando de vida, ouvindo suas mães, ouvindo pais, ouvindo o Ministério Público, ouvindo padre, ouvindo pastor, ouvindo mãe que perdeu filho e mãe que vai visitar filho, que hoje tem 20, 23, 25 anos e que começou a frequentar a cadeia com 13, com 14 anos, nessas unidades de ressocialização de menores que não ressocializam. Muito pelo contrário!

Quando votamos aqui a PEC do Senado Aloysio Nunes – que foi derrubada depois de um trabalho, de um *lobby* enorme feito pelo Governo –, que reduzia para 16 anos, não sou a favor de redução para 16 anos, mas votei com o Senador Aloysio, porque penso que é um avanço pelo menos debater a questão.

Mas a minha proposta é a seguinte: se o crime não trata com faixa etária, Senador Paim, por que nós vamos tratar? A minha proposta é a seguinte, Senadora Rose: qualquer cidadão que cometer crime com natureza hedionda, nascido neste País, perde a menoridade, é colocado na maioridade, para pagar as penas da lei. Ponto. Com que idade? Nenhuma! Se ele pegou uma escopeta e entrou no banco atirando, matou gente e assaltou o banco com 14 anos, vai perder! Se pegou um 38, com 13 anos, assaltou o taxista, matou o taxista, vai perder! Se pegou o 38, entrou no supermercado, atirou no caixa, matou, roubou, foi embora, com 12 anos, vai perder! Quem comete crime tem que responder pelo crime que cometeu! Ponto. Mas o que diz a minha proposta? Para crimes de natureza hedionda. Porque há dois elencos de crime: crime hediondo e crime que não é hediondo.

Aí, Senadora Rose, vem a primeira pergunta dos militantes dos direitos humanos e, quem sabe, de algumas pessoas que estão em casa me ouvindo ou me acompanhando nas redes sociais ou na Rádio Senado: "Senador, isso é uma barbaridade! Então, o senhor pega um menino de 14 anos, que cometeu um crime e manda-o para penitenciária? Sabe o que vai acontecer? Ele vai sair de lá doutor no crime, ele vai sair de lá escolado".

Não, não vai.

A penitenciária é um lugar para a pessoa que tem o seu crime transitado em julgado. Quem vai para uma penitenciária por causa de um crime não tem nada para ensinar, nem nada para aprender. Ele já sabe tudo. Ele vai para a penitenciária para isso, porque já transitou em julgado o crime. Ponto. Está resolvido.

Existe um elenco de crimes que não são hediondos.

Um menino roubou o meu telefone, Senadora Rose, com 14 anos. A senhora sabe para onde ele vai? Ele vai para o mesmo instituto para o qual foi o outro que incendeia ônibus, que estupra e mata, tem 10 mortes

nas costas, com 17 anos. Eles vão todos para o mesmo lugar. Esse que roubou o telefone, o seu primeiro furto, vai para o mesmo lugar, e, lá, para não morrer dentro do sistema, ele fica igual ao outro.

Então, para responder essa pergunta: a minha proposta é que esse menino, que perde a menoridade, não vá para a penitenciária. Ponto. Resolvido? "Mas vai para onde, Senador?" Segunda pergunta, Senador Paim.

O nosso sistema penal está falido, as nossas cadeias estão cheias: onde tinha que haver 20, há 25; onde tinha que haver 25, há 125; onde tinha que haver 50 presos, há 200; onde tinha que haver 200, estão empilhados um em cima do outro, feito morcego, dormindo dependurados, e há 400! É verdade, mas isso porque as autoridades querem.

O sistema prisional da Itália não é o suprassumo do mundo, mas é um sistema a ser copiado, em que o indivíduo sabe o dia que chega e o dia que vai sair. Ele trabalha para ressarcir a família da vítima, autossustentar-se e devolver, também, para o Estado. Vive com dignidade, paga a pena com dignidade, Senador Paim. Beleza!

O nosso sistema está falido? Está, mas já podia se ter feito um piloto para experimentar mudar essa lógica do sistema prisional. Por que não se faz? Não se faz porque o nosso dinheiro não é nosso; o nosso dinheiro é para fazer porto em Cuba. Então, se sobrasse o nosso dinheiro, já poderia ter sido feito isso.

Então, respondida a segunda pergunta, a minha proposta: eles não vão para essa cadeia, não vão para a penitenciária e não vão para o sistema prisional, que está cheio, que está apodrecido. Ponto. Acaba com isso.

Aí, alguém fala: "Mas, se acaba com isso, se perde a menoridade e não é para mandar para a penitenciária, se perde a menoridade e não vai mandar para uma cadeia pública cheia, num sistema falido, vai para onde, Senador?"

Proponho acabar com Fundação Casa, acabar com Iases – no meu Estado, se chama Iases; nos outros Estados, não sei –, acabar com Febem, com Iesbem, com tudo que é bem, mas que não é bem, é mal, neste País. Acaba com tudo, porque a verdadeira escola do crime está no meio.

No meu Estado se chama Iases. Prende-se um menino de 15 anos que esfaqueou alguém, e ele vai para dentro desse sistema. Lá dentro, ele vira doutor no crime. Prende-se outro que roubou um relógio ou uma bicicleta pela primeira vez, e ele vai para dentro do mesmo sistema. Lá dentro, vira bicho também, e, em vez de sair um, saem dois; em vez de saírem dois, saem quatro.

Então, a escola do crime está dentro da Fundação Casa. A escola do crime é a Fundação Casa. A escola do crime é a Febem. A escola do crime é o Iesbem e outros cujo nome não sei, nos Estados, mas dizem que são os serviços de ressocialização de menores, que, na verdade, não ressocializam e os tornam um marginal de alta periculosidade.

É só saber, cidadão que me ouve, que hoje parte significativa dos presos que estão na penitenciária começaram a entrar no sistema prisional aos 13, 14 anos de idade. Onde? Na Fundação Casa, no Iases, na Febem, no Iesbem. Lá eles viraram doutores em crime e acabaram na penitenciária, depois que se tornaram maiores de idade. Eu quero acabar com a Fundação Casa.

Agora, a minha proposta não tem só a ver com o Legislativo. Seria uma ignorância. Por isso, o Legislativo fica querendo reduzir de 18 para 16. É preciso ouvir o Governo; é preciso ouvir o Judiciário; é preciso ouvir a Ordem dos Advogados, porque é um projeto amplo a se fazer, com resultados que recuperem, que preservem a vida, que não matem e que não sejam mais escolas de marginal. Acaba-se com o Iases no Espírito Santo.

Aí, perguntam: "Agora o senhor diz, no seu projeto, que o menor não vai para a penitenciária, não vai para a cadeia pública, e que se acaba com o Iases. Vai colocá-lo onde? Onde?"

A minha proposta diz o seguinte, Senadora: fica o Estado, o Governo, obrigado a construir centros de ressocialização para a formação de campões em esporte de alto rendimento para o País.

Eu explico. O Brasil tem vocação para o esporte. Embora o ex-Presidente da CBF tenha sido preso agora, lá na Suíça – estão degradando, desmoralizando o futebol –, nossa vocação não é só para o futebol. O Brasil tem vocação para o vôlei, esporte de alto rendimento; nosso basquete é alto rendimento; nossa natação é alto rendimento; nosso *muay thai* é alto rendimento; nosso jiu-jitsu é alto rendimento; nosso boxe é alto rendimento; a nossa ginástica olímpica... O campeão mundial das argolas é nosso. Nós temos vocação para o esporte.

Eu falo isso porque, na minha instituição de recuperação de drogados – já cansei de convidar todo mundo para ir lá, e ninguém vai –, há um centro de treinamento de MMA. Vamos lá, para vocês verem como se tira um cachimbo de *crack* da mão de um menino, se toma o 38 dele e se faz dele um faixa preta de jiu-jitsu!

Centros de ressocialização. Esse menino perdeu a menoridade. Ele não vai morrer na rua com 14 anos, ele não vai ser assassinado no sistema; ele vem para esse centro de ressocialização.

Por que o Judiciário participar disso? Da construção dessa legislação? Por que a OAB? Por que as pastorais? Sabe por que, Senadora Rose? *Grosso modo*, esse menino perdeu a sua menoridade porque cometeu um crime hediondo. Ele vem aqui para dentro da ressocialização, lugar de formação de campeões em esportes de alto rendimento no País. Se a família dele não tiver envolvimento com o crime, ela entra às 17 horas de sexta-

-feira e fica com ele até 18 horas de domingo. Esse menino passa a ter mais tempo com a família dele do que teve quando estava na rua.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Conforme o biotipo dele, conforme a vocação dele para o esporte, conforme o esporte da sua predileção; conforme o seu biotipo, o seu tamanho, a sua disposição, técnicos vão avaliar se ele tem biotipo para nadar, biotipo para o vôlei, biotipo para o basquete, biotipo para ser um lutador de jiu-jitsu ou para ser um atleta de alto rendimento, seja qual for o esporte.

Alguém me pergunta: "Mas nós temos mão de obra para isso"? Temos. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, Senador Paim. Por conta das olimpíadas das Forças Armadas no mundo, nós temos atletas de alto rendimento na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, de alta patente, sargentos e até soldados que vivem para treinar. O vôlei das Forças Armadas do Brasil é de alto rendimento, o boxe das Forças Armadas é de alto rendimento, a natação é de alto rendimento, o basquete é de alto rendimento. Nós temos essa mão de obra! Um atleta de alto rendimento treina de manhã e de tarde, e à noite ele treina dormindo, porque, a partir das 18 horas, o corpo do atleta de alto rendimento só quer dormir.

Nós criaremos, nós modificaremos e daremos uma lição para o mundo! Aquele que cometeu um crime hediondo vem aqui para dentro, cumpre a sua pena, e nós devolveremos um atleta de alto rendimento para o País.

Eu estava fazendo uma palestra em uma universidade, e a senhora que estava debatendo comigo – inclusive, é a diretora do Iases, lá do Espírito Santo – falou assim: "É, mas isso que o senhor quer é muito difícil". Eu falei: difícil é o que nós estamos vivendo.

Essa não é uma situação fácil de resolver, porque o que nós estamos vendo aí é quem é contra a redução e que não está ouvindo nada do que está acontecendo na rua, não consegue ouvir um choro, não consegue enxergar uma lágrima de sangue ou uma gota de sangue de alguém que sangra, sendo assassinado por um desses homens travestidos de criança; ou a voz daqueles que querem a redução, mas querem a redução na idade, e reduzir por reduzir não vai mudar essa realidade.

Estou apresentando um projeto, uma proposta que tem que envolver todos nós. Então, se cometeu crime hediondo, vem para esse centro de ressocialização, de formação de campeões em esporte de alto rendimento. Se cometeu um crime que não é de natureza hedionda, não tem que ir para dentro da Fundação Casa, não tem que ir para dentro do Iases, porque lá, sim, é escola de crime.

Ele entra lá com 15, sai com 16, volta com 16, sai com 17 e depois vai direto para a penitenciária porque ele não para nunca mais de cometer crime. Nós temos que evitar esse meio, nós temos que evitar esse meio. "Mas não dá para fazer agora". Dá, dá para fazer um piloto. Vamos escolher um Estado do Brasil, vamos fazer um piloto.

Olha, a lei não está votada aqui. Ninguém aprovou nada disso. Mas veja, Senador Paim, vejam Senadores, se os Governadores quiserem, eles podem fazer. O Governador pode chamar o presidente do tribunal, o Procurador-Geral e dizer assim: "Olha, qualquer menino aqui em Sergipe, qualquer menino no Rio Grande do Sul, qualquer menino, no Espírito Santo, lá em Roraima, lá em Rondônia, que cometer um crime que não é de natureza hedionda, se roubou um relógio, ele não tem que ir para lá". Para lá nós vamos mandar os meninos que cometeram crime hediondo. Nós não temos lei, mas vamos separar esses aqui e vamos criar uma estrutura para formar atletas para quem não cometeu crime hediondo, vamos dar uma oportunidade a eles e vamos evocar a única parte boa que o ECA tem: responsabilizar mãe e pai.

Então, você evita que um menino que roubou um relógio, amanhã, esteja dentro de um ônibus atirando e matando pessoas, incendiando gente no meio da rua.

É uma proposta. É uma proposta. Precisamos ouvir o Judiciário, precisamos ouvir a Pastoral, precisamos ouvir a Ordem dos Advogados, precisamos ouvir líderes religiosos deste País, precisamos ouvir Câmara, Senado, criar uma comissão com gente do Governo, gente do Ministério da Justiça. Mas eles não querem, simplesmente não querem nem ouvir. Eles não estão aí para o choro da sociedade.

E aqueles que são a favor da redução também não querem discutir uma saída. Só queremos reduzir de 18 para 16. Reduzir de 18 para 16, perdoem-me, é uma idiotice, é uma falácia. Eu já tive 16 anos, o senhor também, Senador Ataídes, e sabe que de 18 para 16 não muda nada.

Depois se vai atrás de outra lei para reduzir para 14 anos, depois para reduzir para 12. Nós temos que fazer uma lei e dizer o seguinte: "Cometeu um crime hediondo, paga. Se tiver 13, paga; se tiver 12, paga; se tiver 11, paga; se tiver 16 ou 17, paga. E nós vamos proteger você. Vamos lhe dar uma oportunidade. Vamos lhe trazer aqui para dentro. Você não vai morrer". Imagine um menino desses que cometem esse tipo de crime.

E a segunda parte deste projeto. Se a família dele tiver envolvimento com o crime, o juiz vai determinar uma família com formação cristã, com formação religiosa, estruturada, para ser a família adotiva desse menino,

que está agora na ressocialização para se tornar um campeão. E essa família também vai ajudar o Judiciário a tomar conta e procurar ressocializar a família dele, envolvida com o crime, pelo lado de fora. É toda uma engenharia! Uma engenharia cristã! Uma engenharia inclusiva! Uma engenharia social!

Eu não quero redução por redução. Nós precisamos criar essa saída. E sabem, Senador Ataídes, Senador Paim, Senadora Rose, Senador Amorim, no dia em que isso acontecer, o mundo vai nos copiar. Vai dizer: "olha, estamos errados com esse negócio de sete anos", nos Estados Unidos; lá em Bangkok, "estamos errados com esse negócio de quatro anos"; na Europa, "Treze, catorze anos – estamos errados. O Brasil descobriu a roda". Nós temos, realmente, que tirar a faixa etária. Não existe faixa etária para o crime. Se cometeu, nós vamos pegar esse menino...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – ... e fazer dele um atleta de alto rendimento, devolver um atleta para a sociedade (*Fora do microfone.*).

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Ele, que um dia fez a sociedade chorar, amanhã fará a sociedade aplaudir, como campeão que é. Tem jeito, tem saída. O homem pode ser mudado por dentro. Eu sei disso. São 36 anos tirando drogado da rua. Tenho um centro de treinamento de esporte; tenho atleta no UFC americano, tenho uma dezena de atletas no Ultimate Fighting, tenho uma série de atletas no Jungle Fight. Há alguns meninos de quem eu tirei a escopeta da mão, tirei o cachimbo de *crack* da boca, e que se tornou atleta. Ora, é isso que nós temos que fazer!

E nessa discussão tola – porque quem é contra não quer nem ouvir quem é a favor, é como se fosse água e óleo –, nós estamos protegendo as crianças. Ei! Que criança? Criança chora, faz cocô na fralda, criança mija no colo da mãe, criança chora para comer de madrugada, tomar mamadeira. Criança não pega em escopeta! Criança não pega em 38! Criança não confunde 38 com chupeta, com mamadeira!

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – A sociedade não aguenta mais esse discurso, essa conversa fiada. Portanto, aí está a minha proposta, Senador Paim. Eu pedi ao Senador Humberto Costa, que é Líder: "Senador, me dá a oportunidade de o PT me ouvir."

Eu tomei uma decisão hoje, Senador. Diante disso, vou procurar a OAB, vou procurar quem possa me ouvir, porque essa é uma proposta inclusiva, essa é uma saída. Se reduzir para 16, o crime vai aumentar. Aí vai ficar todo mundo doido, querendo que venha para 14 – e vai aumentar.

Olha, tenho um obreiro na minha instituição, o Everton. Está comigo, com 15 anos. Há 12 anos está comigo, mas, quando tinha 13, já tinha 3 assassinatos. Estamos falando de uma criança? Ele é obreiro lá na instituição. O Senador Paim o conhece, já esteve lá. Está recuperado lá!

Alguma coisa tem que ser feita, Senadora Rose; alguma coisa tem que ser feita. Nós precisamos nos juntar e debater essa questão, parar com este preconceito: quem é a favor tem um preconceito danado com quem é contra; quem é contra tem um preconceito danado com quem é a favor. Nós precisamos encontrar uma saída, Senador Paim, para a sociedade.

Então, fica aqui a minha fala.

Recebi com muita tristeza hoje o Deputado Sóstenes e a Deputada Geovania, que vieram me comunicar que propuseram o meu nome para ser ouvido, na Comissão, para eu falar da minha proposta, mas não quiseram, porque querem ouvir técnicos.

Eu quero dizer o seguinte: eu estou Senador. O ar que eu respiro é tirar gente da rua; o ar que eu respiro é recuperar drogado, tirar gente de cadeia; essa é a minha vida. Eu tenho uma testemunha ocular, a Senadora Rose de Freitas, que está no plenário e conhece o meu trabalho, que conhece o meu trabalho! Então, uma saída, nós temos que ter!

Senador Ataídes.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só vou fazer um apelo. O Senador está na tribuna há 35 minutos, e o tempo regimental é de 10 minutos. Nós temos quatro Senadores inscritos. Se o seu aparte for breve, e a resposta também for breve...

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vai ser breve, Sr. Presidente, vai ser breve. O Direito Penal nunca me chamou muita atenção, mas, Senador Magno, a cada cidadão hoje preso – e o que a gente vê é pobre, negro e jovem –, a sociedade brasileira deveria chorar. Deveria chorar quando fosse recolhido cada elemento desses. Porque o nosso sistema presidiário é uma máquina de fazer estupradores, sequestradores, homicidas e tantos outros.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB – TO) – E vejo que essa redução da maioridade não é a saída. Com investimento lá na base – conforme V. Exª está colocando –, pegando esses garotos e colocando-os na creche, e não na mão do traficante, aí sim todo mundo ganharia: a sociedade, o Governo, enfim. Eu só sei que cada cidadão desses que é recolhido representa um prejuízo enorme para a sociedade. Eu só queria fazer esse breve registro, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu agradeço, Senador, e já encerro, Senador Paim.

E não é só quem usa droga. Eu sou filho de uma faxineira. Então, ser pobre não é sinal de que vai ser violento. Os carecas de São Paulo e dos grandes centros, que assaltam e matam, nas lojas de conveniência, dentro dos grandes postos de gasolina, não são da periferia.

No Brasil, toda vez que não se quer resolver um problema, usam os negros e os pobres: isso só vai valer para negro e para pobre, para mulher pobre, para mulher negra... É uma conversa, uma falácia para não se resolver um problema! Porque existe rico matando, filho de rico assassinando, filho de rico fazendo pega, usando droga nas boates, de madrugada, atropelando pessoas. Esses caras também vão perder a menoridade penal! Que história é essa de só preto, só pobre? Toda vez que não querem resolver um problema, vêm com a conversa: é pobre, é negro, é não sei o quê. Sou negro, sou filho de uma negra, minha mãe era faxineira, ganhava meio salário mínimo por mês, nem por isso os filhos dela são marginais. Então, ser pobre não quer dizer que vai ser marginal. Tem filho de rico marginal, porque o pai é marginal, a mãe é marginal. Aprenderam a beber dentro de casa, aprenderam a fumar dentro de casa, geladeira cheia de bebida. Casa de pai, escola de filho.

O que estou falando aqui é para todo mundo: redução da maioridade penal para quem comete crime de natureza hedionda. Não estou falando para quem roubou um relógio, não estou falando para quem roubou um telefone celular ir para o mesmo sistema. O lugar onde se vira criminoso, bandido de alta periculosidade, doutor no crime é o meio, é na Fundação Casa, é no Iases, ali onde dizem que se faz a ressocialização de menor, mas de fato não é. Ali é escola de crime. Quando sai, dois, três, quatro, seis meses depois – ninguém fica um ano naquele negócio, embora digam que ficam por três anos; ninguém fica! –, sai pior do que entrou. Nós precisamos acabar com isso! Aquele que cometeu crime de natureza hedionda perde, mas entra para um centro de ressocialização, de formação de campeões em esporte de alto rendimento no País. Você tira a arma da mão dele e depois o devolve como um atleta para a sociedade brasileira. Essa é a minha proposta, proposta de que tem 35 anos da vida, de quem as filhas foram criadas no meio dos drogados, de quem tem um centro de treinamento de esporte e sabe o resultado que isso tem, sabe o resultado que isso dá.

Presidi a maior CPI deste País, a CPI do Narcotráfico, e conheço os dois lados do balcão. Sei que reduzir para 16 não vai dar em nada, depois vão querer 14; mas não reduzir é pior ainda, é fechar os ouvidos para o grito e o choro de uma sociedade que está sendo agora esfaqueada por esses homens travestidos de criança do lado de fora. Não temos que fechar os ouvidos; temos que procurar uma solução. E eu proponho uma solução.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Magno Malta, colocando seu ponto de vista, todos sabem, sobre a questão da maioridade penal, diminuir a responsabilidade penal para aqueles que cometem crime hediondo.

Passo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi com muita atenção o discurso de V. Exª, Senador Magno Malta, sobre essa situação de conflito em que vive a sociedade diante de tamanha violência.

Quando V. Exª descreveu o que aconteceu no Piauí, cheguei a me arrepiar. Nós temos uma cultura de violência contra a mulher, uma cultura inaceitável. E ficamos caminhando em círculos, amassando barro, tentando ver como enfrentar uma situação como essa.

De um lado, há uma cultura que parece que não acaba. Historicamente, ela persegue a condição das mulheres, mas hoje já não podemos mais falar só das mulheres violentadas, chacinadas; temos que falar da sociedade inteira que se sente ameaçada.

Acho que V. Exª fundamenta bem quando diz que, se diminuirmos para 16, depois vão procurar diminuir para 14, 12. Junto a isso, V. Exª faz uma proposta, e é a primeira vez que a ouço, muito interessante, e que o Governo deveria ouvir. Se não essa, outras propostas, mas alguma coisa precisa ser feita.

Paralelo à punição que foi desobrigada pelo estatuto do menor, esse estatuto que veio para contribuir, sinceramente com boas intenções, para estruturar uma política de apoio à infância, à adolescência, e, no entanto, acabou sendo usado como uma forma de armar a mão do menor. Foi a mão de obra que passou a ser utilizada pelo crime organizado, porque, diante do fato da delinquência, da marginalidade, da violência, o estatuto era evocado. E eu ouvi de muitos delegados: "não pode ser preso". Diante do delito, também não podia ser preso; do flagrante, também não podia ser preso.

E algumas pessoas até revoltadas passaram a aplicar esse instrumento, que era um instrumento de acusação, pelo Estatuto que vige até hoje.

Eu quero dizer a V. Exª que tenho dois filhos, V. Exª tem cinco?

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone*.) – Quatro.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quatro. Acho que nós nos sentimos assim, quando sabemos que em nossos filhos não se encostou nenhuma droga nem qualquer instinto de violência, nós sentimos que tivemos o dever cumprido, mas, como Senadores, acho que nós temos mais a fazer. Nós precisamos, juntos, debater e encontrar uma maneira de dar suporte a um programa social neste País, que cuide da criança desde que ela nasce.

Eu, muitas vezes, fiquei durante 20 anos pregando que, na escola também, há uma política a ser adotada, Senadora Lúcia Vânia, que é a questão de educar as crianças sobre a questão dos direitos humanos e a cidadania. Uma criança que assiste à violência em seu lar, entre seus pais e irmãos, leva essa cultura e vai se arrastando e gerando mais adiante conflitos em relações familiares e conflitos em relações sociais. Sei disso muito bem. Portanto eu acho que também a escola tem um papel importante.

E precisa a criança aprender a ter uma divisão de raciocínio que lhe mostre o outro lado fora da versão, às vezes, de um lar violento, precisa a criança conhecer o que é igualdade, o que é direito humano e o que é cidadania. Porque se essa semente puder ser plantada ali, com certeza, diante de um lar violento, de um pai que bate na sua mãe, ele vai ter um raciocínio: "Olha, na escola se disse que isso não é certo." Mas nós não conseguimos sensibilizar nenhum Ministro da Educação para que essas matérias fossem adotadas.

Eu quero registrar que se encontra presente aqui o ex-Deputado Federal, hoje Vice-Governador do meu Estado, Deputado César Colnago, que saúdo com muito prazer, pela sua obstinação em fazer uma política decente, limpa e profícua a favor do nosso Estado.

Acabamos de ouvir aqui o discurso do Senador Magno Malta, que falou com a verve que lhe é sempre peculiar sobre a questão da violência. E hoje nós estamos vendo fatos corriqueiros no nosso Estado, Vice-Governador, corriqueiros: no Estado se matam duas mulheres por dia. Eu já exaustiva, ao longo de sete, oito mandatos agora, já assumi esta tribuna, já fui para a rua, para as delegacias. Lembro-me da época da Lucy Montoro, quando se montou a primeira delegacia da mulher neste País. De lá para cá, mudou o quê? Muito pouco.

Então eu acho que a questão de se combater violência começa lá atrás, começa também com as propostas que estão sendo colocadas aqui pelo Senador Magno Malta, que diz: "Olha, existe uma atividade social e esportista que pode acompanhar a vida deste menor." E pode, em vez de deixá-lo à mercê do crime, dessa mão armada, que todo dia sequestra a vida de uma criança, dar oportunidade de estudar, de ser um cidadão exemplar. Mas, ao contrário, é colocado à mercê dos bandidos, dos marginais.

Então, eu queria parabenizar V. Exª pelo discurso e dizer que sou sua admiradora e sua eleitora. Espero ser novamente na próxima eleição.

Queria também registrar aqui dois fatos que marcaram nossa semana, Senador Paim. Em primeiro lugar, a questão do fator previdenciário. Nós estamos sabendo que há uma pressão muito forte para que a Presidenta Dilma vete essas mudanças que nós construímos no plenário desta Casa. O Governo criou inclusive um comitê para propor alternativas ao sistema atual e encontrar justificativa para o veto, que eu acho que não terá. Nós conseguimos avançar. Eu acho que o Governo está emparedado e há também a defesa de sua base social. No momento em que enfrenta essa baixa popularidade e mais escândalos de corrupção, o PT deu apoio, com ressalvas, ao ajuste fiscal proposto pela Presidente Dilma. O Partido marcou posição com críticas feitas em documentos oficiais, apresentação de emendas que foram trazidas a este plenário por Deputados e Senadores, mas, no final, votou majoritariamente a favor da restrição de benefícios trabalhistas e previdenciários, depois que foram feitas mudanças que atenuaram o texto original das medidas provisórias.

Agora, pelos noticiários, estamos sabendo que o ex-Presidente Lula e o PT pressionam a Presidente Dilma a não vetar a flexibilização do fator previdenciário incluída pelo Congresso nas últimas votações. O argumento é que é preciso fazer um aceno para a base social do Partido. Ora, nós não estamos mais nesse momento.

Não há política partidária que possa se sobrepor à necessidade dessa alternativa que foi criada nesta Casa e em que V. Exª trabalhou, ajudou a conduzir, durante anos e anos de luta de V. Exª. Então, o Governo criou esse comitê para propor uma alternativa.

Eu acho que nós temos uma luta grande pela frente. Esse sistema de aposentadoria atualmente em vigor não serve, não é aceito por ninguém, haja vista que aqui no plenário nós tivemos o apoio de V. Exª, do Senador Lindbergh e mais ainda, um outro, além do senhor, Paim, Lindbergh, um outro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Walter Pinheiro.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu posso lhe adiantar a ampla maioria da Bancada do Partido dos Trabalhadores já me informou que nessa não tem discussão, que eles votarão contra o veto, se o veto acontecer.

Eu não somente votarei contra, como vou fazer campanha e me comprometi a fazer uma vigília aqui na noite do veto, chamando aqueles Parlamentares que, porventura não querem se posicionar e não venham votar, eu vou ficar na tribuna a noite toda chamando: "Volta Senador, volta Deputado, vem cá e vota contra ou a favor, mas vota." Então, eu quero dizer que eu espero que não aconteça o veto, se acontecer o veto, daí será o fim da picada.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho que essa é a primeira escala da nossa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aí então, estamos indo de fato para a beira do precipício.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois é, acho que é a primeira escala da nossa luta, exatamente que esse veto não aconteça, não há ressonância na sociedade. A Casa está completamente a favor dessas alterações. Portanto, acho que simplesmente vetar é inconcebível, o veto – eu tenho certeza do que V. Exª fala – vai ser derrubado aqui.

O Deputado Carlos Zaratin, que foi Relator da Medida Provisória nº 664, que mudou as regras da aposentadoria, pagamento de pensões por morte e auxílio doença, já, inclusive, fez esse diagnóstico que nós...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E ele que foi Relator votou, inclusive, pelo fim do fator.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim votou na Câmara, na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se incomodou, mas votou.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, aqueles que comungam e que participam dessa jornada pela aprovação e derrubada do veto, não o veto da Presidência e pela derrubada, caso venha a acontecer, eu acho que estão entendendo que essa é a fórmula já flexibilizada por este Senado, por este Congresso.

O discurso do PT e alguns setores é que o Congresso, com a contribuição do Partido, melhorou o ajuste fiscal enviado pelo Governo que, segundo os petistas, penalizava só o andar de baixo. Não foi isso que foi dito várias vezes? V. Exª mesmo falou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu usei esse termo mais de 50 vezes.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª falou isso da tribuna.

Então, eu acho que tentar utilizar esses argumentos para se reaproximar da base social, não é argumento mais, desculpe-me Senador. Eu não gosto de adentrar em assuntos de partidos, mas eu entendo que as bandeiras que foram ressuscitadas aqui, como a taxação de grandes fortunas, precisam existir.

Não é em função do que aconteceu com a Previdência, porque precisam existir e, em meio a essa queda de braço que nós vamos ter, eu quero que todos fiquem com a certeza absoluta de que esta Casa está atenta e que não vai, em momento algum, ficar distante dos ajustes propostos com o Governo, dos quais eu gostaria – e confesso – de ter mais visibilidade. Acho que fazer um ajuste fatiado, aos pouquinhos, a sociedade precisa entender, essa insegurança é muito grande.

Até outro dia, nós tínhamos férias coletivas, agora, nós temos desemprego. É real isso, por causa dessa insegurança que ainda estamos vivendo. Nós precisávamos conhecer esse plano, esse ajuste como um todo. Nessas negociações que nós fazemos, eu tive oportunidade de chamar na comissão o Presidente do Banco Central, debatemos com ele. Tinha uma visão e tem de que se avizinham tempos melhores, de que esses ajustes são imprescindíveis. Nós também temos.

Mas eu ainda fico com a tese de V. Exª. Só no andar de baixo não dá. É preciso que a gente aprove um texto que tenha ganhos para a economia...

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... para ajustar o País, para que ele saia da crise, mas que não tiremos mais nada do trabalhador. Há ainda os cortes do Governo. O Governo precisa cortar na sua carne, precisa avançar nessa proposta de fazer ajuste dentro do próprio Governo.

Haja vista que, como Presidente de Orçamento, nós estamos vendo que foi gasto com o PAC até hoje. Então, o País pecou lá atrás. Acumulou seus erros, e não é a classe trabalhadora que tem que pagar. Houve ganhos nessa proposta, esses ganhos são consistentes. Até o Líder José Pimentel, que já foi Ministro da Previdência, defendeu a flexibilização do fator previdenciário, que reduz o benefício conforme o aumento da expectativa de vida.

O custo estimado dessa mudança, Sr. Presidente, caso seja sancionada pela Presidente Dilma, vai ser de R$40,6 bilhões em dez anos, e R$2,5 trilhões em 35 anos. Também quero citar aqui o Senador Garibaldi, que também foi Ministro da Previdência, que manifestou sua opinião favorável. No mundo inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O atual Ministro da Previdência, o Ministro Gabas, em entrevista à *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, se eu não me engano, em reunião, que não foi secreta, com sete ou oito Senadores, também disse que é hora de acabar com o fator. Então, não sei quem é essa força oculta que fica com esse discurso permanente, com dados totalmente irreais sobre a questão do fim do fator.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E com o sentimento divorciado da sociedade.

No mundo inteiro, são pouquíssimos países, coisa de se contar nos dedos até, onde não há a idade mínima na questão da aposentadoria. Esse fator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E é bom lembrar, permita-me, que com a fórmula 85/95 nós estamos colocando a idade mínima.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com certeza. É esse o dado que eu acho que o comitê tem que começar a considerar. É como se nós estivéssemos acabando com a Previdência.

Então é isso que nós estamos discutindo, é esse fator. Isso que nós estamos discutindo aqui é uma herança, porque nós queremos ser mais realistas do que ele? Não é. É que nós queremos estar em consonância com a classe trabalhadora. Nós não temos a idade mínima e apelamos para esses subterfúgios que são usados todo dia, toda hora.

Ao contrário do que houve na reforma da Previdência, promovida no início do governo Lula, desta vez o PT não vai punir os que votaram contra o ajuste fiscal promovido pelo Governo. Na Câmara, dos 64 Deputados petistas, 55 participaram da votação da medida provisória que restringiu o acesso ao seguro-desemprego e só um votou contra. No Senado, a Bancada do PT deu uma orientação favorável às medidas provisórias, mas não fechou questão, como aconteceu também com o nosso Partido. O Senador que preside esta sessão, Paulo Paim, que tem como plataforma do seu mandato a defesa dos aposentados, assim como o Walter Pinheiro e o Lindbergh, que chegou a defender a demissão do Ministro Joaquim Levy e aproveitou o debate do ajuste fiscal para fortalecer a ala desenvolvimentista do Governo, no caso, o Ministro Nelson Barbosa, que estava inclusive flexível à ideia que foi defendida e aprovada nesta Casa. É lógico que a Presidente Dilma não gostou e rebateu, afirmando que não há divergência na equipe econômica, mas claramente existiam pensamentos contrários às posições que foram adotadas.

O Senador Caiado, quero registrar aqui, acusou a Base do Governo de fugir do debate sobre o ajuste. Eu acho que isso não aconteceu. Nós vimos a importante discussão que se travou nesta Casa. É impressionante você ver que não havia um orador que defendia a 665 da tribuna.

Portanto, nós chegamos à hora em que nós podemos atuar além desta Casa e fazer com que as nossas vozes sejam ouvidas do outro lado da rua, não é?

O importante é que se votou. É um remédio que nós temos que suportar. Nós não estamos de brincadeira. O País precisa das nossas atitudes. E eu quero dizer a V. Exª que onde V. Exª estiver vigilante, eu estarei ao seu lado. Registrando também que nós tivemos um avanço muito importante. Que ela tenha a mesma atitude com o fator previdenciário que ela teve com a questão das empregadas domésticas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Domésticas, muito bem.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Todo mundo dizia que a Presidente ia vetar, mas não vetou. E nós tivemos avanços importantes e consolidamos direitos das trabalhadoras domésticas.

Eu acho que há uma expectativa de que, agora, a Presidenta terá o mesmo sentimento e uma posição firme em voltar os seus olhos para aqueles que precisam do Congresso e da sua atitude como nossa Presidenta do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Rose de Freitas, do nosso querido Estado do Espírito Santo. Nós vamos estar lá em uma audiência pública na Assembleia para discutir o fim do fator previdenciário e também o projeto da terceirização.

Eu queria daqui já mandar um recado para eles: a Senadora Rose de Freitas é aqui um exemplo como Senadora e, com certeza, essa Senadora tem lado. Ela é uma dos 81 Senadores que, com certeza, votarão pelo fim do fator previdenciário.

Parabéns a V. Exª, como sempre.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estaremos juntos.

Muito obrigada, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Dentro do princípio de termos um inscrito e um Líder, o Senador Eduardo Amorim tem a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, todos que nos assistem pela TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, ontem, o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação publicou um estudo muito interessante: "Carga Tributária/PIB x IDH – Cálculo do Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade –, no qual, entre os 30 países que possuem as maiores carga tributárias do Planeta, o Brasil é o que proporciona o pior retorno à população pelos tributos arrecadados nas esferas federal, estadual e municipal. Pior do que isso, Sr. Presidente, é o fato de que somos o último no *ranking* pelo quinto ano consecutivo. Repito: somos o último no *ranking* pelo quinto ano consecutivo!

O estudo aponta que, apesar de terem carga tributária muito próxima à do Brasil – que, em 2013, foi de 35,04% do PIB –, a Islândia, Alemanha e Noruega estão muito à frente no que se refere à aplicação dos recursos em benefício da população. Entretanto, ficamos atrás de países vizinhos – países vizinhos, Sr. Presidente –, aqui na América do Sul, como o Uruguai e a Argentina.

Parece-nos inexplicável, Srªs e Srs. Senadores, que, mesmo com sucessivos recordes de arrecadação tributária, que só neste ano já chegou aos R$ 800 bilhões, nosso País continue oferecendo péssimos serviços ao contribuinte no que se refere ao atendimento em áreas como a saúde, saneamento básico, segurança e educação, por exemplo.

Por falar em educação, Sr. Presidente, recentemente, no final do mês de maio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também divulgou o resultado do seu relatório, realizado em 76 países, no qual faz uma avaliação mundial da educação.

Lamentavelmente, nosso País aparece na sexagésima posição no *ranking*, mais uma vez, portanto, atrás de países vizinhos como o Chile e o Uruguai. E um dado, em especial, chamou a atenção dos pesquisadores: o elevado número de evasão escolar. Para a OCDE, abre aspas, "os alunos abandonam a escola porque os currículos escolares não são atrativos o suficiente para motivá-los", fecha aspas.

Para nós, o que fica bastante claro, Sr. Presidente, tanto pelos dados apresentados pelos estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação quanto pelos apresentados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, é que o Brasil está muito longe, mas muito longe mesmo, Sr. Presidente, infelizmente, da Pátria Educadora.

Diante do que vimos hoje, a certeza que temos é a da urgência e da necessidade de investimentos consistentes na educação, passando por orçamentos adequados para a formação de professores, uma infraestrutura escolar decente, além do reconhecimento, valorização e remuneração justa para os docentes.

O que estamos acompanhando ao longo dos anos nada mais é do que uma estagnação frente a um assunto de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer país do mundo, para qualquer nação, que é a qualidade da educação. Precisamos, efetivamente, encarar a educação como prioridade, para nos tornarmos efetivamente uma Pátria educadora.

O alerta vem sendo dado desde há muito, e a situação que encaramos hoje é a de greves e indicativos de greves de professores e de trabalhadores da educação em diversos Estados brasileiros. Greves, Sr. Presidente, não apenas nas escolas, mas também em algumas universidades brasileiras, inclusive na nossa única universidade pública em Sergipe, a Universidade Federal de Sergipe, a nossa UFS.

No meu Estado, o Estado de Sergipe, Sr. Presidente, o que estamos vendo são os nossos alunos sendo prejudicados pelo descaso do Governo e, especialmente, do Governo do Estado de Sergipe. É verdade, desde o último dia 9 de maio, após o desabamento da Ponte de Pedra Branca e o rompimento da adutora que abastece a cidade de Aracaju, ou melhor, a Grande Aracaju, alunos da rede estadual de ensino ficaram impossibilitados de ir às escolas.

Pois bem, após uma semana sem aula, já na segunda-feira, 18 de maio, os professores da rede estadual de ensino entraram em greve. Mais uma vez, nossos jovens estão à mercê do descaso daquele governo. São

cerca de 170 mil alunos, Sr. Presidente, sem aula, responsabilidade inequívoca do desgoverno que se instalou em nosso Estado, no Estado de Sergipe, nos últimos anos, que trata a educação com o mesmo descaso, com a falta de compromisso e irresponsabilidade com a qual gerencia as demais áreas de prestação de serviços públicos ao cidadão do Estado de Sergipe. Falo da segurança, falo da saúde, entre tantas outras áreas.

O que os professores estão pedindo é a abertura das negociações referentes ao reajuste do piso salarial de 13,01%. Somente isso, Sr. Presidente, além, lógico, de um ambiente adequado para que eles possam ministrar suas aulas.

E aqui é importante destacar que o reajuste do piso deveria ter sido feito no mês de janeiro, como manda a lei. Nós já estamos em junho, e o Governo não reajustou e nem sinaliza quando o fará. Entretanto, Sr. Presidente, os professores da rede estadual reivindicam ainda melhores condições de trabalho. Eles lecionam em escolas com enorme deficiência de infraestrutura, sem segurança e com falta de material de ensino em todos os níveis.

Infelizmente, Sr. Presidente, a educação em Sergipe realmente não é prioridade. Aqui desta tribuna, aqui deste local, falei sobre uma declaração do próprio Secretário de Estado da Educação, que havia usado a expressão, abre aspas, "bem-vindo ao inferno", fecha aspas, referindo-se à má qualidade de ensino e à má qualidade de condições de trabalho prestadas à população do nosso Estado, esta confirmada pelos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que, em Sergipe, é um dos piores do Nordeste e um dos piores do Brasil.

Este é um Governo que não dialoga, que não negocia, porque não conversa com os professores. Quem trata os educadores dessa maneira vira as costas para o futuro da nossa sociedade.

Sergipe atravessa um momento extremamente preocupante em vários setores. Mas, quando vemos o Governo se fechar e não admitir um diálogo, num total desrespeito com os professores, realmente, não podemos nos calar e não podemos ser omissos. Bastaria que o Governo cumprisse a lei, simplesmente cumprisse a lei, como muitos Municípios sergipanos estão cumprindo essa lei, e a greve seria evitada.

Ademais, precisamos ficar atentos a outras denúncias que têm sido feitas pelos professores, como a correta distribuição de livros didáticos, de material escolar, preservação e conservação das escolas, entre outros pontos. Os professores estão denunciando, ainda, que estão faltando até lápis e papel nas nossas unidades de ensino.

Sr. Presidente, a necessidade de diálogo é iminente e há ponto de extrema importância que necessita ser esclarecido. Os docentes sergipanos estão cobrando uma posição do Governo do Estado sobre a possibilidade de que o ensino fundamental não seja mais oferecido nas escolas estaduais.

Até onde vamos parar com esse abandono, Sr. Presidente?

Em Sergipe, alguns estudantes passaram quatro, cinco, seis meses e até o ano letivo inteiro sem professores de disciplinas específicas, tais como química, física, geografia, matemática, em diversas cidades do nosso Estado. É inadmissível que, por causa do desleixo e descaso do Governo, nossos jovens sejam submetidos a uma educação de péssima qualidade e sejam penalizados em sua formação acadêmica e pessoal. Só para se ter uma breve ideia da dimensão dos danos aos estudantes sergipanos, em breve, nós teremos o Enem e os alunos do Estado de Sergipe serão penalizados já que, até este momento, estão sem aulas.

Enquanto isso, o Governo informou apenas que não tem condições financeiras para atender as reivindicações dos professores. Assessores afirmam que é necessário fazer a contabilidade do primeiro quadrimestre e que somente após essa ação será possível avaliar as condições de atendimento do pedido dos professores. De maneira desrespeitosa, Sr. Presidente, o Governador já deu entrevista afirmando que o Governo não tem condições de dar aumento aos servidores públicos e que, abre aspas, "pagar o salário do mês de abril foi um milagre daqueles que Jesus fez quando andou na Terra", fecha aspas. Portanto, temos um falso milagreiro no nosso Estado.

O que todo sergipano gostaria de saber é como um Governo que diz não ter capacidade financeira para honrar com o reajuste salarial a que, por força da lei, os professores têm direito, justifica as constantes nomeações publicadas no *Diário Oficial* e até as que não saíram no periódico governamental?

Até a quarta-feira da semana passada, já tinham sido nomeados, Sr. Presidente, mais de 2,4 mil no mês, desde janeiro deste ano. Sei da necessidade dos cargos comissionados, é verdade, em algumas áreas, mas esses não podem se sobrepor à capacidade do Governo de pagar seus servidores efetivos de forma decente, honesta, sincera e justa.

É fato que, hoje, a greve dos professores da rede estadual de ensino entra no 16º dia e, há exatos oito dias, eles estão ocupando o salão principal do Palácio dos Despachos, justamente com o objetivo de provocar o diálogo. Como pode um Governo que se diz democrático negar a abertura do canal do diálogo com uma das principais categorias dos servidores do nosso Estado, Sr. Presidente? Como pode isso?

Infelizmente, Sr. Presidente, colegas Senadores, nossos professores chegaram a medidas extremas para sensibilizar o Governo estadual.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) –Algemaram-se, amarraram-se em um salão do Palácio dos Despachos. Isto mesmo: algemaram-se, amarraram-se nesse salão do Palácio dos Despachos. Todos nós sabemos que eles não queriam estar nessa situação, que queriam, sim, na verdade, estar na sala de aula, mas o Governo, em vez de facilitar o diálogo, a negociação, zomba, desdenha e ironiza os docentes.

O próprio Governador do Estado declarou à imprensa local que os professores, abre aspas, "com essas brincadeiras das algemas", fecha aspas, que, abre aspas, "façam uma doação à Polícia Militar", Sr. Presidente. Pois é, palavras do Governador: pegue as algemas e faça uma doação à Polícia Militar dessas algemas, abre aspas, "porque nós estamos precisando", fecha aspas.

É um sentimento de brincadeira. Parece que se está governando Sergipe como brincadeira, demonstrando a...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ... insensibilidade com que conduz o destino educacional (*Fora do microfone*.) dos nossos jovens.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Os professores não estão brincando, os nossos alunos não estão brincando, os pais não estão brincando. Se há alguém que não está levando a situação a sério como deveria e que ironiza e zomba com os professores, com os pais e com os alunos, amontoados nos corredores do Palácio dos Despachos, onde a luz tem sido até cortada durante a noite, é o Governo do Estado de Sergipe, que se nega a pagar o que é determinado por lei e que não oferece condições dignas para quem trabalha e para quem estuda e mantém as escolas infelizmente em más condições.

Aos professores e profissionais da educação, aos estudantes, às famílias sergipanas, aos pais dos alunos, a minha verdadeira solidariedade, o desejo de que essa vergonhosa e humilhante situação se resolva, Sr. Presidente, o mais rápido possível e que o governante tenha a sensibilidade para que realmente valorize os servidores públicos do nosso Estado, que, lamentavelmente, não têm tido o mínimo respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS.) – Esse foi o Senador Eduardo Amorim.

Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje pela manhã, tivemos uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, visando à sabatina e à aprovação do superintendente e dos conselheiros do Cade.

Tivemos a satisfação de verificar que todos aqueles indicados – cinco pessoas – foram jovens com grande formação acadêmica e com muita experiência nas atividades que irão desempenhar no Cade.

Foram também discutidos alguns assuntos do passado, como a aprovação da compra da TAM pela LAN Chile, que, na época, foi aprovada como sendo uma fusão, e aqui vou historiar alguns fatos.

A Varig, no passado, era uma empresa reconhecida como de padrão internacional. No início das atividades da TAM, uma empresa mais moderna e mais eficiente que a Varig, foi a realização de um sonho de um dos maiores empreendedores da história do Brasil, o Comandante Amaro Rolim. Por que, naquele momento, a TAM começou a operar como uma empresa moderna, com os melhores padrões internacionais? Porque existia, no Brasil, a maior empresa, Varig, com padrões de serviços e qualidade de aeronaves reconhecidos pelo mercado internacional.

Atualmente, a TAM é uma empresa estrangeira com administração operacional e financeira sediada no Chile. A TAM é uma empresa predominantemente especulativa e tem na operação de transporte aéreo de passageiros uma atividade subsidiária.

No passado, durante o padrão de qualidade chamado "Qualidade Comandante Rolim", a TAM usava intensamente dois *slogans*: "TAM, uma empresa que tem orgulho de ser brasileira" e "TAM, a empresa que possui a frota mais jovem do Brasil".

As aeronaves atualmente utilizadas no mercado interno são antigas e profundamente desconfortáveis. Foram retiradas as poltronas e colocadas cadeiras com o mesmo padrão das empresas de transporte urbano, tudo isso para aumentar de forma desconfortável e incômoda o maior número possível de passageiros.

A TAM é, atualmente, uma empresa aérea de baixo custo, e as autoridades brasileiras, especialmente a Anac, têm de tomar essa decisão e enquadrar a TAM em uma empresa de baixo custo, ou seja, uma empresa

aérea de padrão popular com tarifas acessíveis à população de baixa renda. No entanto, ela cobra as tarifas mais caras do mundo, como se fosse uma empresa de primeira linha.

Outro dia, minha esposa e meu filho foram a São Paulo e o valor de cada trecho foi de mais de R$2 mil, quase dez vezes o valor normalmente cobrado. Foi uma viagem de urgência. Justificativa dos funcionários: "Na próxima viagem, a senhora compre a passagem com muita antecedência."

Ora, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, como um cidadão ou uma família de baixa renda pode prever que, no dia 25 de julho, vai ter a necessidade de se deslocar para São Paulo por uma urgência médica e comprar as passagens de ida e volta, com 60, 70, 90 dias de antecedência, para conseguir uma tarifa razoável que caiba no seu orçamento? As urgências médicas são imprevisíveis e, quando isso acontece, o cidadão chega ao balcão de uma empresa aérea do Brasil e vai pagar cinco, seis, oito, dez vezes o valor da tarifa porque não teve a "previdência" – entre aspas – de fazer a compra da passagem com a devida antecedência.

A TAM, nessas condições, Sr. Presidente Paulo Paim, grande defensor dos trabalhadores deste País, emite moeda quando cobra tarifas extorsivas que ultrapassam em muito o chamado abuso do poder econômico. A TAM confisca moeda quando cobra multas absurdas no caso de o consumidor remarcar o voo ou mesmo receber o seu dinheiro de volta.

Ora, meus senhores, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no seu art. 10, diz o seguinte:

> Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:
> I – Emitir moeda-papel e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.
> II – Executar os serviços do meio-circulante.

Portanto, somente o poder público tem competência legal para emitir moeda. E, no momento em que uma empresa prestadora de serviço, concessão de serviço público cobra cinco, dez vezes o valor pelo mesmo serviço, ela está utilizando o poder de emitir moeda, porque o consumidor, o passageiro é obrigado a desembolsar aquela importância para receber o serviço de que ele tem necessidade naquele momento de urgência.

A Constituição Federal, no seu art. 62, item II, expressa o seguinte:

> Art.62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
> §1 É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:
> .....
> II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

Veja bem, o Presidente da República, detentor do maior poder nacional, a Constituição não permite que ele emita uma medida provisória para confiscar poupança popular. Ele tem que apresentar uma lei, um projeto de lei ao Congresso Nacional. Precisa da aprovação do Congresso Nacional.

E uma empresa, quando cobra uma multa absurda para devolver o dinheiro do cidadão que comprou um bilhete aéreo, não está fazendo outra coisa senão confiscar a poupança popular ou o dinheiro do cidadão e do usuário do transporte aéreo.

Portanto, a TAM está utilizando um poder legal que não tem, que é o de confiscar o dinheiro dos seus passageiros.

Eu estou falando da TAM, mas essas mesmas condições poderão ser atribuídas às demais empresas aéreas do Brasil. Mas por que a TAM? Porque é a maior empresa, porque é ela que cria o padrão de serviços no País. Todos os procedimentos especulativos que ela que cria no País servem de guia para as demais empresas. E eu falo da TAM também para justificar o projeto de lei que apresentei hoje no Senado Federal. A TAM é uma empresa estrangeira com gestão, administração financeira e operacional do Chile.

Apresentei, Sr. Presidente, um projeto de lei aqui no Senado Federal que receberá um número próprio:

> Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.
> O Congresso Nacional decreta que, no seu art. 1º, inciso III, o art. 181 da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

O art. 181 permanece como está.

O item III diz que a presidência dessas empresas tem que ser brasileira e no mínimo a metade das diretorias executivas confiadas a brasileiros.

> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ficam revogados o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Justificação.

O setor aéreo brasileiro é marcado por grande concentração na prestação do serviço de transporte regular de passageiros. Como decorrência desse fato, as tarifas cobradas são elevadas quando comparadas a diversos outros países que têm maior nível de concorrência.

De fato, acreditamos que as tarifas somente se reduzirão caso haja um número maior de empresas ofertando esse serviço.

Nesse sentido, entendemos que a melhor forma de estimular a entrada de novos concorrentes em nosso mercado é permitir que o capital estrangeiro invista em nosso País, situação que geraria emprego, renda e menores tarifas para os brasileiros.

É importante frisar que a possibilidade de se beneficiar dos capitais estrangeiros já é amplamente utilizada por vários setores da economia brasileira, como é o caso das empresas de telefonia ou das montadoras de veículos. Em ambos os casos, o País se beneficia não só dos recursos que são aqui aplicados, mas também do conhecimento técnico que essas empresas trazem, o que permite oferecer produtos e serviços melhores e mais baratos.

O mesmo ocorre no próprio setor de aviação civil. Os leilões para concessão de cinco dos maiores aeroportos do País, realizados recentemente, tiveram a participação de importantes grupos estrangeiros.

Nossa proposta visa, portanto, estender os benefícios do investimento estrangeiro para o transporte aéreo regular de passageiros em nosso País.

É importante destacar que serão empresas brasileiras com capital estrangeiro. Não será uma empresa de aviação estrangeira que irá operar no Brasil. Ela terá que criar uma empresa brasileira com capital estrangeiro, com presidente brasileiro e com metade dos executivos brasileiros, a exemplo do que acontece com as empresas de telefonia e com as montadoras de automóveis. É uma situação muito melhor do que haver uma empresa de capital estrangeiro operando no País como se fosse uma empresa nacional.

Por fim, é necessário frisar que a medida que ora propomos é bastante diferente de se permitir a chamada cabotagem por empresas estrangeiras. Empresas estrangeiras não poderão operar na cabotagem, mas, sim, no transporte aéreo de passageiros no mercado interno brasileiro – voos domésticos.

Na verdade, o que se permitirá é que empresas estrangeiras ou outros investidores abram subsidiárias com sede no Brasil e que deverão funcionar sob as leis locais, da mesma forma que as demais empresas que já operam regularmente em nosso País.

Grosso modo, seria o equivalente a uma montadora de automóveis estrangeiros abrir uma filial no Brasil para produzir os veículos localmente. O capital não é nacional, mas a empresa é brasileira, instituída segundo as leis locais. Da mesma forma, pela nossa proposta, caso uma empresa aérea estrangeira queira investir na criação de uma subsidiária local, será bem-vinda...

(Soa a campainha.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – .... mas a exploração de voos domésticos diretamente por sua matriz continuaria sendo vedada pelo Código Brasileiro de Aeronáutica.

Por tais motivos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o projeto que ora apresentamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Raimundo Lira, que fez o seu pronunciamento alertando o País sobre o que está acontecendo em companhias aéreas como a TAM.

Passo a palavra a um Líder, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, uso a tribuna esta tarde para fazer um registro sobre o nosso trabalho com relação às obras de infraestrutura para o nosso País, principalmente no Estado de Rondônia.

Uma obra que é da maior importância para a exportação brasileira é a construção da ferrovia que liga o sul ao Pacífico, passando pelo Mato Grosso, Lucas do Rio Verde, Vilhena, Porto Velho, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, chegando até o Peru. É uma obra da maior importância, de valor bastante expressivo para o Governo Brasileiro.

Mas, a partir da visita do Primeiro Ministro da China ao Brasil, foi demonstrada a importância, também para a China, da construção dessa ferrovia. E nós, que já estamos trabalhando, há algum tempo, para que esse sonho se torne realidade, conversamos por diversas vezes com o Embaixador chinês no Brasil, para que pudéssemos avançar nas tratativas, não só com o Governo brasileiro e o governo chinês, mas também com o gover-

no peruano. E marcamos, para a próxima semana, uma visita do Embaixador da China e de uma comitiva de empresários chineses para conhecerem o nosso Estado de Rondônia. O roteiro da caravana vai se iniciar em Porto Velho, seguindo para Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena – no Mato Grosso, passaremos por Comodoro, Lucas do Rio Verde e Cuiabá –, para que essas pessoas possam conhecer o potencial de crescimento e desenvolvimento do Estado de Rondônia, como também a sua produção de alimentos.

Estaremos em uma comitiva brasileira. Vamos nos reunir, na cidade de Ji-Paraná, com o Governador de Rondônia, o Governador do Mato Grosso, o Governador do Acre e o Governador do Amazonas, segunda-feira, pela manhã, para mostrarmos o potencial do Norte do País, não só para o escoamento da produção, mas também como produtores de alimentos, para que nós possamos exportar para a China, país que hoje mais cresce no mundo.

Vamos recepcionar em Porto Velho toda essa comitiva liderada pelo embaixador chinês, no domingo à tarde. Sairemos pela BR-364 com destino a Ji-Paraná; pernoitaremos em Ji-Paraná; na manhã de segunda-feira, vamos recepcionar todos os nossos convidados, o embaixador e os empresários chineses, como também os Governadores do Mato Grosso, do Acre, do Amazonas – evidentemente, junto com o nosso Governador de Rondônia.

Eu entendo que este será um momento histórico na vida do nosso País, mas, principalmente, para o nosso Estado de Rondônia, que precisa, e muito, dessa ferrovia. Aliás, nós já estivemos várias vezes no Ministério e conversamos sobre o início desse trecho, que deve começar em Porto Velho para ir ao encontro da ligação de Lucas do Rio Verde. Se nós começarmos em Lucas até chegar em Porto Velho, não poderemos utilizar essa ferrovia; ao passo que, ao contrário, nós vamos interligar aos poucos, mas iniciando em Porto Velho. Quando nós chegarmos em Ariquemes, já teremos 180km de ferrovias; quando a ferrovia chegar a Ji-Paraná, já serão 360km e, quando chegar em Vilhena, serão 740km, 750km de ferrovia que já poderão ser utilizados.

Então, usei da palavra para registrar que, na próxima semana, vamos recepcionar toda essa comitiva, para mostrarmos o potencial de desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia.

O Arco Norte é a grande saída de exportação no Brasil, não só pela rodovia que liga o Pacífico a essa futura ferrovia. E nós sabemos que essa ferrovia não poderá ser construída às pressas, amanhã ou no próximo ano; mas ressaltamos a importância e a necessidade dessa ferrovia para todo o País, como também a importância da BR-364, ligando a hidrovia do Madeira e fazendo a exportação pelas balsas até Itacoatiara, e Itacoatiara transbordando a nossa soja em navios de grande calado.

Esse é o registro que eu tinha para fazer nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Eu peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário, pois terá início a Ordem do Dia, e vamos votar uma matéria muito importante, que é a mediação. Inédita na legislação brasileira.

Item 1:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 9, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2011
(Em regime de urgência – Requerimento nº 619, de 2015)

Substitutivo da Câmara nº 9, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2011 **(nº 7.169/2014, naquela Casa),** do Senador Ricardo Ferraço, que *dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública; altera a Lei nº 9.469,* ***de 10 de julho de 1997,*** *e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o §2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.*

A matéria tramita, como todos sabem, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 619, de 2015, e depende de parecer da CCJ em Plenário.

Eu vou conceder a palavra ao Senador José Pimentel para, em plenário, proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER Nº 262, DE 2015–PLEN

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o substitutivo aprovado pela Câmara Federal aprimora o que nós fizemos aqui no Senado Federal. Ele fortalece principalmente o princípio da gratuidade para as pessoas de baixa renda e, ao mesmo tempo, faz toda uma adequação ao novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016. Quando nós aprovamos o texto aqui no Senado Federal, no final de 2011, início de 2012, o Código de Processo Civil ainda estava em tramitação na Câmara dos Deputados, vindo para cá no final de 2014, quando nós o aprovamos em definitivo aqui no Senado Federal, entrando em vigor em janeiro de 2016.

Por isso, o texto aprovado no Senado Federal na época, por unanimidade, sofreu duas grandes modificações: a primeira, adequando a lei da mediação ao novo Código de Processo Civil; a segunda, assegurando a gratuidade para as pessoas pobres, como prevê o próprio Código de Processo Civil.

Em face disso, Sr. Presidente, o nosso parecer é pelo substitutivo da Câmara Federal, como posição deste Relator, que peço aos nossos Pares que possamos aprovar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do substitutivo da Câmara, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de forma muito breve, primeiro quero dizer que o Senador Pimentel é um desses Senadores que nos dá a garantia de uma relatoria recheada de profundidade, de consistência. E, por todas as matérias em que tive oportunidade de acompanhar não só a relatoria, mas o trabalho do Senador Pimentel, ao longo desses anos em que estamos juntos, eu diria que o trabalho de S. Exª é irreparável e também incontestável.

Essa matéria, Senador Pimentel, é de uma oportunidade extrema, principalmente para uma causa que V. Exª defende como ninguém: os processos, por exemplo, previdenciários.

Em relação à medicação, Senador Pimentel, se puder evitar, se puder encurtar ou se puder eliminar etapas, nesse caso da Previdência, por exemplo, nós vamos solucionar diversos problemas com agilidade e ao mesmo tempo com economia, Senador Renan: economia de custas processuais; e a principal de todas as economias, Senador Pimentel, é que a solução chegará rapidamente aos interessados, que, majoritariamente, volto a dizer, são pessoas que precisam dessas decisões.

Por exemplo, a decisão no campo, Senador Pimentel, envolvendo as querelas que a gente tanto tem ao longo, também, das nossas vidas, nós temos trabalho nisto. Ora, se você puder antecipar isso com a mediação, se você puder resolver questões dessa natureza...

Esta é uma etapa que se discutiu muito no Brasil, mas creio que, com essa matéria, agora, nós vamos chegar a uma, eu diria, metodologia para, de uma vez por todas, a gente poder falar da mediação como instrumento da solução.

Sr. Presidente, não seria de outra forma senão hipotecar o nosso total e irrestrito apoio a esta matéria. Volto a insistir, eu fico mais tranquilo ainda sabendo que aqui no Senado nós tivemos o acompanhamento *pari passu* dessa matéria com contribuições e, ao mesmo tempo, com a ajuda, em uma espécie de consolidação e junção de ideias, de forma muito bem conduzida, como sempre, do Senador José Pimentel.

Portanto, é importantíssima essa matéria, e não seria de outro jeito, senão nós apoiarmos a votação desta medida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, concedo a palavra a V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no momento em que aprovamos recentemente nesta Casa o novo Código de Processo Civil e a reforma da Lei da Arbitragem, quero enfocar a importância da mediação no cenário nacional como método extrajudicial de solução de conflitos capaz de reduzir sensivelmente o número de ações judiciais no Poder Judiciário.

A sociedade moderna vivencia o crescimento exorbitante da judicialização dos conflitos. Em um mundo cada vez mais globalizado, juízes e tribunais vivenciam diariamente a multiplicação de novas ações e processos judiciais.

Se, de um lado, a população demonstra confiança no Poder Judiciário, de outro, o grande volume de processos é uma ameaça ao funcionamento de uma Justiça eficiente, e o pior: gera uma desconfiança em relação à morosidade do Judiciário.

Quero aqui informar os dados contidos no levantamento da Justiça em números, do Conselho Nacional de Justiça. Atualmente, tramitam, na Justiça brasileira, cerca de 95,139 milhões de processos. Assim, tomando por base a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o número de habitantes no Brasil, conclui-se que para cada dois brasileiros está em tramitação nos tribunais um processo.

O Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, soma-se ao PLS 405, de 2013, de sua autoria, Sr. Presidente – de autoria do Senador Renan Calheiros –, e ao trabalho da Comissão de Juristas, presidida por Luís Felipe Salomão, a fim de estimular o uso da mediação como solução alternativa ao Judiciário nos processos litigiosos.

É este um tema que tem merecido minha atenção porque tenho a convicção de que a mediação, assim como os demais métodos extrajudiciais de resolução de controvérsias, constituem lição que merece ser conhecida por todos os que se empenham em constituir uma sociedade onde prevaleçam a democracia e a paz social.

Verifico que, tanto no texto do PLS nº 517, como no substitutivo da Câmara, houve a observância dos princípios básicos da mediação, como a imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade das partes, busca de consenso, confidencialidade e boa-fé.

Defendo que um dos pontos de maior destaque presente no substitutivo seja a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública e enfatizo a importância, no art. 37, da faculdade de os Estados submeterem seus litígios com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal à Advocacia-Geral da União para solução extrajudicial do conflito.

Portanto, Sr. Presidente, manifesto meu voto favorável ao acatamento do substitutivo da Câmara dos Deputados, por entender que é meritório e benéfico à mediação, como forma de solucionar, de forma rápida, moderna e eficaz, os conflitos em nossa sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Encerrada a discussão.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, o substitutivo da Câmara ao projeto do Senado será considerado série de emendas e votado separadamente por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupo de dispositivos em globo.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 637, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo do Substitutivo da Câmara n° 9, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado n° 517, de 2011.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Senador **Romero Jucá**

Senador **José Pimentel**

(À Publicação)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, eu queria recorrer, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, votação em globo do Substitutivo da Câmara nº 9, de 2015, do Projeto de Lei do Senado nº 517, que nós estamos discutindo.

Portanto, esse requerimento, se aprovado, supre a questão que V. Exª acabou de levantar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Presidente, eu quero concordar com o Senador Romero Jucá e dar apoio à proposta que ele faz neste momento a V. Exª, se V. Exª obviamente concordar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – De acordo com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação o requerimento, como pede o Senador Eunício, o Senador Romero e o Senador Pimentel, para votação em globo do substitutivo da Câmara dos Deputados.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Votação, em globo, do substitutivo da Câmara.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 9, DE 2015

AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2011

(nº 7.169/2014, naquela Casa)

Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

CAPÍTULO I
DA MEDIAÇÃO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

I - imparcialidade do mediador;

II - isonomia entre as partes;

III - oralidade;

IV - informalidade;

V - autonomia da vontade das partes;

VI - busca do consenso;

VII - confidencialidade;

VIII - boa-fé.

§ 1º Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.

§ 2º Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.

Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.

§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

§ 2º O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.

Seção II
Dos Mediadores

Subseção I
Disposições Comuns

Art. 4º O mediador será designado pelo tribunal ou escolhido pelas partes.

§ 1º O mediador conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito.

§ 2º Aos necessitados será assegurada a gratuidade da mediação.

Art. 5º Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

Parágrafo único. A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.

Art. 6º O mediador fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

Art. 7º O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

Art. 8º O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

Subseção II
Dos Mediadores Extrajudiciais

Art. 9º Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se.

Art. 10. As partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos.

Parágrafo único. Comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, o mediador suspenderá o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas.

Subseção III
Dos Mediadores Judiciais

Art. 11. Poderá atuar como mediador judicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM ou pelos tribunais, observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça.

Art. 12. Os tribunais criarão e manterão cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial.

§ 1º A inscrição no cadastro de mediadores judiciais será requerida pelo interessado ao tribunal com jurisdição na área em que pretenda exercer a mediação.

§ 2º Os tribunais regulamentarão o processo de inscrição e desligamento de seus mediadores.

Art. 13. A remuneração devida aos mediadores judiciais será fixada pelos tribunais e custeada pelas partes, observado o disposto no § 2º do art. 4º desta Lei.

Seção III
Do Procedimento de Mediação

Subseção I
Disposições Comuns

Art. 14. No início da primeira reunião de mediação, e sempre que julgar necessário, o mediador deverá alertar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

Art. 15. A requerimento das partes ou do mediador, e com anuência daquelas, poderão ser admitidos outros mediadores para funcionarem no mesmo procedimento, quando isso for recomendável em razão da natureza e da complexidade do conflito.

Art. 16. Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se à mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio.

§ 1º É irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes.

§ 2º A suspensão do processo não obsta a concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro.

Art. 17. Considera-se instituída a mediação na data para a qual for marcada a primeira reunião de mediação.

Parágrafo único. Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional.

Art. 18. Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

Art. 19. No desempenho de sua função, o mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, bem como solicitar das partes as informações que entender necessárias para facilitar o entendimento entre aquelas.

Art. 20. O procedimento de mediação será encerrado com a lavratura do seu termo final, quando for celebrado acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.

Parágrafo único. O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.

Subseção II
Da Mediação Extrajudicial

Art. 21. O convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial poderá ser feito por qualquer meio de comunicação e deverá estipular o escopo proposto para a negociação, a data e o local da primeira reunião.

Parágrafo único. O convite formulado por uma parte à outra considerar-se-á rejeitado se não for respondido em até trinta dias da data de seu recebimento.

Art. 22. A previsão contratual de mediação deverá conter, no mínimo:

I - prazo mínimo e máximo para a realização da primeira reunião de mediação, contado a partir da data de recebimento do convite;

II - local da primeira reunião de mediação;

III - critérios de escolha do mediador ou equipe de mediação;

IV - penalidade em caso de não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação.

§ 1º A previsão contratual pode substituir a especificação dos itens acima enumerados pela indicação de regulamento, publicado por instituição idônea prestadora de serviços de mediação, no qual constem critérios claros para a escolha do mediador e realização da primeira reunião de mediação.

§ 2º Não havendo previsão contratual completa, deverão ser observados os seguintes critérios para a realização da primeira reunião de mediação:

I - prazo mínimo de dez dias úteis e prazo máximo de três meses, contados a partir do recebimento do convite;

II - local adequado a uma reunião que possa envolver informações confidenciais;

III - lista de cinco nomes, informações de contato e referências profissionais de mediadores capacitados; a parte convidada poderá escolher, expressamente, qualquer um dos cinco mediadores e, caso a parte convidada não se manifeste, considerar-se-á aceito o primeiro nome da lista;

IV - o não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação acarretará a assunção por parte desta de cinquenta por cento das custas e honorários sucumbenciais caso venha a ser vencedora em procedimento arbitral ou judicial posterior, que envolva o escopo da mediação para a qual foi convidada.

§ 3º Nos litígios decorrentes de contratos comerciais ou societários que não contenham cláusula de mediação, o mediador extrajudicial somente cobrará por seus serviços caso

as partes decidam assinar o termo inicial de mediação e permanecer, voluntariamente, no procedimento de mediação.

Art. 23. Se, em previsão contratual de cláusula de mediação, as partes se comprometerem a não iniciar procedimento arbitral ou processo judicial durante certo prazo ou até o implemento de determinada condição, o árbitro ou o juiz suspenderá o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado ou até o implemento dessa condição.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às medidas de urgência em que o acesso ao Poder Judiciário seja necessário para evitar o perecimento de direito.

Subseção III
Da Mediação Judicial

Art. 24. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, pré-processuais e processuais, e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

Parágrafo único. A composição e a organização do centro serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 25. Na mediação judicial, os mediadores não estarão sujeitos à prévia aceitação das partes, observado o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 26. As partes deverão ser assistidas por advogados ou defensores públicos, ressalvadas as hipóteses previstas nas Leis nºs 9.099, de 26 de setembro de 1995, e 10.259, de 12 de julho de 2001.

Parágrafo único. Aos que comprovarem insuficiência de recursos será assegurada assistência pela Defensoria Pública.

Art. 27. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de mediação.

Art. 28. O procedimento de mediação judicial deverá ser concluído em até sessenta dias, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação.

Parágrafo único. Se houver acordo, os autos serão encaminhados ao juiz, que determinará o arquivamento do processo e, desde que requerido pelas partes, homologará o acordo, por sentença, e o termo final da mediação e determinará o arquivamento do processo.

Art. 29. Solucionado o conflito pela mediação antes da citação do réu, não serão devidas custas judiciais finais.

Seção IV
Da Confidencialidade e suas Exceções

Art. 30. Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

§ 1º O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, alcançando:

I - declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito;

II - reconhecimento de fato por qualquer das partes no curso do procedimento de mediação;

III - manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador;

IV - documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

§ 2º A prova apresentada em desacordo com o disposto neste artigo não será admitida em processo arbitral ou judicial.

§ 3º Não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

§ 4º A regra da confidencialidade não afasta o dever de as pessoas discriminadas no *caput* prestarem informações à administração tributária após o termo final da mediação, aplicando-se aos seus servidores a obrigação de manterem sigilo das informações compartilhadas nos termos do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 31. Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, exceto se expressamente autorizado.

CAPÍTULO II
DA AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS EM QUE FOR PARTE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Seção I
Disposições Comuns

Art. 32. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para:

I - dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública;

II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;

III - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

§ 1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o *caput* será estabelecido em regulamento de cada ente federado.

§ 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o *caput* é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado.

§ 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá título executivo extrajudicial.

§ 4º Não se incluem na competência dos órgãos mencionados no *caput* deste artigo as controvérsias que somente possam ser resolvidas por atos ou concessão de direitos sujeitos a autorização do Poder Legislativo.

§ 5º Compreendem-se na competência das câmaras de que trata o *caput* a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Art. 33. Enquanto não forem criadas as câmaras de mediação, os conflitos poderão ser dirimidos nos termos do procedimento de mediação previsto na Subseção I da Seção III do Capítulo I desta Lei.

Parágrafo único. A Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde houver, poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à prestação de serviços públicos.

Art. 34. A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição.

§ 1º Considera-se instaurado o procedimento quando o órgão ou entidade pública emitir juízo de admissibilidade, retroagindo a suspensão da prescrição à data de formalização do pedido de resolução consensual do conflito.

§ 2º Em se tratando de matéria tributária, a suspensão da prescrição deverá observar o disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Seção II
Dos Conflitos Envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações

Art. 35. As controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, com fundamento em:

I - autorização do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais superiores; ou

II - parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República.

§ 1º Os requisitos e as condições da transação por adesão serão definidos em resolução administrativa própria.

§ 2º Ao fazer o pedido de adesão, o interessado deverá juntar prova de atendimento aos requisitos e às condições estabelecidos na resolução administrativa.

§ 3º A resolução administrativa terá efeitos gerais e será aplicada aos casos idênticos, tempestivamente habilitados mediante pedido de adesão, ainda que solucione apenas parte da controvérsia.

§ 4º A adesão implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação ou o recurso, eventualmente pendentes, de natureza administrativa ou judicial, no que tange aos pontos compreendidos pelo objeto da resolução administrativa.

§ 5º Se o interessado for parte em processo judicial inaugurado por ação coletiva, a renúncia ao direito sobre o qual se fundamenta a ação deverá ser expressa, mediante petição dirigida ao juiz da causa.

§ 6º A formalização de resolução administrativa destinada à transação por adesão não implica a renúncia tácita à prescrição nem sua interrupção ou suspensão.

Art. 36. No caso de conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a administração pública federal, a Advocacia-Geral da União deverá realizar composição extrajudicial do conflito, observados os procedimentos previstos em ato do Advogado-Geral da União.

§ 1º Na hipótese do *caput*, se não houver acordo quanto à controvérsia jurídica, caberá ao Advogado-Geral da União dirimi-la, com fundamento na legislação afeta.

§ 2º Nos casos em que a resolução da controvérsia implicar o reconhecimento da existência de créditos da União, de suas autarquias e fundações em face de pessoas jurídicas de direito público federais, a Advocacia-Geral da União poderá solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a adequação orçamentária para quitação das dívidas reconhecidas como legítimas.

§ 3º A composição extrajudicial do conflito não afasta a apuração de responsabilidade do agente público que deu causa à dívida, sempre que se verificar que sua ação ou omissão constitui, em tese, infração disciplinar.

§ 4º Nas hipóteses em que a matéria objeto do litígio esteja sendo discutida em ação de improbidade administrativa ou sobre ela haja decisão do Tribunal de Contas da União, a conciliação de que trata o *caput* dependerá da anuência expressa do juiz da causa ou do Ministro Relator.

Art. 37. É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias e fundações públicas, bem como às empresas públicas e sociedades de economia mista federais, submeter seus litígios com órgãos ou entidades da administração pública federal à Advocacia-Geral da União, para fins de composição extrajudicial do conflito.

Art. 38. Nos casos em que a controvérsia jurídica seja relativa a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a créditos inscritos em dívida ativa da União:

I - não se aplicam as disposições dos incisos II e III do *caput* do art. 32;

II - as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços em regime de concorrência não poderão exercer a faculdade prevista no art. 37;

III - quando forem partes as pessoas a que alude o *caput* do art. 36:

a) a submissão do conflito à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União implica renúncia do direito de recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

b) a redução ou o cancelamento do crédito dependerá de manifestação conjunta do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. O disposto no inciso II e na alínea *a* do inciso III não afasta a competência do Advogado-Geral da União prevista nos incisos X e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 39. A propositura de ação judicial em que figurem concomitantemente nos polos ativo e passivo órgãos ou entidades de direito público que integrem a administração pública federal deverá ser previamente autorizada pelo Advogado-Geral da União.

Art. 40. Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito, somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando, mediante dolo ou fraude, receberem qualquer vantagem patrimonial indevida, permitirem ou facilitarem sua recepção por terceiro, ou para tal concorrerem.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. A Escola Nacional de Mediação e Conciliação, no âmbito do Ministério da Justiça, poderá criar banco de dados sobre boas práticas em mediação, bem como manter relação de mediadores e de instituições de mediação.

Art. 42. Aplica-se esta Lei, no que couber, às outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias e escolares, e àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais, desde que no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. A mediação nas relações de trabalho será regulada por lei própria.

Art. 43. Os órgãos e entidades da administração pública poderão criar câmaras para a resolução de conflitos entre particulares, que versem sobre atividades por eles reguladas ou supervisionadas.

Art. 44. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.
>
> § 1º Poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos ou empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.
>
> .....

§ 3º Regulamento disporá sobre a forma de composição das câmaras de que trata o § 1º, que deverão ter como integrante pelo menos um membro efetivo da Advocacia-Geral da União ou, no caso das empresas públicas, um assistente jurídico ou ocupante de função equivalente.

§ 4º Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes de que trata o *caput*.

§ 5º Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive os casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários dos respectivos advogados." (NR)

"Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco

Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionadas no *caput* do art. 1º poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos fixados em regulamento.

§ 1º No caso das empresas públicas federais, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído, composto por pelo menos um dirigente estatutário.

§ 2º O acordo de que trata o *caput* poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o limite máximo de sessenta.

§ 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 4º Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo." (NR)

Art. 45. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 14-A:

"Art. 14-A. No caso de determinação e exigência de créditos tributários da União cujo

sujeito passivo seja órgão ou entidade de direito público da administração pública federal, a submissão do litígio à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União é considerada reclamação, para fins do disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional."

Art. 46. A mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo.

Parágrafo único. É facultado à parte domiciliada no exterior submeter-se à mediação segundo as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Art. 48. Revoga-se o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Congresso Nacional, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, em nome da agilidade da Justiça, aprovou dois instrumentos importantes para desafogar o Judiciário: a Lei de Arbitragem e a inédita Lei de Mediação, que foi aprovada no dia de hoje. São dois métodos alternativos de resolução de conflitos que irão contribuir para esvaziar as prateleiras da Justiça com os mais de 90 milhões de casos.

A Lei de Arbitragem foi objeto de vetos relativos à arbitragem na área trabalhista e do consumidor, e o Congresso Nacional, em seu tempo, analisará esses vetos.

A Lei da Mediação, hoje aprovada, servirá para desconstruir pequenos impasses de conflitos menos graves, como separações, divórcios e também pequenos conflitos interpessoais.

Quero agradecer aos juristas, mais uma vez, que, atendendo a um convite do Senado Federal, auxiliaram na elaboração dos dois anteprojetos e parabenizar o Congresso Nacional por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Conselho de Ética.

A Presidência comunica ao Plenário que, tendo sido indicados pelas Lideranças partidárias os nomes para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, passaremos agora à eleição da chapa, nos termos do §4º do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

Os titulares indicados pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT-PDT-PP): José Pimentel–PT, Regina Sousa–PT, Lasier Martins–PDT. Suplentes: Ângela Portela–PT, Paulo Rocha–PT, Acir Gurgacz–PDT.

Pelo Bloco da Maioria (PMDB-PSD): João Alberto Souza– PMDB, Romero Jucá–PMDB, Otto Alencar–PSD, Sérgio Petecão–PSD. Suplentes: Omar Aziz–PSD, Raimundo Lira–PMDB.

Bloco de Oposição (PSDB-DEM): Wilder Morais–DEM. Suplente: Senadora Maria do Carmo Alves–DEM.

Pelo Bloco Socialismo e Democracia (PSB-PPS-PSOL-PCdoB): Randolfe Rodrigues–PSOL e João Capiberibe–PSB.

Pelo Bloco União e Força (PTB-PR-PSC-PRB): Elmano Férrer–PTB.

Em votação as indicações.

Os Senadores que aprovarem as indicações permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas as indicações.

Declaro eleita a chapa para o Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria só de registrar que, dentro da pauta da nossa reunião de hoje, queria primeiro fazer um registro do item 4, sobre o qual conversei com V. Exª, que é relativo a essa emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2014.

Esse projeto é muito importante e trata das pequenas centrais hidrelétricas; é de autoria do Senador Lobão Filho.

Sr. Presidente, esse projeto mereceu uma emenda na Câmara dos Deputados. E, ao mesmo tempo também, nós votamos aqui no Congresso uma medida provisória que levou à criação da Lei nº 13.097/2015, resultado de um grande esforço de todo o setor da energia elétrica. Nesse sentido, eu quero registrar aqui o trabalho da Apine.

Só que a proposta que está vindo para a Mesa não é simplesmente uma questão de emenda de texto; há uma questão de mérito. Então, nós não queremos procrastinar, Sr. Presidente, nós só queremos ajustar...

Nós atravessamos um requerimento para simplesmente ajustar isso na Comissão de Infraestrutura, primeiro tirando o limite de 50MW para 30MW das pequenas centrais, e, ao mesmo tempo – um ponto importante que foi contemplado pela emenda da Câmara que também atende os autoprodutores –, com 50% da TUST. O que é a TUST? É a Tarifa de Uso de Transmissão.

Se vários segmentos do setor de energia são contemplados com essa vantagem, por que não atender a essa emenda que foi aprovada na Câmara e que, evidentemente, vem ao encontro das aspirações dos autoprodutores.

Então, Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento e aqui me comprometo em, agilmente, com o Senador Garibaldi Alves, promover os ajustes necessários para garantir as conquistas do setor elétrico nesse debate importante na Câmara dos Deputados e evidentemente aqui no Senado. E aí, imediatamente, esse assunto voltaria à pauta.

A outra questão, Sr. Presidente, é sobre o item 7, relativo ao projeto oriundo da CPI da Pedofilia. É simplesmente a gente fazer um ajuste de texto, em função do Marco Civil da Internet, no projeto oriundo da CPI da Pedofilia, que foi um grande trabalho realizado pelo Senador Magno Malta, principalmente em um tema que preocupa todos nós.

Então, voltaria para a CCJ, Senador Aloysio Nunes, para que a gente fizesse esse ajuste, Sr. Presidente, com o Marco Civil da Internet, que nós discutimos exaustivamente aqui no Senado Federal. Sei que o Senador Aloysio Nunes está...

O Senador Aloysio diz aqui, com razão, que os prazos são até melhores do que os do projeto de lei, principalmente com relação à guarda dos dados ao arquivo desses dados.

Por isso, Sr. Presidente, eu tenho essas observações sobre o item 4, o item 6 e o item 7, que é o apensamento. V. Exª tem um projeto. Qual é o número do projeto?

V. Exª tem um projeto que está tramitando na CCJ, Sr. Presidente. É o item 6, cujo Relator é o Senador Eunício. E estamos propondo...

Eu também apresentei um requerimento relativo ao item 7, em que requeiro, nos termos do inciso XIII do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento por 30 dias úteis da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2008, que disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação...

Perdão, é outro. É o item 7, mas está errado aqui.

Na verdade, Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, o adiamento da discussão para exame do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico na progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É basicamente para apensar o projeto de V. Exª que está lá na CCJ, para que o Senador Eunício, que é o Relator, tenha todo esse leque de informações a fim de apresentar um bom relatório e, assim, aprovarmos o projeto que V. Exª apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Itens extrapauta:**

Em atendimento ao Senador Delcídio do Amaral, vamos fazer a votação em globo dos **Requerimentos nºs 629 a 636, de 2015**, de tramitação conjunta e reexame referente aos itens nºs 3 a 5, 7, 9 a 11, da pauta da presente sessão.

São os seguintes os requerimentos:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 629, DE 2015

Do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, por regularem matéria correlata (carreiras do serviço público federal).

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2015

Do Senador Delcídio do Amaral, solicitando o adiamento da discussão da Emenda da Câmara nº 3, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado n° 274, de 2008, para reexame pela CI.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 631, DE 2015

Do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, para reexame pela CCJ.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 632, DE 2015

Do Senador Delcídio do Amaral, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2008, por trinta dias úteis.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 633, DE 2015

Do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 601, de 2011, para reexame pela CCJ.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 634, DE 2015

Do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, para reexame pela CCJ.

Item extrapauta:

REQUERIMENTOS NºS 635 E 636, DE 2015

Do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando o reexame do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, pela CDH e pela CAS, respectivamente (idade mínima para recebimento do benefício de prestação continuada).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – As Senadoras e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014 perde o caráter terminativo.

O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013 e o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014 passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CAS e CCJ.

A Emenda da Câmara nº 3, de 2014 ao Projeto de Lei do Senado n° 274, de 2008 retorna à CI para reexame.

O Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011 retorna à CCJ para reexame.

O Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2008 retornará à Ordem do Dia, na data aprazada.

O Projeto de Lei do Senado nº 601, de 2011 retorna à CCJ para reexame.

O Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012 retorna à CCJ para reexame.

O Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012 retorna ao exame da CDH, seguindo, posteriormente, à CAS.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 2** da pauta.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2014

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

O Parecer sob **nº 954, de 2014, da CCJ**, que teve como Relator o Senador Vital do Rêgo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Há, sobre a mesa, emendas que serão publicadas.

São as seguintes as Emendas apresentadas:

EMENDA Nº 3 - PLEN

Altera a ementa e suprime o art. 2º, da PEC 33, de 2014, que "altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", para suprimir a competência legislativa concorrente proposta em matéria de segurança pública.

Art. 1º A ementa da PEC nº 33, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Altera o art. 23 da Constituição Federal, para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

Art. 2º Suprima-se o art. 2º da PEC nº 33, de 2014, renumerando-se o art. 3º.

JUSTIFICAÇÃO

A PEC nº 33, de 2014, que tem o nobre senador Ricardo Ferraço como primeiro signatário, objetiva alterar "os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

Em apertada síntese, a proposta amplia o rol de competências materiais comuns entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, previstas no art. 23 da Constituição Federal, acrescendo o dever de "garantir a segurança pública". De outra sorte, também cria nova competência legislativa concorrente à União e aos Estados e

DF no tocante à possibilidade de legislar sobre "segurança pública", tal como previsto no art. 24.

Trata-se de uma iniciativa meritória e que visa, especialmente, resguardar valores caros à sociedade brasileira, uma vez que constitucionaliza a obrigatoriedade estatal de zelar pela segurança pública da sociedade.

Sucede que, sem embargo da iniciativa idônea e irretocável do nobre senador Ferraço, cremos que um melhoramento possa ser feito, com o intuito de se evitar que a proposta traga insegurança jurídica a tema tão delicado.

Com efeito, nenhum retoque à obrigatoriedade comum dos entes federativos em garantir a segurança pública. Porém, entendemos temerário que se autorize União, Estados e o DF a legislar, concorrentemente, sobre essa mesma matéria, uma vez que não há uma definição específica sobre o que compreenderia a segurança pública, em matéria legiferante.

Ora, a própria Constituição não apresenta uma definição clara sobre o que compreende a segurança pública. Com efeito, a Carta Maior, no capítulo que trata da segurança pública, dedica-lhe apenas um único artigo (art. 144), o qual, em seu caput, nada mais prevê que a segurança pública seja dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Seus incisos apresentam os órgãos por meio dos quais o Estado deve prover a segurança pública, relacionando-se como sendo as polícias federal, rodoviária e ferroviária federais, civis e militares (e corpo de bombeiros militares).

O § 7º desse artigo, a seu turno, estabelece que "a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades". Na lição do Prof. JOSÉ AFONSO DA SILVA (Curso de direito constitucional positivo. 22.ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 756), em relação às polícias estaduais (civil e militar), trata-se de lei estadual, e, quanto às polícias federais, de Lei federal.

Demais disso, no rol de competências concorrentes já consignadas no texto constitucional, observa-se que a Constituição

autorizou União, Estados e DF a legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis (art. 24, inc. XVI). Por outro lado, tornou privativa da União a competência para legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e dos corpos de bombeiros (art. 22, inc. XXI). Esse é o atual limite legislativo proposto pelo constituinte quanto à matéria de segurança pública.

Precisamente por tal razão, ou seja, pelo fato de não haver uma definição clara sobre o que compreende o conceito e o alcance de uma eventual capacidade legislativa sobre segurança pública, tememos pelo risco de se atribuir indevidamente à União a competência de legislar sobre normas gerais de segurança pública, inclusive que possam afetar o desempenho de órgãos policiais subordinados a outros entes federativos (para além da competência legislativa já prevista atualmente).

Ora, o art. 24 da Constituição trata da competência legislativa concorrente, que compreende competência estadual concorrente não cumulativa ou suplementar (art. 24, § 2º) e competência estadual concorrente cumulativa (art. 24, § 3º). Na primeira hipótese, existente a lei federal de normas gerais (art. 24, § 1º), poderão os Estados e o Distrito Federal, no uso da competência suplementar, preencher os vazios da lei federal de normas gerais, a fim de afeiçoá-la às peculiaridades locais (art. 24, § 2º); na segunda hipótese, poderão os Estados e o Distrito Federal, inexistente a lei federal de normas gerais, exercer a competência legislativa plena 'para atender a suas peculiaridades' (art. 24, § 3º). Ainda assim, sobrevindo a lei federal de normas gerais, suspende-se a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário (art. 24, § 4º)." (ADI 3.098).

Ora, em nosso entendimento, segurança pública deve ser cercada de reserva legislativa em conformidade com o pacto federativo, vale dizer: à União, cabe tratar da sistemática federal. Aos demais, compete a respectiva atenção local. Não concordamos que a

União poderia se arvorar de competência concorrente para editar regras gerais de segurança pública e aos Estados e DF, somente o exercício suplementar ou cumulativo.

Por isso, propomos uma maior reflexão a essa questão, razão pela qual estamos propomos a presente emenda, na expectativa de vê-la acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça desta casa e, enfim, aprovada pelos nobres Pares.

Sala das Sessões, em maio de 2015.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
PSDB-SP

Altera a ementa e suprime o art. 2º, da PEC 33, de 2014, que "altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", para suprimir a competência legislativa concorrente proposta em matéria de segurança pública.

SENADOR	ASSINATURA
2. E. LOBÃO	
3. JOÃO ALBERTO SOUZA	
4. SANDRA BRAGA	
5. WALDEMIR MOKA	
6. VALDIR RAUPP	
7. JOSE MEDEIROS	
8. BLAIRO MAGGI	
9. FLEXA RIBEIRO	
10. José Reno	
11.	
12. Tasso Jereissati	
13. Simone Tebet	
14. Jader Barbalho	
15. JOSÉ AGRIPINO	
16. Ataídes Oliveira	

SENADOR	ASSINATURA
17. Ermírio	
18. ROMERO JUCÁ	
19. Caiado	
20. Humberto Costa	
21. CÁSSIO CUNHA LIMA	
22. Hélio José . PSD DF	
23. Otto Alencar	
24. RANDOLFE RODRIGUES	
25. JAIME BARBALHO	
26. DAVI ALCOLUMBRE.	
27. CAPIBERIBE	

(À Publicação)

EMENDA Nº 4 - PLEN

(à PEC nº 33, de 2014)

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33, de 2014, a seguinte redação:

"**Art. 1º** O art. 23 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso XIII e § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

'Art. 23.....

.....

XIII – garantir a segurança pública.

.....

§ 2º Para a efetivação das políticas de segurança pública, a Lei Complementar prevista no parágrafo anterior estabelecerá a participação da União no custeio de suas ações, vedado o estabelecimento de normas que importem ônus financeiros aos Municípios. (NR)"

JUSTIFICAÇÃO

É louvável a iniciativa da PEC nº 33, de 2014, no sentido de estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios no campo da segurança pública, compartilhando as responsabilidades administrativas e as competências legislativas.

No entanto, ao tomarem conhecimento da PEC, vários Municípios, que já dispõem de escassas receitas, manifestaram receio de ser mais uma vez onerados com novas despesas, em vez de ser auxiliados por outros entes federativos com maior disponibilidade orçamentária.

Nesse sentido, com o intuito de dissipar eventuais incertezas que a PEC possa trazer e de assegurar que os Municípios não serão sacrificados, apresentamos esta emenda à PEC nº 33, de 2014, para cuja aprovação contamos com o apoio dos Nobres Colegas.

Sala das Sessões,

Senadora **SIMONE TEBET**

EMENDA de Plenário à PEC nº 33, de 2014.

Senador	Assinatura
01 - ANTONIO ANASTASIA	
02 - CÁSSIO C. LIMA	
03 - Hélio Oliveira	
04 - ROBERTO REQUIÃO	
05 - PAULO PAIM	
06 - LINDBERGH FARIAS	
07 - RICARDO FRAGA	
08 -	
09 - VANESSA GRAZIOTIN	
10 - José de Freitas	
* 11 -	
12 - BLAIRO MAGGI	
13 - Marta	
14 - CRISTOVAM.	
15 - WALDEMIR MOKA	
16 - DOUGLAS CINTRA	
17 - DAVI ALCOLUMBRE	
18 - ELMANO FÉRRER	
19 - VALDIR RAUPP	
20 - IVO CASSOL	
21 - GLADSON	

Senador	Assinatura
22 - ACIR	
23 -	
24 -	
25 -	
26 - JOSÉ MEDEIROS	
27 ALVARO DIAS	
28 - EDUARDO AMORIM	
29 - JADER BARBALHO	
30 - ROMERO JUCÁ	
31 - REGUFFE	
32 -	
33 -	
34 -	
35 -	

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Primeira sessão de discussão da proposta e das emendas, em **p**rimeiro turno. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e a matéria constará da Ordem do Dia da próxima...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se essa emenda do eminente Senador Ferraço estabelece compromisso de responsabilidade dos Municípios em relação à segurança, porque nós estivemos conversando com o Senador e entendemos que os Municípios brasileiros não têm a menor condição de serem coparticipantes desta atividade. Essa seria uma coisa inserida entre o Governo Federal e os Estados, Sr. Presidente. Considerando que os Municípios já atravessam inúmeras dificuldades, como podem ser corresponsáveis pela segurança pública no País? Então, nós pedimos ao Senador, na oportunidade, para que pudéssemos fazer uma reavaliação da emenda e suprimir, sem dúvida, o item que diz respeito aos Municípios brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer essa observação e chamar a atenção dos Srs. Senadores, no sentido de que Município brasileiro não tem como arcar com a responsabilidade para ser um agente responsável pela segurança pública. Essa é, sim, competência exclusiva do Governo Federal. Aliás, como hoje a Constituição estabelece que é de responsabilidade exclusiva dos Estados, e os Estados já se consideram competentes para cuidar da segurança pública deste País, teríamos de puxar a União para, junto aos Estados, atender e resolver essa dificuldade, mas, quanto a Município, confesso, dentro desse parâmetro, o meu Partido votará contra essa emenda Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu só queria comunicar que essa emenda já foi retirada. Foi apresentada emenda nº 3, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, Emenda da PEC nº 33, de 2014, que suprime exatamente o trecho dos Municípios... E da Senadora Simone Tebet, nº 4.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Essa emenda foi construída dentro de acordo, aquele que exatamente está sendo trazido pelo Senador Benedito de Lira, que é a exclusão dos Municípios dessa responsabilização de recair sobre os seus ombros esse custo a mais. V. Exª foi um dos signatários dessa emenda e, como tal, ela será incluída no relatório, na quinta sessão. E aí nós votaremos, excluindo e protegendo os Municípios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Exatamente como pede V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Está bem, Presidente. Então, está atendida a nossa reivindicação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aliás, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Aliás, Sr. Presidente, uma das questões mais marcantes da Marcha dos Prefeitos foi que disseram, em alto e bom som, que a gente não votasse nenhuma matéria que onerasse os Municípios, porque eles estão exauridos, não dão conta. Então, bem na hora, o Senador Aloysio Nunes Ferreira e a representante do meu Estado, de quem eu tenho um grande orgulho, a Senadora Simone Tebet, retiraram a parte dos Municípios, o que torna o projeto viável e apto a ser votado. Mas eu queria só lembrar que os Prefeitos disseram: "Não há mais como a gente votar qualquer matéria que onere os cofres municipais."

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E há um compromisso, assumido com os Governadores e com os Prefeitos, de que nós aprovaríamos uma PEC nesta direção, de que nenhuma política seria criada para Estados e Municípios, sem que houvesse a correspondente fonte de recursos.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero discutir essa matéria dizendo que não é possível que a gente aqui não compreenda as dificuldades que existem hoje nos Estados e Municípios. Não dá para atribuir aos Municípios mais essa responsabilidade com relação à segurança pública, dando a eles essa ação sem lhes dar a devida dotação orçamentária.

Nesse sentido, eu anuncio a V. Exª e à Casa que estou apresentando uma emenda, para exatamente corrigir e suprir essa necessidade. A emenda dispõe: "Acrescenta-se ao art. 23 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, o seguinte §2º, que diz: 'A União promoverá o aporte de recursos financeiros necessários para viabilizar a efetividade da competência prevista'". De forma que quero anunciar a V. Exª e à Casa a apresentação dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Simone Tebet, com a palavra V. Exª.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para esclarecer e tranquilizar os demais colegas Senadores e Senadoras, nós tivemos a anuência inclusive do autor da proposição, o Senador Ferraço, que reconheceu que o objetivo primordial dele era incluir na responsabilidade comum em relação à segurança pública a União, e não os Municípios. Então, com a concordância da União, do Senador Ferraço, nós apresentamos uma emenda de plenário com a assinatura de alguns colegas Senadores. E essa emenda, portanto, vai voltar para a CCJ, para poder ter aí a aprovação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 638, DE 2015

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação o requerimento do Senador Delcídio do Amaral, de audiência da matéria, do item 6 da pauta. As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 638, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, o adiamento da discussão para reexame do Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2007, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena" pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Justificação

A matéria foi aprovada pela comissão em outubro de 2010 e após o prazo de interposição de recurso, ficou pronta para Plenário. Por diversas sessões o projeto permaneceu na pauta sem que se conseguisse quórum suficiente para sua deliberação.

Finda a 54ª Legislatura, nos termos do art.332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014, o projeto foi arquivado. Tendo em vista seu desarquivamento e o tempo decorrido desde sua aprovação, solicitamos o reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ para adequações necessárias à luz de novas proposições já convertidas em lei que abordam o mesmo tema.

Sala das Sessões, de junho de 2015. – Senador **Delcídio do Amaral,** Lider do Governo no Senado.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovado o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Uma questão de ordem, Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – No dia 6 de maio, foi lido por V. Exª o Requerimento nº 478, deste ano, prevendo a criação da CPI dos Fundos de Pensão aqui, no Senado. Conforme determina o art. 78, do Regimento Interno, cabe agora às Lideranças partidárias a indicação dos membros desta CPI. Ocorre que, até a presente data, Presidente, não há informação de que as Lideranças partidárias tenham feito a indicação dos membros para compor essa Comissão, permitindo, assim, a sua instalação e pleno funcionamento. Aliás, ofício nesse sentido já foi encaminhado por V. Exª, às Lideranças, no dia 26 de maio, informando relativamente à proporcionalidade partidária nessa CPI.

Caro Presidente, eu lembro que, numa situação análoga, em 2014, mais precisamente na criação da CPI da Petrobras, aqui, no Senado, V. Exª, por dever funcional, indicou os integrantes daquela CPI, amparado no Mandado de Segurança nº 24.831, do Supremo Tribunal Federal, aplicando o §1º do art. 28, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que diz textualmente: "O Presidente fará, de ofício, a designação, se, no prazo fixado [cinco sessões], a Liderança não comunicar os nomes da sua representação para compor as Comissões, nos termos do §3º, do art. 45."

Embora aquela decisão não vincule nem obrigue o mesmo posicionamento nesse caso, penso que temos aqui um precedente relevante, o que respaldaria a decisão da Presidência, do Senado nesse sentido. Solicito, portanto, a V. Exª, possa ultimar o encaminhamento a respeito desse tema. V. Exª teve a gentileza de abrigar,

ler a instalação da CPI, e foi um gesto de grande relevância, porque temos sido procurados insistentemente por participantes dos fundos de pensão, sobretudo das empresas estatais, para que abordemos com clareza esse tema.

Então, é o pedido que faço a V. Exª, para que, não havendo a manifestação das Lideranças, V. Exª possa fazer as indicações. Afinal, já existe um precedente em relação à questão das minorias na instalação da CPI pela indicação dos membros que estão faltando. Lembro que o PSDB e o Democratas já fizeram essas indicações, e faltam os demais partidos políticos.

Era essa a minha proposta nessa questão de ordem, Sr. Presidente, esperando a sua colaboração, para que investiguemos os fundos de pensão em nosso País.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª, pela ordem, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na sequência do apelo que é dirigido pela Senadora Ana Amélia a V. Exª, apenas gostaria de informar à Presidência que o PSDB já fez, naturalmente, a indicação dos membros para a CPI dos Fundos de Pensão, até porque a iniciativa foi da própria Senadora Ana Amélia. A Senadora Ana Amélia é uma das autoras do pedido de CPI, sequenciada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e também por mim, como Líder do PSDB.

Então, já fizemos o encaminhamento para a Presidência dos nomes do Partido para compor a CPI que terá grande importância na investigação dos graves fatos apurados, até aqui, nos fundos de pensão do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu faço um apelo aos Líderes partidários para que indiquem, na forma do Regimento do Senado Federal, os nomes para compor a CPI referida pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Cássio Cunha Lima.

Eu consulto se podemos apreciar alguns nomes de autoridades. Maioria simples.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – De que órgãos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O primeiro sobre a mesa é o Cade, é a indicação do Sr. Eduardo Frade Rodrigues para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Nacional de Defesa Econômica (Cade).

Acho que é bom para nós verificarmos o quórum e agilizarmos. Se houver qualquer dúvida, nós suspenderemos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não, o.k., Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, quero me associar à Senadora Ana Amélia com relação à CPI dos Fundos de Pensão. É importante que V. Exª solicite aos Líderes dos partidos que façam a indicação dos membros para que a CPI possa ser efetivamente instalada.

Ainda agora, na sexta-feira passada, recebi em Belém um grupo de funcionários dos Correios preocupados com o início do desconto para cobrir o rombo do Postalis de R$5,6 bilhões. Então, é necessário que nós instalemos a CPI e possamos fazer, realmente, um levantamento não só do Postalis, mas do Previ, de todos os fundos de pensão. Esse é o primeiro ponto.

Queria pedir a V. Exª, Senador Renan, a possibilidade de nós votarmos hoje o Projeto de Lei Complementar nº 199, que é o projeto que trata da criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios. Esse projeto já foi aprovado por unanimidade aqui no Senado, aprovado na Câmara, foi à sanção da Presidente, ela vetou pela segunda vez.

Quanto ao primeiro projeto que ela vetou, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante, o motivo do veto é que o projeto não tinha sido feito com o acompanhamento do Governo, que se fizesse um segundo projeto com o acompanhamento do Governo, e assim o Senador Mozarildo fez.

Esse projeto que eu apresentei é cópia do projeto do Senador Mozarildo. Eu pedi licença a ele, como lamentavelmente ele não foi reeleito, que eu pudesse apresentar o projeto nesta legislatura. Já está aprovado na CCJ. Pediria a V. Exª que nós pudéssemos colocar na pauta de hoje, para votarmos, para que ele siga para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro, essa matéria, vou submetê-la aos Líderes partidários.

O Senador Flexa está pedindo para incluirmos na pauta uma matéria que autoriza a criação, fusão e incorporação de Municípios. Essa matéria já tramitou na Casa duas vezes, foi aprovada; depois, foi vetada, o veto

foi apreciado duas vezes. É uma matéria, sem dúvida nenhuma, interessante, mas gostaria de contar com a aquiescência dos Líderes para que pudéssemos incluí-la na pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Peço a aquiescência dos Líderes, até porque esse projeto foi aprovado por unanimidade, quando tramitou aqui no Senado Federal, na legislatura passada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E até, Senador Flexa, o acordo depois do veto, voltou-se a discutir a matéria, agora sob a alegação de que, agora sim, havia acordo com todo mundo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Esse, no segundo projeto, Senador Walter, que também foi aprovado e foi vetado. E o que apresentei agora, pedi autorização ao Senador Mozarildo, como eu disse, para que eu pudesse reapresentar o projeto dele.

Não há nenhuma diferença com o anterior que foi aprovado, por unanimidade, no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 257, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 257, de 2015 da CAE, Relator: Senador Reguffe, sobre a Mensagem nº 30, de 2015 (nº 124/2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO FRADE RODRIGUES para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores vota "sim" na indicação dessa autoridade do Cade, para ser membro do Cade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – O PPS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Delcídio do Amaral e Senador Moka.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero registrar que esse candidato...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o PMDB, por delegação do Líder, orienta o voto "sim", e eu quero dar um testemunho aqui, Sr. Presidente. Presentes nesta Casa há muito tempo, as indicações são de jovens aprovados em concurso público com um currículo altamente especializado naquilo que se propõem a fazer.

Eu tive a oportunidade de conversar... Estou dando este testemunho no sentido de estimular que chegue a esta Casa esse tipo de indicação de pessoas capazes, com formação específica na área, e o melhor: jovens de carreira, ou seja, aprovados em concurso público. Portanto, o PMDB orienta o voto "sim".

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje nós fizemos uma sabatina na CAE, e eu gostaria até de registrar que nós tivemos casa cheia na CAE hoje, Senadora Sandra. Tivemos uma longa sabatina. Foram sabatinados hoje os cinco candidatos, Senador Lobão, ao Conselho do Cade, e o Sr. Eduardo Rodrigues, especificamente indicado para a Superintendência-Geral do Cade.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que é um time de excelente qualidade, pessoas doutoradas que, principalmente, se dedicaram, na sua formação, à questão concorrencial; jovens que, sem dúvida nenhuma, vão prestar um grande serviço ao nosso País.

E eu não tenho dúvidas, Sr. Presidente, eu que, quando fui Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos pela primeira vez, em que conduzi as primeiras sabatinas que levaram, inclusive, o Dr. Vinícius à Presidência do Cade, fico muito feliz de ter participado novamente de outra sabatina, agora para os cinco conselheiros.

Portanto, eu recomendo o voto "sim" porque são pessoas extremamente qualificadas e à altura de responder por uma instituição tão importante quanto o Cade.

Eu gostaria também de destacar, Sr. Presidente, que, acompanhando as decisões de V. Exª com relação à meritocracia nas empresas estatais, nas agências reguladoras, os nomes encaminhados vêm ao encontro, principalmente, da qualidade, do preparo e, acima de tudo, da competência que esses sabatinados hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos efetivamente têm para realizar um grande trabalho à frente do Cade.

Portanto, eu faço minhas as palavras do Senador Moka, que encaminhou pelo PMDB, e do nosso Senador Pimentel também, que encaminhou pelo PT. Não tenho dúvida nenhuma, nós estamos votando em pessoas muito bem preparadas para as funções que o Cade exige.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Votação Secreta

55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 257, de 2015 - Eduardo Frade (CADE)

Submete o nome do dr. Eduardo Frade Rodrigues para o cargo de Superintendente-Geral do CADE, com mandato de 2 anos.

Matéria **PAR 257/2015** Início Votação **02/06/2015 17:50:26** Término Votação **02/06/2015 17:55:51**
Sessão **89ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO

PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSDB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
DEM	SE	Maria do C Alves	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
DEM	GO	Wilder Morais	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:51 NÃO:2 ABST.: 0 PRESIDENTE:0 TOTAL:53

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 51; NÃO, 2.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome de Eduardo Frade Rodrigues para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica –Cade do Ministério da Justiça.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, eu queria registrar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 258, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 258, de 2015, da CAE, Relator ad hoc: Senador Douglas Cintra, sobre a Mensagem nº 31, de 2015 (nº 125/2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOÃO PAULO RESENDE para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de quatro anos.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, é só para solicitar que os Senadores e Senadoras compareçam aqui, ao plenário, porque são votações nominais e votações muito importantes, porque estamos tratando dos novos conselheiros do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Votação Secreta

55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 258, de 2015 - João Paulo Resende(CADE)

Submete o nome do sr. João Paulo Resende para o cargo de Conselheiro do CADE, com mandato de 4 anos.

Matéria **PAR 258/2015** Início Votação **02/06/2015 17:57:19** Término Votação **02/06/2015 18:04:26**

Sessão **89º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO

PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSDB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
DEM	SE	Maria do C Alves	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Morais	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:49 **NÃO:**5 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**55

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votaram SIM 49, NÃO 05, 1 abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. João Paulo de Resende para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 244, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 244, de 2015, da CI, Relator: Senador Wellington Fagundes, sobre a Mensagem nº 26, de 2015 (nº 132/2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO DE ASSIS LOBO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o parecer, nós declaramos encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra, Sr. Presidente, apenas para, mais uma vez, enquanto se processa a votação – e, aqui, ao lado do meu conterrâneo Senador Raimundo Lira –, registrar a preocupação que todos os paraibanos estão tendo com a gravíssima situação da segurança pública no nosso Estado.

Eu, raramente, trago assuntos tidos como paroquiais para o plenário no Senado, para não parecer que vou trazer para o Senado da República a disputa e o embate político paraibano. Não se trata disso. Tenho, pelo contrário, tido muito zelo, extrema responsabilidade na minha postura, para não confundir o papel do Senado com as questões meramente locais. Mas, diante de dois graves problemas que a Paraíba vem enfrentando neste instante – segurança pública e abastecimento de água –, eu não posso me calar, até porque, da última vez que ocupei aquela tribuna para tratar da gravidade do descaso, do caos, do abandono em que vive a área de segurança pública no nosso Estado, a nossa querida Paraíba, o Governo atribuiu a um ato de terrorismo da minha parte e de uma sucessão de boatos que eu promovia, como se eu tivesse a capacidade de criar fatos na área de segurança.

Pois bem, a situação agrava-se a cada dia: homicídios, assaltos, arrombamentos de banco e, mais recentemente, inclusive com ampla repercussão nacional, a invasão de uma escola. O Jornal Nacional, o Jornal Hoje e vários outros veículos de imprensa noticiaram a invasão de uma escola estadual onde mais de 200 celulares foram roubados, em um arrastão promovido por essa situação de descontrole. Professores já foram assassinados dentro de sala de aula. A situação, realmente, é muito grave. A população da Paraíba vive em um estado de insegurança, de pânico, de medo, de terror – aí, sim, a população está aterrorizada. Em Campina Grande, a situação é ainda mais grave. A cidade, praticamente, vive um momento de estado de sítio. Há uma sensação completa de desproteção.

Esse quadro fica complexo, Sr. Presidente, porque o Governo do Estado sequer tem a capacidade de reconhecer a existência do problema. Quando você sequer reconhece a existência do problema, claro que a solução jamais será alcançada. Ao não reconhecer a existência do problema e trazer declarações de que está tudo em ordem, que a Paraíba vive um ambiente de paz e que tudo não passa de terrorismo da oposição e boatos que são por mim criados, a população fica à mercê da própria sorte.

Então, vamos dirigir um apelo ao Sr. Ministro de Justiça de Estado, para que a Força Nacional possa ser remetida à Paraíba, ou que o Ministro da Justiça chame o governador para um diálogo porque a situação da Paraíba é de descontrole absoluto e é preciso que o Governo Federal, que o Ministério da Justiça, através da Força Nacional, adote providências no nosso Estado.

Vamos encaminhar esse pleito, essa solicitação, essa súplica, esse clamor ao Ministro da Justiça, para que a Força Nacional seja mobilizada e preste socorro à população desprotegida e desamparada, por completo, da Paraíba, particularmente, neste instante, da cidade de Campina Grande.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em votações anteriores, votei conforme a orientação do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Exª, Senador Magno Malta.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu caro Líder do PSDB, Senador Cunha Lima, essa preocupação com a segurança e essa aflição com a falta de segurança é no País como um todo. Essa situação que o Líder acaba de nos informar da tomada, da entrada, de um assalto generalizado dentro de uma escola aconteceu aqui na capital federal. O crime organizado tomou uma escola de assalto. E, no meu Estado, neste final de semana, um Estado pequeno, nós tivemos nove assassinatos. E isso é no País como um todo.

O que incomoda, Sr. Presidente, é que a União, o Governo Federal, não se movimenta, não se mobiliza para construir uma política nacional de segurança pública que devolva a tranquilidade para os brasileiros. É preciso integrar os órgãos de segurança pública. A segurança é delegada aos Estados, mas é preciso que a União se integre com as ações dos Estados, para que a gente possa dar alguns passos adiante e reduzir, pelo menos controlar, a violência no nosso País.

Há algumas experiências de segurança pública desenvolvidas em vários Estados que precisam ser levantadas. Há aqui, nesta Casa, projetos na área de segurança tramitando para que a gente possa acenar para a sociedade, que vive assustada, com medo e se sentindo desprotegida.

Portanto, faço um apelo à Presidente Dilma, ao Ministro José Eduardo Cardozo, que mobilize os Estados em busca de uma solução para o estado de insegurança que vive a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, o Brasil, a cada ano, perde em torno de 50 mil pessoas por assassinatos, por arma de fogo, por arma branca. É mais do que vários países em situação de beligerância, de guerra civil. Portanto, é necessário que o Governo Federal chame para si a organização, a mobilização da área de segurança de todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Votação Secreta

55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 244, de 2015 (Sérgio Assis Lobo - ANTT)

Indicação do sr. Sérgio de Assis Lobo para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Matéria **PAR 244/2015** Inicio Votação **02/06/2015 18:05:39** Término Votação **02/06/2015 18:18:26**
Sessão **89º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO

PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSDB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
DEM	SE	Maria do C Alves	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Morais	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:50 **NÃO:**6 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**57

Primeiro-Secretario

Emissão 02/06/2015 18:18:33

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 50; NÃO, 6.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Sérgio de Assis Lobo para a ANTT.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria só comunicar à Casa, e aproveitar a oportunidade para parabenizar a todos, que a Presidente da República, ontem, sancionou a Lei da Igualdade, que estendeu aos trabalhadores domésticos todos os direitos.

É uma prova cabal de que o Congresso consegue, sim, reunir maiorias autonomamente para produzir políticas públicas. Esse protagonismo que nós estamos verificando serve para fortalecer a relação entre os Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 259, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 259, de 2015, da CAE, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 32, de 2015 (nº 126/2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de quatro anos.

Já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan, eu vi aqui alguns companheiros Senadores, inclusive o meu conterrâneo Cássio Cunha Lima, falar a respeito do nível de violência que está se desenvolvendo no dia a dia das cidades brasileiras, especialmente no Nordeste.

Na semana passada, eu apresentei um PL, o Projeto de Lei nº 320, de 2015, criminalizando o uso do porte de artefato perfurante, contundente e cortante, após ficar estarrecido com os acontecimentos do Rio de Janeiro. Em apenas uma semana, nove episódios gravíssimos com facas ocorreram no Rio de Janeiro, inclusive com aquele médico que estava andando de bicicleta, tranquilamente, na Lagoa Rodrigo de Freitas e foi assassinado, sem a menor necessidade, de forma brutal, e também o que sofreu uma turista chilena, repercutindo muito no exterior.

Então, nós estamos transformando, através desse PL, que o porte de arma branca passa a ter o mesmo nível de criminalização da arma de fogo, logicamente excluindo os artefatos de trabalho: a faca do açougueiro, a tesoura da cabeleireira, a faca do artesão. Esses aí são ferramentas de trabalho. Mas não justifica um indivíduo, lá no centro do Rio de Janeiro ou em qualquer cidade brasileira, com a faca na cinta. Se ele conduz esse objeto cortante, ele tem a mesma letalidade de uma arma de fogo e, portanto, precisa ser criminalizado como se estivesse portando uma arma com o objetivo de assaltar ou assassinar qualquer pessoa.

Portanto, eu peço a V. Exª e aos Senadores presentes apoio para esse PL nº 320, para completarmos essa lacuna que os assaltantes, os bandidos estão utilizando, neste momento, para aumentar o nível de criminalidade e de insegurança nas cidades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero cumprimentar V. Exª. Sem dúvida nenhuma, nós precisamos regulamentar e definir todos os tipos de armas brancas. O que está acontecendo no Brasil, no Rio de Janeiro especificamente, precisa de uma resposta rápida, urgente do Legislativo.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Com base no § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional; no inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998; no inciso I do art. 63 da Constituição Federal e no inciso XI do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, indago V. Exª sobre a possibilidade de rejeição das emendas/modificações realizadas pela Comissão Mista e pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória que não guardem afinidade com o tema originário da medida ou que provoquem aumento da despesa pública inicialmente prevista.

Como se sabe, do ângulo constitucional, a prerrogativa parlamentar de apresentar emendas às proposições legislativas em deliberação esbarra em duas claras limitações:

A primeira, emergente do art. 63, inciso I, da Constituição Federal de 1988, impede o acolhimento de emendas parlamentares que possam acarretar acréscimo da despesa pública originariamente prevista. A título ilustrativo, Sr. Presidente, leio aqui um trecho da ementa da Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.729, julgada em junho de 2006, oportunidade em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a invalidade de emendas parlamentares que provocaram aumento da despesa pública prevista originariamente. Confira-se:

> Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. § 2º do art. 1º da Lei nº 6.782, do Estado do Rio Grande do Norte, a ele acrescido pela Lei nº 6.991. Emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Inviabilidade de emendas que impliquem aumento de despesas a projetos de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

A segunda vedação imposta à prerrogativa parlamentar de alteração das proposições que chegam ao Legislativo impede a aceitação de emendas que não guardem afinidade com o tema originário da proposição. A própria Lei Complementar n° 95, em seu artigo 7°, inciso II, estabelece que a Lei não conterá matéria estranha ao seu objeto. Bem assim, estabelece a Resolução n° 1, de 2002, expressamente, que é vedada a apresentação de emenda à Medida Provisória com matéria estranha a nela veiculada.

A jurisprudência do STF, de igual modo, firmou-se no sentido do acima exposto. É o que se extrai da ementa da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.114, julgada em agosto de 2005:

> As normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o Parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública.

Vê-se, portanto, que o STF tem um posicionamento firme quanto ao tema aqui colocado.

Sem adentrar ao mérito de todas as alterações realizadas pela Comissão Mista e pela Câmara dos Deputados, é patente que esta Casa tem se visto na obrigação de apreciar projetos de lei de conversão que contêm matérias sem qualquer relação com a medida provisória editada ou mesmo emendas parlamentares que implicam aumento de despesa.

De se ver, Senhor Presidente, que não foi à toa que o próprio Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 48, inciso XI, atribuiu a V. Exª a prerrogativa de "impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou a este Regimento". Prerrogativa esta de que se valeu V. Exª, no início deste mandato, para devolver à Presidente da República medida provisória que tratava de mais de um tema, em importante decisão para esta Casa.

A título de exemplo, Sr. Presidente, cito, então, o caso da Medida Provisória nº 668, de 2015, que chegou ao Congresso Nacional com quatro artigos e foi remetida à sanção na forma de um PLV contendo 27 artigos, entre os quais dispositivos que implicavam claro aumento de despesa, como o §4º do art. 6º, em contrariedade ao que estabelece o inciso I do art. 63 da Constituição Federal, e outros que tratavam de matérias absolutamente alheias ao texto da MP original, em flagrante violação ao §4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional e ao inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sr. Presidente, o PLV aprovado nesta Casa, naquela ocasião, transgredia, a uma, dispositivos constitucionais, legais e regimentais. Trata-se de uma situação que não pode se repetir.

Por esta razão, faz-se necessário que V. Exª se valha de sua prerrogativa para impugnar os trechos de projeto de lei de conversão que tratem de matérias estranhas à veiculação na medida provisória original ou que impliquem aumento de despesa, para que a apreciação da matéria se faça de acordo com o disposto na Constituição Federal, nas leis e nos Regimentos Comum e do Senado Federal.

É a questão de ordem que faço a V. Exª, Sr. Presidente.

E, para finalizar, dizer que normalmente esta Casa recebe, apenas com o prazo de três sessões, com matérias que são relevantes, e nelas embutidos outros temas, e não é dado a nós a condição de excluí-los e muito mais matérias que são totalmente divergentes e diferentes daquilo que veio como texto fundamental da medida provisória.

Por isso, eu solicito a V. Exª que acolha a nossa questão de ordem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu recebo a questão de ordem levantada pelo Senador Ronaldo Caiado e, oportunamente, nós traremos a resposta.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão de ordem apresentada pelo Senador Ronaldo Caiado vai ao encontro, ela se soma com as posições da última quinta-feira, em que Senadoras e Senadores, independentemente de partido político, se indignaram com o conjunto de adendos e de acréscimos que teve a Medida Provisória nº 668.

Mesmo não respondendo à questão de ordem, V. Exª sugeriu que nós poderíamos caminhar para uma construção no sentido de que, como somos Casa revisora, as matérias acrescidas que não tivessem identidade com a medida provisória fossem separadas e, em consequência, transformadas em projeto de lei de iniciativa do Senado Federal. E a parte comum seria acolhida e encaminhada à sanção presidencial.

Eu acredito que esse encaminhamento atende às preocupações aqui apresentadas pelo Senador Ronaldo Caiado na sua questão de ordem e, ao mesmo tempo, permitiria que a matéria aprovada na Câmara Federal não fosse à sanção, mas fosse transformada num projeto de lei para tramitação ordinária pela Casa.

Deixo a sugestão para somar com as preocupações do Senador Ronaldo Caiado, tendo clareza de que nós precisamos disciplinar esta matéria, colocar freios, porque está havendo um abuso nos chamados jabutis, se é que assim podem ser chamados. Ao mesmo tempo, para não prejudicar as matérias tramitadas na Câmara Federal, não iria à sanção, mas seria apartado como já fizemos aqui em outras matérias, a exemplo de emenda constitucional. O que fosse comum iria à sanção; o que fosse divergente seria transformado num projeto de lei com a sua tramitação normal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação à posição colocada aqui pelo Senador Pimentel, nós precisamos recorrer àquilo que a normatização da medida provisória determina.

No momento em que nós retirarmos parte da medida provisória ou desconsiderarmos parte dela, a pergunta que faço à Mesa é se a medida provisória não voltará à Câmara dos Deputados, se nós teríamos a mesma prerrogativa em medida provisória que temos sobre as PECs, em que aquilo que for idêntico à parte votada na Câmara e no Senado poderia ser promulgado, e o restante realmente cairia. Nós precisamos saber, porque o que a legislação nos impõe na medida provisória é que uma alteração no texto que veio da Câmara dos Deputados não pode ser apenas apartada, sendo o restante encaminhado à promulgação.

Ao ser retirado, o texto teria de voltar novamente à Câmara dos Deputados para ser convalidado, já que houve uma mudança do mérito daquela medida provisória.

Então, essa é uma matéria que acho que nós deveremos discutir, porque é também do nosso interesse acabar com essa utilização de uma medida provisória para incluir matérias. Ali se colocou o quê? Relevância de uma matéria que está tramitando normalmente, que não é relevante, e urgência, porque pegou garupa em uma medida provisória.

Isso é inaceitável. E nós sabemos o quanto isso tem desgastado a Casa, principalmente na Comissão Mista, por essas dúvidas que surgem em relação a esses jabutis que são incluídos nas medidas provisórias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado:

(Procede-se à apuração.)

Votação Secreta

55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 259, de 2015 - Paulo Burnier (CADE)

Submete o nome do sr. Paulo Burnier da Silveira para o cargo de Conselheiro do CADE, com mandato de 4 anos.

Matéria **PAR 259/2015** Início Votação **02/06/2015 18:20:20** Término Votação **02/06/2015 18:33:55**

Sessão **89º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSDB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
DEM	SE	Maria do C Alves	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO

Emissão 02/06/2015 18:34:01

Votação Secreta

55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 259, de 2015 - Paulo Burnier (CADE)

Submete o nome do sr. Paulo Burnier da Silveira para o cargo de Conselheiro do CADE, com mandato de 4 anos.

Matéria **PAR 259/2015** Início Votação **02/06/2015 18:20:20** Término Votação **02/06/2015 18:33:55**

Sessão **89º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
DEM	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:49 **NÃO:**4 **ABST.:** 0 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**53

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 49 e NÃO, 4.
Nenhuma abstenção.
Está, portanto, aprovado o nome de Paulo Burnier da Silveira para o Cade.
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 260, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 260, de 2015, da CAE, Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho, sobre a Mensagem nº 33, de 2015 (nº 127/2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de quatro anos.

Discussão do parecer (*Pausa*.)
Não havendo quem queira discutir o Parecer, declaramos encerrada a discussão.
As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Valares, com a palavra V. Exª.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que V. Exª e o Senado estão atentos à movimentação da Câmara dos Deputados a respeito da reforma política, que, segundo a opinião generalizada, não só dos especialistas, mas de quantos desejam uma mudança substancial nos modelos do sistema político-eleitoral do Brasil, foi uma verdadeira decepção o que aconteceu até agora na Câmara dos Deputados, inclusive com relação aos pontos principais da reforma, como o financiamento de campanha, se seria privado ou se seria público, o voto proporcional, o sistema de eleições, se seria distritão, se seria de lista fechada ou distrital misto.

Enfim, não aconteceu nenhuma novidade na Câmara dos Deputados.

Quero crer que o Senado Federal, sem nenhuma intenção de provocar uma cizânia ou uma manifestação de superioridade do Senado sobre a Câmara, terá que adotar alternativas, inclusive sobre alguns temas em que o Senado já se pronunciou, como, por exemplo, a rejeição às alianças proporcionais.

Eu acho que se o Congresso Nacional se detivesse apenas nesse ponto já faria uma grande reforma política, de vez que haveria uma redução drástica dos partidos políticos.

Ora, da forma como feita a cláusula de barreira até agora, na Câmara dos Deputados, é a verdadeira piada de mau gosto, Sr. Presidente, porque basta que um partido político tenha um Deputado ou um Senador e já vai ter direito de participar do Fundo Partidário, que é dinheiro público, e também dos programas de publicidade e de campanha do rádio e da televisão.

Isto é, Sr. Presidente, não houve nada, porque, pela configuração atual dos partidos políticos, com essa cláusula de barreira fajuta e enganadora que foi feita até agora na Câmara dos Deputados, nós teríamos pelo menos um visual de 28 partidos políticos no Congresso Nacional. Isso inviabiliza o Fundo Partidário. Isso inviabiliza as eleições. Nós vamos participar de novas eleições, no ano de 2016, com um modelo igual ou piorado.

Eu acho que o Senado Federal, volto a dizer, tem uma responsabilidade muito grande de dar uma resposta à nação. Eu não digo à Câmara dos Deputados, porque cada um ali votou olhando para o seu próprio umbigo, não foi olhando para a nação, não foi olhando para a consolidação de um regime democrático verdadeiro, autêntico, pelo qual a população pudesse acreditar na política.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu acredito em V. Exª, acredito nesta Casa e todos os meios suasórios... Porque de nada adianta, a gente aqui rejeita o que a Câmara aprovou por lá e fica o pingue-pongue: vai para a Câmara, depois a Câmara rejeita o do Senado, volta para o Senado.

Então, eu confio na articulação política de V. Exª e das Lideranças desta Casa, no intuito de encontrarmos um *modus vivendi*, um consenso sobre essa reforma política. Do contrário, o Congresso vai sair desmoralizado. Olhe, eu não duvido, Sr. Presidente, que, qualquer hora dessas, depois da reforma política, se ela realmente não acontecer, as manifestações ocupem as cadeiras da Câmara ou do Senado e comecem a falar da tribuna: "Agora, quem vai fazer a reforma política somos nós."

Eu não duvido que essa desmoralização possa ser feita no âmbito do Congresso Nacional, mas eu confio em V. Exª, confio na hombridade desses Senadores que fazem parte desta Casa, que já se pronunciaram in-

clusive sobre a cláusula de barreira, sobre o voto proporcional. E a Câmara está fazendo coisa completamente inusitada, desacreditando o poder político deste País.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Depois pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no mesmo sentido do que foi dito aqui pelo Senador Valadares, que é objeto inclusive de uma declaração de V. Exª, com a qual quero expressar aqui a minha concordância.

Veja, Sr. Presidente, o que houve de reforma política feita pela Câmara dos Deputados é o aprofundamento, é a máxima de que o que está ruim pode piorar, é o aprofundamento da crise do sistema político brasileiro.

Sr. Presidente, nós chegamos a votar aqui, no plenário, no ano passado, o fim das coligações proporcionais, uma medida efetiva que fortaleceria os partidos políticos. A Câmara derrubou. E vota – eu quero concordar aqui com o Senador Valadares – uma cláusula de barreira ridícula, pela qual basta a eleição de um Parlamentar e todos os direitos estão consagrados para todos os nanopartidos do País.

Sr. Presidente, nós tivemos, na última eleição presidencial, candidatos que se utilizavam dos seus partidos, muitas vezes, para vender a legenda e candidatos que trouxeram para o debate – veja, Sr. Presidente –, na eleição presidencial, até órgão sexual. É uma desmoralização da política brasileira.

Por isso, veja, eu sou de um partido pequeno, mas tenho consciência de que os partidos têm que ter uma vocação para a política, para disputarem a política e serem grandes. A despeito do argumento de partidos ideológicos ou de outro fim, não pode continuar esse mecanismo, essa farra de partidos que se comercializam em época de eleição.

Por isso, Sr. Presidente, é fundamental uma medida aqui do Senado. Tem projetos tramitando na CCJ, tem projetos a serem apresentados. É fundamental ter uma medida. Na Câmara, não houve uma medida concreta para melhorar o sistema político brasileiro. Em termos de financiamento de campanha lá na Câmara, ocorreu um golpe proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, o Deputado Henrique Alves, com uma votação que já tinha ocorrido para manter um sistema de financiamento de campanha que está fadado ao fracasso e é pai e mãe de toda a corrupção neste País.

Portanto, Sr. Presidente, é necessário... Como o nosso Legislativo, como nosso Parlamento no Brasil é bicameral, é necessário, é urgente uma manifestação do Senado em relação a esses despautérios que vieram da Câmara dos Deputados: uma cláusula de barreira que não restringe nada, continua a mesma farra dos partidos políticos no País – eu reitero, sou de um partido político pequeno e compreendo a necessidade de se terem instrumentos dessa natureza; um sistema de financiamento privado que mantém o sistema de corrupção nas eleições do País; e, por fim, Sr. Presidente, propostas votadas no Senado, uma que acaba um dos Senadores não é votada na Câmara e a que põe fim às coligações proporcionais é rejeitada.

Na verdade, é inaceitável a forma como a Câmara dos Deputados está tratando um tema tão necessário à política do Brasil que é a reforma das instituições políticas. Por isso considero fundamental e saúdo a declaração de V. Exª no dia de hoje. Considero necessário que esta Casa reaja a isso, porque tenho certeza de que esta Casa há de estar sintonizada com a opinião pública.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Hélio José e Senadora Gleisi, na sequência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Presidente Renan.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Oi, Gleisi, você quer falar? As mulheres têm preferência. Eu falo depois de você.

Senador Renan, eu queria registrar aqui o meu contentamento com os indicados do Cade. São servidores de carreira jovens, pessoas promissoras. Registrar que o Alexandre Macedo, que acabamos de votar, é um jovem de carreira, que trabalhou no Ministério das Cidades, é da CGU, um AFC com altíssimo gabarito. Também a Cristiane, que vamos votar daqui a pouquinho, o Frade, que já votamos, e o nosso amigo Paulo Burnier são pessoas altamente qualificadas que sabatinamos lá na CAE e que, com certeza, vão fazer a diferença no Cade.

Então, eu não posso deixar de registrar aqui este momento em que estamos aprovando nomes com alto preparo para assumir uma instituição tão importante como o Cade.

Também o nosso querido Sérgio Lobo, da ANTT, uma pessoa preparada, cujo nome nós aprovamos há pouco tempo, é uma pessoa que tem total condição para fazer um bom trabalho na ANTT.

Com relação à reforma política, Sr. Presidente, confio plenamente no seu bom senso, no bom senso deste Plenário do Senado, para que, de fato, a gente faça a discussão necessária, para que haja uma reforma política que atenda aos anseios do brasileiro, da classe política e da sociedade em geral.

É lamentável o que foi defendido na Câmara de financiamento privado para os partidos políticos. Eu acho que a gente tem que voltar à discussão que nós estávamos fazendo aqui no nosso plenário com relação ao financiamento público de campanha; ou financiamento privado exclusivo, com a pessoa tendo que optar pelo financiamento privado, por pessoas físicas, tendo que comprovar, via internet, de acordo com um teto a ser definido pelo TRE; ou aqueles outros que defini, financiamento público exclusivo, tendo um teto também definido pelo TRE.

Então, eu acho que a cláusula de barreira, como o nosso Senador aqui colocou, do jeito como ficou na Câmara, não dá; precisamos melhorar.

Então, há muito o que discutir aqui, e acredito plenamente no bom senso do nosso Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Gleisi, com a palavra V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Presidente, apenas para registrar que, nas votações anteriores, eu segui a orientação do meu partido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, se quiser apurar primeiro, depois eu falo na próxima votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então, faremos isso.

(Procede-se à apuração.)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 260, de 2015 - Alexandre Macedo (CADE)

Submete o nome do dr. Alexandre Cordeiro Macedo para o cargo de Conselheiro do CADE, com mandato de 4 anos.

Matéria **PAR 260/2015** Início Votação **02/06/2015 18:34:45** Término Votação **02/06/2015 18:47:08**
Sessão **89ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO

Emissão 02/06/2015 18:47:13

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 260, de 2015 - Alexandre Macedo (CADE)

Submete o nome do dr. Alexandre Cordeiro Macedo para o cargo de Conselheiro do CADE, com mandato de 4 anos.

Matéria **PAR 260/2015** Início Votação **02/06/2015 18:34:45** Término Votação **02/06/2015 18:47:08**

Sessão **89º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:44 **NÃO:**6 **ABST.:** 0 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**50

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 44; NÃO, 6.

Está, portanto, aprovado o nome de Alexandre Macedo para o Cade.

Será feita a comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos apreciar o último nome.

Item extrapauta:

PARECER Nº 261, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 261, de 2015, da CAE, Relator: Senador Alvaro Dias, sobre a Mensagem nº 34, de 2015 (nº 128/2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de quatro anos

Discussão do parecer. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Gleisi, com a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de me referir a um tema já mencionado por dois Senadores me antecederam aqui: a segurança pública. O Senador Raimundo Lira, inclusive, falou de um projeto importante que apresentou ao Senado tratando desse tema.

Eu queria dizer à Casa que hoje tive a oportunidade de participar, junto com a Presidenta Dilma, do lançamento de mais uma Casa da Mulher Brasileira, que é um programa muito importante no enfrentamento da violência contra a mulher. Se é verdade que temos uma sociedade com muita violência, no sentido amplo, temos uma sociedade com muita violência contra a mulher.

É óbvio que a Lei Maria da Penha foi importante, avançamos muito. O feminicídio aprovado por esta Casa e apoiado por V. Exª, apoiado por todos os nossos colegas Senadores, também foi importante. Mas é preciso ações práticas para que nós demos condições de proteção à mulher que é vítima de violência. E, mais do que isso, para que essas condições de proteção inibam inclusive outras atitudes de violência e trabalhem na prevenção.

A Casa da Mulher Brasileira é um projeto que prevê a construção de 27 casas em todo o Brasil, e uma das questões positivas da Casa é que ela reúne, num único espaço, todos os serviços públicos referentes ao enfrentamento da violência contra mulher.

Na Casa da Mulher Brasileira, aqui no Distrito Federal, como já existe em Mato Grosso do Sul, haverá Delegacias de Proteção à Mulher, Defensoria Pública, Ministério Público; haverá também área de saúde, educação, encaminhamento a emprego e geração de renda, e casa abrigo de passagem. Isso tudo ajuda a mulher a procurar auxílio, a ter alguém que olhe por ela na questão da violência.

Sabemos que a violência contra a mulher é, na realidade, a origem da violência na sociedade É impossível termos uma sociedade pacífica se as nossas crianças crescerem, desenvolverem-se em uma casa onde o pai, o companheiro desrespeita a mãe, seja com violência física, seja com violência verbal ou violência emocional.

Queria ressaltar esse programa – logo o Paraná terá também a Casa da Mulher Brasileira, e acredito que também o Estado de Alagoas já esteja se preparando para esse projeto –, pois não tenho dúvidas de que será um marco importante; e não vai ficar apenas no enfrentamento da violência contra a mulher, mas será um enfrentamento da violência em toda a sociedade.

Queria fazer esse registro, parabenizar o Governo Federal, parabenizar a Presidenta Dilma por esse compromisso que ela tem com a mulher brasileira. E desejo que logo possamos inaugurar a Casa no meu Estado do Paraná – será em Curitiba a primeira Casa da Mulher Brasileira –, como também em todos os 27 Estados da Federação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de participar do lançamento do Plano Safra hoje, no Palácio do Planalto, e queria render as minhas homenagens à Senadora Kátia Abreu, nossa Ministra da Agricultura.

O Plano Safra é um esforço, claro, de toda a equipe de Governo, sobretudo da equipe econômica, mas tenho certeza do esforço pessoal da Senadora e Ministra Kátia Abreu, que, junto com a Presidente Dilma, não deixou nada a desejar. Eu acho que, levando-se em consideração as circunstâncias econômicas que vive o País, dificilmente se conseguiria um Plano Safra mais equilibrado e melhor para os produtores. Basta dizer que os juros estão entre 7,5% e 8,5%, e que nós conseguimos 20% a mais de recursos para o Plano Safra deste ano.

Acho que esses números falam por si só do esforço feito. Tenho certeza absoluta de que, mais uma vez, neste ano, este País dará um salto não só na qualidade, mas também na quantidade da produção de grãos.

E, para finalizar, lembro que esse Plano Safra faz justiça a um segmento que é responsável para que o nosso PIB ainda não seja menor. São exatamente a agricultura e a pecuária, o chamado agronegócio, os grandes responsáveis ainda pela geração de emprego, de renda e do superávit fiscal deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e, mais uma vez, parabenizo a nossa Ministra da Agricultura Kátia Abreu.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Walter Pinheiro, e José Medeiros, na sequência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprindo, eu diria, um rito que desde 2011 todos nós perseguimos aqui no Congresso Nacional, e até cumprindo a tarefa a partir da comissão designada por V. Exª, nós reunimos hoje a Comissão do Pacto Federativo e apresentamos uma proposta de trabalho elaborada por mim, pela Senadora Simone Tebet e pelo nosso Relator, o Senador Fernando Bezerra.

É uma comissão em que nós temos uma experiência acumulada importantíssima: ex-governadores, ex-prefeitos, Senadores, pessoas que têm, ao longo de suas vidas, debatido exaustivamente a questão do Pacto Federativo.

A proposta apresentada hoje como o indicativo da nossa comissão é a constituição de um grupo de trabalho, ou melhor, de três grupos de trabalho, Senador Valadares. Esses grupos vão tocar, com a participação de cinco Senadores em cada grupo, os temas que têm a ver com as finanças municipais, com as finanças estaduais e com a parte de administração e organização das políticas públicas de Estados e de Municípios.

Esses grupos serão coordenados pela Senadora Ana Amélia, pela Senadora Lúcia Vânia e pelo Senador Anastasia. Escolhemos os coordenadores levando em conta não apenas possuírem o acumulado histórico sobre o tema, mas também entendendo, principalmente, a necessidade de se cobrirem todas as regiões do País com a participação na elaboração dessas matérias.

Um trabalho muito importante e preliminar, Senador Renan Calheiros, foi feito pela nossa Consultoria, a pedido do nosso Relator, Senador Fernando Bezerra, consubstanciando, para esta comissão, matérias que estão na Casa com matérias que se relacionam com as finanças municipais, com as finanças estaduais e com a parte de administração pública de modo geral.

Esses temas, Senador Renan, nós dividimos em três partes: matérias que estão prontas para plenário; matérias que ainda carecem de apreciação em comissões e que precisam, talvez, de um processo de aprofundamento, depois de muitas discussões por esses grupos de trabalho e pelo Plenário da comissão, e até – quem sabe? – de uma consolidação; e um terceiro bloco de matérias que necessariamente terão que ser produzidas a partir da análise desse processo: ou emendas constitucionais, ou projetos de resolução, ou até projetos de lei do Senado Federal.

A ideia, Senador Renan, é que esse trabalho possa ser desenvolvido pelos grupos. No dia 17, faremos outra reunião da comissão temática, e os grupos terão oportunidade de apresentar a primeira linha para inclusive termos, no dia 30, por parte do Relator Geral, a possibilidade de um primeiro desenho, de um primeiro esboço, para darmos sequência. E, no dia 8 de setembro, o objetivo dessa comissão que V. Exª abrilhanta, Senadora Marta, é apresentar à Casa propostas para, de uma vez por todas, colocarmos o dedo na ferida na questão do Pacto Federativo, com coisas concretas, contundentes, incisivas e, ao mesmo tempo, com soluções.

Eu diria, Senador Renan, que essas matérias agora consolidadas, verdadeiramente, podem ser chamadas de um ajuste para colocar o País no ponto de vista do seu ajuste fiscal, mas sobretudo elas proverão o País de condições de retomada do crescimento neste momento de crise.

Essa é a contribuição que o Senado dará neste momento de necessidades, para que o País faça, de uma vez por todas, o seu dever de casa, apontando um caminho para os Municípios, para os Estados e para a União.

Não é possível, Senador Renan, encontrar saídas para a União matando os Municípios e sufocando os Estados. Impossível neste quadrante da história. E essa deve ser uma matéria que debateremos em consonância com esse desejo. A pauta que nós tomamos como referência foi a pauta que os Municípios apresentaram na Marcha, assim como a pauta que foi apresentada pelos Governadores aqui na reunião com os Senadores e com os Deputados.

A ideia nossa, Senador Renan, não é fazer algo correndo, mas, Senador Valadares, ninguém aguenta mais esperar 40 anos para discutir um Pacto Federativo. Acho que o acumulado histórico do Senado nos permitirá produzir algo com consistência, algo com conteúdo, para dar a contribuição do Senado Federal à União, a Estados e a Municípios.

Portanto, é nessa esteira, Senador Renan, que a gente inclusive vai cumprindo uma tarefa que foi designada por V. Exª na condução dessa comissão, em boa hora, até porque, Senador Renan, nós começamos a fazer isso em 2011.

Acho que – eu diria até – a atitude de V. Exª é a atitude de quem teve a capacidade de concatenar todas essas ideias e propor para que uma comissão enxuta pudesse trabalhar. Portanto, nós não estamos desprezando aqui as autoridades e quem pode contribuir, até porque quem podia contribuir já contribuiu, agora é juntar aquelas contribuições, e a nossa tarefa é produzir, a partir dessas contribuições, algo concreto. Chega de promessas! Chega de conversa de probabilidades e de possibilidades! É a gente ir para o terreno da efetiva consagração em matéria legislativa de qual contribuição a gente pode dar para este País ter um Pacto Federativo e Estados e Municípios encontrarem um caminho para essa difícil – eu diria – jornada que se encontra no País.

Era isso, Sr. Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu vou conceder a palavra pela ordem; antes, porém, eu vou só anunciar, Senador Randolfe.

(Procede-se à apuração.)

55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 261, de 2015 - Cristiane Schmidt (CADE)

Submete o nome do sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt para o cargo de Conselheira do CADE, com mandato de 4 anos.

Matéria **PAR 261/2015** Início Votação **02/06/2015 18:47:52** Término Votação **02/06/2015 19:01:33**

Sessão **89º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO

Emissão 02/06/2015 19:01:37

55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 261, de 2015 - Cristiane Schmidt (CADE)

Submete o nome do sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt para o cargo de Conselheira do CADE, com mandato de 4 anos.

Matéria **PAR 261/2015** Início Votação **02/06/2015 18:47:52** Término Votação **02/06/2015 19:01:33**

Sessão **89º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **02/06/2015 14:00:00**

PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:48 **NÃO:**2 **ABST.:** 0 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**50

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 48; NÃO, 02.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome da Srª Cristiane Alkmin para o Cade.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos colocar o último item da pauta...

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 550, DE 2015

Requerimento nº 550, de 2015, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, do Senador José Serra e outros Senadores, solicitando voto de solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do centenário da campanha de extermínio de sua população.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O PMDB encaminha favorável, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com o encaminhamento do PMDB de voto "sim".

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, encaminhando também pelo PSDB, com a permissão de V. Exª,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PSDB encaminha favoravelmente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... para que nós possamos registrar a iniciativa do Senador Aloysio e do Senador José Serra, com um tema que o Senado em hora própria se manifesta de forma adequada.

O PSDB vota "sim" ao requerimento, saudando a iniciativa dos Senadores que compõem a Bancada de São Paulo pelo PSDB, além da Senadora Marta, que também representa São Paulo naturalmente.

Portanto, o PSDB, neste instante, recomenda o voto '"sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PSDB recomenda o voto "sim".

Senadora Gleisi

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O PT recomenda o voto "sim" também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PT recomenda o voto "sim".

Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, o Bloco PSOL/PSB/PCdoB/PPS também encaminha o voto "sim", saudando e cumprimentando os Senadores José Serra e Aloysio pela iniciativa do requerimento.

É fundamental destacar que este é um dos genocídios que pouco é lembrado na história mundial, um genocídio ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial contra um povo inteiro, que vitimou milhões de armênios, direcionado a uma civilização, e teve repercussões antes mesmo do genocídio da Segunda Guerra Mundial, promovido pelos nazistas contra o povo judeu. Essa lembrança é necessária visto que hoje, na Turquia, onde ainda residem armênios, sequer é possível citar a existência desse genocídio.

Merece o nosso aplauso a iniciativa do Congresso brasileiro de aprovar este requerimento, congratulando-se com o povo armênio, os descendentes de armênios que há aqui no Brasil. Portanto, o Bloco Socialismo e Democracia encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – O PP também encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PP também encaminha o voto "sim" ao requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça, há duas semanas, aprovou o projeto de lei, o PLC 28, de 2015.

Trata-se, Sr. Presidente, de um projeto de lei que faz a reorganização do Plano de Cargos, Carreira e Salário da Justiça Federal. É uma necessidade para com os servidores da Justiça Federal e também um compromisso assumido com esses servidores de que esse projeto deveria ser votado pelo Plenário.

Portanto, Sr. Presidente – Srª Presidente, agora, Senadora Marta Suplicy –, queria requerer à Mesa que, o quanto antes, este projeto, que já teve a urgência aprovada na CCJ, fosse submetido à votação no plenário da Casa, de preferência na semana que vem, quando nós teremos o quórum necessário para a votação desta matéria.

É o encaminhamento que faço a V. Exª e à Mesa, por meio desta questão de ordem, para que esta matéria seja votada o quanto antes, pela necessidade e pela urgência que tem, para reparar uma injustiça cometida com os servidores da Justiça Federal do País, que estão há dez anos sem o seu respectivo plano de cargos e salários.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Marta Suplicy.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Senador Randolfe, a Presidência já pautou esse projeto para a próxima quarta-feira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Presidente, eu só queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srª Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Presidente, só para...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – E a palavra é para o Senador Caiado, pela Liderança do DEM.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Presidente, só para justificar a votação do Paulo Burnier.

Como eu tive que atender ao fundo ali, eu acabei perdendo a votação. Mas votei com a orientação do Partido: "sim".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – A Ata registrará a comunicação de V. Exª, Senador Fagundes.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, com a permissão do Líder Caiado, que estava inscrito pela Liderança, eu queria solicitar a V. Exª que determinasse que, nos *Anais* desta sessão, fosse inscrito um artigo de autoria do Senador José Serra, publicado na *Folha de S.Paulo*, do dia 24 de abril de 2009.

O título do artigo é: "Nenhum genocídio deve ser esquecido", que é exatamente aquilo que todos nós dissemos quando aprovamos esse requerimento, que, aliás, foi subscrito por mais de 50, Senadores; 55 Senadores e Senadoras.

"Nenhum genocídio deve ser esquecido", deve ser lembrado, as vítimas reverenciadas. Sobretudo, nos esforçarmos como pessoas que integram o gênero humano, para que isso não se repita, para que a política internacional seja efetivamente pautada pelo princípio do respeito aos direitos humanos, para que nenhum povo seja privado do seu lar nacional por guerras, por perseguições religiosas, perseguições étnicas.

Esse foi o episódio que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, que vitimou milhares e milhares de armênios; mais de um milhão: 1,5 milhão de armênios.

A Turquia, desde o tempo do Império Otomano, era um país multirracial, multiétnico – e ainda o é. Mas é preciso que a Turquia reconheça esse erro, esse crime que foi cometido no passado – mais do que um erro – e que possa estabelecer um diálogo produtivo com a Armênia de hoje, um diálogo que não pode ser travado com base no esquecimento, um diálogo que possa apontar para um futuro de cooperação, um futuro de bom entendimento entre esses dois países, mas que signifique também um compromisso com o respeito à vida, o respeito à diversidade e o compromisso de que isso nunca mais se repita.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– "Nenhum genocídio deve ser esquecido". Autor: José Serra, em *Folha de S. Paulo*, em 24/04/2009.

José Serra

Folha de São Paulo 24/4/2009

Nenhum genocídio deve ser esquecido

O DIA de hoje, 24 de abril, lembra a campanha de extermínio movida pelo governo turco contra a população armênia em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial.

Nesse dia começaram a ser executadas ordens expressas de extermínio. Em dezenas de cidades do Império Turco-Otomano, onde conviviam pacificamente famílias de diferentes etnias, toda a população armênia masculina foi reunida à força, executada e empilhada em vales e cursos d'água.

Famílias inteiras foram amarradas e jogadas vivas nos rios, com um de seus membros morto a tiros, levando todos os demais ao afogamento. Estima-se que pelo menos 1,5 milhão de armênios tenham sido assassinados.

Pelo menos em um caso, homens foram concentrados em uma caverna e asfixiados com o gás carbônico produzido por imensas fogueiras. Mulheres e crianças foram deportadas de todo o império para os arredores de Alepo, na Síria (que integrava o Império Otomano), e reunidas em campos de concentração.

Parte da deportação se fez em trens de carga destinados ao transporte de gado. Nas centenas de quilômetros percorridos pela população feminina, a maioria a pé, grande parte das deportadas morreu de inanição ou de doença e as demais foram executadas.

As razões invocadas para o massacre -uma vez que a política de extermínio é até hoje negada- foram principalmente a alegada

traição dos armênios, que teriam colaborado com o exército russo no início da guerra, a necessidade de limpeza racial para converter a Turquia, então multirracial, em uma nação uniformemente turca, e o fato de os armênios serem geralmente mais educados e mais ricos do que o restante da população.

Os assassinatos foram em grande número, houve deportações em massa, para dificultar a identificação dos perseguidos e limitar sua capacidade de reação ou de contar com ajuda externa. Recorreu-se à asfixia por gases, à inculpação das vítimas e, mais importante ainda, à denegação sistemática e à pressão e intimidação contra os que tentaram reconstituir os acontecimentos históricos. Nisso tudo o genocídio dos armênios foi exemplar.

Os fatos foram amplamente registrados, na época, pela imprensa americana e europeia, com destaque aos jornais britânicos. Documentos diplomáticos de diversos países relatam os massacres sistemáticos da população armênia masculina e a deportação em massa das mulheres com tudo o que isso implicava de estupros e mortes por doença e inanição, sem excluir o massacre final.

Líderes daquele tempo referiram-se ao extermínio -como Winston Churchill, em seu livro "The Aftermath"- e ninguém menos do que o controverso Kemal Ataturk, que viria a ser considerado o pai do moderno Estado turco, reconheceu em 1920 a existência do massacre, considerando-o "um ato vergonhoso".

Não obstante suas diferenças relevantes, não há dúvida de que o exterminio dos armênios foi precursor no século 20 do genocídio judaico. O próprio Hitler, que concebeu e executou o Holocausto dos judeus, teria feito a comparação com a política nazista de deportação e extermínio em massa de poloneses: "Afinal, quem ainda fala sobre os armênios?".

Mas ainda se fala, sim. Há relatos detalhados das atrocidades, um volume impressionante de resultados de pesquisas arqueológicas e, principalmente, depoimentos de vítimas que escaparam dos massacres.

Uma versão romantizada, mas não menos realista do massacre e das deportações iniciadas em 24 de abril, é o extraordinário filme dos irmãos Paolo e Vittorio Taviani, "La Masseria delle Allodele" ("A Casa das Cotovias"). Com sua conhecida sensibilidade e sofisticação de narrativa, os Taviani mostram o terrível emaranhado de sentimentos que uma situação de extermínio provoca dentro de uma família e de uma comunidade, com suas renúncias e cobiças, seus pequenos heroísmos e traições, e sua dor sem medida, que tanto desumanizam algozes e vítimas.

A noção de crime contra a humanidade pressupõe a ideia de negar às vítimas de uma campanha deliberada de extinção a própria condição de seres humanos, com seu direito inerente à existência. Esse é, aliás, o passo mais extremado de uma atitude que começa com o preconceito, estende-se à discriminação e culmina com o racismo. De fato, todos os processos conhecidos de extermínio em massa têm como pressuposto a superioridade de um credo ou de uma raça e a consequente inferioridade de outra.

Aqueles que, em pleno século 21, insistem em ressuscitar o conceito de raça e em criar legislações baseadas na premissa de que elas merecem tratamento diferenciado pelo Estado devem ser contidos em suas ações e pretensões, sob pena de incitarem, em algum momento do futuro, processos odiosos que não podem ser aceitos pela humanidade.

Por isso, nenhum genocídio deve ser esquecido, todos devem ser lembrados, seus responsáveis execrados, suas causas e motivações sempre pesquisadas e analisadas, suas brutalidades reconstituídas, suas vítimas homenageadas. Nunca esquecer para que não volte a acontecer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – V. Exª será atendido nos termos regimentais, Senador Aloysio Nunes.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª me permite?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Pois não, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Apenas complementando, com uma frase, as palavras do Senador Aloysio, eu me permitiria ler o último parágrafo desse artigo, de minha autoria, que ele citou:

> [...] nenhum genocídio deve ser esquecido, todos devem ser lembrados, seus responsáveis execrados, suas causas e motivações sempre pesquisadas e analisadas, suas brutalidades reconstituídas, suas vítimas homenageadas. Nunca esquecer para que não volte a acontecer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado, por vinte minutos, em pronunciamento da Liderança.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós hoje assistimos a mais uma das peripécias do ex-Tesoureiro do PT e atual Secretário de Comunicação do Governo. A mídia toda noticiou como foi que ele interferiu na campanha publicitária do Governo.

Ele, ao fazer uma entrevista com o repórter do Jornal *O Globo*, alega que não podia fazer uma campanha como se fosse uma campanha de governo, para aprovar a sua tese, que seria "Campanha de Paz", porque a legislação impõe que a campanha seja uma campanha utilitária.

E, com isso, ele havia, então, sensibilizado o Presidente da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para que fizessem uma campanha de paz que tinha o objetivo de poder conter esse processo, que está, hoje, muito aflorado junto à sociedade brasileira, de uma reação contrária ao PT com o que ocorreu com o ex-ministro Padilha, com o ex-ministro Mantega e, também, há poucos dias, com o Prefeito de São Paulo, Haddad.

Ora, o que eu quero levar ao conhecimento de todos é que nós sempre discutimos, na Câmara, e, agora, no Senado, esse assunto. O PT sempre se beneficiou de uma estratégia que nunca foi uma estratégia de quem tem a postura que busca governabilidade, e muito menos de uma postura de estadista, que seja de cada vez mais harmonizar o seu País e a sua população. Pelo contrário, o PT, durante toda a sua trajetória, trabalhou no viés de alimentar a discórdia e fomentar o enfrentamento entre negros e brancos, pobres e ricos, calungas e índios contra produtores. Ele sempre trabalhou exatamente exercitando esse lado, que foi de tentar implantar o ódio e a violência.

Nós, médicos, sofremos isso. Nós fomos duramente crucificados no País quando a Presidente não tinha como explicar o caos na saúde, a situação catastrófica por que passava a população brasileira, diante de uma falta de apoio completa ao atendimento na área da saúde. Ela buscou o seu projeto de poder financiar os tiranetes cubanos, repassando mais de R$2,4 milhões e trazendo para o Brasil 14 mil cubanos, que receberam míseros R$2 mil por mês para, aqui, sobreviverem, sendo expostos a um trabalho sem a menor condição de liberdade, muito menos de poder transitar no nosso País, e o Brasil sendo conivente com a prática cubana.

Isso é para mostrar o clima com que esse Governo sempre trabalhou, ou seja, jogando a população, naquele momento, contra os médicos; jogando os índios contra os produtores; jogando os mais humildes contra as pessoas que conseguiram vencer na vida; a ponto de o ex-Presidente Lula chegar no interior de Pernambuco e, ao fazer o seu discurso, dizer: "Olha, sabem por que eles não gostam de mim? E por que eu estou dando condições para que qualquer funcionária, amanhã, possa utilizar o mesmo perfume daquela pessoa que é a sua patroa."

Veja bem a que ponto nós chegamos de assistir um Presidente da República dizer isso, em um comício, no interior de Pernambuco. E não parou aí. Ele disse: "Olha, se a sociedade brasileira se atrever a ir para as ruas, para fazer um movimento contrário à Presidente da República, pedindo o *impeachment* ou o Fora Dilma, eu vou convocar o exército do Stédile."

Veja, ele sempre trabalhou assim: "Nós contra eles, e eles contra nós!" Essa sempre foi a estratégia do Governo do PT. E, agora, ele está colhendo.

Nós alertamos para isso, nós cansamos de dizer que o Brasil e o brasileiro não têm essa cultura; não têm essa maneira de se comportar. Mas, hoje, os petistas estão totalmente ilhados, encurralados: não podem, hoje, fazer uma viagem, porque, ao entrar em um avião, são cobrados; ao entrar em um restaurante, em um teatro, um cinema... Enfim, a sociedade não está suportando mais essa situação a que foi vitimada, durante todos esses anos, porque houve sempre essa estratégia de trabalhar e de se beneficiar, jogando segmentos da sociedade uns contra os outros, e, hoje, o PT colhe aquilo que plantou.

E qual é a gravidade disso? É que o Governo também utiliza a improvisação de colocar, na Secretaria de Comunicação do Governo Federal, o tesoureiro da campanha da Presidente Dilma. E tesoureiro de PT já é pródigo em escândalos. Imagine, além da situação toda que amanhã será diagnosticada com a sua presença na campanha da Presidente Dilma, assistirmos agora a ele querer utilizar a estruturado Governo, a verba de toda a Secretaria de Comunicação, para criar uma campanha de paz, para absolver os petistas, por estar existindo um clima contra o PT no Brasil. Quer dizer, é aquilo que a Constituição brasileira cobra de todo gestor: que haja o processo da imparcialidade, da utilidade pública, e ele quer...

Senador Aécio Neves.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB – MG) – V. Exª me permite um aparte, ilustre Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Concedo a V. Exª um aparte.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB – MG) – V. Exª traz um tema hoje ao plenário do Senado que é recorrente no Brasil inteiro. O Brasil, que trabalha, que se esforça, que pensa, hoje discute por que chegamos a essa situação de absoluto colapso na economia, uma crise moral sem precedentes na História do Brasil, e que derivam, ambas, para uma aguda crise social. Essa é a verdade, inclusive com a inibição de inúmeros dos programas que foram alavancados no processo eleitoral, no ano eleitoral, e que agora perdem a sua força. Na verdade, Senador Caiado, e, mais uma vez, eu o cumprimento pela propriedade das suas explanações, se nós analisarmos na História, na literatura política, mesmo na nossa região, América Latina, vamos ver que todos aqueles governos com forte viés populista – e no Brasil nós temos um –, quando se fragilizam, apelam exatamente para essa velha divisão, entre divisão de classes, divisão entre regiões. Se nós analisarmos o que acontece hoje na Venezuela, o que já aconteceu em outros países da nossa região, mesmo na Argentina, vamos ver sempre esse discurso do apelo: "Nós contra eles!" E são exatamente aqueles que os governos populistas – e no Brasil não é diferente – dizem defender, aqueles que mais sofrem, aqueles que pagam o pedaço mais agudo, mais forte dessa conta que hoje é apresentada ao conjunto da sociedade brasileira. Estão aí direitos trabalhistas suprimidos, está aí a inflação de alimentos já acima de dois dígitos há mais de dois anos, está aí o desemprego avançando em todas as regiões do Brasil e a inibição do investimento em praticamente todos os setores da nossa economia. E V. Exª toca num ponto extremamente importante, porque é outro caminho corriqueiramente utilizado por esse tipo de governo: manipular as verbas de comunicação. De alguma forma se opor e cercear a liberdade de alguns veículos e estimular alguns outros nem sempre de forma legal a retratarem, a de alguma forma externarem aquelas que são as posições deste governo. O Brasil acompanha agora, Senador Ronaldo Caiado, entre perplexo e indignado, aquela que foi, essa, sim, a mais maldita das heranças que um governo já passou para outro. O Governo da Presidente Dilma deixa para a Presidente Dilma essa perversa herança, porque, repito, além das crises aqui já nominadas no campo econômico, que acabam cobrando da classe trabalhadora brasileira uma enorme contribuição, além da crise moral e também da crise social, a qual me referi, o Brasil vive uma gravíssima crise de confiança. E, sem o restabelecimento da confiança e um Governo que antes de começar parece que já terminou, infelizmente as dificuldades serão enormes. Estaremos aqui, como V. Exª tem feito, ao longo de todos esses meses do seu mandato, vigilantes, atentos, para denunciar desvios, para cobrar providências, mas, também, como V. Exª tem feito, para apontarmos caminhos que permitam a reconciliação do Brasil com a esperança. Um país de um povo que não tem esperança terá, certamente, muito maiores dificuldades para construir o seu futuro. Queira Deus que nos estejamos aqui em condições de apresentar novos caminhos para os brasileiros, Senador Caiado!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu agradeço, Senador Aécio Neves, e incluo também no meu pronunciamento o aparte de V. Exª, que foi extremamente esclarecedor sem dúvida alguma.

E eu estava concluindo sobre aquilo que assim determina o art. 37 da Constituição, que exige da Administração Pública obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E é exatamente contra este artigo da Constituição que o atual Secretário da Comunicação, Sr. Edinho, agiu, ao induzir entidades, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, a caminharem por uma campanha que é de interesse do Partido do PT, e não tem nada de utilidade pública.

E, em relação aos fatos seguintes, que aqui também foram colocados pelo Senador Aécio Neves, e não quero repeti-los, estamos assistindo a esse desencanto, à quebra da credibilidade hoje, diante de uma situação em que as pessoas mais fragilizadas estão sentindo o resultado do populismo. Hoje, 22%, principalmente das pessoas que recebem até R$1,6 mil como salário mínimo estão inadimplentes nas parcelas do Programa Minha Casa Minha Vida. E estamos assistindo também ao desemprego da grande maioria hoje da população, nessa faixa; assistimos, no mês de abril, a mais de 100 mil desempregados, ou seja, a lotação do Maracanã e do Maracanãzinho.

O que aconteceu no mês de março? Ainda não temos esses números. Provavelmente, a projeção, cada vez mais ascendente, do desemprego e a preocupação com ele hoje batem à porta de todos os brasileiros. Por quê? Porque o Governo não teve a responsabilidade e, muito menos, o compromisso de fazer uma política econômica que pudesse dar continuidade a um projeto de melhoria na qualidade de vida. Ele o fez com o objetivo único de ganhar as eleições. Não fez com o sentimento de resgatar a condição de ter um gesto de solidariedade com os mais pobres e com os mais humildes, mas de usá-los, como massa de manobra, num processo de campanha eleitoral.

Hoje qual é a alternativa que o Governo dá a essas pessoas mais carentes para poderem pagar os seus carnês com que adquiriram o seu carro, a sua geladeira, que não têm o dinheiro para pagar a conta de luz, que não têm o dinheiro para pagar a parcela da sua casa? Qual é a alternativa que o Governo dá? A alternativa foi cortar os direitos trabalhistas dizendo que há excessos. Essa foi a palavra que o PT usou para poder cortar direitos trabalhistas. Depois ele disse, nas suas medidas provisórias, que, no entanto, não há excessos para emprestar ao BNDES, com juros subsidiados, e, muito menos, continuar com uma fonte também de empréstimos privilegiados a alguns cartéis.

Mas, olha, eu acredito que, neste momento, ao que nós estamos assistindo é um quadro, sim, de desesperança no País. Sabem por quê? Porque é aquilo que nós aprendemos: muitas vezes, vale muito mais o médico que dá o remédio do que o próprio remédio. A mão do médico é a credibilidade. Ao que nós assistimos hoje é que a Presidente da República e a Presidência da República vivem um momento de vácuo, de ausência.

Nós não sabemos e não assistimos mais à Presidente da República. Por isso, é que ela já viu que não tem mais uma interlocução com a população brasileira, ela não consegue mais falar com o povo. E o povo não recebe, não acolhe, não ouve sequer as suas ideias, pela indignação de que foi traído e de que foi enganado no período eleitoral.

Com isso, o que estamos sugerindo à Presidente, e várias vezes aqui falamos isso, é que realmente ela tenha a atitude republicana de dizer, diante de um quadro como esse – em que, a cada dia que passa, vemos a anestesia, a total apatia do mercado, o aumento do desemprego –, nesta hora, ela deveria ter um gesto maior, um gesto que mostrasse ao Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... que ela tem maior compromisso com o País do que com seu próprio mandato. E seria, sem dúvida alguma, o momento de anunciar a renúncia e convocar novas eleições para o País. Aí sim!

Assistimos hoje à mídia noticiar que, por muito menos, o Presidente da FIFA, ao ser denunciado, numa corrupção que girou em torno de US$150 milhões... E isso perto dos desvios e da corrupção que ocorreram no Brasil é algo insignificante, é trocado, porque só da Petrobras foram R$88 bilhões, e não abrimos ainda o BNDES, fundos de pensão, Eletrobras. Enfim, este valor que fez com que o Presidente da FIFA renunciasse mostrou que,...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... nos países onde a justiça é (*Fora do microfone*.) rápida e eficaz, essas pessoas não se sustentam no poder.

A corrupção na Petrobras não ocorreu apenas com funcionários de quinto escalão, nem muito menos apenas com empreiteiras. Ocorreu, sim, na estrutura de comando de governo. Por que aqueles políticos que decidiam não estão incluídos diretamente neste momento da denúncia? Se estivéssemos em qualquer outro país do mundo, já teríamos novas eleições convocadas, como estamos assistindo, no caso específico da FIFA: uma denúncia, sete pessoas presas, já está aí a renúncia do atual Presidente.

O que esperamos no Brasil é exatamente isso, que possamos dar o bom exemplo e possamos retornar ao povo brasileiro a esperança de poder ver um governo que, ao se instalar, possa ter credibilidade para governar, que possa repassar – e nós sabemos, sim – o remédio amargo neste momento, mas todos estarão juntos, de cabeça erguida, dizendo, em alto e bom som, que vamos recuperar o País e vamos levantar e resgatar a dignidade da prática política nessa Nação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pelo tempo que V. Exª me concedeu a mais, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Sem Partido – SP) – Obrigada, Senador Caiado.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

V. Exª tem vinte minutos.

Depois, o Senador Randolfe, pela Liderança, mais vinte minutos. Depois, a Senadora Gleisi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, Senadores e Senadoras, eu vou começar, a partir de hoje, a fazer o mesmo que fiz com a renegociação da dívida dos Estados e acabou dando certo, pois acabamos votando o novo indexador, que foi fundamental para a maioria dos Estados e para o Rio Grande, para que o projeto não fosse vetado, e não foi. Foi feito um grande acordo, e não foi vetado. Depois, regulamentamos.

A partir de hoje, também quero começar a fazer a contagem regressiva. Faltam exatamente quinze dias corridos. No dia 16/06/2015, no dia 16 próximo, consequentemente, vence o prazo para o fator previdenciário ser vetado ou não. Eu, naturalmente, espero que não seja.

Hoje faltam quinze dias para essa data fundamental. Criou-se uma grande expectativa por parte do povo brasileiro. Amanhã, eu falarei novamente, porque faltarão quatorze dias. Lembrarei no feriado, vou estar em atividade no Estado, que faltam treze dias. No sábado, eu lembrarei que faltam doze dias. No domingo, lembrarei que faltam onze dias e, na segunda-feira, lembrarei que faltam dez dias, até chegar no dia 16 e vermos consagrada a vitória definitiva de que o fator previdenciário não foi vetado. Espero que isso aconteça e estamos trabalhando nesse sentido.

Mas, Srª Presidenta, nestes vinte minutos de hoje, eu quero fazer alguns registros.

Primeiro, quero fazer uma homenagem de agradecimento ao Exército Brasileiro.

Srª Presidenta, recebi um pedido de 40 alunos formandos de Pelotas, gente simples, gente pobre, que fizeram um belo curso de Gestão e queriam vir a Brasília, mas não tinham como pagar o hotel e não tinham alojamento. Por isso faço aqui este registro.

Srª Presidenta, há alguns dias recebi em meu gabinete cerca de 40 alunos formandos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal de Pelotas (RS). O atual presidente do Diretório Acadêmico de Gestão Pública, Leonir Carvalho, há um tempo havia me enviado uma correspondência na qual ele explicava que o Diretório, com o intuito de fortalecer os futuros gestores públicos, pretendia vir a Brasília para uma visita técnica, mas não tinham nenhuma estrutura financeira.

Leonir frisou que isso era de suma importância e um sonho para a formação deles. No momento em que o Brasil precisa tanto de gestores preparados, competentes, responsáveis e honestos, eles escolheram o curso de Tecnologia em Gestão Pública para ajudar a administrar o País. E, nessa busca de conhecimento e aprimoramento profissional, era necessário conhecer como funciona a Câmara dos Deputados, o Senado, enfim, conhecer os trâmites do Congresso Nacional.

Na carta assinada por todos os estudantes, eles relatavam que não tinham como custear as despesas com a viagem e solicitavam qualquer tipo de apoio, principalmente alojamento em Brasília.

Pediam também o agendamento de uma visita ao nosso gabinete para conhecer as funções de um Senador da República e ouvir nossas propostas na questão da gestão e no combate à impunidade e à corrupção.

O grupo veio a Brasília e me deixou muito honrado e comovido com a visita. Foi uma alegria receber os jovens estudantes de Pelotas, do meu Rio Grande. Foi muito bom compartilhar ideias e projetos com eles. Espero, de coração, que essa visita contribua em muito para a vida profissional desses estudantes que irão construir o futuro do Brasil.

E lembro aqui, Srª Presidenta, uma frase que foi dita em 1923, em uma das revoluções do Rio Grande e que foi repetida por um dos estudantes. A frase é simples. Diz simplesmente: "Ideias não são metais que se fundem".

Srª Presidenta, quero dizer que foi com muita alegria que eu os recebi. E aproveito esta fala para fazer um agradecimento muito especial ao nosso Exército, que gentilmente atendeu um pedido do gabinete. E aqui cumprimento a assessoria do gabinete – tanto a Ivonete, que é Chefe de Gabinete, como toda equipe –, que fizeram contato com a assessoria parlamentar do Exército aqui na Casa.

De pronto, eles disseram: "Não é norma nossa, mas vamos receber os estudantes. Vamos alojar os 40 aqui no Comando Militar do Planalto". O General de Divisão Racine Bezerra Lima Filho e o Comandante do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília João Felipe Dias Alves providenciaram, então, para que eles ficassem alojados aqui, enquanto visitavam o Parlamento pelos dias que fossem necessários.

Ambos, eu diria, tanto o Comandante como o General de Divisão, tiveram protagonismo para que os estudantes pudessem ser alojados aqui na Capital Federal.

Eu não posso deixar de mencionar também o assessor parlamentar do Exército, Coronel Fernando Bartholomeu Fernandes, que atendeu o nosso gabinete com muito carinho e recebeu os jovens, explicando a função, naturalmente, das Forças Armadas.

Fica aqui registrado o meu respeito e a mina gratidão pelo apoio que foi dado aos nossos visitantes.

Muito obrigado. Foi um gesto que atendeu 40, mas, com certeza, a juventude brasileira agradece, porque esses gestores, pelo curso que fizeram, vão ajudar logo, logo, ali na frente, a dirigir o nosso País.

Srª Presidenta, quero fazer um outro registro que nos preocupou muito. Quero falar hoje de um item muito importante, que tem a ver com informação alimentar e nutricional. Quero falar sobre a especificação clara de que o produto A, B ou C contém ingredientes transgênicos.

O decreto de rotulagem determina que todos os produtos que contenham mais de 1% de matéria-prima transgênica venham com um rótulo que deixe clara essa informação.

Além disso, exige que mesmo os produtos que não contenham o DNA transgênico em sua composição final (como óleos, margarinas e lecitinas de soja usadas em bolachas e chocolates), mas que tenham utilizado matéria-prima transgênica em sua fabricação, tenham na embalagem a frase "fabricado a partir de produto transgênico".

Sempre pontuei isto: os produtos devem vir claramente rotulados e de preferência com um tamanho de letra que todos possam ler. O que acontece é que, na maioria das vezes, ou as informações inexistem ou são escritas em letrinhas minúsculas.

Pois a minha preocupação aumenta diante do Projeto de Lei nº 4.148, de 2008, que pretende alterar a lei para retirar do rótulo dos alimentos a informação da natureza transgênica que ali deveria constar.

Este projeto foi aprovado já na Câmara dos Deputados e agora está aqui, no Senado, como PLC n° 34, de 2015. Neste momento, ele está na Comissão de Assuntos Sociais, onde foi designada relatora a Senadora Vanessa Grazziotin.

Não vejo sentido nenhum nesta proposta e deixo aqui o meu ponto de vista. Para mim, ela fere o direito do consumidor de ter conhecimento a respeito do que está ingerindo. O consumidor tem direito à informação sobre o produto que está comprando e a escolher, a partir daí, se quer ou não comprá-lo.

A vulnerabilidade dos consumidores no mercado de consumo é muito grande e eu não posso, de modo algum, apoiar qualquer iniciativa que retire do consumidor o direito de saber o que ele está comendo ou tomando. Pelo contrário, eu gostaria de fazer um apelo ao Governo para que redobre esforços na implementação da legislação que informa claramente ao consumidor aquilo que ele está adquirindo.

Srª Presidente, eu não entendi esse projeto, por isso que o comento. Qual é o problema de ter um rótulo dizendo "este produto é transgênico", ou "este produto possui gordura trans", por exemplo, que é outro debate do qual participei. Nós avançamos nesse sentido, mas ainda não é em todo produto que se diz quando tem ou não gordura trans, ou que conste lá se ele contém gordura saturada. Enfim, essa transparência é que dá garantia ao consumidor de saber o que ele está comprando.

Por isso eu tenho certeza de que a Senadora Vanessa Grazziotin, na defesa do consumidor, vai dar parecer contrário à aprovação desse projeto.

Confesso que – repito – não entendi por que não pode constar no rótulo: "Este produto é transgênico". Qual é o problema? Quem quer compra, quem não quer não compra. Se querem tirar é porque existe algum receio.

Por fim, Srª Presidente, nos últimos dez minutos, quero deixar registrado um pronunciamento construído pela Consultoria da Casa, com o meu gabinete, sobre a violência no Brasil.

Srª Presidenta, quero registrar que a violência em nosso País talvez seja a maior preocupação, junto com a saúde e com a educação.

Poucos países do mundo, mesmo os que se encontram em situação de conflito civil, como guerras, compartilham de dados tão negativos quanto os do Brasil em matéria de violência.

De acordo com o Mapa da Violência de 2014, que compila dados de 2012, vemos que, por exemplo, com uma taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, o País ocupa a sétima posição, no número de homicídios, no conjunto dos 95 países do mundo com dados homogêneos, fornecidos pela OMS.

Ademais, no Brasil, foram contabilizados, de 2009 a 2012, um total de 212.229 vítimas de homicídios – quase 220 mil vítimas –, número bem superior ao dos doze maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007, como os do Iraque, do Sudão, do Afeganistão e da Colômbia.

E ainda, esse número de homicídios brasileiro chega a ser superior ao total de mortes diretas nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349.

Tais dados, Srª Presidenta, são muito alarmantes, ainda mais quando consideramos que somos um País sem disputas territoriais – não estamos em guerra –, sem movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos ou objeto de atos terroristas.

Ainda, o Mapa da Violência traz outros importantes diagnósticos da violência no Brasil. Hoje, os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos e atingem, especialmente, jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Tanto que tivemos que instalar aqui uma CPI para discutir o assassinato da nossa juventude. Dados do SIM/Datasus, do Ministério da Saúde, mostram que mais da metade dos mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens, dos quais, 77% eram negros e 93,3% eram do sexo masculino.

Além disso, segundo a Secretaria Nacional de Juventude, 51% dos jovens pesquisados, em todos os Estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e de todos os estratos sociais, já perderam, segundo eles, uma pessoa próxima de forma violenta.

Srª Presidenta, dados revelam uma experiência negativa em mais da metade de nossos jovens e acabam marcando toda uma geração.

Outras pesquisas relevantes vêm do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De acordo com o estudo, em 2013, ocorreram 54 mil mortes violentas, só num ano, 54 mil mortes violentas, incluindo vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, 1,1% a mais das que aconteceram em 2012.

Esses dados, Srª Presidenta, levam à conclusão de que temos, no País, 1 assassinato a cada 10 minutos – repito, 1 assassinato a cada 10 minutos! Quase 12% dos homicídios do Planeta ocorrem no Brasil!

No que diz respeito à violência contra a mulher, foram registrados, em 2013, cerca de 50 mil estupros – repito, só num ano, 50 mil estupros.

Se considerarmos que somente 35% das mulheres costumam relatar o episódio à polícia, é possível considerar que tivemos em torno de 150 mil estupros somente no ano. Quase 400 por dia!

Acrescenta-se a isso o gravíssimo dado de que 490 policiais tiveram mortes violentas no ano de 2013. De 2009 a 2013, a soma é de 1.770, policiais que foram assassinados.

Além disso, nesse período, as polícias brasileiras, na guerra que vem acontecendo e por nós aqui relatada, mataram mais de 11 mil pessoas, o equivalente às mortes causadas pelas polícias dos Estados Unidos, não em um ano, mas em 30 anos.

Só em 2013, foram 6 mortes por dia no confronto entre polícia e aqueles que morreram. No País, observa-se que a lógica de "bandido bom é bandido morto" ainda é apoiada por segmentos expressivos da sociedade. Vejam bem que aqui eu destaquei a morte dos policiais e também de bandidos. Isso tem levado a uma situação de total absurdo pelo número de pessoas que estão morrendo, sejam policiais ou não.

Já a percepção da população brasileira quanto à nossa segurança pública também é negativa: 81% dos entrevistados pela FGV Direito, São Paulo, concordam que é fácil desobedecer às leis no País; 33% acionaram policiais para resolverem problemas em que foram vítimas. Desses, 37% declararam-se atendidos em partes. Além disso, somente 32% das pessoas entrevistadas declararam confiar plenamente no Judiciário; 33%, na polícia; e 48%, no Ministério Público.

Srª Presidenta, esses dados mostram a situação da violência no Brasil.

Eu não vou ler todo o pronunciamento, porque quero ficar exatamente no meu tempo, mas isso demonstra aquilo que nós estamos falando há muito tempo: se quiser fazer algum tipo de pesquisa no Brasil, pode fazer...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que a população vai responder de pronto. As três maiores preocupações da população brasileira são a falta de segurança, saúde e educação. Não importa a ordem.

Por isso, esse material que ora li deixa claro, pelos dados, que o combate à violência deve ser, cada vez mais, uma atuação firme do Estado, que passa pela educação, passa pela saúde, passa pelo emprego decente, passa pelo ensino técnico, passa pela distribuição de renda.

Para finalizar, Srª Presidenta, queria deixar registrado que tenho muita convicção de que a principal saída para essa questão da segurança pública está na educação. A criação de oportunidades iguais, desde a educação profissional, é fundamental. Os pobres têm que ter mais acesso ao ensino, à formação, inclusive chegando à universidade.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem dúvida alguma, a melhor resposta que podemos (*Fora do microfone*.) dar para acabarmos isso – e aqui eu termino – é a educação.

Srª Presidenta, o sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e amigos da comunidade brasileira pede uma atuação mais forte de todos nós, do Judiciário, do Congresso e do Executivo.

Era isso. Agradeço a V. Exª.

Peço que considere, na íntegra, meus três pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há alguns dias recebi em meu Gabinete, cerca de 40 alunos formandos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal de Pelotas – RS.

O atual presidente do Diretório Acadêmico de Gestão Pública, Leonir Carvalho, havia enviado correspondência na qual ele explicava que o diretório, com o intuito de fortalecer os futuros Gestores Públicos, pretendia vir a Brasília para uma visita técnica.

Leonir frisou que isso era de suma importância para a formação deles, uma vez que escolheram o curso de Tecnologia em Gestão Pública para ajudar o país a crescer.

E, nesta busca de conhecimento e aprimoramento profissional, era necessário conhecer os trâmites do Congresso Nacional.

Na carta constava que, sendo estudantes, não tinham como custear todas as despesas com a viagem e solicitavam qualquer tipo de apoio.

Eles precisavam, principalmente, de acomodações para o grupo.

Pediam, também, o agendamento de uma visita ao nosso Gabinete, para melhor conhecer as funções de um Senador da República e ouvir nossas propostas.

Sr. Presidente, o grupo veio a Brasília e me deixou muito honrado e comovido com a visita. Foi uma alegria recebê-los.

Foi muito bom compartilhar ideias e projetos com eles. Espero, de coração, que esta visita contribua em muito para a vida profissional desses estudantes que irão construir o futuro do Brasil.

Mas, Srªs e Srs. Senadores, eu quero aproveitar esta fala para fazer, também, um agradecimento muito especial ao nosso Exército que, gentilmente, atendeu nosso pedido para que esses alunos fossem alojados em uma de suas sedes aqui em Brasília.

Quero agradecer muito ao Comandante Militar do Planalto, General de Divisão Racine Bezerra Lima Filho, e ao Comandante do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, João Felipe Dias Alves.

Ambos tiveram protagonismo para que os estudantes pudessem ser alojados aqui, em Brasília, e apoiaram o grupo de alunos.

E, não posso deixar de mencionar, também, o Assessor Parlamentar do Exército, Coronel Fernando Bartholomeu Fernandes, que atendeu nosso Gabinete com muito carinho na demanda destes jovens.

Deixo registrado meu respeito e minha gratidão pelo apoio que foi dado aos nossos visitantes. Muito obrigado!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje eu quero falar sobre um item muito importante que tem a ver com Informação Alimentar e Nutricional, Srªs e Srs. Senadores.

Eu quero falar sobre a especificação clara de que o produto A, B ou C, contém ingredientes transgênicos.

O decreto de rotulagem determina que todos os produtos que contenham mais de 1% de matéria-prima transgênica venham com um rótulo que exiba essa informação.

Além disso, exige que mesmo os produtos que não contenham o DNA transgênico em sua composição final (como óleos, margarinas e lecitinas de soja usadas em bolachas e chocolates), mas que tenham utilizado matéria-prima transgênica em sua fabricação, tenham impresso na embalagem a frase "fabricado a partir de (produto) transgênico".

Sempre pontuei isso: os produtos devem vir claramente rotulados e de preferência com um tamanho de letras que permita a sua fácil leitura.

O que acontece, é que na maioria das vezes, ou as informações inexistem ou são escritas em letrinhas absurdamente minúsculas.

Srªs e Srs. Senadores, pois a minha preocupação aumenta diante do Projeto de Lei (PL) nº 4148/08 de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que pretende alterar a lei nº 11.105/05 para retirar do rótulo dos alimentos a informação da natureza transgênica do alimento.

Este projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado como Projeto de Lei iniciado na Câmara (PLC) nº 34/15.

Neste momento ele está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi designada relatora a Senadora Vanessa Grazziotin.

Não vejo sentido nenhum nesta proposta. Para mim ela é um absurdo, pois fere o Direito do Consumidor de ter conhecimento a respeito do que está ingerindo.

Sr. Presidente, os consumidores têm direito à informação sobre o produto que estão comprando e a escolher, a partir daí, se querem ou não comprá-lo.

A vulnerabilidade dos consumidores no mercado de consumo é muito grande e eu não posso, de modo algum, apoiar qualquer iniciativa que retire do consumidor seu direito legítimo!

Pelo contrário, eu gostaria de fazer um apelo ao Governo para que redobre esforços na implementação da legislação que informa claramente ao consumidor aquilo que ele está adquirindo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de registrar algumas palavras sobre a violência em nosso País, que talvez seja nossa maior preocupação de saúde pública.

Poucos países do mundo, mesmo os que se encontram em situação de conflito civil, compartilham de dados tão negativos quanto os do Brasil.

De acordo com o Mapa da Violência de 2014, que compila dados de 2012, vemos que, por exemplo, com uma taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, o País ocupa a sétima posição, no número de homicídios, no conjunto dos 95 países do mundo com dados homogêneos, fornecidos pela OMS.

Ademais, no Brasil, foram contabilizados, de 2009 a 2012, um total de 212.229 vítimas de homicídios, número bem superior ao dos 12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007, como os do Iraque, do Sudão, do Afeganistão e da Colômbia.

E ainda, esse número de homicídios brasileiro chega a ser superior ao total de mortes diretas nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349.

Tais dados, Sr. Presidente, são muito alarmantes, ainda mais quando consideramos que somos um País sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos ou objeto de atos terroristas.

Ainda, o Mapa da Violência traz outros importantes diagnósticos da violência no Brasil. Hoje, os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos e atingem, especialmente, jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens, dos quais 77% eram negros e 93,3% eram do sexo masculino.

Além disso, segundo a Secretaria Nacional de Juventude, 51% dos jovens pesquisados, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta.

Tais dados, Senadores e Senadoras, revelam uma experiência negativa de mais da metade de nossos jovens e acabam marcando toda uma geração.

Outras pesquisas relevantes vêm do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De acordo com o estudo, em 2013, ocorreram 53.646 mortes violentas, incluindo vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, 1,1% a mais que os registros de 2012.

Esses dados, Sr. Presidente, levam à conclusão de que temos, no País, um assassinato a cada dez minutos! Quase 12% dos homicídios do planeta ocorrem no Brasil!

Já no que diz respeito à violência contra a mulher, foram registrados, em 2013, cerca de 50 mil estupros.

Se considerarmos que somente 35% das mulheres costumam relatar o episódio às polícias, é possível considerar que o Brasil tenha convivido com cerca de 143 mil estupros naquele ano. Quase 400 por dia!

Acrescenta-se a isso o gravíssimo dado de que 490 policiais tiveram mortes violentas no ano de 2013. De 2009 a 2013, a soma é de 1.770 policiais vitimados.

Além disso, nesse período, as polícias brasileiras mataram mais de 11 mil pessoas, o equivalente às mortes causadas pelas polícias dos EUA em 30 anos.

Só em 2013, foram 6 mortes por dia pela polícia brasileira. Apesar dos avanços observados no País, a lógica do "bandido bom é bandido morto" ainda é apoiada por segmentos expressivos da sociedade.

Isso tem levado à conivência com o abuso policial, compreendido por muitos como instrumento legítimo de controle do crime.

Já a percepção da população brasileira quanto à nossa segurança pública também é negativa. Oitenta e um por cento dos entrevistados pela FGV Direito/SP concordam que é fácil desobedecer as leis no País.

Trinta e três por cento acionaram as polícias para resolverem problemas em que foram vítimas ou partícipes.

Desses, só 37% declararam-se muito ou um pouco satisfeitos com o serviço por elas prestado. Sessenta e dois por cento declararam-se insatisfeitos.

Além disso, somente 32% das pessoas entrevistadas declararam confiar no Poder Judiciário, 33% na polícia e 48% no Ministério Público.

Isso, Sr. Presidente, é uma grave crise das principais instituições tuteladoras da segurança pública nacional!

Apesar desses dados impressionantes, diversas iniciativas, nos níveis federal, estadual e municipal, conseguiram estagnar o acelerado crescimento dos nossos índices de violência homicida a partir de 2003, chegando a ocorrer a diminuição em alguns locais.

Conforme diagnosticado pelo Mapa da Violência, são projetos que, de forma original em cada caso, aliaram componentes repressivos, como a retomada de territórios dominados pela criminalidade, a melhoria da eficiência e a depuração e articulação das estruturas da segurança pública, com ações preventivas, como a campanha do desarmamento e as propostas para dar aos jovens alternativas às drogas, à exclusão educacional, cultural e laboral.

No entanto, pelos dados disponíveis, essas iniciativas são ainda insuficientes. São ainda tímidas e limitadas, dada a magnitude dos problemas enfrentados.

Sobre o assunto, gostaria de ressaltar que já se encontra em tramitação nesta Casa a PEC 26/2012, que assegura recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e institui o programa de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública.

Creio que essa proposição, que inclusive foi proposta por estudante participante do Programa Senado Jovem Brasileiro de 2011, tem o mérito de levar a segurança pública à condição de preocupação estratégica do Brasil, recebendo a mesma atenção que hoje é dada à educação e à saúde.

Sem segurança pública adequada, nossos jovens não terão acesso à educação, nem à saúde.

Outro problema central nesse caso é o debate acerca do papel dos entes federados quanto à segurança pública.

Uma vez que, constitucionalmente, a segurança pública é dever de todos, gostaria de ressaltar que o governo federal tem responsabilidades juntamente com os governos estaduais e até municipais na garantia da segurança dos cidadãos, na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nesse sentido, creio que o governo federal já dispõe de um conjunto de medidas para a segurança pública e os órgãos destinados a esse fim.

O que se percebe, porém, é a necessidade de mais comprometimento das autoridades políticas com essas ações, bem como a maior valorização das carreiras de segurança pública.

Como visto pelos dados, o combate à violência deve ser entendida como uma política de Estado.

Para finalizar, queria deixar registrado que tenho a convicção de que a principal saída para nosso problema de segurança pública ainda reside na melhoria de nossa educação.

A criação de oportunidades iguais, desde a educação fundamental, aos pobres, negros e mulheres – as principais vítimas da violência – é, sem dúvida alguma, a melhor resposta que podemos dar para acabarmos com esse sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

O SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Muito obrigada, Senador Paim.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues, que vai falar durante 20 minutos, como Líder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, o assunto é o que quero acreditar que não se concretize como um crime de lesa-pátria ao meu Estado do Amapá.

Srª Presidente, há um termo comum, um dito: "sempre a ver navios". Eu acho que em poucos locais, do Brasil e do mundo, isso é tão levado ao rigor da expressão como no Amapá, porque quase nada da riqueza que exploramos, ao longo de todo o século XX, foi internalizada localmente no Estado e usufruído pela comunidade. Sempre vivemos como um Estado exportador de manufaturados, de matéria-prima, sem agregar valor à comunidade local.

Pois bem – agora, Sr. Presidente, Paulo Paim –, ocorre que paira, mais uma vez, uma ameaça dessa natureza sobre o Amapá. Falo aqui da exploração de petróleo e gás na costa oceânica do meu Estado.

Em maio de 2013, foi realizada a 11ª rodada de licitações, promovida pela Agência Nacional do Petróleo, para pesquisa e exploração de petróleo e gás natural e biocombustíveis. Um dos blocos que participaram dessa rodada de licitação foi um bloco denominado Foz do Amazonas. A localização desse bloco é exatamente o estuário amazônida da qual faz parte, integra, a costa litorânea do Amapá.

Para se ter uma ideia da importância dessas reservas da foz do Rio Amazonas, um dos blocos que foram licitados, o Bloco FZA-M-57, do setor SVZA-AP1, que é localizado em águas profundas da costa amapaense, apresentou o maior bônus de aquisição da assinatura da rodada no valor de R$345.950.000,00, ofertado pelo consórcio vencedor liderado pela empresa francesa Total, que ficou com 40% desse bloco, tendo a participação da Petrobras, com 30% desse bloco, e da British Petroleum, com outros 30% desse bloco. Esse bloco é o mais importante do chamado lote da foz do Rio Amazonas. A empresa francesa Total de exploração de petróleo ficou com a maioria da composição das ações para exploração desse bloco, e, obviamente, esse consórcio de exploração é liderado por essa empresa francesa.

Todo esse valor na aquisição desse bloco, que, dessa primeira rodada de leilão da ANP, foi o bloco mais valioso, tem um interesse justificado, pois o bloco da foz do Rio Amazonas está situado nos mesmos paralelos da província petrolífera na Guiné, no norte da África, além de estar próximo das recentes descobertas de petróleo em águas profundas na vizinha Guiana Francesa.

Óbvio, Sr. Presidente, isso permite à Agência Nacional de Petróleo, que possui dados históricos de pesquisa da bacia da foz do Amazonas, estimar a existência de reservas na ordem de 14 bilhões de barris de petróleo e 1.132,8 bilhões de metros cúbicos de gás.

Em termos comparativos, o montante de reservas do Brasil provadas atualmente é de 15,6 bilhões de barris de petróleo, além de 458,2 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Ou seja, caso as reservas dos blocos da bacia do Rio Amazonas sejam comprovadas, a produção do País simplesmente duplicará nos próximos anos.

Sabendo da importância estratégica dessa futura exploração de petróleo e de gás natural na costa amapaense é que nós realizamos um conjunto de ações, porque essa exploração pode representar para uma economia periférica como a do meu Estado, extremamente dependente do Poder Público e de transferências constitucionais da União, uma revolução para um parâmetro novo na economia amapaense.

Em decorrência disso, Sr. Presidente, nós realizamos em 2013 um seminário, em conjunto com a Federação das Indústrias do Amapá, com a presença da própria ANP, intitulado "Petróleo do Amapá: os impactos na vida do povo". Nesse seminário esteve presente a ANP, como eu já disse, o Ibama e um conjunto de outras instituições.

Da mesma forma, atuamos para credenciar o Departamento de Meio Ambiente da Universidade Federal do Amapá a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento para projetos da linha de identificação de impactos e riscos associados à indústria do petróleo na região costeira do Amapá. Esse credenciamento, feito pela Agência Nacional do Petróleo, foi concretizado em janeiro de 2014.

Mais do que isso, Sr. Presidente, foram inúmeras as reuniões com autoridades consulares da França, dirigentes do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, empresários do setor, dentre outros.

Recentemente, o prefeito de Macapá e eu estivemos numa reunião com a Diretora-Geral da ANP, Drª Magda Chambriard; estivemos em visita ao Consulado Francês no Rio de Janeiro; combinamos uma visita do Bureau Business France, que é a entidade francesa que promove intercâmbio empresarial com o Brasil. Na pauta desse encontro, reivindicamos investimentos de empresas francesas no Amapá e programamos uma visita de empresários franceses ao Amapá. Enfim, um conjunto de ações tendo em vista o natural: se a exploração do petróleo for na costa amapaense, obviamente a base da exploração e da fase de pesquisas deverá ser na costa do Amapá.

O aproveitamento econômico de uma reserva petrolífera localizada na plataforma oceânica é, obviamente, dividido em duas partes. A primeira, denominada exploração, e a segunda, que é a produção, propriamente dita. Estamos na fase da exploração, que, na prática, é a fase da pesquisa.

A fase da exploração já está sendo iniciada na costa do Amapá e consiste em avaliações sísmicas, obtenção de dados geofísicos e, fundamentalmente, da perfuração de poços de sondagem.

Esta fase deve durar oito anos, a contar da vitória na 11ª rodada do leilão, ocorrida ano passado, e, depois desses oito anos, essa primeira fase deve exigir um investimento superior a R$1,5 bilhão, dos quais aproximadamente 40% desse investimento devem ser e têm que ser de conteúdo local. Então, Sr. Presidente, não é demais imaginar o impacto positivo que tais valores trariam à economia do Amapá, cujo nosso Produto Interno Bruto, atualmente, não passa da casa dos R$10 bilhões.

Pois bem, dito tudo isso, vem a nossa frustração. Na semana passada, tomamos conhecimento de que uma grande empresa de logística, cujo capital majoritário é francês, decidiu implantar suas instalações no vizinho Estado do Pará, sem nenhuma satisfação às autoridades do Amapá, aos membros da Bancada Federal, ao Governador do Estado, à Assembleia Legislativa.

É fundamental salientar que essa empresa francesa atuará como suporte e base para essa primeira fase de exploração e de movimentação desses R$1,5 bilhão, que, pela lógica, deveria ser na costa amapaense.

E eu leio, nesse último 1º de junho, ontem, na *Agência Pará de Notícias*, a seguinte informação:

> O Governador Simão Jatene recebeu, na manhã desta segunda-feira, uma comitiva da Guiana Francesa, capitaneada por Rémy-Louis Budoc, Diretor de Prospectivo e Desenvolvimento da Grand Port Maritime Guyane, que falou das claras intenções de instalação da empresa.
> "A pauta da discussão com o governador é estudar a viabilidade de cooperação para que o Pará possa ter uma plataforma da Total, uma das líderes mundiais do setor petrolífero, e assim possamos desfrutar conjuntamente dos portos existentes aqui e na Guiana."

Agora veja, Sr. Presidente, o disparate. Qual é a fronteira brasileira com a Guiana Francesa? É o Amapá. De onde é a maioria de mais de 30 mil brasileiros que vivem na Guiana Francesa? Do Amapá.

Onde é que vai ser a exploração de petróleo do bloco da foz do Rio Amazonas? É na costa litorânea do Amapá. Aí, a empresa francesa Total, a base de operações da Total resolve se instalar no Pará.

Sr. Presidente, isso é inaceitável. A palavra mínima é "inaceitável". Nenhum Parlamentar de nenhuma região de nenhum Estado da Federação aceitaria que isso ocorresse com o seu Estado. E nós não iremos aceitar para com o nosso.

Eu convoco, convido e convoco o Sr. Governador do Estado para suspender qualquer diálogo em matéria de autorização ambiental para exploração na costa amapaense.

Aliás, Sr. Presidente, isso é uma matéria para suspender, da parte das lideranças, dos representantes parlamentares do Amapá aqui no Senado, os três Senadores e os oito Deputados Federais, qualquer ação em prol da concretização dos acordos de cooperação entre França e Brasil no que tange à Guiana Francesa e ao Amapá, porque isso é inaceitável. É um acinte para com o povo amapaense e para com o Estado do Amapá.

Por isso, o convite-convocação que faço é para que todas as lideranças políticas amapaenses se unam neste momento. Isso é uma provocação descabida, que não pode ser aceita por nós. E tem como dar resposta a isso. Muitas das autorizações necessárias no Amapá, muitas das autorizações serão por conta do governo estadual amapaense: é sempre não dar autorização, não dar autorização ambiental, não dar autorização de uso, não dar autorização aos Municípios para implantação.

Quero saber como essas empresas vão se instalar sem a base operacional necessária no Amapá. Não podemos aceitar que um investimento de um bilhão e meio seja escoado para o vizinho, já depois de vencida uma rodada de licitação e de exploração em que a riqueza que vai ser explorada encontra-se na costa litorânea do nosso Estado.

Além disso, vamos acionar as medidas judiciais que são cabíveis, pois o edital garante 40% de investimentos de conteúdo local na fase de exploração.

Essa medida, essa tomada de iniciativa por parte das autoridades francesas, por parte das empresas francesas é um acinte, um golpe para com o Estado do Amapá. Aliás, Sr. Presidente, o Amapá já foi palco. O Amapá é um Estado da Federação que é Brasil porque lutou para sê-lo. Há de se lembrar o triste dia de 15 de maio de 1895, quando corsários franceses invadiram a Vila do Espírito Santo do Amapá e lá chacinaram homens, mulheres e crianças, cometendo uma barbárie que repercutiu na Europa e que obrigou as autoridades europeias a arbitrarem e resolverem, por fim, o conflito que existia na região do Contestado, no norte do Brasil, para com a Guiana Francesa.

Pois bem, Sr. Presidente, o que nós, amapaenses, estamos sentido com isso é como se tivesse havido um segundo ataque de corsários franceses contra o Amapá. É inaceitável uma punhalada dessa natureza contra os amapaenses e contra as autoridades amapaenses, que, até agora, têm tido uma relação de cooperação. Nós, Parlamentares, temos tido as melhores relações com a embaixada francesa, com as autoridades francesas aqui no Brasil, e o nosso Governo estadual, o Estado do Amapá tem tido um histórico de boas relações com a vizinha Guiana Francesa.

Apelo aqui o apoio das autoridades brasileiras e apelo às autoridades amapaenses para se unirem contra esse acinte. Não pode ser aceito que as riquezas a serem exploradas da costa amapaense e os lucros dessas riquezas sejam destinados para o vizinho Estado do Pará, por mais méritos que o Pará tenha. Mas o bloco da Foz do Rio Amazonas se situa na costa do Amapá, e é óbvio que essas riquezas têm que resultar em agregação de valor para a comunidade local.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, a Srª Marta Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues, que seu pronunciamento com a competência de sempre. É um orgulho para seu Estado e para o País.

Na mesma linha, o Brasil vai assistir à nobre Senadora Gleisi Hoffmann, ex-Ministra da Casa Civil, que fará seu pronunciamento pelo tempo necessário para que exponha seu ponto de vista.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui fazer uma saudação especial aos que estão nos ouvindo pela Rádio Senado e nos assistindo pela TV Senado, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

Penso que na vida a melhor defesa não é o ataque, embora muitas vezes a gente precise atacar também. Mas a melhor defesa, principalmente em uma caminhada política, em um projeto político e em um Governo, é mostrar ações que falam por elas mesmas.

Por isso que eu venho, com muita satisfação, a esta tribuna dizer que hoje eu participei no Palácio do Planalto, junto com a Presidenta Dilma, do lançamento do Plano Safra para os anos 2015/2016, um evento muito importante, um evento que demonstra o compromisso do Governo Federal, o compromisso da Presidenta Dilma com a agricultura brasileira, com o agronegócio brasileiro, com esse setor que é, para nós, fundamental na nossa economia, responsável pelo saldo na nossa balança. E digo satisfação, porque, apesar de todo o esforço fiscal que o Governo está fazendo, com cortes orçamentários de quase R$70 bilhões, a Presidenta reafirmou, através do novo Plano Safra, o seu absoluto compromisso com o agronegócio brasileiro, com a agricultura brasileira.

Estamos falando de R$187,7 bilhões para financiar a produção agropecuária do Brasil neste biênio 2015/2016, um volume 20% maior nos recursos do que a safra passada, demonstrando o reconhecimento da importância estratégica do setor pelo Governo Federal, pela Presidenta Dilma.

Como representante do Paraná, um Estado cuja atividade rural desempenha um papel destacado na economia, é motivo de grande alegria verificar que há equilíbrio e responsabilidade nas ações do Governo e na busca da retomada do crescimento. Afinal, assegurar o funcionamento e a expansão da produção rural, mesmo neste período de ajuste econômico e de dificuldades, demonstra o acerto do Governo ao tratar de um segmento que tanto tem contribuído para a melhoria da nossa balança comercial, além de geração de emprego e renda no País.

Eu não poderia também aqui deixar de ressaltar e parabenizar o papel da nossa colega Senadora Kátia Abreu, atual Ministra da Agricultura. Aliás, ela nos presenteou com uma citação do nosso poeta Paulo Leminski: "Não discuto com o destino, o que pintar eu assino" – disse a Ministra Kátia, ao fazer seu discurso sobre o Plano Safra.

E também quero reconhecer o papel da equipe econômica, que, mesmo diante das dificuldades que estamos vivendo no Orçamento Fiscal, teve sensibilidade e pôde, junto com o Ministério da Agricultura, com a Casa Civil da Presidência da República, fechar um Plano Safra que vai levar mais recursos aos nossos agricultores e mais condições de produção.

O Plano é baseado em algumas premissas essenciais, que merecem registro:

– primeiro, o apoio aos médios produtores, ao Pronamp;

– a garantia de elevado padrão tecnológico. A Embrapa continua sendo peça fundamental no desenvolvimento da agricultura brasileira;

– o fortalecimento do setor de florestas plantadas. Está aqui o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), que tanto tem estimulado a diversificação de culturas nas nossas propriedades;

– o reforço à pecuária leiteira e de corte. E aqui eu tenho de fazer um registro a um incentivo à pecuária leiteira, principalmente porque o meu Estado, o Estado do Paraná, disputa com o seu Estado, Senador Paim, nosso Presidente, a segunda posição na liderança em produção de leite. É Minas Gerais, depois Paraná/ Rio Grande do Sul e Rio Grande do Sul/Paraná.

– a melhoria do seguro rural;

– e a sustentação de preço aos produtores por meio da política de garantia de preços mínimos.

Além de destacar a elevação em 20% do Plano Safra, em termos de recursos em relação ao ano anterior, à safra anterior, que foi de 156 bilhões e, agora, vai para 187 bilhões, quero destacar também que 94,5 bilhões são para financiamentos de custeio a juros controlados.

Isso é importante dizer. Juros controlados são juros subsidiados, juros muito mais baratos do que o praticado no mercado. Esse valor equivale a 7,5% a mais em comparação com o período anterior, refletindo o crescimento dos custos de produção. Já para os investimentos, estão dedicados R$33,3 bilhões.

O agricultor poderá contar também com maior volume de recursos a taxas de juros livres de mercado para a próxima safra. O incremento de 130% na modalidade custeio, passando de R$23 bilhões para R$53 bi-

lhões. Esses valores são provenientes da aplicação dos recursos da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) no financiamento da safra.

O agricultor médio terá R$18,9 bilhões para o Pronamp (Programa de Apoio ao Médio Produtor). É um incremento de 17% em relação ao previsto na safra passada e vai contar também com R$5,3 bilhões para investimento.

O limite de financiamento de custeio por produtor foi ampliado de R$1,1 milhão para R$1,2 milhão, enquanto o destinado à comercialização passou de R$2,2 milhões para R$ 2,4 milhões. Em ambos os casos, o aumento foi de 8%.

Foi mantido o limite de R$385 mil por produtor nos créditos de investimentos com recursos obrigatórios e no Pronamp o limite de financiamento é diferenciado, sendo de R$710 mil por agricultor na modalidade custeio.

As taxas de juros do Pronamp para os médios produtores foram estabelecidas em 7,75% ao ano para custeio e 7,5% para investimento. Para os empréstimos de custeio da agricultura empresarial, a taxa é de 8,75%. Já para financiar os demais programas de investimentos, a taxa varia de 7% a 8,75% ao ano para faturamento de até R$ 90 milhões.

Isso é importante destacar aqui, porque, mesmo num cenário de juros elevados – nós estamos com a Selic em 13,25% – conseguimos ter para o produtor rural, para o grande e para o médio produtor, taxas de juros que são quase a metade da taxa Selic. No caso do médio produtor é praticamente a metade, cerca de 7,5% a 7,75%. Isso faz toda a diferença na competitividade na nossa agricultura. É o agricultor poder tomar empréstimos com custos mais baratos, seja com custeio da sua safra, seja para o investimento.

Não posso deixar de exaltar a importância que isso tem para o meu Estado, o Estado do Paraná, e reconhecer o compromisso da Presidenta Dilma no fortalecimento da economia deste País, fortalecendo um dos principais suportes dessa economia, que é a agricultura brasileira, que é o agronegócio brasileiro.

Eu não vou continuar relatando, Sr. Presidente, todos os aspectos do plano, que são muitos e muito positivos, mas eu gostaria de ressaltar as inovações do seguro rural. Sempre foi uma luta muito grande para que a gente tivesse ampliação.

O orçamento para este ano do Plano de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural já está aprovado. São quase R$700 milhões, mas existem novas propostas que foram apresentadas agora, no Plano Safra. Entre elas, estão a criação do Sistema Integrado de Informações do Seguro Rural, o SIS-Rural, e a formação de grupos de produtores para negociação com as seguradoras. Além disso, o plano prevê a padronização das apólices de seguro agrícola, medida que começou este ano, quando foi definido o nível mínimo de cobertura das apólices em 60%.

Eu não tenho dúvidas de que essas medidas trarão barateamento no custo do seguro agrícola, tanto no caso da formação de grupos de produtores como do sistema integrado de informações. Formação é importante para um mercado segurador, assim como a união de produtores que possam fazem o contrato de um prêmio de seguro. E com certeza vão fazer por menor custo.

O plano prevê também a criação do Grupo de Alto Nível, que visa a estabelecer um planejamento estratégico agropecuário para o produtor brasileiro, dando previsibilidade ao mercado, ou seja, algo que sempre dissemos que era importante. Precisamos planejar isso que é a principal base da nossa economia.

Enfim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, não há como negar que nunca em outro período o agronegócio brasileiro teve tanta atenção do Governo Federal. Não é à toa, portanto, que, ao longo dos anos recentes, tenha ampliado expressivamente sua produção e produtividade, contribuindo de forma decisiva para a composição do PIB, para a geração de emprego e renda e ainda para a melhoria da nossa balança comercial.

Posso falar isso com pleno conhecimento, primeiro, porque fui Ministra Chefe da Casa Civil e acompanhei, *pari passu*, a elaboração dos três últimos planos safras que antecederam o que hoje estou mencionando. E sempre a Presidenta teve, Sr. Presidente, o compromisso, primeiro com o aumento do recurso para colocar à disposição do nosso agricultor, segundo com as taxas de juros subsidiadas, dando competitividade à agricultura brasileira.

Também posso falar porque sou paranaense. Venho de um Estado cuja base da economia é a agricultura, tanto a agricultura empresarial, a agricultura do médio produtor, como a agricultura do agricultor familiar, de que a Presidenta deve lançar o plano agora no dia 15 de junho.

Fez toda a diferença a política que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma desempenharam na área da agricultura para o desenvolvimento do Estado.

Eu li, durante essa semana, alguns comentários da política do Paraná, dizendo que o Paraná está crescendo mais do que o Brasil e que isso, portanto, é um mérito do Governo do Estado, que tem investido no seu desenvolvimento.

Primeiro, o Governo do Estado não tem investido no desenvolvimento do Paraná. Na realidade, investiu para quebrar o Paraná. Hoje nós somos um Estado com uma das maiores dívidas, com uma arrecadação que já

foi grande e vem baixando e com um volume de despesas que vem aumentando a cada dia, além de termos a greve dos nossos professores e débito com os fornecedores.

Então, o que está segurando a economia do Paraná é a agricultura, é o agronegócio, graças a uma política nacional de sustentação da agricultura brasileira, do agronegócio brasileiro, que traz taxas de juros de no máximo 8,75%, quando nós temos uma Selic de 13,25%.

Isso faz diferença muito grande nessa atividade e, com certeza, o Paraná é muito beneficiado. Além disso, os investimentos em logística, os investimentos que também estão sendo colocados à disposição do agricultor. Aliás, o Paraná é um dos Estados que, através do seu sistema cooperativo, mais buscou crédito para ampliar o seu sistema de armazenagem, o que foi lançado no Plano Safra passado, tão necessário para que a gente possa dar valorização a nossa produção.

Eu não tenho dúvidas de que o que faz a economia do Paraná hoje girar é a agricultura, é o agronegócio. E é possível fazer isso porque tem uma política nacional de incentivo agrícola, uma política nacional que ajuda os nossos agricultores, o que não é nenhum mérito, infelizmente, do Governo do Estado, que deveria estar investindo em assistência técnica, melhorando a qualidade dos produtores, sendo parceiro do Governo Federal.

Sr. Presidente, quero dizer que os resultados do agronegócio paranaense e brasileiro são extraordinários e crescentes e se devem seguramente aos esforços de todos os produtores rurais brasileiros, mas também à parceria e ao incentivo que este setor vem recebendo do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, aliás, hoje, altamente reconhecido pela Ministra Kátia Abreu. E a Ministra Kátia Abreu é uma conhecedora profunda desse assunto. Foi nossa colega Senadora, mas é Presidente licenciada da Confederação Nacional da Agricultura. Sempre lutou por este setor, conhece profundamente este setor e reconhece a dedicação da Presidenta Dilma em razão dos investimentos na agricultura.

Hoje é um dia muito importante para o produtor rural brasileiro e para toda a nossa economia, porque sinaliza, de forma clara, a responsabilidade e o compromisso do Governo Federal, da Presidenta Dilma, com o ajuste fiscal, sem perder de vista a necessidade de incentivar a produção. E, nesse caso, a produção rural do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Senadora Gleisi, não tenho dúvidas de que o Brasil tem dado um exemplo ao mundo não apenas na agricultura como produção, mas também tem trabalhado pela preservação do meio ambiente, e é disso que vou falar daqui a pouco. Estamos fazendo um esforço, como país, para alimentar não apenas os cidadãos brasileiros, mas para dar uma oportunidade ao mundo de ter um alimento saudável e produzido dentro das melhores formas sustentáveis possíveis. Tenho certeza de que isso se deve não só ao Plano Safra, mas à determinação dos agricultores brasileiros, pequenos, médios, grandes.

E faço também referência ao seu Estado, o Paraná, que é exemplo de cooperativismo. Queremos, lá em Pernambuco, na Região Nordeste, aprender um pouco mais, como fazem Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através das associações e das cooperativas, para realmente impulsionar a produção da região, valorizando os pequenos e médios proprietários rurais.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero ter a oportunidade também de parabenizar a nossa Ocepar – Associação das Cooperativas do Paraná, que sempre, em todos os planos safras, contribuiu muito com propostas, com medidas para que a gente melhorasse a situação do agricultor brasileiro.

Eu não tenho dúvidas de que desta vez também a Ocepar contribuiu. E é um plano safra que vai ao encontro de muitas das reivindicações que os nossos produtores e os nossos cooperados tinham, as nossas cooperativas.

E, para corroborar o que V. Exª falou sobre a questão do meio ambiente, a Ministra Kátia Abreu citou um dado muito interessante. Ela falou que para voltarmos ao que nós tínhamos de produção na década de 70 para os dias atuais, se continuássemos aquela produção com a mesma produtividade e tecnologia, nós precisaríamos de mais de 100 milhões de hectares de terra ao que nós já tínhamos.

Então, nós continuamos praticamente com a mesma quantidade de terras, cerca de 50 e poucos milhões de hectares produzindo várias vezes mais, ou seja, hoje a nossa produtividade aumentou muito.

Então, aumentou a produtividade, investimos em tecnologia, melhoraram os nossos custos. Como disse a Presidenta Dilma, não é um mercado que não agregue valor ao Brasil, muito pelo contrário. Quem fala isso não conhece a agricultura brasileira. Para produzir uma saca de soja hoje tem um alto valor atrás, um valor agregado, seja na pesquisa, seja no implemento agrícola, enfim, uma série de ações que movimentam uma cadeia produtiva.

V. Exª tem razão em evidenciar a questão ambiental. O dia 5 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente. E o Brasil é isso, dá exemplo de produção, de produtividade agrícola e exemplo de preservação e conservação ambiental.

Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Douglas Cintra, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Senadora, realmente este cooperativismo do Paraná é exemplo. E eu acho que os Parlamentares do Paraná também são exemplos.

O Sr. Douglas Cintra, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Passo a palavra, então, ao Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, senhores e senhoras, cidadãos brasileiros, a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, convida-nos a refletir sobre o impacto da atividade humana na vida e na paisagem do Planeta e a responsabilidade que nos cabe no sentido de cuidar desse patrimônio não apenas para as presentes gerações, mas sobretudo para os nossos descendentes.

O que vamos legar para os nossos filhos e netos? Uma imagem de devastação e desolação ou um ambiente de integração, de convivência harmoniosa e fértil entre as diversas formas de vida vegetal e animal? A esperança, que nunca devemos abandonar, nos leva a dizer sim à segunda opção, mas, infelizmente, o que a realidade, em toda parte e a cada momento, nos mostra são tristes exemplos da primeira.

A intervenção humana não raro se processa com a finalidade de explorar ao máximo e no menor tempo possível os recursos da natureza, como se não houvesse amanhã. Os maiores prejudicados, é claro, somos todos nós, seres humanos.

Há vários anos, assistimos à natureza dar o troco e cobrar suas dívidas sob a forma de mudanças climáticas radicais, inundações, secas e catástrofes de todo o tipo, que castigam milhões e milhões de pessoas ao redor do Globo. Agora mesmo, isso se manifesta em generalizadas e periódicas crises hídricas, as secas com as quais nós, nordestinos, convivemos há séculos e que agora atingem outras regiões do nosso País.

Srª Presidente, a magnitude e a seriedade da questão ambiental são importantes demais para permanecer restritas às preocupações dos governantes e dos órgãos públicos. Não, minhas senhoras e meus senhores, a tarefa cabe ao conjunto da sociedade: empresários, agricultores, consumidores, meios de comunicação, organizações e associações, enfim, cidadãos em geral. Todos precisamos, repito, assumir integralmente a questão ambiental.

Ora, é impossível combater esse bom, indispensável e inadiável combate ignorando os dados da problemática a ser enfrentada e solucionada. A educação, a informação e a comunicação desempenham papel fundamental nesse processo em que mais e mais pessoas se conscientizem de que fazemos parte do meio ambiente, de que devemos ser agentes de preservação ambiental e não seres à parte dos ecossistemas.

Parece-me que o plano local da vida comunitária é o espaço por excelência desse processo de tomada de consciência de um número cada vez maior de pessoas, a começar pelas crianças e pelos jovens, portadores do amanhã.

Tenho a honra e a satisfação de comprovar o vigor dessa afirmativa participando das ações do Grupo Sabiá da Mata, nome pelo qual é mais conhecido o Centro de Educação e Preservação Ambiental do Município de Bonito, comandado pelo dedicado amigo Zenóbio.

O grupo promove a educação ambiental, planeja e executa projetos que contribuem para melhorar a qualidade de vida rural e urbana, preservando a flora e a fauna de Bonito e Municípios vizinhos.

Localizado no interior pernambucano, próximo da minha dinâmica e empreendedora Caruaru, na área de transição entre a Zona da Mata e o Agreste Setentrional, Bonito se beneficia das características dos biomas da floresta e da savana e é área de rica beleza e abundantes recursos naturais, como foi registrado no belo e relevante livro *Bonito, Pernambuco, História & Ecologia*, obra coletiva de especialistas respeitados, organizada e ilustrada pelo competente fotojornalista ambiental Kleber de Burgos, cuja introdução tive o privilégio de assinar.

Conforme registro naquele texto, os primeiros visitantes encontraram uma paisagem totalmente diferente da que hoje vemos, de vez que atualmente se mantêm apenas 7,3% da faixa de Floresta Atlântica, que outrora se estendeu do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

A exiguidade da área remanescente evidencia a importância e a urgência de preservá-la, para que esse legado possa chegar às gerações futuras.

Faço referência a esse trabalho apenas com o intuito de realçar minha convicção de que gestos concretos são cada vez mais necessários para o desenvolvimento da consciência ecológica no seio da cidadania.

É com essa esperança, Srª Presidente, que conclamo todos os colegas desta Casa para desenvolver uma ampla reflexão, que ilumine nossa atuação parlamentar e nossa produção legislativa, em sintonia com os valores e princípios de preservação e desenvolvimento humano sustentável, comemorados neste Dia Mundial do Meio Ambiente.

Srª Presidente, tenho certeza de que o Estado do Paraná e outros Estados das Regiões Sul e Sudeste nunca tiveram, obviamente, a dificuldade de água que tivemos no Nordeste. Durante muito tempo, durante séculos, aprendemos a trabalhar com pouca água, mas sabemos que precisamos aprender muito mais, sabemos que precisamos aprender não só a guardar mais a água da chuva, mas, sobretudo, utilizá-la de forma sustentável, para que nossa produtividade possa crescer ainda mais.

Com isso, esperamos que nesta Casa possamos contribuir para que cada vez mais ações aconteçam no desenvolvimento da agricultura, do meio ambiente e da população brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito bem, Senador Douglas.

De fato, o meu Estado, o Estado do Paraná, é pródigo em água. Tanto é que somos um dos maiores fornecedores de energia com base hídrica do País. Nunca sentimos a restrição que o Nordeste brasileiro sente, mas quero dizer a V. Exª que, de alguns anos para cá, em algumas regiões do nosso Estado, a situação de seca vem acontecendo de forma continuada. Isso nos dá o alerta de que nós precisamos analisar e ver o que está acontecendo com a situação climática do Brasil, para que possamos intervir e evitar crises maiores.

Mas eu queria dizer a V. Exª que, enquanto eu estava na Casa Civil, acompanhei um programa junto com a Presidenta. Acompanhei, ajudei a Presidenta a estruturar, junto com os demais ministros, um programa de enfrentamento à seca grave que nós tivemos nos últimos anos, que atingiu muito o Nordeste, atingiu o Estado de V. Exª. E os Estados nos ajudaram muito na elaboração desse programa, que resolvia questões emergenciais, como caminhão-pipa; provia as famílias de um recurso para não saírem da região; mas também atingia questões estruturais, como perfuração de poços de grande quantidade de água e obras estruturais do PAC que nós temos lá, como transposição do São Francisco e outras obras. E pude acompanhar o quanto se evoluiu nesse enfrentamento, que foi, lá atrás, um compromisso muito grande do Presidente Lula, uma pessoa que é do Estado de V. Exª, sofreu na pele a seca, as dificuldades no Nordeste.

Então, não tenho dúvidas de que esse apoio e a perseverança de vocês no Nordeste, o trabalho, a fé em que as coisas podem melhorar e investir estão fazendo a transformação da Região. Sei que ainda há dificuldades, mas queria parabenizar V. Exª, primeiro, pelo discurso e, segundo, pelo trabalho que desenvolve para fazer frente a essa situação que, de fato, é um desafio muito grande para o desenvolvimento da economia e o desenvolvimento social.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Para encerrar minhas palavras, Senadora, eu quero comunicar também que já marquei uma audiência com o Ministro da Integração para que possamos ampliar a área de atuação da Sudene, em função dessa crise hídrica. Na verdade, a crise está sendo avaliada pela menor incidência de chuvas nas cidades nordestinas, mas, em função da diminuição de chuvas, algumas cidades que antes não eram consideradas do Semiárido precisam ter os mesmos benefícios que levamos para a região do Semiárido.

Ou seja, cada atitude, cada trabalho vem para que possamos dar ao nordestino a oportunidade de produzir e ser, cada vez mais, um cidadão com todos os seus direitos em plenitude.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito bem, Senador Douglas.

Nada mais havendo a tratar... Bom, ainda há um assunto a tratar: uma indicação do CNP cuja leitura precisamos fazer para que possamos ter condições de deliberar. Então, vou esperar que me passem o documento.

Mas estou vendo aqui a Senadora Fátima Bezerra.

V. Exª está inscrita. Vai fazer uso da palavra, Senadora?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vou.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, V. Exª está convidada a fazer uso da palavra, Senadora Fátima Bezerra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Presidente Gleisi Hoffmann...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de a Senadora Fátima fazer o pronunciamento dela, eu queria prestar uma homenagem às mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pois não, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Eu queria registrar, na tarde de hoje, uma grande conquista para as mulheres, Srª Presidente. Aliás, V. Exª e a Senadora Fátima, como eu, estavam presentes; não sei se o Senador Douglas e outros Senadores também estavam.

Quero destacar a grande conquista que representou, para as mulheres de todo o Brasil, a inauguração da Casa da Mulher Brasileira. E acho que essa casa já é um desdobramento de toda uma preocupação que vem permeando tanto o Governo do Presidente Lula quanto o da Presidenta Dilma, principalmente em um ponto essencial, qual seja, a luta contra a violência que vinha se abatendo sobre as mulheres.

Não vou fazer aqui um pronunciamento maior porque acho que a Senadora Fátima deverá abordar esse assunto. Mas não se trata apenas, como foi dito lá, de se colocar num patamar apenas um gênero, mas, sim, de dar um enfoque na igualdade dos dois gêneros.

Havia toda uma distância a percorrer. E penso que quem percorreu essa distância na busca dessa igualdade foi o Presidente Lula e a Presidenta Dilma. Deve-se dar a César o que é de César; deve-se dar ao Presidente Lula o que é do Presidente Lula; e à Presidenta Dilma o que é da Presidenta Dilma.

Eu fiquei muito feliz em ver que realmente as mulheres estão alcançando, cada vez mais, o que elas sempre pretenderam, que é a igualdade, o plano da igualdade. As mulheres, absolutamente, não querem agora fazer valer nenhum protagonismo; elas querem realmente uma posição de igualdade na sociedade.

E eu homenageio as mulheres, com a minha palavra, sobretudo homenageando as duas: a Senadora Fátima, que é minha conterrânea, e V. Exª, que, na chefia da Casa Civil, foi certamente uma das que mais contribuiu para que prevalecesse essa política cujo coroamento ocorreu hoje, com a inauguração da Casa da Mulher brasileira.

Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Senador Garibaldi. Agradeço.

Eu queria ressaltar a importância da sua presença naquele evento, e vimos o carinho com que a Presidenta tratou V. Exª, reconhecendo essa importância.

Eu também já me referi hoje a esse programa aqui no plenário. De fato, ele é muito importante porque suas ações práticas viabilizam a aplicação da Lei Maria da Penha, a aplicação da lei sobre o feminicídio, a aplicação de várias leis que querem, na realidade, mais do que punir, prevenir a violência contra a mulher.

Fico muito feliz e agradeço também por suas palavras em relação ao meu trabalho. A última vez em que V. Exª falou, eu fiquei preocupada, porque V. Exª falou que fui sua censora na Casa Civil. (*Risos*.)

Quero falar do carinho que tenho por V. Exª e do reconhecimento do trabalho que V. Exª desempenhou no Ministério da Previdência. Aliás, foi também um grande colaborador da causa das mulheres, quando nós regulamentamos questões importantes da aposentadoria das donas de casa. V. Exª esteve junto ali, dando apoio para que nós pudéssemos fazer essa regulamentação.

Agradeço muito. Muito obrigada, Senador, por suas palavras.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – A Senadora Fátima agora fala por mim.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Está bem.

Vou passar a palavra à Senadora Fátima e pedir ao Senador Douglas que assuma a Presidência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Senador Garibaldi, quero me associar à manifestação que V. Exª acaba de fazer, destacando, sem dúvida, este momento de hoje, significativo e muito importante para que possamos avançar na luta em defesa e promoção dos interesses das mulheres.

Quero dizer a V. Exª que a Casa da Mulher Brasileira, como já disse a Senadora Gleisi, graças a Deus, vai chegar aos 27 Estados da Federação, inclusive ao nosso Rio Grande do Norte. A Ministra Eleonora esteve na sexta-feira em Natal – ocasião em que V. Exª estava em Mossoró, acompanhando o Ministro da Integração – e visitou, *in loco*, o terreno onde será construída a Casa da Mulher Brasileira, lá na zona oeste, em uma área de boa localização.

No fundo, no fundo, Senador, a Casa da Mulher Brasileira é uma espécie de central da cidadania. A cidadania em prol do direito que as mulheres devem ter de viver uma vida com dignidade e sem violência. Quando foi governador, V. Exª criou o programa Central do Cidadão. Essa Casa da Mulher Brasileira, poderíamos dizer, é a Central da Cidadã. Mas sobretudo eu acho que é isto: uma central da cidadania, a cidadania voltada para o avanço no sentido de que as mulheres tenham direito a uma vida com dignidade.

Tenho fé em Deus de que, no Rio Grande do Norte, até o final do próximo ano – e o Governador Robson já tomou as providências para a doação do terreno –, possamos inaugurar a nossa Casa da Mulher Brasileira.

Srª Presidente, também quero aqui fazer um registro. Nesta última sexta-feira, eu participei, no Rio Grande do Norte – inclusive o Senador Garibaldi Alves Filho também participou –, de um importante seminário intitulado "Nordeste, 60 Anos depois: Mudanças e Permanências".

Por que 60 anos depois? Porque foi exatamente há 60 anos, na cidade de Campina Grande, na Paraíba, que a Igreja do Nordeste, os bispos do Nordeste, Senador Garibaldi Alves Filho, inspirados por Dom Hélder Câmara, realizaram o primeiro seminário para pensar o Nordeste brasileiro, para pensar o Semiárido.

E eu confesso a V. Exª que fiquei até emocionada de ter participado da edição desse seminário agora, 60 anos depois. Um seminário que, a nosso ver, é muito importante, é um marco para a nossa Região, porque é a Igreja Católica pensando uma nova agenda para uma Região que acolhe mais de 50 milhões de habitantes. É a Igreja pensando sobre um período histórico, refletindo, Senador Garibaldi Alves Filho, sobre as mudanças ocorridas e os novos desafios.

Portanto, eu quero aqui saudar todos os bispos do Nordeste, a Igreja, enfim, todos aqueles e aquelas que se empenharam na realização desse seminário, nas figuras de Dom Jaime, arcebispo de Natal; de Dom Antônio, nosso bispo lá do Seridó, lá de Caicó.

Na figura deles, quero saudar, portanto, a realização desse seminário, que é, sem dúvida alguma, muito importante, por todo esforço de reflexão que um seminário desses trás, na medida em que nós estamos fazendo um balanço de como foram esses 60 anos, quais as mudanças, quais os desafios, ao mesmo tempo em que nós estamos também atualizando o diagnóstico, a realidade colocada, diante, meu Deus, de tantos desafios – não é, Senador Garibaldi Filho? – que o nosso Nordeste querido, não só o Rio Grande do Norte, mas o nosso Nordeste querido tem exatamente a enfrentar.

No seminário, só para se ter uma ideia da importância, estavam figuras que conhecem muito bem o Nordeste, como, por exemplo, a Profª Tânia Bacelar, que V. Exª conhece muito bem, uma economista respeitada, talvez uma das economistas que detenha o maior número de informações acerca, exatamente, da realidade do Nordeste, é uma estudiosa. Tânia, portanto, esteve lá.

O seminário também teve a presença do Ministro Mangabeira Unger, a presença da Ministra Tereza Campello, que dialogou lá com os participantes do seminário acerca da pasta que ela dirige e que tem uma ação de cunho social tão importante para o Brasil e principalmente para o Nordeste. Não me refiro só ao Bolsa Família, mas aos outros programas, às outras políticas, como a questão das cisternas, o PAA e tantas outras políticas voltadas para combater a questão da desigualdade social.

E também quero aqui destacar a presença do Ministro Gilberto Occhi, com quem nós, inclusive, fomos na sexta-feira. Foi muito importante, Senador Garibaldi Filho, eu diria até emblemático, ver o Ministro Gilberto Occhi, naquele seminário, prestando contas, falando em nome da Presidenta Dilma, fazendo um balanço acerca das ações em curso na pasta que ele dirige, o Ministério da Integração Nacional, dialogando com uma das realidades mais desafiadoras do nosso Nordeste querido, que é, Senador Douglas Cintra, a infraestrutura hídrica. Infraestrutura hídrica que está ainda a exigir, e muito, investimentos para que o Nordeste brasileiro possa ter o tratamento de respeito e de dignidade que os nordestinos merecem no que diz respeito à questão da segurança hídrica, levando em consideração tudo aquilo que nós sabemos que é peculiaridade do Nordeste, do Semiárido nordestino em função das intempéries climáticas. Nossa região já vai entrando no terceiro ano de estiagem, de poucas chuvas.

E o Ministro Gilberto Occhi, lá, confirmou os investimentos para o nosso Estado, muito importantes, como a Barragem de Oiticica, emblemática para o Seridó, para o Rio Grande do Norte, pela sua grandiosidade, um investimento de mais de R$300 milhões, que, sem dúvida alguma, significará, e muito, para o Seridó, não só em matéria de segurança hídrica, mas do ponto de vista de se promover o desenvolvimento daquela região.

Lá, ele também garantiu a questão da adutora Currais Novos, Acari – o Senador Garibaldi Filho estava presente, o Prefeito de Acari, o Prefeito de Currais Novos –, um investimento de R$34 milhões. Ele assegurou que os recursos estão garantidos e que essa adutora, tão importante para Currais Novos, será, se Deus quiser, concluída, bem como R$1,6 milhão, através de um convênio com o Governo do Estado, para que a gente possa concluir a adutora lá de Carnaúba, que sai lá de Boqueirão. Ele adiantou também a liberação de mais de R$4 milhões para a chamada Operação Carro-Pipa.

No que diz respeito à questão de Oiticica, ele assegurou que o Ministério continuaria empenhado para que não faltasse a liberação para garantir, de um lado, o pagamento das indenizações, e, do outro, a continuidade da obra.

Enfim, o Ministro anunciou um conjunto de investimentos, aliás, confirmou um conjunto de investimentos para o Rio Grande do Norte nessa área de infraestrutura hídrica num valor superior a R$200 milhões.

E ainda tenho uma boa notícia, que foi a explanação que ele fez sobre o São Francisco, quando lá ele apresentou todo o andamento da obra do canal do São Francisco, obra essa que já tem mais de 60% da sua capacidade construída.

Ele esteve na cidade de Mossoró, e lá, em Mossoró, anunciou também o compromisso do Ministério da Integração Nacional de, agora, de uma vez por todas, dar andamento às providências, para que o ramal oeste, que faz parte exatamente do complexo da obra do São Francisco, seja construído lá no Rio Grande do Norte.

Nós temos o Ramal Piranhas-Açu já em curso, inclusive a Barragem de Oiticica faz parte desse ramal, mas nós precisamos demais do ramal oeste, que vai se ligar com a Bacia de Apodi, de Santa Cruz, que vai, sem dúvida alguma, beneficiar mais de 50 cidades lá da região do Alto Oeste, do Médio Oeste e da região Oeste, ao lado também do sistema adutor de Pau dos Ferros, que deverá ser entregue ainda no decorrer deste ano.

Mas eu quero aqui saudar essa iniciativa do Ministro, no que diz respeito ao ramal oeste da transposição do São Francisco. Ele, inclusive, apresentou calendário. Ele quer que, nesses próximos 20 meses, o ramal oeste lá do complexo São Francisco...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... chegue lá naquela importante região.

Pois não, Senador Garibaldi Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Fátima, olhe, eu quero, inclusive, dizer que agora o Senador Douglas Cintra está mais reconfortado, porque nós estamos falando da obra do São Francisco, que beneficia o seu Estado, o Estado de Pernambuco. Eu creio que tudo que V. Exª falou da tribuna foi muito importante durante esses últimos dias, esse último fim de semana, no Rio Grande do Norte. Agora, para realmente termos a dimensão do que foi o início dos anos 60 para o Nordeste, para que nós tenhamos uma ideia, só falando agora de uma obra que é tão importante quanto aquela que foi a criação da Sudene, no contexto das iniciativas tomadas àquela época: a obra da transposição do Rio São Francisco. Essa, sim, é uma obra que precisa ser concluída. E diria que, nesse período de ajustes, mesmo tendo esses ajustes pela frente, que temos que fazer valer, temos é que antecipar, se for possível, a inclusão da transposição, porque o quadro – o Senador Douglas sabe muito bem; a Senadora Fátima também – deste quarto ano de seca, em que estamos entrando, é calamitoso. *O*brigado, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza, Senador Garibaldi Filho.

Incorporo aqui o aparte de V. Exª, que fala com muita propriedade, pela experiência que tem como Governador do nosso Estado, como Ministro e também como Parlamentar, que sempre se empenhou muito nessa luta pela realização da obra do São Francisco.

Quero dizer aqui, Senador Douglas, não só da nossa crença, mas da nossa fé; não só da nossa esperança, mas da nossa confiança de que essa obra do Rio São Francisco ninguém deterá mais, de maneira nenhuma. Ninguém deterá mais.

A Presidenta Dilma tem clareza, sabe da importância, do caráter estratégico que tem essa obra. Não estamos falando de uma região qualquer; estamos falando de uma região que tem uma densidade populacional expressiva e de uma região que, todos nós sabemos, tem que conviver com as intempéries climáticas, no que diz respeito à escassez, à falta de chuvas. Portanto, já passou até do tempo e da hora de o Nordeste brasileiro ter a solução adequada – não é, Senador Douglas? – para conviver com essa realidade, a exemplo do que acontece, inclusive, em outros países do mundo.

É importante que a sociedade continue mobilizada, cobrando da classe política, e que esta, por sua vez, continue cobrando do Poder Executivo, para que esse calendário, enfim, seja cumprido, para que, se Deus quiser, a obra do São Francisco seja entregue o mais tardar até o final de 2016, 2017, como está prevista.

Quero aqui também saudar o Deputado Betinho Rosado, de quem partiu a iniciativa, em parceria com a Universidade Federal do Semi-Árido, do convite ao Ministro Gilberto Occhi, para que fizesse esse debate lá em Mossoró, falando precisamente da obra do São Francisco, e o ministro, enfim, adiantando essa excelente notícia para o Rio Grande do Norte, em especial para a região oeste, que são as providências agora para a questão do ramal oeste da obra do São Francisco, que, repito, vai beneficiar e muito aquela região, um conjunto de mais de 50 Municípios.

Por fim, Sr. Presidente, voltando ao seminário "Nordeste, 60 anos depois: Mudanças e Permanências", gostaria de ressaltar que os bispos lá de Pernambuco participaram, além de representantes de várias entidades e movimentos sociais, movimentos populares, o Observatório Nordeste, enfim, várias entidades que gozam de muito respeito junto à sociedade e que trabalham em parceria com a igreja, que, sem dúvida nenhuma, tem dado, ao longo desse tempo todo, uma contribuição muito importante para o enfrentamento do drama da questão das desigualdades sociais e das desigualdades regionais.

Portanto, quero, aqui, mais uma vez, parabenizar a igreja do Nordeste, colocando que esse esforço reflexivo que a igreja faz é inspirado, por que não dizer, no legado de Dom Hélder Câmara, que foi o articulador, Senador Douglas, do primeiro encontro dos bispos para pensar o Nordeste em 1956 na cidade de Campina Grande. Por isso que o encontro agora se chama "60 anos depois." Pois bem, quero saudar o esforço reflexivo que a igreja faz inspirada no legado de Dom Hélder Câmara e nas palavras do nosso Papa Francisco. Tenho certeza de que essa reflexão produz exatamente a atualização do compromisso histórico que a igreja tem com a defesa da democracia, a defesa da justiça social, que, no nosso caso, o Nordeste, passa fundamentalmente pelo combate às desigualdades sociais, pelo combate às desigualdades regionais.

Quero associar a esse registro que faço hoje, Senador Douglas, os encaminhamentos que foram tirados exatamente do seminário "Nordeste, 60 anos depois", realizado da quarta-feira à sexta-feira, na cidade de Natal. E peço licença a V. Exª para associar ao nosso breve registro aqui as proposições, os encaminhamentos que saíram desse importante seminário "Nordeste, 60 anos depois": quais as mudanças, quais os avanços, quais as conquistas e o que é que nós temos ainda a conquistar. E sabemos que temos muito ainda a conquistar, em que pese, nesses 12 anos, permita-me dizer, no Governo do PT e aliados, no governo do Presidente Lula e no Governo da Presidente Dilma, nós termos constatado mudanças do ponto de vista social significativas no Nordeste brasileiro – e os dados não me deixam mentir!

Não é à toa que o Nordeste foi uma das regiões que mais cresceu do ponto de vista do seu Produto Interno Bruto: é fato que houve milhões de famílias que nós tiramos da miséria; é fato, de repente, que o Brasil foi retirado do Mapa da Fome; é fato que, no Nordeste brasileiro, pode-se ver o filho do assentado, ver o filho do pequeno agricultor, ver o filho da empregada doméstica, ver o filho das classes populares hoje tendo muito mais condições de ter acesso ao ensino superior, inclusive de fazer o curso de Medicina, de ter acesso a um bom curso técnico, através da expansão da educação profissional que nós levamos por este País afora; é fato que as nossas crianças estão tendo mais acesso às creches; é fato também que há uma enorme dívida social com o povo brasileiro e com o povo nordestino.

O Nordeste precisa ainda, e muito, avançar, inclusive no que diz respeito à logística, à questão dos investimentos na infraestrutura rodoviária, aeroportuária, hídrica, à questão da agricultura familiar, à questão da regularização fundiária, à questão da reforma agrária, ao lado daquilo que a gente precisa avançar do ponto de vista de ter políticas públicas eficientes e de caráter universalizante. E esse seminário vem exatamente nesta direção, fazer o balanço e apontar os rumos para o presente e o futuro naquilo que diz respeito aos novos desafios e às novas lutas.

Muito obrigada, Senador.

Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, a Srª Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Douglas Cintra, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Senadora Fátima, eu gosto de ouvir a senhora falar do Nordeste e tenho a seguinte observação: antigamente o Nordeste era visto de uma forma bem diferente, viam-se apenas dificuldades e problemas no Nordeste. Hoje, no Nordeste, nós vemos polos de produção agrícola não só em Petrolina, mas também no Rio Grande do Norte, no Ceará, com irrigação. Nós vemos polos de produção industrial em diversos pontos do Nordeste, em diversas cidades. Nós vemos, na minha região especificamente, um polo de desenvolvimento de confecções muito forte. A gente fala que não é mais nem um polo de confecções, mas um polo de moda, que agrega bem mais valor ao produto. E nós vemos, sobretudo, também um polo de desenvolvimento educacional, em que as pessoas com menos recursos financeiros não tinham oportunidades de estudar e hoje elas podem realmente ter esse diferencial.

E quero também registrar essa questão da transposição do Rio São Francisco como a grande mudança de estrutura para o Nordeste. Sabemos o quanto são importantes portos, estradas, infraestrutura como um todo, mas essa obra da transposição é um marco, é a demonstração de que a água tem que ser democratizada.

Na minha cidade Caruaru, quando eu era jovem, chegava-se a ficar 20 dias sem água na torneira, porque os canos da empresa não tinham água realmente, e toda casa tinha de ter uma cisterna. Isso vem mudando ao longo do tempo. E, graças à obra não só de barragens, mas agora com a transposição, é que podemos ver o quanto efetivamente a vida das pessoas vai mudar, e só quem vai lá, só quem vê o tamanho da obra, apesar de não estar pronta ainda, quem se dispõe a ver o tamanho do que compreende essa obra realmente pode perceber o quanto vai transformar a vida das pessoas.

Quero também me congratular com a senhora, que esteve junto conosco na Secretaria da Micro e Pequena Empresa, para falarmos de um tema que é fundamental não só para o Nordeste, mas para todo o País, que é a questão do artesão, para que possamos construir mais oportunidades, mais alternativas, uma regulamentação digna para que o artesão possa trabalhar e fazer da sua arte uma fonte de vida mais segura.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sem dúvida, Senador Douglas.

Só gostaria de falar, em relação ao comentário de V. Exª sobre a questão da luta em prol da valorização do artesão, da nossa alegria, porque, juntos, nós promovemos aquela audiência pública que, graças a Deus, já vem dando frutos. Digo isso, porque, entre as deliberações realizadas em nossa audiência pública, uma delas era exatamente lutar para acelerar a tramitação do Projeto de Lei nº 7.550, de 2010, que tramita aqui no Congresso Nacional e que trata exatamente da regulamentação da profissão do artesão. Pois bem, qual não foi a nossa alegria quando, finalmente, o projeto de lei foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico? E, agora, vai passar por duas Comissões na Câmara e, em breve, estará aqui no Senado.

Eu e o senhor vamos pôr este projeto debaixo do braço, para que, se Deus quiser, possa ter a sua tramitação concluída o mais rápido possível no Senado, para que, enfim, os artesãos do nosso País possam ter direito à regulamentação da sua profissão, com tudo aquilo que essa legislação vai ensejar do ponto de vista de profissionalização, de valorização e do reconhecimento dos artesãos do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Senadora, mais uma vez, dou-lhe parabéns. Esperamos realmente que essa valorização possa construir novos caminhos para esses artesãos. O artesanato é nada mais do que uma demonstração de criatividade do nosso povo, e a criatividade realmente muda o País.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e força/PTB – PE) – Temos aqui, sobre a mesa:

OFÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

– Nº 72, de 2015, (nº 06, de 2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o ofício.

À CCJ.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

OFÍCIO Nº S/72, DE 2015

(Nº 6/2015, NA ORIGEM)

Brasília-DF, 22 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Em observância ao disposto no art. 130-A, incisos II e III, da Constituição Federal, e à disciplina do art. 1º, § 2º, e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, submeto à aprovação dessa respeitável Casa Legislativa os nomes dos membros do Ministério Público brasileiro a seguir relacionados, escolhidos após regulares processos de eleição nas respectivas Carreiras, conforme demonstram os documentos anexos, na forma estabelecida pela lei ordinária retromencionada, para comporem o Conselho Nacional do Ministério Público:

I - FÁBIO BASTOS STICA, membro do Ministério Público do Estado de Roraima;

II - FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, membro do Ministério Público Federal;

III - MARCELO FERRA DE CARVALHO, membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; e

IV - ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Por oportuno, informo que os indicados apresentarão diretamente a esse Órgão os originais dos documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e suas alterações, e pelo Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Respeitosamente,

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

PGR-00106523/2015
CSMPF
Fls. 304
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO ELEITORAL E APURADORA

OFÍCIO Nº 003/2014/CEA/CN/JACAS

Brasília, 6 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor **RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**
Procurador-Geral da República
NESTA

Senhor Procurador-Geral da República,

Comunico a Vossa Excelência o resultado da eleição pelo Colégio de Procuradores da República destinada à renovação da composição do **Conselho Nacional do Ministério Público**, realizada nesta data:

CANDIDATO	**Nº DE VOTOS**
FABIO GEORGE CRUZ DA NOBREGA	550

Atenciosamente,

JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Subprocurador-Geral da República
Presidente

Ed. Sede PGR - SAF-Sul, Q. 4, Conj "C", Bl. "B", Sala 510, 70050-900 Brasília-DF
Telefones: 3105-5648 a 5650 e 3105-8195.
e-mail: cea-cn@mpf.mp.br

CSMPF
Fls. 2603
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
COMISSÃO ELEITORAL E APURADORA

ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE DESTINADA À RENOVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ANO DE 2015, PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DA REPÚBLICA.

Às dezoito horas do dia seis de maio de dois mil e quinze, no Plenário do Conselho Superior do Ministério Público Federal, na Procuradoria Geral da República, Brasília-DF, reuniram-se em sessão aberta os membros da Comissão Eleitoral e Apuradora instituída pela Portaria PGR nº 268, de 8 de abril de 2015, Subprocuradores-Gerais da República ZÉLIA OLIVEIRA GOMES, MAURÍCIO VIEIRA BRACKS e JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ, para a proclamação do resultado da eleição que se iniciou às 10 horas (horário de Brasília). Considerando o Colégio de Procuradores composto de 1084 (mil e oitenta e quatro) membros, constatou-se a existência do *quorum* exigido pelo art. 53, § 1º, da Lei Complementar nº 75/93, com o total de 543 (quinhentos e quarenta e três) eleitores. Encerrada a votação, computou-se um total de 582 (quinhentos e oitenta e dois) votos, sendo 17 (dezessete) votos em branco e 15 (quinze) votos nulos, restando atribuída ao candidato FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA 550 (quinhentos e cinquenta) votos. Com o referido resultado, o candidato foi declarado eleito.

Não havendo impugnação ou recurso, o resultado acima foi proclamado, com o encerramento dos trabalhos e a lavratura da presente Ata, que será assinada pelos Membros da Comissão Eleitoral e Apuradora.

JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Subprocurador-Geral da República
Presidente

ZÉLIA OLIVEIRA GOMES
Subprocuradora-Geral da República
Membro

MAURÍCIO VIEIRA BRACKS
Subprocurador-Geral da República
Membro

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSDB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

PARECER Nº 257, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 30, de 2015, que s*ubmete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, em substituição ao Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.*

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Reguffe sobre a Mensagem nº 30 de 2015, opina pela **APROVAÇÃO** da escolha do Senhor **EDUARDO FRADE RODRIGUES** para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção.

Sala da Comissão, em 2 de junho de 2015.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. ANTÔNIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a questão da segurança pública tornou-se o maior desafio a ser enfrentado pelo Brasil de hoje. E não será resolvido se não tivermos uma participação muito firme do Governo Federal. Falei sobre o assunto em artigo publicado pelo jornal Hoje em Dia.

E o assunto ganha cada vez mais destaque porque é um problema sentido no dia a dia por todos. Afinal, todos os dias em que abrimos os jornais, outras mídias e até em uma simples caminhada, nos deparamos com cenas de violência que assolam o Brasil. É assim de Norte a Sul do País. São casos que nos deixam, a todos, estarrecidos. Assaltos, crimes passionais, abuso de menores, violência contra idosos, tiroteios, rebeliões, torturas que deixam marcas profundas na pele, balas e vidas perdidas. Práticas criminosas foram banalizadas, como se adicionar e excluir pessoas do mundo real fosse algo comum.

No ano passado, durante a campanha eleitoral, o PSDB colocou a reforma da segurança pública, inclusive da legislação penal, como uma das cinco grandes reformas que precisariam ser encaradas. Não se percebeu, por outro lado, a mesma preocupação por parte do Governo. Até hoje, Srªs e Srs. senadores, não se vê nenhum dos representantes do governo federal apontar soluções para mudar esse cenário. É como se estivessem alienados ou mesmo acostumados com tudo isso, o que é inadmissível.

O direito à vida e o de ir e vir é sagrado, item da Constituição Federai. A mesma que expressa a competência da União sobre o assunto; todos os crimes interestaduais, a proteção das fronteiras, o combate ao tráfico de drogas e de armas. E ações, vemos?

Com a omissão federal ficamos todos reféns do crime. Quem paga, às vezes com a própria vida, são os próprios cidadãos.

Urge um debate com representantes da sociedade, especialistas e representantes do Governo que aponte propostas. E que elas sejam colocadas em prática, de fato, em um grande pacto pela paz.

Tem de haver um sistema entrosado, com alocação maior de recursos por parte da União e, fundamentalmente, com um plano bem estruturado que envolva, de forma nacional, políticas de prevenção, combate vigoroso à impunidade e a resolução definitiva do problema prisional.

Aqui nesta Casa Legislativa prepara-se a votação do novo Código Penal. Será ótima oportunidade para a modificação de dispositivos legais que possam combater efetivamente a impunidade, que hoje grassa no Brasil.

Pretendo atuar de forma firme neste segmento, mas tenho consciência de que nenhuma proposta avançará se o Governo Federal não estiver disposto a tratar essa questão como prioridade absoluta.

Se cada um não assumir sua responsabilidade, encarando com uma política séria esse grande desafio, continuaremos a abrir os jornais com a mesma sensação de indignação e impotência. Com a impressão de que estamos em um País em guerra civil.

Com uma triste certeza: a dúvida se voltaremos para casa vivos. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, ao sancionar a regulamentação da emenda constitucional que amplia os direitos dos empregados domésticos, a presidenta Dilma Rousseff completa um processo de que nós senadores, assim como os deputados federais, participamos de forma decisiva. Conseguimos algo de histórico: acabar com a divisão dos brasileiros de primeira classe e brasileiros de segunda classe.

Com efeito, até este momento apenas uma parcela da população do País via reconhecidos seus direitos trabalhistas. Embora estruturada há mais de 70 anos, a legislação trabalhista brasileira não se aplicava à segunda parcela, composta pelos empregados domésticos.

Essa odiosa distinção acaba de ruir.

Conhecida como "PEC das Domésticas", a emenda constitucional teve sua regulamentação publicada no "Diário Oficial da União" de hoje, após sancionada na véspera pela presidente Dilma. Entra em vigor mais de dois anos depois da promulgação da própria emenda.

Sete dos novos direitos, aliás entre os mais polêmicos, entram agora em pleno vigor. São eles o adicional noturno, a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador, o seguro-desemprego, o salário-família; o auxílio-creche e a pré-escola, o seguro contra acidentes de trabalho e, enfim, a indenização em caso de despedida sem justa causa.

Desde 2013, nove direitos já estavam em vigor, como hora extra e jornada de trabalho de 8 horas diárias. Sabe-se que sua aplicação vem sendo efetiva, seguida à risca pelos empregadores e pelos trabalhadores.

A regulamentação publicada hoje teve dois vetos, ambos de importância menos marcante: um que nega aos vigilantes o sistema de contagem de horas dos domésticos e outro que proíbe a demissão por justa causa quando viola a intimidade do empregador doméstico ou de sua família. Podemos dizer, portanto, que o texto aprovado pelo Congresso foi, em sua quase totalidade, adotado pela presidenta da República.

O governo tem agora 120 dias para regulamentar o chamado Simples Doméstico – um sistema que vai unificar os pagamentos, pelos empregadores, dos novos benefícios devidos aos domésticos, incluindo FGTS, seguro contra acidentes de trabalho, INSS e fundo para demissão sem justa causa, além do recolhimento do Imposto de Renda devido pelo trabalhador.

A exigência desses pagamentos, segundo disciplina a nova lei, entra em vigor após esses quatro meses. Constata-se assim que o Executivo aceitou o sistema, proposto por nós, que simplifica o cumprimento das novas normas pelos empregadores, assim como evita acréscimo aos ônus trabalhistas imprescindíveis à aplicação desse sistema.

Consagra-se assim uma evolução altamente positiva nas condições dos trabalhadores domésticos brasileiros. Antes de mais nada, são conquistas das mulheres deste País.

Calcula-se que hoje são trabalhadoras domésticas 6,7 milhões de mulheres, além de 500 mil homens.

Ao reconhecermos seus legítimos direitos, estamos fazendo algo que já deveria estar ocorrendo há muito tempo: o fim da divisão injusta entre trabalhadores a que me referi.

Ainda há, do ponto de vista da ação do Estado, muito a ser feito. Embora tenha crescido muito nos últimos anos, a formalização das relações trabalhistas ainda é baixa nesse setor. Precisamos agir para que se amplie.

Entre os direitos que já vigoram está a obrigatoriedade de assinar a carteira de trabalho quando o empregado prestar serviços de natureza contínua por mais de três vezes na semana para a mesma família. O empregado com carteira assinada tem direito aos benefícios previdenciários através da contribuição do INSS.

O trabalhador está protegido com relação ao salário, que não poderá sofrer reduções e também não poderá ser inferior ao piso praticado para a categoria definido na sua região.

A lei proíbe a contratação de menores de 18 anos para serviços domésticos. O patrão também fica impedido de descontar despesas com alimentação e uniforme. Nos casos em que o empregado residir na casa em que trabalha ou em moradia anexa, como caseiro, o empregador não poderá cobrar nada por isso.

Uma série de dados mostra que já houve uma elevação na qualidade do emprego. O rendimento médio dos empregados domésticos subiu, o que se estende inclusive às diaristas.

Também a proporção de empregados domésticos com cobertura da Previdência Social subiu. Hoje já chega a 52%. Entre os domésticos com carteira assinada, esse índice é de 100%, o que contribuiu para a elevação geral.

Volto a registrar aqui que essas novas normas relativas aos trabalhadores domésticos já foi comparada à Lei Áurea. Faz sentido. É negra a grande maioria dos que se equipararam aos demais brasileiros.

Insisto, vivemos momento histórico. Culmina hoje um processo que encerra odiosa divisão dos trabalhadores deste país no que se refere a seus direitos. Também estamos combatendo uma discriminação que, embora de origem social e trabalhista, configura-se inclusive como discriminação de gênero.

Orgulho-me de ter feito minha parte nesse processo e cumprimento os senadores – assim como todo o Congresso e a presidente Dilma Rousseff – por terem participado dessa grande jornada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e força/PTB – PE) – Nada havendo mais a tratar, nós encerramos a sessão por hoje.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 7 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Sousa*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (1)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (2)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (3)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (4)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (5)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (6)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (7)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (8)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (9)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (10)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (11)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadores

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo – 24
PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz ..... PDT / RO
Ana Amélia ..... PP / RS
Angela Portela ..... PT / RR
Benedito de Lira ..... PP / AL
Ciro Nogueira ..... PP / PI
Cristovam Buarque ..... PDT / DF
Delcídio do Amaral ..... PT / MS
Donizeti Nogueira ..... PT / TO
Fátima Bezerra ..... PT / RN
Gladson Cameli ..... PP / AC
Gleisi Hoffmann ..... PT / PR
Humberto Costa ..... PT / PE
Ivo Cassol ..... PP / RO
Jorge Viana ..... PT / AC
José Pimentel ..... PT / CE
Lasier Martins ..... PDT / RS
Lindbergh Farias ..... PT / RJ
Paulo Paim ..... PT / RS
Paulo Rocha ..... PT / PA
Regina Sousa ..... PT / PI
Reguffe ..... PDT / DF
Telmário Mota ..... PDT / RR
Walter Pinheiro ..... PT / BA
Zeze Perrella ..... PDT / MG

Bloco da Maioria – 21
PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger ..... PMDB / SC
Edison Lobão ..... PMDB / MA
Eunício Oliveira ..... PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho ..... PMDB / RN
Hélio José ..... PSD / DF
Jader Barbalho ..... PMDB / PA
João Alberto Souza ..... PMDB / MA
José Maranhão ..... PMDB / PB
Omar Aziz ..... PSD / AM
Otto Alencar ..... PSD / BA
Raimundo Lira ..... PMDB / PB
Renan Calheiros ..... PMDB / AL
Ricardo Ferraço ..... PMDB / ES
Roberto Requião ..... PMDB / PR
Romero Jucá ..... PMDB / RR
Rose de Freitas ..... PMDB / ES
Sandra Braga ..... PMDB / AM
Sérgio Petecão ..... PSD / AC
Simone Tebet ..... PMDB / MS
Valdir Raupp ..... PMDB / RO
Waldemir Moka ..... PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 17
PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves ..... PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira ..... PSDB / SP
Alvaro Dias ..... PSDB / PR
Antonio Anastasia ..... PSDB / MG
Ataídes Oliveira ..... PSDB / TO
Cássio Cunha Lima ..... PSDB / PB
Dalirio Beber ..... PSDB / SC
Davi Alcolumbre ..... DEM / AP
Flexa Ribeiro ..... PSDB / PA
José Agripino ..... DEM / RN
José Serra ..... PSDB / SP
Lúcia Vânia ..... PSDB / GO
Maria do Carmo Alves ..... DEM / SE
Paulo Bauer ..... PSDB / SC
Ronaldo Caiado ..... DEM / GO
Tasso Jereissati ..... PSDB / CE
Wilder Morais ..... DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força – 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi ..... PR / MT
Douglas Cintra ..... PTB / PE
Eduardo Amorim ..... PSC / SE
Ermano Férrer ..... PTB / PI
Fernando Collor ..... PTB / AL
Magno Malta ..... PR / ES
Marcelo Crivella ..... PRB / RJ
Vicentinho Alves ..... PR / TO
Wellington Fagundes ..... PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia – 9
PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares ..... PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho ..... PSB / PE
João Capiberibe ..... PSB / AP
José Medeiros ..... PPS / MT
Lídice da Mata ..... PSB / BA
Randolfe Rodrigues ..... PSOL / AP
Roberto Rocha ..... PSB / MA
Ramário ..... PSB / RJ
Vanessa Grazziotin ..... PCdoB / AM

S/Partido – 1

Marta Suplicy ..... SP

Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco da Maioria	21
Bloco Parlamentar da Oposição	17
Bloco Parlamentar União e Força	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
S/Partido	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/sedlegf

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco PDT-RT)
Aécio Neves* (Bloco PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco PSDB-PR)
Ana Amélia* (Bloco PP-RS)
Angela Portela* (Bloco PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco PSDB-SC)
Dário Berger** (Bloco PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco PTB-PE)
Edison Lobão* (Bloco PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco PTB-PI)
Eunício Oliveira* (Bloco PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Bloco PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco PT-PR)
Hélio José* (Bloco PSD-DF)
Humberto Costa* (Bloco PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco PP-RO)
Jader Barbalho* (Bloco PMDB-PA)
João Alberto Souza* (Bloco PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco PT-AC)
José Agripino* (Bloco DEM-RN)
José Maranhão** (Bloco PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco PSD-MT)
José Pimentel* (Bloco PT-CE)
José Serra** (Bloco PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco PSDB-GO)
Magno Malta* (Bloco PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves** (Bloco DEM-SE)
Marta Suplicy* (Sem Bloco-SP)
Omar Aziz** (Bloco PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco PT-PA)
Raimundo Lira* (Bloco PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco PSOL-AP)
Regina Sousa* (Bloco PT-PI)
Reguffe** (Bloco PDT-DF)
Renan Calheiros* (Bloco PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco PMDB-ES)
Roberto Requião* (Bloco PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco PSB-MA)
Romário** (Bloco PSB-RJ)
Romero Jucá* (Bloco PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco PMDB-ES)
Sandra Braga* (Bloco PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco PSD-AC)
Simone Tebet** (Bloco PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco PDT-RR)
Valdir Raupp* (Bloco PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco PR-TO)
Waldemir Moka* (Bloco PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco DEM-GO)
Zeze Perrella* (Bloco PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros – (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves – (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella – (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli – (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela – (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadof

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17
Líder Humberto Costa - PT (32,33) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (34,39,44) Walter Pinheiro (31,36,40) Taberatto Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) --- Líder do PT - 13 Humberto Costa (32,33) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (35) Walter Pinheiro (31,36,40) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Taberatto Mota (4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (34,39,44)	Líder --- Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (1) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (18)	Líder Aloysio Nunes - PSDB (16) Vice-Líderes Antonio Anastasia (17) Ataídes Oliveira (28) Wilder Morais (14) Antonio Anastasia (17) --- Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (27) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (29) Aloysio Nunes Ferreira (16) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (8) Vice-Líder do DEM José Agripino (26)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**	**Governo**
Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (13,19,23) Vanessa Grazziotin (21,24) Randolfe Rodrigues (10,22) --- Líder do PSB - 6 João Capiberibe (9,43) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (13,19,23) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (10,22) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,24)	Líder Fernando Collor - PTB (5,15) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (20) Marcelo Crivella (2,7) --- Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,15) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (20) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	Líder Delcídio do Amaral - PT (31)

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Taberatto Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadores

1. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (OF. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Romário Cássio foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (OF 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (OF. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lúcia da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (OF s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cesar Asis foi designado líder do PSD (Of. 003/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (OF s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Maranhão foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (OF s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Reguffe de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (OF s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Reguffe de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN)..
19. Em 03.02.2015, o Senador José Maranhão foi designado líder do PMB (OF18/2015-GEBMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar de Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (OF 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PSDB (OF 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (OF 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lúcia da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (OF 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (OF 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (OF. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco da Aliança ao Governo (OF 01/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Maranhão foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (OF 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (OF 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Aloysio Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar de Oposição (OF s/n/2015-Bloco Parlamentar de Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (OF 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (OF. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 3º vice-líder do PSDB (OF 32/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Sousa foi designada 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (OF 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 33/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (OF 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Reguffe de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. 33/2015-GLDBAG).
45. Em 23.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (OF. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar de Oposição (OF s/n/2015-Bloco Parlamentar de Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar de Oposição (OF s/n/2015-Bloco Parlamentar de Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Mag. 13/02/15).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores repesentativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS
VAGO (1)
VAGO (2)
VAGO (3)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vaga em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSEFER).

2. Em 06.04.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vaga em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/sedlesf

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.
Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eunício Fávaro (PTB)	1. Senador Edmundo Amorim (PSC)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 31/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Eunício Fávaro foi designado membro titular e o Senador Edmundo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reuniu e elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator desta Colegiado (Mensa. 1/2015 - CTHBHSF).

Secretário(a): Reinaldo Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031178
E-mail: coceti@senado.leg.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Isabens Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Elitan de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcos Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agnelo Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Rukelly Silva Barros

Notas:
*. Em 23.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os membros Geraldo Agnelo Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o membro Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o membro Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senaf

+++++. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 183, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
++++++. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
+++++++. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
++++++++. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 15, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
+++++++++. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
++++++++++. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e inclui a senhora Ludmilla Silva Barros para compor o colegiado.
+++++++++++. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
++++++++++++. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de dezembro de 2013.
+++++++++++++. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de junho de 2014.
++++++++++++++. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021178
E-mail: coceti@senado.leg.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015
Instalação: 27/05/2015
Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Roberto Rocha (PSB)

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixou em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para comporem a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocuparem os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.
**. Em 28.05.2015 foi expedido o Ato do Presidente nº 10, de 2015, que incluiu os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha na Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Azevêdo Lopes
Telefone(s): 33033508
E-mail: cocesti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)

Leitura: 28/04/2015
Designação: 13/05/2015
Instalação: 19/05/2015
Prazo final: 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (5)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) (3)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (4)
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (3)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 a 55/2015-BLSDEM).
**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (OF. 34/2015-BLUFOR).
***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)
****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (OF. 107/2015-GLPSDB)
*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (OF. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICAEF).
2. Em 20.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)
3. Em 27.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)
4. Em 03.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).
5. Em 03.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (9)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (9)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Ecuatorio foi designado membro titular, e o Senador Randolfo Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida alegou os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mensa. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Ecuatorio deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 30/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfo Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/sedlesf

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/sedinf

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (9)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (3,4,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (10,2)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (8)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 a 37/2015-GLDBAG; e Mens. 51/2015-GLDPP).
**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco Unidos e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSODEM).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vaga em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta Colegiada (Mensa nº 1/2015 - CPIHSBC).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadores

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vaga em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de campar a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.03.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de campar a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a campar a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033510/11
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DA CBF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 28/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
***.** Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).
****.** Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).
*****.** Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 a 32/2015-GLDBAG).
******.** Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).
*******.** Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)
********.** Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).
1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).
2. Em 06.05.2015, vaga uma vez que a Senadora Simone Tebet deixou de ser membro titular e passou a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Azenife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Humberto Costa (PT) (10)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Ataídes Oliveira (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) (6)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (11)
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB) (15)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Eleuses Paiva (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) (4)

Notas:
*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unido e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).
**. Em 23.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vicentinho foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLRSD).
***. Em 23.02.2015, os Senadores Ghislaine Hoffmann, Dalirio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Rogrio e Telmrio Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 3/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Pedro Simon, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Romero Jucá e Cícero Lucena foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mens. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Aloysio Nunes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 43/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Unido e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 28/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Dalirio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lcia Vnia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 131/2015-GLPMDB).
10. Em 03.05.2015, o Senador Dornelles Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 45/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vaga em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: Terças-Feiras10:00 horas -
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4644
E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 311-3516/4805
Fax: 3303-4344
E-mail: secomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretária(o): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4805/3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: [illegible]@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretária(o): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4644
E-mail: [redacted]

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretária(o): Adriana Tavares Soleal de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4644
E-mail: [redacted]

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) (11)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (10,6)
Senador Edison Lobão (PMDB) (6)	5. Senadora Maria Suplicy (S/Partido) (22)
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (5,9)
Senador Dalírio Beber (PSDB) (19)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (19)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) (9)	2. Senador Romário (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (8,8)
Senador Eunício Fávaro (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) (8)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Eunício Fávaro foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (OF. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (OF. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Maria Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (OF. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDBPM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Teresa Jamkotti foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (OF. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 23 e 26/2015-GLDPP).

+++++++. Em 04.03.2015, os Senadores Julio Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 110/2015-GLPMDB).
1. A partir de 23.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.
2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (OF. nº 11/2015-BLUFOR).
3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (OF.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Oposição (OF 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a condição como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reuniu sob a Presidência do Senador Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (OF 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Hamilton, que passou a compor a condição como membro suplente (Of. 49/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a condição como membro suplente (OF 139/2015-GLPMDB).
11. Em 03.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (OF 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar de Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calbás
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
Fax: 3303 3652
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Jorge Viana (PT) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) (9)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassal (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (8)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (9)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) (15)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (16,10)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) (16,10)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) (1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (DEM) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (14)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:
*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zeze Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (OF. 3/2015-GLDBAG).
**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/sedlesf

+++. Em 23.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFPOR).
++++. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).
+++++. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).
++++++. Em 02.03.2015, os Senadores Hunaldo de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 e 28 e 44/2015-GLDPP).
+++++++. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Cesar Asis, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 33/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (OE 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (OE 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 93/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Antônio de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 01.04.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de ocupar a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 01.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de ocupar a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de ocupar a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 132/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de ocupar a Comissão (Of. 34/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 133/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a ocupar a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de ocupar a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Hildaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por esses partidos, mediante o Ofício nº 33/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 23 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Heraldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomcj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Edmaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomcj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassal (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Dário Berger (PMDB) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataides Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:
*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 3/2015-GLDBAG).
**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/sedlesf

***. Em 23.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).
****. Em 25.02.2015, os Senadores Lúcia da Mata, Ronaldo e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfo Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, Iolle Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Rocha, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).
******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida alegou os Senadores Ronaldo e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Gabriel Cassoli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vaga em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Isidro Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vaga em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas –
Telefone(s): 61 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4804/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4804
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Domingos Neguesia (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Magrão (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) (7)
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Simone Tebet (PMDB) (8)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (3)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Álvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Edunardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 3/2015-GLDEM).

**. Em 23.02.2015, as Senadoras Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Roberta Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 23.02.2015, os Senadores Edunardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Maranhão foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Álvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*******. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mens. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Mens. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadores

5. Em 17.03.2015, o Senador Dalirio da Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(OF. 31/2013-GLDBAG).
6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (OF. 36/2013-GLPMDB).
7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (OF. 38/2013-GLDBAG).
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Dalri Alcolumbre (OF. 98/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Inácio Arruda foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (OF. 123/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vaga em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Regufe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Edinaldo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 13.01.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 38/2013-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Regufe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Edinaldo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 34/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scmacms@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassal (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vaga em virtude do falecimento do Senador Luís Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassal, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luís Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)	1. Senador Paulo Rocha (PT) (1,3)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Edunardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 13.01.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mens. 30/2015-CMA).
2. Em 13.01.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 15.01.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mens. 33/2015-CMA).
4. Em 15.01.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mens. 33/2015-CMA).
5. Em 15.01.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mens. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Edunardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Mensa. 25/2015-CMA).
**. Em 13.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que mantém esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scmacms@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) (9,10)
Senadora Angela Portela (PT) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,12)	3. Senadora Maria Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Omar Aziz (PSD) (12)	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (10)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:
*. Em 23.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (OF. 04/2015-BLUFOR).
**. Em 23.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (OF. 11/2015-GLPSD).
***. Em 23.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Maria Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lúcia Vânia, Rapahel e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (OF. 9/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular, e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Of. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (OF. 14/2015-GLPMDB).
1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente desta colegiada (OE nº 017/2015-CDH).
2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Rapahel (OF.13/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (OF.16/2015).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente desta colegiada (Of. nº 24/2015-CDH).
7. Em 08.04.2015, vaga em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
8. Em 05.03.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Maria Sapticy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
9. Em 06.03.2015, a Senadora Maria Sapticy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, as Senadoras Ataídes Oliveira, Fleury Ribeiro e Cássia Cunha Lima foram designadas membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, as Senadoras Rose de Freitas e Ceser Asis foram designadas membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 163/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frinzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (*)
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (*)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO (**)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) (**)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO (14)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) (2)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (4) (7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) (5) (6)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Edinaldo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:
*. Em 23.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 3/2015-GLDEM).
**. Em 23.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
***. Em 23.02.2015, os Senadores Edinaldo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Unidos e Forte, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mens. 35 e 36/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadores

2. Em 06.05.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 43/2015-GLPSDB).
3. Em 10.05.2015, a Comissão reuniu-se para eleger os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
4. Em 13.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 02/2015-GLPSDB).
5. Em 13.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 03/2015-GLPSDB).
6. Em 17.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 186/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 185/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vaga em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vaga em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reunião: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (9)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO (14)
Senador Ciro Nogueira (PP) (5)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (1)
Senador Eduardo Lopes (PRB)	3. Senador Edinaldo Amorim (PSC) (6)

Notas:
*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (OF. 6/2015-GLDBAG).
**. Em 23.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (OF. 04/2015-BLUFOR).
***. Em 23.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (OF. 07/2015-GLBSD).
****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadores

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dario Berger, Benício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).
1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 32/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida alegou os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vaga em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não assumir mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Inder Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vaga em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moura
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moreira
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moreira
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO (3,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (3,10)	2. VAGO (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO (5)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
VAGO (8,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (6)
Senador Eunício Fávaro (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 23.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Tabatinga Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR. (Of. 13/2015-GLDBAG).

***. Em 23.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR. (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Eunício Fávaro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (OF. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (OF. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, as Senadoras Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e as Senadoras Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR. (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Tabatinga Mota (OF. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida alegou o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 113/2015-CDR).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jeremiati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).
6. Em 06.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).
7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência a passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida alegou o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 133/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jeremiati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 103/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcos Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Gustavo Souza de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcos Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Domingos Neguesia (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO (5)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (4)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (3)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)

Notas:
*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 3/2015-GLDEM).
**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Eduardo Lopes como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Domingos Neguesia, Zeze Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Of. 18/2015-GLPSDB).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 a 41/2015-GLDPP).
*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reuniu sob a presidência dos Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 18/2015-CRA).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senadores

3. Em 11.03.2015, vaga em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.03.2015.

Secretário(a): Murello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cre@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3521
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO (6)
Senador Omar Aziz (PSD) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (4)	2. Senador Roberto Rocha (PSB) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (6)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 23.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 e 3/2015-GLDEM).

***. Em 23.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar de Oposição, para compor a CCT (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mens. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente desta colegiado (Mens. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senf

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente desta colegiada (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.03.2015, vaga em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 37/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Hessi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassal (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (3/6/9)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 e 3/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio Jost, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassal e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vaga em virtude de o Senador Hélio Jost ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vaga em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 98/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida alegou o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Luiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vaga em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005 10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(*)	

Atualização: 02/06/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4581/3303-5258
Fax: 3303-5258
E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador João Batista Motta licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª suplência de 2013, nomeada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª suplência de 2013, nomeado em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante

VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5280
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Bl. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (SSE 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/sse/sef

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (SSE 61 3303-4554 / 3303-2859)
http://www.senado.leg.br/senf

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
1. Designado Coordenador conforme o Ato da Presidência nº 7, de 2015, publicado no Diário do Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado nº 03, de 2013, publicado no DSSF nos 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5280

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (6)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSDB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Leio Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Júlio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Torrada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Secretário: Wallinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (9)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 161, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 68/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (33 61 3303-4858)
http://www.senado.leg.br/sollicita

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (33 61 3303-4858)
http://www.senado.leg.br/sadiscn

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi
Telefone(s): 61 3303-3503
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (9)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (6)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Recebido nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (61 3303-4850)
http://www.senado.leg.br/senadores

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PCdoB.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Martinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 461, de 2015, da Liderança do Bloco do PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Reinaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Sheridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Arsiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: comm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

ATN nº 3, de 2015 ? CMLRE

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 4 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)	Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)	Senador José Serra (PSDB/SP)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2º VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (9)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do PT - PT/MS (8)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)

TITULARES	SUPLENTES
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Sléitle - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO (9)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Hecdalio Farias, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Teresa Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Hercutano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Rosalbo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO
Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputado Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (21 61 3303-4858)
http://www.senado.leg.br/senadores

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (33 61 3303-4850)
http://www.senado.leg.br/sadiscn

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/08/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 836 páginas

(O.S. 12606/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL